



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

*Plano
Diretor
Municipal
Cambira*

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHÁ *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI *Secretário*

MARIO JOÃO FIGUEIREDO *Diretor Geral*

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI *Superintendente*

ROBERTO DIMAS VASCONCELLOS DEL SANTORO *Superintendente
Executivo*

IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA *Diretor de Administração e
Finanças*

MARIA INÊS TERBECK *Diretora de Operações*

JERONIMO PAULO DA CUNHA PIMENTEL DE MEIRA *Coordenador de
Projetos*

MONICA SOARES VIEIRA *Coordenadora de Operações*

JOSE EDMIR MIRO GASPARG FALKEMBACK *Coordenador ER Maringá*

LUIZ FERNANDO SALOMON PINTO *Coordenador ER Ponta Grossa*

VICTOR VOLPI JUNIOR *Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral*

JOÃO ANDRÉ SAROLLI *Coordenador ER Cascavel*

ANNA CAROLINA SILVESTRI *Coordenadora ER Guarapuava*

JOSE RICARDO MATTOS DO AMARAL *Coordenador ER Londrina*

MUNICÍPIO DE CÂMBIRA

Prefeita

NEUSA MARIA RODRIGUES BELLINI

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

***Plano
Diretor
Municipal
Cambira***

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2008

Março/2011



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

SUMÁRIO

SUMÁRIO	III
LISTA DE FIGURAS	X
LISTA DE GRÁFICOS	XVII
LISTA DE TABELAS	XX
LISTA DE MAPAS	XXV
LISTA DE SIGLAS	XXIX
APRESENTAÇÃO	33
OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	38
FASE I: PLANO DE TRABALHO.....	39
INTRODUÇÃO.....	40
1. OBJETIVOS	44
DO PLANO DE TRABALHO.....	44
DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	44
DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E DA CONSULTORIA	44
2. METODOLOGIA GERAL.....	46
FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS	47
3. FASES DO TRABALHO	49
FASE I – PLANO DE TRABALHO E TREINAMENTO	49
FASE II – AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA	49
FASE III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES.....	53
FASE IV – ELABORAÇÃO DE MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO PDM E DE SUAS LEIS COMPLEMENTARES.....	55
FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS.....	57
4. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	58
EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL.....	58
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL ..	59
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	59
MOBILIZAÇÃO	59
PLANO DIRETOR NA <i>INTERNET</i>	60
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	60
PUBLICIDADE E ACESSO À INFORMAÇÃO	61
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE.....	61
5. PRODUTOS	63
FASE 1	63
FASE 2	63
FASE 3	63



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

FASE 4	64
FASE 5	64
6. PRODUTOS E PRAZOS.....	65
7. SUGESTÃO DE AGENDA DE TRABALHO.....	66
8. CRONOGRAMA.....	67
9. FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES.....	68
FASE II: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA.....	69
INTRODUÇÃO.....	70
1. ASPECTOS REGIONAIS	71
1.1 MUNICÍPIO DE CAMBIRA.....	72
BREVE HISTÓRICO	72
LOCALIZAÇÃO	76
1.2 REGIÃO DE CAMBIRA	79
MESORREGIÃO	79
MICRORREGIÃO.....	87
ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS.....	88
1.3 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS.....	90
2. ASPECTOS AMBIENTAIS	92
2.1 CLIMA.....	93
2.2 GEOLOGIA	96
2.3 GEOMORFOLOGIA.....	98
2.4 PEDOLOGIA	100
2.5 HIDROGRAFIA	103
2.6 FLORA	107
COBERTURA VEGETAL MUNICIPAL.....	107
ARBORIZAÇÃO URBANA	109
2.7 FAUNA	112
3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	116
3.1 DEMOGRAFIA	117
3.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO	121
3.3 ECONOMIA	127
PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	127
RENDA - ESTABELECIMENTOS E REMUNERAÇÃO	131
EMPREGOS POR ATIVIDADES ECONÔMICAS	132
PRODUÇÃO - LAVOURAS E PECUÁRIA	135



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

DESENVOLVIMENTO LOCAL	147
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE CAMBIRA.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	152
4.1 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL.....	153
ESPAÇO RURAL.....	153
ESPAÇO URBANO	158
4.2 HABITAÇÃO	162
DENSIDADE HABITACIONAL E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO URBANA	162
NECESSIDADE HABITACIONAL.....	163
POLÍTICA HABITACIONAL.....	165
4.3 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES	167
REGIONAL	167
MUNICIPAL	168
URBANO	171
5. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA.....	172
5.1 SANEAMENTO BÁSICO	173
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	173
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	176
COLETA DE LIXO.....	176
5.2 DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO.....	179
5.3 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	184
ENERGIA ELÉTRICA	184
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	185
5.4 COMUNICAÇÃO	186
TELEFONIA E INTERNET	186
RÁDIO E TELEVISÃO	187
PERIÓDICOS	187
CORREIOS	187
6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	188
6.1 SAÚDE	189
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE	190
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	196
6.2 EDUCAÇÃO.....	197
EQUIPAMENTOS ESCOLARES	198
PROGRAMAS	203
INCLUSÃO	203
SETOR ADMINISTRATIVO E RECURSOS HUMANOS.....	204
ESTUDANTES	205
MERENDA ESCOLAR	206
6.3 CULTURA	207
6.4 ESPORTE, LAZER E TURISMO	210



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

LAZER	213
TURISMO	214
6.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	217
REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	218
EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS DA SMTAS	222
6.6 SEGURANÇA	224
SEGURANÇA PÚBLICA.....	224
DEFESA CIVIL	225
6.7 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	231
7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	233
7.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	234
7.2 FINANÇAS PÚBLICAS.....	242
RECEITAS FINANCEIRAS	242
DESPESAS FINANCEIRAS	248
DESPESAS POR FUNÇÃO	249
INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS – DE CAMBIRA.....	252
REPASSES FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS	256
VALOR ADICIONADO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CAMBIRA	259
EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	260
PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA NO VALOR ADICIONADO	260
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO.....	261
CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
7.3 LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.....	266
A ARRECADAÇÃO PRÓPRIA E A CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO.....	267
ANEXO - MAPAS	269
FASE III - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES	294
INTRODUÇÃO.....	295
1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	297
ASPECTOS AMBIENTAIS	298
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO	
AMBIENTAL.....	303
ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA	304
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	307
AGRICULTURA/ INDÚSTRIA/ COMÉRCIO.....	308
SAÚDE	311
EDUCAÇÃO	314
CULTURA / ESPORTE/ LAZER/ TURISMO	318
ASSISTÊNCIA SOCIAL	322
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	323
SEGURANÇA PÚBLICA.....	324
DEFESA CIVIL	325
CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS	326



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	327
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	328
5. DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISCOTERRITORIAL.....	330
DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISCOTERRITORIAL	332
MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	333
MACROZONEAMENTO URBANO	336
PERÍMETRO URBANO.....	339
SISTEMA VIÁRIO URBANO E MUNICIPAL	339
ANEXO - MAPAS	344
FASE IV – MINUTAS PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA	351
INTRODUÇÃO.....	352
1. ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	354
SUMÁRIO	355
ANEXO I – MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	380
ANEXO II – MACROZONEAMENTO URBANO SEDE	381
2. ANTEPROJETO DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	382
SUMÁRIO	383
ANEXO I – MAPA: ZONEAMENTO URBANO SEDE.....	398
3. ANTEPROJETO DE LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO	413
SUMÁRIO	414
4. ANTEPROJETO DE LEI DO PERÍMETRO URBANO.....	428
SUMÁRIO	429
ANEXO I – PERÍMETRO URBANO DA SEDE.....	431
ANEXO II – DESCRIÇÃO E CÁLCULO ANALÍTICO DE ÁREA - AZIMUTES, LADOS E COORDENADAS GEOGRÁFICAS – SEDE MUNICIPAL	432
ANEXO III – PERÍMETRO URBANO DO PATRIMÔNIO SETE DE MAIO.....	438
ANEXO IV – DESCRIÇÃO E CÁLCULO ANALÍTICO DE ÁREA - AZIMUTES, LADOS E COORDENADAS GEOGRÁFICAS – PATRIMÔNIO SETE DE MAIO	439
5. ANTEPROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO.....	440
SUMÁRIO	441



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

ANEXO I – SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL	448
ANEXO II – SISTEMA VIÁRIO URBANO SEDE	449
ANEXO III – PERFIS DAS VIAS.....	450
6. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE OBRAS.....	451
SUMÁRIO	452
ANEXO I – VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	494
ANEXO II- EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS	495
ANEXO III – EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS - ÁREAS COMUNS DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES	496
ANEXO IV – EDIFÍCIOS COMERCIAIS/SERVIÇOS	497
ANEXO V - PASSEIO ECOLÓGICO	498
ANEXO VI – DEFINIÇÕES DE EXPRESSÕES ADOTADAS	499
7. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS.....	505
SUMÁRIO	506
FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	536
INTRODUÇÃO.....	537
1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	539
ASPECTOS AMBIENTAIS.....	540
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	545
ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA	546
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	550
ECONÔMICO	551
SOCIAL	553
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA... 561	
MONITORIZAÇÃO DA APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA.....	563
MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS NO PAI	566
MONITORIZAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL	568
5. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISCOTERRITORIAL.....	570
ORDENAMENTO FISCOTERRITORIAL E DO SISTEMA VIÁRIO.....	571
6. RESUMO DAS AÇÕES	572



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

7. INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PAI.....	587
8. PARECER TÉCNICO.....	590
1) COMPORTAMENTO DAS RECEITAS (2005 A 2009): ANEXO I.....	591
2) COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2005 A 2009):.....	592
3) RESULTADO PRIMÁRIO (2005 A 2009):.....	592
4) COMPORTAMENTO DAS RECEITAS (2011 A 2015): ANEXO II.....	593
5) COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2011 A 2015):.....	594
 ANEXO I - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2005 A 2009	595
 ANEXO II - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2011 A 2015	596
 PROCESSO PARTICIPATIVO	597
 INTRODUÇÃO.....	598
 1. REUNIÕES TÉCNICAS E DE TRABALHO	600
PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA	601
SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA	605
TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA	616
QUARTA REUNIÃO TÉCNICA	620
QUINTA REUNIÃO TÉCNICA	622
SEXTA REUNIÃO TÉCNICA	624
SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA	625
OITAVA REUNIÃO TÉCNICA	633
NONA REUNIÃO TÉCNICA	636
DÉCIMA REUNIÃO TÉCNICA	641
DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA	644
DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA	647
DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA	654
 2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	657
PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	658
SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA	667
TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA	677
 BIBLIOGRAFIA	688
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA	689
 EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL	690
 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	691
 CONSULTORIA CONTRATADA	692
 SUPERVISÃO.....	693



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

LISTA DE FIGURAS

FASE I: PLANO DE TRABALHO.....	39
FASE II: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA.....	69
1. ASPECTOS REGIONAIS	71
1.1 MUNICÍPIO DE CAMBIRA.....	72
FIGURA 1.1.1 - CONTEXTO DO ESTADO DO PARANÁ NA AMÉRICA DO SUL.....	77
FIGURA 1.1.2 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBIRA NO PARANÁ.....	78
FIGURA 1.1.3 - MUNICÍPIOS LÍMITROFES.....	78
1.2 REGIÃO DE CAMBIRA	79
FIGURA 1.2.1 - MESORREGIÃO NORTE CENTRAL NO PARANÁ.....	79
FIGURA 1.2.2 - MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE.....	80
FIGURA 1.2.3 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM DOMICÍLIOS URBANOS.....	82
FIGURA 1.2.4 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM DOMICÍLIOS RURAIS.....	83
FIGURA 1.2.5 - OCUPAÇÃO DOS SETORES PREDOMINANTES.....	86
FIGURA 1.2.6 - CULTURAS PREDOMINANTES.....	86
FIGURA 1.2.7 - MICRORREGIÃO DE APUCARANA.....	88
FIGURA 1.2.8 - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ – AMUVI.....	89
1.3 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS.....	90
FIGURA 1.3.1 - DEPENDÊNCIA EM EDUCAÇÃO.....	91
FIGURA 1.3.2 - DEPENDÊNCIA EM SAÚDE.....	91
2. ASPECTOS AMBIENTAIS	92
2.1 CLIMA.....	93
FIGURA 2.1.1 - CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA.....	94
FIGURA 2.1.2 - TEMPERATURA MÉDIA ANUAL.....	95
FIGURA 2.1.3 - PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL.....	95
FIGURA 2.1.4 - UMIDADE RELATIVA ANUAL.....	95
FIGURA 2.1.5 - DIREÇÃO PREDOMINANTE DO VENTO.....	95
2.2 GEOLOGIA	96
FIGURA 2.2.1 - MAPA DE FORMAÇÃO GEOLÓGICA DO PARANÁ.....	97
2.3 GEOMORFOLOGIA.....	98
FIGURA 2.3.1 - UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS.....	98
2.4 PEDOLOGIA	100
2.5 HIDROGRAFIA	103
FIGURA 2.5.1 - HIDROGRAFIA DO PARANÁ.....	104
FIGURA 2.5.2 - SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS MUNICIPAIS.....	106
2.6 FLORA	107
FIGURA 2.6.1 - REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS.....	108
FIGURA 2.6.2 - REGIÕES BIOCLIMÁTICAS DO PARANÁ.....	109



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

FIGURA 2.6.3 - ARBORIZAÇÃO URBANA.....	111
FIGURA 2.6.4 - ARBORIZAÇÃO URBANA.....	111
2.7 FAUNA.....	112
3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	116
3.1 DEMOGRAFIA.....	117
3.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	121
FIGURA 3.2.1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA REGIÃO SUL E SÃO PAULO – 2000.....	122
FIGURA 3.2.2 - IDH-M DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE APUCARANA.....	123
FIGURA 3.2.3 - IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE APUCARANA.....	124
FIGURA 3.2.4 - IDHM-LONGEVIDADE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE APUCARANA.....	125
FIGURA 3.2.5 - IDH-RENDAS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE APUCARANA....	126
3.3 ECONOMIA.....	127
4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS.....	152
4.1 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL.....	153
4.2 HABITAÇÃO.....	162
4.3 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES.....	167
FIGURA 4.3.1 - SISTEMA VIÁRIO REGIONAL.....	168
5. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA.....	172
5.1 SANEAMENTO BÁSICO.....	173
FIGURA 5.1.1 - PONTO DE CAPTAÇÃO E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA.....	175
FIGURA 5.1.2 - RESERVATÓRIO DE ÁGUA/ESCRITÓRIO SANEPAR.....	175
FIGURA 5.1.3 - ATERRO CONTROLADO.....	178
FIGURA 5.1.4 - ATERRO CONTROLADO.....	178
5.2 DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO.....	179
FIGURA 5.2.1 - VIA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.....	180
FIGURA 5.2.2 - VIA COM PEDRA IRREGULAR.....	180
FIGURAS 5.2.3 E 5.2.4 - VIA SEM PAVIMENTAÇÃO.....	180
FIGURA 5.2.5 - VIA CASCALHADA NA VILA RURAL.....	181
FIGURA 5.2.6 - PASSEIO SEM PAVIMENTAÇÃO.....	182
FIGURA 5.2.7 - PASSEIO SEM PAVIMENTAÇÃO.....	182
FIGURA 5.2.8 - BARREIRA NO PASSEIO PÚBLICO.....	182
FIGURA 5.2.9 - BARREIRA NO PASSEIO PÚBLICO.....	182
FIGURA 5.2.10 - BOCA DE LOBO.....	183
FIGURA 5.2.11 - CAMINHOS DA ÁGUA DA CHUVA.....	183
5.3 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	184
5.4 COMUNICAÇÃO.....	186
FIGURA 5.4.1 - TELEFONE PÚBLICO.....	186
FIGURA 5.4.2 - TELEFONE PÚBLICO.....	186
FIGURA 5.4.3 - AGÊNCIA DE CORREIOS.....	187
6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	188



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

6.1 SAÚDE	189
FIGURA 6.1.1 – CENTRO DE SAÚDE.....	192
FIGURA 6.1.2 – CLÍNICA MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA.	192
FIGURA 6.1.3 – LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS.	192
FIGURA 6.1.4 – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL REGIONAL – CAPS NOVA MENTE.	192
6.2 EDUCAÇÃO.....	197
FIGURA 6.2.1 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DONA NINA.	199
FIGURA 6.2.2 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DONA NINA.	199
FIGURA 6.2.3 – ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO.....	200
FIGURA 6.2.4 – ESCOLA ESTADUAL CESAR LATTES.	201
FIGURA 6.2.5 – ESCOLA ESTADUAL CESAR LATTES – REFEITÓRIO.....	201
FIGURA 6.2.6 – ESCOLA ESTADUAL CESAR LATTES – BIBLIOTECA.....	201
FIGURA 6.2.7 – ESCOLA ESTADUAL CESAR LATTES – GINÁSIO DE ESPORTES.	201
FIGURA 6.2.8 – ESCOLA RURAL MUNICIPAL ANTONIO CARLOS.....	202
FIGURA 6.2.9 – ESCOLA RURAL MUNICIPAL ANTONIO CARLOS.....	202
FIGURA 6.2.10 – ESCOLA ESTADUAL ROSA D. CALSAVARA.	202
FIGURA 6.2.11 – ESCOLA ESTADUAL ROSA D. CALSAVARA – REFEITÓRIO.	202
FIGURA 6.2.12 – ESCOLA ESTADUAL ROSA D. CALSAVARA – LABORATÓRIO.	202
FIGURA 6.2.13 – ESCOLA ESTADUAL ROSA D. CALSAVARA – GINÁSIO DE ESPORTES.	202
6.3 CULTURA	207
FIGURA 6.3.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – ANFITEATRO.....	209
FIGURA 6.3.2 – BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.	209
FIGURA 6.3.3 – PRÉDIO DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.	209
FIGURA 6.3.4 – PRÉDIO DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.	209
6.4 ESPORTE, LAZER E TURISMO	210
FIGURA 6.4.1 – GINÁSIO DE ESPORTE E ESTÁDIO MUNICIPAL.	211
FIGURA 6.4.2 – QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA - SEDE.....	211
FIGURA 6.4.3 - QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA - SEDE.	211
FIGURA 6.4.4 - QUADRA POLIESPORTIVA – SETE DE MAIO.	211
FIGURA 6.4.5 - QUADRA POLIESPORTIVA – BELA VISTA.....	212
FIGURA 6.4.7 - PRAÇA JORDÃO BELEZE.	213
FIGURA 6.4.8 - PRAÇA DOS PIONEIROS.	213
FIGURA 6.4.9 – CLUBE SOCIAL 22 DE OUTUBRO.	213
FIGURA 6.4.10 – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO.	213
FIGURAS 6.4.11 E 6.4.12 – CACHOEIRA DO PALMEIRINHA.	214
FIGURA 6.4.13 – LINHA DE PEDRAS – LIMITE ENTRE CAMBIRA E APUCARANA.....	214
FIGURA 6.4.14 – FESTA DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE.	215
FIGURA 6.4.15 – CAVALGADA ECOLÓGICA.	215
FIGURA 6.4.16 – EXPOCAM.	215
FIGURA 6.4.17 – RODEIO DO CRUZEIRO.....	215
6.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	217
FIGURA 6.5.1 – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	223
6.6 SEGURANÇA	224
FIGURA 6.6.1 – DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL.....	224
6.7 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	231
FIGURA 6.7.1 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – ENTRADA.	231
FIGURA 6.7.2 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – ORGANIZAÇÃO DOS TÚMULOS.	231
FIGURA 6.7.3 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – CRUZEIRO.	232
FIGURA 6.7.4 – CAPELA MORTUÁRIA.	232
7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	233



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

7.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	234
7.2 FINANÇAS PÚBLICAS.....	242
FIGURA 7.2.1 – ORIGEM RECURSOS DOS FUNDOS – IR E IPI.....	257
7.3 LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.....	266
 FASE III - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES	294
 1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	297
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	303
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	307
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	327
5. DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISCOTERRITORIAL.....	330
FIGURA 5.1 – VIA ESTRUTURAL MUNICIPAL.....	340
FIGURA 5.2 – VIA ARTERIAL URBANA.	340
FIGURA 5.3 – VIA COLETORA.	341
FIGURA 5.4 – VIA MARGINAL.....	341
FIGURA 5.5 – VIA LOCAL.	342
FIGURA 5.6 – PASSEIO ECOLÓGICO.	343
FIGURA 5.7 – PERSPECTIVA.	343
FIGURA 5.8 – NORMAS DE ACESSIBILIDADE PARA AS CALÇADAS.....	343
 FASE IV – MINUTAS PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA	351
 1. ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	354
2. ANTEPROJETO DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	382
3. ANTEPROJETO DE LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO	413
4. ANTEPROJETO DE LEI DO PERÍMETRO URBANO.....	428
5. ANTEPROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO.....	440
6. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE OBRAS.....	451
7. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS.....	505
 FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	536
 1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	539



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	545
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	550
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA...	561
5. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISCOTERRITORIAL.....	570
6. RESUMO DAS AÇÕES.....	572
7. INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PAI.....	587
8. PARECER TÉCNICO.....	590
PROCESSO PATICIPATIVO	597
1. REUNIÕES TÉCNICAS E DE TRABALHO.....	600
FIGURA 1.1 – DECRETO MUNICIPAL – EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL.....	602
FIGURAS 1.2 A 1.4 – FOTOS DA PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA.	603
FIGURA 1.5 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA.	604
FIGURA 1.6 – DECRETO MUNICIPAL – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL.....	607
FIGURAS 1.7 A 1.10 – FOTOS DO PRIMEIRO TREINAMENTO.....	608
FIGURA 1.11 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DO PRIMEIRO TREINAMENTO.....	609
FIGURAS 1.12 A 1.17 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> DO TREINAMENTO DAS EQUIPES UTILIZADO NA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.....	610
FIGURAS 1.18 A 1.23 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> DO TREINAMENTO DAS EQUIPES UTILIZADO NA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.....	611
FIGURAS 1.24 A 1.29 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> DO TREINAMENTO DAS EQUIPES UTILIZADO NA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.....	612
FIGURAS 1.30 A 1.35 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> DO TREINAMENTO DAS EQUIPES UTILIZADO NA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.....	613
FIGURAS 1.36 A 1.41 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> DO TREINAMENTO DAS EQUIPES UTILIZADO NA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.....	614
FIGURAS 1.42 A 1.47 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> DO TREINAMENTO DAS EQUIPES UTILIZADO NA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.....	615
FIGURA 1.48 – NOVO DECRETO MUNICIPAL – EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL.....	617
FIGURAS 1.49 A 1.52 – FOTOS DA TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA.	618
FIGURA 1.53 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA.	619
FIGURAS 1.54 E 1.55 – FOTOS DA QUARTA REUNIÃO TÉCNICA.	620
FIGURA 1.56 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA QUARTA REUNIÃO TÉCNICA.....	621
FIGURAS 1.57 A 1.59 – FOTOS DA QUINTA REUNIÃO TÉCNICA.	622
FIGURA 1.60 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA QUINTA REUNIÃO TÉCNICA.	623
FIGURA 1.61 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA SEXTA REUNIÃO TÉCNICA.	624
FIGURAS 1.62 A 1.64 – FOTOS DA SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA.....	626
FIGURA 1.65 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA.	627
FIGURAS 1.66 E 1.67 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO TERCEIRO TREINAMENTO TÉCNICO – SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA.	628
FIGURAS 1.68 E 1.69 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO TERCEIRO TREINAMENTO TÉCNICO – SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA.	629
FIGURAS 1.70 E 1.71 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO TERCEIRO TREINAMENTO TÉCNICO – SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA.	630
FIGURAS 1.72 E 1.73 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO TERCEIRO TREINAMENTO TÉCNICO – SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA.	631



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

FIGURAS 1.74 E 1.75 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO TERCEIRO TREINAMENTO TÉCNICO – SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA.	632
FIGURAS 1.76 A 1.79 – FOTOS DA OITAVA REUNIÃO TÉCNICA.	634
FIGURA 1.80 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA OITAVA REUNIÃO TÉCNICA.	635
FIGURAS 1.81 E 1.82 – FOTOS DA NONA REUNIÃO TÉCNICA.	636
FIGURA 1.83 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA NONA REUNIÃO TÉCNICA.	637
FIGURAS 1.84 A 1.89 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO QUARTO TREINAMENTO TÉCNICO – NONA REUNIÃO TÉCNICA.	638
FIGURAS 1.90 A 1.95 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO QUARTO TREINAMENTO TÉCNICO – NONA REUNIÃO TÉCNICA.	639
FIGURAS 1.96 A 1.101 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO QUARTO TREINAMENTO TÉCNICO – NONA REUNIÃO TÉCNICA.	640
FIGURAS 1.102 A 1.105 – FOTOS DA DÉCIMA REUNIÃO TÉCNICA.	642
FIGURA 1.106 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA DÉCIMA REUNIÃO TÉCNICA.	643
FIGURAS 1.107 A 1.110 – FOTOS DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA.	645
FIGURA 1.111 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA.	646
FIGURAS 1.112 A 1.115 – FOTOS DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.	648
FIGURA 1.116 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.	649
FIGURAS 1.117 A 1.122 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO QUINTO TREINAMENTO TÉCNICO – DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.	650
FIGURAS 1.123 A 1.128 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO QUINTO TREINAMENTO TÉCNICO – DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.	651
FIGURAS 1.129 A 1.134 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO QUINTO TREINAMENTO TÉCNICO – DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.	652
FIGURAS 1.135 E 1.136 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO QUINTO TREINAMENTO TÉCNICO – DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA.	653
FIGURAS 1.137 A 1.140 – FOTOS DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA.	655
FIGURA 1.141 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA.	656
2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	657
FIGURAS 2.1 – CONVOCAÇÃO OFICIAL 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	659
FIGURA 2.2 E 2.3 – EXPLANAÇÃO NA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	660
FIGURA 2.4 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	661
FIGURAS 2.5 E 2.6 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	662
FIGURAS 2.7 A 2.12 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	663
FIGURAS 2.13 A 2.18 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	664
FIGURAS 2.19 A 2.24 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	665
FIGURAS 2.25 A 2.28 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	666
FIGURAS 2.29 A 2.34 – EXPLANAÇÃO NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	668
FIGURA 2.35 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	669
FIGURAS 2.36 A 2.41 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	670
FIGURAS 2.42 A 2.47 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	671
FIGURAS 2.48 A 2.53 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	672
FIGURAS 2.54 A 2.59 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	673
FIGURAS 2.60 A 2.65 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	674
FIGURAS 2.66 A 2.71 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	675
FIGURAS 2.72 E 2.73 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	676
FIGURAS 2.74 – PUBLICAÇÃO OFICIAL DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	678
FIGURAS 2.75 A 2.78 – FOTOS DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	679
FIGURAS 2.79 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	680
FIGURAS 2.80 A 2.85 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.	681



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

FIGURAS 2.86 A 2.91 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 3ª	
AUDIÊNCIA PÚBLICA.	682
FIGURAS 2.92 A 2.97 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 3ª	
AUDIÊNCIA PÚBLICA.	683
FIGURAS 2.98 A 2.103 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 3ª	
AUDIÊNCIA PÚBLICA.	684
FIGURAS 2.104 A 2.109 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 3ª	
AUDIÊNCIA PÚBLICA.	685
FIGURAS 2.110 A 2.115 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 3ª	
AUDIÊNCIA PÚBLICA.	686
FIGURAS 2.116 – CÓPIA DA APRESENTAÇÃO EM <i>POWERPOINT</i> UTILIZADA NA 3ª	
AUDIÊNCIA PÚBLICA.	687



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

LISTA DE GRÁFICOS

FASE I: PLANO DE TRABALHO.....	39
FASE II: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA.....	69
1. ASPECTOS REGIONAIS	71
1.1 MUNICÍPIO DE CAMBIRA.....	72
1.2 REGIÃO DE CAMBIRA	79
1.3 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS.....	90
2. ASPECTOS AMBIENTAIS	92
2.1 CLIMA.....	93
GRÁFICO 2.1.1 – TEMPERATURA MÉDIA MENSAL DE CAMBIRA/PR EM 2009/2010.	94
GRÁFICO 2.1.2 – PRECIPITAÇÃO (MM) MENSAL DE CAMBIRA/PR EM 2009/2010.	94
2.2 GEOLOGIA	96
2.3 GEOMORFOLOGIA.....	98
2.4 PEDOLOGIA	100
2.5 HIDROGRAFIA	103
2.6 FLORA	107
2.7 FAUNA	112
3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	116
3.1 DEMOGRAFIA	117
GRÁFICO 3.1.1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE CAMBIRA – 1970 A 2000.....	118
GRÁFICO 3.1.2 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE – 2000.....	119
GRÁFICO 3.1.3 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE CAMBIRA – 2000.....	120
3.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO	121
3.3 ECONOMIA	127
GRÁFICO 3.3.1 – PRODUTO INTERNO BRUTO SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE.	130
GRÁFICO 3.3.2 - OCUPAÇÃO POR ATIVIDADES ECONÔMICAS EM MÉDIA.	132
GRÁFICO 3.3.3 – ESTABELECIMENTOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA.	134
GRÁFICO 3.3.4 – EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	134
GRÁFICO 3.3.5 – COMPOSIÇÃO MÉDIA DOS EFETIVOS DE REBANHOS.	145
4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	152
4.1 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL.....	153
4.2 HABITAÇÃO	162
4.3 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES	167



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

5. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA	172
5.1 SANEAMENTO BÁSICO	173
5.2 DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO.....	179
5.3 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	184
5.4 COMUNICAÇÃO	186
6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	188
6.1 SAÚDE	189
6.2 EDUCAÇÃO.....	197
6.3 CULTURA	207
6.4 ESPORTE, LAZER E TURISMO	210
6.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	217
6.6 SEGURANÇA	224
6.7 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	231
7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	233
7.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	234
GRÁFICO 7.1.1 – COMPOSIÇÃO POR NÍVEL ESCOLARIDADE DOS FUNCIONÁRIOS ATIVOS.	239
7.2 FINANÇAS PÚBLICAS.....	242
GRÁFICO 7.2.1 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL.	243
GRÁFICO 7.2.2 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE.....	246
GRÁFICO 7.2.3 – COMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS.	247
GRÁFICO 7.2.4 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL.	248
GRÁFICO 7.2.5 – COMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS (MÉDIA DOS ANOS 2004, 2005 E 2006).	251
GRÁFICO 7.2.6 – REPASSES FEDERAIS.	257
7.3 LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.....	266
GRÁFICO 7.3.1. – ARRECADAÇÃO 2009.	268
FASE III - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES	294
1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	297
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	303
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	307
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	327
5. DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISCOTERRITORIAL.....	330



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

FASE IV – MINUTAS PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA	351
1. ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	354
2. ANTEPROJETO DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	382
3. ANTEPROJETO DE LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO	413
4. ANTEPROJETO DE LEI DO PERÍMETRO URBANO.....	428
5. ANTEPROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO.....	440
6. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE OBRAS.....	451
7. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS.....	505
 FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	 536
1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	539
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	545
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	550
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA...	561
5. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISCOTERRITORIAL.....	570
6. RESUMO DAS AÇÕES.....	572
7. INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PAI.....	587
8. PARECER TÉCNICO.....	590
 PROCESSO PARTICIPATIVO	 597
1. REUNIÕES TÉCNICAS E DE TRABALHO.....	600
2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	657



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

LISTA DE TABELAS

FASE I: PLANO DE TRABALHO.....	39
FASE II: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA.....	69
1. ASPECTOS REGIONAIS	71
1.1 MUNICÍPIO DE CAMBIRA.....	72
1.2 REGIÃO DE CAMBIRA	79
TABELA 1.2.1 – MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A MICRORREGIÃO DE APUCARANA E POPULAÇÃO DE 2000.	88
TABELA 1.2.2 – MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A AMUVI.....	89
1.3 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS.....	90
2. ASPECTOS AMBIENTAIS	92
2.1 CLIMA.....	93
2.2 GEOLOGIA	96
2.3 GEOMORFOLOGIA.....	98
2.4 PEDOLOGIA	100
2.5 HIDROGRAFIA	103
2.6 FLORA	107
2.7 FAUNA	112
TABELA 2.5.1 – RELAÇÃO DE ESPÉCIES DE MAMÍFEROS DA REGIÃO NORTE CENTRAL QUE SE ENQUADRA EM CATEGORIAS CRÍTICAS COM RELAÇÃO A SUA PRESERVAÇÃO, PARANÁ, 1995.....	113
TABELA 2.5.2 – RELAÇÃO DE ESPÉCIES DA AVIFAUNA DA REGIÃO NORTE CENTRAL QUE SE ENQUADRA EM CATEGORIAS CRÍTICAS COM RELAÇÃO A SUA PRESERVAÇÃO, PARANÁ, 2001.....	113
TABELA 2.5.3 – ESPÉCIES DE MAMÍFEROS DA BACIA DOS RIOS TIBAGI E PARANAPANEMA.	114
TABELA 2.5.4 – NÚMERO DE ESPÉCIES DE AVES REGISTRADAS EM CADA FAMÍLIA NA BACIA DOS RIOS TIBAGI E PARANÁ, 2002.....	115
3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	116
3.1 DEMOGRAFIA	117
TABELA 3.1.1 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL – CAMBIRA 1970 A 2019.	118
TABELA 3.1.2 – COMPARATIVO DE RAZÃO DE DEPENDÊNCIA EM CAMBIRA, MICRORREGIÃO E MESORREGIÃO – 2000.....	119
3.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO	121
TABELA 3.2.1 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.	122
TABELA 3.2.2 – IDH NA MICRORREGIÃO DE APUCARANA, 1991 E 2000.	123
TABELA 3.2.3 – IDH-EDUCAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE APUCARANA, 1991 A 2000. ..	124
TABELA 3.2.4 – IDHM-LONGEVIDADE NA MICRORREGIÃO DE APUCARANA, 1991 A 2000.	125



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

TABELA 3.2.5 – IDH-REND A NA MICRORREGIÃO DE APUCARANA, 1991 A 2000.	126
---	-----

3.3 ECONOMIA 127

TABELA 3.3.1 – PIB DOS MUNICÍPIOS DE CAMBIRA, BOM SUCESSO E CALIFÓRNIA (PREÇOS CONSTANTES DE 2006).....	128
TABELA 3.3.2 – VARIAÇÃO DO PIB DEFLACIONADO E PIB <i>PER CAPITA</i> DOS MUNICÍPIOS DE CAMBIRA, BOM SUCESSO E CALIFÓRNIA – PERÍODO 2003 A 2006.....	129
TABELA 3.3.3–PRODUTO INTERNO BRUTO SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADES, CAMBIRA-2006.....	130
TABELA 3.3.4 – UNIDADES LOCAIS, PESSOAL OCUPADO, ASSALARIADOS E SALÁRIOS A PREÇOS CONSTANTES DE 2006 - CAMBIRA.	132
TABELA 3.3.5 – DISTRIBUIÇÃO DE OCUPAÇÃO TOTAL - CAMBIRA, 2003 A 2006.	132
TABELA 3.3.6 – ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA, CAMBIRA – 2008.	134
TABELA 3.3.7 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO A PREÇOS CONSTANTES DE 2006.	135
TABELA 3.3.8 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – RENDIMENTO MÉDIO KG/HA.	137
TABELA 3.3.9 – PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA MUNICIPAL DE CAMBIRA (R\$ A PREÇOS CONSTANTES DE 2007).....	139
TABELA 3.3.10 – PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM RELAÇÃO AO PIB E AO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VALORES ATUALIZADOS) – MUNICÍPIO DE CAMBIRA – PERÍODO 2005 A 2007.	140
TABELA 3.3.11 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – LAVOURA TEMPORÁRIA, 2006 E 2007 (VALORES EM R\$ A PREÇOS CONSTANTES DE 2007).....	141
TABELA 3.3.12 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – LAVOURA PERMANENTE, 2006 E 2007 (VALORES EM R\$ A PREÇOS CONSTANTES DE 2007).....	142
TABELA 3.3.13 – NÚMERO E ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NOS ANOS DE 1996 E 2006.....	143
TABELA 3.3.15 – TOTAL DOS EFETIVOS DE REBANHOS (CABEÇAS), CAMBIRA – PERÍODO 2004 A 2007.	143
TABELA 3.3.16 - EFETIVOS DE REBANHOS NO MUNICÍPIO, 2004 A 2007 – MUNICÍPIO DE CAMBIRA.	144
TABELA 3.3.17 – PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO) – CAMBIRA - PERÍODO DE 2004 A 2007 (VALORES EM R\$ A PREÇOS CONSTANTES DE 2007).	147
TABELA 3.3.18 – PRODUTOS INTERNO BRUTO - PIB – CAMBIRA - PERÍODO DE 2003 A 2006.....	148

4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS 152

4.1 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL..... 153

TABELA 4.1.1 – COMUNIDADES RURAIS, ACESSO, NÚMERO DE FAMÍLIAS, INFRAESTRUTURA E ASSOCIAÇÃO.....	155
TABELA 4.1.2 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DE CAMBIRA, 1996.	156
TABELA 4.1.3 – NÚMERO E ÁREA DE ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO CATEGORIAS DE PROPRIETÁRIOS RURAIS EM CAMBIRA, 1996.....	157
TABELA 4.1.4 – CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS EM CAMBIRA, 1996.	157
TABELA 4.1.5 – LOTEAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CAMBIRA.....	159
TABELA 4.1.7 – SETORES INDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBIRA.....	160

4.2 HABITAÇÃO 162

TABELA 4.2.1 – PERCENTUAL DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIO PARTICULAR POR NÚMERO DE COMPONENTES E SITUAÇÃO DOMICILIAR EM CAMBIRA, 2000.	163
TABELA 4.2.2 – PERCENTUAL DE FAMÍLIAS RESIDENTES POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE CAMBIRA, 2000.	163
TABELA 4.2.3 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTE POR CONDIÇÃO DA MORADIA EM CAMBIRA, 2000.	165
TABELA 4.2.4 – CONJUNTOS HABITACIONAIS EM CAMBIRA.	166

4.3 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES 167



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

TABELA 4.3.1 – ESTRADAS DE ESTRUTURAÇÃO MUNICIPAL.....	169
TABELA 4.3.2 – FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMBIRA, 2008.	169
TABELA 4.3.3 – FROTA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.	170
5. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA.....	172
5.1 SANEAMENTO BÁSICO	173
TABELA 5.1.1 – CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA - 2010.....	174
TABELA 5.1.2 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA SEGUNDO A CATEGORIA.	175
TABELA 5.1.3 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR EXISTÊNCIA DE BANHEIRO OU SANITÁRIO E FORMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CAMBIRA, 2000.	176
TABELA 5.1.4 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR EXISTÊNCIA E TIPO DE COLETA DE LIXO, CAMBIRA, 2000.	177
5.2 DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO.....	179
5.3 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	184
TABELA 5.3.1 – CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES DE CAMBIRA, 2007.	185
5.4 COMUNICAÇÃO.....	186
6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	188
6.1 SAÚDE	189
TABELA 6.1.1 – DADOS DE MORTALIDADE INFANTIL DA REGIONAL DE SAÚDE DE APUCARANA, 2009.	190
TABELA 6.1.2 – EQUIPAMENTOS DE SAÚDE, LOCALIDADES E HORÁRIO DE ATENDIMENTO, 2009.....	192
TABELA 6.1.2 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DE CAMBIRA, 2009.	196
6.2 EDUCAÇÃO.....	197
TABELA 6.2.1 - COMPARATIVO DO NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA (25 ANOS OU MAIS) DE CAMBIRA E PARANÁ, 1991 A 2000.	197
TABELA 6.2.2 - COMPARATIVO DO NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM DE CAMBIRA, 1991 A 2000.	198
TABELA 6.2.3 - EQUIPAMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMBIRA, 2010.....	198
TABELA 6.2.4 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO, CAMBIRA 2010.....	204
TABELA 6.2.5 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CAMBIRA 2010.	205
6.3 CULTURA	207
6.4 ESPORTE, LAZER E TURISMO	210
6.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	217
6.6 SEGURANÇA	224
6.7 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	231
7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	233
7.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	234
7.2 FINANÇAS PÚBLICAS.....	242
TABELA 7.2.1 – RECEITA MUNICIPAL – CAMBIRA (VALORES R\$), 2005 A 2007.	243
TABELA 7.2.2 - RECEITA TOTAL LÍQUIDA – CAMBIRA (VALORES EM R\$), 2005 A 2007.	244
TABELA 7.2.3 - RECEITA TRIBUTÁRIA X RECEITA CORRENTE – CAMBIRA (VALORES EM R\$).	245



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

TABELA 7.2.4 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE – CAMBIRA, 2005-2008 (EM R\$).	245
TABELA 7.2.5 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE – CAMBIRA, 2005 A 2008.	246
TABELA 7.2.6 – RECEITAS PRÓPRIAS – CAMBIRA, PERÍODO 2005 A 2008 (EM R\$)....	247
TABELA 7.2.7 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS TRIBUTOS NA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE CAMBIRA, PERÍODO 2005-2008.....	247
TABELA 7.2.8 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS NA RECEITA CORRENTE.	247
TABELA 7.2.9 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA – CAMBIRA, 2005 A 2008 (EM R\$).....	248
TABELA 7.2.10 - GASTOS COM PESSOAL X RECEITAS E DESPESAS – CAMBIRA.	249
TABELA 7.2.11 - PARTICIPAÇÃO PESSOAL X RECEITAS E DESPESAS – CAMBIRA.....	249
TABELA 7.2.12 - DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO – CAMBIRA (2006 A 2008) EM R\$.	251
TABELA 7.2.13 –DESPESA E RECEITA – CAMBIRA (VALORES EM R\$), 2005 A 2007. ...	252
TABELA 7.2.14 - INDICADOR DE ESFORÇO TRIBUTÁRIO – CAMBIRA (VALORES EM R\$).	252
TABELA 7.2.15 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA – CAMBIRA (VALORES EM R\$).	253
TABELA 7.2.16 - INDICADOR DE FINANCIAMENTOS DOS GASTOS – CAMBIRA (VALORES EM R\$).	254
TABELA 7.2.17 – INDICADOR DE POUPANÇA - CAMBIRA (VALORES EM R\$).....	255
TABELA 7.2.18 – TRIBUTOS MUNICIPAIS NA RECEITA CORRENTE – CAMBIRA (VALORES EM R\$).	255
TABELA 7.2.19 – TRANSFERÊNCIAS FEDERAL PARA O MUNICÍPIO DE CAMBIRA, PERÍODO 2004 A 2008 (EM R\$).	257
TABELA 7.2.20 – RECEITAS - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DURANTE O PERÍODO DE 2004 A 2005 MUNICÍPIO DE CAMBIRA (VALORES EM REAIS).	259
TABELA 7.2.21 – EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL – CAMBIRA, BOM SUCESSO E CALIFÓRNIA, PERÍODO DE 2004 A 2008.	260
TABELA 7.2.22 – EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – CAMBIRA, DURANTE O PERÍODO DE 2004 A 2008.....	260
TABELA 7.2.23 – EVOLUÇÃO VALOR ADICIONADO FISCAL DOS SETORES DA ECONOMIA, 2004 A 2008.	261
TABELA 7.2.24 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – CAMBIRA, 2003 A 2006.	262
7.3 LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.....	266
FASE III - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES	294
1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	297
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	303
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	307
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	327
5. DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISCOTERRITORIAL.....	330
FASE IV – MINUTAS PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA	351
1. ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	354
2. ANTEPROJETO DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	382



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

3. ANTEPROJETO DE LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO	413
4. ANTEPROJETO DE LEI DO PERÍMETRO URBANO.....	428
5. ANTEPROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO.....	440
6. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE OBRAS.....	451
7. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS.....	505
 FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	 536
1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	539
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	545
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	550
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA... 	561
5. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISCOTERRITORIAL.....	570
6. RESUMO DAS AÇÕES.....	572
7. INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PAI.....	587
8. PARECER TÉCNICO.....	590
 PROCESSO PATICIPATIVO	 597
1. REUNIÕES TÉCNICAS E DE TRABALHO.....	600
2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	657



LISTA DE MAPAS

FASE I: PLANO DE TRABALHO.....	39
FASE II: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA.....	69
1. ASPECTOS REGIONAIS	71
1.1 MUNICÍPIO DE CAMBIRA.....	72
1.2 REGIÃO DE CAMBIRA	79
1.3 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS.....	90
2. ASPECTOS AMBIENTAIS	92
2.1 CLIMA.....	93
2.2 GEOLOGIA	96
2.3 GEOMORFOLOGIA.....	98
2.4 PEDOLOGIA	100
2.5 HIDROGRAFIA	103
2.6 FLORA	107
2.7 FAUNA	112
3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	116
3.1 DEMOGRAFIA	117
3.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO	121
3.3 ECONOMIA	127
4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	152
4.1 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL.....	153
4.2 HABITAÇÃO	162
4.3 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES	167
5. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA.....	172
5.1 SANEAMENTO BÁSICO	173
5.2 DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO.....	179
5.3 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	184
5.4 COMUNICAÇÃO	186
6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	188
6.1 SAÚDE	189



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

6.2 EDUCAÇÃO.....	197
6.3 CULTURA	207
6.4 ESPORTE, LAZER E TURISMO	210
6.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	217
6.6 SEGURANÇA	224
6.7 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	231
7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	233
7.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	234
7.2 FINANÇAS PÚBLICAS.....	242
7.3 LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.....	266
MAPA 1 - MUNICÍPIO DE CAMBIRA	270
MAPA 2 - HIPSOMETRIA MUNICIPAL	271
MAPA 3 - DECLIVIDADE MUNICIPAL	272
MAPA 4 - TIPOLOGIA DOS SOLOS.....	273
MAPA 5 - HIDROGRAFIA MUNICIPAL	274
MAPA 6 - USO DO SOLO MUNICIPAL	275
MAPA 7 - APTIDÃO DO SOLO MUNICIPAL	276
MAPA 8 - MALHA URBANA.....	277
MAPA 9 - EVOLUÇÃO URBANA	278
MAPA 10 - USO DO SOLO URBANO	279
MAPA 11 - BAIRROS DA SEDE MUNICIPAL.....	280
MAPA 12 - SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL	281
MAPA 13 - SISTEMA VIÁRIO URBANO.....	282
MAPA 14 - ABASTECIMENTO URBANO DE ÁGUA.....	283
MAPA 15 - RESÍDUOS SÓLIDOS.....	284
MAPA 16 - PAVIMENTAÇÃO URBANA.....	285
MAPA 17 - PAVIMENTAÇÃO MUNICIPAL.....	286
MAPA 18 - REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	287
MAPA 19 - ILUMINAÇÃO URBANA.....	288
MAPA 20 - EQUIPAMENTOS URBANOS I	289
MAPA 21 - EQUIPAMENTOS URBANOS II	290
MAPA 22 - EQUIPAMENTOS URBANOS III	291
MAPA 23 - ABRANGÊNCIA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	292
MAPA 24 - ABRANGÊNCIA EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	293
FASE III - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES	294
1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	297
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	303
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	307
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	327
5. DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISCOTERRITORIAL.....	330
MAPA 1 - MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	345
MAPA 2 - MACROZONEAMENTO URBANO	346



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

MAPA 3 – PERÍMETRO URBANO SEDE.....	347
MAPA 4 – PERÍMETRO URBANO PATRIMÔNIO SETE DE MAIO.....	348
MAPA 5 – SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL.....	349
MAPA 6 – SISTEMA VIÁRIO URBANO.....	350

FASE IV – MINUTAS PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA 351

1. ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL 354

ANEXO I – MACROZONEAMENTO MUNICIPAL	380
ANEXO II – MACROZONEAMENTO URBANO SEDE.....	381

2. ANTEPROJETO DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO 382

ANEXO I – MAPA ZONEAMENTO URBANO SEDE	398
---	-----

3. ANTEPROJETO DE LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO 413

4. ANTEPROJETO DE LEI DO PERÍMETRO URBANO..... 428

ANEXO I – PERÍMETRO URBANO DE SEDE	431
ANEXO III – PERÍMETRO URBANO DO PATRIMÔNIO SETE DE MAIO.....	438

5. ANTEPROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO..... 440

ANEXO I – SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL	448
ANEXO II – SISTEMA VIÁRIO URBANO SEDE.....	449

6. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE OBRAS..... 451

7. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS..... 505

FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS 536

1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL..... 539

**2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
AMBIENTAL..... 545**

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO..... 550

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA... 561

5. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISCOTERRITORIAL..... 570

6. RESUMO DAS AÇÕES..... 572

**7. INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS
AÇÕES PREVISTAS NO PAI..... 587**

8. PARECER TÉCNICO..... 590

PROCESSO PARTICIPATIVO 597



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

1. REUNIÕES TÉCNICAS E DE TRABALHO	600
2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	657



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AHRANA – Administração da Hidrovia do Rio Paraná

ALL – América Latina Logística do Brasil

AMUNPAR – Associação dos Municípios do Noroeste do Paranaense

APAE - Associação de Pais e Amigos dos excepcionais

APP – Área de preservação permanente

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

BPC – Benefícios de prestação continuada

CE – Constituição Estadual

CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

CEI – Centro de Educação Infantil

CF – Constituição Federal

CIS/AMUNPAR – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense

CEAD – Cursos de Educação a Distância

CENG – Conselho de Entidades não Governamentais

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná

COMDEC – Comissões Municipais de Defesa Civil

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEC – Conselho Nacional de Defesa Civil

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

COREDEC – Coordenadoria Regional de Defesa Civil

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRE – Centro Regional de Especialidades

CSU – Centro Social Urbano

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

DAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

DST – Doença Sexualmente transmissível

EC – Estatuto da Cidade

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental

EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança

EJA – Escola de jovens e Adultos

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETE – Estação de Tratamento de Esgotos

FACINOR – Faculdade de Ciências, Letras e Educação do Noroeste Paranaense

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FAFIPA – Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí

FES – Floresta Estacional Semidecidual

FEX – Fundo de Exportação

FGU – Faculdade Global de Umuarama

FINBRA – Finanças do Brasil

FPE - Fundo de Participação dos Estados

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB – Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GLP – Gás liquefeito de petróleo

GRAF – Grupo de Atividades Fundamentais

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IPEM – Instituto de Pesos e Medidas

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPI – Imposto sobre produtos industrializados

IPITU - Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores

ISSQN - Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens de Imóveis

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

LDO – Lei de Diretriz Orçamentária

LOA – Lei de Orçamento Anual

LOAS – Lei orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

MINEROPAR – Minerais do Paraná

NIS – Núcleo Integrado de Saúde

NRE – Núcleo Regional de Educação

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial de saúde

PAI – Plano de Ação e Investimento

PCA – Plano de Controle Ambiental

PCC – Paridade do Poder de Compra

PDM – Plano Diretor Municipal

PDU – Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná

PIB – Produto Interno Bruto

PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PSF – Programa Saúde da Família

RCL - Revista de Comunicação e Linguagens



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

REER – Rede Estadual de Emergência dos Radioamadores

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

RH – Recursos Humanos

RIMA – Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente

RIV – Relatório de Impacto de Vizinhança

RPPN – Reserva Particular do patrimônio Natural

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SEDEC – Secretaria Especial de Defesa Civil

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná

SEDU – Secretaria do de Estado do Desenvolvimento Urbano

SESA – Secretaria de Saúde do Estado do Paraná

SICOE – Sistema Integrado de Comando e Operações em Emergência

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDHERSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

STN – Secretaria do Tesouro nacional

TFD – Tratamentos Fora Domicílios

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNIPAR – Universidade Paranaense

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

APRESENTAÇÃO

A sociedade brasileira passou por um rápido processo de urbanização. Novas cidades surgiram, as existentes passaram por um processo de crescimento vertiginoso e grandes pólos metropolitanos se formaram.

Em 1960, a população urbana representava, aproximadamente, 45% da população total, contra 55% de população rural. No ano 2000, 81% da população brasileira viviam nas cidades, contra 19% na zona rural.

Este desafio tem que ser enfrentado e, neste sentido, o processo de planejamento contido no Plano Diretor Municipal incorpora o conceito de gestão como processo permanente de discussão, avaliação, proposição e monitoramento do desenvolvimento urbano e territorial. As ações de planejamento adquirem, assim, um caráter organizador que implica na articulação de diferentes sujeitos e interesses e na participação mais ampla da população para a definição da política urbana.

Esta nova concepção de gestão e planejamento da cidade foi consolidada pelo Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001 que trata da política urbana e das funções sociais da cidade e da propriedade, regulamentando os dispositivos constitucionais, artigos 182 e 183 que compõem o Capítulo da Política Urbana, da Constituição Federal de 1988 - primeira Lei Magna Brasileira - que contém um capítulo tratando especificamente sobre a questão urbana, dispõe que compete aos municípios executar a política de desenvolvimento urbano, através de diretrizes gerais fixadas em lei municipal, visando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (art.182 da CF)

A Constituição do Estado do Paraná de 1989, em seu Capítulo da Política Urbana, também prevê que o Plano Diretor disporá sobre: normas relativas ao desenvolvimento urbano; políticas de orientação da formulação de planos setoriais; critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer; proteção ambiental; e ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal. (art. 152 da CE)

O Estatuto da Cidade estabelece assim, as normas de ordem pública e interesse social que devem ser adotadas pelos municípios, visando à regulamentação do uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Utilizando o Plano Diretor Municipal, aprovado pela Câmara Municipal, abrangendo o território do município como um todo, e que conforme a Constituição Federal “é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”.

O Estatuto da Cidade determina que o plano diretor seja instrumento obrigatório da política urbana para: municípios com mais de 20.000 habitantes;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; municípios onde o poder público pretenda utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 182 da Constituição Federal (parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública); municípios integrantes de áreas de especial interesse turístico; e municípios inseridos em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. (art. 41 do EC)

“A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU se constitui em instrumento operado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU e Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. Promove a implantação de ações voltadas ao planejamento sustentável, à geração de emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e população de baixa renda do Paraná. Recomenda, inicialmente, a indução de um processo de planejamento para a implementação de Planos Diretores para municípios com mais de 20.000 habitantes, municípios pertencentes às regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, assim como municípios de interesse turístico no litoral e no oeste paranaenses, além de outros ao longo da calha do Rio Iguaçu”.

“Este processo permitirá aos municípios do Estado o acesso aos investimentos disponibilizados pelo Governo do Estado para a execução de obras e investimentos municipais, com base na construção de um Programa de Ação e Investimentos (Locais e Setoriais do Município) que é resultante da implementação do processo de planejamento local durante a execução dos Planos Diretores Municipais”. (Termo de Referência PARANACIDADE)

O Governo do Estado do Paraná determinou ainda que somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que disponham de Planos Diretores que observem o Estatuto da Cidade, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 2581, de 17/02/2004, substituído pela Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial nº 7276 de 26/07/2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.

O município de Cambira elaborou esse Plano Diretor Municipal por reconhecer a importância para seu desenvolvimento e a importância de executar um planejamento participativo e coerente com a realidade do Município.

O Plano Diretor Municipal passa a ser parte integrante do processo de planejamento municipal, cujas diretrizes e prioridades nele contidas deverão ser incorporadas pelo plano plurianual (PPA), pelas diretrizes orçamentárias (LDO) e pelo orçamento anual (LOA). Neste sentido, busca-se superar a dicotomia existente entre as diretrizes de desenvolvimento e expansão urbana previstas no Plano Diretor Municipal e



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

o direcionamento dos investimentos públicos, mediante a integração entre as políticas públicas e os investimentos municipais.

O Plano Diretor Municipal não expressa apenas a visão do governo. Trata-se de uma síntese de conceitos e idéias que foram debatidos durante o período de elaboração, envolvendo vários segmentos da sociedade civil, que atenderam ao chamamento para construir junto com o governo municipal e consultoria o planejamento do Município numa visão do futuro desejado, atendendo os anseios de toda a comunidade local. O resultado final, portanto, não representa uma visão única do Município, mas o produto com base em propostas dos vários segmentos da sociedade.

A gestão territorial municipal deve ser um processo permanente de construção da cidade, no qual o poder público deve desempenhar seu papel de articulador e formulador de propostas, com ênfase na atuação coordenada e integrada dos diversos agentes que produzem e constroem a cidade.

Desta forma, pode-se dizer que o Plano Diretor Municipal é constituído de cinco vertentes:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Social e Econômico;
- Desenvolvimento Institucional;
- Desenvolvimento Fisicoterritorial.

Os objetivos e princípios da política urbana e do desenvolvimento territorial contidos no Plano Diretor Municipal visam à justiça social, à redução das desigualdades e à inclusão social, mediante o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. O Plano Diretor Municipal aponta os instrumentos e os mecanismos de operação da política urbana que devem ser aplicados na cidade para a promoção e a proteção dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais de seus habitantes.

A propriedade cumprirá sua função social quando atender às diretrizes e exigências do desenvolvimento e expansão urbana, as quais objetivam o uso efetivo da terra e da infraestrutura instalada, a otimização dos recursos naturais e a contenção do crescimento urbano em direção à periferia e às áreas ambientalmente vulneráveis. Os critérios que definem os imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados e as normas que determinam o cumprimento de sua função social, constantes, são aplicáveis aos imóveis do município, os quais ficam também sujeitos a edificação e parcelamento compulsório, ao imposto predial e territorial progressivo no tempo.

O Plano Diretor Municipal incorpora e regulamenta instrumentos de política e reforma urbana previstos no Estatuto da Cidade relativos à indução do desenvolvimento urbano e intervenção no solo, indução do uso social da propriedade, às



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

normas de uso, ocupação e parcelamento do solo, à regularização fundiária, à gestão ambiental e à participação popular.

Neste processo de desenvolvimento territorial que o Município vem construindo, a consolidação do planejamento a partir do Plano Diretor Municipal será fundamental para a conformação de uma cidade mais justa, democrática e sustentável, em que as oportunidades sejam oferecidas a qualquer cidadão e o futuro seja construído por todos.

O Plano Diretor Municipal está formatado em um volume, dividido em seis partes, contendo o plano de trabalho, avaliação temática integrada, diretrizes e proposições, legislação, plano de ação e investimento e o processo participativo.

Os projetos de Lei que consubstanciam o Plano na parte de legislação são os seguintes:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- Anteprojeto de Lei do/s Perímetro/s Urbano/s e do/s Perímetro/s de Expansão Urbana;
- Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo Urbano;
- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras;
- Anteprojeto de Lei do Sistema Viário;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas.

As Minutas de Anteprojetos de Lei que serão apresentados para aprovação, traduziram a leitura técnica e comunitária formulada ao longo do processo. O conjunto do Plano será desde o seu início, acompanhado pela Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal, supervisionado pelos Analistas de Desenvolvimento Municipal do PARANACIDADE e discutido em três Audiências Públicas ou mais com a comunidade, sendo, portanto, um processo de bases sólidas, ratificado pelos cidadãos do Município de Cambira.

Ao final será realizada a Conferência Municipal da Cidade, sob a coordenação do Município, apoiada pela consultoria com os seguintes objetivos:

- Garantir a instauração de um processo permanente de planejamento, visando obter o comprometimento do poder público municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, a partir de experiência da Comissão de Acompanhamento de elaboração do PDM e dos demais Conselhos Municipais existentes, definindo sua composição e suas atribuições;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

-
- Obter o comprometimento da Câmara de Vereadores com a aprovação de PDM construído coletivamente.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A proposta do Plano Diretor Municipal de Cambira tem por finalidade principal a instituição do planejamento urbano e rural através do aperfeiçoamento da legislação de uso e ocupação do solo, visando privilegiar a melhoria na qualidade de vida da população do Município, considerando a promoção da equidade e justiça social, da eficiência administrativa e da qualidade ambiental. Para isso, o Plano Diretor Municipal tem em vista os seguintes objetivos gerais:

- Orientar o crescimento do Município em seus aspectos físicos, econômico, social, cultural e administrativo, além de promover o pleno aproveitamento destes recursos;
- Permitir o atendimento às necessidades da população quanto à habitação, ao trabalho, ao lazer, à cultura, ao transporte e ao saneamento básico, bem como, no âmbito da competência municipal, promover políticas de distribuição de renda;
- Preservar o patrimônio cultural e ambiental natural do Município, direcionando a sustentabilidade de suas atividades;
- Promover a integração entre a ação governamental municipal e ações dos órgãos e entidades federais e estaduais;
- Ordenar o Uso e a Ocupação do Solo Urbano e Rural, visando à garantia da função social da propriedade.

São objetivos específicos proporcionar aos órgãos gestores, estaduais e municipais, instrumentação técnico-administrativa abrangente e acessível que possibilite:

- Estabelecer mecanismo de planejamento, respeitando a dinâmica urbana e rural, que democratize o uso dos equipamentos urbanos;
- Atualizar os mecanismos legais, incorporando alternativas de desenvolvimento com justiça social;
- Orientar ações da iniciativa privada e das demais esferas de poder quanto às intervenções no meio urbano e coordená-las, garantindo proteção às paisagens e sítios de relevantes interesses arqueológico, histórico e cultural;
- Criar Unidades de Conservação, bem como mantê-las, garantindo o lazer às populações locais;
- Incrementar as atividades do turismo rural e urbano com proteção ao meio natural, viabilizando suporte econômico para as populações locais.

FASE I: PLANO DE TRABALHO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

INTRODUÇÃO

A aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, regulamentando o capítulo da política urbana da Constituição Federal de 1988 abre novas possibilidades aos municípios brasileiros. O governo do Estado do Paraná também trata de Plano Diretor através da Constituição do Estado do Paraná de 1989, artigo 152 e o Decreto nº. 2581 de 17 de fevereiro de 2004 e a Lei Estadual nº. 15.229 de 25 de julho de 2006 que oficializaram a necessidade dos municípios em elaborar seus Planos Diretores Municipais, visto a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU que se constitui em instrumento operado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU e Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, promovendo a implantação de ações voltadas ao planejamento sustentável, à geração de emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e população de baixa renda do Paraná, que recomenda, inicialmente, a indução de um processo de planejamento para a implementação de Planos Diretores para municípios com mais de 20.000 habitantes, pertencentes às regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá.

Assim, a dualidade presente na realidade urbana brasileira – cidade real x cidade legal – pode, a partir desta base legal, ser “enfrentada” no sentido de buscar soluções propositivas que respondam satisfatoriamente aos problemas que se arrastam há muito tempo.

Para atender a este anseio da sociedade brasileira, e em particular da comunidade de Cambira, é apresentado este plano de trabalho para a elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM), incorporando os instrumentos do Estatuto da Cidade e a nova concepção predominante, que deverá ser o grande eixo estruturador desta construção: o envolvimento da comunidade e sociedade civil organizada.

Um amplo processo de participação da sociedade, através de suas mais diversas formas de organização – sindical, associativa, não governamental, institucional, acadêmica, cultural, etc. – será o elemento norteador do processo de construção do PDM. Será aproveitado todo o acúmulo existente de processos participativos já realizados tais como o orçamento participativo, a conferência município de Cambira da cidade, a conferência do meio ambiente, da saúde e outras tantas que vem norteando a definição das ações atuais do poder público local.

Dessa forma o Plano Diretor Municipal deve traduzir os princípios das políticas públicas, urbana e rural, em leis municipais. Deve materializar as obrigações estabelecidas no Estatuto da Cidade quanto a:

- Regulamentação dos processos municipais de gestão urbana participativa, criando condições que permitam à população e aos setores populares participar do planejamento da cidade, construindo uma cidade que proporcione qualidade de vida e



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

condições para o desenvolvimento, democratizando o acesso à habitação, ao saneamento, à saúde, o transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à liberdade de organização e a um território rico e diversificado sem distinção de gênero, raça e crença;

- Determinação de critérios para a função social da propriedade e da cidade propondo o ordenamento territorial, de uso e ocupação do solo que expresse um “projeto de cidade”, prevalecendo os interesses coletivos sobre o interesse individual, proporcionando distribuição mais justa dos serviços públicos, combatendo a especulação imobiliária e recuperando para a coletividade a valorização imobiliária proveniente dos investimentos públicos;
- Incorporação dos instrumentos urbanísticos a serem utilizados, para alcançar o projeto de cidade, democraticamente debatido e que balizará a construção da cidade que queremos uma cidade para todos;
- Identificação de áreas de proteção e de intervenção visando a sustentabilidade socioambiental e também que a propriedade cumpra com sua função social, aumentando a eficiência da utilização da infraestrutura do Município e de sua gestão visando o desenvolvimento econômico com sustentabilidade.
- Identificação das potencialidades e oportunidades para a sustentabilidade que permitam a inclusão social.

Na elaboração do Plano Diretor Municipal busca-se a democratização do acesso à terra urbana e rural, em localizações adequadas para o desenvolvimento humano e para que a propriedade cumpra sua função social e ambiental. A leitura socioterritorial da zona rural deve analisar as tendências de desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas. Ao mesmo tempo as preocupações sobre a área de influência do Município devem estar presentes, não só quanto aos municípios limítrofes, mas toda a região.

O processo de construção do Plano Diretor Municipal está sob a coordenação de uma Equipe Técnica Municipal - ETM, uma Comissão de Acompanhamento - CA, e uma Equipe Técnica da empresa de Consultoria, que desenvolverão os trabalhos em parceria com a SEDU/PARANACIDADE, Câmara Municipal, EMATER, Defesa Civil e demais membros da comunidade que através das Audiências Públicas se incluirão no processo.

A ETM terá a responsabilidade de coordenar todas as Fases de trabalho, determinando tarefas e prazos, analisando e aprovando ou reprovando os produtos



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

referentes a cada Fase e liberando as Fases seguintes, bem como solicitando o pagamento devido às Fases cumpridas.

A Comissão de Acompanhamento – CA será composta por representantes de organizações, instituições e órgãos públicos e particulares que deverão colaborar e opinar no processo de construção do Plano Diretor Municipal.

A consultoria realizará análise, diagnóstico dos problemas, elaboração das proposições, relatórios intermediários e a peça final da fundamentação do Plano Diretor Municipal, bem como elaborará as minutas de anteprojetos de leis para apresentar à Câmara Municipal e preparar as apresentações para divulgação do trabalho.

O Plano Diretor Municipal deverá ainda ser concebido como parte de um processo de planejamento que permita sua contínua atualização e revisão pela Equipe Técnica Municipal especialmente capacitada para isso, pelo menos a cada 10 anos. Constitui, também, o instrumento orientador e articulador dos demais instrumentos que compõem o sistema de planejamento municipal, entre eles:

- O Plano Plurianual – PPA, cuja duração deve estabelecer-se até o primeiro ano do mandato subsequente, fixando objetivos, diretrizes e metas para os investimentos;
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, compreendendo as metas e prioridades que orientarão a elaboração do orçamento anual;
- A Lei do Orçamento Anual – LOA, compreendendo o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas em que o Município detenha maior parte do capital social.

Por fim, para sua elaboração o Plano Diretor Municipal deverá ser compatível também com o constante nos seguintes instrumentos:

- A Lei Orgânica do Município;
- Os Planos Setoriais do Governo do Estado do Paraná;
- O Plano de Desenvolvimento Regional em que o Município se insere;
- A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;
- A Agenda 21 para o Estado do Paraná e a Agenda 21 Local, particularmente no que refere a: (I) promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos; (II) integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões e (III) iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

O que é o Plano de Trabalho?

O Plano de Trabalho é um instrumento que visa determinar estratégias e mecanismos que viabilizam a melhor forma de execução dos trabalhos propostos no Plano Diretor Municipal. O Plano de Trabalho identifica concisamente e exatamente as diferentes etapas, bem como a quantidade de tempo que será necessário para a execução das mesmas, com intuito de apresentar informações necessárias à completa compreensão do trabalho a ser executado bem como servir de instrumento de acompanhamento e avaliação por parte do Município e da SEDU/PARANACIDADE durante o desenvolvimento do trabalho.

O Plano de Trabalho destina-se, portanto a:

- Apresentar informações necessárias à completa compreensão do trabalho a ser executado;
- Possibilitar ao Município, como executor ou contratante, o acompanhamento e a avaliação das conclusões e propostas, de acordo com as fases de desenvolvimento dos trabalhos;
- Organizar um processo de transferência de conhecimento em ambos os sentidos de direção entre representantes da contratante e os representantes da consultoria contratada, que aja como facilitador da implementação do Plano Diretor Municipal – PDM e atualização permanente;
- Permitir o esclarecimento de dúvidas e resolver eventuais controvérsias que possam surgir entre as partes, contratante e consultoria contratada;
- Garantir a compatibilização dos serviços propostos com a legislação vigente – federal, estadual e municipal sobre o desenvolvimento urbano e municipal.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

1. OBJETIVOS

DO PLANO DE TRABALHO

- Alimentar o processo de construção do Plano Diretor Municipal de Cambira determinando estratégias e mecanismos que viabilizam a melhor forma de execução dos trabalhos propostos como arrecadação de dados e informações promovendo a “leitura técnica” do Município em sua totalidade – áreas urbanas e rurais – nos aspectos regionais, ambientais, socioeconômicos, urbanísticos e socioespaciais, de infraestrutura e serviços públicos e institucionais.

DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

- Avaliar os impactos e resultados da estrutura vigente para subsidiar o processo de construção e implementação do Plano Diretor Municipal de Cambira (PDM);
- Realizar e disponibilizar pesquisas e estudos técnicos para conhecimento da realidade do município de Cambira;
- Conhecer, analisar e diagnosticar os problemas e ameaças existentes, as potencialidades, oportunidades e alternativas possíveis ao desenvolvimento urbano e rural do município de Cambira em bases sustentáveis e que possibilitem a inclusão social.

DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E DA CONSULTORIA

- Propor e/ou rever a regulamentação municipal e elaborar novos instrumentos legais;
- Adaptar os instrumentos legais à Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, às Leis Federais nº. 6.766/79 e 9.785/99 e nº. 10.257/01 e outras pertinentes;
- Delimitar as áreas urbanas onde poderão ser aplicados o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º da Lei Federal nº. 10.257/01;
- Definir o zoneamento de todo o território municipal com vistas ao desenvolvimento sustentado;
- Apresentar diretrizes para implantação e organização da infraestrutura e dos serviços públicos;
- Incluir na minuta de Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal – PDM a possibilidade de o Município adotar, a partir de leis municipais específicas, os instrumentos mencionados no artigo 25 (direito de preempção), artigos 28 e 29 (outorga onerosa do direito de construir), artigo 32 (operações urbanas



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

consorciadas) e artigo 35 (transferência do direito de construir) da Lei Federal nº. 10.257/01 – Estatuto da Cidade;

- Regularizar, em Anteprojeto de Leis específicos, os instrumentos, artigos 25 a 27 (direito de preempção), artigos 28 a 31 (outorga onerosa do direito de construir e alteração de uso do solo), artigos 32 a 34 (operações urbanas consorciadas), artigo 35 (transferência do direito de construir) e artigos 36 a 38 (estudo prévio do impacto de vizinhança – EIV) da Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, se houver consenso em relação ao benefício que trarão ao Município, em função dos objetivos e diretrizes de ação propostos para o plano.
- Propor os mecanismos e instrumentos que possibilitem a implementação pelo Município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constante do processo de planejamento.
- Propor formas alternativas ao transporte público oficial para circulação das pessoas (ciclovias, transporte coletivo de empregados de empresas, etc.).
- Considerar em todas as fases da execução dos serviços as recomendações de órgãos e instituições como: Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Coordenação Estadual de Defesa Civil, Companhia Paranaense de Energia – COPEL, SEDU/PARANACIDADE, Associação de Municípios existentes, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e demais órgãos e instituições federais, estaduais e municipais que tenham atuação no território municipal.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

2. METODOLOGIA GERAL

A metodologia que será aplicada na elaboração do Plano Diretor Municipal de Cambira (PDM) para leitura técnica será a Sistemática das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades - CDP, que apresenta basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultantes de pesquisas e levantamentos, proporcionando apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível da situação atual da cidade.

Em virtude das suas possibilidades de apresentação gráfica, esta sistemática e os resultados de sua aplicação podem ser transmitidos com maior facilidade à comunidade e à administração.

Ela pode orientar o planejamento territorial e todas as fases do processo baseando-se nos critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos e de controle de resultados, evitando com isto os erros de uma simples eliminação de deficiências. A classificação dos elementos da estrutura municipal segundo Condicionantes/Deficiências/Potencialidades atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade, isto significa que as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

- **CONDICIONANTES (C)** - figuram como restrições, impedimentos e obrigações. Portanto, devem ser consideradas para o planejamento aspectos de preservação, manutenção e conservação, dependendo das peculiaridades das diferentes Condicionantes e das diferentes exigências locais.
- **DEFICIÊNCIAS (D)** – são situações de caráter negativo para o desempenho das funções urbanas e que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento das áreas urbanas e suas comunidades e a sua eliminação ou recuperação implica normalmente em investimentos elevados.
- **POTENCIALIDADES (P)** – são elementos, recursos ou vantagens que até então foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente ao sistema urbano sem a necessidade de grandes investimentos públicos.

Após a classificação dos elementos da estrutura municipal são definidas as áreas prioritárias de ação com a sistematização destas informações e espacialização das mesmas em mapas para apresentação. A prioridade para ação municipal será definida de acordo com a sequência em ordem abaixo:



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

-
- 1º - Áreas que possuem CDP
 - 2º - Áreas que possuem CD
 - 3º - Áreas que possuem CP
 - 4º - Áreas que possuem DP
 - 5º - Áreas que possuem apenas D
 - 6º - Áreas que possuem apenas P
 - 7º - Áreas que possuem apenas C

FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS

Para cada área prioritária de ação são identificadas as medidas, segundo grupos de demanda sendo:

- Condicionantes que geram uma demanda de manutenção e preservação;
- Deficiências que geram uma demanda de recuperação e melhoria;
- Potencialidades que geram uma demanda de inovação.

São identificadas e sucintamente descritas as medidas necessárias para fazer frente às demandas de cada área e destacadas aquelas que podem atender simultaneamente os três tipos de demanda. A descrição das medidas deve considerar as formas alternativas como serão satisfeitas as demandas e ordem de grandeza das medidas, assim como a sua caracterização em termos de urgência e a sua relevância para a área em questão e para a estrutura global da cidade.

As medidas são classificadas em três tipos:

- Medidas urbanísticas que direcionam planos de ação municipal;
- Diretrizes políticas que direcionam a lei do plano diretor;
- Legislação específica que direcionam as leis urbanísticas.

Medidas urbanísticas são ações que deverão ser desenvolvidas e priorizadas em curto (do primeiro ao quarto ano), médio (do quarto ao oitavo ano) e longo prazo (do oitavo ao décimo ano) de acordo com os seguintes critérios em ordem de prioridade:

- Abrangência social;
- Custo de investimento e manutenção;
- Capacidade técnica de execução;
- Atendimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal.

De posse do plano de ação municipal são definidas as diretrizes e estratégias que estarão contidas na minuta de Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal sendo sucintamente descritas no documento de apoio.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

Na leitura comunitária serão realizadas consultas informais como também a aplicação de questionários que solicitam a opinião da comunidade sobre os aspectos positivos e negativos sob a sua leitura da cidade, que junto aos levantamentos técnicos fomentarão as discussões com a comunidade.

Na aplicação destes questionários a Equipe Técnica juntamente com a Comissão de Acompanhamento e o Departamento de Educação e Saúde terão grande responsabilidade na busca por caminhos que garantam a participação da comunidade no processo.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

3. FASES DO TRABALHO

FASE I – PLANO DE TRABALHO E TREINAMENTO

Metodologia e Atividades

Nesta primeira fase do trabalho, a equipe técnica da DRZ, elaborará o Plano de Trabalho, contendo: a metodologia para execução; a descrição das atividades necessárias para o cumprimento dos objetivos referentes a cada Fase; o cronograma contendo as datas de reunião de trabalho com a equipe local; o fluxograma do trabalho definindo a sequência, a relação e a interdependência de cada Fase e suas respectivas atividades; o organograma da equipe do trabalho, entendida esta, como o conjunto de profissionais formado pela equipe contratada, equipe local e sociedade civil, descrevendo a atribuição de cada agente no processo de execução do trabalho e treinamento da Equipe Técnica do Município.

Produto: Documento contendo o Plano de Trabalho para Elaboração do Plano Diretor Municipal, com a metodologia detalhada para o desenvolvimento dos serviços a serem executados, de acordo com a proposta da equipe da Consultoria, conforme subitem 4.1 do Termo de Referência.

FASE II – AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

Metodologia e Atividades

Após a aprovação da Fase I pela Equipe Técnica Municipal do Plano Diretor Municipal, a DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S LTDA irá desenvolver as pesquisas e os estudos técnicos necessários ao conhecimento da realidade do Município.

Será realizado o levantamento das informações pertinentes às áreas de interesse do Plano Diretor Municipal em conjunto com a Equipe Técnica Municipal, funcionários e técnicos dos diversos departamentos municipais e com técnicos dos outros órgãos envolvidos no processo. Estes deverão disponibilizar toda e qualquer informação já existente no Município como: legislação, estudos, dados, mapas, entre outros, julgada pela consultoria como necessária e pertinente para a elaboração dos trabalhos dispostos nos termos a seguir, deverão ainda cooperar no levantamento de informações que se fizerem necessárias e não estiverem prontamente disponíveis ou necessitarem de atualizações. Os pedidos para encaminhamento desses levantamentos deverão ser registrados por meios de ofícios. Esses levantamentos servirão de base para a realização dos outros estudos.

Cabe à DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S LTDA à realização de estudos comparativos a partir de experiências de utilização dos instrumentos do Estatuto



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

da Cidade em outros municípios, avaliando qualitativamente os seus resultados e analisando sua eficácia considerando as especificidades regionais.

Temas

Deverão ser avaliados os seguintes temas, especializados em mapas correspondentes:

ASPECTOS REGIONAIS

- Tendências, potencial estratégico e fatores que concorrem para o desenvolvimento econômico de Cambira, considerando sua região de influência e relações municipais considerando os aspectos ambientais, econômicos e culturais;
- Circulação de pessoas, mercadorias, bens e serviços, em relação à área de influência;
- Identificação e caracterização de áreas de armazenagem e sua relação com os sistemas viários urbano, rurais e regionais;
- As principais condicionantes, deficiências e potencialidades regionais: do ponto de vista ambiental; do ponto de vista da infraestrutura; do ponto de vista socioeconômico; e do ponto de vista da distribuição espacial da população (rural e urbana).

Produto: Mapas temáticos em versões impressas e digitais em escala 1:50.000 e relatório contendo a análise dos aspectos regionais.

ASPECTOS AMBIENTAIS

- Identificação e mapeamento das áreas de risco socioambiental sujeitas a alagamento, inundação, deslizamento, erosão, contaminação do ar, da água, do solo e subsolo, áreas de aterros sanitários, cemitérios entre outros;
- Identificação e mapeamento das bacias e micro bacias hidrográficas e suas respectivas áreas de recarga;
- Identificação e mapeamento das condições de clima, solos, geomorfologia, condicionantes geotécnicos, declividades, hipsometria, vertentes, drenagem natural (cursos d'água), recursos hídricos, biota, áreas de preservação, mata ciliar e faixa sanitária;
- Caracterização dos espaços potenciais para áreas de expansão urbana, de conservação e preservação permanente, áreas de reserva legal, áreas públicas de lazer, assim como locais para arborização pública e tratamento paisagístico específico e respectivo mapeamento;
- Zoneamento ambiental.

Produto: Mapas em versões impressas e digitais na escala 1:2.000 da área urbana e 1:50.000 da área do Município e relatório contendo análise e diagnóstico dos aspectos ambientais.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

- Sistematização dos dados demográficos, compreendendo no mínimo os últimos 10 anos: a taxa de crescimento, evolução, densidade demográfica e migração;
- Sistematização dos dados referentes às condições de saúde, educação, oferta de emprego, renda, consumo de água e energia e outros indicadores conforme necessário para caracterizar o perfil socioeconômico da população residente por bairros e distritos;
- Identificação e mapeamento das atividades econômicas do Município, o perfil produtivo e o potencial produtivo, quanto ao valor, quantidade e produtividade (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo);
- Caracterização do potencial turístico do Município, incluindo os recursos naturais;
- Identificação da capacidade de investimento do Município, visando à priorização dos investimentos caracterizados como necessários, para a efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano Diretor Municipal;
- Estudo da situação atual de arrecadação própria do Município dos últimos 5 anos, sua evolução anual e projeção para os próximos 10 anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), considerando as condicionantes da legislação específica sobre o assunto;

Produto: Mapas em versões impressas e digitais na escala 1:20.000 da área urbana e 1:50.000 da área do Município, mapas com identificação do potencial turístico em escala 1:5.000 e relatório contendo análise e diagnóstico dos aspectos socioeconômicos.

ASPECTOS URBANÍSTICOS E SOCIOESPACIAIS

- Identificação, caracterização e mapeamento:
- Estrutura fundiária urbana e rural, quanto à ocupação, à distribuição e uso da propriedade, em especial as inseridas em áreas com oferta de infraestrutura;
- Tendências de ocupação e uso do solo urbano para os próximos 10 anos, demonstrando os principais entraves existentes;
- Imóveis subutilizados ou desocupados;
- Tipologia edificada;
- Áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto socioambiental e urbanístico;
- Densidade construtiva e demográfica, relacionada com a capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

-
- Indicadores de mobilidade e circulação, compreendendo os deslocamentos da população, circulação viária e transporte urbano e municipal, considerando inclusive os deslocamentos alternativos;
 - Uso e ocupação do solo por bacias hidrográficas;
 - Áreas de vazios urbanos com potencial de ocupação e uso exclusivamente urbano, delimitando-as;
 - Evolução urbana, compreendendo o marco de origem e o núcleo inicial da ocupação, os referenciais históricos e culturais, os principais períodos e os fatores que determinaram a forma de ocupação;
 - Questões de gênero relacionadas aos aspectos de renda, violência e ambiente;

Produto: Mapas em versões impressas, e mapas em versões digitais na escala 1:2.000 da área urbana e 1:50.000 da área do Município e relatório contendo análise e diagnóstico dos aspectos urbanísticos e socioespaciais.

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Mapeamento do sistema de abastecimento de água;
- Mapeamento do sistema de saneamento (rede coletora, fossas sépticas e sumidouros esgotamento sanitário, resíduos sólidos);
- Levantamento da qualidade dos serviços públicos e população atendida;
- Estudo da macro drenagem e micro drenagem urbana e proposição de tecnologias inovadoras e sustentáveis de captação, infiltração, deposição e condução;
- Atualização e validação da equação de chuvas intensas (intensidade-duração-frequência) para o posto pluviométrico do Município;
- Identificação das áreas prioritárias para ampliação da rede de abastecimento de água potável e rede coletora de esgoto sanitário, com respectivo tratamento, de acordo com parâmetros socio sanitários emergenciais;
- Identificação dos pontos críticos e de estrangulamento do sistema de transporte coletivo e do sistema viário;
- Mapeamento local de maior incidência de acidentes de trânsito;
- Quantificação da frota de veículos – ônibus, automóveis, motocicletas, bicicletas, etc.;
- Identificação dos pólos geradores de tráfego e de ruído;
- Identificação das áreas de grande fluxo de pedestres e bicicletas;
- Mapeamento do sistema de energia elétrica e iluminação pública;
- Mapeamento do sistema de telecomunicações, inclusive do sistema móvel com abrangência das antenas;
- Mapeamento dos equipamentos sociais (equipamentos de saúde, educação, assistência social, cultura e esporte, segurança pública, recreação, etc.);



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

Produto: Mapas em versões impressas e digitais na escala 1:2.000 da área urbana e 1:50.000 da área do Município e relatório contendo análise, avaliação e diagnóstico qualitativo e quantitativo dos aspectos da infraestrutura e serviços públicos, quanto à sua situação atual e tendências para os próximos 10 anos.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS:

- Identificar as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal que se relacionam com a gestão do Plano Diretor Municipal de Cambira;
- Análise das competências e estrutura de tomada de decisão visando à gestão democrática e participativa do Município;
- Identificar as necessidades institucionais para permitir o monitoramento e controle social do PDM;
- Identificação da cultura organizacional das unidades administrativas e do Município visando à gestão do Município e do plano diretor;
- Análise da Legislação vigente do Município, verificando a aplicação ou não das mesmas;
- Análise da Gestão Tributária, Gestão de Informações, Gestão de Recursos Humanos e Programas Setoriais existentes;
- Análise da Gestão Financeira, com a identificação da capacidade de endividamento do Município através do modelo de planilha elaborado pelo PARANACIDADE (anexo 04), visando priorização dos investimentos segundo as diretrizes e proposições contempladas no Plano Diretor Municipal.

Produto: Ata e lista de presença da primeira audiência pública e documento contendo a Avaliação Temática Integrada conforme subitem 4.2 do Termo de Referência.

FASE III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Nem todas as questões são igualmente relevantes em todos os momentos da história municipal. A partir da leitura da cidade e sistematização das informações, serão definidas áreas prioritárias de ação e desenvolvidas estratégias de planejamento e instrumentos que estarão contidos no plano diretor para intervenção nessas áreas, contemplando especificamente propostas para curto, médio e longo prazo.

As proposições deverão envolver diretrizes como:

- Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal;
- Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento;
- Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados a curto (até o quarto ano), médio (a partir do quarto até o oitavo ano) e



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

- longo prazo (a partir do oitavo ano em diante), considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais;
- Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do Município (emprego, renda, geração de receitas);
 - Propostas, instrumentos e mecanismos referentes à: Racionalização da ocupação do espaço urbano, de expansão urbana e rural; Distribuição equitativa dos usos, atividades, infraestrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas; Estruturação e hierarquização do sistema viário, assim como a articulação do sistema de transporte coletivo; Controle do meio ambiente, saneamento básico e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, artístico, cultural, arqueológico e demais elementos que caracterizam a identidade do Município; Critérios e Normas para a Arborização Pública;
 - Procedimentos e instrumentos para atuação na solução das ocupações irregulares e clandestinas e contenção de sua proliferação;
 - Diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, inclusive industriais e hospitalares;
 - Procedimentos e instrumentos a serem adotadas nos projetos de parcelamento, (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberações de alvarás, laudo de conclusão de obras e "habite-se";
 - Processos e recursos para a atualização permanente dos instrumentos de política e planejamento territorial e para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;
 - Parâmetros para o dimensionamento de logradouros públicos;
 - Identificação de parâmetros e ações para possibilitar a regularização da situação fundiária das áreas ocupadas irregularmente ou identificação de áreas para realocação, caso não haja possibilidade legal de regularização, ou seja, áreas de risco, nestes casos, também a identificação de diretrizes de uso e ocupação dessas áreas após a desocupação.
 - Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando à implementação do Plano Diretor Municipal e gestão do desenvolvimento municipal e consequente atualização permanente.
 - Organização de sistema de informações para o planejamento e gestão municipal, produzindo os dados necessários, com a frequência definida, para concepção dos indicadores propostos para o Plano Diretor Municipal – PDM.

As diretrizes citadas serão articuladas e espacializadas em mapa, em escala apropriada, constituindo um Macrozoneamento, abrangendo o território de todo o Município onde serão aplicadas as ações estratégicas. Para a concepção do



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

Macrozoneamento o embasamento fisicoterritorial ambiental serão consideradas as bacias, sub-bacias e microbacias hidrográficas. O Macrozoneamento embasará o futuro Zoneamento, quando cada macrozona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e a ocupação do solo do Município.

Produto: Documento contendo a Definição de Diretrizes e Proposições, conforme subitem 4.3 do Termo de Referência.

FASE IV – ELABORAÇÃO DE MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO PDM E DE SUAS LEIS COMPLEMENTARES

Serão desenvolvidos pela DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S LTDA. os instrumentos que serão apresentados sob a forma de minuta de Anteprojeto de Lei, acompanhados de mapas em escala apropriada.

Minuta de Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

Estabelece as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento Municipal indicadas, incluindo:

- Macrozoneamento (Organização Espacial), articulado à inserção ambiental englobando o uso, o parcelamento e a ocupação do território urbano e municipal, a infraestrutura e os equipamentos sociais;
- Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o Poder Municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento;
- Sistema de acompanhamento e controle do plano.

Minuta de Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano e do Perímetro de Expansão Urbana

Delimita as áreas urbanas e de expansão urbana do Município, onde se proverão os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal. Os perímetros devem ser apresentados, contendo de forma detalhada o memorial descritivo da poligonal levantada, acompanhada de mapa em escala apropriada, conforme consta no Termo de Referência do PARANACIDADE:

“O(s) perímetro(s) urbano(s) deve(m) ser apresentado(s), contendo de forma detalhada o memorial descritivo da poligonal levantada, seus respectivos ângulos, rumos ou azimutes e distâncias calculadas, bem como as informações de localização e as coordenadas de cada um dos vértices que deverão estar referenciados à Rede de Alta Precisão do Estado do Paraná - SEMA/IBGE, acompanhada de mapa em escala apropriada;”

Minuta de Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano

Define os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

urbanísticos: tamanho mínimo dos lotes, a infraestrutura que o loteador deverá implantar bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição de seu uso (assegurando ao Município a escolha das áreas mais adequadas), a definição das áreas prioritárias e das áreas impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), faixas de servidões, faixas de proteção, faixas de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local. Ressalte-se que a Lei de Parcelamento do Solo Urbano é uma regulamentação da Lei Federal nº. 6.766/79, alterada pela Lei Federal nº. 9.785/99 e Lei Federal nº. 10.932, de 3 de agosto de 2004.

Minuta de Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural

Divide o território do Município em zonas e áreas, define a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura existente e das condicionantes ambientais.

Para as áreas urbanas são utilizados parâmetros urbanísticos – parâmetros mínimos (para fazer cumprir a função social da propriedade), parâmetros básicos (parâmetros em função da capacidade de suporte da infraestrutura) e parâmetros máximos (parâmetros atingidos com a utilização da outorga onerosa do direito de construir ou a transferência do direito de construir). Os parâmetros urbanísticos a serem definidos, em compatibilidade com a infraestrutura, são: coeficiente de aproveitamento (preferencialmente coeficiente único), taxa de ocupação, gabarito (número máximo de pavimentos e altura máxima), recuo e afastamento, taxa mínima de permeabilidade e classificações dos usos (usos permitidos, permissíveis e proibidos) que garantam a qualidade ambiental e paisagística do espaço urbano. A definição dos parâmetros urbanísticos mínimo, básico e máximo devem se embasar na capacidade de suporte das infraestruturas urbanas, existentes ou projetadas.

Para as áreas rurais os parâmetros utilizados devem se embasar nas condicionantes ambientais (mananciais, florestas, declividades acentuadas, etc.), condicionantes de proteção de infraestrutura (faixas de proteção de rodovias, ferrovias, dutos, linhas de alta tensão, cones de aproximação e faixas de proteção de aeródromos, etc.) e parâmetros de potencialidade de exploração econômica (extrativismo vegetal, extrativismo mineral, agricultura, pecuária, silvicultura, etc.).

Minuta de Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

Hierarquiza e dimensiona as vias públicas, bem como sua define para novos parcelamentos e as estradas municipais, ciclovias, etc. Considera ainda as normas da NBR 9050, análises de sinalização viária, regulamentação de táxis, a arborização e o sistema viário, entre outras considerações.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

Produto: Documento contendo a Legislação Básica, subitem 4.4 do Termo de Referência e os instrumentos relativos ao Processo de Planejamento e Gestão Municipal;

FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

Indica as ações e os projetos prioritários tendo em vista a implementação do Plano Diretor Municipal apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados, para os próximos 5 anos em compatibilidade com a projeção orçamentária, incluída a previsão de capacidade de endividamento municipal.

Esse Plano de Ação e Investimentos será o elemento balizador para permitir aos municípios do Estado do Paraná atender à Lei Estadual nº. 15.229, de 25 de julho de 2006.

Produto: Documento contendo o Plano de Ação e Investimentos (PAI) conforme o item 4.5 do presente Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

4. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

A participação da população em processos decisórios é fundamental para garantir a co-responsabilidade entre órgão público e população. Durante o desenvolvimento do trabalho a participação deve configurar como meta a ser alcançada e mantida, estimulada durante todo o processo através de estratégias adequadas, assim como, audiências públicas realizadas em três momentos do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal. Para isso, se fará necessário compor uma estrutura mínima de participação efetiva em todo o processo, sendo esta a Equipe Técnica Municipal em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

O Município deverá constituir uma equipe formada por funcionários da prefeitura que trabalhará em parceria com a Consultoria proporcionando informações, acompanhando os estudos e analisando a pertinência das proposições. Para garantir a implementação e controle do Plano, esta equipe receberá treinamento durante todas as fases do processo inclusive para tomar decisões quando for necessária a futura adequação do Plano, sendo realizados em treinamentos a respeito dos seguintes temas:

- Avaliação Temática Integrada, definição de diretrizes e proposições e legislação básica a ser realizado durante o desenvolvimento das fases correspondentes;
- Processo de planejamento e gestão pública, plano de ação e indicadores, a ser realizado após a segunda audiência;
- Implementação do Plano Diretor, atribuições, composição e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Municipal a ser realizado após a terceira audiência pública em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal.

A Equipe Técnica Municipal terá a responsabilidade de:

- Participar em todas as atividades realizadas durante o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal;
- Realizar oficinas técnicas junto aos segmentos organizados do Município, buscando fomentar a participação no processo de construção do Plano Diretor Municipal;
- Realizar a leitura de todos os documentos produzidos, aprovando ou reprovando os produtos referentes a cada Fase para liberar as fases seguintes;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

-
- Mobilizar, registrar as reuniões e audiências públicas do Plano Diretor Municipal;
 - Preparar ou reservar os locais de reuniões e audiências públicas, cuidando de toda a organização, cerimonial, equipamentos de som, projetores e toda a infraestrutura necessária.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Após a primeira Audiência Pública do Plano Diretor Municipal, será nomeada uma equipe formada por representantes dos segmentos organizados da sociedade civil local que acompanharão todo o processo dando contribuição aos trabalhos realizados pela Consultoria nas diferentes fases, recebendo treinamentos sobre:

- Embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor Municipal;
- Implementação do Plano Diretor Municipal, atribuições, composição e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Municipal a ser realizado após a terceira audiência pública.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O processo de participação terá continuidade com revisão da lei que constituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, sendo propostas alterações em forma de lei com a participação da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento, onde será contemplado todo o seu funcionamento como Conselho de Desenvolvimento Municipal. Este possuirá uma função propositiva, provocadora e receptora de discussões e demandas, cuja dinâmica deverá focar globalmente todas as questões de cunho urbanístico e territorial podendo formular, aprovar e solicitar políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento territorial, como interlocutor entre a iniciativa popular e governo municipal; bem como acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor Municipal.

MOBILIZAÇÃO

Na elaboração do Plano Diretor Municipal, a mobilização social para participação das reuniões e audiências públicas será de inteira responsabilidade da Equipe Técnica Municipal que poderá utilizar-se de:

- Convites pessoais;
- Cartazes ou faixas distribuídos em locais estratégicos;
- Divulgação através de carro de som;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

-
- Publicação em Jornal;
 - Divulgação na internet,
 - Publicação de cartilhas, vinhetas;
 - Filmes produzidos pelo Ministério das Cidades;
 - E de quaisquer outros meios que julgar conveniente para a divulgação.

Nas reuniões técnicas para ajustamento de propostas e treinamentos deverão ser convidados à Comissão de Acompanhamento, Equipe Técnica Municipal, vereadores, representantes da EMATER, Defesa Civil, PARANACIDADE e comunidade interessada. Nas audiências, além destes, o convite será aberto para a população em geral.

Além das reuniões técnicas e audiências públicas coordenadas pela consultoria contratada e equipe técnica municipal, o Município poderá realizar reuniões junto à comunidade e setores especializados através de sua Equipe Técnica Municipal.

É importante lembrar que todas as reuniões e audiências do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal deverão ser registradas em livro ata com assinatura dos presentes e registro fotográfico, sendo de responsabilidade do Município.

PLANO DIRETOR NA *INTERNET*

Todas as atividades relacionadas à construção do Plano Diretor Municipal de Cambira poderão ser publicadas e divulgadas na *Internet* através do *site* do Município. Neste *site*, atualizado pela Equipe Técnica Municipal, os servidores municipais e a comunidade em geral poderão participar e acompanhar ativamente de todas as atividades já realizadas e em execução do Plano Diretor Municipal de Cambira.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As Audiências Públicas deverão ser convocadas com antecedência mínima de 15 dias da data da sua realização e deverá ser precedida de ampla divulgação no intuito de atingir o maior número possível de pessoas. Durante a elaboração do Plano Diretor Municipal serão convocadas 3 audiências, cada qual com registro em ata e recolhimento de assinatura dos participantes, estando disponível a consulta da população.

A metodologia a ser utilizada será a exposição dialogada com apresentação em *PowerPoint* fazendo uso de projetor de imagens, mesa de som e computador sendo de responsabilidade da Prefeitura de Cambira a providência destes equipamentos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

Primeira Audiência Pública

Objetivo: esclarecer o que é o Plano Diretor, sua importância para o Município, a necessidade de participação da população no processo, sondagem inicial sobre as necessidades e aspirações comunitárias, convocação para a composição da Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal.

Segunda Audiência Pública

Objetivo: apresentar à população a Avaliação Temática Integrada, diretrizes e proposições e em caráter inicial o plano de ação municipal para avaliação, conhecimento e sugestões.

Terceira Audiência Pública

Objetivo: apresentação do plano de ação municipal e investimentos para avaliação, conhecimento e sugestões, bem como esclarecimentos das alterações principais na legislação.

Para discussão, avaliação e conhecimento das proposições para a legislação básica, serão convocados em reunião os vereadores do Município, Comissão de Acompanhamento e Equipe Técnica a ser realizada antes da terceira Audiência.

PUBLICIDADE E ACESSO À INFORMAÇÃO

“Se as pessoas têm que ter autonomia, iniciativa e responsabilidade compartilhadas, elas precisam e têm direito a ter acesso a toda informação. É um direito e uma exigência para uma participação livre e consciente.” (Bernardo Toro)

Todo material desenvolvido e entregue pela consultoria a cada fase deverá ser colocado à disposição da população na sede da administração pública e demais espaços públicos destinados à informação e cultura, podendo ser reproduzido e distribuído sob responsabilidade da Prefeitura de Cambira.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE

Sob a coordenação do Município, apoiada pela consultoria, após a conclusão das fases e da realização da última Audiência Pública, será organizada uma Conferência Municipal que tem como objetivos:

- Garantir a instauração de um processo permanente de planejamento, visando obter o comprometimento do poder público municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal a partir da experiência da Comissão de Acompanhamento de elaboração do



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

PDM e dos demais Conselhos Municipais existente, definindo sua composição e suas atribuições;

- Obter o compromisso da Câmara de Vereadores com a aprovação do PDM construído coletivamente.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

5. PRODUTOS

Todos os produtos descritos a seguir serão entregues à ETM em versão digital, para que possam ser analisados e encaminhados a todos os envolvidos. Depois de corrigidas as solicitações da ETM, da CA e da PARANACIDADE será entregue outra versão preliminar à ETM para que possa disponibilizar à população.

Ao final de todas as fases será elaborado o caderno do Processo Participativo, onde constarão as listas de participação das audiências e reuniões técnicas e fotos das atividades.

FASE 1

O produto é o documento ora apresentado, que compreende o Plano de Trabalho revisado, a ata e lista de presença do Treinamento da Equipe Técnica Municipal, contemplando o progresso das atividades da Fase 1.

FASE 2

Serão entregues os seguintes produtos:

- Documento das atividades de leitura técnica e leitura comunitária, contemplando o progresso das atividades; mapas síntese das leituras para todas as escalas estudadas (os mapas terão como base a cartografia georreferenciada disponibilizada pelo Município).
- Registro da 1ª Audiência Pública, com relato da estratégia de divulgação, registro dos participantes, discussões e encaminhamentos.
- Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal.

FASE 3

Serão entregues os seguintes produtos:

- Documentos das propostas, contendo o progresso das atividades e as recomendações para a próxima fase; com mapas síntese das propostas para cada uma das escalas estudadas e mapas.
- Mapa de macrozoneamento (cópia impressa e digital).
- Registro da 2ª Audiência Pública, com relato da estratégia de divulgação, registro dos participantes, discussões e encaminhamentos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Trabalho

-
- Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal.

FASE 4

Serão entregues os seguintes produtos:

- Projetos da legislação, incluindo:
- O texto do Projeto de Lei do PDM e seus anexos;
- Texto de minutas de Anteprojeto dos seguintes futuros diplomas legais: Lei do Plano Diretor Municipal, Lei do Perímetro Urbano, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, Lei do Sistema Viário, Lei do Código de Edificações e Obras e Lei do Código de Posturas.
- Processo de Planejamento e Gestão: adequação da estrutura administrativa e elaboração de indicadores para desenvolvimento municipal.
- Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal.

FASE 5

Serão entregues os seguintes produtos:

- Documentos do Plano de ação e investimento.
- Registro da 3ª Audiência Pública, com relato da estratégia de divulgação, registro dos participantes, discussões e encaminhamentos.
- Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal.
- Conferência Municipal da Cidade.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

6. PRODUTOS E PRAZOS

Fase	Atividade:	Métodos e Técnicas	Produto	Cronograma
				Prazos (em dias)
I	Plano de Trabalho	Metodologia para execução do trabalho	Produto 1: Documento com o "Plano de Trabalho".	20
II	Avaliação Temática Integrada	1º Audiência Pública, desenvolvimento de pesquisas e os estudos técnicos necessários ao conhecimento da realidade do Município.	Produto 2: Mapas temáticos em versões impressas e digitais e documento contendo Avaliação Temática Integrada	135
III	Diretrizes e Proposições	A partir da leitura da cidade e sistematização das informações, serão definidas áreas prioritárias de ação e desenvolvidas estratégias de planejamento e instrumentos que estarão contidos no plano diretor para intervenção nessas áreas, contemplando especificamente propostas para curto, médio e longo prazo. 2º Audiência Pública	Produto 3: Mapas temáticos em versões impressas e digitais e documento contendo as Diretrizes e proposições para implementação do PDM	185
IV	Elaboração do Projeto de Lei do PDM e de Suas Leis Complementares	Proposição dos instrumentos que serão apresentados sob a forma de minuta de Anteprojeto de Lei, acompanhados de mapas em escala apropriada.	Produto 4: Mapas em versões impressas e digitais e documento contendo a Lei do Plano Diretor e as leis complementares	215
V	Plano de Ação e Investimentos	Apresentação da hierarquização de investimentos com a estimativa de custos aproximados, para os próximos 5 (cinco) em face da capacidade de endividamento municipal. 3º Audiência Pública Conferência Municipal da Cidade	Produto 5: Mapas em versões impressas e digitais e documento contendo o Plano de investimento	270



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

7. SUGESTÃO DE AGENDA DE TRABALHO

Fase	%	ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATAS
Fase I	15%	Leitura, discussão e revisão do Plano de Trabalho e Leitura do Termo de Referência.	DRZ	18/09/2008
		Treinamento a ETM: Estatuto da Cidade e Plano Diretor Participativo	DRZ E ETM	29/09/2008
		Entrega do Produto I - PT	DRZ e ETM	08/10/2008
Fase II	30%	Primeira Audiência Pública	DRZ, ETM E CA.	16/10/2008
		Treinamento Avaliação Temática Integrada	DRZ, ETM E CA.	16/10/2008
		Oficinas: Avaliação temática integrada	ETM, CA e Comunidade.	01-30/11/2008
		Entrega do Produto II - ATI	DRZ e ETM	30/01/2009
Fase III	20%	Treinamento da ETM E CA: Proposições e Diretrizes	DRZ	30/01/2009
		Oficinas setoriais: Diretrizes e Proposições	ETM, CA e Comunidade.	Até 20/02/2009
		Leitura e avaliação da D & P		10/03/2009
		Entrega do Produto III - D&P Segunda Audiência Pública	DRZ, ETM E CA.	20/03/2009
Fase IV	15%	Treinamento a ETM e CA: Legislação Básica	DRZ	20/03/2009
		Leitura, discussão e revisão da Legislação Básica.	ETM e CA	14/04/2009
		Entrega do Produto IV - Legislação Básica	DRZ, ETM E CA.	22/04/2009
Fase V	20%	Leitura, discussão e revisão - Plano de Ação e Investimento.	DRZ, ETM E CA.	22/04/2009
		Terceira Audiência Pública	DRZ, ETM E CA.	28/05/2009
		Entrega do Produto V - PAI	DRZ	28/05/2009
		Entrega Final do Plano Diretor	DRZ	12/06/2009
		Conferência Municipal da Cidade	ETM, DRZ E CA.	16/06/2009



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

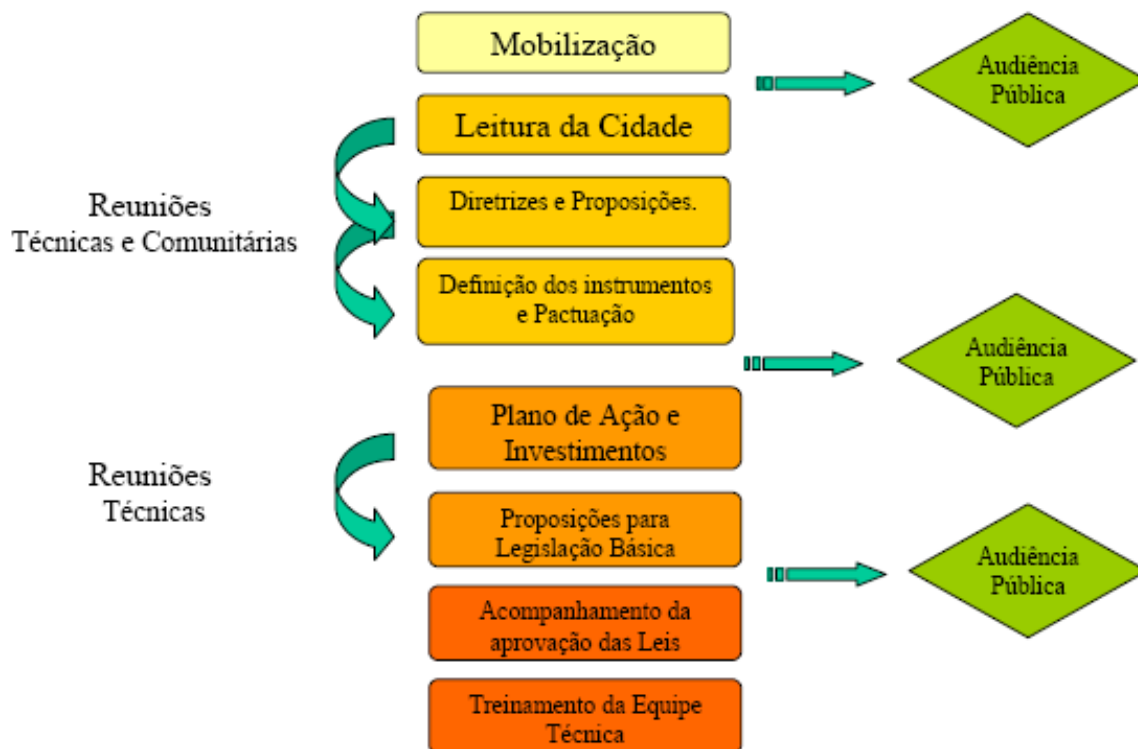
8. CRONOGRAMA

FASES		set/08			out/08			nov/08			dez/08			jan/09			fev/09			mar/09			abr/09			mai/09		
EM DIAS ACUMULADOS		10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120	130	140	150	160	170	180	190	200	210	220	230	240	250	260	270
I	PLANO DE TRABALHO E TREINAMENTO																											
II	AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA																											
III	DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES E TREINAMENTO																											
IV	PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E TREINAMENTO																											
V	PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS																											
ENTREGA FINAL																												



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Trabalho

9. FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES



FASE II: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

INTRODUÇÃO

A Avaliação Temática Integrada caracteriza-se por apresentar o diagnóstico municipal, apoiado em dados e informações numéricas e qualitativas, tendo como fonte a prefeitura municipal; o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); a Associação de Municípios; a Defesa Civil e outros órgãos Estaduais, Federais e Regionais, além de sites específicos.

Serão avaliados os seguintes temas, especializados em mapas correspondentes:

- Aspectos Regionais;
- Aspectos Ambientais;
- Aspectos Socioeconômicos;
- Aspectos Socioespaciais;
- Aspectos de Infraestrutura;
- Aspectos dos Serviços Públicos;
- Aspectos Institucionais.

Serão elaboradas análises individualizadas de cada informação, sua interrelação e inserção no contexto geral, o que permitirá uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais. Estas análises estarão acompanhadas de mapas temáticos.

Esta fase se configurará como um dossiê da realidade do município de Cambira e das expectativas do Governo Municipal (executivo e legislativo); dos órgãos setoriais específicos e da comunidade local; os quais subsidiarão a formulação das diretrizes e proposições para o desenvolvimento municipal atual e para os próximos 10 anos, a serem regidos através da implementação do Plano Diretor Municipal, com a consequente atualização e acompanhamento permanente.

1. ASPECTOS REGIONAIS



1.1 Município de Cambira

BREVE HISTÓRICO

Cambira tem seu nome originário de um cipó abundante na região, sendo palavra de origem indígena. A flor do cipó, de cor lilás, esta perpetuada no Brasão Municipal.

Na ocupação e colonização de Cambira, ocorrida a partir da década de 1940, foi expressiva a presença de pessoas de origem italiana, seguida, em menor escala, pela etnia espanhola e portuguesa. Dentro da dinâmica nacional, predominou a migração de mineiros. Um aspecto bastante curioso foi a ausência de japoneses em Cambira.

Desde o início da colonização, a religião predominante em Cambira é a católica.

A evolução da ocupação das áreas que compreendem o município de Cambira se deu a partir do desenvolvimento político e econômico da microrregião de Apucarana.

A abertura dos lotes rurais deu-se por etapas. A primeira família a abrir e formar roça na região onde hoje está Cambira foi a de Francisco Carneiro de Souza, que em 1936 derrubou alguns alqueires de mata no lote nº. 109/110 da Gleba Cambira, plantou café, cereais, cana e mandioca e retornou a Jacarezinho. Esta família fixou residência na região onde hoje está localizada Cambira a partir do ano de 1939. Na sua propriedade, a família produzia rapadura, açúcar e industrializava farinha, comercializando cereais em Apucarana. No início da década de 1950, Francisco Carneiro de Souza cedeu área para o primeiro campo de futebol de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

A primeira família a fixar residência na região onde hoje se encontra o município de Cambira foi a Piovesan. Em 05 de julho de 1937, João Piovesan, vindo de Pirajuí, acampou na lendaria figueira (atualmente inexistente), iniciando a abertura do lote nº. 106/107 da Gleba Cambira, construindo um rancho que serviu de moradia para sua família, que chegou um pouco mais tarde, em 25 de setembro de 1937. No mesmo ano, Pedro Blanco abriu seu lote na Gleba Dourados. Em 1938, na região de Bela Vista, chegaram Dito Alves, Carrascoso, Grossi e José Rodrigues e, em 1939, a família Campanholi. Nesta mesma época, chegaram membros da família Marafon à região Jangadinha.

Fato importante que destacou a figura de outro pioneiro de Cambira - Zacarias Alves Domingues – foi o transporte. Zacarias tinha dois ônibus que faziam a linha 300 Alqueires/Cambira/Apucarana. Ainda era dono de uma venda (mercado) que abastecia toda a região. Outro pioneiro que ofertava serviços de transporte em ônibus era o Iliano Casini, que possuía três veículos, que faziam a linha Bairro Sete de Maio/Itacolomi/Cambira.

A fertilidade da terra roxa para o cultivo do café atraiu muitos migrantes de diversos estados. O maior fluxo deu-se no período compreendido entre 1940 e 42, época em que chegaram à região, adquiriram terras e fixaram residência, aquelas famílias mais tradicionais do Município. Esta migração estendeu-se até o início da década de 1950.

Em 1947, o pioneiro Marcos José Calsavara, que aportou no local em 1946, loteou parte de sua propriedade rural em 62 lotes e 1 praça, posteriormente extinta. Este loteamento foi o primeiro considerado urbano, denominado Vila Formosa, fixado como marco inicial da sede de Cambira. Da mesma forma, registros históricos de 1954, destacam Cecílio Nakad, Geraldo Marcato e Júlio Sapatini como proprietários de uma área com 245.401,93m², adquirida de João Davantel. Esta área foi desmembrada em lotes urbanos, constituídos pelas quadras de nº. 1 a 18, denominada Loteamento Primitivo de Cambira. Numa fase posterior, inúmeras famílias se estabeleceram no patrimônio de Cambira, dentre as quais as de Oscar de Andrade Ferreira e José Kielander, sendo que este último gerenciou o primeiro cinema da localidade. O que efetivamente levou as primeiras famílias a se fixarem na região foi à possibilidade de progresso, de crescer junto com a cidade, de desenvolver uma cultura e se estabilizar financeiramente. O principal fator para que isto se tornasse viável foi o advento da cafeicultura, que a exemplo de outros centros produtores atraía as pessoas, como se fosse uma espécie de “Eldorado”.

Pela Lei Estadual nº. 613, de 27 de janeiro de 1951, o núcleo urbano foi elevado à categoria de Distrito Administrativo no território do município de Apucarana. Já por registros históricos municipais, a inicialmente denominada Vila São José do Cambira,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

foi elevada à condição de Distrito em 1953, com suas limitações definidas pelo Decreto nº. 30/53 de 26/11/53.

Em 25 de janeiro de 1961, através da Lei Estadual nº. 4.338, foi criado o Município, com denominação simplificada para Cambira. A instalação oficial deu-se no dia 22 de outubro de 1961.

É importante destacar que não aconteceram conflitos agrários durante a instalação do Município, o que se constitui em fato marcante para a paz das famílias cambirenses.

Segue abaixo a lista de prefeitos municipais eleitos até 2008:

- 1ª eleição - Jordão Beleze, 22/10/1961-22/10/1965 – homem simples, ligado aos movimentos religiosos e bem conceituado produtor de café no Município, nasceu em Bernadino de Campos – SP, no dia 08/09/1914. Sua vinda para Cambira se deu em 1955, mas seus irmãos Ricardo Luiz e Antônio já estavam radicados na Fazenda São Sebastião. Foram pioneiros na produção de tijolos, serraria e no comércio de café e cereais em Cambira. Em seu governo, através do trabalho de Haroldo Victor Lôr, foi organizado o primeiro cadastro urbano e instituídas as primeiras leis de ordenamento territorial, tais como o Código Tributário, além das leis urbanísticas Código de Posturas, de Obras e Lei de Zoneamento;
- 2ª eleição, Adelino de Mello Franco, 22/10/1965-31/12/1970 – Mineiro de Taboão, Município de Bom Jardim de Minas – MG, nasceu em 15/01/1904 era proprietário rural em Itacolomi e residia em Apucarana. Manteve o secretário Haroldo Victor Lôr em seu governo, dando-lhe autonomia para os serviços urbanos. Em sua gestão foi construído o primeiro prédio próprio da Prefeitura, que mais tarde abrigou o primeiro serviço telefônico da cidade, além do poço artesiano e reservatório de água que até hoje existem. Promoveu ainda, o alargamento e a adaptação da estrada que liga Cambira ao município de Borrazópolis, e diversas outras obras importantes. Lutou para a criação do curso ginásial em Cambira;
- 3ª eleição, Jordão Beleze, 31/01/1970-31/01/1973 – na sua segunda gestão teve um mandato curto, de apenas três anos. Mesmo assim, encontrou a prefeitura em melhores condições e pode realizar diversas interferências importantes para o Município, tais como: aquisição de máquinas e equipamentos,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

construção de escolas, reconstrução de ponte sobre o Rio Bom, pavimentação das principais vias da sede, implantação de sistema de energia elétrica na comunidade Sete de Maio, entre outras;

- 4ª eleição, Florindo Pícoli, 31/01/1973-31/01/1977 – nascido em 28/10/1940 em Presidente Prudente – SP, mudou-se para Cambira no final da década de 1960. Suas raízes cambirenses, entretanto, existem desde o início da década de 1940, quando seu avô – Pedro Pícoli – radicou-se em Cambira para o cultivo de café. Em seu primeiro mandato, também promoveu ações e executou obras de importância para Cambira;
- 5ª eleição, José Alves Pereira, 01/02/1977-31/01/1983 – nascido em 02/03/1935 em Paramirim – BA, administrou o Município numa das fases mais críticas da história econômica do Paraná, época de cafezais dizimados pela geada de 1975, o que mudou a dinâmica e os rumos da economia paranaense e ocasionou queda em sua arrecadação, com reflexos negativos também para o município de Cambira. Foi um grande incentivador do esporte local. Dentre suas principais obras, destacam-se as construções da Delegacia de Polícia, da primeira quadra de esportes de Cambira, de unidades habitacionais, de escolas, de ponte ligando Cambira a Rio Bom, assim como, a instalação de sistema de água potável na comunidade Sete de Maio, a pavimentação de vias na sede urbana e tantas outras intervenções;
- 6ª eleição, Florindo Pícoli, 31/01/1983-31/12/1988 – no seu segundo mandato, deu continuidade às obras e intervenções urbanas;
- 7ª eleição, José Decínio Cataneo, 01/01/1989-31/12/1992 – nasceu em Cambé – PR, em 08/07/1945, adotou um sistema de governo popular. Tinha consciência das necessidades do Município e, exatamente por isso, voltou-se para o lado social, dinamizando este setor da administração, reativando a APMI, dando-lhe condições de atendimento à população carente e aos jovens, através de promoção de cursos de formação profissional. Fundou a Associação de Amparo aos Idosos e forneceu materiais para a construção da sede do Clube dos Idosos. Ainda promoveu diversas outras ações e obras de importância para Cambira, tais como: aquisição de veículos e equipamentos, instalação de



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

galerias de águas pluviais e pavimentação de vias importantes da sede municipal, combate a erosão, ampliação da Creche Municipal, construção de nove pontes em concreto, etc.;

- 8ª eleição, Sidney Bellini, 01/01/1993-31/12/1996 – nascido em Cambira, em 08/01/1952, assumiu a administração do Município em situação diferente da dos demais prefeitos, pois com a emancipação do município de Novo Itacolomi, a área territorial de Cambira foi drasticamente reduzida. Com isso, houve redução das estradas rurais o que possibilitou ao Prefeito investir mais recursos e energia nas ações urbanas da sede e da comunidade Sete de Maio. Construiu um Anfiteatro Municipal, uma Creche em Sete de Maio, ampliou a área industrial, adquiriu veículos e equipamentos, entre outras ações;
- 9ª eleição, Laércio Barriquelo, 01/01/1997-31/12/2000 – nascido em 18/05/1960, em Cambira – PR, foi eleito aos 36 anos de idade e se destacou pela sua formação educacional em nível de 3º Grau e por sua experiência como professor em diversos colégios de ensino médio e na Faculdade de Apucarana. Foi vereador por dois mandatos consecutivos. Assumiu a administração municipal enfrentando grandes dificuldades financeiras e um momento de crise que atravessava todo o país, porém com criatividade e determinação, transformou Cambira em um dos melhores municípios do Vale do Ivaí, além de manter o ritmo administrativo e o atendimento social. Entre suas realizações estão: pavimentação de núcleos habitacionais, construção de barracões industriais, construção da Vila Rural na comunidade Sete de Maio, reforma dos veículos escolares, implantação da Secretaria Municipal da Cultura, construção de galerias pluviais, aquisição de equipamentos agrícolas, entre outras;
- 10ª eleição, Sidney Bellini, 01/01/2001-31/12/2004;
- 11ª eleição, José Decínio Cataneo, 01/01/2005-31/12/2008;
- 12ª eleição, Neuza Maria Rodrigues Bellini, 01/01/2009-2012.

LOCALIZAÇÃO

O município de Cambira está localizado na porção norte do Estado do Paraná, em altitude de 839 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

de Latitude de 23° 34' 58" Hemisfério Sul e Longitude 51° 34' 42" Oeste de Greenwich (Figura 1.1.1) segundo dados do IPARDES.



Figura 1.1.1 - Contexto do Estado do Paraná na América do Sul.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

O acesso ao Município acontece pela BR-376. As principais distâncias da cidade de Cambira são: 462 km do Porto de Paranaguá e 376 km da capital Curitiba (Figura 1.1.2).

A área de Cambira é de 164,078 km², segundo o IPARDES, fazendo limite com os municípios de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marumbi e Novo Itacolomi (Figura 1.1.3 e Mapa 1).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

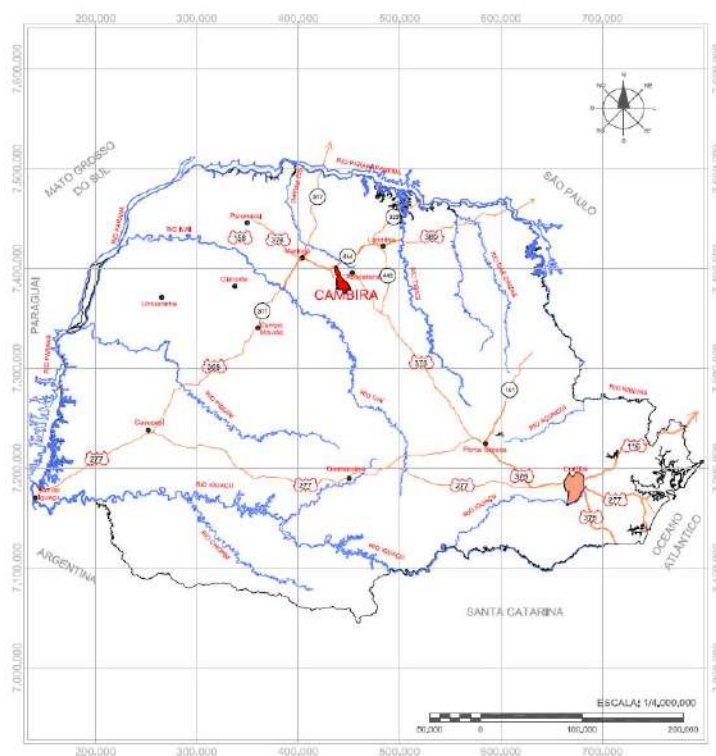


Figura 1.1.2 - Localização do município de Cambira no Paraná.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

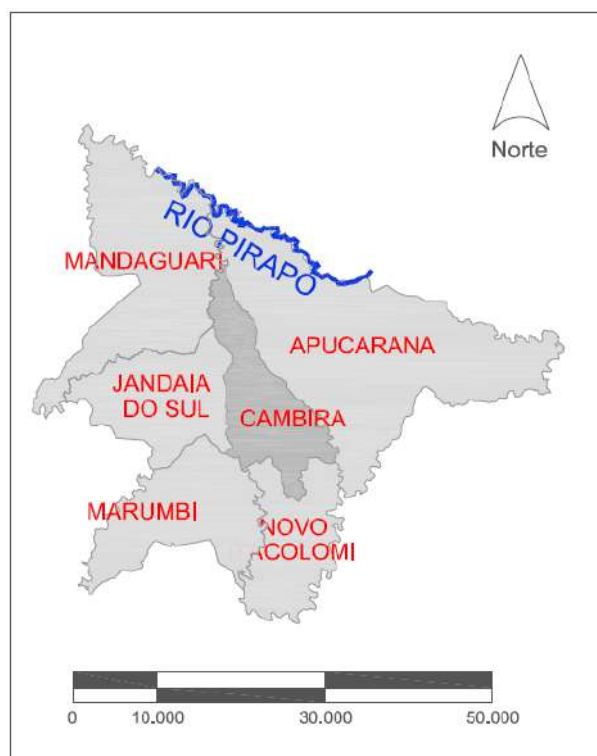


Figura 1.1.3 - Municípios limítrofes.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



1.2 Região de Cambira

MESORREGIÃO

Na divisão territorial do IBGE, Cambira pertence à Mesorregião Norte Central Paranaense, que segundo o IPARDES, corresponde a 12% do território estadual e faz fronteira ao norte com o estado de São Paulo, pelo rio Paranapanema, e possui como principais divisas o rio Tibagi, a leste, e o rio Ivaí, a sudoeste. É constituída por 79 municípios, dos quais se destacam Londrina e Maringá, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização (Figuras 1.2.1 e 1.2.2).

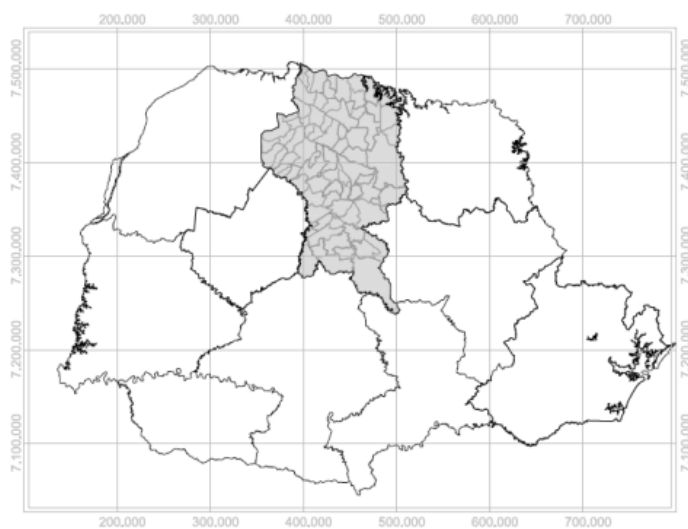


Figura 1.2.1 - Mesorregião Norte Central no Paraná.

Fonte: Base cartográfica da COPEL.

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

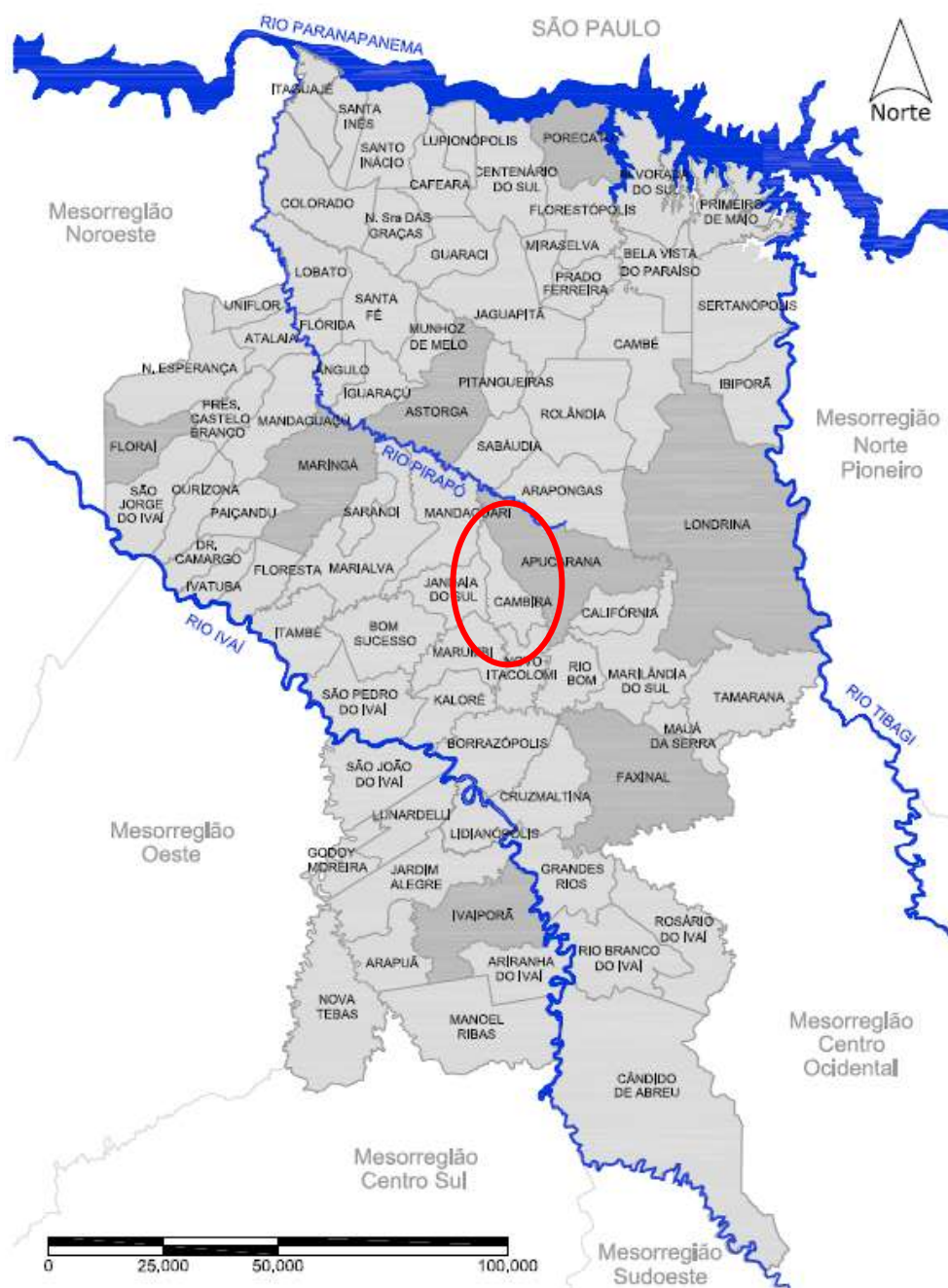


Figura 1.2.2 - Mesoregião Norte Central Paranaense.

Fonte: Base cartográfica da COPEL trabalhada por DRZ Gestão de Cidades.

Nota: Destaque para os municípios pólo de cada microrregião.

Histórico

Historicamente a exploração da região iniciou-se na segunda década do século XVI denominada Província Del Guayrá com administração sediada em Ciudad Real Del Guayrá, fundada em 1556, localizada aproximadamente onde hoje é Guaíra. Este período foi marcado por expedições militares espanholas, e missionários jesuítas que passaram a explorar os cursos dos rios Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi até 1631, ano em que passaram a explorar o vale do Uruguai deixando a região à margem do processo de expansão da economia brasileira até meados do século XIX.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Em 1855, com o Brasil independente, o governo imperial fundou a Colônia Militar de Jataí, às margens do baixo Tibagi que em conjunto com dois aldeamentos indígenas deu origem ao primeiro núcleo permanente do povoamento dessa Região. Com a expansão da agricultura no estado de São Paulo, na década de 1860 inicia-se o lento processo de povoamento da região (norte do Paraná) com a vinda de migrantes e fazendeiros atraídos pela alta fertilidade das terras roxas, inicia-se ao final do século o cultivo do café.

Na década de 20 o governo estadual passou a fomentar a colonização do Norte do Estado convidando grandes grupos da Grã-Bretanha a investirem na região, tendo como resultado a compra da área contígua entre o Tibagi, o Paranapanema e o médio Ivaí por parte da empresa Paraná Plantations Ltda., destinada à venda de lotes, cujas operações no Brasil, ficaram a cargo de uma subsidiária, a Companhia de Terras do Norte do Paraná.

Para facilitar acesso à região e escoamento das safras, a empresa colonizadora assume a ferrovia São Paulo-Paraná iniciando sua expansão até suas glebas, atingindo em 1935 Londrina, 1937 Apucarana e ao final da década Maringá. A estrutura fundiária de pequenos e médios lotes associada à expansão da produção cafeeira impulsionaram a ocupação na região bem como sua representação para o mercado nacional.

Com o declínio da cafeicultura ocorreram mudanças significativas tanto na economia quanto na sociedade brasileira e paranaense. A população total da região reduziu em mais de dois milhões de pessoas que saíram das áreas rurais do Paraná sendo que 1,5 milhão migraram para outros estados.

A urbanização ocorrida na Mesorregião Norte Central se deu de forma bastante similar à do próprio Estado do Paraná. Em 1970, possuía 39,9% da população vivendo nas áreas urbanas, com um grau pouco superior ao do Estado, então de 36,1%. Em 2000, essa proporção segue como superior à média estadual (81,4%), alcançando 88,4% da população nas áreas urbanas, o que situa a mesorregião como a segunda mais urbanizada do Paraná. Destacam-se Maringá, o município mais urbanizado no período, com um grau superior a 80% e Londrina, com pouco mais de 70%, seguido por Arapongas.

Hierarquia Municipal

Londrina e Maringá, caracterizados como Centro Regional e Centro Sub-Regional, respectivamente, representam alto nível de centralidade estando entre os maiores pólos do Estado, e configuram um eixo intensamente urbanizado que inclui Apucarana, com nível de centralidade forte para médio, Arapongas e Jandaia do Sul, com nível médio de centralidade, além de Mandaguari, Nova Esperança e Rolândia, de nível médio para fraco.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Desenvolvimento Humano

A Mesorregião Norte Central constrói seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, indicador responsável em expor as desigualdades Municipais de forma abrangente e comparativa, apenas oito de seus 79 municípios apresentando posições acima da média do Estado (0,787).

Quanto ao saneamento básico, um fator de grande importância no desenvolvimento social e a oferta desses serviços na Mesorregião Norte Central, sabe que:

“A disponibilidade de serviços de saneamento, englobando a oferta de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo, apresenta-se como mais um indicador das desigualdades sociais pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida.” (IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense).

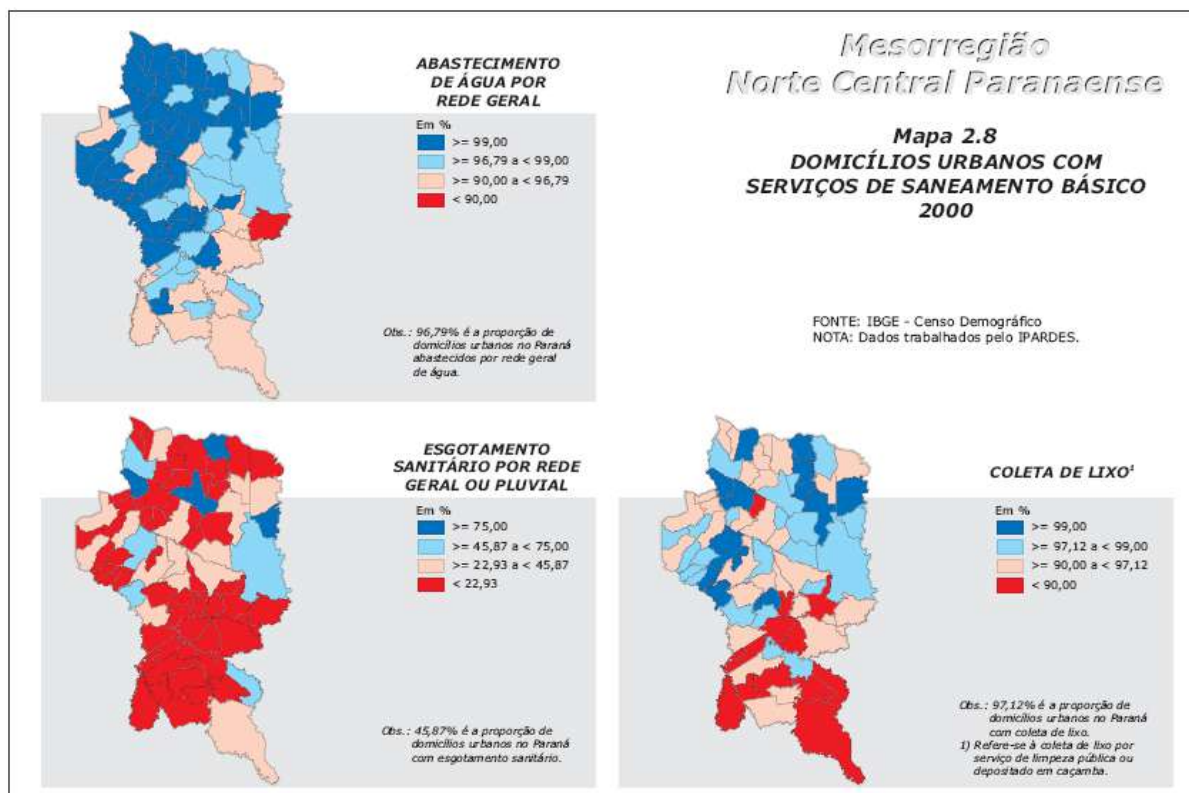


Figura 1.2.3 - Serviços de Saneamento Básico em domicílios urbanos.

Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense.

No atendimento desses serviços, a Mesorregião Norte Central Paranaense, apresenta descompasso entre a oferta de água e adequado esgotamento sanitário: enquanto que quase 100% dos domicílios da região são atendidos por rede geral de abastecimento de água, apenas 17,47% são atendidos por rede geral de esgoto. Em Cambira, o índice de domicílios atendidos por rede geral de esgoto é nulo. Na mesorregião os grandes municípios, Londrina e Maringá, ocupam uma posição favorável, apresentando grau de cobertura de rede geral de esgoto respectivamente maior que



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

63,6% e maior 57,9% dos domicílios (Figuras 1.2.3 e 1.2.4.), segundo o Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense, elaborado no ano de 2000 pelo IPARDES.

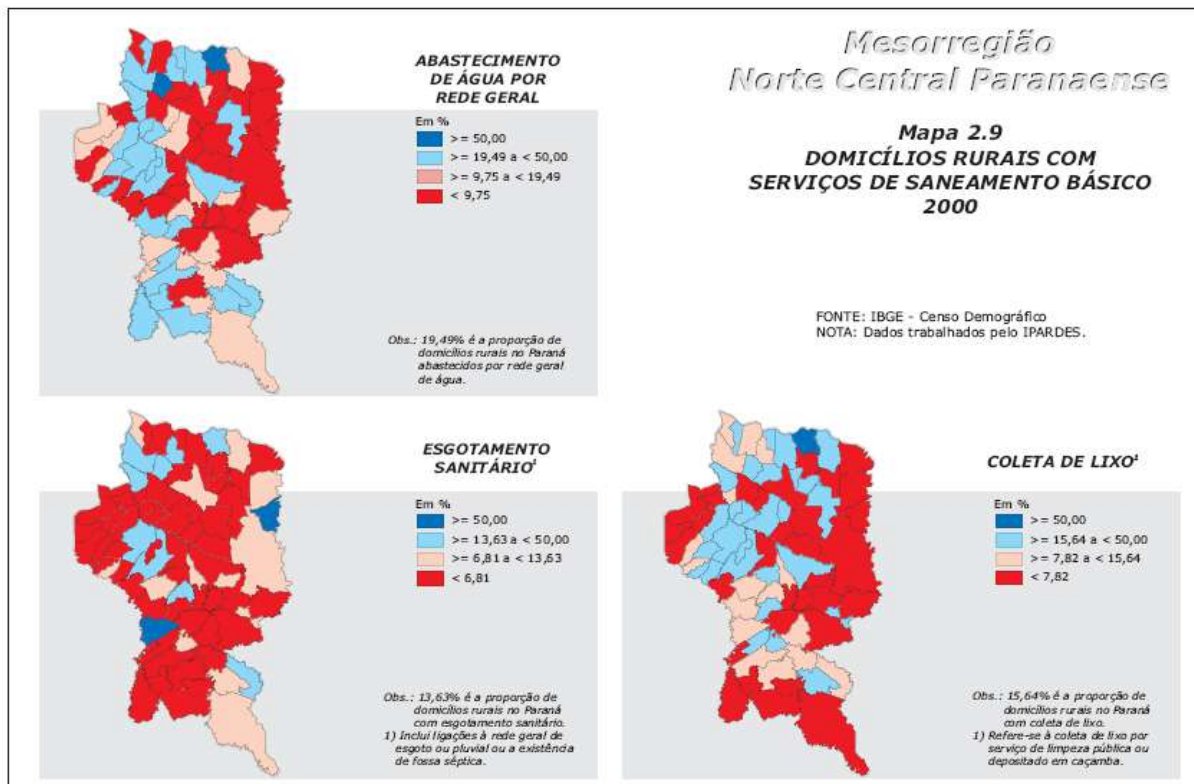


Figura 1.2.4 - Serviços de Saneamento Básico em domicílios rurais.

Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense.

Na disposição de serviços de energia e telecomunicações a região é bem atendida com altos índices de eletrificação rural e boa disponibilidade de serviços de comunicação de dados.

Transportes

A infraestrutura da região favorece seu desenvolvimento econômico com malha viária atendendo a todos os municípios sendo recentemente recuperados principais trechos pelo governo estadual.

“O sistema rodoviário da mesorregião Norte Central é formado por dois grandes eixos. O primeiro constituído pela BR-376, cruza diagonalmente o Estado do Paraná em direção a noroeste na fronteira com Mato Grosso do Sul e é a principal ligação dessa mesorregião com a capital do Estado e com o litoral. Essa rodovia, denominada Rodovia do Café, originalmente Estrada de Mato Grosso, foi concebida com o propósito inicial de promover a ligação entre o antigo Estado do Mato Grosso e o litoral através do território paranaense.

O segundo eixo é representado pela junção das rodovias BR-369, PR-317 e BR-158. Promove a principal ligação da mesorregião com o Estado de São Paulo, bem como com Cascavel, no oeste paranaense. Anteriormente conhecida como Rodovia dos Cereais, a BR-369 inicia-se



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

em território paranaense, no entroncamento com a BR-153, na divisa entre o Paraná e São Paulo, proveniente de Ourinhos (SP) até São Pedro do Ivaí, dentro da mesorregião atravessa núcleos urbanos importantes, como Londrina, Cambé, Arapongas e Apucarana. Mantendo com esta um traçado contínuo, a PR-317 e a BR-158 promovem a ligação entre Maringá e Campo Mourão, a partir de onde é reincorporada a BR-369 até Cascavel. Internamente à mesorregião, a PR-317 percorre 33 quilômetros, de Maringá ao rio Ivaí. "Juntas, unindo-se em Jandaia do Sul, a BR-376 (proveniente de Maringá) e a BR-369 (proveniente de Londrina) abrigam o principal fluxo intermetropolitano, complementarmente à PR-444, de Arapongas a Mandaguari." (IPARDES, 2004)

"A mesorregião Norte Central consiste em área de convergência dos ramais ferroviários provenientes de Cianorte, a oeste, passando por Maringá e Mandaguari, e de Ourinhos (SP) e Cornélio Procopio, a leste, atravessando Londrina, Cambé e Arapongas. Ambos se unem em Apucarana, formando uma via que segue em direção a Ponta Grossa, já fora dos limites da mesorregião, e posteriormente a Curitiba e Paranaguá. Esse sistema é parte da malha sul da Rede Ferroviária Federal, privatizada em 1997, quando sua operação foi repassada à empresa hoje denominada América Latina Logística do Brasil - ALL. Ao longo dessa linha tronco encontram-se, principalmente, moageiras de soja, cuja localização junto à linha férrea viabiliza o transporte do óleo e farelo de soja aos centros consumidores e para exportação. De Araucária, onde se localiza a refinaria da Petrobras, são abastecidas, por via ferroviária, as bases de distribuição de derivados de petróleo localizadas em Guarapuava, Maringá, Londrina e Ourinhos (PARANÁ, 2002b)." (IPARDES, 2004)

O trecho de trilhos de Maringá a Londrina, segundo estudo de viabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, representa uma potencialidade regional para reativação de transporte de passageiros com "taxas de retorno surpreendentemente elevadas" *.

A mesorregião Norte Central Paranaense possui uma significativa estrutura aeroportuária, com seis aeroportos públicos e 15 aeródromos privados, os aeroportos públicos estão localizados em: Londrina, Maringá, Arapongas, Apucarana, Manoel Ribas e Centenário do Sul e os aeródromos privados estão situados em Londrina (dois), Iguaçu, Jaguapitã, Porecatu, Primeiro de Maio (dois), Faxinal, Itambé, Jardim Alegre, Presidente Castelo Branco, Bela Vista do Paraíso, Colorado, Florestópolis e Miraselva.

A região de Cambira possui como referência os aeroportos de Campo Mourão, Manoel Ribas e Apucarana, de porte menor e de Londrina e Maringá, de porte maior, para transporte aéreo e malha ferroviária com importante posto avançado servindo toda a região Norte - Noroeste do Paraná sendo utilizado apenas para transporte de cargas. No município de Maringá está locado o Porto Seco - Zona de Processamento Aduaneiro - ZPA que atende toda a região.

* SCHARINGER, João F. Trens Regionais de Passageiros, BNDES 2002.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Economia

Economicamente, a Mesorregião Norte Central se compõe de forma setorial, no que diz respeito à empregabilidade. A ocupação da população economicamente ativa - PEA em 2000 era composta por 923 mil pessoas, o que significa que de cada 100 pessoas de 10 anos de idade ou mais, 61 estavam inseridas no mercado de trabalho regional, uma taxa de atividade próxima à observada pelo o Estado, representando quase 20% da PEA paranaense. A estrutura se apresenta de forma setorial, conforme Figura 1.2.5.

“Quando se observa a estrutura ocupacional dos municípios, verifica-se que a região pode ser subdividida em três áreas. Concentrando a ocupação e as atividades mais dinâmicas, há um eixo formado fundamentalmente pelos municípios que compõem as duas aglomerações urbanas polarizadas por Londrina e Maringá. Esses pólos caracterizam-se pela acentuada participação do setor serviços na ocupação e, no seu entorno, há um conjunto de municípios (Cambé, Arapongas, Apucarana, Mandaguari, Sarandi e Paçandu) que se destaca pela presença mais expressiva da indústria.” (IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense).

Os setores mais representativos da mesorregião, em termos de geração de emprego, são os tradicionais – agroindustrial, vestuário, mobiliário, açúcar e álcool e certos segmentos agroindustriais, como, por exemplo, o de abate e processamento de aves. Porém, importância significativa e crescente vem sendo adquirida pelos segmentos agroquímicos, artefatos e embalagens plásticas e, ainda, equipamentos para instalações industriais e comerciais.

Em termos de valor adicionado, a maior participação é dos agroquímicos, açúcar, álcool e mobiliário. A distribuição espacial da atividade industrial ocorre preferencialmente em torno dos dois pólos regionais, estendendo-se em direção a municípios próximos.

Agropecuária

Verifica-se que a maioria dos produtos mais representativos do Norte Central ocupa posição de destaque, pois a região aparece em primeiro lugar na produção de cana, em segundo na produção de soja, milho e rebanho bovino, em terceiro lugar na produção de feijão, e em quarto lugar na produção de leite e efetivo de aves (Figura 1.2.6).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

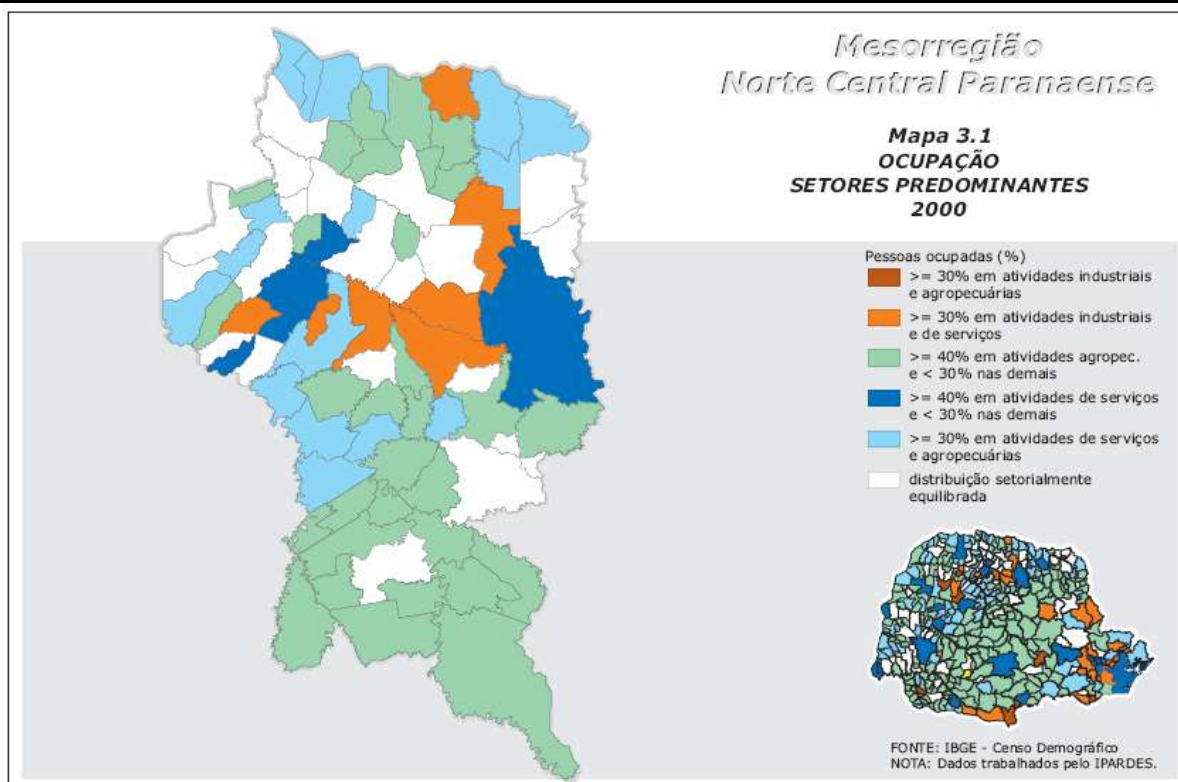


Figura 1.2.5 - Ocupação dos Setores Predominantes.

Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense.

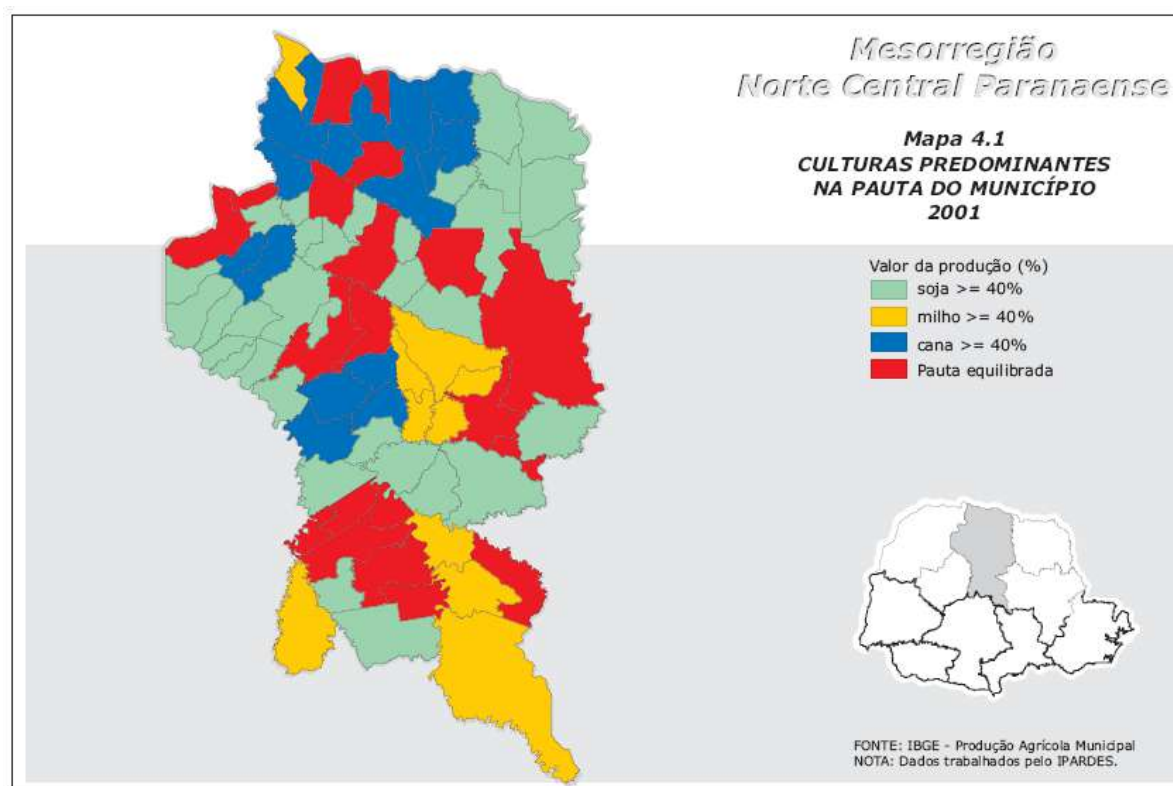


Figura 1.2.6 - Culturas predominantes.

Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Agroindústria

A Mesorregião reúne um número significativo de agroindústrias cooperativadas, criadas, em sua maioria, ao longo das décadas de 70 e, principalmente, de 80 e 90, com estrutura gerencial e de mercado comparada à das grandes empresas do Estado e do país (COOPERATIVISMO, 2002).

Indústria

Entre as mesorregiões do Paraná, a Norte Central apresenta a maior participação relativa (16,8%) da indústria de transformação no total regional da ocupação. São 136 mil trabalhadores, o que representa 23,2% da ocupação na indústria de transformação no Estado.

Serviços

Destacam-se, comparativamente às demais regiões, pela participação dos serviços no total da ocupação, em especial nos serviços financeiros e imobiliários (6,3%), de educação (5,8%) e de saúde (3,4%).

Turismo

Os municípios da Mesorregião se caracterizam por sua riqueza natural e por serem historicamente o grande celeiro do Estado. Localizada na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo, apresenta um segmento de população de alto poder aquisitivo, ligado ao agronegócio e que lhe permite ser um grande emissor de turismo, seja ele doméstico ou internacional. Na região existem dois eixos que concentram alguns dos principais pontos turísticos da região, com áreas de parques e remanescentes da mata nativa, sendo o primeiro o rio Paranapanema, ao norte, em direção a Maringá, seguindo em direção ao rio Ivaí ao sul; e o segundo acompanha a rodovia BR-376 no sentido Paranaíba – Londrina, cortando a microrregião de Maringá. Em função também do seu potencial hídrico, as atividades de turismo rural são as mais comuns na região, seguidas das grandes feiras de negócios em Arapongas (móveis), Londrina (agronegócio e atividades recreativas e culturais), Cianorte (vestuário) e Maringá e Rolândia (agropecuária), e das atividades de turismo náutico (Primeiro de Maio e Santo Inácio), pesca (Apucarana, Primeiro de Maio e Londrina), ecoturismo (Mandaguaçu, Ibiporã, Londrina e Maringá) e gastronômicas (Londrina e Maringá).

MICRORREGIÃO

Ainda de acordo com a divisão territorial do IBGE, Cambira pertence à Microrregião de Apucarana, com 9 municípios e uma população total de 144.514 habitantes, conforme a Tabela 1.2.1 e Figura 1.2.7.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Tabela 1.2.1 – Municípios que compõe a Microrregião de Apucarana e população de 2000.

Município	População total 2000
Apucarana (PR)	107.827
Arapongas (PR)	85.428
Califórnia (PR)	7.678
Cambira (PR)	6.688
Jandaia do Sul (PR)	19.676
Marilândia do Sul (PR)	9.071
Mauá da Serra (PR)	6.471
Novo Itacolomi (PR)	2.866
Sabáudia (PR)	5.413
Total da Microrregião	251.118

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

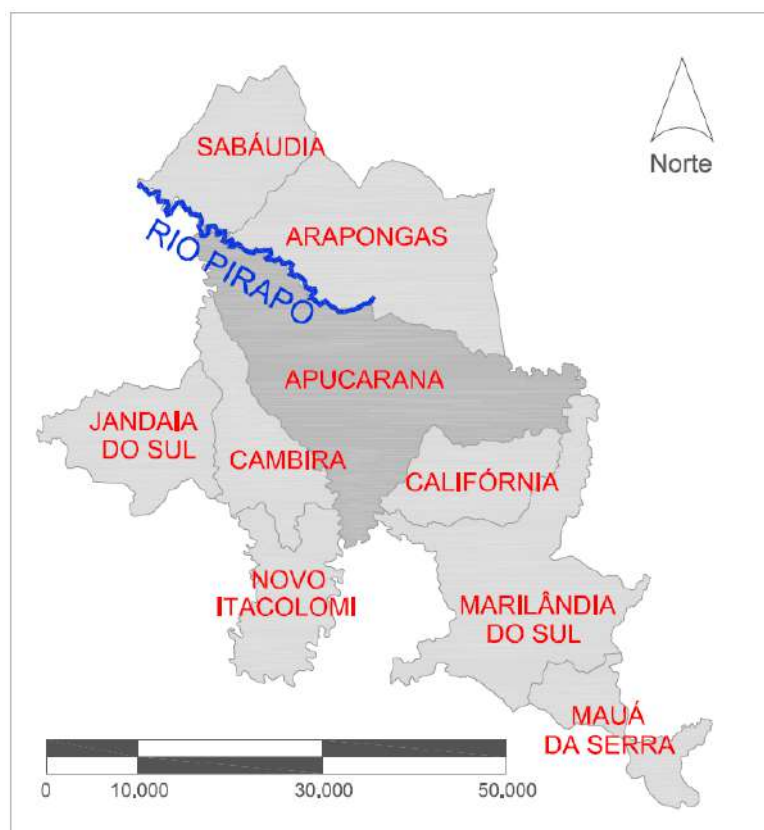


Figura 1.2.7 - Microrregião de Apucarana.

Fonte: IPARDES.

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS

O município de Cambira está associado à AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, a qual é composta de 17 municípios, conforme Tabela 1.2.2 e Figura 1.2.8, tendo como cidade pólo o município de Apucarana, podendo ser acessada pelo Anel de Integração do Estado através das Rodovias BR-369 e BR-376. Atualmente é presidida por Mauricio Bueno de Camargo – prefeito de Cruzmaltina.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 1.2.2 – Municípios que compõe a AMUVI.

Apucarana	Godoy Moreira	Marumbi
Arapuã	Grandes Rios	Mauá da Serra
Cambira	Ivaiporã	Novo Itacolomi
Bom Sucesso	Jandaia do Sul	Rio Bom
Borrazópolis	Jardim Alegre	Rio Branco do Ivaí
Califórnia	Kaloré	Rosário do Ivaí
Cambira	Lidianópolis	São João do Ivaí
Cruzmaltina	Lunardelli	São Pedro do Ivaí
Faxinal	Marilândia do Sul	-

Fonte: www.amuvi.com.br



Figura 1.2.8 - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí – AMUVI.

Fonte: Base cartográfica COPEL.

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.



1.3 Relações Intermunicipais

A proximidade do município de Cambira com Apucarana, centro polarizador da microrregião, contribui para algumas relações de dependência. Alguns municípios próximos também exercem influência nas migrações pendulares.

Tais relações são constatadas em vários setores como: educação, saúde, emprego, comércio e serviços.

Em Cambira não existe ensino de 3º grau. Portanto os alunos que pretendem continuar seus estudos cursando o ensino superior são obrigados a deslocar-se para os municípios vizinhos. Os municípios mais escolhidos para este propósito são Apucarana, Arapongas e Jandaia do Sul (Figura 1.3.1).

Na área da saúde podemos dizer que todos os pacientes que precisam de atendimento especializado são obrigados a procurá-lo fora de Cambira. Existem convênios com laboratórios e hospitais de Apucarana, Arapongas e Londrina, através do Sistema Único de Saúde - SUS, PR Saúde (Convênio Paraná Saúde) e Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS-AMUVI. Os pacientes são transportados por ambulâncias e ônibus próprios do Município que fazem rotas diárias a Londrina passando por Apucarana e Arapongas, indo algumas vezes para Curitiba levar ou buscar algum paciente (Figura 1.3.2).

Existe pouca dependência dos municípios vizinhos em relação a empregos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

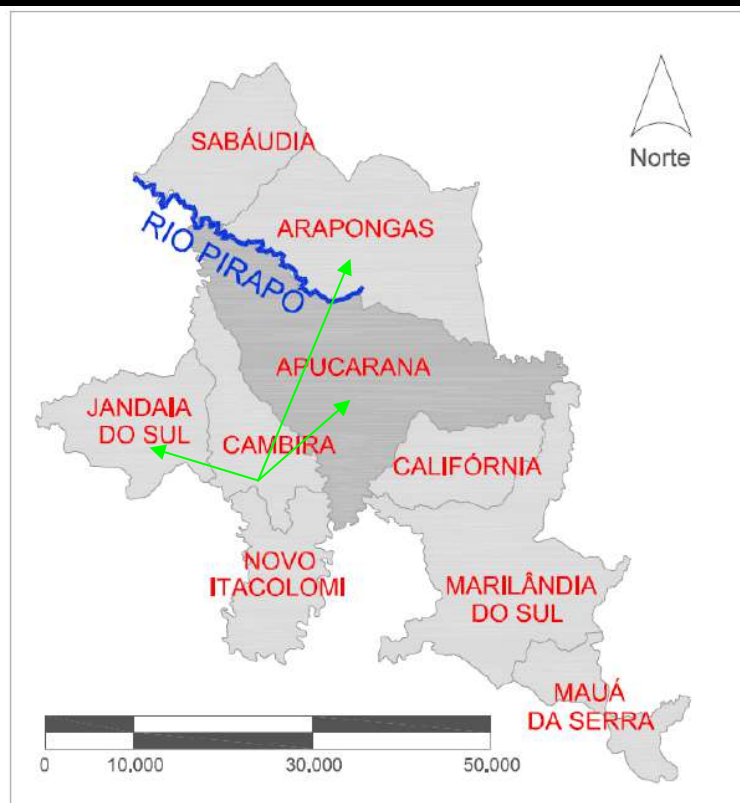


Figura 1.3.1 - Dependência em Educação.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

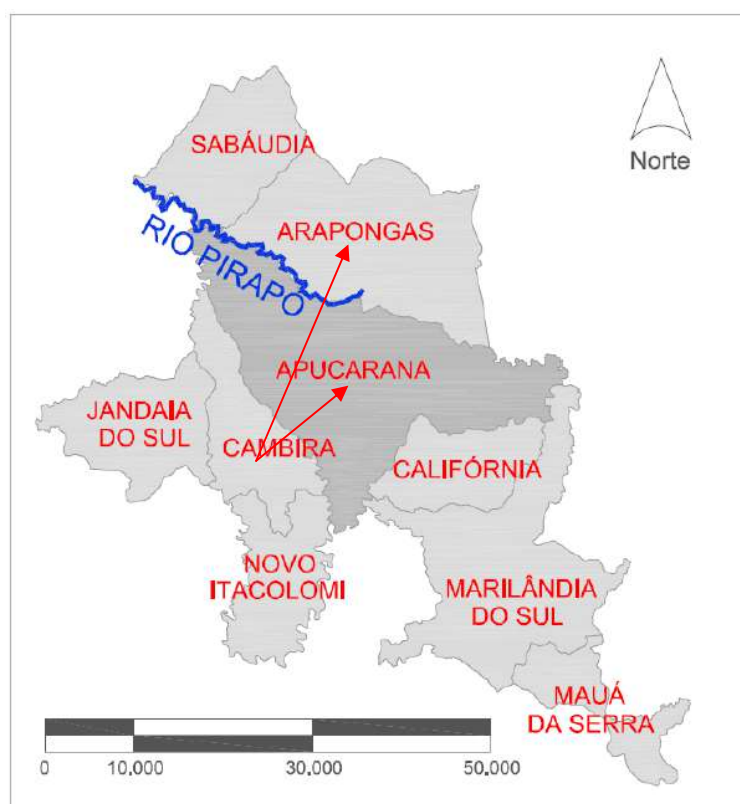


Figura 1.3.2 - Dependência em Saúde.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

2. ASPECTOS AMBIENTAIS



2.1 Clima

O clima de Cambira segundo a classificação de Köppen é do tipo Cfa (Figura 2.1.1), isto é, subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes com tendência de concentração das chuvas, invernos com geadas pouco frequentes, sem estação seca definida¹.

A temperatura média anual do Município é de 20 a 21 graus centígrados (Figura 2.1.2), sendo que as temperaturas nos meses mais quentes são superiores a 25°C e a dos meses mais frios inferiores a 17°C (Gráfico 2.1.1).

O volume de chuva varia entre 1600 a 1800 mm ao ano (Figura 2.1.3), normalmente o mês de agosto é o mais seco e o de janeiro, o mais chuvoso, apesar dos dados de 2009/2010 (Gráfico 2.1.2) apresentarem o mês de abril como mais seco e o mês de outubro como mais chuvoso, devido à influência do fenômeno climático *El Niño*.

Já a umidade relativa do ar tem média anual de 75% a 80% (Figura 2.1.4), com alteração que chegam a 20% tanto no inverno quanto no verão em período de estiagem.

Segundo dados do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, os ventos predominantes na região próxima a Cambira têm leste como direção de maior frequência anual (Figura 2.1.5).

¹ Definição retirada do site <http://www.paranacidade.org.br/municipios/municipios.php>.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

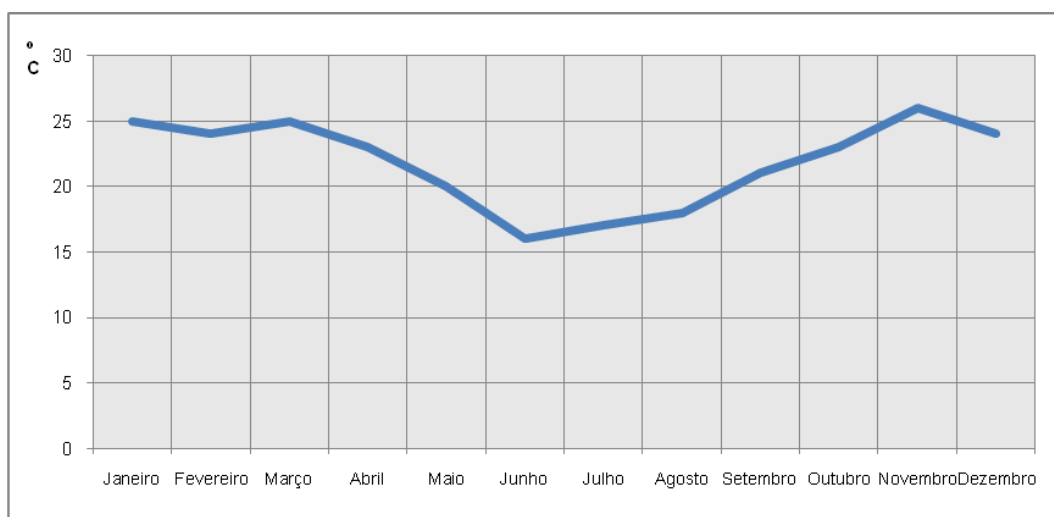
Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada



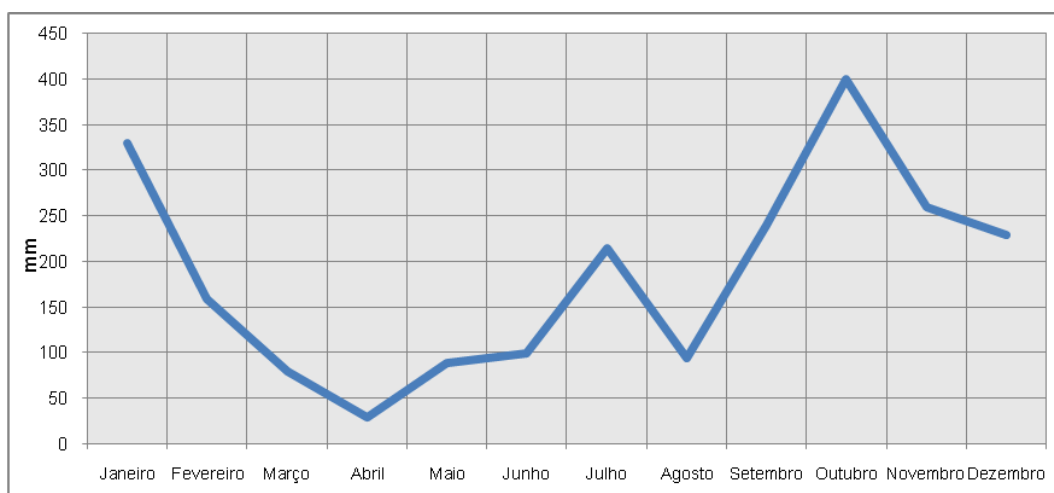
Figura 2.1.1 - Classificação Climática.
Fonte: IAPAR.

Gráfico 2.1.1 – Temperatura média mensal de Cambira/PR em 2009/2010.



Fonte: IAPAR (2009).
Organização: DRZ Gestão de Cidades.

Gráfico 2.1.2 – Precipitação (mm) mensal de Cambira/PR em 2009/2010.



Fonte: IAPAR (2009).
Organização: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

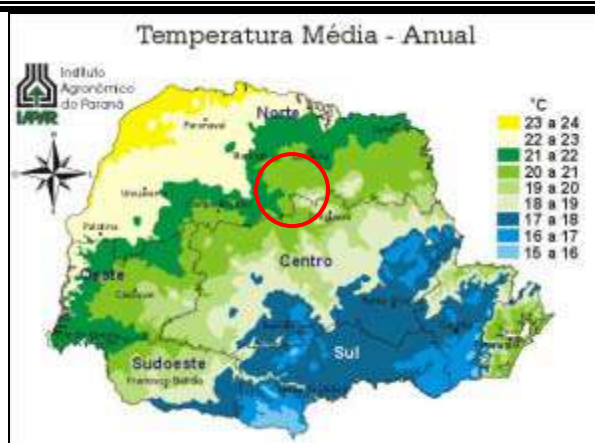


Figura 2.1.2 - Temperatura média anual.
Fonte: IAPAR.



Figura 2.1.3 - Precipitação média anual.
Fonte: IAPAR.



Figura 2.1.4 - Umidade relativa anual.
Fonte: IAPAR.



Figura 2.1.5 - Direção predominante do vento.
Fonte: IAPAR.



2.2 Geologia

Cambira está geologicamente localizado na porção sudeste da Bacia Sedimentar do Paraná, na região de afloramento de rochas basálticas da Formação Serra Geral, descritos a seguir segundo o Atlas Geológico do Paraná (MINEROPAR, 2001) (Figura 2.2.1).

A Formação Serra Geral é constituída por rochas efusivas básicas toleíticas com basaltos maciços e amigdalóides, afaníticos cinzentos a pretos dos extensos derrames de rochas ígneas, de idade jurássica-cretácica.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

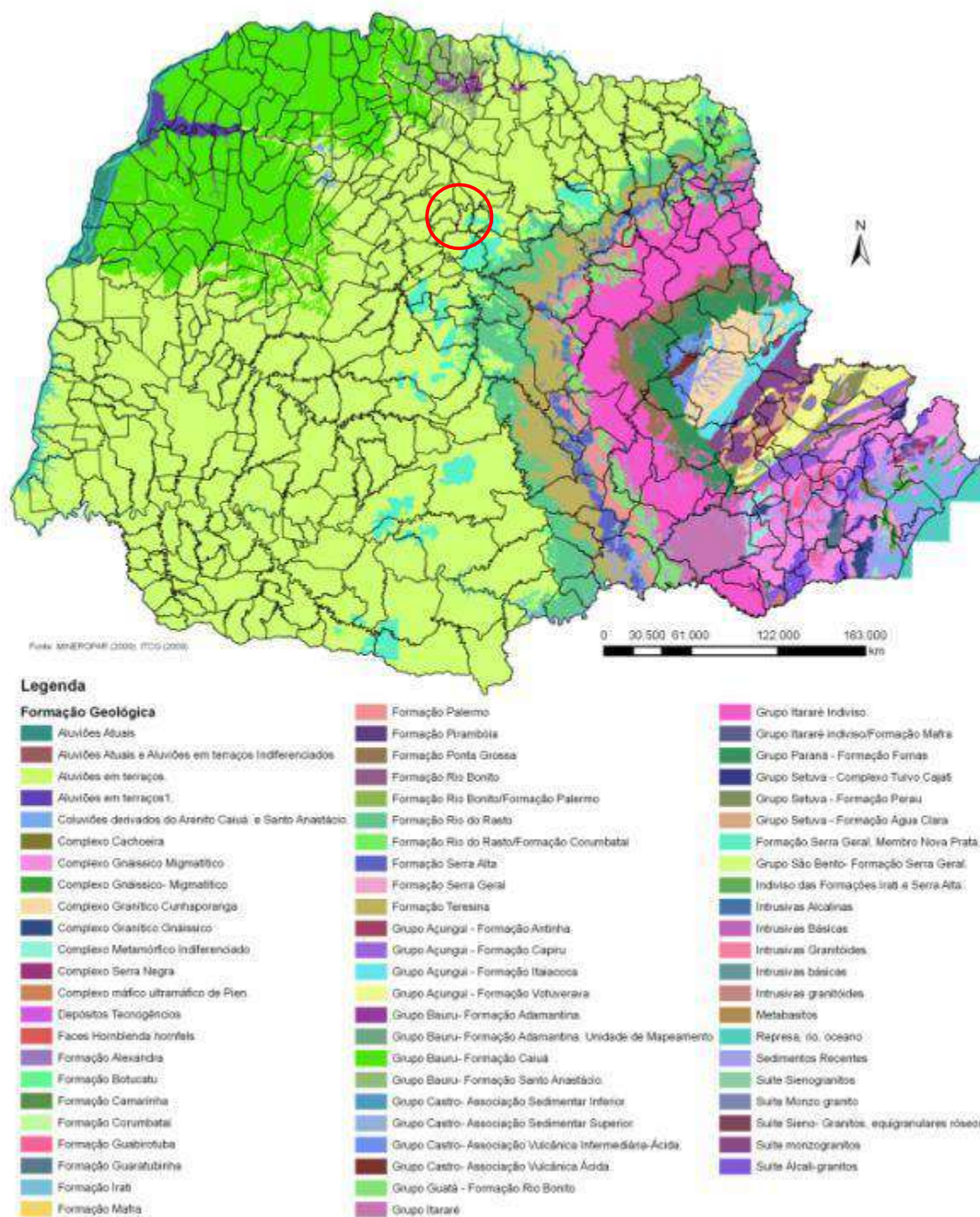


Figura 2.2.1 - Mapa de formação geológica do Paraná.
Fonte: Mineropar (2009); ITCG (2009).

2.3 Geomorfologia

Cambira localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense (planalto do Trapp do Paraná) ou Planalto de Guarapuava (Figura 2.3.1), limitado, a leste, pela serra da Boa Esperança ou escarpa triássico-jurássica. Caracteriza-se pela uniformidade e pela presença de derrames vulcânicos de lavas basálticas e areníticas, extensos e espessos (até 500 metros), sendo composto por rochas básicas da era Mesozóica (formada entre 230 e 65 milhões de anos).

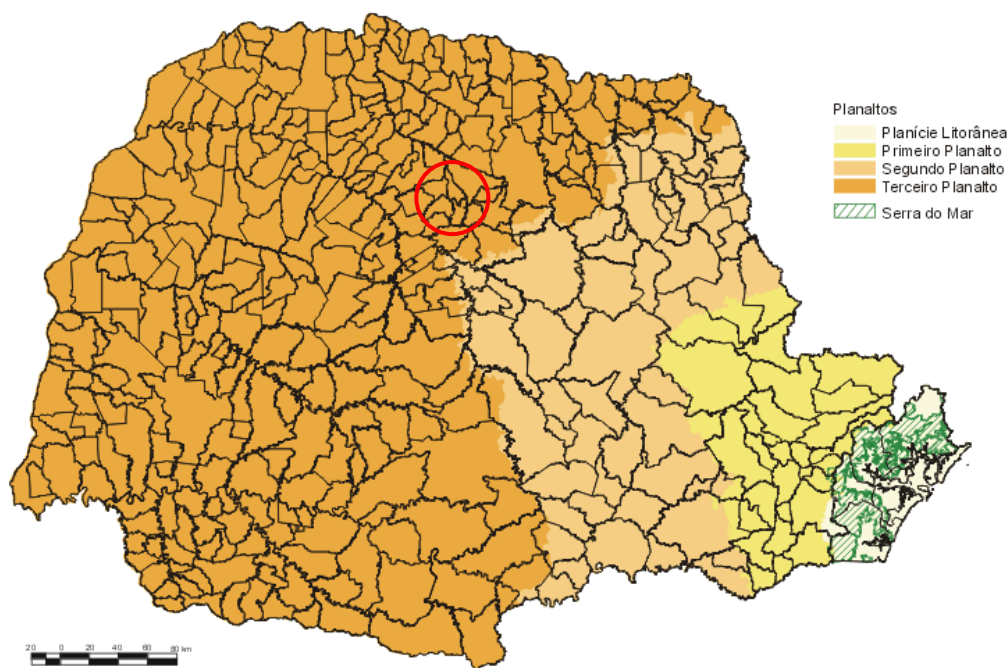


Figura 2.3.1 - Unidades geomorfológicas
Fonte: Mineropar e DNPM (1989) - Base cartográfica: SEMA



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

O município de Cambira situa-se na unidade morfoescultural do Terceiro Planalto Paranaense, subunidade morfoescultural do Planalto de Apucarana, apresentando um relevo com dissecação alta, topos alongados, vertentes convexas e vales em "V" (MINEROPAR, 2006).

As cotas de altitude estão no intervalo de 460 a 840 metros, conforme Mapa 2, onde as áreas mais baixas encontram-se próximo ao limite sul do Município, e as cotas mais altas encontram-se na região central do território municipal, onde se encontra a malha urbana, entre as altitudes de 840 e 740 metros acima do nível do mar (Mapa 3).

O relevo é predominantemente suave ondulado, com declividades entre 3 e 12%; em alguns trechos próximos às calhas dos córregos as declividades variam de 12% a 45%. Na malha urbana, a declividade varia de 0 a 12% predominado o relevo plano. Os melhores sítios para fins de expansão urbana, em relevo suave ondulado (3-12%), encontram-se ao norte da malha urbana consolidada.



2.4 Pedologia

A classificação dos solos a seguir foi elaborada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA², concluída e publicada em 1999, sob título "Sistema Brasileiro de Classificação de Solos".

Através do Mapa 4, verifica-se a predominância no município de Cambira dos seguintes tipos de solos:

Latossolos Vermelhos Distroférricos

São solos de textura argilosa, constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto H hístico. São solos com avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, como resultado de enérgicas transformações no material constitutivo (salvo minerais pouco alteráveis).

Estes solos que possuem aptidão agrícola boa, com moderada exigência de fertilizante e baixa necessidade de calagem para a manutenção e correção de seu estado nutricional.

Possui limitação nula a ligeira quanto à suscetibilidade à erosão, necessitando para sua conservação do emprego de medidas simples, mediante o emprego de práticas culturais e de manejo, por exemplo: rotação de cultura; culturas em faixas; cultivo em contorno e pastoreio controlado.

Por ocorrerem em áreas com relevo plano a suave ondulado, praticamente não possuem limitação quanto ao uso de máquinas e implementos

² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, 1999.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

agrícolas, sendo que o relevo nestas áreas não ultrapassa 6% e o rendimento do trator deve ser acima de 90%.

Latossolos Vermelhos Eutroféricos

São solos de textura argilosa, constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto H hístico. São solos com avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, como resultado de enérgicas transformações no material constitutivo (salvo minerais pouco alteráveis).

Estes solos que possuem aptidão agrícola boa, com mínima exigência de fertilizante.

Possui limitação nula a ligeira quanto à suscetibilidade à erosão, necessitando para sua conservação do emprego de medidas simples, mediante o emprego de práticas culturais e de manejo, por exemplo: rotação de cultura; culturas em faixas; cultivo em contorno e pastoreio controlado.

Por ocorrerem em áreas com relevo plano a suave ondulado, praticamente não possuem limitação quanto ao uso de máquinas e implementos agrícolas, sendo que o relevo nestas áreas não ultrapassa 6% e o rendimento do trator deve ser acima de 90%.

Neossolos Litólicos Eutróficos

Solos com textura argilosa constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso, com pequena expressão dos processos pedogenéticos em consequência da baixa intensidade de atuação destes processos, que não conduziram, ainda, a modificações expressivas do material originário, de características do próprio material, pela sua resistência ao intemperismo ou composição química, e do relevo que podem impedir ou limitar a evolução desses solos.

Estão situados nas áreas com maior declividade no Município e são inaptos à atividade agrícola por problemas de erosão, além disso, possuem moderada exigência de fertilizante e calagem para a manutenção e correção de seu estado nutricional.

Possui limitação forte a muito forte quanto à suscetibilidade à erosão, necessitando para sua conservação de práticas técnicas pouco viáveis economicamente, que não justificam sua aplicação. São terras para as quais não devem ser dispensados tratamentos culturais periódicos, sendo indicadas, com restrições, para pastagem e silvicultura, devendo ser áreas voltadas para preservação da flora e da fauna.

Possuem impedimentos muito fortes quanto à mecanização, onde os declives ultrapassam 20% e o rendimento do trator fica abaixo de 50%.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Nitossolos Vermelhos Eutroféricos

Solos com textura argilosa constituídos por material mineral com horizonte B nítico (reluzente) de argila de atividade baixa, textura argilosa ou muito argilosa, estrutura em blocos subangulares, angulares ou prismática moderada ou forte, com superfície dos agregados reluzente, relacionada à cerosidade e/ ou superfícies de compressão.

É o tipo de solo predominante em Cambira. Possuem aptidão agrícola boa, com mínima exigência de fertilizante.

Possui limitação nula a ligeira quanto à suscetibilidade à erosão, necessitando para sua conservação do emprego de medidas simples, mediante o emprego de práticas culturais e de manejo, por exemplo: rotação de cultura; culturas em faixas; cultivo em contorno e pastoreio controlado.

Por ocorrerem em áreas com relevo plano a suave ondulado, praticamente não possuem limitação quanto ao uso de máquinas e implementos agrícolas, sendo que o relevo nestas áreas não ultrapassa 6% e o rendimento do trator deve ser acima de 90%.



2.5 Hidrografia

O sistema hidrográfico do Paraná, de acordo com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, está dividido em duas bacias, sendo a Atlântica com rios desaguando diretamente no Oceano Atlântico e a do Rio Paraná com seus afluentes principais (Rio Paranapanema, Piquiri, Iguaçu e Ivaí) percorrendo o sentido leste-oeste.

Segunda Legislação Estadual, Lei nº 12.726/99, o Paraná está dividido em 16 bacias, sendo elas: bacia do Rio das Cinzas, bacia do Rio Iguaçu, bacia do Rio Itararé, bacia do Rio Ivaí, bacia Litorânea, bacia do Rio Paranapanema 01, bacia do Rio Paranapanema 02, bacia do Rio Paranapanema 03, bacia do Paranapanema 04, bacia do Rio Paraná 01, bacia do Rio Paraná 02, bacia do Rio Paraná 03, bacia do Rio Piquiri, bacia do Rio Pirapó, bacia do Rio Ribeira, bacia do Rio Tibagi.

Define-se **bacia hidrográfica** como o conjunto de terras banhadas por um rio e seus afluentes, de forma que toda vazão seja descarregada através de um curso principal, limitada perifericamente por uma unidade topográfica mais elevada, denominada divisor de águas³.

Cambira está inserida parte na bacia do Rio Ivaí, parte na bacia do Rio Pirapó, conforme figura 2.5.1.

³ Definição retirada do site
<http://www.meioambientecrianças.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

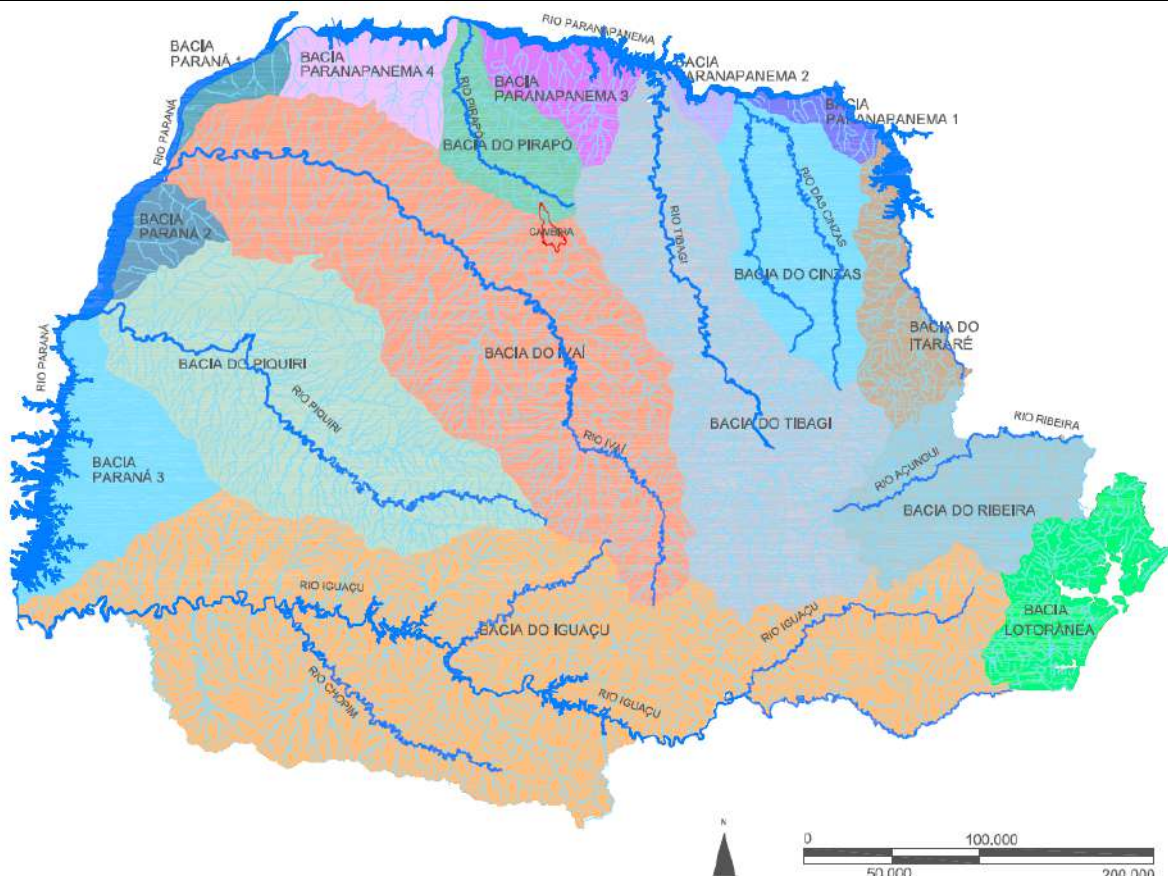


Figura 2.5.1 - Hidrografia do Paraná.

Fonte: SUDHERSA – dados trabalhados por DRZ Gestão de Cidades.

O rio Ivaí é um dos grandes rios paranaenses. Afluente do Rio Paraná, é a alternativa para o transporte hidroviário na região. Estudos técnicos, em poder do Governo do Estado, indicam que o Rio Ivaí pode se tornar navegável de Doutor Camargo até o Rio Paraná, interligando-se, a partir daí, ao Sistema Tietê-Paraná, que já está em operação. A Hidrovia do Ivaí estará capacitada a transportar aproximadamente 6 milhões de toneladas/ano de grãos, fertilizantes, calcário, areia, petróleo, álcool, etc., ligando a região de Maringá a São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Interligada à Hidrovia Tietê-Paraná, possibilitará o acesso fluvial entre os estados do Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, com capacidade potencial de transporte de 35 milhões de toneladas/ano. Com a eventual construção da eclusa de Itaipu, a região estará interligada por hidrovia ao Paraguai, Argentina e Uruguai, podendo atingir esses pontos para receber ou despachar produtos, com custo de transporte competitivo. Além do importante aspecto da redução do custo de transporte, o projeto abre grandes possibilidades para empreendimentos econômicos voltados à exploração turística.

A bacia do Rio Pirapó compreende uma área de drenagem de 5.067 km², localizados no terceiro planalto paranaense. Sua nascente principal se encontra no município de Apucarana, a 1.000 metros de altitude, e corre para o norte, percorrendo 168 km até desaguar no rio Paranapanema. A bacia possui 60 tributários diretos, além



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

de pequenos riachos. A bacia abrange total ou parcialmente 33 municípios (SUDERHSA, 2009)

O Município possui oito sub-bacias bem definidas (Figura 2.5.2) e possui quatro rios principais.

O Ribeirão dos Dourados: localiza-se na bacia hidrográfica do Pirapó, sua nascente se encontra próximo a área urbana do município de Cambira, tem seu curso seguindo pela divisa oeste com o município de Jandaia do Sul e estendendo-se ao limite noroeste, na divisa com o município de Mandaguari. É componente do manancial que abastece o município de Maringá.

Ribeirão Cambira: manancial que serve de abastecimento de água para a cidade de Cambira. Localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Ivaí, nasce perto do Pirapó, estende-se de norte para sul delimitando a divisa leste e sudoeste com o município de Apucarana.

Ribeirão Marumbizinho: Localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Ivaí. Nasce no município de Jandaia do Sul onde serve como manancial de abastecimento de água para a cidade e serve de limite entre os municípios de Cambira e Jandaia do Sul na porção oeste, e com Marumbi na porção sudoeste do município Cambira. Não é volumoso e possui razoável cobertura vegetal para sua preservação.

Ribeirão Itacolomy: Pertence à bacia hidrográfica do Rio Ivaí. Nasce na região central do município de Cambira, próximo a região sul da área urbana. Desloca-se de norte para sul até tornar-se o limite Sul, entre os municípios de Cambira e Novo Itacolomy, é também denominado de ribeirão azul. Nele se encontra as cachoeirinhas do Palmeirinha.

A hidrografia limita o Município a noroeste, pelo Ribeirão dos Dourados; a oeste, pelo Ribeirão Marumbi; ao sul pelo Rio Itacolomy; e a leste pelo Ribeirão Cambira.

O uso e ocupação dos mananciais devem ser planejados de forma que todas as atividades sejam compatíveis com o mais nobre destino desta bacia: a manutenção da qualidade e da disponibilidade da água para o abastecimento público. Todos os demais usos devem estar subordinados a esta prioridade.

As bacias hidrográficas enfrentam ameaças como o lançamento de dejetos lançados sem tratamento, lançamento de esgoto, o uso intensivo de agrotóxicos na agricultura, o assoreamento e a falta de matas ciliares, comprometendo a qualidade hídrica do estado.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

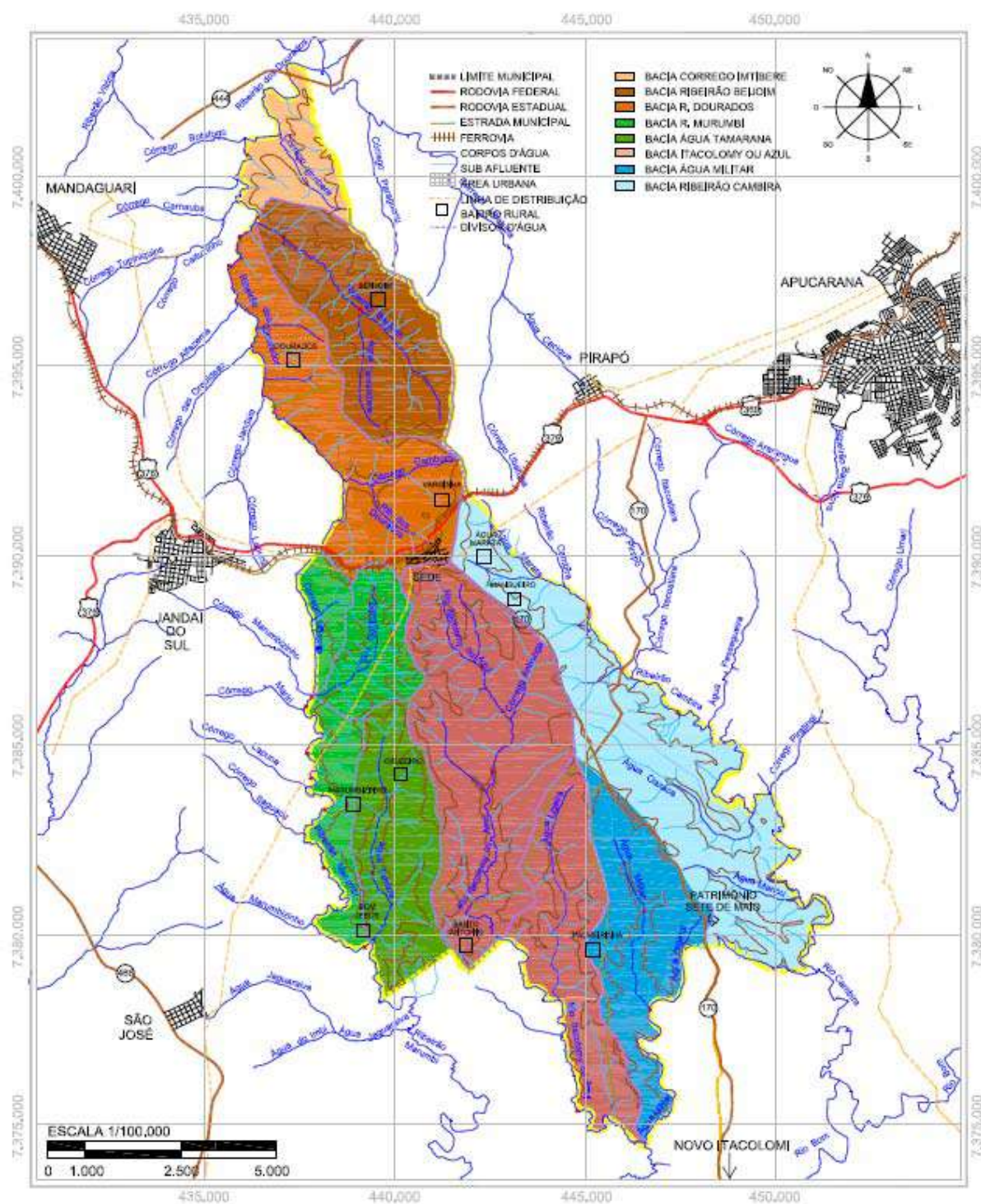


Figura 2.5.2 - Sub-bacias Hidrográficas Municipais.

Fonte: Base Cartográfica – COPEL – dados trabalhada por DRZ Gestão de Cidades.



2.6 Flora

COBERTURA VEGETAL MUNICIPAL

A cobertura vegetal municipal será descrita com base nos dados coletados no ITCG 2009 e descritos conforme manual técnica da Fundação Instituto da Geografia e Estatística – IBGE.

No município de Cambira conforme Figura 2.6.1, a classificação da cobertura vegetal original é da Floresta Estacional Semidecidual ou Floresta Pluvial Subcaducifólia do tipo Montana.

Este tipo de vegetação é condicionado à dupla estacionalidade climática: uma tropical com intensas chuvas de verão e outra no período de estiagem além da subtropical, sem períodos de seca, mas com seca fisiológica provocada por intenso frio e médias inferiores a 15°C.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada



Figura 2.6.1 - Regiões Fitogeográficas.

Fonte: ITCG – Dados trabalhados por DRZ Gestão de Cidades.

A política ambiental do Município, bem como do Estado do Paraná, foi marcada por ações pontuais sem considerar uma visão ampla capaz de permitir uma adequada conservação dos ambientes naturais e suas comunidades bióticas. Por outro lado, tornou-se crescente o entendimento de setores da sociedade de que a conservação das áreas de preservação permanente - APP é fundamental para a harmonização e equilíbrio entre os sistemas produtivos e o modo de vida das populações humanas, para preservação vital da água e das espécies nativas da flora e fauna. Por conseguinte, muitas ações em favor da recuperação e preservação da APP foram e continuam sendo desenvolvidas por cidadãos, instituições e entidades, agentes que se sentem responsáveis pela manutenção desses ecossistemas naturais. A Lei Federal nº.4.771/65 – Código Florestal Brasileiro define que a área de APP tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e de flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar dos seres vivos. Essa Lei estabelece, ainda, que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as devidas limitações legais.

Muitas propriedades rurais do Município não têm área de reserva legal e preservação permanente averbada na matrícula. Cabe destacar que, tramitam no Congresso Nacional Projetos de Lei que alteram o Código Florestal. Independente disso, Cambira tem incentivado o reflorestamento através do fornecimento de mudas nativas. As mudas são produzidas no viveiro florestal municipal que foi construído em 1998 com recursos do PRONAF Infraestrutura e tem capacidade para produção de 300 mil mudas



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

ao ano. Eventualmente, o viveiro produz mudas de eucalipto e de outras espécies de plantas exóticas.

O município de Cambira apresenta poucos remanescentes florestais, sendo as áreas verdes as matas ciliares, reservas legais exigidas pela legislação Federal. Na área urbana as áreas verdes são caracterizadas pelas praças públicas.

Segundo dados da prefeitura Municipal, há programas de recuperação de matas ciliares, no entanto, não há cadastros que quantifiquem as áreas em conformidade com o código florestal- Lei Federal nº. 4.771/65. De acordo com o programa Mata Ciliar, do Instituto Ambiental do Paraná, foram plantadas 139.918 mudas, destinadas pelo viveiro municipal.

De acordo com a Figura 2.6.2 de regiões bioclimáticas do Estado do Paraná, Cambira está inserido na região 4, portanto as informações técnicas sobre o plantio das mudas para recomposição de áreas degradadas devem seguir as especificações desta região.

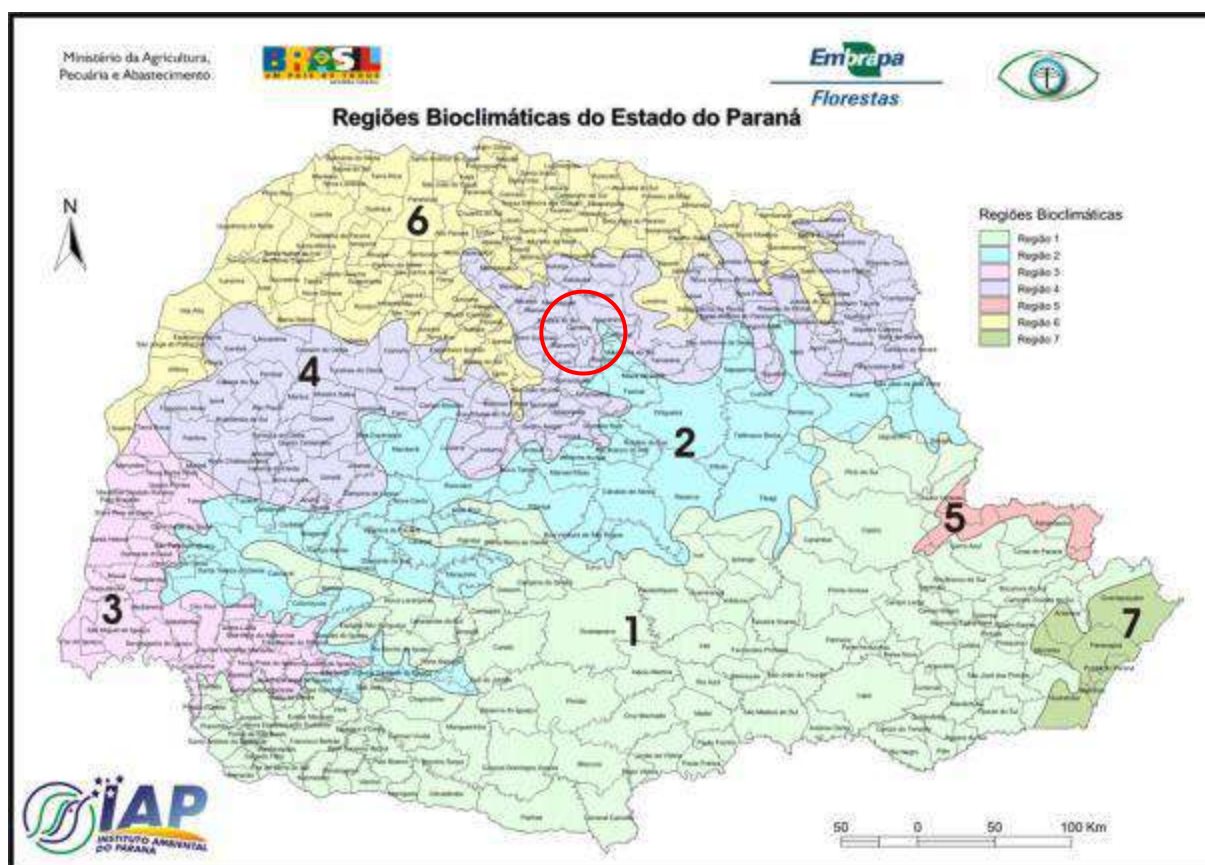


Figura 2.6.2 - Regiões Bioclimáticas do Paraná.
Fonte: Instituto Ambiental do Paraná.

ARBORIZAÇÃO URBANA

A arborização urbana, além da função paisagística, contribui significativamente na melhoria da qualidade do ambiente urbano, desde que bem planejada e adequada aos demais elementos da cidade.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

O papel das árvores no meio urbano tem grande importância, pois:

- Auxiliam o processo de purificação do ar pela fixação de poeiras e gases tóxicos e pela reciclagem de gases através dos mecanismos fotossintéticos;
- Promovem melhoria do microclima da cidade, pela retenção da umidade do solo e do ar e pela geração de sombra, evitando que os raios solares incidam diretamente sobre os espaços urbanos;
- Reduzem a velocidade do vento;
- Influenciam no balanço hídrico, favorecendo a infiltração da água no solo e provocando evapotranspiração mais lenta;
- Proporcionam abrigo à fauna, favorecendo maior variedade de espécies, e, como consequência, influenciam positivamente o equilíbrio das cadeias alimentares e a diminuição de pragas e agentes vetores de doenças;
- Amortecem ruídos.

Outra função importante da arborização que acompanha o sistema viário das cidades é seu préstimo como corredor ecológico, interligando as áreas livres vegetadas da cidade, como praças e parques. Além disso, em muitas ocasiões, uma árvore defronte da residência confere uma identidade particular e propicia o contato direto dos moradores com um elemento natural significativo, considerando todos os seus benefícios.

A cobertura vegetal na malha urbana é uniforme, as ruas são proporcionalmente arborizadas, apresentando deficiência em alguns pontos. Nota-se pouca concentração de árvores, estando apenas próximas a córregos. Ao entorno da malha urbana consolidada percebe-se predominância de pastagens.

A espécie mais encontrada na arborização urbana é a Sibipiruna, em fase adulta; também são encontradas exemplares de Oiti, Ipê, Mangueira, Sete-copas, Farinha Seca, Santa Bárbara, Acácia, Magnólia, Primavera, entre outras. São encontradas algumas espécies exóticas nas praças e canteiros centrais.

O órgão responsável pela arborização urbana é a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, que atua na manutenção, poda, roçada ou eliminação e replantio de gramíneas ou mudas de árvores ornamentais nos passeios públicos e áreas verdes, tais como praças e jardins. A poda é realizada pela COPEL duas vezes ao ano ou conforme a necessidade. O viveiro municipal também produz mudas para a arborização urbana.

Cambira está em processo de elaboração de um plano de arborização urbana, que visa sanar alguns conflitos, como plantio de espécies inadequadas, espaçamentos irregulares entre as árvores, interferência na rede de iluminação pública,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

rompimento das calçadas formando obstáculos nos passeios. Atualmente não há nenhum indicador mensurável para verificar o atendimento a arborização.



Figura 2.6.3 - Arborização urbana.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 2.6.4 - Arborização urbana.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Não acontecem ações que proíbam a mutilação das árvores, tampouco existe plano municipal concernente à arborização. Como resultado das podas, a integridade da fiação elétrica e dos postes tem prioridade em detrimento da manutenção de uma arborização ecológica e esteticamente adequada.

A COPEL desenvolveu e implantou um Guia de Arborização Urbana cujo objetivo é orientar os municípios e as comunidades a realizarem um planejamento de arborização para ampliar os benefícios à população e reduzir os problemas de ordem ambiental. Também presta orientação técnica referencial sobre arborização, disseminando informações relativas, mais especificamente, ao plantio adequado de uma árvore na calçada, área mínima do solo para absorção de água, distância entre as árvores nas ruas, porte e tipos de árvores para uma boa convivência sob a rede elétrica. No Município há uma proposta, sugerida pela COPEL, de estabelecimento de convênio para substituição das árvores inadequadas. Para tanto, já foi elaborado um inventário da arborização urbana.

Em função da importância da arborização urbana em todos os seus aspectos, é fundamental iniciar e desenvolver ações para reduzir os problemas, conflitos e interferências causadas pela arborização sem planejamento de implantação.



2.7 Fauna

Com relação à caracterização da fauna local, devido à ausência de dados específicos para o Município em análise, será apresentada uma avaliação feita para a mesorregião geográfica definida pelo IBGE.

Conforme estudo publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, na Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, uma biodiversidade faunística pode ser determinada pela presença de dois biomas de floresta diferentes, a Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Ombrófila Mista. As espécies ainda ocorrem de maneira diversificada e se distribuem através dos vários ambientes, como os brejos, florestas, rios, córregos e lagos. A ocorrência de espécies com status críticos ou importantes para a preservação da fauna paranaense pode ser registrada. Dados mais atuais indicam a presença, nessa área, de algumas espécies de mamíferos e aves ameaçadas de extinção (PARANÁ, 1995) – Tabelas 2.5.1 e 2.5.2.

Das espécies de mamíferos ameaçadas de extinção que ocorrem na região, 6 são de maior porte e com baixo potencial reprodutivo. Além dessas, também pode ser constatada uma espécie rara de mamíferos *Silvagus brasiliensis*. Segundo Peracchi, Rocha e Lima (2002) e Engevix Engenharia (1990), foram registradas 40 espécies de mamíferos na região (Tabela 2.5.3), o que indica que do total da biodiversidade de mamíferos do Paraná, 27% tem seu habitat na área da mesorregião, muitas dependentes dos remanescentes florestais ainda existentes e em menor número aqueles com hábitos mais sinantrópicos (IPARDES, 2004).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 2.5.1 – Relação de espécies de mamíferos da região Norte Central que se enquadra em categorias críticas com relação a sua preservação, Paraná, 1995.

Espécie	Nome Comum	Localidade
<i>Alouatta fusca</i>	Bugio	Vulnerável
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamanduá-bandeira	Ameaçada de extinção
<i>Agouti paca</i>	Paca	Ameaçada de extinção
<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra	Ameaçada de extinção
<i>Tapirus terrestris</i>	Anta	Ameaçada de extinção
<i>Puma concolor</i>	Sussuarana	Ameaçada de extinção
<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguaririca	Ameaçada de extinção
<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-do-mato-pequeno	Ameaçada de extinção
<i>Leopardus wiedii</i>	Gato-do-mato-maracajá	Ameaçada de extinção
<i>Silvilagus brasiliensis</i>	Tapiti	Rara

FONTE: Dados primários – Peracchi, Rocha e Lima (2002); Paraná (1995).

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Tabela 2.5.2 – Relação de espécies da avifauna da região Norte Central que se enquadra em categorias críticas com relação a sua preservação, Paraná, 2001.

ESPÉCIE	STATUS						
	IAP					IBAMA	
	PE	Am.	Rara	Vu.	Ind.	Am.	Q-Am.
<i>Tinamus solitarius</i>						X	
<i>Crypturellus undulatus</i>	X						
<i>Harpagus diodon</i>			X				
<i>Pipile jacutinga</i>		X				X	
<i>Crax fasciolata</i>						X	
<i>Ara maracana</i>		X					
<i>Aratinga aurea</i>			X				
<i>Aratinga auricapilla</i>			X				X
<i>Pionopsitta pileata</i>							X
<i>Triclaria malachitacea</i>			X			X	
<i>Coccyzus euleri</i>			X				
<i>Pulsatrix perspicillata</i>			X				
<i>Nyctibius aethereus</i>			X				X
<i>Galbula ruficauda</i>					X		
<i>Nonnulla rubecula</i>					X		
<i>Pteroglossus aracari</i>			X				
<i>Campephilus robustus</i>						X	
<i>Hemiticcus nidipendulus</i>					X		
<i>Phibalura flavirostris</i>						X	
<i>Lipaugus lanioides</i>	X					X	
<i>Amaurospiza moesta</i>						X	
<i>Poliophtila lactea</i>			X				
<i>Scaphidura oryzivora</i>			X				

Fonte: COPEL.

Categorias de conservação de acordo com a legislação estadual do Paraná (Lei 11.067, 17 de fevereiro de 1995): PE=provavelmente extinta, Am=ameaçada, Vu=vulnerável, Ind=status indeterminado (STRAUBE, 1995), e segundo IBAMA: Am=ameaçada, Q-Am=quase ameaçada.

Na região, com relação à biodiversidade das aves, ocorrem espécies raras, ameaçadas de extinção, migratórias e comuns. Do total das espécies de aves registradas, estão presentes na região 2 espécies consideradas de provável extinção, 9 espécies com o status de "ameaçada de extinção", 3 espécies quase ameaçadas e 10 espécies com status "rara". Segundo Anjos (2002), do total de cerca de 700 espécies que ocorrem no Estado do Paraná foram registradas 427 espécies no baixo Tibagi,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

distribuídas em 60 famílias, representando aproximadamente 61% da avifauna do Estado do Paraná, uma alta diversidade avifaunística na região (Tabela 2.5.4) (IPARDES, 2004).

Tabela 2.5.3 – Espécies de mamíferos da Bacia dos rios Tibagi e Paranapanema.

Ordem	Espécie	Localidade
Didelphimorphia	Didelphidae	
	Monodelphis breviceaulis	Londrina
	Lutreolina crassicaudata	Londrina
	Didelphis aurita	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Didelphis albiventris	PE Mata dos Godoy
Xenarthra	Myrmecophagidae	
	Myrmecophaga tridactyla	Rio Paranapanema
	Tamanduá tetradactyla	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Dasypodidae	
	Euphractus sexcinctus	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Dasypus novemcinctus	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
Primates	Cebidae	
	Alouatta fusca	Faz. Coralice e Rio Paranapanema
	Cebus apella	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
Carnivora	Canidae	
	Cerdocyon thous	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Procyonidae	
	Procyon cancrivorus	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Nasua	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Mustelidae	
	Galictis cuja	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Eira barbara	PE Mata dos Godoy
	Lontra longicaudis	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Felidae	
	Leopardus pardalis	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Leopardus tigrinus	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Leopardus wiedii	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Puma concolor	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Herpailurus yagouaroundi	PE Mata dos Godoy
Perissodactyla	Tayapiridae	
	Tapirus terrestris	PE Mata dos Godoy
	Tayassuidae	
	Pecari tajacu	PE Mata dos Godoy
Cervidae	Mazama americana	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Mazama gouazoupira	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Mazama nana	PE Mata dos Godoy
Rodentia	Sciuridae	
	Sciurus aestuans	PE Mata dos Godoy
	Muridae	
	Oryzomys intermedius	PE Mata dos Godoy
	Oligoryzomys flavescens	PE Mata dos Godoy
	Oligoryzomys nigripes	PE Mata dos Godoy
	Oligoryzomys squamipes	PE Mata dos Godoy
	Akodon cursor	PE Mata dos Godoy
	Akodon nigrita	PE Mata dos Godoy
	Caviidae	
	Cavia aperea	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Continuação		
Ordem	Espécie	Localidade
Rodentia	Hydrochaeridae	
	Hydrochaeris hydrochaeris	PE Mata dos Godoy
	Dasyproctidae	
	Dasyprocta azarae	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Agoutidae	
	Agouti paca	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema
	Erethizontidae	
	Sphiggurus villosus	PE Mata dos Godoy
Lagomorpha	Leporidae	
	Lepus europaeus	PE Mata dos Godoy
	Sytilagus brasiliensis	PE Mata dos Godoy e Rio Paranapanema

Fonte: Perrachi et al. (2002) e Engevix (1999).

Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Tabela 2.5.4 – Número de espécies de aves registradas em cada família na Bacia dos Rios Tibagi e Paraná, 2002.

Família	Bacia do Rio Ribagi	Paraná	Família	Bacia do Rio Ribagi	Paraná
Tinamidae	7	10	Alcedinidae	4	5
Podicipedidae	2	5	Momotidae	2	2
Phalacrocoracidae	1	1	Galbulidae	1	2
Ardeidae	9	16	Bucconidae	3	4
Ciconiidae	1	3	Ramphastidae	4	7
Threskiomithidae	3	7	Picidae	13	17
Anatidae	6	21	Dendrocolaptidae	9	9
Cathartidae	3	4	Furnariidae	28	37
Accipitridae	17	34	Formicariidae	21	35
Pandionidae	1	1	Rhinocryptidae	3	5
Falconidae	8	12	Cotingidae	10	15
Cracidae	4	5	Pipridae	7	9
Phasianidae	1	1	Tyrannidae	75	103
Aramidae	1	1	Oxyruncidae	1	1
Rallidae	11	20	Hirundinidae	9	15
Cariamidae	1	2	Corvidae	3	4
Jacaniidae	1	1	Troglodytidae	2	5
Charadriidae	1	7	Mimidae	2	3
Scolopacidae	9	18	Turdidae	6	6
Recurvirostridae	1	1	Sylviidae	1	3
Columbidae	14	16	Motocilidae	4	5
Psittacidae	12	23	Vireonidae	3	3
Cuculidae	9	12	Icteridae	15	20
Tytonidae	1	1	Parulidae	5	6
Strigidae	12	15	Coerebidae	5	7
Nyctibiidae	2	2	Tersinidae	1	1
Caprimulgidae	9	13	Thraupidae	32	37
Apodidae	5	7	Fringilidae	35	44
Trochilidae	21	29	Passeridae	1	1
Trogonidae	3	3	Estrididae	1	1

Fonte: Anjos (2002).

3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS



3.1 Demografia

Na dinâmica populacional de Cambira podemos ressaltar um constante decréscimo demográfico desde a década de 1970.

A população rural era maior que a urbana até meados dos anos noventa, mas, pelo grande êxodo rural iniciado nos anos de 1970, a população rural sofreu um grande decréscimo, chegando a perder quase 10.000 habitantes em 10 anos, entre as décadas de 1970 e 1980. Junto com esta diminuição na população rural, o crescimento populacional na área urbana, ainda que relativamente lento fizesse com que o Município se tornasse mais urbano do que rural.

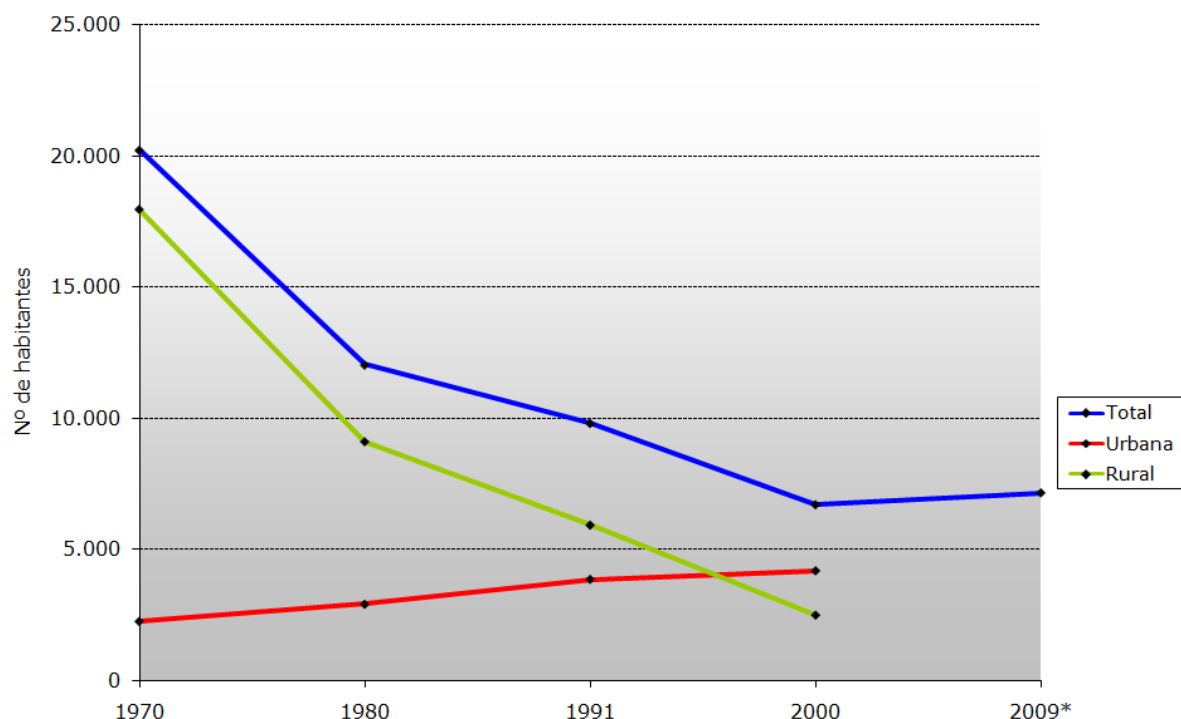
Isso aconteceu provavelmente devido ao movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna que se instaurou no Paraná, marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas tecnologias de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de commodities e de alterações radicais nas relações de trabalho, todos estes elementos altamente poupadores de mão de obra.

O Município manteve o intenso processo de urbanização na década de 1990 atingindo taxa de 39% de urbanização, e uma taxa ainda maior em 2000, que chegou a 63%, média inferior a do Estado do Paraná que é de 81,4%, porém considerada alta. Entretanto, ainda verifica-se o decréscimo da população geral.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Gráfico 3.1.1 – Evolução da População Urbana e Rural de Cambira – 1970 a 2000.



Fonte: IBGE

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

*No ano de 2007 só consta a contagem geral.

Tabela 3.1.1 – População Urbana e Rural – Cambira 1970 a 2019.

População	Períodos					
	1970	1980	1990	2000	2009	2019*
Total	20.236	12.026	9.793	6.688	7.142	7.866
Urbana	2.263	2.915	3.868	4.194		
Rural	17.973	9.111	5.925	2.494		
Taxa de urbanização (%)	11%	24%	39%	63%		
Crescimento da população urbana (%)		29%	33%	8%		
Crescimento populacional (%)		-40,57%	-18,57%	-31,71%	6,79%	10,13%

Fonte: Sidra IBGE 2000 dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

* Estimativa - Plano Diretor Municipal.

Vale ressaltar que a estimativa de crescimento populacional de Cambira para 2019 baseia-se na taxa de 0,97% ao ano com crescimento linear, estimando-se que em 2019 a população do Município será de 7.866 habitantes.

O índice de dependentes de Cambira é de 35%, relação do número de idosos e crianças sobre o número total de habitantes. Analisando a Tabela 3.1.2 constata-se que o índice da Mesorregião Norte Central Paranaense e da Microrregião de Apucarana é 33%.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.1.2 – Comparativo de Razão de Dependência em Cambira, Microrregião e Mesorregião – 2000.

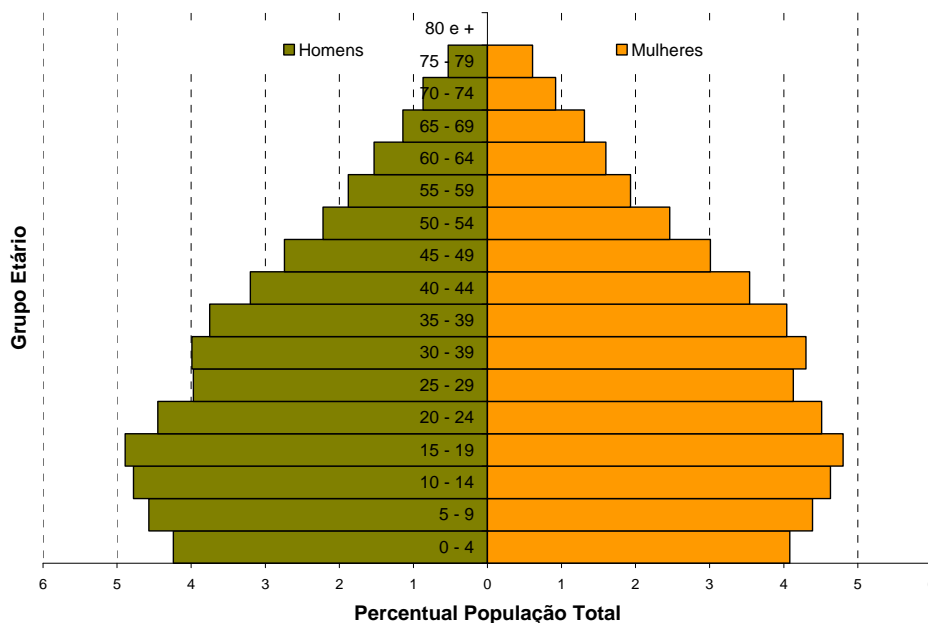
Variável	Grupo Etário			Razão de dependência
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	
Município	1.844	4.435	495	35%
Microrregião	67.008	168.054	16.055	33%
Mesorregião	488.100	1.224.223	116.868	33%

Fonte: Sidra IBGE 2000 dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

A composição por sexo da população focalizada segundo cada um dos três grandes grupos etários (0-14, 15-64 e acima de 65 anos) evidencia que em Cambira, a razão de sexo não é similar entre a população feminina e a população masculina (Gráfico 3.1.4).

Observando-se a pirâmide etária de Cambira verifica-se a irregularidade na sua forma, o que não acontece com a pirâmide da Mesorregião Norte Central. A população feminina acima de 65 anos é menor que a masculina. E a população feminina é maior acima de 80 anos.

Gráfico 3.1.2 – Pirâmide etária da população da Mesorregião Norte Central Paranaense – 2000.



Fonte: IBGE (Censo Demográfico).

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

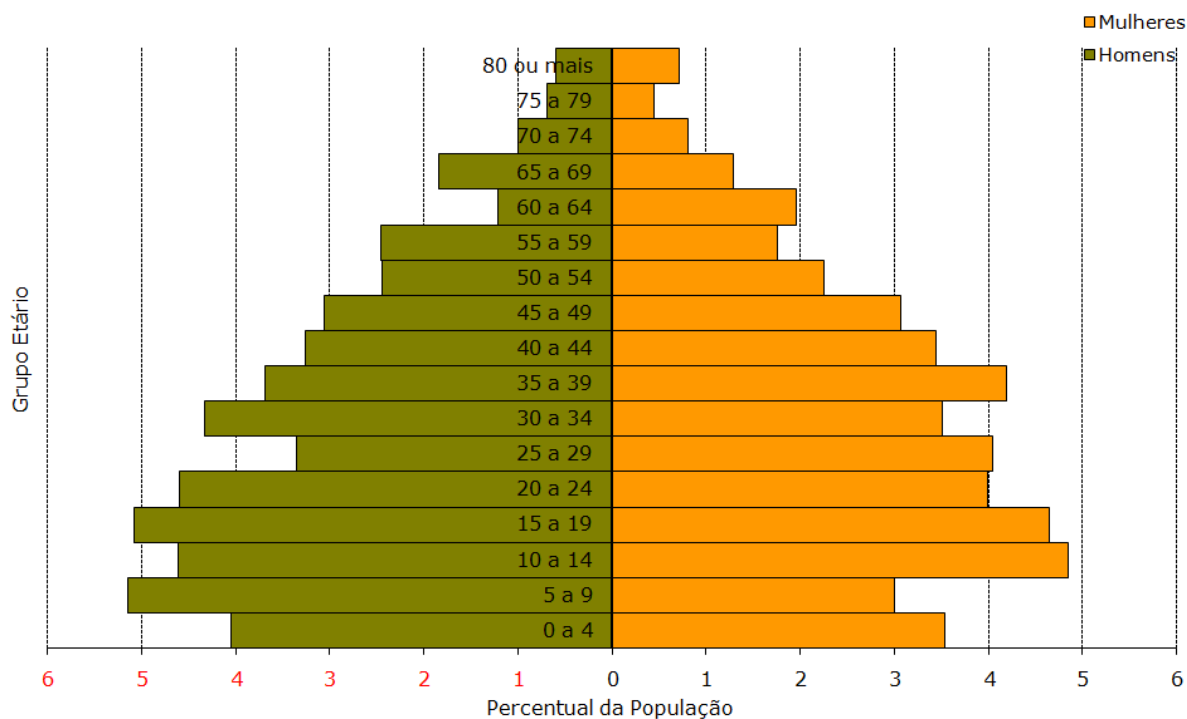


MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Gráfico 3.1.3 – Pirâmide etária da população de Cambira – 2000.



Fonte: IBGE (Censo Demográfico).

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

Importante estabelecer que a conformação etária constitua resultados dos efeitos combinados entre fecundidade, mortalidade e migração, gerando pressões de demanda diferenciadas sobre os serviços públicos de atendimento às necessidades básicas da população (principalmente saúde e educação) e defina estratégias para assegurar o futuro desta população.



3.2 Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M varia no intervalo de 0 a 1, sendo que quanto maior for o grau de desenvolvimento socioeconômico, mais próximo o indicador estará da unidade. O índice é ainda uma média aritmética de três outros indicadores:

- Indicador econômico: considera o produto interno bruto - PIB per capita em dólar PCC - paridade do poder de compra;
- Indicador de saúde: analisa a expectativa de vida ao nascer;
- Indicador de educação: avalia o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

Em termos de distribuição, 37% da população paranaense vivem nos 296 municípios com IDH-M inferior à média nacional (0,766), conforme cálculos com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Coincidentemente, também 37% encontram-se nos 24 municípios de alto IDH (de 0,800 a 1).

Comparativamente aos estados vizinhos, a situação do Paraná é bastante díspar, sendo que as porcentagens das populações que vivem em municípios com índices de alto desenvolvimento em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul variam em torno de 70% (Figura 3.2.1).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Cambira era 0,688 e, segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (valor entre 0,5 e 0,8).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

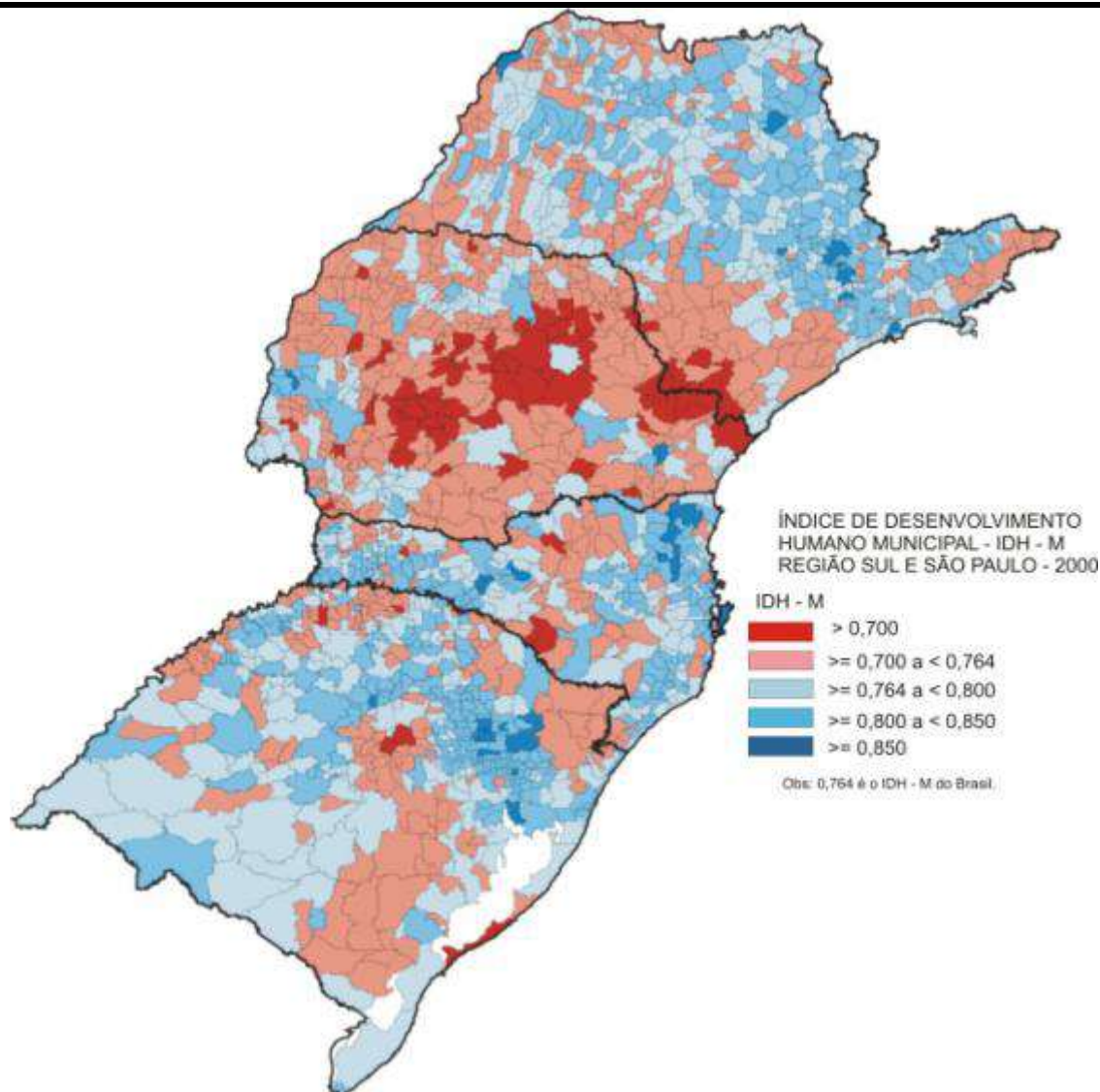


Figura 3.2.1 - Índice de Desenvolvimento Humano na região Sul e São Paulo – 2000.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 3.2.1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano.

Variável	Período de 1991			Período de 2000		
	Cambira	Paraná	Brasil	Cambira	Paraná	Brasil
IDH-M	0,683	0,711	0,696	0,767	0,787	0,766
Educação	0,736	0,778	0,745	0,839	0,879	0,849
Longevidade	0,723	0,678	0,662	0,800	0,747	0,727
Renda	0,591	0,678	0,681	0,662	0,736	0,723

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Com relação ao Estado, Cambira posiciona-se em 102º lugar, dentre 399 municípios; e comparativamente ao País, na 1416ª. Suas condições apresentam-se muito melhores que a maioria dos municípios brasileiros, pouco acima da média nacional, no entanto, seu índice é inferior à média estadual.

O IDH Municipal cresceu 12,3%, do ano 1991 a 2000 (Tabela 3.2.2), sendo um dos municípios que mais evoluíram no período dentro da microrregião.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.2.2 – IDH na Microrregião de Apucarana, 1991 e 2000.

Município	IDH-M (1991)	IDH-M (2000)	Variação
Apucarana (PR)	0,715	0,799	11,7%
Arapongas (PR)	0,714	0,774	8,4%
Califórnia (PR)	0,645	0,745	15,5%
Cambira (PR)	0,683	0,767	12,3%
Jandaia do Sul (PR)	0,727	0,783	7,7%
Marilândia do Sul (PR)	0,661	0,739	11,8%
Mauá da Serra (PR)	0,632	0,719	13,8%
Novo Itacolomi (PR)	0,652	0,706	8,3%
Sabáudia (PR)	0,689	0,754	9,4%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

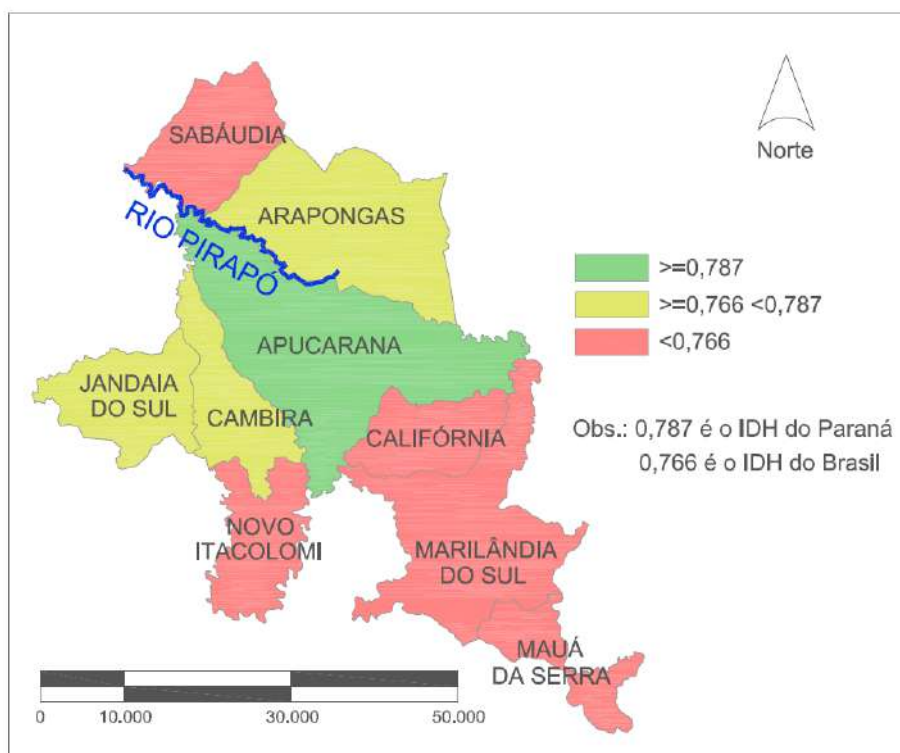


Figura 3.2.2 - IDH-M dos municípios da microrregião de Apucarana.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

Educação*

A respeito do componente do IDH sobre Educação, Cambira apresentou evolução no período 1991-2000 de 14,0% – crescimento de médio para alto, considerando o maior e o menor na microrregião (20,3 e 10,0%). De uma maneira geral, o incremento deste índice deve-se à intensificação tanto do governo estadual como federal das políticas públicas de acesso a este serviço (Tabela 3.2.3 e Figura 3.2.3).

Cambira encontra-se na 6ª posição no IDH-E (0,839) entre os municípios vizinhos, com uma média acima da micro região e abaixo da média do Paraná que é de 0,879.

* Os indicadores de educação serão tratados no texto a que se refere o assunto no capítulo de Aspectos de Serviços Públicos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.2.3 – IDH-Educação na Microrregião de Apucarana, 1991 a 2000.

Município	IDH-E (1991)	IDH-E (2000)	Variação
Apucarana (PR)	0,797	0,877	10,0%
Arapongas (PR)	0,799	0,883	10,5%
Califórnia (PR)	0,733	0,845	15,3%
Cambira (PR)	0,736	0,839	14,0%
Jandaia do Sul (PR)	0,782	0,881	12,7%
Marilândia do Sul (PR)	0,699	0,806	15,3%
Mauá da Serra (PR)	0,646	0,777	20,3%
Novo Itacolomi (PR)	0,684	0,791	15,6%
Sabáudia (PR)	0,742	0,843	13,6%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

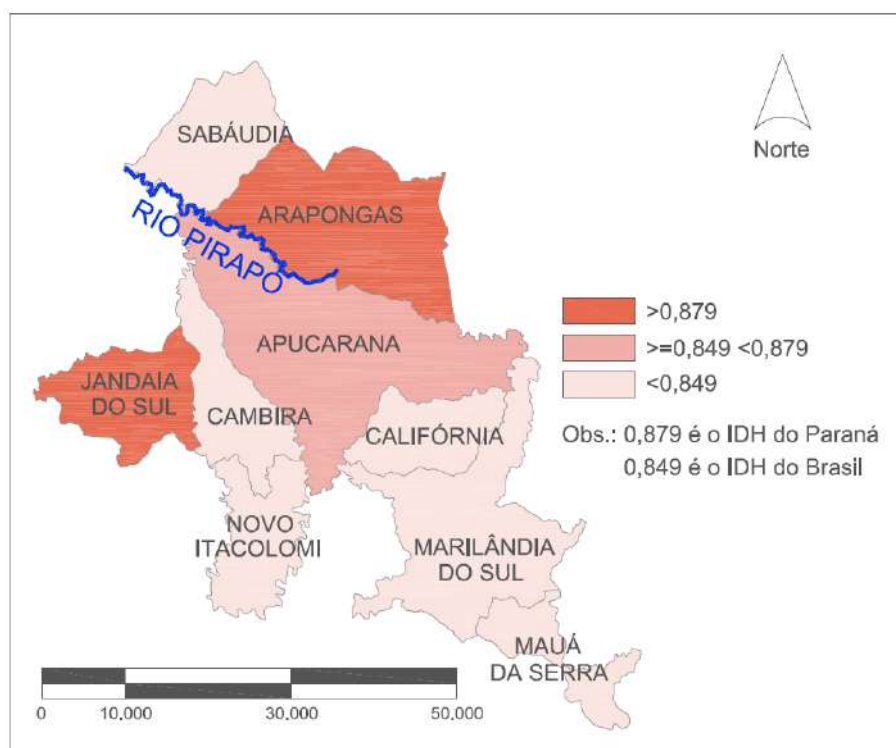


Figura 3.2.3 - IDH-Educação dos municípios da microrregião de Apucarana.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

Longevidade*

O índice de longevidade obteve uma variação de 10,7% de 1991 para o ano de 2000 de acordo com as informações fornecidas pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Enquanto a média estadual foi de 0,747, Cambira teve um índice de 0,800, ficando acima da média do estado. (Tabela 3.2.4 e a Figura 3.2.4).

* Os indicadores de longevidade serão tratados no texto a que se refere o assunto no capítulo de Aspectos de Serviços Públicos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.2.4 – IDHM-Longevidade na Microrregião de Apucarana, 1991 a 2000.

Município	IDH-L (1991)	IDH-L (2000)	Variação
Apucarana (PR)	0,685	0,803	17,2%
Arapongas (PR)	0,655	0,712	8,7%
Califórnia (PR)	0,612	0,724	18,3%
Cambira (PR)	0,723	0,800	10,7%
Jandaia do Sul (PR)	0,736	0,753	2,3%
Marilândia do Sul (PR)	0,728	0,760	4,4%
Mauá da Serra (PR)	0,636	0,738	16,0%
Novo Itacolomi (PR)	0,723	0,738	2,1%
Sabáudia (PR)	0,723	0,753	4,1%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

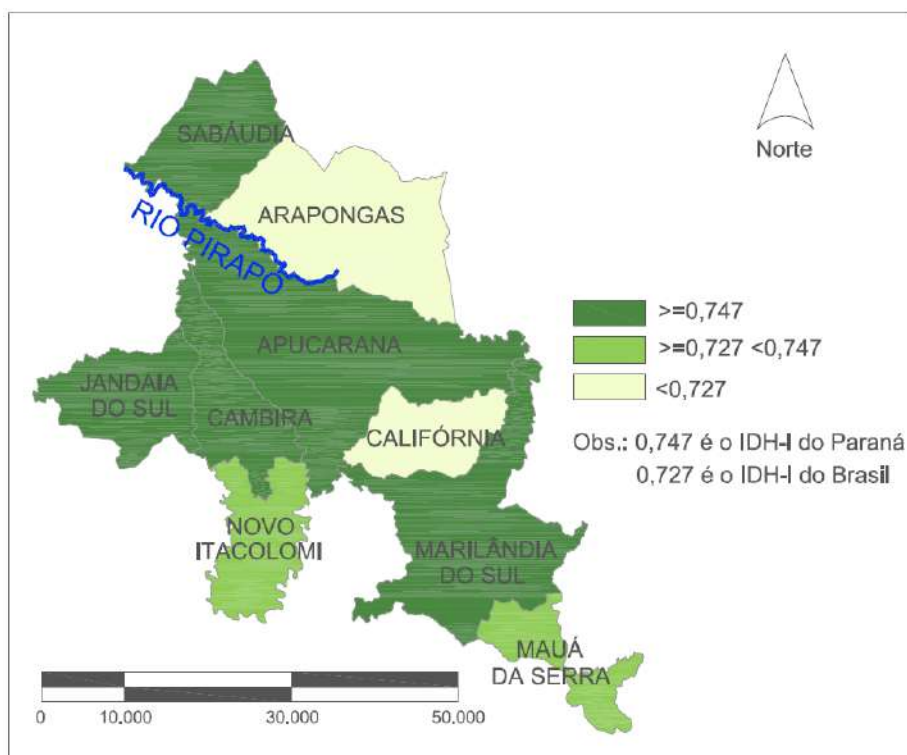


Figura 3.2.4 - IDHM-Longevidade dos municípios da microrregião de Apucarana.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

Renda*

O componente do IDH de renda de Cambira cresceu 12% de 1991 a 2000 (Tabela 3.2.5), e está colocado na sexta posição dentro da microrregião de Apucarana (Figura 3.2.5).

O grande desafio das políticas públicas seria igualar o índice de renda do Município de 0,662 com o de 0,736 do estado do Paraná.

* Os indicadores de renda serão tratados no texto a que se refere o assunto no capítulo de Aspectos Socioeconômicos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.2.5 – IDH-Renda na Microrregião de Apucarana, 1991 a 2000.

Município	IDH-R (1991)	IDH-R (2000)	Variação
Apucarana (PR)	0,662	0,718	8,5%
Arapongas (PR)	0,687	0,727	5,8%
Califórnia (PR)	0,589	0,665	12,9%
Cambira (PR)	0,591	0,662	12,0%
Jandaia do Sul (PR)	0,664	0,715	7,7%
Marilândia do Sul (PR)	0,556	0,650	16,9%
Mauá da Serra (PR)	0,615	0,642	4,4%
Novo Itacolomi (PR)	0,548	0,590	7,7%
Sabáudia (PR)	0,602	0,665	10,5%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

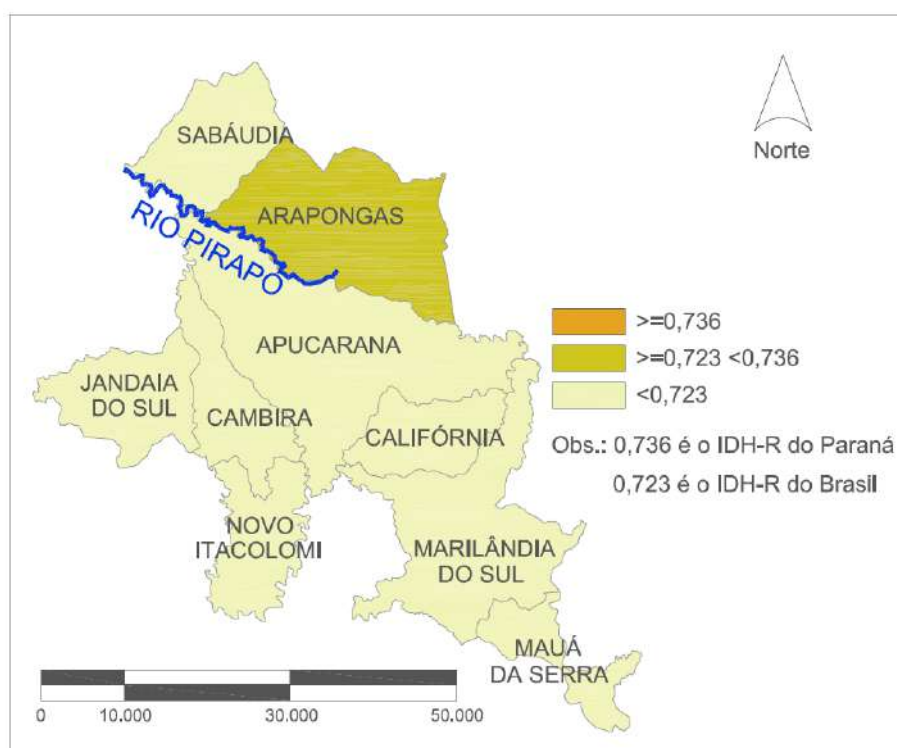


Figura 3.2.5 - IDH-Renda dos municípios da microrregião de Apucarana.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Geotecnologia e Consultoria.



3.3 Economia

PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

Principal indicador da atividade econômica, o PIB - Produto Interno Bruto - exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtoras. Através de informações do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do período de 2003-2006, analisou-se dados do PIB, que é definido como valor do conjunto de todas as mercadorias e serviços que o município de Cambira produz em um ano, comparando com os municípios de Bom Sucesso e Califórnia que estão localizados na microrregião de Apucarana e na Mesorregião Norte Central Paranaense (Tabela 3.3.1).

Os valores constantes na Tabela 3.3.1 são preços constantes do ano de 2006, isto é, com valores atualizados. Na Tabela 3.3.2 é apresentado o crescimento real da economia e *per capita* de acordo com o deflator implícito utilizado pelo IBGE.

De forma geral observa-se que o ano de 2004 foi o melhor resultado do período, enquanto que em 2004 o PIB com valores atualizados apresentou sempre queda substancial reagindo em 2006 com resultados próximos a 2004. Esses dados colocam o Município numa condição de que a estrutura produtiva existente está compatível com sua capacidade real se considerado os níveis apresentados em 2004.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.3.1 – PIB dos municípios de Cambira, Bom Sucesso e Califórnia (preços constantes de 2006)

Municípios	2003		2004		2005		2006	
	PIB 1.000 (R\$)	Per capita 1,00 (R\$)	PIB 1.000 (R\$)	Per capita 1,00 (R\$)	PIB 1.000 (R\$)	Per capita 1,00 (R\$)	PIB 1.000 (R\$)	Per capita 1,00 (R\$)
Cambira	52.970	7.730	58.993	8.599	49.921	7.281	58.223	8.394
Bom Sucesso	43.554	7.511	44.801	7.875	37.529	6.723	43.171	7.884
Califórnia	40.255	5.149	42.576	5.418	40.532	5.133	46.306	5.835

Fonte: IBGE/IPARDES – Base de Dados.

Análise do PIB a Preços de Mercado e Per Capita

As economias dos municípios de Cambira, Bom Sucesso e Califórnia, segundo o BNDES⁴ o setor de serviços é o maior responsável pelas riquezas desses municípios. Nos municípios Bom sucesso e Califórnia logo em seguida a agropecuária e por último a Indústria são os mais importantes, enquanto em Cambira a Indústria é a segunda força econômica ficando a agropecuária com a terceira posição de acordo com o PIB 2006. No entanto, a agricultura através da produção primária, normalmente comercializada junto às cooperativas, abastece as indústrias para transformação de produtos in-natura em produtos finais que posteriormente abastecerá o mercado. Conceitualmente, nesse fluxo das atividades econômicas, nota-se a importância do setor primário da economia quanto ao desencadeamento da produção que é capaz de criar oportunidades econômicas e sociais, ou seja, a partir dele, o comércio, a indústria, o transporte e serviços de forma geral são beneficiados, além de motivar a geração de emprego e renda.

O PIB Municipal de Cambira, conforme Tabela 3.3.2, em média evoluiu menos que o de Califórnia, porém foi superior ao de Bom Sucesso durante o período analisado, – sendo que o PIB desses três municípios, em valores deflacionados, apresentou-se negativo no período de 2004-2005, mas ao mesmo tempo mostra uma fantástica recuperação no período 2005-2006 com crescimento em torno de 15% cada um. No caso de Cambira em decorrência da participação do PIB do setor de serviços que foi de 49,13% no ano de 2006, ressalta-se o reflexo desse crescimento nas contas públicas (Finanças Públicas) do Município com as receitas totais crescendo 9,61%, os repasses estaduais 16,81% e os repasses federais 4,94% em igual período.

O desempenho do PIB do período 2004-2005 refletiu na redução da variação negativa obtida no mesmo período referente ao indicador do PIB *per capita* de dos municípios de Cambira, Bom Sucesso e Califórnia que tiveram crescimentos negativos no mesmo período. Os três municípios analisados apresentaram médias negativas tanto em relação ao PIB a preços constantes e PIB *per capita* de 2005.

⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.3.2 – Variação do PIB deflacionado e PIB *per capita* dos municípios de Cambira, Bom Sucesso e Califórnia – Período 2003 a 2006

Período	ΔPIB a preços correntes (deflacionado)			ΔPIB <i>per capita</i> (deflacionado)		
	Cambira	Bom Sucesso	Califórnia	Cambira	Bom Sucesso	Califórnia
2003/2004	11,37	2,91	5,77	11,24	4,85	5,24
2004/2005	-15,38	-16,23	-4,80	-15,33	-14,64	-5,26
2005/2006	16,63	15,03	14,25	15,29	17,27	13,67
Média	4,21	0,57	5,07	3,73	2,49	4,55

Fonte: IPARDES – Base de Dados.

PIB – produto interno BRUTO por setor da economia

Na distribuição do PIB a preços de mercado por ramo de atividade no ano de 2006 o município de Cambira mostra o perfil econômico de acordo com suas vocações, em que não segue metodologicamente o perfil dos pequenos municípios em relação ao esforço produtivo representado pelo setor da agropecuária que tem grande força nos resultados financeiros e sociais, como já citado o melhor resultado do PIB desse Município está no setor de serviços.

Como mostra a Tabela 3.3.3 o Município tem sua base econômica assentada nos setores da indústria e do comércio que juntos correspondem a 71,93% das riquezas do Município enquanto que o setor agropecuário está com 19,79% de participação na composição do PIB municipal. Não obstante, algumas atividades agropecuárias desenvolvidas no Município merecem destaque, como a produção da soja, do milho e do café, além da bovinocultura. Na exploração do produto animal, destaca-se a produção do leite. O setor terciário, embora apresente participação hegemônica no PIB municipal, caracteriza-se pela sua pouca diversificação, prevalecendo àquelas atividades de apoio à população.

A agropecuária com 19,79% de participação no contexto das riquezas do Município é a atividade responsável por uma cadeia produtiva imprescindível, pois o fomenta economicamente a indústria e principalmente o setor terciário, como transporte, comércio e etc.

Durante o ano de 2006, o setor industrial do Município, é uma atividade de representatividade econômica e social no município de Cambira, um comportamento não muito comum nos pequenos municípios. Como se trata de um segmento condicionante para o desenvolvimento local, sugere-se injeção de investimentos para exploração desse setor, através de incentivos fiscais, patrimoniais e etc., buscando com isso um maior equilíbrio na distribuição de riquezas do Município.



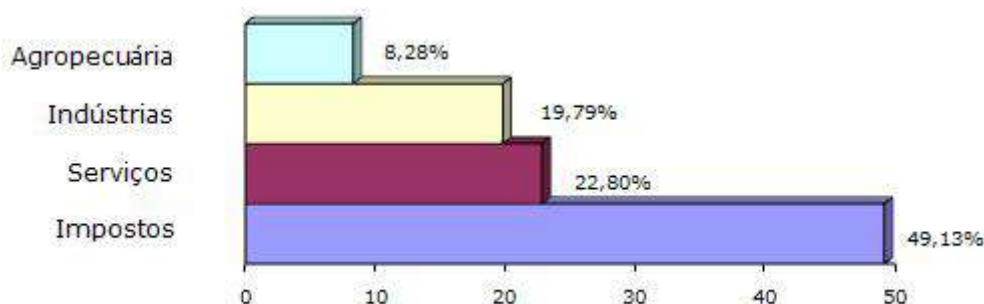
MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.3.3–Produto Interno Bruto segundo Ramos de Atividades, Cambira-2006.

Ramos de Atividades	Valor (R\$ 1.000)	Participação (%)
Agropecuária	11.523	19,79
Indústria	13.272	22,80
Serviços	28.605	49,13
Impostos	4.823	8,28
Total	58.223	100,00

Fonte: IPARDES – Base de Dados.

Gráfico 3.3.1 – Produto Interno Bruto segundo Ramos de atividade.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Considerando de forma geral nos pequenos municípios brasileiros a significativa participação do setor primário na composição do PIB municipal, alguns fenômenos econômicos internos e externos influenciaram no crescimento econômico dos municípios. Segundo a Revista de Economia Política⁵, os preços do commodities atuam como variável determinante, ou seja:

- Em 2002, os preços de algum commodities agrícolas elevaram-se a partir dos patamares historicamente baixos atingidos em 2001;
- A recuperação dos preços foi de início liderado, principalmente, por commodities agrícola que enfrentaram choques de oferta de origem climática (com destaque para o El Niño);
- Entretanto, ao longo do segundo semestre de 2003, alguns analistas começaram a apostar na emergência de uma nova fase de elevação mais sustentável dos preços do commodities agrícolas. A alta desses preços superou a previsão da Organização Mundial do Comércio - OMC, de um crescimento de 5,8% em termos nominais. Essas tendências das cotações futuras e à vista revela que o próprio mercado não esperava uma alta sustentável. Ademais, essa alta foi generalizada, atingindo todo o commodities metálico, industriais, alimentos etc.;
- A tendência de alta persistiu ao longo de 2004, mas com alguns sobressaltos. Do início de abril ao final julho, o índice futuro iniciou um lento movimento de baixa, para o qual contribuiu,

⁵ Revista de Economia Política nº. 3 de julho/setembro de 2007. disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000300001&script=sci_arttext



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

sobretudo, a queda dos preços do commodities agrícolas, associada as melhores condições nas lavouras e a fatores sazonais. Contudo, os índices futuros retomaram o movimento ascendente a partir de agosto, impulsionado pela alta das cotações do commodities, que persistiu em 2005.

RENDIA - ESTABELECIMENTOS E REMUNERAÇÃO

Considerando as variações pelos extremos, ou seja, do ano 2003 para 2006, no número de unidades locais ocorreu um crescimento de 34,31%; na ocupação total de pessoas ocorreu um crescimento de 44,23%; com relação ao pessoal ocupado assalariado o crescimento de 50,94%; os salários em valores reais foram corrigidos em 98,5%, portanto acima da inflação acumulada no período que atingiu 25,73%. Isso se justifica comportamento positivo de todas as variáveis mostradas na Tabela 3.3.4; com esses bons resultados compete ao executivo envidar esforços para a continuidade e disponibilizar a comunidade os programas de geração de emprego e renda⁶.

Na variável "Unidades Locais" o crescimento médio atingiu a 10,37% e na variável "Pessoal Ocupado Assalariado" o crescimento foi de 16,05% isso leva a refletir o crescimento das que as ocupações é superior as Unidades Locais estabelecidas no Município, que pode ser um prenúncio de que novas unidades locais possam se estabelecer em Cambira, ficando evidente a desproporcionalidade nessa dinâmica de gestão de estruturas produtivas e trabalhadores.

Na distribuição de ocupação total, Tabela 3.3.5, os serviços relacionados ao comércio, indústria e outros não totalmente identificados como a administração pública, em média foram os segmentos que mais contribuíram para o desenvolvimento econômico e social, sendo responsáveis pela manutenção e formação da maior parte da mão de obra disponível no Município. A administração pública, via de regra, quase sempre se apresenta como um dos principais empregadores, não aparece todas as informações ficando, portanto, sem as quantidades que se somariam as existentes.

Apesar da falta de informações da construção e Intermediação Financeira Sociais na distribuição da Ocupação Total, ressalta-se a importância desses segmentos, que como a maioria dos pequenos e médios municípios brasileiros, historicamente, tem sido grande empregador.

⁶ A Renda Nacional corresponde à totalidade dos rendimentos provenientes da remuneração dos fatores de produção, nomeadamente da remuneração do trabalho (salários) e da remuneração do capital (rendas, juros e lucros distribuídos pelas empresas aos seus proprietários).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.3.4 – Unidades locais, pessoal ocupado, assalariados e salários a preços constantes de 2006 - Cambira.

Ano	Número de unidades locais	% Base ano 2003	Pessoal ocupado total	% Base ano 2003	Pessoal ocupado assalariado	% Base ano 2003	Salários (Mil Reais)	% Base ano 2003
2003	239	100,00	927	100,00	640	100,00	3.870	100,00
2004	273	14,23	1.397	50,70	1.076	68,13	6.213	60,54
2005	292	22,18	1.194	28,80	932	45,63	5.673	46,59
2006	321	34,31	1.337	44,23	966	50,94	7.682	98,50

Fonte: IBGE - (Tabela 1735).

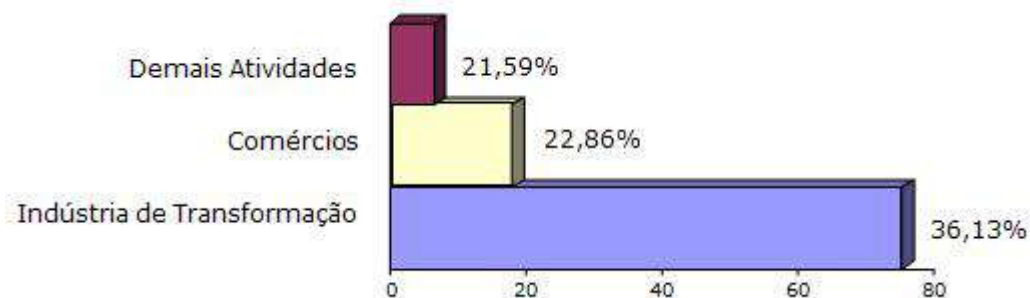
Tabela 3.3.5 – Distribuição de Ocupação Total - Cambira, 2003 a 2006.

Classificação de Atividades	Ano			
	2003	2004	2005	2006
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.	32	53	78	80
Indústrias de transformação	295	414	511	534
Construção	x	x	2	6
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos	225	386	220	279
Alojamento e alimentação	23	21	14	13
Transporte, armazenagem e comunicações.	4	6	5	10
Intermediação financeira, seguros e serviços relacionados.	x	x	x	x
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às	41	209	24	42
Administração pública, defesa e seguridade social.	x	x	x	x
Educação	10	9	41	29
Saúde e serviços sociais	5	x	x	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	64	68	90	46
Total	927	1.397	1.194	1.337

Fonte: IBGE - (Tabela 1735).

Nota: Os dados com menos de 3 (três) informantes foram desidentificados com o caractere X.

Gráfico 3.3.2 - Ocupação por Atividades Econômicas em Média.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

EMPREGOS POR ATIVIDADES ECONÔMICAS

O setor primário corresponde à transformação de recursos naturais em produtos primários, que é a matéria-prima para industrialização e comercialização pelos demais setores. Este setor apresenta como suas principais atividades: a agricultura e a pecuária, que estão presentes na economia de Cambira com diferentes expressões. A agropecuária com muita influência nos últimos tempos, representando 24,01% dos empregos no Município. Dentro da agricultura, os principais produtos são: a soja, o milho e o café. A pecuária se detém principalmente bovinos de leite e corte.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

O setor secundário, representado pelas indústrias locais apresentou bom desempenho na economia local contabilizando 30,46% dos empregos e 18,01% dos estabelecimentos, é setor responsável pela transformação das matérias-primas em outros produtos, que em seguida são comercializados e que, normalmente, detém maior valor agregado. A produção destes valores manufaturados são fundamentais para desenvolver a economia municipal gerando emprego e renda.

Objetivando o crescimento e a diversificação do setor industrial e considerando a produção agropecuária municipal, particularmente os bovinos, os produtos agrícolas, mostram a existência das potencialidades para implantação de agroindustrialização dos produtos primários.

O setor terciário da economia envolve a comercialização de produtos e o oferta de serviços comerciais, pessoais ou comunitários a terceiros. Sendo o setor mais importante do Município, representa 49,13% do PIB. O comércio, serviços e transportes, construção civil de acordo IPARDES (2008), estão empregando 14,87% das pessoas em 41,39% dos estabelecimentos, níveis de emprego considerado baixo devido à significativa participação no número de estabelecimentos no Município.

Os níveis de emprego das atividades de Ensino e administração Pública representaram 30,66% do total de empregos durante o ano de 2008. Cambira apresentou queda de 31 estabelecimentos e 101 empregos entre os anos 2006-2008, o que dificulta as políticas de desenvolvimento local.

No município de Cambira existe uma predominância de empregos na agropecuária em termos de emprego, que é fundamental para o Município, haja vista a distribuição de renda. De acordo com a Tabela 3.3.6 e pelos Gráficos 3.3.3 e 3.3.4 as atividades econômicas relacionadas à agropecuária e comércio/serviços são bem representadas, que juntamente com a administração pública são responsáveis por 81,9% dos estabelecimentos e 69,54% dos empregos.

Esses números sugerem atenção maior aos setores produtivos da economia para diminuir a dependência da administração pública e das transferências de rendas do governo federal, tais como, previdência social, bolsas famílias e etc.



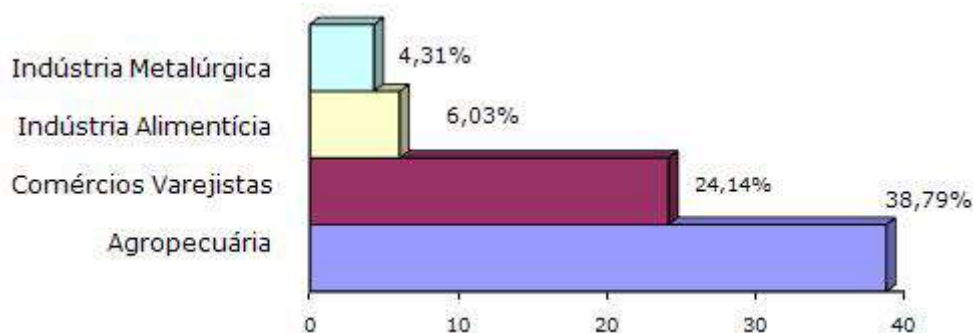
MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.3.6 – Estabelecimentos e empregos por atividade econômica, Cambira – 2008.

Variáveis	Estabelecimentos		Empregos	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Indústria metalúrgica	5	4,31	41	4,26
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	1	0,86	2	0,21
Indústria de materiais de transporte	1	0,86	8	0,83
Indústria da madeira e do mobiliário	3	2,60	21	2,18
Indústria química, produtos farmacêuticos e vet.	2	1,72	64	6,66
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	2	1,72	21	2,18
Indústria de produtos alimentícios	7	6,03	136	14,14
Construção Civil	3	2,60	4	0,42
Comércios Varejistas	28	24,14	71	7,38
Comércio atacadista	8	6,90	36	3,74
Inst. de crédito, seguro, e capitalização	1	0,86	2	0,21
Transporte e comunicações	1	0,86	3	0,31
Serv. de alojamento, alimentação, reparo, manut.	7	6,03	27	2,81
Ensino	1	0,86	31	3,22
Administração pública direta e indireta	1	0,86	264	27,44
Agricultura, silvicultura, criação de animais e etc.	45	38,79	231	24,01
TOTAL	116	100,00	962	100,00

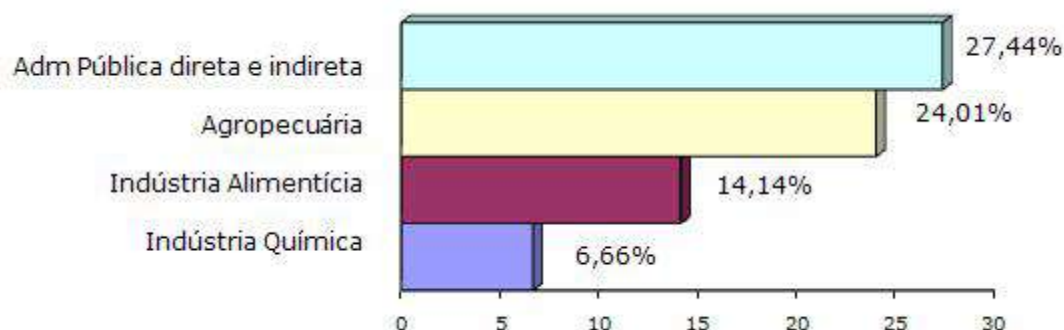
Fonte: IPARDES – Cadernos Municipais.

Gráfico 3.3.3 – Estabelecimentos por Atividade Econômica.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Gráfico 3.3.4 – Empregos por Atividade Econômica.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

PRODUÇÃO - LAVOURAS E PECUÁRIA

Comparando o VBP dos municípios de Cambira, Bom Sucesso e Califórnia cujas populações se apresentam muito próximo, ficou constatado que o município de Cambira apresentou melhor desempenho que o município de Califórnia nos anos de 1997, 2003, 2006 e nos anos mesmos anos apresentou desempenho inferior ao município de Bom Sucesso.

Segundo relatório da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, no ano de 2006, os municípios de Cambira e Bom Sucesso conquistaram posições no ranking paranaense do VBP.

Esse estudo tem a finalidade mostrar que o município de Cambira juntamente com as esferas: federal e estadual poderá desenvolver políticas adequadas no setor agropecuário, e se beneficiar das vantagens que esse setor pode gerar na economia local, como a atração de outros investimentos em função do fortalecimento da agropecuária.

Essa reflexão tem a finalidade de mostrar que o Município poderá desenvolver boas políticas nesse segmento econômico, no sentido de contribuir social e economicamente para a comunidade local, além do efeito multiplicador que as vantagens que as externalidades econômicas podem gerar, ou seja, o estímulo para investimentos de outras atividades econômicas estabelecidas em função do crescimento da agropecuária.

Tabela 3.3.7 – Valor Bruto da Produção do Município a preços constantes de 2006.

Município	VBP – 1997 (Mil R\$)	VBP – 2003 (Mil R\$)	VBP – 2006 (Mil R\$)	Ranking		
				1997	2003	2006
Cambira	44.683	43.798	33.101	286º	290º	276º
Bom Sucesso	54.325	45.559	49.672	243º	283º	108º
Califórnia	27.174	37.954	25.717	353º	315º	325º

Fonte: SEAB/IBGE.

Os principais produtos agrícolas do município de Cambira são pela ordem: soja, milho e café que praticamente mantém o setor primário da economia local. As lavouras mecanizadas tiveram significativa expansão, trazendo considerável mudança tecnológica, principalmente através do Programa de Manejo e Conservação de Solos, fomentado pelo governo estadual que estimulou a ação integrada em microbacias hidrográficas. A situação ainda indica a existência de algumas dificuldades relacionadas à conservação e à correção dos solos, ao plantio direto, ao manejo de pragas e ao uso de variedades melhoradas pelos órgãos de pesquisa.

De acordo com a EMATER, na Tabela 3.3.8 – constata-se que durante o período 2005 a 2007:

- A cultura da soja que é a mais importante fonte de receita dos produtos agrícolas do município de Cambira se apresenta com



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

rendimentos médios de produção inferior a microrregião de Apucarana e superior as médias do Estado e da mesorregião Norte Central e nacional que é de 2.474kg;

- O rendimento médio da cultura do milho no município de Cambira, comparativamente, foi inferior a média de rendimentos da microrregião de Apucarana em 7,87%, e superior as médias praticadas da mesorregião Norte Central e do Estado do Paraná e com boa margem de superioridade sobre a média nacional que é de 3.402kg;
- O rendimento médio da cultura do café no município de Cambira, comparativamente, foi superior a média de rendimentos da microrregião de Apucarana em 9,2%, a mesorregião Norte Central em 15,8% e do Estado do Paraná em 16,16% e com boa margem de superioridade sobre a média nacional que é de 1.008kg;
- Em relação ao produto “cana-de-açúcar” observa-se na comparação com as demais unidades que os rendimentos médios (quilograma/hectare) e com rendimento inferior a média praticada na microrregião de Apucarana e com rendimento médio superior a do Estado do Paraná e mesorregião Norte Central.
- Em relação à cultura do feijão com rendimento médio de 1242kg fica abaixo, da média estadual e da microrregião de Apucarana e superior a média da média da mesorregião Norte Central (1.181kg) e com superioridade absoluta sobre a média nacional (833Kg);
- A cultura do trigo tem o rendimento médio superior às médias: nacional (1.928kg), mesorregião Norte Central (2.016kg) e inferior as médias do Estado do Paraná e da microrregião de Apucarana.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.3.8 – Produção Agrícola Municipal – Rendimento Médio kg/ha.

Unidades	2005	2006	2007	Média
SOJA				
Paraná	2.284	2.381	2.963	2.543
Mesorregião Norte Central Paranaense	2.175	2.328	2.842	2.448
Microrregião de Apucarana	2.560	2.636	2.906	2.701
Cambira	2.520	2.800	2.433	2.584
MILHO				
Paraná	4.226	4.656	5.182	4.688
Mesorregião Norte Central Paranaense	3.415	4.019	4.633	4.022
Microrregião de Apucarana	6.591	6.341	6.621	6.621
Cambira	5.689	6.312	6.300	6.100
FEIJÃO				
Paraná	1.265	1.386	1.405	1.352
Mesorregião Norte Central Paranaense	1.197	1.273	1.072	1.181
Microrregião de Apucarana	1.358	1.419	1.491	1.423
Cambira	1.171	1.200	1.355	1.242
TRIGO				
Paraná	2.169	1.610	2.345	2.041
Mesorregião Norte Central Paranaense	2.129	1.367	2.553	2.016
Microrregião de Apucarana	2.194	1.598	2.604	2.132
Cambira	2.000	1.700	2.400	2.033
CAFÉ				
Paraná	809	1.346	1.000	1.052
Mesorregião Norte Central Paranaense	917	1.255	994	1.055
Microrregião de Apucarana	936	1.425	996	1.119
Cambira	1.029	1.593	1.044	1.222
CANA-DE-AÇÚCAR				
Paraná	73.462	78.364	85.145	78.990
Mesorregião Norte Central Paranaense	73.608	77.644	83.255	78.169
Microrregião de Apucarana	80.300	94.317	93.741	89.453
Cambira	69.667	96.969	85.365	84.000

FONTE: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

A Tabela 3.3.9 mostra que a produção da soja, café e do milho têm as maiores representatividades no contexto da produção agropecuária municipal, juntas participam em média, com 38,6% do valor anual da produção agropecuária, seguindo a grande parte dos municípios paranaenses que tem na soja e o milho suas fontes de rendimentos do setor agropecuário, enquanto que a cultura da cana-de-açúcar foi de 4,42% a cultura do trigo representa 3,37% e o feijão com 1,31% em média durante o período 2005-2007.

Percebe-se que no ano de 2005 aconteceu o maior nível de participação da cultura da soja, contribuindo com 15,64% do valor bruto da produção municipal, a soja, apesar do desempenho em queda no período 2005-2006.

A produção do café no município de Cambira tem um destaque no cenário paranaense, graças às características regionais no Município a essa cultura que juntamente com a soja, milho e a pecuária são as grandes alternativas econômicas locais, porém, fica em aberto as possibilidades de se investir e motivar outras ações do setor primário, pelas próprias necessidades atuais e futuras do Município e de sua comunidade.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

A cultura do feijão, no ano de 2007 teve pouca representação no contexto geral do valor da produção agropecuária, se considerado os anos anteriores quando chegou a responder por 14,12% do Valor Bruto da Produção no ano de 2006. De qualquer forma é uma cultura que pode ser mais bem explorada, pelas suas propriedades relativa escassez no mercado e se bem trabalhada em termos de estratégicos poderá em médio prazo oferecer expressivas vantagens comparativas para a economia local.

O incentivo para o plantio de novos cafezais é mais uma alternativa econômica para o Município, haja vista que a resposta do mercado é rápida e cada vez mais cresce a quantidade de consumidores desse produto, além do provável retorno financeiro, da geração de emprego e renda que podem contribuir sobremaneira para o desenvolvimento local, inclusive mantendo o homem na zona rural.

No presente momento fica demonstrada a grande importância das culturas da soja, milho e do café para o Município, haja vista a significativa participação na economia local, bem como os resultados financeiros para os produtores de Cambira, que tem como uma expressiva fonte de renda e para o Município como uma das mais significativas fontes de arrecadação.

A cana-de-açúcar é uma cultura que apresenta boas perspectivas econômicas para o Município, sendo que seus resultados financeiros tem-se mostrado com níveis satisfatório, inclusive pelos níveis de produtividade que superam a média regional e estadual.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.3.9 – Participação no Valor da Produção Agropecuária Municipal de Cambira (R\$ a preços constantes de 2007).

Ano Base	Produção Agropecuária	Valor Produção	Participação % Produção Agropecuária Municipal
SOJA			
2005	32.372.004	5.063.454	15,64
2006	33.858.051	4.189.625	12,37
2007	40.339.198	6.192.000	15,35
Média	35.523.084	5.148.360	14,49
MILHO			
2005	32.372.004	3.592.265	11,10
2006	33.858.051	3.147.333	9,30
2007	40.339.198	4.120.000	10,21
Média	35.523.084	3.619.866	10,19
FEIJÃO			
2005	32.372.004	502.664	1,55
2006	33.858.051	486.880	1,44
2007	40.339.198	408.000	1,01
Média	35.523.084	465.848	1,31
TRIGO			
2005	32.372.004	1.211.443	3,74
2006	33.858.051	897.046	2,65
2007	40.339.198	1.478.000	3,66
Média	35.523.084	1.195.496	3,37
CAFÉ			
2005	32.372.004	4.079.156	12,60
2006	33.858.051	6.205.677	18,33
2007	40.339.198	4.551.000	11,28
Média	35.523.084	4.945.278	13,92
CANA-DE-AÇÚCAR			
2005	32.372.004	1.083.148	3,35
2006	33.858.051	1.755.223	5,18
2007	40.339.198	1.873.000	4,64
Média	35.523.084	1.570.457	4,42

FONTE: SEFA/Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Participação da Produção Agropecuária

Em relação ao PIB (preços constantes de 2006) a mais significativa participação conjunta dos produtos milho e soja ocorreu no ano de 2005 com uma participação de 17,34% e a menor de 12,61% no ano de 2005. Enquanto isso, para o conjunto da cultura café no ano de 2006 a participação foi de 10,66% e no ano de 2005 foi de 8,17%. As culturas da cana-de-açúcar, do trigo e do feijão, conjuntamente, nessa mesma análise tiveram a melhor participação ocorreu em 2005 com 5,61% e a menor em 2006 com 5,39% do PIB municipal.

Sobre a participação na produção agropecuária municipal para o conjunto dos produtos soja, milho e café o destaque maior ocorreu no ano de 2006 com 40% e a menor em 2007 com 36,84%, esses números se mostram significativos, bem como a importância dessas commodities para o desenvolvimento econômico e social do Município. Em relação à participação na produção agropecuária municipal para o conjunto dos produtos, cana-de-açúcar, trigo e feijão o destaque maior ocorreu no ano de 2007 com 9,31% e a menor em 2005 que correspondeu a 8,64% da produção agropecuária do



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

município de Cambira. Nesse contexto nota-se o crescimento da participação da cana-de-açúcar que a partir de 2006 superou a cultura do trigo.

A produção das demais culturas de acordo os bancos de dados oficiais é tímida e por isso o Município deverá em médio e longo prazo oferecer novas alternativas de produção, para isso, se faz necessário traçar planos, buscar parcerias com órgãos públicos e privados para alavancar o desenvolvimento local.

Esses números revelam a vocação da agropecuária do município de Cambira, sendo a soja a pecuária como carros-chefe dos resultados socioeconômico de maior relevância para o Município, por isso traçar diretrizes de aperfeiçoamento e especialização consolidá-los como vantagens comparativas de produção e comercialização.

Os bons resultados da agropecuária poderá ser uma estratégia a ser usada com o intuito de induzir a externalidade econômica nesse Município, ou seja, através dos investimentos nos produtos tratados como carros-chefe outros investimentos poderão ser instalados no Município, o que não aconteceria se não fosse dado a devida atenção para os segmentos de ponta para o Município.

É importante ressaltar que existem outros tipos de produções cultivadas no Município, como o cultivo de alho, amendoim, arroz, aveia, fumo, mamona, mandioca e tomate.

Com essas alternativas, recomenda-se apoio e políticas públicas para implementar com mais intensidade a exploração dessas culturas aparentemente menos rentáveis no sentido que elas também viabilizem a produção e sejam alternativas interessantes para os produtores e para o Município.

Tabela 3.3.10 – Participação da Produção Agropecuária em Relação ao PIB e ao Valor Bruto da Produção (Valores Atualizados) – município de Cambira – Período 2005 a 2007.

Produto	Variáveis Econômicas					
	Produto Interno Bruto (%)			Valor Bruto da Produção (%)		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Soja	10,14	7,20	N/D	15,64	12,37	15,35
Café	8,17	10,66	N/D	12,60	18,33	11,28
Milho	7,20	5,41	N/D	11,10	9,30	10,21
Cana-de-açúcar	2,17	3,01	N/D	3,35	5,18	4,64
Trigo	2,43	1,54	N/D	3,74	2,65	3,66
Feijão	1,01	0,84	N/D	1,55	1,44	1,01

Fonte: SEFA e IBGE – (Tabela 1612).

Lavouras Temporárias

Pela análise dos quadros de produção envolvendo lavouras temporárias, o total da área plantada/colhida durante o período de 2006-2007 aumentou 6,93% para a cultura da soja que se transformou em um aumento de 19,67% na quantidade produzida refletindo num incremento de 47,78% na comercialização desse produto que representa a maior participação financeira no Valor Bruto da Produção. Enquanto isso, a



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

área de plantio/colheita do milho acusou que levou a uma queda de 4,18% na produção, porém, devido aos preços praticados na comercialização o faturamento com o milho teve um crescimento de 30,92%.

Durante o ano de 2007, as culturas da cana-de-açúcar, feijão tiveram suas áreas reduzidas em 22,78% e 39,32% respectivamente, ao passo que para a cultura do trigo houve incremento da área de plantadas/colhidas em 19,26%.

Tabela 3.3.11 – Produção Agrícola Municipal – Lavoura Temporária, 2006 e 2007 (Valores em R\$ a preços constantes de 2007).

Lavoura	Área Plantada/ Colhida (ha.)		Área Plantada/ Colhida (%)		Quantidade produzida (tonelada)		Valor da produção (Mil Reais)		Valor da produção (%)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Alho	2	3	0,02	0,03	4	6	13	22	0,12	0,14
Amendoim	18	15	0,20	0,14	32	30	33	30	0,30	0,20
Arroz	203	183	2,20	1,74	293	302	130	131	1,17	0,86
Aveia	300	300	3,26	2,85	360	660	125	244	1,13	1,59
Cana	553	657	6,00	6,24	53.624	56.085	1.755	1.873	15,85	12,24
Feijão	450	470	4,88	4,47	540	637	487	408	4,40	2,67
Fumo	-	10	-	0,10	-	23	-	58	-	0,38
Girassol	100	40	1,09	0,38	80	32	33	13	0,30	0,08
Mamona	15	15	0,16	0,14	27	27	9	14	0,08	0,09
Mandioca	18	19	0,20	0,18	270	285	80	86	0,72	0,56
Milho	2.500	2.400	27,13	22,81	15.780	15.120	3.147	4.120	28,42	26,92
Soja	3.850	5.300	41,78	50,37	10.780	12.900	4.190	6.192	37,83	40,45
Tomate	6	10	0,07	0,10	240	580	177	638	1,60	4,17
Trigo	1.200	1.100	13,02	10,45	2.040	2.640	897	1.478	8,10	9,66
Total	9.215	10.522	100,00	100,00	84.070	89.327	11.076	15.307	100,00	100,00

Fonte: SEFA e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Lavouras Permanentes

Para as lavouras permanentes, o café, em termos financeiros foi o principal produto no município de Cambira, apresentando uma participação financeira de 90,72% da produção total das lavouras permanentes em 2007. As demais culturas, exceto a produção da banana, apresentam desempenho financeiro abaixo de 1% do grupo de produtos de lavouras temporárias, rerepresentando muito pouco no contexto geral.

Deve ser analisada a viabilidade de explorar a produção das lavouras permanentes no sentido de ampliar a diversificação agrícola, essa prática pode vislumbrar possibilidades de serem acrescentadas na lavoura permanente e temporária do Município, assim como buscar melhorias nas culturas já desenvolvidas que podem se tornar alternativas para gerar renda no Município. Vê-se a necessidade do Município juntamente com a Secretaria de Agricultura e órgão estadual vinculados a esse segmento dar incentivos aos agricultores para direcionar atividades alternativas e promover o desenvolvimento do Município.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Vale lembrar que o cultivo de lavouras permanentes agrega valor ao rendimento de produtores agropecuários, e cada espécie de lavoura permanente no contexto da produção agropecuária, pode dinamizar culturas, por isso as autoridades municipais deverão manter investimentos e incentivos para dinamizar o cultivo dessas culturas de lavouras permanentes.

Tabela 3.3.12 – Produção Agrícola Municipal – Lavoura Permanente, 2006 e 2007 (Valores em R\$ a preços constantes de 2007).

Lavoura	Área Plantada (ha.)		Área Plantada (%)		Quantidade produzida (tonelada)		Valor da produção (Mil Reais)		Valor da produção (%)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Abacate	1	1	0,08	0,07	11	12	2	2	0,03	0,04
Banana	4	15	0,33	1,11	56	210	11	53	0,17	1,03
Café	1.190	1.310	97,62	96,68	1.896	1.368	6.206	4.651	96,18	90,72
Goiaba	1	1	0,08	0,07	8	7	6	5	0,10	0,10
Laranja	4	4	0,33	0,30	24	24	8	8	0,13	0,16
Limão	1	1	0,08	0,07	11	10	3	3	0,05	0,06
Manga	3	3	0,25	0,22	30	30	7	7	0,11	0,14
Tangerina	6	6	0,49	0,44	60	60	19	20	0,30	0,39
Total	1.219	1.355	100,00	100,00	2.096	1.721	6.262	5.127	100,00	100,00

Fonte: IBGE – (Tabela 1613).

Estabelecimentos Rurais

Essa análise sugere uma atenção especial para a pecuária, como sendo uma fonte de rendimentos de grande importância, reforçada pelas próprias características regionais e em quase todo o entorno do Município. Por isso, a necessidade de parcerias com as iniciativas privadas que venham ao encontro do interesse do setor público local e regional, são estratégias possíveis para promover investimentos nesse segmento que revertam em desenvolvimento local.

A Tabela 3.3.13 mostra que no período 1996-2006 ocorreu uma tímida variação de apenas 3,9% em relação o número de estabelecimentos (unidades), enquanto que em termos de área o crescimento foi negativo chegando a 11,94%. As variáveis relacionadas a pastagens que tem maior participação no total, foi responsável por 286 estabelecimentos no ano de 2006 com redução de 27,41% em relação a 1996 isso correspondendo a 4,434 hectares que foi a razão da redução de 26,31% da área de pastagem, caindo de 38,65% para 32,35% do total da área dos estabelecimentos rurais.

Do total das áreas dos estabelecimentos foram catalogados 13.708 hectares em 2006 deste total 1720 hectares pertencem a lavouras permanentes, 5.163 hectares á lavouras temporárias, 4.434 hectares á pastagens e 1.985 pertencem a matas e florestas.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 3.3.13 – Número e Área de estabelecimentos agropecuários nos anos de 1996 e 2006.

Utilização das terras	Número de Estabelecimentos				Estabelecimentos por Área			
	Unidades		Percentual (Unidades)		Hectares		Percentual (Hectares)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Permanentes	259	236	50,49	44,28	1.717	1.720	11,03	12,55
Temporárias	403	282	78,56	52,91	6.424	5.163	41,27	37,66
Pastagens	394	286	76,80	53,66	6.017	4.434	38,65	32,35
Matas e florestas	291	335	56,73	62,85	906	1.985	5,82	14,48
Total	513	533	100,00	100,00	15.567	13.708	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Tabela 559) Censo Agropecuário de 2006.

Pecuária

A pecuária é uma fonte significativa de renda para o município de Cambira, haja vista, o tamanho do efetivo de rebanhos com destaque para a bovinocultura e avicultura, que é a mais importante fonte de produção da pecuária e que contribui significativamente para a economia local, em termos de emprego, renda e impostos.

Conforme a Tabela 3.3.15 essa atividade apresenta uma participação considerável na economia do Município, sendo que no período de 2004 a 2007 a evolução média do efetivo de rebanhos (todos os tipos) em Cambira foi o crescimento de 28,21%⁷, sendo superior ao crescimento da mesorregião Norte Central Paranaense de 12,58%, microrregião de Apucarana com crescimento 12,20% e ao Estado que atingiu a 10,17%.

O comportamento e o desempenho na pecuária da de Cambira apesar da redução na quantidade de cabeças, a bovinocultura continua sendo um dos pontos altos da economia local. No ano de 2007 o rebanho de Cambira correspondia á 0,29% do rebanho do estado do Paraná, 2,03 da mesorregião e 8,98% da microrregião (Tabela 3.3.14).

Tabela 3.3.15 – Total dos Efetivos de Rebanhos (Cabeças), Cambira – Período 2004 a 2007.

Regiões e Município	2004	2005	2006	2007
Paraná	175.421.134	188.034.309	197.437.922	233.595.196
Mesorregião Norte - Central	24.068.725	24.251.643	26.633.062	33.870.445
Microrregião de Apucarana	5.526.344	5.292.401	6.714.565	7.652.317
Cambira	346.524	380.031	413.548	687.092

Fonte: IBGE e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

A Tabela 3.3.16 mostra o total efetivo e os tipos de rebanhos relativo ao período 2004-2007, que se constituía principalmente por bovinos e aves, Cambira por pertencer a uma região propícia para esse segmento, pode-se dizer que é uma atividade bem explorada no Município, cujas quantidades podem parecer suficientes, mas, que

⁷ Considera-se uma análise dinâmica, ou seja, é o resultado da variação de ano para ano dividido pelo número de períodos analisados.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

podem melhorar segundo as análises da EMATER e que foram aos poucos substituídas pelas lavouras que até então representavam uma rentabilidade maior ao produtor.

A avicultura, no ano de 2007, tem aproximadamente 667 mil aves registradas, sendo uma quantidade significativa e que tem boa representatividade econômica no Município, mesmo assim depende ainda de apoio e subsídios do governo, além de parcerias público-privada, para promover estímulos, como por exemplo, na construção de granjas, com a finalidade geração de emprego e renda para o Município.

O município de Cambira conta com o potencial econômico da bovinocultura, haja vista que o rebanho de bovino durante o período analisado participou em média com 2,53% do total produção pecuária em termos quantitativos⁸, mas que representam bastante economicamente.

Suínos, apesar da baixa participação no contexto geral da pecuária, é uma alternativa que pode vir a ser colocada na pauta de investimentos e apostas como viabilidades econômicas para os produtores locais, haja vista, as quantidades de cabeças existentes no plantel. A suinocultura apresenta números pouco significativos e a participação média foi pequena atingindo a 1,4%.

Os demais rebanhos apresentam números de menor expressão, mas que como alternativa econômica e social o executivo municipal, poderá estabelecer políticas de incentivos através de parcerias com as instituições públicas e privadas para viabilizar o crescimento desses rebanhos e torná-lo como mais uma alternativa de geração de emprego e renda no Município.

Tabela 3.3.16 - Efetivos de rebanhos no Município, 2004 a 2007 – município de Cambira.

Tipo de Rebanho	Efetivo dos Rebanhos (cabeças)				Efetivo dos Rebanhos (%)			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
Bovino	11.460	10.910	10.317	9.998	3,31	2,87	2,49	1,46
Equino	260	300	400	380	0,08	0,08	0,10	0,06
Bubalino	151	132	123	126	0,04	0,03	0,03	0,02
Asinino	3	4	5	5	0,00	0,00	0,00	0,00
Muar	100	105	100	81	0,03	0,03	0,02	0,01
Suíno	5.700	5.170	5.250	8.988	1,64	1,36	1,27	1,31
Caprino	50	60	100	60	0,01	0,02	0,02	0,01
Ovino	300	350	360	550	0,09	0,09	0,09	0,08
Galinhas/frangos	328.500	363.000	396.893	666.904	94,80	95,52	95,97	97,06
Total	346.524	380.031	413.548	687.092	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – (Tabela 73).

⁸ O Instituto de pesquisas oficiais não disponibilizam os resultados financeiros da pecuária.

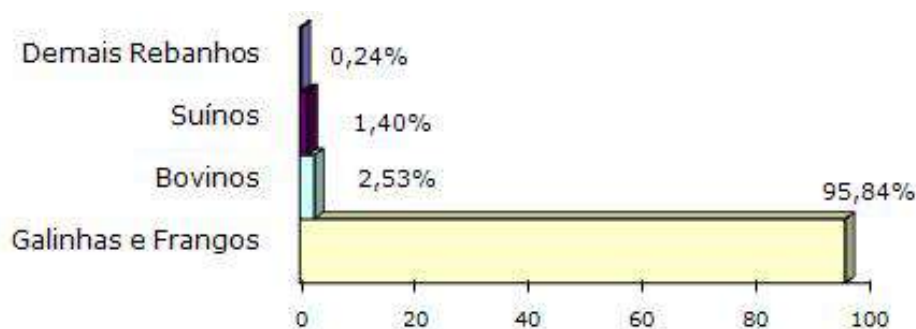


MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Gráfico 3.3.5 – Composição Média dos Efetivos de Rebanhos.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Produtos de Origem Animal

Os produtos de origem animal apresentam-se como opções viáveis pelos investimentos relativamente baixos e que sinalizam algumas vantagens econômicas e sociais, por serem atividades que podem aquecer o comércio praticamente durante o ano todo. No município de Cambira conforme a Tabela 3.3.17 fica claro que a produção de leite contribui bastante nos resultados econômicos e sociais. As demais (ovos de galinha, mel de abelha, casulos do bicho-da-seda e lã) atualmente representam pouco para a economia local, mas que políticas públicas e estratégias comerciais poderão ser projetadas com essas atividades e venham em médio prazo ajudar a promover e incentivar, mais ainda, o desenvolvimento local.

A produção do leite apresentou crescimento médio de apenas 2,11% no período 2004-2007, e no valor financeiro a preços constantes de 2007 cresceu em média 9,66%, sendo que os níveis de preços atuaram como fatores de compensação do baixo crescimento na produção durante o período.

A produção do leite com 25,59% em média da produção animal e do valor financeiro foi de 85,57%, por isso também tem se credenciado como alternativa viável de produção, devido às próprias características da região, por isso, o Executivo em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e com apoio dos órgãos do governo estadual e federal deve promover a ampliação dessa importante atividade geradora de renda justamente pela sua expressão no cenário agropecuário regional, com isso estimulando os produtores através da intermediação pública com as empresas compradoras ou a criação de associações, cooperativas para comercialização e futuramente agroindustrializar os derivados do leite e projetar os benefícios econômicos e sociais que essa atividade poderá proporcionar.

Os ovos de galinha, apesar de pouco explorada é uma importante atividade tendo em vista a boa participação de Galinhas e Frangos no total de rebanhos do Município, a produção de ovos foi estática no período 2004-2007, sendo o segundo mais importante produto de origem animal do município de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

A produção de mel de abelha é uma atividade que deve ser explorada em face de possibilidades de geração de renda e maior produção, onde o Município poderá consolidar políticas para preservar o homem e meio ambiente, e utilizá-la para gerar renda praticamente todo o ano, haja vista, que alguns produtores exerceram com sucesso essa atividade, obtendo bons resultados e aumentando a produção. A produção oscilou no período, mas apresentou crescimento médio negativo de 14,85%, no período de 2004-2007 em termos financeiros o crescimento real foi negativo de 12,65.

Também é necessário ressaltar que segundo a Pesquisa Pecuária Municipal realizada pelo IBGE a produção de mel de abelha é uma atividade das mais significativas do grupo de produtos com origem animal e deverá ser mais bem explorada no futuro, pois, tem mercado, rentabilidade e baixo custo de implantação.

A atividade do bicho-da-seda é uma mais uma proposta alternativa de geração de renda das mais interessantes e que não há necessidades de investimentos vultosos e intensos. Essa atividade credencia estudos por ser uma atividade que se bem gerenciada trará retornos significativos para os produtores e para o Município, na produção dos casulos do bicho-da-seda os números do período analisado mostram que os rendimentos da produção e do financeiro em termos relativos foram bons e uma ação mais efetiva poderá consolidar mais essa atividade no contexto socioeconômico do Município e retornar aos níveis de 2005 e projetar aumento de produção para os anos futuros.

Os produtos de origem animal apresentam-se como opções viáveis pelos investimentos relativamente baixos e que sinalizam algumas vantagens econômicas e sociais, por serem atividades que podem aquecer o comércio praticamente durante todos os meses do ano. As quantidades produzidas são consideradas razoáveis, principalmente do leite e em seguida do casulo do bicho-da-seda. De acordo com as análises da assistência técnica da EMATER, se essas quantidades fossem maiores, e se a criação e o cultivo da pecuária fossem mais bem desenvolvidos, obviamente a renda dos produtores também seria maior.

Analisando os resultados financeiros dos produtos de origem animal, destaca-se a produção de leite que é uma atividade derivada da pecuária e é vista como um forte componente da produção agropecuária. Esse segmento (leite) no ano de 2007 representou 3,37% do valor bruto da produção agropecuária do Município. Enquanto a produção de ovos de galinha e mel de abelha apresenta-se timidamente em termos de produção e no financeiro, mas não deixam de ser atividades atraentes e que podem perfeitamente ao longo do tempo, de acordo com as políticas locais adotadas, contribuir para o desenvolvimento do Município.

Além das alternativas mencionadas, pelas características regionais e a estrutura produtiva local, a produção de carnes para abate estrategicamente é um nicho



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

de mercado diferenciado que, comercialmente, se bem trabalhado passa a ser uma possibilidade de adquirir vantagem para a economia de Cambira. Assim como a implantação de plantel de animais de elite para reprodução como uma atividade rentável que além dos retornos financeiros aos produtores, também promove o Município que por intermédio dessas ações comerciais divulgam a imagem do Município.

Essas atividades de origem animal merecem estudos, pois se bem gerenciada trarão retornos significativos para o Município, e nesse sentido, em particular os números mostram que não houve uma ação efetiva para consolidação da atividade no contexto socioeconômico do Município embora esteja situado numa microrregião favorável para o desenvolvimento dessas atividades. Lembrando que das pequenas ações podem surgir resultados que credenciem o Município a explorar as vantagens comparativas que o leve a destaques e sirva de exemplo para o Paraná e o Brasil.

Tabela 3.3.17 – Produtos de Origem Animal (Quantidade e Valor da Produção) – Cambira - Período de 2004 a 2007 (Valores em R\$ a preços constantes de 2007).

Produto	Quantidade produzida (Leite - Mil litros; Ovos de Galinha – Mil dúzias e Mel de abelha e o casulo do bicho da seda em quilograma)				Valor da produção Deflacionado a preços constantes de 2007 (Mil Reais)			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
Leite	1.889	1.850	1.816	2.002	1.106	1.071	947	1.361
Ovos de Galinha	108	105	100	112	166	155	138	155
Mel de Abelha	1.690	1.750	1.200	1.000	13	15	10	8
Casulos	4.871	5.357	2.689	2.125	31	34	16	12
Lã (Quilogramas)	250	200	220	190	1	1	1	1
Total	8.808	9.262	6.025	5.429	1.317	1.276	1.112	1.537

Fonte: IBGE/IPARDES/EMATER.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

As variáveis econômicas e sociais apresentadas até aqui, sugere a análise que retratam a dinâmica de desenvolvimento do município de Cambira. O Manual de Desarrollo Local, Instituto Latino Americano Y Del Caribe de Planificación Económica Y Social - ILPES (1998) define que:

[...] desenvolvimento econômico local é aquele processo reativador e dinamizador da economia local, que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes de uma determinada zona, é capaz de estimular o crescimento econômico, gerar emprego e melhorar a qualidade de vida da população.

Embora esteja crescendo em importância na região, Cambira permanece periférico em relação à principal centralidade regional, Apucarana, em muitos sentidos. Muitos profissionais moradores da cidade atuam em Apucarana.

A estrutura de emprego por atividade revela que no ano de 2008 a administração pública, agropecuária e indústria foram as atividades que mais



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

empregavam. A falta de uma política de desenvolvimento urbano capaz de revelar e ampliar as potencialidades do Município emperra o desenvolvimento local, por isso medidas empreendedoras são inevitáveis para o progresso.

Tabela 3.3.18 – Produto Interno Bruto - PIB – Cambira - Período de 2003 a 2006.

Período	ΔPIB a preços correntes (deflacionado)			ΔPIB per capita (deflacionado)		
	Cambira	Bom Sucesso	Califórnia	Cambira	Bom Sucesso	Califórnia
2003/2004	11,37	2,91	5,77	11,24	4,85	5,24
2004/2005	-15,38	-16,23	-4,80	-15,33	-14,64	-5,26
2005/2006	16,63	15,03	14,25	15,29	17,27	13,67
Média	4,21	0,57	5,07	3,73	2,49	4,55

Fonte: IBGE/IPARDES.

Analisando-se a evolução de Cambira em relação ao PIB, observa-se que o PIB do Município apresentou, no período 2003-2006, uma taxa de crescimento médio anual inferior à verificada ao estado e ao país.

O comércio lojista de Cambira caracteriza-se por ser bem acanhado e modesto, visando suprir apenas as necessidades imediatas da população. Destacam-se os depósitos de material de construção, seguidos de pequeno comércio nos setores alimentício, vestuário e farmacêutico, sem tendências à especialização, e de pequenos serviços de conservação e reparação.

Pode-se citar, ainda, a existência de diversas indústrias no município de Cambira. Segundo dados fornecidos pela Prefeitura (Secretaria de Estado da Fazenda – Junho de 2010), atualmente encontram-se registradas aproximadamente 150 empresas. Destas 150, 40 são indústrias.

A produção agrícola de Cambira, com exceção das culturas da soja, milho e café, não é muito expressiva, sendo que essa produção atende ao mercado local e o excedente comercializado além fronteira. A produção agropecuária destaca a pecuária e a agricultura, notadamente a soja e café.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE CAMBIRA

O desenvolvimento sustentado do município de Cambira pode ser alcançado de maneira mais rápida quando os preços dos principais produtos da cadeia produtiva, como a soja, milho, café ou leite e a carne estão cotados em alta, essa variável promove o aquecimento nas vendas e o fortalecimento do setor empresarial, a geração de emprego e melhor distribuição de renda. Cambira pode ser de fato, um Município próspero e mais estável em suas políticas públicas, pelo aproveitamento das potencialidades do mercado interno e, também, das amplas vocações econômicas, que permitem conquistar e consolidar importantes posições no mercado regional.

Nessa perspectiva tem tudo para se tornar uma realidade desde que se aproveite melhor e de forma mais articulada os recursos humanos e materiais de que já



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

dispõem. Assim, Cambira poderá criar uma base segura para o crescimento sustentado, sem descontinuidade, perda de tempo, desperdício de recursos e o tímido aproveitamento de nossas vantagens competitivas.

Por tudo isso, o governo Municipal tem entre as suas diretrizes o fortalecimento das instituições públicas e privadas capazes de organizar setores e de promover a maximização de benefícios. Além disso, o governo municipal buscará contribuir para a criação de um ambiente empresarial que permita a participação relevante das microempresas, pequenas e médias empresas locais.

Este trabalho será fundamental para transformar a cidade em diversas cadeias produtivas, ao gerar novos produtos e serviços e ao criar possibilidades inovadoras para a fabricação de produtos tradicionais.

Definir sua vocação econômica a partir das suas riquezas naturais é uma ferramenta verdadeiramente estratégica para o desenvolvimento econômico de Cambira do Ivaí, sobretudo quando utilizada para alavancar múltiplos segmentos da sua indústria de transformação que se encontra em estágio incipiente. Diversas áreas do conhecimento humano e suas aplicações impactam amplas áreas de negócio, como agricultura, saneamento básico, veterinária, fruticultura, piscicultura, floricultura, processamento de alimentos, proteção e recomposição ambiental, entre outras, promovendo a geração de novos postos de trabalho, em que o investimento em inteligência, ou seja, em bens intangíveis, é privilegiado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração desse caderno, alguns pontos, como o comportamento dos setores da economia, a produção, a renda e a empregabilidade podem ser considerados relevantes para o município de Cambira, mostrando as potencialidades e deficiências do Município, as quais poderão servir de sinalizador na promoção do desenvolvimento local.

Conforme informações no corpo deste trabalho existem recursos de gestão empreendedora que se forem bem utilizados serão capazes de disponibilizar condições técnicas, educacional e de infraestrutura que venham oferecer possibilidades ao setor produtivo e de serviços em diversificar as ações comerciais, tanto na área rural como na implantação de indústria ou agroindústria, fomentando economia local.

A primeira sugestão aos pequenos produtores seria contornar a falta de apoio institucional e concorrência com grandes produtores, através de cooperativas e associações com a finalidade de agregar valor aos produtos agropecuários, que também é uma forma de recorrer ao apoio de políticas de amparo, através da redução dos impostos e fornecimentos de subsídios aos pequenos produtores, mas, apenas isso não basta, o governo tem que dar assistência técnica, auxiliar e orientar.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Assim, ao encontrar a melhor solução para o Município, analisando as culturas mais favoráveis economicamente, através da criação de Secretaria Municipal de Agricultura com autonomia e equipe técnica especializada que identifique a viabilidade do plantio e da produção quanto ao clima, solo, região, entre outros, é possível implementar política de desenvolvimento industrial ou agroindustrial pelas próprias características do Município, que poderá absorver a matéria prima, transformando em produtos que poderão ser vendidos por um preço mais competitivo e até mesmo podendo ser exportados além fronteira, com isso promovendo mais emprego e estabilidade ao produtor que terá mais segurança na comercialização de seus produtos.

E com uma oferta maior de emprego e maiores remunerações, as pessoas não precisarão mais ter que se deslocar para outros municípios em busca de melhores condições de vida, e muito menos em busca de produtos que satisfaçam suas necessidades, pois, um aumento na demanda por mercadorias, não eleva os preços devido ao apoio comercial, concorrência com novos comércios e também porque os produtos poderão ser industrializados no Município, atraindo a população, aumentando a renda, a oferta de emprego, reduzindo a desigualdade social e a concentração de renda.

E com os rendimentos da sociedade ficando no Município, a cidade começa a evoluir economicamente e novos recursos poderão ser gerados para o bem estar da população, favorecendo um comércio com grandes possibilidades de geração de emprego, renda e conseqüentemente uma maior arrecadação de impostos, que são destinados as áreas sociais e econômicas e se tornem um efeito multiplicador de renda.

Em relação ao PIB *per capita* mostrou durante a análise que em média por habitante as riquezas municipais foram distribuídas menos eficientemente quando comparado com o município de Califórnia. O crescimento médio do PIB em valores deflacionados do município de Cambira 4,21 foi inferior ao município de Califórnia que apresentou crescimento médio de 5,07% durante o período 2003-2006. Esse comportamento passa a ser um indicador que pode alertar e ao mesmo tempo buscar fontes de investimentos e motivação para a implantação de novos empreendimentos que venham aumentar a participação dos setores econômicos do Município.

O crescimento econômico no município Cambira, principalmente quanto à atividade do comércio e serviços, vem fazendo com o que o Município assuma posição econômica respeitada na região nos últimos anos. Na composição do PIB por setor do ano de 2006 reflete a dinâmica de desenvolvimento do município de Cambira, além da maior participação do comércio e serviços, se destaca o segmento da indústria que como alternativa de crescimento econômico. A agropecuária requer uma reavaliação estrutural e de incentivos no sentido de estabelecer uma melhor distribuição entre as riquezas do Município.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

A pecuária se constitui em um segmento da agropecuária se identificou como um fator econômico relevante para o Município, além de considerar que a própria região tem essa vocação, e isto tem se refletido nas cadeias produtivas desse segmento. Como boa parte dos municípios da microrregião de Apucarana, o comportamento do rebanho efetivo durante os anos analisados apresentou bons índices de crescimento que torna o segmento altamente viável para a economia local. Isso leva a entender que a pecuária representa uma das alternativas de geração de renda continuada, por isso, os esforços para adoção de políticas de médio e longo prazo para a consolidação desse commodities, poderá fazer parte permanentemente do processo de desenvolvimento municipal.

Em relação aos produtos de origem animal, existe a necessidade de investimentos e incentivos na produção de leite uma vez que tem se mantido estáveis os níveis de produção. Quanto à produção de ovos de galinha poderá melhor aproveitar a estrutura da criação de aves para formar uma economia de escopo⁹. O mel de abelha e o casulo do bicho-da-seda pela produção apresentada e pelo crescente mercado consumidor desse produto poderão ser aplicados políticas públicas de incentivo a essa classe de produtores.

Os ramos de atividades que mais contribui para a empregabilidade são nos setores: público, agropecuária e a indústria, e mesmo tendo o maior número de ocupações ainda não é uma quantidade para atender a demanda de trabalhadores já estabelecidos e entrantes no mercado de trabalho local. A agropecuária tem sua importância, pois as rendas do Município provêm em grande parte dele e a cadeia produtiva depende dos produtos primários, dessa forma, existem grandes propriedades rurais que não geram empregos devido à característica da produção, a tecnologia e a mecanização que não exige muita mão de obra, mas que contribui sobremaneira nos níveis de produtividade.

Assim, ao encontrar alternativas para os segmentos de mercado local e atração de novos investidores poderão possibilitar a instalação de indústrias, agroindústrias para utilizar a matéria-prima produzida internamente e fomentar o comércio, além de promover de investimentos e incentivos para consolidação da pecuária.

⁹ Economia de escopo significa que com a mesma estrutura física, tecnológica e humana pode-se produzir mais de um produto com custos menores.

4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS



4.1 Configuração Espacial

ESPAÇO RURAL

Uso e Ocupação

Segundo dados históricos do município de Cambira, o loteamento e venda das terras ocorreram através da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, acontecendo por etapas às aberturas dos lotes rurais.

Foi em 1936 que a primeira família abriu e formou roça em Cambira, derrubando alguns alqueires de mata no lote nº. 109/110 da Gleba Cambira, desenvolvendo plantações de café, cereais, cana, mandioca, porém, apenas em 1939 fixaram residência com a família, onde começaram a produzir rapadura, açúcar, industrializava farinha e comercializava cereais em Apucarana.

A primeira família a fixar residência, foi em 1937, iniciando a abertura do lote nº 106/107 da Gleba Cambira, local da legendária Figueira, hoje inexistente. No mesmo ano iniciaram abertura de lotes na Gleba Dourados. Em 1938 começaram as ocupações na região de Bela Vista.

O atrativo de migrantes de vários Estados foi a fertilidades da terra rocha para o cultivo do café. O maior fluxo de migrantes deu-se no período entre 1940 e 1942, ocasião em que aqui aportaram as famílias mais tradicionais do Município, adquirindo terras e aqui fixando residências. Esta migração estendeu-se até o início de 1950.

A população total do Município em 1970 era de 20.236 habitantes, sendo 17.973 habitantes na zona rural e 2.263 habitantes na zona urbana. Hoje a realidade é bem diferente, o número de habitantes foi reduzido drasticamente na zona



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

rural. Em 2000, segundo dados do IBGE a população total do Município era 6.688 habitantes, sendo 4.194 habitantes residentes na zona urbana e 2.494 na zona rural.

O Município é constituído da Sede Urbana, onde se concentra a maioria das atividades do comércio, serviços e a aglomeração residencial; o Patrimônio de Sete de Maio, Vila Rural e as comunidades rurais Santa Luzia, Santa Terezinha, Benjoim, Cruzeiro, Santo Antonio, Palmeirinha, Bom Jesus, Bela Vista, Dourados, Varginha, Água Marata, Magueiro, Marumbizinho (Mapa 6). Algumas apresentam em sua sede igrejas ou capelas e organizam calendário de festividades conforme Tabela 4.1.1.

A maioria das comunidades tem uma associação de produtores rurais, principalmente aquelas que estão em plena atividade. Há também uma Associação Central composta por produtores rurais, bastante organizada e com atividades constantes.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 4.1.1 – Comunidades Rurais, acesso, número de famílias, infraestrutura e associação.

COMUNIDADE	ACESSO	Nº DE FAMÍLIAS	INFRAESTUTURA	ASSOCIAÇÃO
Patrimônio Sete de Maio	Rodovia Florindo Pícoli e Rodovia Do Milho	120	Residências, comercio e indústria, pavimentação, praças	Não tem
Vila Rural	Rodovia Florindo Pícoli e Rodovia Do Milho	20	Residências e barracão	Não tem
Santa Luzia	Estrada Dourados	60	Residências, Igreja e Salão de festa	Associação Santa Luzia
Santa Terezinha	Estrada Benjoim	30	Residências, Igreja e Salão de festa	Não tem
Cruzeiro	Estrada Cruzeiro	45	Residências, Igreja, Arena de Rodeio,	Associação Comunitária do Cruzeiro
Santo Antonio	Estrada Cruzeiro ou Estrada Cavalo Cego	45	Residências, Igreja, Salão de festa e Campo de Futebol	Associação Comunitária de Desenvolvimento do Santo Antonio
Palmeirinha	Rodovia Florindo Pícoli, Rodovia Do Milho e Estrada Palmeirinha	45	Residências, Igreja, Salão de festa, Agroindústria e Quadra Poliesportiva	ADEP- Associação desenvolvimento Comunitário Palmeirinha
Bom Jesus	Estrada Cruzeiro, Estrada Bom Jesus	45	Igreja	Não tem
			Residências	
Bela Vista	Rod. Florindo Pícoli	50	Residências, Igreja, Salão de festa, Maquina de Beneficiamento de Arroz, Quadra Poliesportiva	APRUBEL- Assoc. dos Produtores Rurais do Bela Vista
São João	Estrada São João	8	Residências	Não Tem
Gabirola	Estrada Gabirola	20	Residências	Não tem
Água Marata	BR 376	5	Residências	Não tem

Fonte: Prefeitura Municipal.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, as principais culturas são a soja, o milho, o café e o trigo. Uma cultura que está se mostrando como potencial na região é a uva fina de mesa, tendo diversos produtores desenvolvendo essa atividade.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Outra atividade que se desponta em Cambira é a avicultura de corte. Segundo dados repassados pela Prefeitura Municipal, em todas as comunidades rurais existem barracões de avicultura de corte, sendo que a forma de condução dos mesmos acontece através de integração.

A piscicultura é desenvolvida por alguns produtores rurais, sendo pequenas suas áreas de tanque e produção para venda. Muitos tanques estão desativados.

A produção agrícola do Município é gerida por uma vasta cadeia de compradores sendo alguns de outras regiões e municípios, como as Cerealistas Borgato, Cidibel e a Cooperativa Agropecuária e Industrial - COCARI. Em Cambira há um entreposto da COCARI que realiza não só a compra da produção local, mas tem toda logística na produção agropecuária que passa desde o fornecimento de insumos de produção à assistência técnica.

Conforme o censo de 2006, a utilização das terras de Cambira era realizada conforme demonstrado na Tabela 4.1.2.

Tabela 4.1.2 – Utilização das terras de Cambira, 1996.

Utilização das Terras	Área Ocupada (ha)	Número de estabelecimentos agropecuários (Um)
Lavouras permanentes	3761	259
Lavouras temporárias	6022	317
Pastagens naturais	3702	259
Pastagens plantadas	1050	67
Matas e florestas naturais	2064	373
Matas e florestas plantadas	17	9
Terras inaproveitáveis	19	13

Fonte: Sidra IBGE (Tabela 318).

Organização: DRZ Gestão de Cidades.

Conforme dados Municipais, as maiores reivindicações dos produtores rurais são as políticas para garantia de renda. As políticas e atuações no setor de agronegócios são oferecidas através do apoio à obtenção de crédito rural, implantação de unidades de demonstração, dias de campo para demonstração de cultivares e novas técnicas, bem como, novas alternativas para as propriedades rurais.

Estrutura Fundiária

No município de Cambira, segundo dados do censo rural de 1996, predominam pequenas propriedades rurais, de até 50 hectares, caracterizando agricultura familiar, sendo que 85% dos proprietários repartem entre si praticamente 45% do território produtivo, e 6% dos proprietários detêm 33% das terras (Tabela 4.1.3). Os tipos de proprietários rurais, segundo a área dos estabelecimentos, encontram-se distribuídos em todo território rural.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 4.1.3 – Número e área de estabelecimentos rurais segundo categorias de proprietários rurais em Cambira, 1996.

Categorias de proprietários rurais	Unidades	(%)	Hectares	(%)
Agricultores familiares (até 50 ha.)	438	85%	7056,182	45%
Empresários familiares (de 50 a 100 ha.)	46	9%	3351,610	22%
Empresários rurais (mais 100 ha.)	29	6%	5159,316	33%
Total	513	100%	15567,108	100%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – Tabelas 312 e 315.

Condição Legal das Terras

No Município não há áreas de invasão ou de assentamento, existe cinco (5) grupos organizados que compraram suas terras através do programa nacional do crédito fundiário, totalizando, aproximadamente, 60 famílias.

A maior parte dos produtores rurais é proprietária de suas terras, conforme Tabela 4.1.4.

Tabela 4.1.4 – Condição legal das terras em Cambira, 1996.

Grupos de área total	Estabelecimentos Agropecuários	
	(Unidade)	(%)
Proprietário	487	88,55
Concedido	1	0,18
Arrendatário	22	4,01
Parceiro	38	6,9
Ocupante	2	0,36

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

As terras mais férteis de Cambira não estão concentradas em determinados locais do Município, estando em todo território, conforme o Mapa 7 identifica-se as áreas inaptas, consequentemente de menor valor venal. As áreas do município de Cambira estão sendo comercializadas por um valor médio de R\$17.000,00 (dezessete mil reais) por hectare, e as áreas inaptas são comercializadas por um valor venal médio de aproximadamente 30% menos.

Segundo informações do Município, os solos apresentam uma fertilidade média alta, resultantes da utilização de insumos de produção e de um manejo adequado do solo com práticas como a rotação de culturas, do plantio direto na palha, entre outras práticas adotadas.

Vila Rural Luiz Beleze

Ocupa área total de 174.418,44 m², com 122.888,97m² subdivididos em 23 lotes habitacionais, com área de reserva verde de 18.101,02m², e 20.493,846m² destinados ao Município. Suas vias ocupam 12.934,61m². Lá vivem 23 famílias que exploram em seus lotes a cultura de banana, arroz e feijão, assim como a criação de suínos, caprinos e bovinos de leite.



ESPAÇO URBANO

Evolução

Conforme dados históricos do Município, não se acreditava que pudesse surgir uma cidade tão próxima a Apucarana e Jandaia do Sul, por isso, a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, projetou a Vila Itacolomi, com 314.000m², que hoje constitui a sede do município de Novo Itacolomi.

Em 1947, com a confiança no futuro, foi feito o 1º loteamento denominado de Vila Formosa, com 62 lotes e uma praça (posteriormente extinta), constituindo o primeiro loteamento devidamente regularizado, sendo fixado como marco inicial de Cambira.

Assim, em 1954, surgiu um novo loteamento, com área de 245.401,93m², constituídos pelas quadras de nº. 1 a 18, denominada Loteamento primitivo de Cambira.

Com o passar do tempo foram surgindo novos loteamentos até se constituir a malha urbana atual (Mapas 8 e 9). Pode conferir através da Tabela 4.1.5, as datas e os loteamentos implantados.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 4.1.5 – Loteamentos do município de Cambira.

Ano de implantação	Nome do Loteamento
1950	Primitivo=Centro
1960	Vila Diogo
1960	Vila Formosa
1960	Vila Santa Maria
1970	Vila Beleze
23/04/1971	Vila Kennedy
02/05/1974	Loteamento 31 de Março
1980	Vila Reinor Martins
1980	Vila Santa Maria II
10/11/1981	Jardim Pérola
1981	Jardim Brasil
15/04/1981	Rosa Delúcia Calsavara
13/04/1983	Jardim Primavera
Abril/1986	NH Tancredo Neves
29/06/1987	Loteamento São José
Maio/1989	Parque Industrial
1990	NH Tancredo Neves II
1990	Vila Santa Maria III
17/02/1992	Loteamento São Sebastião
Julho/1992	Jardim das Flores
02/05/1994	Loteamento São José II
Setembro/1994	Jardim das Flores II
13/11/1996	Jardim Champagnat
02/06/1997	Loteamento Beleze
1997	Parque Industrial II
12/07/2000	Loteamento Riveline
13/11/2000	Jardim Sol Nascente
21/03/2002	Jardim Danielle
07/02/2003	Loteamento São José III
11/08/2003	Jardim Catuaí
27/01/2004	Jardim Catuaí II
05/05/2004	Residencial Milliati
13/06/2004	NH Sandro Marezi Capeloto
25/08/2004	Residencial São Francisco
15/12/2004	Jardim Forquímica
05/06/2007	Loteamento Beleze II
15/05/2009	Residencial Vale Verde
18/05/2009	Jardim Sanches
	Vila São Luiz

Fonte: Prefeitura Municipal.

Forma

Na cidade de Cambira, o traçado das vias é bastante desordenado apresentando quadras de diferentes padrões (alongadas, quadradas, triangulares, pentagonais). A malha urbana margeia a PR 376, acompanhando desta forma seu desenho. A expansão da malha acontece de forma mais ortogonal, porém, se adequando a topografia local, gerando assim alguns cruzamentos conflituosos (Mapa 13).

No Patrimônio de Sete de Maio, a malha urbana situa-se adjacente a PR 170. O desenho das quadras já não acompanha o traçado da rodovia como acontece na sede. A malha está rotacionada em aproximadamente 45 graus para leste em relação à rodovia, apresentando malha ortogonal, não muito extensa, configurando pequeno aglomerado. (Mapa 8).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Uso e Ocupação do Solo Urbano

Analisando a legislação vigente, Lei 430/90 – Zoneamento de Uso e ocupação do Solo, Cambira já define e organiza os espaços da sede urbana. Atualmente a sede urbana é dividida em seis (6) setores, sendo eles:

- ZI – Zona Industrial;
- ZC – Zona Comercial;
- ZR1 – Zona Residencial 1;
- ZR2 – Zona Residencial 2;
- ZE – Zonas Especiais;
- ZEx – Zonas de Expansão.

A Zona Industrial em Cambira é grande e significativa para o desenvolvimento do Município, dividem-se em 5 setores (Mapas 6 e 10), tendo sua maior concentração as margens da PR 376. A Tabela 4.1.6 demonstra seus usos e infraestrutura.

Tabela 4.1.7 – Setores Industriais do município de Cambira.

Setores	Ocupação	Infraestrutura
Parque Industrial 1 – Avenida das Industriais	Regularizado perante aos órgãos ambientais, é composto por 30 empresas, não há terrenos vagos	Iluminação pública, meio fio, calçamento em pedras irregulares, galeria de águas pluviais
Parque Industrial 2 – Avenida Brasil saída p/ Apucarana	Regularizado perante aos órgãos ambientais, é composto por 7 empresas, existe 1 terreno vago	Iluminação pública, meio fio, asfalto, galeria de águas pluviais
Parque Industrial 3 – Estrada Alvorada	Não está regularizado perante aos órgãos ambientais, encontra-se em fase de construção, é composta por 2 empresas	Não existe
Parque Industrial 4 – Distrito de Sete de Maio	Está regularizado perante aos órgãos ambientais, é composto por 1 empresa que conta com 1 barracão sem funcionamento e 3 armações pré-moldado para barracões	Não existe
Parque Industrial 5 – Avenida Brasil saída para jandaia do Sul	Regularizado perante aos órgãos ambientais, é composto por 2 empresas, existe 1 terreno vago	Iluminação pública, meio fio, asfalto, galeria de águas pluviais

Fonte: Prefeitura Municipal.

Recentemente foi criada a Secretaria de Indústria e Comércio, que regularizou os setores através da Associação da classe. O Município possui Lei de incentivo para atração de novas indústrias, das quais podem destacar as leis de doação, cessão e comodato da área de terra e barracões da área de indústria.

As atividades de comércio e serviços têm sua maior concentração nas Avenidas Brasil e Itália, caracterizando-as como eixo produtivo. Alguns comércios encontram-se espalhados pela área urbana, com o intuito de servir a área residencial consolidada. O comércio atende apenas as necessidades básicas da população. Os equipamentos públicos estão distribuídos pela malha urbana abrangendo toda a população.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Os conjuntos habitacionais ocupados estão localizados a oeste e sul da malha urbana (Mapas 9, 10 e 11). Há carência de Infraestrutura no Conjunto Habitacional Sandro Mareze Capelato, que não apresenta pavimentação nas vias. Não há registros de ocupações irregulares.

Os vazios urbanos estão distribuídos pelo perímetro urbano, sendo lotes de pequeno padrão na área central e lotes grandes localizados na periferia das áreas consolidadas. Muitos são utilizados para depósitos e para a agricultura, causando conflitos com as áreas consolidadas.

As edificações da cidade não ultrapassam o segundo pavimento, sendo predominantes moradias térreas, em sua maioria uma única construção por lote. Pode-se destacar como ponto positivo a horizontalidade. Quanto ao material, encontram-se distribuídas em todo território construções de alvenaria e de madeira.

Apesar do Município possui legislação de uso e ocupação vigente para a aprovação e fiscalização de projetos, há que se observar irregularidades quanto à ocupação do solo. Para novos loteamentos são exigidas do empreendedor a topografia adequada, autorização do IAP, meio fio, galeria de águas pluviais, saneamento básico, energia e asfalto.



4.2 Habitação

Devido à falta de dados atualizados relacionados ao assunto a ser abordado, utilizaremos dados do IBGE de 2000, para desenvolver a caracterização habitacional. Contudo, a realidade observada no Município demonstra que a situação atual não difere dos dados compilados em 2000 (em proporções). Por ser uma das políticas mais atuantes e necessárias à gestão municipal, salientamos a importância de se desenvolver uma base de dados referente ao setor.

DENSIDADE HABITACIONAL E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO URBANA

Segundo o censo demográfico do IBGE, no ano de 2000, Cambira possuía 1874 domicílios particulares permanentes, sendo 1251 destes situados em território urbano e 623 no rural. A maioria dos domicílios urbanos estava ocupada por famílias de dois, três ou quatro componentes, somando 43,02% dos domicílios particulares permanentes (Tabela 4.2.1). A maioria das famílias ocupantes de domicílios particulares permanentes na área rural, em 2000, era composta por três componentes, representado pelo percentual de 10,08%.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 4.2.1 – Percentual de famílias residentes em domicílio particular por número de componentes e situação domiciliar em Cambira, 2000.

Componentes da Família	Total	Urbana	Rural
01	7,62	7,62	-
02	19,91	13,27	6,64
03	23,36	13,28	10,08
04	25,42	16,47	8,95
05	17,53	10,36	7,17
06	3,94	3,46	0,48
07	1,28	0,59	0,69
08	0,6	0,6	-
09 ou mais	0,34	-	0,34

Fonte: SIDRA IBGE (Tabela 229).

Os imóveis residenciais de Cambira (urbanos e rurais), em sua maioria (62,05%) são próprios, outros 16,06% são alugados, e 10,2% são cedidos, sendo que a relevância de ocupação “cedido” se dá no meio rural (5,34%). É interessante observar que na zona rural de Cambira é pequena a porção de imóveis alugados (1,73%) (Tabela 4.4.2).

Tabela 4.2.2 – Percentual de famílias residentes por condição de ocupação e situação do domicílio de Cambira, 2000.

Condição de ocupação do domicílio	Total	Urbana	Rural
Próprio	62,05	45,92	16,12
Alugado	16,06	14,33	1,73
Cedido	10,2	4,86	5,34
Outra condição	11,7	1,66	10,04

Fonte: SIDRA IBGE (Tabela 2419).

Segundo dados repassados pela Prefeitura Municipal, os aluguéis mais caros se concentram na Avenida Brasil, na área central da sede urbana, no Jardim Champagnat, Jardim Daniele e Jardim São José. Já os aluguéis mais baratos concentram-se na Rua São Paulo, Bairro Tancredo Neves, Bairro Sandro Marezi Capeloto, Jardim Pérola, Jardim das Flores e Jardim Catuaí, essa diferença de preço ocorre devido à localização e também devido aos padrões das casas. Os Aluguéis variam entre R\$ 250 e R\$ 600.

NECESSIDADE HABITACIONAL

Segundo o Atlas das Necessidades Habitacionais no Paraná, é necessário analisar a situação das habitações paranaenses, sob o conceito de “necessidade habitacional” que considera o déficit habitacional e a inadequação habitacional.

O déficit habitacional corresponde “à *necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento da demanda não-solúvel nas condições atuais do*



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

mercado de habitação" *, e foi estimado em 169.227 novas moradias no Paraná no ano 2000 pelo Ipardes. O órgão também apontou que em Cambira o déficit estava na faixa de 7 a 212 unidades, que engloba mais 235 municípios, e que, proporcionalmente, estava na pior faixa de déficit relativo (de 12,71% a mais das moradias) no Estado, juntamente com outros 11 municípios. A municipalidade não possui dados mais atualizados.

Três fatores compõem o cálculo de déficit habitacional:

- Domicílios improvisados;
- Famílias conviventes;
- Cohabitação disfarçada.

Devido à falta de informações específicas do município de Cambira, a descrição da situação do déficit é analisado de acordo com o Atlas de Necessidades Habitacionais do Paraná do ano de 2004, que indica que 0,00 a 0,57% da população vivem em domicílios improvisados; 4,25 a 8,50% têm famílias conviventes e 0,14 a 0,27% vivem em co-habitação disfarçada.

Dos fatores apresentados quanto ao déficit habitacional, os domicílios improvisados - aqueles localizados em prédios não residenciais (lojas, fabricas, etc.) desde que não tenham dependências destinadas exclusivamente para fins de moradia, mas que estejam servindo de abrigo - são os únicos que podem ser quantificados no Município. Estima-se o número de 14 famílias que moram em domicílios improvisados na zona rural e urbana de Cambira. Outros fatores que caracterizam moradias precárias e irregulares também são encontrados no Município, contudo esses dados não estão quantificados.

A inadequação habitacional é balizada por um *"padrão mínimo de habitabilidade, definido a partir de critérios de qualidade de infraestrutura de serviços (...) e quantitativos de cômodos do domicílio em relação ao tamanho da família"* *; ou seja, há inadequação segundo dois parâmetros:

- Adensamento habitacional (diferentemente dos componentes do déficit habitacional, este não contabiliza domicílios com famílias conviventes ou com cômodos alugados);
- Carência ou deficiência de infraestrutura.

O IBGE classifica os domicílios particulares permanentes de acordo com tais parâmetros e estipula as categorias apresentadas na tabela 4.2.3. "Adequada" se refere àqueles com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até 2 moradores por dormitório. "Semiadequada" inclui os domicílios com pelo menos um serviço inadequado; e

* Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2004.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

"Inadequada", aqueles com abastecimento de água proveniente de poço, nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar, etc., lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago, mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.

Tabela 4.2.3 – Domicílios particulares permanente por condição da moradia em Cambira, 2000.

Moradia	Total		Urbana		Rural	
	Unidade	%	Unidade	%	Unidade	%
Adequada	234	12,5	219	11,71	15	0,79
Semi-adequada	1.546	82,51	1.027	54,79	519	27,72
Inadequada	93	4,98	5	0,27	88	4,72

Fonte: IBGE SIDRA (Tabela 2417).

Em Cambira, a maioria dos domicílios particulares permanentes é semi-adequada (82,51%) devido à inexistência da rede de coleta de esgoto, como também ao desprovimento de fossas sépticas, predominando fossas rudimentares nos imóveis.

POLÍTICA HABITACIONAL

As políticas municipais para o setor habitacional iniciaram-se na década de 70, com a implantação do Conjunto Habitacional Jardim Brasil, com a construção de 20 unidades e do Conjunto Habitacional Cambira I - Tancredo Neves, contemplando 100 unidades, ambos implantados na sede urbana. Já na década de 90, tiveram diversos programas, contemplando tanto a sede urbana como o distrito de Sete de Maio. Das 502 unidades implantadas, 291 foram na década de 90, a maioria dos empreendimentos concluídos em 1996, o que demonstra grandes investimentos nesta área. Nesta década foi implantada a Vila Rural, contemplando 23 unidades.

Nesta última década (2000), observa-se baixa produção de interesse social, considerando que ao longo de 10 anos foram implantadas 91 unidades, através de 1 programa (Tabela 4.2.4).

No geral, houve diversos investimentos no setor habitacional em Cambira, contemplando no total 502 unidades, no entanto, não sanaram a necessidade existente.

Segunda dados da Prefeitura Municipal, já há um terreno comprado, onde serão implantadas 100 unidades habitacionais.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 4.2.4 – Conjuntos habitacionais em Cambira.

Empreendimento	Programa	Local	Unidades	Conclusão
Jardim Brasil	Convencional CEF	Sede Urbana	20	1982
Cambira I - Tancredo Neves	Mutirão		100	1986
Cambira II – Jardim das Flores	Mutirão casa da família		102	1993
Cambira III – Moradia Tancredo Neves II	Mutirão casa da família		38	1995
Cambira IV – 1º Fase – Moradia Jardim das Flores II	Mutirão casa da família		67	1996
Cambira IV – 2º Fase – Moradia Jardim das Flores II	Pró-moradia autoconstrução		38	
Moradias Vale do Sol	Casa da Família	Distrito de Sete de Maio	23	1996
Vila Rural Luiz Beleze	Vila Rural		23	1996
Cambira V - Conjunto Habitacional Sandro Mareze Capelato	Casa da família PSH	Sede Urbana	91	2003

Fonte: COHAPAR.



4.3 Sistema Viário e Transportes

REGIONAL

A região de Cambira tem como importantes vias de escoamento as rodovias que compõem o anel de integração, dando acesso a extremidades do Paraná e ao Estado de São Paulo, principalmente pelas BR 369 e BR 376. Cambira encontra-se na convergência dos ramais ferroviários provenientes de Cianorte, a oeste, passando por Maringá e Mandaguari, e de Ourinhos (SP) e Cornélio Procópio; a leste, atravessando Londrina, Cambe e Arapongas, esse ramal é parte da malha sul da Rede Ferroviária Federal, privatizada em 1997, quando sua operação foi repassada à empresa, hoje denominada América Latina Logística do Brasil – ALL. A Estação encontra-se desativada no município de Cambira, passando somente locomotivas transportando produtos vindos de algum ponto do Estado (Figura 4.3.1).

O principal eixo de influência para Cambira é a BR 369, que liga Cambira a eixos rodoviários como o anel de integração e a pólos maiores como Apucarana, Londrina e Maringá. As rodovias federais e estaduais que cruzam o município de Cambira são: BR 369 (asfaltadas), ligando ao município de Apucarana e Jandaia do Sul; PR 170 (asfaltada), ligando o Distrito de Sete de Maio a Apucarana e Novo Itacolomi.

A região de Cambira possui como referência o aeroporto de Maringá, localizado a 40 km do Município, para transporte aéreo e malha ferroviária com importante posto avançado servindo toda a região Norte - Noroeste do Paraná sendo utilizado apenas para transporte de cargas. Nos municípios de Maringá e Cambé, estão locados o Porto Seco – Zona de Processamento Aduaneiro – ZPA que atende toda a região.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

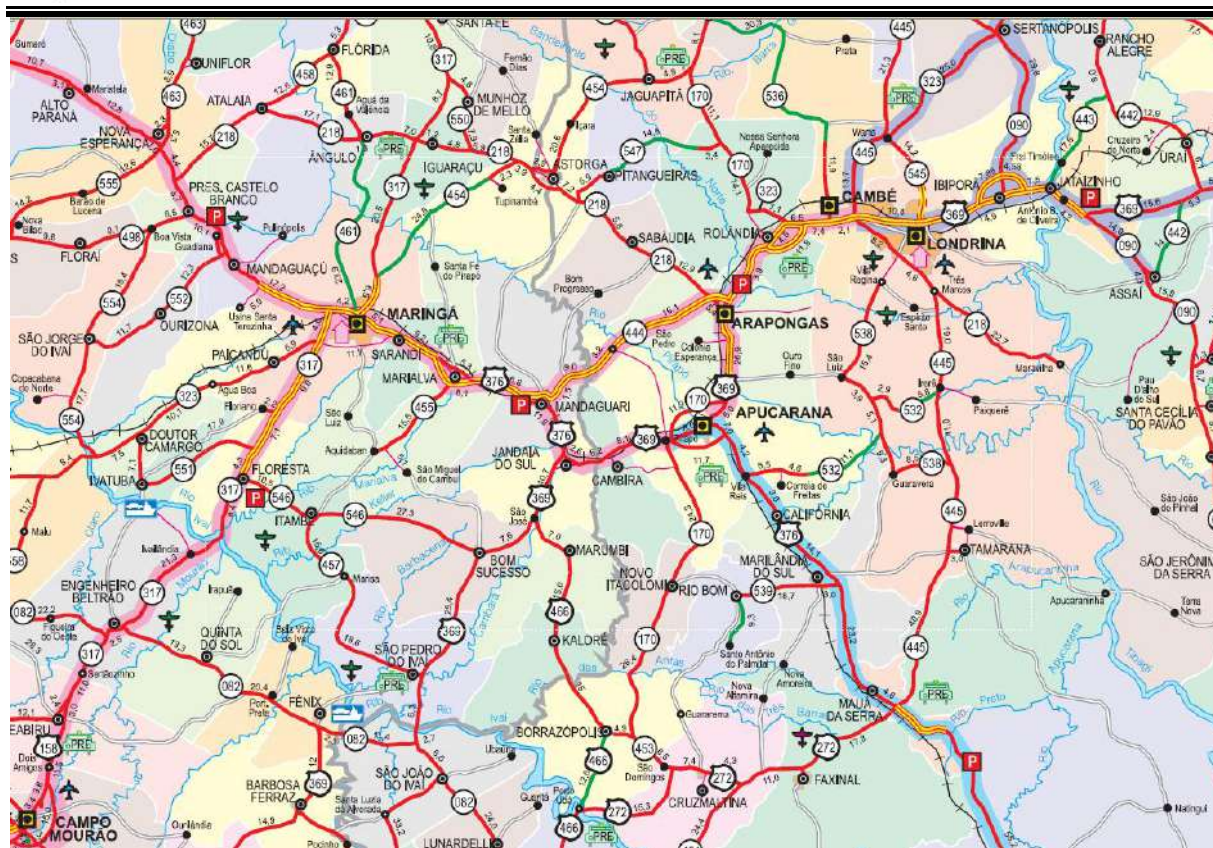


Figura 4.3.1 - Sistema Viário Regional.
Fonte: IPARDES.

O serviço de transporte intermunicipal é prestado pelas empresas Garcia e Nordeste, que ligam Cambira aos seguintes municípios:

Pela Garcia:

- Ônibus Metropolitano de Cambira a Mandaguari e de Cambira a Apucarana;
- Ônibus de linha de Cambira a Curitiba, a São Paulo e a Campinas.

Pela Nordeste:

- Ônibus Metropolitano de Cambira a Ivaiporã, de Cambira a Mandaguari e de Cambira a Apucarana.

MUNICIPAL

O sistema viário municipal de Cambira é estruturado pela rodovia federal BR 369 e pela rodovia estadual PR-170, as quais proporcionam acesso entre a sede urbana e comunidades rurais, escoando a produção e conduzindo munícipes a outras localidades, representando papel significativo na circulação interna no Município. O sistema viário municipal ainda conta com estradas municipais que estruturam o transporte escolar e escoamento da safra, conforme indicada na Tabela 4.3.1 e Mapa 12. As principais estradas utilizadas para o escoamento da Safra são: Estrada Dourados,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Estrada Benjoin, Estrada do Palmeirinha, Estrada Santo Antonio, Estrada Rio Cambira, Estrada do Coqueirinho, Estrada Cavalo Cego, Estrada Jangadinha.

Tabela 4.3.1 – Estradas de estruturação Municipal.

Estrada	Origem	Destino	km
Estrada Palmeirinha	Rod. Do Milho	Estrada 300 Alqueires	10
Estrada da Igrejinha	Rod. Do Milho	Estrada Palmeirinha	2
Estrada Coqueirinho	Rod. Do Milho	Rio Cambira	3
Estrada Cavalo Cego	Rod. Florindo Pícoli	Estrada Santo Antonio	6
Estrada Santo Antonio	Cambira	Estrada 300 Alqueires	16
Estrada Bom Jesus	Est. Santo Antonio	Ponte do Marumbizinho	4
Estrada Pé de Galinha	Est. Santo Antonio	Ponte do Marumbizinho	2
Estrada Lobisomem	Bela Vista	Est. Santo Antonio	4
Estrada Benjoin	Estrada Dourados	PR 444	16
Estrada Rio Cambira	Bela Vista	Ponte do Rio Cambira	3
Estrada Barbieri	Estrada Santa Luzia	Rio Dourado	3
Estrada Dourados	Cambira	Rio Dourados	13
Estrada Rossi	Estrada Dourados	Estrada Benjoin	3
Estrada Fernandes	Estrada Bom Jesus	Rio Marumbi	4
Estrada São João	BR376	Estrada Dourados	4
Estrada Jandaia	Cambira	Jandaia do Sul	6
Estrada Gabiroba	Estrada Jandaia	Rio Marumbi	8
Total:			107

Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira – Secretaria de Agricultura.

O Município não possui legislação que regulamente as estradas municipais, as caixas de rolagem das estradas rurais não têm largura definida. A faixa de domínio (*non aedificandi*) varia entre 8 e 15 metros do eixo central das vias, para cada lado.

O Município não conta com transporte coletivo municipal. Quanto ao transporte individual, há 2.987 veículos (dentre automóveis, caminhonetes, motocicletas e motonetas) para a população de 6.862, ou seja, 1 carro para cada 2,29 habitantes, de acordo com dados do ano de 2008 do IBGE (Tabela 4.3.2).

A frota do poder público municipal (Tabela 4.3.3), em geral, encontra-se em condições regulares de conservação.

Tabela 4.3.2 – Frota do município de Cambira, 2008.

Tipo de Veículo	Quantidade	Tipo de Veículo	Quantidade
Automóvel	1705	Motocicleta	668
Caminhão	202	Motoneta	122
Caminhão trator	23	Ônibus	16
Caminhonete	250	Trator de rodas	-
Micro-ônibus	1	TOTAL	2720

Fonte: IBGE Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 4.3.3 – Frota do poder público municipal.

Setor/finalidade	Veículo	Placa	Ano	Conservação
Estrada	Pampa 1.8 AP	ACP-2035	1992	Regular
Urbanismo	Pampa 1.6 CHT	ABI-6704	1989	Regular
	Toyota bandeirantes	AJG-2241	-	Regular
	Mercedes 1113	-	-	Regular
	F 12.000 - Coletor	AKK-3750	2000	Bom
	Retro escavadeira	-	2006	Bom
	Caminhão Pipa F-600	AEO-1061	1980	Regular
Agricultura	Uno-1000	BBB-9999	2008	Bom
	Fiorino	ABI-1308	1998	Regular
	Trator BL-88	-	2008	Bom
	Trator BM 110	-	2008	Bom
	Trator coletor 275	-	-	Bom
Patrulha Mecanizada	F14.000	AAT-2902	1988	Regular
	F 12.000 - PRONAF	AJH-6301	2000	Regular
	Caminhão Agrale	-	2000	Bom
	Alfa Romeo	-	1976	Regular/Péssimo
	Pá 55-C 98	-	1978	Regular
	Pá 55-C 98	-	1994	Regular
	Moto Niv. 120-B	Caterpila	1977	Regular
	Esteira D-4-E	Caterpila	1985	Regular/Péssimo
Provopar	Kombi Karatia	AKI-6786	2001	Bom
Gabinete	Santana 2.0 AP	BEL-0145	2000	Bom
	Astra	ARS-9203	2009	Bom
DETRAN	Kadet	AJL-0041	1995	Regular
Saúde	Ducato Nova	ANC-5255	2005	Bom
	Ducato	AMG-1760	2004	Bom
	Micro Ônibus Volare	AKD-2285	2003	Regular
	Fiorino 1.5	AML-5386	2004	Regular
	Fiorino 1.5	AML-5383	2004	Regular
	Gol 1.0 Especial	AKA-6852	2001	Bom
Educação	Kombi Karatia	AKJ-7742	2001	Bom
	Ônibus Scania 111	ABO-4199	1980	Regular
	Ônibus 1618	KTI-0371	1993	Regular
	Ônibus 1618	KUN-1781	1993	Regular
	Ônibus trucado	AIG-3874	1988	Regular
	Ônibus Scania 111	ACC-8076	1979	Regular



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

	Ônibus 1113	-	1978	Regular
	Micro Ônibus 608	AAH-8765	1982	Regular
	Micro Ônibus 709	AAQ-5626	1988	Regular
	Ônibus 1113	ADS-1139	1988/1989	Regular
	Mercedez 1114	JYC-6452	1988	Regular
Sucateado	Ônibus 1113	AJD-6493	1980	Regular

Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.

URBANO

O sistema viário da sede urbana é estruturado pelas Avenidas das Indústrias, Brasil, Paraná e Rua Belo Horizonte, ligando os extremos do perímetro urbano, e os setores urbanos. Estas vias apresentam largura diferenciada das demais, algumas contendo canteiro central, apresentando características de via arterial. Através do Mapa 13, observa-se que alguns trechos destas vias apresentam conflitos viários, pelo seu fluxo e atividades desenvolvidas no local.

As Avenidas Itália, Canadá e as Ruas Natal, Ponta Grossa, Rio Grande do Sul e Julio Sapatini apresentam características coletoras, ligando as Avenidas principais à malha periférica. Algumas destas vias também apresentam largura diferenciada, canteiros centrais.

As vias locais, portanto, são aquelas utilizadas basicamente para acesso aos lotes nela localizados. Tal hierarquia viária existente é indicada no Mapa 13.

A estrutura do traçado viário urbano, por não apresentar vias retilíneas em muitos trechos gera pontos de conflito. Em alguns pontos a malha viária já não suporta o fluxo existente, sendo necessária a readequação e reforço em alguns trechos, principalmente em frente aos equipamentos públicos, como escolas, hospital, posto de saúde, casa da cultura, entre outros.

Em todas as vias urbanas é permitida a circulação em mão dupla. Em alguns trechos há estreitamento de vias ou obstáculos que impedem o prolongamento. O fluxo nas vias é baixo, sendo maior nas vias principais por concentrarem o comércio/serviços.

5. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA



5.1 Saneamento Básico

O saneamento básico engloba o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. É o conjunto de medidas, que visa: controlar e prevenir doenças, melhorar a qualidade de vida da população, aumentar a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O serviço de abastecimento de água que atende Cambira é feito pela Companhia de Abastecimento de Água do Estado do Paraná - SANEPAR. Segundo dados do Município de Cambira, tanto o distrito sede como o patrimônio de Sete de Maio e a Vila Rural, possuem abastecimento de água tratada - 100% de atendimento de serviços de abastecimento de água (SNIS, 2007). As comunidades rurais dispersas não possuem serviço de abastecimento pela concessionária de água. Atualmente existe um programa de perfuração de poços tubulares profundos para atender estas populações, além disso, algumas comunidades são abastecidas com caminhão pipa do Município.

De acordo com o SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2007, a população total atendida com abastecimento de água é de 6.658 habitantes.

A água é captada através de um manancial superficial e através de poços tubulares profundos. A água superficial é captada no Ribeirão Cambira cuja bacia apresenta predomínio de ocupação rural, porém com a incidência de pequena área urbana em sua cabeceira. As principais fontes potenciais de poluição são provenientes do agronegócio e cargas perigosas na rodovia que corta o manancial. A água captada neste



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

rio enquadra-se na classe apropriada para ser tratada e utilizada para abastecimento humano. O Grupo Gestor do Ribeirão Cambira promove ações de proteção nas bacias e um viveiro da SANEPAR localizado em Apucarana produz mudas para recuperação da mata ciliar.

Os poços situam-se em área rural e são protegidos contra a entrada de águas superficiais.

O sistema de tratamento da água superficial distribuída em Cambira é composto pelas seguintes fases: desinfecção, fluoretação, floculação, decantação, filtração e pré-cloração. São tratados 26.120m³ de água por ano na Estação de Tratamento. A qualidade da água pode ser verificada na Tabela 5.1.1. Já as águas captadas nos poços, 287.530m³, passam apenas pela simples desinfecção.

Tabela 5.1.1 – Características da Água Distribuída - 2010.

Parâmetro	Média dos Últimos 30 Resultados	Mínimo / Máximo Permitido	Portaria 518-MS
Cor Aparente	2,5	15	uH-Un.Cor
Fluoretos	0,7	0,6 a 1,1	mg/L F
Turbidez	0,36	5	NTU
pH	7,2	6,0 a 9,5	Un. pH
Cloro Residual	0,9	0,2 a 5,0	mg/L Cl
Alumínio	0	0,2	mg/L Al
Ferro Total	0	0,3	mg/L Fe
Manganês	0	0,1	mg/L Mn
Microcistinas	0	1	ug/L
Coliformes Totais	0	(0) Ausente	
Coliformes Termo tolerantes	0	(0) Ausente	

Fonte: SANEPAR (2010).

Segundo dados do SNIS (2007), a água de Cambira é distribuída através de 23,88 quilômetros de rede. Os dois sistemas de captação produzem 313.650m³ por ano de água, destes 250.280m³ são consumidos, gerando um índice de perdas na distribuição de 20,2% ou 7,25m³/dia/km.

A localização do poço de captação e da estação de tratamento está indicada no (Mapa 14) e Figuras 5.1.1 e 5.1.2.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada



Figura 5.1.1 - Ponto de captação e estação de tratamento de água.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 5.1.2 - Reservatório de água/Escritório SANEPAR.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

O reservatório de água está apoiado em estrutura elevada feita de concreto que distribui a água por gravidade. De acordo com os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, de 2010, a água é distribuída em Cambira para 1.855 economias (Tabela 5.1.2).

O consumo médio de água *per capita*, conforme dados do SNIS, é de 105,21l/hab/dia sendo disponibilizado em média 14,89m³/mês/economia

Tabela 5.1.2 – Abastecimento de Água Segundo a Categoria.

Categorias	Unidades Atendidas (Economias)	Ligações
Residenciais	1.655	1.549
Comerciais	125	111
Industriais	30	30
Utilidade pública	14	14
Poder público	31	31
TOTAL	1.855	1.735

Fonte: IPARDES (2010).

Nota: Unidade atendida é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

O município de Cambira participa do programa de tarifa social ou proporcional ao consumo de água. São 162 famílias ou 570 pessoas beneficiadas por este programa.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Cambira, assim como a maioria dos municípios da microrregião, não possui rede de coleta e tratamento de esgoto. A proporção se repete na esfera da mesorregião, onde somente 3 de seus 79 municípios possuem taxas de atendimento dos domicílios com esgotamento sanitário acima de 80% (Lobato, Ibiporã e Porecatu).

No Município, entretanto, agrava o fato da população utilizar, mais comumente, a fossa rudimentar. Ao contrário desta, a fossa séptica com o sumidouro, desde que adequadamente construídos e eficientemente manejados, geram menor impacto ambiental do que sistemas inadequados de tratamento de esgoto coletivo. Segundo dados de 2000 do IBGE, alguns domicílios do Município estão ligados a rede pluvial (Tabela 5.1.3). Algumas propriedades rurais lançam os resíduos contaminadores diretamente em corpos d'água.

Tabela 5.1.3 – Domicílios particulares permanentes por existência de banheiro ou sanitário e forma de esgotamento sanitário, Cambira, 2000.

Existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário	Total		Urbana		Rural	
	(U)	(%)	(U)	(%)	(U)	(%)
Com banheiro ou sanitário	1.837	98,03	1.240	66,19	597	31,84
Ligado a rede geral de esgoto ou pluvial	35	1,86	23	1,25	11	0,61
Ligado a fossa séptica	256	13,65	222	11,83	34	1,82
Ligado a outro escoadouro	1.547	82,52	995	53,11	551	29,42
Sem banheiro ou sanitário	37	1,57	11	0,58	26	1,39

Fonte: SIDRA IBGE (Tabela 2421).

É importante constar informação de que não existe controle de instalação ou monitoramento das fossas sépticas/poços negros no Município.

Existe previsão de implantação de rede de coleta de esgoto na cidade, porém, não se tem data definida para isto.

COLETA DE LIXO

Conforme dados do ano de 2000 do IBGE, 67,58% dos domicílios particulares permanentes de Cambira eram atendidos pelo serviço de coleta de lixo, que atende em sua maioria, propriedades da zona urbana. É comum a prática de enterrar, dispensar em terrenos baldios ou queimar o lixo nas propriedades rurais já que apenas 13,65% dessas propriedades podem usufruir do serviço de coleta (Tabela 5.1.4).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 5.1.4 – Domicílios particulares permanentes por existência e tipo de coleta de lixo, Cambira, 2000.

Destino do Lixo	Total		Urbana		Rural	
	(U)	(%)	(U)	(%)	(U)	(%)
Total	1.866	100	1.214	65,06	652	34,94
Coletado	1.261	67,58	1.172	62,81	89	4,77
Coletado por serviço de limpeza	1.260	67,52	1.171	62,75	89	4,77
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	1	0,05	1	0,05	-	-
Queimado (na propriedade)	495	26,53	30	1,61	465	24,92
Enterrado (na propriedade)	44	2,36	4	0,21	40	2,14
Jogado em terreno baldio ou logradouro	62	3,32	7	0,38	55	2,95
Jogado em rio, lago ou mar	2	0,11	-	-	2	0,11
Outro destino	2	0,11	1	0,05	1	0,05

Fonte: SIDRA IBGE (Tabela 1447).

A Prefeitura Municipal não possui dados quantitativos ou qualitativos do lixo produzido no Município. Dados do SNIS (2006) mostram que alguns municípios do Paraná, com o mesmo porte de Cambira, produzem em média 0,5kg/hab/dia de lixo, levando em consideração que o Município possui 7.142 habitantes, é produzido mensalmente no Município aproximadamente 107 toneladas de lixo. Como 67,58% do lixo é coletado, estima-se que o aterro controlado receba por mês aproximadamente 72 toneladas de lixo.

A coleta deste lixo é realizada em toda a área urbana, todos os dias da semana (Mapa 15).

Os entulhos são coletados de acordo com a demanda e utilizados, em sua maioria, na manutenção de estradas rurais e carreadoras.

Os resíduos da poda e corte de árvores são triturados e levados para o viveiro municipal, onde é realizada a compostagem que é utilizada como adubo pra plantio de mudas.

A coleta do lixo hospitalar dos estabelecimentos municipais é realizada por empresa terceirizada, com frequência de 15 dias. Já os estabelecimentos particulares são responsáveis pelo gerenciamento de seus resíduos.

Já os resíduos industriais, conforme legislação ambiental é de responsabilidade do próprio gerador.

O lixo reciclável é separado pelos próprios funcionários da prefeitura que trabalham na coleta domiciliar, a separação e venda é feita por conta própria. Existe projeto para construção de galpão para a separação dos recicláveis, além disso, o Município foi contemplado com 10 ecopontos distribuídos pelos bairros do Município para realizar a separação dos resíduos recicláveis.

O destino do lixo doméstico é o aterro controlado do Município (Figuras 5.1.3 e 5.1.4), que possui licença de operação do IAP (Mapa 6).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada



Figura 5.1.3 - Aterro controlado.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 5.1.4 - Aterro controlado.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

A varrição das vias públicas da sede urbana é realizada diariamente apenas na área central.

Uma feira livre é realizada no calçadão do Município todas as sextas-feiras, organizada pelos produtores rurais locais e acompanhada pela vigilância sanitária. A limpeza do local é feita pelos próprios feirantes ao término da feira.

Fazendo uma projeção para os próximos 10 anos, quando se estima que a população será de 7.866 habitantes, a produção de lixo total por mês no Município será de 118 toneladas. Portanto, levando em consideração a universalização dos serviços de saneamento, onde estes deverão possuir 100% de cobertura, deve-se projetar no Município um aterro sanitário que comporte o montante de lixo produzido pelo Município, além disso, devem ser criados mecanismos para que o reaproveitamento desses resíduos seja o melhor possível, elevando a vida útil do aterro.



5.2 Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação

De acordo com o departamento responsável pela aprovação das obras em Cambira, as infraestruturas mínimas exigidas do empreendedor em um novo loteamento são meio fio, energia elétrica, abastecimento de água, pavimentação e drenagem.

Cambira possui aproximadamente 27.833 metros lineares de vias públicas, destas 70% são pavimentadas: 73% com asfalto (Figura 5.2.1) e 27% com pedras irregulares (Figura 5.2.2); e os outros 30% das vias urbanas são somente cascalhadas (Mapa 16), carecendo de pavimentação na caixa de rolagem (Figura 5.2.3 e 5.2.4).

A condição de uso da maioria das vias é regular e em alguns pontos péssima, devido ao desgaste do asfalto de má qualidade que facilita a formação de buracos e depressões.

Além de algumas ruas não pavimentadas dispersas pelo Município, o Conjunto Habitacional Sandro Mareze Capeloto não possui pavimentação, pois não houve projeto devido à transição de governo.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada



Figura 5.2.1 - Via com pavimentação asfáltica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 5.2.2 - Via com pedra irregular.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figuras 5.2.3 e 5.2.4 - Via sem pavimentação.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Em todos os bairros rurais as vias são cascalhadas. O principal agravante das condições de uso dessas vias é o desgaste natural, que forma ondulações e buracos, e dificulta a circulação de veículos, principalmente em dias de chuva (Figuras 5.2.5).

A maioria das estradas rurais são cascalhadas. Em leito natural existem somente alguns carreadores dentro de propriedades privadas. Existem duas estradas rurais pavimentadas com pedras irregulares: estrada do Cruzeiro, com 10.000 metros lineares e; estrada Palmeirinha, com 600 metros lineares (Mapa 17).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada



Figura 5.2.5 - Via cascalhada na Vila Rural.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

De acordo com informações levantadas, aproximadamente 65% dos passeios públicos existentes em Cambira possuem calçamento. As irregularidades nos passeios são muitas como larguras insuficientes (muito estreitos), passeios não pavimentados, passeios com barreiras (Figuras 5.2.6, 5.2.7, 5.2.8 e 5.2.9), além de não existirem adequações que facilitem a circulação de portadores de deficiências físicas.

A precariedade dos passeios públicos obriga os pedestres a caminharem na caixa de rolagem, fazendo com que fiquem vulneráveis aos veículos circulantes e à má conservação do asfalto.

De acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, Cambira possui 70% das vias atendidas por galerias de águas pluviais (Mapa 18).

As águas pluviais urbanas drenadas através de tubulações e emissários são drenadas para quatro corpos d'água diferentes:

- Ribeirão dos Dourados, o emissário fica situado próximo à sua nascente, ao norte da malha urbana, este emissário recebe aproximadamente 32% das águas pluviais urbanas de Cambira, neste ponto de lançamento existem problemas de erosão provocados pela falta de dissipador de energia adequado, assim, a força da água carrega o solo provocando erosão e assoreamento do rio;
- Água Guabiroba, emissário situado próximo a nascente a sudoeste da malha urbana, recebe aproximadamente 10% das águas pluviais urbanas, possui problemas de erosão e falta de dissipadores de energia;
- Rio Itacolomy, emissário situado próximo à nascente do Rio, recebe aproximadamente 20% das águas pluviais urbanas, também possui problemas de erosão, porém com menor intensidade que os demais;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

- Água Marata, emissário situado a oeste da malha urbana, recebe aproximadamente 38% das águas pluviais, apesar da necessidade de dissipador, não apresenta processos erosivos graves.

Em alguns locais da sede urbana a drenagem é feita pela própria declividade do terreno que arrasta lixo urbano e detritos (terra, pedras, galhos) diretamente para as águas do córrego, além de causar erosão nas vias, um dos maiores problemas em relação à falta de galerias e pavimentação.



Figura 5.2.6 - Passeio sem pavimentação.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 5.2.7 - Passeio sem pavimentação.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 5.2.8 - Barreira no passeio público.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 5.2.9 - Barreira no passeio público.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada



Figura 5.2.10 - Boca de lobo.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 5.2.11 - Caminhos da água da chuva.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Verifica-se a necessidade da implantação de leis que regulamentam a aprovação de projetos. São inexistentes as normas que estipulam índices de recuos, acessibilidade universal, coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, de permeabilidade, largura mínima das ruas e calçadas e dimensão das quadras.



5.3 Energia Elétrica e Iluminação Pública

ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) é responsável pelo fornecimento de energia elétrica em Cambira. O suprimento de energia do Município é feito através da subestação Cambira, de 34,5/13,8 kV, que por sua vez é alimentada através do circuito Cambira (34,5 kV) da Subestação Apucarana (230/138/34,5/13,8 kV). A demanda estimada para o município de Cambira é de aproximadamente 2,8 MW.

A subestação Cambira possui atualmente um transformador de 4,2/4,2 MVA, sendo 4,2 MVA a capacidade de transformação dessa subestação. A SE Cambira possui dois alimentadores em 13,8 kV (Alvorada e Rodomilho) e dois circuitos 34,5kV (Taquaruçu e Marumbi). Em 2008 a somatória das demandas verificadas nos alimentadores de 13,8 kV foi de 3,3 MVA.

Na área urbana, a extensão da rede elétrica primária de tensão 13,8 kV é de 13,71 km e a de 34,5 kV é de 8,77 km, ou seja, um total de 22,48 km enquanto que a rede secundária (220/127 V e 254/127 V) possui 25 km. Já na área rural a extensão da rede é de 102,34 km e 108,48 km para as redes de 13,8 kV e 34,5 kV respectivamente, enquanto a rede secundária (220/127 V e 254/127 V) possui extensão de 2,0 km. Somando a área urbana com a rural e todas as tensões a extensão total da rede é 259,4 km.

A faixa de domínio da rede de distribuição rural até 34,5 kV é de 10 m, 5 m para cada lado do eixo da linha. Na área urbana (até 34,5 kV), o afastamento



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

mínimo horizontal entre condutores e edificações varia de 1 a 1,70 m (conforme a situação).

Tabela 5.3.1 – Consumo e número de consumidores de Cambira, 2007.

Classe		2004	2005	2006	2007	2008
Residencial	Consumo (MWh)	2.136	2.289	2.449	2.582	2.711
	Consumidores	1.447	1.590	1.660	1.691	1.714
Industrial	Consumo (MWh)	2.242	3.766	3.970	4.934	4.966
	Consumidores	66	63	68	70	81
Comercial	Consumo (MWh)	623	764	769	881	1.023
	Consumidores	172	171	173	186	190
Rural	Consumo (MWh)	1.793	1.858	2.043	2.085	2.218
	Consumidores	408	410	404	413	425
Poder Público	Consumo (MWh)	285	308	288	316	345
	Consumidores	50	45	47	46	46
Iluminação Pública	Consumo (MWh)	558	578	591	590	587
	Consumidores	9	9	9	9	9
Serviço Público	Consumo (MWh)	478	569	536	578	642
	Consumidores	5	5	6	5	6
Próprio	Consumo (MWh)	5	5	5	5	5
	Consumidores	1	1	1	1	1
TOTAL	Consumo (MWh)	8.120	10.137	10.651	11.971	12.497
	Consumidores	2.158	2.294	2.367	2.422	2.472

Fonte: COPEL.

O fornecimento de energia para o setor industrial é realizado através de sistema trifásico, nas tensões primárias nominais de 13,8 kV, 34,5 kV e nas tensões secundárias de 220/127 V e de sistema monofásico nas tensões primárias de 13,8 kV e 34,5 / $\sqrt{3}$ (19,92) kV e nas tensões secundárias 254/127 V. A frequência é de 60 hz e a potência (kVA) disponível dependerá da região de instalação da indústria.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Aproximadamente 90% da área urbana da sede de Cambira possuem iluminação pública (Mapa 19), já no distrito de Sete de Maio, 70% da área urbana possuem iluminação pública.

Apesar da poda das árvores ser feita frequentemente pelo departamento responsável pelo urbanismo em parceria com a COPEL, em alguns pontos da cidade existe um pouco de sombreamento à noite. Compatibilizar folhagem e foco de luz para qualificar o espaço público urbano deve ser uma das diretrizes deste plano, a fim de evitar desagrados como sensação de insegurança, pouca visibilidade, podas mutiladoras ou extinção de árvores que acarretam maior incidência de raios solares durante o dia.

É adequado implantar programas de redução do consumo de energia, visto que não existe qualquer mobilização referente ao assunto.

5.4 Comunicação

TELEFONIA E INTERNET

O sistema de telefonia fixa da Brasil Telecom (Figura 5.4.1) atende o município de Cambira e funciona de maneira satisfatória, sendo que quase todas as comunidades rurais possuem um aparelho público à disposição. As operadoras de telefonia móvel que abrangem a microrregião de Apucarana são Brasil Telecom, Claro, Tim e Vivo.

A internet pode ser acessada pelo modo discado através da Brasil Telecom. A prefeitura municipal possui um roteador concedido pela Brasil Telecom e o Colégio Estadual acessa a internet via satélite, pela Embratel.



Figura 5.4.1 - Telefone Público.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 5.4.2 - Telefone Público.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

RÁDIO E TELEVISÃO

Cambira capta os sinais de televisão das antenas geradoras, emissoras e retransmissoras de Apucarana.

Na cidade é possível sintonizar as ondas de rádios AM e FM da região.

PERIÓDICOS

O município de Cambira não possui periódicos. O principal jornal que circula na cidade é o Tribuna do Norte de Apucarana.

CORREIOS

O Município dispõe de uma agência de correios que está localizada na área central (Mapa 20), além de uma agência comunitária que presta este serviço.

Há necessidade de se ampliar os serviços de comunicação via correio que atualmente demonstra lentidão. Todas as comunidades deveriam possuir uma caixa postal que seria acessada semanalmente por uma pessoa da comunidade, responsável por entregar as correspondências aos respectivos destinatários.

Os destinatários moradores da sede urbana recebem suas cartas em suas residências.



Figura 5.4.3 - Agência de Correios.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS



6.1 Saúde

Cambira está inserido na 16ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, a qual é composta por dezessete municípios, sendo a sede Apucarana. O papel da regional é de apoio, cooperação técnica e investimentos nos municípios e nos consórcios, fomentando à busca contínua e crescente da eficiência com qualidade.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná/Sistema de Informações Sobre Mortalidade, entre o período de 1991 a 2000, os indicadores de Cambira melhoraram como aconteceu com boa parte dos municípios paranaenses. Observa-se nesse período uma grande diminuição da taxa de mortalidade infantil¹⁰ - de 29,1 em 1991 para 12,9 em 2000, sendo o segundo melhor Município da microrregião neste indicador. Essa taxa é bastante significativa, é capaz de expressar que esta diminuindo as desigualdades entre as populações infantis que estão expostas a piores condições socioeconômicas, de saneamento e de assistência à saúde. O número de óbitos por mil nascidos vivos, neste mesmo período no Município. Em 2008 este coeficiente subiu para 14,5. Apesar deste aumento, o coeficiente do Município encontra-se abaixo da taxa preconizada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (15,9 óbitos por 1000 nascidos vivos). Em 2009 Cambira não registrou óbitos de crianças menores de um ano.

Outra melhora constatada no mesmo período se deu na média de esperança de vida ao nascer, que aumentou em 4,64 anos. Estas evoluções dos índices de saúde espelham o investimento direto ou indireto na área pelos órgãos de todos os níveis de governo.

¹⁰ número de óbitos de crianças de menos de 1 ano de idade por mil nascidas vivas.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 6.1.1 – Dados de mortalidade infantil da Regional de Saúde de Apucarana, 2009.

REGIONAIS DE SAÚDE E MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA PARANÁ	Nº ÓBITOS FETAIS	Nº NASCIDOS VIVOS	ÓBITOS MENORES DE 1 ANO	COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL DETALHADA
16. Reg. Saúde Apucarana	44	4.684	50	10,7
Apucarana	15	1.716	15	8,7
Arapongas	12	1.449	14	9,7
Bom Sucesso	1	84	2	23,8
Borrazópolis	1	85	2	23,5
Califórnia	0	93	0	0,0
Cambira	0	80	0	0,0
Faxinal	1	234	3	12,8
Grandes Rios	1	94	0	0,0
Jandaia do Sul	4	231	5	21,6
Kaloré	0	35	0	0,0
Marilândia do Sul	4	88	1	11,4
Marumbi	0	52	0	0,0
Mauá da Serra	3	151	4	26,5
Novo Itacolomi	0	29	0	0,0
Rio Bom	1	41	0	0,0
Sabáudia	0	79	1	12,7
São Pedro do Ivaí	1	143	3	21,0

Fonte: SINASC/SIM/DVIEP/DEVE/SESA-PR (2010).

Os indicadores de saúde mostram que a mortalidade infantil esta fortemente ligada a fatores sociais¹¹, ambientais, ao lado de outros determinantes de condições de vida (não só o acesso ao sistema de saúde mas também a medicamentos, a serviços de saneamento, educação, alimentação, renda, mercado de trabalho), são aproximações usuais para retratar o perfil epidemiológico da população.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE

O Município conta com quatro equipamentos públicos para atender as diversas áreas relacionadas à saúde, sendo um centro de saúde, localizado na zona urbana, o qual atende grande parte da demanda municipal por deter mais equipamentos e maior número de recursos humanos; dois postos de saúde, sendo um no Distrito Sete de Maio, com atendimento médico e odontológico e outro no bairro rural Santo Antonio, desativado para atendimento médico devido à escassez de equipamentos e pouca demanda local, sendo realizados neste, apenas pequenos procedimentos prescritos no Centro de Saúde e; uma clínica de fisioterapia.

¹¹ Em relação aos fatores sociais a Constituição Federal de 1988 deixou claro a determinação social da saúde em seu artigo 196: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Encontra-se em fase de implantação no Município uma Clínica para atendimento à mulher e à gestante em fase de pré-nascimento da criança. Contudo, para o funcionamento dessa Clínica será necessário redistribuir os recursos humanos existentes nos outros equipamentos de saúde.

Para o transporte de pacientes Cambira conta com oito veículos, sendo cinco automóveis, um micro-ônibus e duas motos, atendendo a população da sede urbana e comunidades rurais. Segue a lista com as especificações dos veículos:

- Ducato nova – placas ANC 5255 – Ano 2005, em estado regular de conservação;
- Ducato – placas AMG 1760 - Ano 2004, em estado regular de conservação;
- Fiorino 1.5 – placas AML 5386 – Ano 2004, em péssimo estado de conservação, devido ao uso excessivo;
- Fiorino 1.5 – placas AML 5383 – Ano 2004, em péssimo estado de conservação, devido ao uso excessivo para o atendimento da demanda;
- Gol 1.0 Especial – placas AKA 6852 – Ano 2001, em péssimo estado de conservação, devido ao uso excessivo;
- Micro-ônibus Volare – placas AKD 2285 – Ano 2003, em estado regular de conservação, devido ao uso constante para transporte de pacientes para atendimentos intermunicipais;
- Duas motos danificadas – em desuso.

Suas áreas de abrangência englobam todo o Município.

Cambira não possui rede de atendimento hospitalar, apenas unidades básicas de saúde, responsáveis especificamente por atendimentos básicos ou de média complexidade. Os atendimentos hospitalares são realizados no município de Apucarana.

A Autarquia Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde mantém convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí (CISVIR) – cuja parceria esta voltada somente para especialidades. Assim, quando alguns dos equipamentos não conseguem suprir os atendimentos, os pacientes são encaminhados através do convênio para municípios da região que tenham capacidade para atender os pacientes.

Os equipamentos de saúde na sua maioria apresentam capacidade de suporte satisfatória para atender a demanda, dado o porte pequeno do Município. Segundo dados da Autarquia/Secretaria de Saúde, apenas as equipes de PSF e de odontologia não possuem espaço físico para os trabalhos.

As análises clínicas são realizadas através de Laboratório terceirizado.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Cambira possui um Centro de Atenção Psicossocial Regional (CAPS) – Nova Mente que recebe pacientes de outros municípios da região.

Através da Tabela 6.1.2, verificam-se os equipamentos, localidades e horário de atendimento.

Tabela 6.1.2 – Equipamentos de Saúde, localidades e horário de atendimento, 2009.

EQUIPAMENTOS	LOCALIDADES	HORÁRIO ATENDIMENTO
Autarquia/Secretaria Municipal de Saúde	Zona Urbana - sede	Das 6 às 20 horas
Centro de Saúde	Zona Urbana - sede	Das 8 às 20 horas
Posto de Saúde I	Distrito Sete de Maio	Das 8 às 17 horas
Posto de Saúde II	Zona Rural	Das 8 às 12 horas
Clínica de Fisioterapia	Zona Urbana - sede	Das 8 às 17 horas

Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Cambira.



Figura 6.1.1 – Centro de Saúde.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.1.2 – Clínica Municipal de Fisioterapia.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.1.3 – Laboratório de Análises Clínicas.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.1.4 – Centro de Atenção Psicossocial Regional – CAPS Nova Mente.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Autarquia Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde

A Autarquia Municipal de Saúde (MAS) foi criada em 09 de dezembro de 2009, através da Lei Municipal nº. 1145/2009, trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, entidade beneficente de assistência social, com autonomia administrativa e financeira e é destinada a executar a política de saúde do Município, promovendo programas e ações de saúde pública.

É o órgão responsável por planejar e executar a política de saúde para o Município, responsabilizando-se pela gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados, monitorando doenças e agravos e realizando a vigilância sanitária sobre produtos e serviços de interesse da saúde, visando melhorias na saúde da população.

Tem por finalidade manter e prestar ações e serviços de saúde, através das Unidades Básicas de Saúde, nos níveis de atendimento hospitalar e ambulatorial, incluindo atenção básica e alguns atendimentos de média complexidade, com promoção, prevenção e proteção da saúde coletiva e individual, em caráter integral, além de prestar serviços públicos nas demais atividades correlatas e/ou inerentes à saúde pública, atuando exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Possui três equipes de Saúde da Família, contando com 17 agentes comunitários, conseguindo uma cobertura de 100% da população do Município.

Os Postos de Saúde (Unidades Básicas de Saúde), Centro de Saúde, o Programa de Saúde da Família (PSF), clínica de Fisioterapia e a Vigilância Epidemiológica compõem o sistema de saúde municipal, e prestam os seguintes serviços:

Centro Municipal de Saúde

No Centro Municipal de Saúde são realizados atendimentos de atenção básica de saúde com promoção e prevenção em saúde. No Centro de Saúde a população é atendida das 8h às 20 horas, de segunda a sexta, com os seguintes programas e serviços:

- Perdia (Prevenção à hipertensão arterial e diabetes);
- Sisvan (Vigilância alimentar);
- Saúde do idoso;
- Saúde mental;
- Planejamento familiar;
- Programa de imunização;
- Programa de prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama;
- Prevenção a violência contra a mulher;
- Estratégia saúde da família;
- Combate ao tabagismo;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

- Aleitamento materno;
- Siba - Sistema de informação da atenção básica;
- Saúde Bucal.

Nos finais de semana, o atendimento à saúde é realizado por equipe de enfermagem que executa apenas procedimentos prescritos pelos médicos. Os atendimentos de urgência são encaminhados para o município vizinho de referência, uma vez que Cambira não possui pronto atendimento.

Postos de Saúde – Unidades Básicas de Saúde (UBS)

No Município existem dois Postos de Saúde, sendo um no Distrito Sete de Maio e outro no bairro rural Santo Antonio. Ambos proporcionam atenção básica de saúde com promoção e prevenção em saúde.

Clínica de Fisioterapia

Funciona em um prédio de uso exclusivo e atende a população em geral.

Programa Saúde da Família

O Programa Saúde da Família tem como objetivo assistir da melhor maneira possível às famílias da comunidade, identificando os problemas de saúde, prevenindo doenças, promovendo saúde e o envolvimento dos profissionais de saúde com essas famílias, humanizando o tratamento e criando uma relação de confiança entre a equipe e a comunidade. Tem por característica atender integralmente o indivíduo em todas as suas etapas de vida, desde recém-nato, idade adulta, até idoso. Prima pela promoção e educação para a saúde, buscando a consciência sanitária das populações. O propósito é reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases, melhorar a qualidade de vida das pessoas*.

Segundo o Programa Saúde da Família cada médico deve atender uma população de até 4.500 pessoas. Entretanto, a OMS estabelece 1 médico para cada 1000 pessoas, o Paraná tem 1/1680 pessoas e Cambira está com 1/1020 pessoas. De acordo com a OMS, o Município não se encontra dentro do padrão ideal.

O Município conta com três equipes de PSF e três de saúde bucal, sendo duas equipes urbanas e uma rural, com atendimento a 2.124 famílias com cobertura de 100% da população. Estão cadastrados no programa 149 pessoas com problemas diabéticos e 717 hipertensos.

O município de Cambira teve a primeira equipe PSF implantada em 2000 com a contratação de um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e absorvendo uma equipe de PACS que já existia desde 1998 com seis agentes comunitários de saúde. Em maio de 2001 foi implantada mais duas equipes PSF com dois médicos,

* Definição retirada do site: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude>, consultado em 8 de fevereiro de 2010.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

dois enfermeiros, dois auxiliares e 10 agentes comunitários de saúde e uma equipe de saúde bucal com um cirurgião dentista e um auxiliar de consultório dentário. Em 2004 e em 2005 foram incluídas mais duas equipes de saúde bucal, uma em cada ano.

Vigilância Epidemiológica

As ações da Vigilância Epidemiológica são realizadas de forma intersetorial, compreende as informações, investigações e levantamentos necessários à programação e a avaliação das medidas de controle de doenças e situações de agravos à saúde. É responsável, portanto:

- Notificar e bloquear, quando necessário;
- Informar e orientar a população quanto à profilaxia (inclusive das formas de transmissão) e tratamento;
- Acompanhar o tratamento medicamentoso junto aos pacientes e dar apoio aos doentes.

Além destas funções, a vigilância epidemiológica faz acompanhamento supervisionado de alguns medicamentos.

Com relação a dados sobre as incidências de doenças na área urbana e rural, o Município não possui números para demonstrá-las. Entretanto, Segundo dados da Secretaria de Saúde, as enfermidades mais frequentes são: a maior incidência é de doenças do aparelho circulatório, seguida de doenças do aparelho respiratório; em terceiro lugar a neoplasia; em quarto lugar causas externas; em quinto lugar doenças estomacais e de metabolismo.

Vigilância Sanitária

O setor de Vigilância Sanitária realiza um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, intervindo também nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse a saúde. Dentre as atividades do setor, podemos citar:

- Inspeções de acompanhamento de metas da Vigilância Sanitária nos estabelecimentos relacionados à saúde;
- Controle da qualidade de água através do programa VIGIAGUA;
- Fiscalização do destino de dejetos;
- Destino do lixo hospitalar e doméstico;
- Vigilância de medicamentos;
- Inspeções em comércios de gêneros alimentícios, atuando no controle de higiene e alimentos;
- Controle de zoonoses e alimentos;
- Controle de zoonoses e endemias;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

- Fiscalização do saneamento básico e ambiental;
- Investigação de denúncias, entre outras atividades inerentes ao setor.

Farmácia

O atendimento à população é realizado na Farmácia do Centro de Saúde por dois funcionários, sendo um farmacêutico e uma técnica em enfermagem. A média de atendimentos por mês é de 2.520 pessoas.

Diariamente, o horário de funcionamento da Farmácia é das 7 às 20 horas.

A Farmácia conta com aproximadamente 144 itens disponíveis em seu estoque.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

O número de funcionários do setor de saúde do Município (Tabela 6.1.2) é considerado razoável, dado o seu porte pequeno. Neste sentido, pode-se considerar que o mesmo encontra-se dentro do padrão ideal.

Tabela 6.1.2 – Quadro de funcionários de Cambira, 2009.

QUANTIDADE	PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA
7	Médicos	20h e 40h
3	Enfermeiras	40h
6	Auxiliares de Enfermagem	40h
5	Dentistas	20h e 40h
7	Técnicos de Enfermagem	40h
2	Fisioterapeutas	20h e 40h
1	Farmacêutico	20h
3	Agentes de Endemias	40h
17	Agentes Comunitários de Saúde	40h
4	Administrativos	40h
6	Motoristas	40h
1	Seguranças	40h
5	Servidoras de Serviços Gerais	40h

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.



6.2 Educação

No período de 1991 a 2000, o acesso à educação na maioria dos municípios do Estado do Paraná melhorou segundo os indicadores do Desenvolvimento Humano e Cambira acompanhou esta evolução. No entanto, todos os índices municipais quanto à educação da população com mais de 25 anos ainda se encontram piores do que a média do estado. Aproximadamente 25% dos adultos têm capacidade de inserção no mercado de trabalho mais exigente – com mais de 8 anos de estudo (Tabela 6.2.1).

Tabela 6.2.1 - Comparativo do Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) de Cambira e Paraná, 1991 a 2000.

Indicadores	Município		Estado	
	1991	2000	1991	2000
taxa de analfabetismo	26,2	19	18,6	11,7
% com menos de 4 anos de estudo	56,8	42,8	43,4	31,0
% com menos de 8 anos de estudo	83,6	75,1	74,2	63,4
média de anos de estudo	3,7	4,8	4,8	6,0

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

A população jovem, porém, demonstra boa queda do analfabetismo no geral, com destaque para os jovens de 7 a 14 anos, onde houve queda expressiva da taxa de analfabetismo. Com relação à taxa de frequência à escola houve um crescimento geral, em especial para faixa etária de 15 a 17 anos, com crescimento de 32,8% (Tabela 6.2.2).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 6.2.2 - Comparativo do Nível Educacional da População Jovem de Cambira, 1991 a 2000.

Faixa Etária (anos)	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	6,6	3,4	-	-	-	-	81,4	96,5
15 a 17	3,4	0,7	18,6	4,1	81,3	36,2	42,9	75,7
18 a 24	3,3	2,1	17,4	7,4	60,7	41,5	-	-

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

EQUIPAMENTOS ESCOLARES

A rede escolar de Cambira é formada por escolas públicas (Mapa 21) que oferecem educação infantil, ensino fundamental e médio, há também no Município uma entidade filantrópica de educação especial. Estes equipamentos oferecem uma educação e formação adequada às necessidades básicas (Tabela 6.2.3).

Tabela 6.2.3 - Equipamentos de ensino do município de Cambira, 2010.

local	Nome	Ensino	Nº. Alunos	Nº. Turmas	Turno	mantedora
Sede Urbana	CEI Pequeno Paraíso	Educação Infantil				Município
	Escola Municipal São José	Ensino Fundamental	180	8	Matutino/vespertino	
		EJA	29	1	noturno	
	Escola Municipal Monteiro Lobato	Educação Infantil			Matutino/vespertino	
		Ensino Fundamental				
		Paraná Alfabetizado			noturno	
		APED				
	Escola Estadual Cesar Lattes	Ensino Fundamental				Estado
	Colégio Estadual Rosa D. Calsavara	Ensino Fundamental				
		Ensino Médio				
Distrito de Sete de Maio	CEI Criança Feliz	Educação Infantil				Particular
	Escola de Educação Especial Recanto do Amor - APAE	Educação Especial				Filantrópica
	CEI Dona Nina	Educação Infantil				Município
	Escola Rural Municipal Antonio Carlos	Ensino Fundamental	37	4	matutino	Município

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Paraná e Secretaria de Educação do Município de Cambira – dados trabalhados por DRZ Geotecnologia e Consultoria.

Aplicando-se os raios dos percursos ideais para crianças em cada faixa etária no mapa da área urbana de Cambira, identificam-se as áreas descobertas, e, portanto, prováveis à instalação de futuros estabelecimentos de ensino (Mapa 24).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Centro de Educação Infantil Pequeno Paraíso

Localizada na sede urbana, o local não possui adequações quanto às questões de acessibilidade universal, como rampas, instalações sanitárias aos portadores de necessidades especiais. A estrutura existente apresenta dificuldades para atender a demanda.



Figura 6.2.1 – Centro de Educação Infantil Municipal Dona Nina.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Centro de Educação Infantil Dona Nina

Localizada no Distrito de Sete de Maio, o local não possui adequações quanto às questões de acessibilidade universal, como rampas, instalações sanitárias aos portadores de necessidades especiais. A estrutura existente apresenta dificuldades para atender a demanda.



Figura 6.2.2 – Centro de Educação Infantil Municipal Dona Nina.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Escola Municipal São José

A Escola Municipal não possui prédio próprio, funcionando com dualidade administrativa com a Escola Estadual César Lattes (Ensino Fundamental). Com isso, apresenta espaço físico insuficiente para o desenvolvimento das atividades, e, devido à estrutura antiga do prédio não há adequações à acessibilidade universal.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

A mobília é inadequada para o atendimento das crianças de 6 anos, foram feitas algumas intervenções, mas ainda não são suficientes.

Os alunos são basicamente da área rural e muito carentes, há problemas com relação à faltas, algumas repetências e desistências.

É necessário equipamentos adequados para o desenvolvimento dos docentes, assim como recursos áudios-visuais facilitando o aprendizado dos alunos.

A inclusão nesta escola já acontece, sendo matriculados alunos da APAE para as segundas séries. São alunos com defasagem ou déficit da aprendizagem, eles ficam matriculados na série do regular, mas com atendimento na sala de recursos.

Escola Municipal Monteiro Lobato

A Escola possui prédio próprio, sendo oito salas de aula, área administrativa, cantina e banheiros, sua estrutura tem instalações sanitárias e dimensões mínimas para portadores de necessidades especiais. A APMIF construiu uma sala com 67m² que abriga o telecentro com 11 computadores e a biblioteca. A Escola foi contemplada com a biblioteca cidadã que está sendo construída no seu pátio.

Atende no total 424 alunos. No período noturno abriga alunos do Paraná Alfabetizado e APED. Não há problema com evasão e a procura de vagas é grande visto a localização no centro da sede urbana.

O espaço onde está instalado a Escola não tem espaço para ampliações de salas.

Há inclusão neste colégio, que atende a todas as crianças com necessidades especiais que estão inseridas nas turmas de 1º e 2º séries.



Figura 6.2.3 – Escola Municipal Monteiro Lobato.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Escola Estadual Cesar Lattes



Figura 6.2.4 – Escola Estadual Cesar Lattes.
Fonte: DRZ Geotecnologia e Consultoria.



Figura 6.2.5 – Escola Estadual Cesar Lattes – refeitório.
Fonte: DRZ Geotecnologia e Consultoria.



Figura 6.2.6 – Escola Estadual Cesar Lattes – biblioteca.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.2.7 – Escola Estadual Cesar Lattes – ginásio de esportes.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Escola Rural Municipal Antonio Carlos

Situada no Distrito de Sete de Maio, a infraestrutura existente são 2 (duas) salas de aula e uma pequena cozinha que não atende as exigências da vigilância sanitária. A cozinha é um problema atualmente, pois apresenta pouca ventilação, assim como a falta de adequações à acessibilidade universal no prédio da escola. No entanto, a estrutura atende a demanda, sendo o espaço físico suficiente.

A Escola não apresenta evasão escolar nos últimos 4 anos, no entanto, há defasagem na aprendizagem, apresentando casos de repetência. Segundo dados da Secretaria de Educação, um das principais causas é a desestruturação das famílias.

Com a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, a Escola não comportou o atendimento da 4ª série do Ensino Fundamental de oito anos, sendo remanejados para a Escola da Sede Urbana. Esta opção aconteceu por motivos de contenção de gastos.

Devido à carência do bairro onde se localiza, é pertinente implantar período integral, aumentaria os custos, mas beneficiaria as famílias.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada



Figura 6.2.8 – Escola Rural Municipal Antonio Carlos.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.2.9 – Escola Rural Municipal Antonio Carlos.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Colégio Estadual Rosa D. Calsavara



Figura 6.2.10 – Escola Estadual Rosa D. Calsavara.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.2.11 – Escola Estadual Rosa D. Calsavara – refeitório.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.2.12 – Escola Estadual Rosa D. Calsavara – laboratório.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.2.13 – Escola Estadual Rosa D. Calsavara – ginásio de esportes.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

PROGRAMAS

São desenvolvidos mensalmente com os professores grupos de estudos para Educação Infantil, realizado pela Secretaria Municipal de Educação e organizado pela Coordenadora da Educação Infantil.

O Município oferece programas de educação de jovens e adultos, que são:

- Paraná Alfabetizado – programa Estadual com parceria com o Município (sala de aulas, divulgação, visitas aos postos, cadastro dos alunos). O Estado contrata e capacita os alfabetizadores e coordenadores do programa. Possui um calendário escolar específico;
- EJA - Educação de Jovens e Adultos, mantido pelo Município, funciona na Escola São José, atende 29 alunos. Os alunos tem requerimento de matrícula, relatório final, distribuídos em 4 etapas de 6 meses ou 300 horas cada. O material é produzido pela própria escola e segue o calendário do Ensino Fundamental;
- APED – Atendimento descentralizado da Escola Estadual Cecília Meireles de Jandaia do Sul, são contempladas duas turmas, sendo uma de 5º a 8º, com alunos de 18 anos, e outra de Ensino Médio, com alunos de 21 anos. Esses alunos não entram nas Estatísticas no município de Cambira, sendo no total 38 alunos nas duas turmas.

O Município oferece o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e a coordenação do mesmo é feita pela Secretaria de Ação Social. São contemplados 260 crianças e oferecidos cursos como: caratê, informática, crochê, dança (balé, *street dance*), futsal, jogos (xadrez, pingue-pongue, dama e dominó).

INCLUSÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais tem sido um desafio nas escolas de todo País, em qualquer nível de ensino e governo. Em Cambira, segundo secretaria municipal de educação, a inclusão acontece, com alunos da área auditiva, física, visual e mental. A dificuldade está na inadequação dos prédios para o atendimento dos alunos especiais. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, as Escolas Municipais já estão sendo contempladas com a inclusão.

A cidade conta com o apoio da entidade filantrópica Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE para atender os alunos com necessidades educacionais especiais.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

SETOR ADMINISTRATIVO E RECURSOS HUMANOS

A Secretaria Municipal de Educação oferta capacitação continuada, e grupos de estudos aos professores. Esta capacitação ocorre com a semana pedagógica, 6 dias ou 48 horas de capacitação no início de 1º e do 2º semestre, realização de grupos de estudos, realização de 8 encontros de 4 horas durante o ano letivo, entre outras formas.

Nos Centros de Educação Infantil, ainda tem atendentes que não possuem magistério (formação básica exigida). Na educação infantil todos os professores possuem alguma graduação, pós-graduação ou em curso. No ensino fundamental todos os educadores tem graduação mínima exigida (magistério), todos os educadores possuem graduação ou pós-graduação.

As Escolas Municipais possuem coordenadora pedagógica para educação infantil, ensino fundamental e educação especial no departamento de educação. Cada escola e as creches também possuem uma coordenadora no local. Há parceria da SEED através do Núcleo Regional de Educação de Apucarana, o mesmo acontece nas escolas estaduais, na APAE e na escolinha particular.

Tabela 6.2.4 – Quadro de funcionários da educação, Cambira 2010.

Instituição de Ensino	Cargos											
	Diretor	Orientador	Coordenador	Secretário	Equip. pedagógica	Administrativo	Estagiário	Professor	Bibliotecário	Zeladora	Cozinheiro	Serviços gerais
CEI Pequeno Paraíso	-	-	1	-	1	-	-	11	-	-	-	13
Escola Municipal São José	1	-	-	1	1	-	-	19	-	-	-	7
Escola Municipal Monteiro Lobato	1	-	-	1	1	-	-	15	-	-	-	5
Escola Estadual Cesar Lattes												
Colégio Estadual Rosa D. Calsavara												
CEI Criança Feliz												
Escola de Educação Especial Recanto do Amor - APAE												
CEI Dona Nina	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	4
Escola Rural Municipal Antonio Carlos	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
TOTAL												

Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.

O Departamento Municipal de Educação conta com uma equipe de profissionais capacitados para desenvolver atividades adequadas ao desenvolvimento da Educação de Cambira, conta no seu quadro técnico conforme Tabela 6.2.5.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 6.2.5 – Quadro de funcionários do Departamento de Educação, Cambira 2010.

Cargo/função	Nº de pessoas
Secretário de Educação	1
Supervisão da Educação	1
Diretor do Departamento de Educação	2
Coordenador de Educação Infantil	1
Coordenador de Ensino Fundamental	1
Coordenador da merenda escolar	1
Assistente administrativo	1
Auxiliar administrativo	11
Serviços gerais	2
psicóloga	1
bibliotecário	3
nutricionista	1

Fonte: Departamento Municipal de Educação.

Os principais problemas hoje enfrentados pelo departamento de Educação são:

- Falta de recursos para a formação continuada;
- Falta de recursos para visitas, passeios, excursões e viagens dentro do Estado como forma de estudos para o professor;
- Espaço físico inadequado para a Escola Municipal São José, que atualmente funciona em dualidade administrativa com o Colégio Estadual;
- Espaço físico inadequado dos Centros de Educação Infantil, assim como móveis e equipamentos elétricos e eletrônicos;
- Falta automóvel de uso exclusivo do Departamento de Educação, para atuar dentro e fora do Município, como em cursos, visitas, transportes de materiais escolares e merenda escolar;
- Frota dos ônibus (transporte escolar) é inadequado;
- Falta de treinamento para os motoristas do transporte escolar: relacionamentos, cuidados e tratamento com o usuário, manutenção e cuidados com o veículo, cumprimento do Calendário Escolar.

ESTUDANTES

A destinação de vagas nas escolas e colégios, acontece de acordo com o espaço físico e a estrutura existente. Nos Centros de Educação Infantil segue os seguintes critérios:

- A mãe deverá ter cadastro de ficha social (estar trabalhando);
- A criança deverá já ter completado 6 meses (fase de amamentação);
- Apresentar registro de nascimento
- Apresentar carteira de vacinação.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Segundo o Departamento responsável, não há muitos problemas com relação à evasão escolar. Há problemas com defasagem na aprendizagem e casos de repetência, estas questões estão diretamente ligadas à desestruturação das famílias.

MERENDA ESCOLAR

O Município conta com uma coordenação para tratar da merenda escolar, onde há uma nutricionista que acompanha a elaboração dos cardápios.



6.3 Cultura

O município de Cambira, apesar de ser de pequeno porte, é bem servido de equipamentos de cultura, possuindo um anfiteatro, casa de cultura, biblioteca pública e telecentro.

O Anfiteatro Municipal Bellini possui estrutura adequada aos portadores de necessidades especiais.

O Município realiza com as crianças do PETI e das escolas atividades culturais de dança, aula de música e formação de grupos de teatro.

A Secretaria de Cultura tem sob sua responsabilidade a organização e direção das seguintes atividades:

- Grupo de Teatro com 23 participantes, denominada Arte de Educar, que representa peças teatrais inclusive em sistema de intercâmbio com outros municípios;
- Coral da Terceira Idade com 28 participantes;
- Coral Infantil;
- Fanfarra Municipal composta de 53 elementos, que participa dos eventos locais e em outros municípios. É vencedora de vários concursos.

O Coral da 3ª Idade, apesar de algumas deficiências, tem conseguido boas apresentações nas festas cívicas e religiosas do Município, tendo se apresentado nos bairros do Município, além de apresentações em Novo Itacolomi, Jandaia do Sul e Apucarana. Nesta última, o coral infantil fez sucesso no Shopping Centro Norte.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Nas semanas da páscoa, natal e do folclore o grupo teatral realiza apresentações em Cambira e nos municípios vizinhos.

Existem duas datas comemorativas municipais que se tornaram feriados: A emancipação política da cidade ou aniversário da cidade, que acontece em 22 de outubro e; festa do padroeiro da cidade, São José, que é comemorado no dia 19 de março.

Em Cambira existe uma biblioteca municipal com acervo razoável de aproximadamente 13.000 títulos, segundo a prefeitura, precisando ser melhorado especialmente no acervo da área de pedagogia e nos mobiliários. No local também funciona a Casa de Cultura e um tele centro com 21 computadores utilizados para pesquisa e futuramente utilizados para aulas com a comunidade.

A Biblioteca Cidadã, inaugurada no início de 2010, contando com 7 computadores e acervo de aproximadamente 2.000 exemplares.

Existe um projeto de restauração da estação ferroviária para implementação de museu, atualmente o prédio é ocupado por pessoas carentes, necessitando um remanejamento dessas pessoas. Já existe em Cambira um pequeno museu particular no Bairro Bela Vista, conhecido com Museu Riello, que busca através do resgate histórico de objetos e memórias dos pioneiros, contar como se deu a colonização da região.

O Município ainda possui um acervo de Alexandre Ricci o qual será exposto a partir da criação do Museu da Colonização do Norte do Paraná, a ser instalado na Escola Municipal Machado de Assis, na Comunidade Bela Vista de Cambira.

Os equipamentos públicos de Cultura (Mapa 21) na sede urbana de Cambira são:

- Biblioteca Pública Municipal e Casa de Cultura;
- Biblioteca Cidadão – em fase de construção;
- Anfiteatro;
- Estação Ferroviária.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada



Figura 6.3.1 – Secretaria Municipal de Cultura – Anfiteatro.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.3.2 – Biblioteca Pública Municipal.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.3.3 – Prédio da antiga estação ferroviária.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.3.4 – Prédio da antiga estação ferroviária.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



6.4 Esporte, Lazer e Turismo

As ações desenvolvidas pela Secretaria de Esporte e Lazer de Cambira visam não somente a formação de bons atletas, mas, sobretudo cidadãos de bem, oferecendo-lhes atividades diversificadas em diferentes modalidades esportivas, objetivando ocupar seus tempos livres de maneira saudável, incentivando a disciplina, responsabilidade quanto a horários e frequência de treinamentos além da valorização e respeito a professores e companheiros.

O Município não dispõe de equipes esportivas com destaque no âmbito nacional ou estadual, porém, já revelou atletas que, através de suas escolinhas, se sobressaíram em suas modalidades no cenário nacional e estadual.

Em Cambira os equipamentos de esporte e recreação são os seguintes:

- Dois Ginásios de Esporte na sede urbana do Município, o Ginásio Eros Boscardim Torres e o Ginásio Antonio Sebastião Lorejan;
- Três Quadras Poliesportiva na sede urbana do Município, sendo uma na Escola Estadual Rosa Delúcia Calsavara, uma na Escola Estadual César Lattes e uma ao lado do Anfiteatro Municipal;
- Três quadras Poliesportivas nas áreas rurais, sendo uma no Distrito Sete de Maio, uma no Bairro Bela Vista e outra no Bairro do Palmeirinha;
- Dois Campos de Futebol Suíço na sede urbana do Município, sendo um ao lado do Ginásio Eros Boscardim Torres, outro na Associação dos Funcionários Municipais de Cambira;
- Cinco Campos de Futebol, sendo um na sede urbana (Estádio Municipal Luiz Mareze), um no Bairro Bela Vista, um no Distrito



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Sete de Maio, um no Bairro Santo Antônio e um no Bairro Cruzeiro;

- Uma Academia da Terceira Idade (ATI) ao ar livre na Praça dos Pioneiros – Praça da Igreja Matriz;
- Uma cancha municipal de Bocha próxima à Igreja Matriz.



Figura 6.4.1 – Ginásio de Esporte e Estádio Municipal.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.4.2 – Quadra poliesportiva Coberta - sede.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.4.3 - Quadra poliesportiva coberta - Sede.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.4.4 - Quadra Poliesportiva – Sete de Maio.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.





MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

Figura 6.4.5 - Quadra poliesportiva – Bela Vista.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Figura 6.4.6 – Cancha Municipal de Bocha.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Nenhuma das áreas esportivas e recreativas existentes no Município possui adequação quanto à acessibilidade universal. Além desta adequação, existe a necessidade de readequação, recuperação, reforma de alguns equipamentos, tais como:

- Melhorias na iluminação, reforma dos banheiros e vestiários e troca do piso da quadra do Ginásio de Esportes Eros Boscardim Torres;
- Ampla reforma do Ginásio de Esportes Antonio Sebastião Lorejan, principalmente dos banheiros que estão em péssimo estado de conservação; pintura da quadra e colocação de redes protetoras em torno da mesma;
- Melhorias na Quadra ao lado do Anfiteatro Municipal que é coberta, porém necessita de reforma do piso, pintura, colocação dos equipamentos esportivos (postes de vôlei, Tabelas basquete, traves de gol), bem como de construção e reforma de banheiros e vestiários;
- Melhorias em todas as Quadras Poliesportivas da área rural, pois estas necessitam de reforma geral (piso, banheiros, vestiários), pinturas, colocação dos equipamentos de esporte (postes de vôlei, Tabelas basquete, traves de gol);
- Melhorias em ambos os Campos de Futebol Suíço, tais como: troca e colocação dos alambrados e reforma e construção de banheiros e vestiários;
- Melhorias em todos os cinco Campos de Futebol, tais como: troca, conserto e colocação dos alambrados, reforma e construção de banheiros e vestiários;
- Pintura da Cancha Municipal de Bocha;
- Colocação de mais aparelhos na ATI.

Conforme informações dos técnicos da Secretaria, existe ainda a necessidade de construção de quadra poliesportiva no Bairro Santo Antônio e, devido a grande procura, implantação de mais duas ATIs.

O Município oferece, através da Secretaria de Esporte e Lazer, escolinhas de voleibol, futsal, xadrez, tênis de mesa, caratê, balé, além de promover bailes para as pessoas da terceira idade.

A quantidade de equipamentos atende a demanda das atividades desenvolvidas e estes se encontram acessíveis a população, porém há a necessidade de ampliar e melhorar as infraestruturas existentes.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

As atividades mais praticadas em Cambira são futebol, futsal, voleibol, basquete, handebol, malha e bocha.

LAZER

Além das quadras para práticas esportivas a população também utiliza alguns equipamentos para lazer e recreação, entre eles podemos citar:

- Praça dos Pioneiros - a Praça da Igreja Matriz;
- Praça Jordão Beleze;
- Calçadão;
- Centro de Convivência do Idoso;
- Clube da Terceira Idade.



Figura 6.4.7 - Praça Jordão Beleze.
Fonte: www.panoramio.com.



Figura 6.4.8 - Praça dos Pioneiros.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.4.9 - Clube Social 22 de Outubro.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.4.10 - Centro de Convivência do Idoso.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

TURISMO

Cambira possui grande potencial turístico, especialmente para o turismo rural e de negócios, destacando-se o agropecuário. Além disso, o Município possui atrativos naturais.

O Município possui pontos estratégicos de atração tais como:

- Bairro Bela Vista - bairro rural no qual é realizada a Exposição Agropecuária e Industrial de Cambira - EXPOCAM, além de três rodeios anuais;
- Bairro Cruzeiro - bairro rural que possui arena de rodeio onde são realizados de dois a três rodeios anuais;
- Cachoeira do Palmeirinha - localizada no Ribeirão Itacolomy, utilizada por banhistas para acampamentos e realização de piqueniques, trata-se de local de fácil acesso por estrada rural;
- Pedra do Rio Cambira - localizada na divisa dos municípios de Cambira e Apucarana, em uma propriedade privada com área de *camping*.



Figuras 6.4.11 e 6.4.12 - Cachoeira do Palmeirinha.

Fonte: João Carlos Ruiz.



Figura 6.4.13 - Linha de Pedras - Limite entre Cambira e Apucarana.

Fonte: www.panoramio.com

Os principais eventos com potencial turístico do Município são:

- Exposição Agropecuária e Industrial de Cambira - EXPOCAM - evento de negócios agropecuários e industriais que acontece no mês de Agosto. Sua primeira edição ocorreu no ano de 2.000. Nela são feitas exposição de máquinas e implementos, animais, produtos agropecuários, seminário rural, encontro regional de agricultores, almoço, praça de alimentação, provas equestres, shows, bailão, torneio de laço e rodeio;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

- Rodeios do Bairro Cruzeiro e Bairro Bela Vista - rodeios organizados pela Companhia Cambireense de Rodeio;
- Cavalgada Ecológica - tradicional Cavalgada de Cambira, da qual participaram em média 500 cavaleiros e amazonas, já na sua 9ª edição. Os participantes partem do centro da cidade de Cambira e percorrem a zona rural até o Bairro Bela Vista, onde participaram de um churrasco na Quadra de Esportes do Bairro Bela Vista do Cambira, no caminho plantam árvores nas matas ciliares e realizam a soltura de alevinos nos cursos d'água;
- Cavalgada de São Sebastião - realizada no dia de São Sebastião (20 de janeiro) com saída e chegada no Bairro Bela Vista.



Figura 6.4.14 – Festa de Aniversário da Cidade.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.



Figura 6.4.15 – Cavalgada Ecológica.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.



Figura 6.4.16 – EXPOCAM.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.



Figura 6.4.17 – Rodeio do Cruzeiro.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.

Observa-se que além do potencial expressivo para o desenvolvimento do turismo rural e ecológico, o Município demonstra forte tendência para o turismo de eventos em função das festas e atividades que promove periodicamente que atraem públicos diversos da região.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Quanto à estrutura física de atendimento à atividade turística, Cambira não conta com rede hoteleira, carência que deverá ser sanada para o desenvolvimento do setor.

Foi realizado um inventário turístico em 2002, porém este ainda não foi atualizado.



6.5 Assistência Social

A Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social de Cambira é o órgão que tem como objetivo implementar de modo articulado e intersetorial a Política Municipal de Assistência Social, formulada democraticamente com a sociedade, em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS nº.8.742 de 7/12/1993, a Política Nacional de Assistência Social/2004, o Sistema Único de Assistência Social/NOB 2005¹² e a Lei Orgânica Municipal, visando à melhoria da qualidade de vida e a promoção da cidadania no Município.

Baseado em indicadores a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em 2004 organizou os municípios em 5 grandes grupos¹³, segundo o total de habitantes: Cambira faz parte do município de Pequeno Porte I, com 7.142 habitantes, sendo que destes, cerca de 2.500 famílias são potencialmente usuárias das política de assistência social. Encontra-se no Nível de Gestão Básica¹⁴.

¹² SUAS - Gestão da Assistência Social de forma descentralizada e participativa, constituindo-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais (NOB/2005).

¹³ Pequeno Porte I – com população até 20.000 habitantes; Pequeno Porte II – com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; Porte Médio – com população entre 100.001 a 100.000 habitantes; Grande Porte – com população entre 100.001 a 900.000 e Metrópole – com população superior a 900.000 habitantes. Os municípios de pequeno porte I possuem forte presença de população em zona rural, correspondendo a 45% da população total. Na maioria das vezes, possuem como referência municípios de maior porte, pertencentes à mesma região em que estão localizados. Necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. Em geral, esses municípios não apresentam demanda significativa de proteção social especial, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços dessa natureza na região, mediante prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais, ou prestação por municípios de maior porte, com co-financiamento das esferas estaduais e Federal (PNAS, 2004, p. 13; 39).

¹⁴ A Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), publicado em 2005, estabelece três níveis de gestão municipal: Inicial, Básica e Plena. Os municípios que se encontram na gestão básica assumem a gestão da proteção social básica na assistência social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenir situação de risco por meio do



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

De acordo com informações da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Cambira possui 1.101 famílias cadastrada no Cadastro Único - CadÚnico¹⁵. Deste total de famílias, 752 possuem perfil para o Programa Bolsa Família, ou seja, possuem renda *per capita* mensal de até R\$140,00 e, segundo informações do Município, atualmente 457 famílias recebem o benefício de transferência de renda.

As ações desenvolvidas pela Secretaria abrange a população urbana e rural nas diversas faixas etárias, as quais são realizadas através de serviços socioassistenciais governamental e não governamental de proteção social.

REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil organizada, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas as unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade média e alta.

É composta por programas, projetos, serviços e benefícios ofertados pelo município de Cambira.

A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade, os quais atendem as necessidades sociais das pessoas como cidadãos de direitos.

Proteção Social Básica

A estrutura e o funcionamento da Secretaria do Trabalho e Ação Social compõem a rede de proteção social básica que busca prevenir situações de risco. Nos atendimentos as pessoas são encaminhadas para programas que vão desenvolver suas

desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Por isso tem que se responsabilizar pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários; que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território. Requisitos da Gestão Básica - a) Atender aos requisitos previstos no artigo 30, e seu parágrafo único da LOAS, acrescido pela Lei nº. 9720/98; b) Alocar e executar recursos financeiros próprios no Fundo de Assistência Social, como Unidade Orçamentária, para as ações de Proteção Social Básica; c) Estruturar Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social, para gerenciar e executar ações de proteção básica no território referenciado, conforme critério abaixo: Pequeno Porte I - mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; d) Manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos Benefícios Eventuais, com equipe profissional composta por, no mínimo, um (01) profissional de serviço social; e) Apresentar Plano de Inserção e Acompanhamento de beneficiários do BPC, conforme sua capacidade de gestão, contendo ações, prazos e metas a serem executados, articulando-os às ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes, dando cumprimento ainda ao artigo 24 da LOAS; f) Garantir a prioridade de acesso nos serviços da proteção social básica, de acordo com suas necessidades, às famílias e seus membros beneficiários do Programa de Transferência de Renda instituído pela Lei Federal nº. 10.836/04; g) Realizar diagnóstico de áreas de risco e vulnerabilidade social; h) Os Conselhos (CMAS, CMDCA e CT) devem estar em pleno funcionamento; i) Ter, como responsável, na Secretaria Executiva do CMAS, profissional de nível superior, sendo que, para os municípios pequenos, portes I e II, o profissional poderá ser compartilhado com o órgão gestor.

15 Instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda (aquelas com renda familiar *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

habilidades e fornecer vínculos familiares comunitários. A porta de entrada para os serviços de Proteção Básica é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Hoje Cambira possui um CRAS para atender todo o Município.

O CRAS foi implantado no Município em outubro de 2007, conforme orientações da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. É um órgão público executor da Proteção Social Básica que se entende por um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para a redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e a à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

Dessa forma, a Proteção Social Básica e os serviços prestados no CRAS, que pautados nas diretrizes regulamentadas pela Política Nacional de Assistência Social, buscam o desenvolvimento humano e social e a efetivação da cidadania.

A nova configuração da Política de Assistência Social coloca a família em primeiro plano, ou seja, alvo principal das ações realizadas no Município.

Na proteção básica o Município desenvolve as seguintes ações:

- No CRAS o alvo principal dos serviços são as famílias cujos membros se encontram em situação de vulnerabilidade social por questões diversas como as de gênero, etnia, deficiência, idade, e são priorizadas as oriundas do Cadastro Único beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF. As ações são compostas por orientações, reuniões, encaminhamentos às oficinas socioeducativas e profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho em parceria com a Agência do Trabalhador, atendimento psicológico e social, inserção e acompanhamento nos programas de transferência de renda e benefícios sociais (eventuais que são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública) e o Benefício de Prestação Continuada - BPC que é a garantia de renda de um salário mínimo aos idosos com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, em ambos os casos a renda *per capita* familiar deve ser inferior a ¼ do salário mínimo. (Programa Bolsa Família - PBF - programa de transferência de renda direta com condicionalidades, do governo federal, para famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 140,00. As famílias recebem benefícios mensais, que variam entre R\$ 20,00 e R\$ 180,00. O



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

benefício varia de acordo com a renda familiar por pessoa e o número de crianças, adolescentes jovens e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico. Atende a 457 famílias - mês de referência fevereiro de 2010);

- A Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMIF de Cambira é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que implantou e implementou projetos e ações que objetivam a conquista e a garantia da cidadania e do protagonismo social das famílias em situação de vulnerabilidade social e executa os projetos socioassistenciais tais como: Projeto Viva Vida, Padaria Comunitária, Atendimento ao Trabalhador Rural Volante;
- Projeto Viva a Vida - reuni oficinas socioeducativas, profissionalizantes, culturais e recreativas como artesanato, balé, capoeira, costura industrial, informática, jazz, caratê, pintura, tênis de mesa, xadrez, com a finalidade de proporcionar aos participantes formação cultural, lazer, promoção de saúde física e mental e qualidade de vida. As oficinas são ofertadas no contraturno escolar de segunda a sexta-feira e o público alvo são crianças e adolescentes oriundos do PETI e do Programa Bolsa Família. Dentro das atividades do Projeto Viva a Vida há atividades oferecidas aos adultos como: costura industrial, artesanato, pintura e informática, contabilizando público de cerca de 300 pessoas atendidas. O principal objetivo é o atendimento e a possibilidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade terem acesso a atividades culturais, educacionais e de lazer;
- Projeto Padaria Comunitária - onde são feitos pães, bolos e bolachas para atendimento aos órgãos públicos e escolas municipais. Os lanches servidos nos projetos e serviços sociais de toda a rede – intersetorial – são garantidos através da produção da padaria comunitária. Além disso, são distribuídos diariamente, de forma gratuita, pães a 120 famílias em situação de risco social e nutricional. A farinha multi-mistura, feita da folha da mandioca, de abóbora, de farelo de trigo, folhas de chuchu, batata doce, amendoim, girassol e outros ingredientes, também é produzida na padaria comunitária, auxiliando na nutrição das crianças que



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional;

- Atendimento ao Trabalhador Rural Volante – Distribuição de café da manhã para os trabalhadores rurais volantes do Município, proporcionando ao trabalhador uma boa alimentação pela manhã. O público alvo são os trabalhadores volantes de baixa renda;
- Projeto Mamãe-Bebê – desenvolvido em parceria com o Centro de Saúde, onde é realizado mensalmente um cadastro das gestantes de baixa renda para participar do curso preparatório, onde as gestantes são informadas e orientadas com palestras, exame pré-natal, cursos de como alimentar e cuidar corretamente de seus filhos, a importância das vacinas, além de aprender a bordar, pintar, fazer crochê e tricô, produzindo assim peças para o bebê. Ao final da gestação a mãe recebe um enxoval básico para seu filho;
- Centro de Convivência dos Idosos - onde é realizado o atendimento diário a aproximadamente 12 idosos que recebem acompanhamento socioassistencial, cultural, médico e recreativo, fornecimento de alimentação e de roupas. Uma vez por semana são desenvolvidas atividades como: palestras com profissionais sobre temáticas variadas, bailes, atividades esportivas e lúdicas e também são servidos lanches aos idosos. A estimativa de beneficiários é de 130 idosos;
- Associação de Amparo ao Idoso – visa atender as pessoas idosas para a convivência comunitária;
- Auxílios Diversos – Fornecimento de alimentos para população em situação de vulnerabilidade social; acesso dessa população a serviços municipais através de atendimento psicológico, social, jurídico gratuitos, objetivando orientar e garantir às famílias de baixa renda seus direitos.

Proteção Especial

Os serviços de Proteção Especial são organizados em Média e Alta Complexidade. No de Média Complexidade os direitos foram violados, mas os vínculos familiar e comunitário não foram rompidos; no de Alta Complexidade é quando ocorre o rompimento dos laços familiares e comunitários - sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar ou comunitário.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Serviços de Média Complexidade

São desenvolvidos, pelo Município, os seguintes serviços de Média Complexidade:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – trata-se de programa de transferência de renda do governo federal às famílias com situação de trabalho infantil e oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos às crianças e adolescentes retirados do trabalho. Visa a retirada de crianças e adolescente com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Oferta atividades socioeducativas a crianças e adolescentes e acompanhamento sociofamiliar, cofinanciados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e organizadas pelo Município;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - atende diariamente pessoas portadoras de deficiência e seu principal objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas atendidas neste serviço, buscando assegurar-lhes condições de exercer sua cidadania;
- Associação de Deficientes Físicos de Cambira – ADEFICA.

EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS DA SMTAS

A gestão e todas as atividades e programas da Assistência social são desenvolvidos em prédios específicos, sendo estes:

- Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social – órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, localizada a Rua Argentina, 110 - Centro. Funciona das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h;
- CRAS - Para facilitar o acesso aos serviços oferecidos. O horário de funcionamento é das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h;
- Centro de Convivência da Terceira Idade – o horário de funcionamento é das 7h às 16h.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada



Figura 6.5.1 – Centro de Referência da Assistência Social.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



6.6 Segurança

SEGURANÇA PÚBLICA

O Município tem o setor de segurança composto por uma Delegacia de Polícia Civil e Destacamento da Polícia Militar localizado no mesmo local (Mapa 22), sendo composto por 04 policiais militares no efetivo do Destacamento da PM. Dispõe também de duas viaturas policiais em bom estado de conservação, que são suficientes para o bom atendimento ao público. Existe patrulhamento diário na área urbana e na área rural pelo policiamento militar do Município e pela patrulha rural do Estado.



Figura 6.6.1 – Delegacia de Polícia Civil.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Na área urbana de Cambira, as ocorrências mais comuns são furtos. Na rural foi identificada a ocorrência de furto de animais, sem registro de conflitos agrários.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

É feito um relatório mensal das ocorrências do Município e encaminha ao departamento de estatística das polícias civil e militar.

O policiamento florestal no Município é de responsabilidade da Polícia Ambiental de Londrina (Força Verde) e quanto ao serviço de Corpo de Bombeiros, o atendimento é do destacamento de Apucarana.

Não existe Equipe de Defesa Civil e nem um cadastramento de áreas de risco. No caso de acidentes, incidentes ou desastres naturais o socorro é prestado pelos policiais locais.

DEFESA CIVIL

Defesa Civil é o conjunto de medidas permanentes que visam evitar, prevenir ou minimizar as consequências dos eventos desastrosos e a socorrer e assistir as populações atingidas, preservando seu moral, limitando os riscos de perdas materiais e restabelecendo o bem-estar social. Atua adotando medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, tanto em situações de normalidade, quanto de anormalidade (emergências ou estado de calamidade pública).

Sabe-se que as equipes de Defesa Civil Municipais possuem membros de diversos setores da comunidade. Dentro desse contexto, observa-se que grande parte dos componentes da equipe de Defesa Civil provém do voluntariado. O voluntariado é essencial para que o auxílio e o socorro cheguem às vítimas na ocasião de alguma catástrofe. Para participar como voluntário do grupo de Defesa Civil do Município basta o indivíduo cadastrar-se como pessoa física ou jurídica.

A Defesa Civil encontra-se organizada sob a forma de um sistema que integra ações governamentais e da comunidade. A estrutura deste sistema divide-se em nacional, estadual e municipal.

A estrutura nacional da Defesa Civil compreende:

- Secretaria Especial de Defesa Civil - SEDEC – órgão subordinado ao Ministério de Integração Nacional que coordena as ações da Defesa Civil em todo o território nacional;
- Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC – dita as normas e diretrizes de defesa;
- Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC;
- Coordenadoria Regional de Defesa Civil - COREDEC – faz a ligação entre a CEDEC e as Comissões Municipais de Defesa Civil - COMDEC;
- Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

A estrutura estadual da Defesa Civil é composta pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, ligada à Secretaria da Casa Militar, que coordena as



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

ações em todo o território estadual. No Paraná, tem sede localizada em Curitiba e está subdividida, de acordo com as oito regiões atendidas pelo Grupamento de Corpo de Bombeiros, da seguinte maneira:

- Coordenadoria Estadual de Defesa Civil;
- Divisão de Defesa Civil;
- Seção Administrativa;
- Seção Operacional;
- Seção Técnica;
- Seção de Apoio.

A estrutura municipal da Defesa Civil – coordena as ações no território municipal. A estrutura básica é a primeira linha de defesa da comunidade ameaçada por algum desastre, evento adverso ou situação de risco. Composta pela Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC deve ser integrada por pessoas comprometidas com o bem-estar da comunidade e que tenham condições de planejar e preparar ações voltadas à prevenção dos acidentes ou da minimização dos seus efeitos. A responsabilidade de formação da COMDEC é da Prefeitura Municipal e deve conter os seguintes membros:

- Presidente – Prefeito Municipal;
- Adjunto – Vice-Prefeito Municipal;
- Diretor de Operações;
- Secretário de Operações;
- Grupo de Atividades Fundamentais - GRAF, constituído por:
Órgãos Municipais – todas as Secretarias Municipais; Órgãos Estaduais – Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, entre outros; Órgãos Federais existentes no Município (Exército Brasileiro);
- Conselho de Entidades Não Governamentais - CENG, constituído por igrejas, clubes de serviço, associações de radioamadores, etc.

Os fatos adversos que atingem um município são inesperados e de consequências imprevisíveis. É importante que o sistema municipal de defesa civil esteja adequadamente preparado para ser acionado em qualquer emergência. Para isso existe o Manual de Operacionalização da COMDEC, documento que se destina a orientar as Prefeituras Municipais na operacionalização do sistema municipal de Defesa Civil, de modo a torná-las agentes ágeis, de permanente atividade e prontidão.

A Defesa Civil do Estado do Paraná e o Radioamadorismo

Aliado ao programa de prevenção implantado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC encontra-se o Grêmio de Radioamadores da Rodada Trem das Onze, associação civil sem fins lucrativos e puramente participativa em



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

radioamadorismo, credenciada desde 1981, atuando no atendimento de emergência. Utiliza-se das facilidades dos contatos via rádio através de sua Estação PY5RTO (também das Estações de pessoas físicas atuantes na faixa dos 40 metros) para transmitir informações necessárias e urgentes. A Defesa Civil reconheceu o Grêmio de Radioamadores como legítimo parceiro, celebrando convênio de parceria no qual os radioamadores participantes auxiliam as autoridades constituídas aproveitando a destreza operacional do radioamadorismo.

Programas da Defesa Civil

PROGRAMA DE PREVENÇÃO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Ao longo dos últimos anos a cobertura florestal do Paraná vem sendo reduzida devido à exploração comercial e expansão das fronteiras agrícolas. Porém, um terceiro componente vem preocupando os órgãos responsáveis pela política florestal do Estado – o incêndio florestal. Buscando evitar ou minimizar a destruição dos remanescentes de mata nativa do Paraná, as autoridades competentes estabeleceram uma política de orientação aos agricultores, responsáveis pela maior parte dos incêndios, para que evitem queimadas de limpeza ou, pelo menos, que as realizem de forma a não colocar em risco as reservas circunvizinhas. Em atendimento à política para diminuição dos acidentes evitáveis, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil vem mobilizando esforços para a redução dos incêndios nas áreas rurais. Para tanto, está implantando o Plano Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que visa prevenção e combate, mediante a articulação de órgãos públicos, empresas da iniciativa privada, mídia e segmentos organizados da sociedade, sob o comando da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, com o apoio técnico do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

PRODUTOS PERIGOSOS

A posição geográfica do Estado do Paraná transformou-o num grande corredor de transporte de produtos perigosos, além de destacar-se como produtor de insumos químicos e petroquímicos. Estudos preliminares desenvolvidos pela CEDEC demonstram que o tráfego de veículos conduzindo esse tipo de carga é intenso. O volume transportado norte-sul e vice-versa é expressivo, despontando como principais vias de escoamento as rodovias BR 116 e 277. Diante do incremento das atividades do MERCOSUL e da localização nos Estados vizinhos de várias indústrias produtoras de produtos químicos e de derivados de petróleo, a tendência desse volume de tráfego é crescer. No ano de 1994, os Governadores dos Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul) firmaram um Protocolo de Intenções objetivando a cooperação operacional e técnica no transporte rodoviário de produtos perigosos (Resolução nº. 555/94-CODESUL).

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil tem realizado trabalhos de fiscalização e pesquisa, congregando os diversos órgãos competentes, fazendo reuniões e



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

divulgando as atividades nos meios de comunicação, para conscientizar os produtores, transportadores e consumidores de produtos perigosos, alertando também, a comunidade. Participam das operações integradas a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (coordenação geral), Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Saúde e Vigilância Sanitária, Secretaria de Estado dos Transportes, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, IAP, Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, Polícias Rodoviárias (Estadual e Federal), Batalhões de Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Em 21 de junho de 2001, foi criado, através do Decreto nº. 4299, o Programa Estadual de Controle do Transporte, Manuseio e Armazenagem dos Produtos Perigosos no Estado do Paraná, objetivando integrar os diversos órgãos públicos competentes sobre a matéria.

Cabe ao Município manter-se integrado ao Programa Estadual de Controle do Transporte, Manuseio e Armazenagem dos Produtos Perigosos, que visa à prevenção de acidentes rodoviários com cargas perigosas, como também manterem os órgãos competentes (Corpo de Bombeiros e Defesa Civil) equipados e preparados para eventual socorro no caso de ocorrência de acidentes dessa natureza nas estradas da região.

EPIDEMIAS

A Defesa Civil também atua na prevenção e no combate às pragas e epidemias, como dengue e leptospirose, com ações preventivas de conscientização e orientação da população ou em ações diretas de combate, como dedetização de locais de risco ou focos das doenças.

Outras áreas de risco identificadas no território municipal são as ocupações irregulares às margens dos córregos e rios inseridos no território municipal. A partir da ocupação desordenada, da precariedade da infraestrutura local, das péssimas condições de moradia, do tipo de material das edificações (inflamáveis) e do acúmulo de lixo, o risco de acidentes ou catástrofes como incêndios, e proliferação de doenças (epidemias) são grandes nestas áreas.

A Defesa Civil trabalha tanto em períodos de normalidade quanto em períodos de anormalidade, quando acontecem eventos como vendavais, chuvas, enchentes, secas, desastres ou acidentes. No período de normalidade, a Defesa Civil elabora plano e traça metas para ações emergenciais, atuando na comunidade com atividades preventivas, tais como:

- Levantamentos e mapeamentos das áreas de risco, mais expostas e vulneráveis aos eventos naturais (ventos);
- Características das áreas de vulnerabilidade;
- Mapeamento das vias de acesso;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

- Probabilidade de possíveis eventos ou situações emergenciais que podem ocorrer no Município;
- Causas, consequências, época de ocorrência dos eventos;
- Previsões clínicas;
- Cadastramento dos meios de comunicação (correios, emissoras de rádio e TV, clubes de radioamadores); de órgãos públicos (Forças Armadas, Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, IAP, SAMAE, SUDERHSA, IBAMA); estabelecimentos de saúde (hospitais, pronto-socorro, centros de saúde); entidades particulares (igrejas, escoteiros); clubes de serviços (Lions, Rotary); entidades de classe (Associação Comercial, Cooperativas e Sindicatos); empresas de transporte (ônibus, caminhões, táxis); locais que possam servir de abrigo e depósito (escolas, estádios, quadras de esportes, templos); estações meteorológicas;
- Fiscalização e execução de obras preventivas (canalizações, esgotos, bueiros, paredões, aterros);
- Campanhas de prevenção.

Os períodos de anormalidade são desencadeados a partir de eventos ou acontecimentos indesejados. Neste momento, são colocados em prática os planos previamente elaborados. Entram em ação as Subcomissões de relações públicas, segurança, depósitos, abrigos, saúde, vistorias, transportes, donativos e voluntários, atuando primeiramente com o socorro das vítimas e seus pertences (primeira fase). A fase seguinte é de assistência, triagem dos mais afetados e atendimento aos flagelados. A última fase é a de recuperação dos locais afetados, buscando elevar o moral social da comunidade atingida.

Na maioria dos casos os fatos adversos causam apenas situação de emergência¹⁶.

Para que se tenha um estado de calamidade pública¹⁷, os danos devem ser extraordinariamente elevados, como em enchentes graves que desabrigam milhares de pessoas, durante um longo tempo.

Legislação relacionada à Defesa Civil

- Resolução Federal de nº. 13, de 14 de dezembro de 1976 – dispõe sobre a distribuição, o transporte e o comércio do gás

Agência Estadual de Notícias – site do Governo do Paraná – Agosto de 2004.

Situação anormal provocada por desastres, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

¹⁷ Estado de calamidade pública – é o reconhecimento, pelo poder público, de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes. Normalmente o estado de calamidade é ocasionado por eventos de alta gravidade e para enfrentá-los, faz-se necessário buscar recursos fora da comunidade.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

liquefeito de petróleo – GLP, exceto do gás canalizado da rua para utilização como combustível;

- Lei Federal de nº. 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 – define os crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis;
- Portaria Federal de nº. 27, de 16 de setembro de 1996 – estabelece as condições mínimas de segurança das instalações de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo - GLP;
- Decreto Estadual de nº. 4.223, de 14 de abril de 1998 – cria o Plano Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais para o Estado do Paraná – Mata Nativa;
- Decreto Federal de nº. 96.044, de 18 de maio de 1998 – aprova regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos;
- Decreto Estadual de nº. 1.343, de 29 de setembro de 1999 – regulamenta o Sistema Estadual de Defesa Civil no Estado do Paraná;
- Decreto Estadual de nº. 4.299, de 21 de junho de 2001 – cria o Programa Estadual de Controle do Transporte, Manuseio e Armazenagem de Produtos Perigosos no Estado do Paraná;
- Decreto Estadual de nº. 5.830, de 3 de julho de 2002 – cria a Rede Estadual de Emergência de Radioamadores - REER;
- Decreto Estadual de nº. 6.416 e anexos I e II, de 11 de outubro de 2002 – aprova o regulamento do Sistema Integrado de Comando e Operações em Emergência - SICOE;
- Portaria Federal de nº. 724, de 23 de outubro de 2002 – Portaria do Ministério de Integração Nacional que regula a transferência de recursos federais somente com COMDEC em funcionamento;
- Resolução Federal de nº. 420, de 12 de fevereiro de 2004 – Resolução do Ministério dos Transportes que dispõe sobre o Decreto Federal de nº. 96.044.

6.7 Serviços Funerários

Segundo informações dos técnicos da Prefeitura, existe apenas um cemitério em Cambira, localizado na Sede Urbana.

O cemitério denominado Necrópole São José fica localizado próximo a BR 376, na saída do Município no sentido Apucarana, a entrada está localizada na Avenida Brasil (Mapa 22). O local possui uma infraestrutura adequada, iluminação, calçadas, cruzeiro (Figuras 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.3). A administração é de responsabilidade da prefeitura municipal através do setor de tributação, assim como a Capela Mortuária, localizada na Rua Venezuela, Vila Santa Maria (Figura 6.7.4), com estrutura adequada para atender a demanda.



Figura 6.7.1 – Cemitério Municipal – entrada.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.7.2 – Cemitério Municipal – organização dos túmulos.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada



Figura 6.7.3 – Cemitério Municipal – Cruzeiro.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Figura 6.7.4 – Capela Mortuária.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

O Cemitério Municipal é regularizado pelo IAP, que faz vistoria regularmente, constatando que não existem conflitos em relação a sua localização. O cemitério tem uma vida útil estimada de 40 anos. O local possui iluminação e calçadas, as covas são organizadas por quadras, não apresenta conflitos na estrutura.

Existe apenas uma empresa particular que presta serviços funerários no município, além dos serviços prestados por planos funerários de outros municípios próximos.

7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS



7.1 Organização Administrativa

A estrutura administrativa do município de Cambira, aprovada pela Lei Municipal nº. 738/2001, alterada pela Lei Municipal nº. 1127/2009, que definiu a nova Estrutura Organizacional de Cambira composta por:

1. Órgãos de Aconselhamento: compostos pelos Conselhos Municipais, criados por lei própria e regulamentados por Decretos Municipais. A participação popular é assegurada pela Administração através dos seguintes conselhos:
 - Conselho Municipal Desenvolvimento Rural - CMDR;
 - Conselho Municipal do Trabalho – CMT;
 - Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
 - Conselho Municipal Assistência Social – CMAS;
 - Conselho do Idoso – CI;
 - Conselho Tutelar – CT;
 - Conselho Municipal Saúde – CMS;
 - Conselho Municipal Acompanhamento Controle Social dos Recursos do FUNDEB – CMACS;
 - Conselho Municipal Merenda Escolar – CMME;
 - Conselho Municipal Defesa Civil - CMDC.

Além destes conselhos a participação popular é complementada pela atuação de cooperativas, associações, grupos religiosos e outros segmentos organizados da sociedade.

2. Órgãos de Colaboração com os Governos Federal e Estadual:
 - Junta de Serviço Militar;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

- Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA/ITR;
 - Representação do Ministério do Trabalho;
 - Representação do Instituto de Identificação do Paraná;
 - Representação do Serviço Eleitoral;
 - Representação do DETRAN.
3. Órgãos de Assistência Imediata:
- Chefia de Gabinete.
4. Órgãos de Assessoramento:
- Assessoria de Projetos Especiais;
 - Assessoria de Programas Especiais
 - Assessoria de Planejamento e Controle;
 - Assessoria Administrativa;
 - Unidade de Controle Interno.
5. Órgãos de Administração Geral:
- a) Secretaria de Administração e Planejamento:
- Departamento de Patrimônio;
 - Departamento de Recursos Humanos;
 - Departamento de Informática.
- b) Secretaria de Fazenda:
- Departamento de Receita e Fiscalização;
 - Departamento de Contabilidade;
 - Departamento de Tesouraria;
 - Departamento de Compras;
 - Departamento de Licitação.
- c) Procuradoria Jurídica Municipal:
- Assessoria Jurídica;
 - Defensoria Pública.
6. Órgãos da Administração Específica:
- a) Secretaria de Obras, Urbanismo, Transporte e Serviços Públicos:
- Departamento de Infraestrutura e Transporte;
 - Departamento de Obras e Serviços Públicos;
 - Departamento de Urbanismo;
 - Departamento de Almoxarifado.
- b) Secretaria de Saúde:
- Departamento de Administração da Saúde;
 - Departamento de Assistência à Saúde.
- c) Secretaria de Educação e Cultura:
- Departamento de Administração e Alimentação Escolar;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

- Departamento de Ensino;
- Departamento de Cultura.
- d) Secretaria de Esporte e Lazer:
 - Departamento de Esporte;
 - Departamento de Lazer e Bem-estar Social.
- e) Secretaria de Promoção Social:
 - Departamento de Trabalho;
 - Departamento de Serviços Assistenciais;
 - Departamento de Proteção à Infância e à Adolescência.
- f) Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Turismo:
 - Departamento de Fomento Agropecuário;
 - Departamento de Desenvolvimento Econômico;
 - Departamento de Meio Ambiente e Turismo.
- g) Secretaria de Indústria e Comércio:
 - Departamento de Desenvolvimento Industrial;
 - Departamento de Promoção Empresaria e Comercial

7. Órgãos de Administração Descentralizada:

- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Lei nº. 441/90;
- Fundo Municipal de Desenvolvimento - FMD - Lei nº. 491/92;
- Fundo Municipal de Saúde - FMS - Lei nº. 503/93;
- Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS – Lei nº. 573/95;
- Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR - Lei Orgânica do Município - art. 112, de 03/04/90.

A atual estrutura organizacional atende às necessidades atuais com o total de 9 Secretarias com 27 Departamentos a elas subordinados, conforme especificado na Lei Municipal nº. 1127, de 30 de setembro de 2009 e duas Autarquias, sendo uma de Educação e outra de Saúde. Setores importantes para o ordenamento da ocupação urbana e o funcionamento de alguns serviços públicos estão contemplados na estrutura, como a Assessoria de Planejamento e Controle e a Secretaria de Obras, Urbanismo, Transporte e Serviços Públicos.

A Autarquia Municipal de Educação de Cambira – AMEC foi criada pela Lei Municipal nº. 1144 de 09 de dezembro de 2009, trata-se de entidade autárquica, com personalidade jurídica própria, dispondo de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Exerce sua ação em todo o município de Cambira, competindo-lhe:

- Prestar serviços de educação através de profissionais habilitados;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

- Administrar, coordenar e fiscalizar todas as atividades e serviços prestados pelas escolas municipais e conveniadas;
- Estudar, projetar e executar, com recursos próprios ou transferidos, diretamente ou mediante contrato, convênio com entidades públicas ou privadas, a construção, ampliação ou reforma de prédios e instalações destinada à exploração de atividades e serviços de educação, atendimento escolar e outros afins;
- Organizar, coordenar e desenvolver programas de educação e assistência educacional;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental;
- Formular, coordenar e executar a política municipal de educação em conformidade com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e entidades competentes;
- Atuar diretamente nas políticas públicas de educação, visando a contribuição pela formação social e de cidadania dos munícipes de Cambira, principalmente dos mais necessitados.

A AMEC é administrada por uma diretoria executiva, um conselho fiscal e um conselho deliberativo e sua estrutura organizacional básica é:

1. Diretoria Executiva;
2. Conselho Fiscal;
3. Conselho Deliberativo;
4. Departamentos e Divisões:
 - a) Departamento de Assistência à Educação:
 - Divisão de Alimentação Escolar;
 - Divisão de Documentação Escolar;
 - Divisão de Transporte Escolar.
 - a) Departamento de Administração à Educação:
 - Divisão de Administração Geral;
 - Divisão de Tesouraria;
 - Divisão de Contabilidade;
 - Divisão de Recursos Humanos;
 - Divisão de Compras e Licitação;
 - Divisão de Cultura;
 - Divisão de Centros Educacionais;
 - Assessoria Jurídica.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

O Secretário Municipal de Educação e Cultura acumula o cargo de Diretor Presidente da Autarquia Municipal de Educação.

A Autarquia pode firmar convênios, acordos, parcerias, contratos com entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento de suas finalidades.

A Autarquia Municipal de Saúde – AMS, também criada em 09 de dezembro de 2009, através da Lei Municipal nº. 1145/2009, trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, entidade beneficente de assistência social, com autonomia administrativa e financeira e é destinada a executar a política de saúde do Município, promovendo programas e ações de saúde pública. A AMS tem por finalidade manter e prestar ações e serviços de saúde, nos níveis de atendimento hospitalar e ambulatorial, incluindo atenção básica, com promoção, prevenção e proteção da saúde coletiva e individual, em caráter integral, além de prestar serviços públicos nas demais atividades correlatas e/ou inerentes à saúde pública, atuando exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

A AMS é administrada por uma diretoria executiva, um conselho fiscal e um conselho deliberativo e sua estrutura organizacional básica é:

1. Diretoria Executiva;
2. Conselho Fiscal;
3. Conselho Deliberativo;
4. Departamentos e Divisões:
 - a) Departamento de Assistência à Saúde:
 - Divisão do Programa Saúde da Família;
 - Divisão do Programa Saúde Bucal;
 - Divisão do Programa Agente Comunitário da Saúde;
 - Divisão do Programa de Controle de Doenças.
 - b) Departamento de Administração à Saúde:
 - Divisão de Administração Geral;
 - Divisão de Tesouraria;
 - Divisão de Contabilidade;
 - Divisão de Recursos Humanos;
 - Divisão de Compras e Licitação;
 - Assessoria Jurídica.

O Secretário Municipal de Saúde acumula o cargo de Diretor Presidente da Autarquia Municipal de Saúde.

A AMS pode celebrar contratos de gestão e convênios com o Poder Público.

A administração pública conta com 273 funcionários, 19 aposentados e 5 pensionistas, com salários elevados. Deste total de servidores 241 são estatutários 32



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

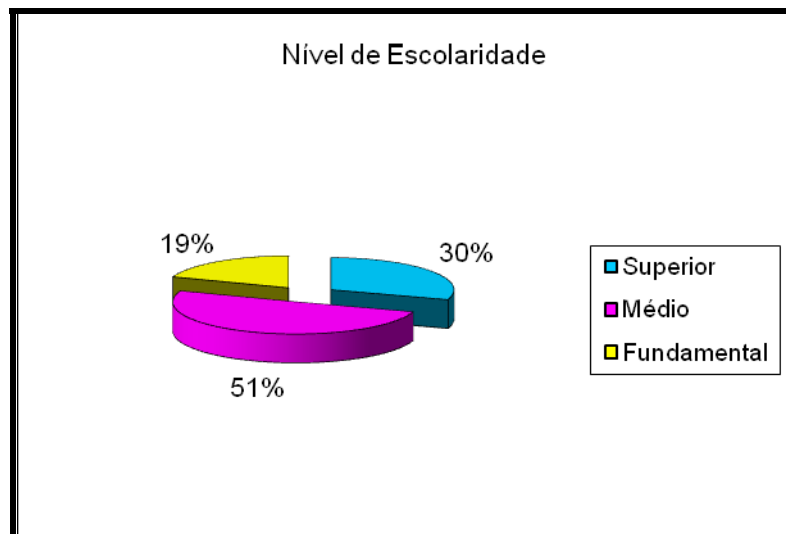
Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

celetistas. O regime de previdência é o geral, através do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Segundo dados da Prefeitura (março/2009), por nível de escolaridade a administração pública é composta de 82 com nível superior (30%), 138 de nível médio (51%) e 53 de nível fundamental - abaixo do nível médio - (19%), de um total de 273 servidores. - Gráfico 7.1.1.

Gráfico 7.1.1 – Composição por nível escolaridade dos funcionários ativos.



Fonte: Prefeitura de Cambira – março/2009.

Política de Treinamento de Servidores

Não há uma política adequada de treinamento, eles são realizados de acordo com as necessidades. Algumas áreas recebem treinamento, como a de contabilidade, através dos cursos ministrados pelo Tribunal de Contas e área de educação. As demais áreas, inclusive o pessoal de pátio, necessitam de treinamento e o desenvolvimento de um programa de treinamento mais regular.

O Setor de Tributação do Município

O setor de tributação apresenta boa estrutura de funcionamento com computador e carro para realização de suas atividades que atendem a demanda (1 servidor). Tem um fiscal, contudo este trabalha com a agricultura nos procedimentos da nota do produtor e, com isso, demonstra falta de fiscais específicos para os serviços de fiscalização tributária e de posturas (fiscalização do comércio, serviços, industriais e ambulantes).

A estrutura de atendimento ao público é boa. Os equipamentos são suficientes, entretanto precisam ser atualizados com maior capacidade e velocidade. Os setores Contabilidade, Tesouraria, Licitação, Compras, Tributação e Patrimônio são interligados através de software específico. Já o Controle Interno é deficitário. O sistema



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

de arrecadação é bom, e o programa é da Empresa Elotech Informática, que também dão suporte na legislação.

Os Setores de Planejamento e Obras.

Estes setores são de vital importância para a implantação e implementação do Plano Diretor. Dentro estrutura administrativa vigente tem a Assessoria de Planejamento e a Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços.

Para atender a demanda do Plano Diretor, principalmente na área de planejamento, dependerá de um reforço no setor, mas a estrutura está parcialmente adequada.

O Setor de Topografia e o de Acompanhamento de Obras

São setores importantes em qualquer estrutura administrativa municipal, pois devem acompanhar a dinâmica da cidade, zelando pelo cumprimento das normas legais aplicáveis, bem como manter um arquivo em perfeita ordem dos novos loteamentos e de obras, de forma a ter estes elementos sempre atualizados e de fácil localização. O setor conta com um engenheiro civil, o que satisfaz as necessidades, sendo bom o seu funcionamento.

Normas e Trâmite de Procedimentos Administrativos e o Arquivo de Processos

Como na grande maioria municípios pequenos e médios a edição de normas administrativas para o bom funcionamento dos vários setores da administração, a não ser os atos obrigatórios, é muito rara. A expedição de normas de procedimentos administrativos, dentro dos limites legais, é instrumento importante para dar eficiência e uniformidade ao desempenho das funções públicas. O exercício adequado só se consolidará através do conhecimento da equipe a respeito da importância destas normas, já que assim terão embasamento para a sua elaboração e prática.

O número de processos que tramitam pela Prefeitura é muito pequeno, não havendo maiores dificuldades quanto a sua tramitação e arquivamento.

A protocolização, tramitação e arquivamento dos requerimentos é um item importante da desburocratização dos procedimentos. O arquivamento dos requerimentos e processos deve ser feito num arquivo geral, de forma organizada e de fácil busca. Entretanto, a prática indica que alguns tipos de processos poderiam ser arquivados no próprio setor (ex. obras e licitações), porém os demais documentos devem ser centralizados para uma maior segurança e organização.

Particularmente, em relação ao Alvará de Licença para funcionamento de atividades no Município, o sistema não oferece dificuldades. O pequeno número de Alvarás expedidos não justifica um aumento de estrutura para atender a demanda.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Dos Equipamentos de Informática de dos Softwares

A situação em relação aos equipamentos pode ser considerada boa, entretanto em alguns setores precisa de atualização e um reforço de equipamento.

Os equipamentos e os sistemas não estão interligados. Os softwares utilizados são da empresa Elotech da cidade de Maringá.

O Município possui um site, que terá suporte para a inclusão das informações, dados e necessidades do Plano Diretor.

O Controle de Patrimônio

O patrimônio pelo pequeno número de bens é de fácil controle para atender as exigências da contabilidade e do Tribunal de Contas.

Regime de Previdência

O regime de previdência é o geral - Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.



7.2 Finanças Públicas

É o conjunto de ações e problemas que integram o processo de arrecadação e execução de despesas, pela administração pública e a gestão do patrimônio público. Abrangem todos os atos relativos a arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

De forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. O objetivo da análise do perfil das finanças municipais é identificar diferenças e semelhanças dos diversos elementos de receita, despesa, ativo e passivo em diferentes grupos de municípios.

RECEITAS FINANCEIRAS

Composição das receitas do município de Cambira

No município de Cambira como a maioria dos municípios brasileiros, a receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes¹⁸ que exercem grande influência na arrecadação, isto equivale dizer, que no período de 2005 a 2008, as receitas correntes foram responsáveis, em média por 95,29% da arrecadação total do Município, esses resultados são observados a partir da elevação das transferências governamentais, notadamente o FPM que detém 79,42% das transferências do Governo

¹⁸ **Receitas Correntes** - Receitas que apenas aumentam o patrimônio não-duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Federal e o ICMS que participa com 87,97% das transferências do Governo Estadual, durante o período analisado.

A Receita de Capital¹⁹ representou apenas 4,71% na média da Receita Total (Tabela 7.2.1) do Município, além disso, as Transferências de Convênios foram de valores baixos, como por exemplo, no ano de 2007 foi de R\$ 125 mil e no ano de 2008 R\$ 51 mil, demonstrando que é necessário um maior esforço na busca deste tipo de recurso, que exige contrapartida do Município.

Conclui-se que a arrecadação total para investimentos do município de Cambira sinaliza um comportamento inconstante de receita, levando o Município a repensar políticas estratégicas de levantar recursos através das transferências constitucionais e de fundos perdidos para injetar mais investimentos ao longo dos próximos anos.

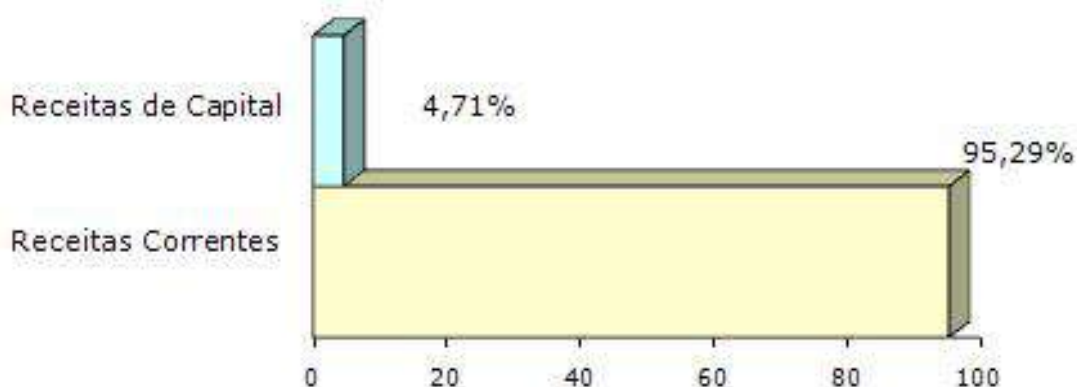
Esse comportamento das finanças públicas do município de Cambira retrata a maioria dos municípios paranaenses de pequeno porte em que os recursos destinados aos investimentos de capital são muito pequenos para as necessidades do Município.

Tabela 7.2.1 – Receita Municipal – Cambira (Valores R\$), 2005 a 2007.

Ano	Receita Corrente	%	Receita De Capital	%	Receita Total Bruta	%
2005	7.591.318,00	93,29	545.665,00	6,71	8.136.983,00	100,00
2006	8.320.675,00	94,47	487.047,00	5,53	8.807.722,00	100,00
2007	9.283.347,00	98,54	137.789,00	1,46	9.421.136,00	100,00
2008	10.849.934,96	94,87	586.696,42	5,13	11.436.631,38	100,00
Média	9.011.318,74	95,29	439.299,36	4,71	9.450.618,10	100,00

Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira

Gráfico 7.2.1 – Composição da Receita Municipal.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

A dedução das receitas correntes para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

¹⁹ **Receitas de Capital** - receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Educação - FUNDEB tem objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos com a educação, que estarão nos municípios para atendimento ao Ensino Fundamental e Educação Infantil.

A medida provisória nº339/06, de 28 de dezembro de 2006, especifica as receitas que compõem o FUNDEB, são entre outras: o FPM, o ICMS, o IPI exp., o IPVA e o ITR. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional – STN a partir de 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI Exportação de ICMS LC87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Em média as deduções atingiram a 10,88% da receita corrente no período 2005-2008, sendo que a maior dedução para formação do FUNDEB ocorreu no ano de 2008 com 12,49%. Em valores reais durante o período analisado as deduções tiveram crescimento progressivo, sendo que no período 2007-2008 a variação foi de 36,83%, enquanto que na média do período o crescimento foi de 21,65%, significando que a distribuição nos investimentos com educação tem sido crescentes a partir do período 2005-2006.

Tabela 7.2.2 - Receita Total Líquida – Cambira (Valores em R\$), 2005 a 2007.

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita Corrente	Receita Corrente Líquida	Receita [1] Total Líquida
2005	7.591.318,00	764.385,00	6.826.933,00	7.372.598,00
2006	8.320.675,00	814.108,00	7.506.567,00	7.993.614,00
2007	9.283.347,00	990.124,00	8.293.223,00	8.431.012,00
2008	10.849.934,96	1.354.751,66	9.495.183,30	10.081.879,72
Média	9.011.318,74	980.842,17	8.030.476,58	8.469.775,93

Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Receitas Correntes e Receita Tributária

Nos últimos quatro anos a receita tributária do município de Cambira atingiu, em média, 4,47% da receita corrente o que inviabiliza investimentos pelos baixos valores oriundos da receita tributária, notadamente os impostos de cunho municipal que mais representaram para os cofres públicos o ITBI e o ISSQN, cujos valores apesar de representar bem em termos relativos se mostram irrelevantes perante as necessidades da população.

No exercício de 2008 constata-se a maior participação das Receitas Tributárias no contexto das Receitas Correntes atingindo 5,16% e o indicador mais modesto foi o de 4,04% de participação da Receita Tributária/Receita corrente.

A análise das receitas tributárias demonstrou que no município de Cambira, a arrecadação dessas receitas oscilou entre variações significativas como, por exemplo, o crescimento de 7,48% no período 2005-2006 e 19,22% no período de 2007-2008, porém com queda substancial de 39,70% no período 2006-2007. a média de crescimento das receitas tributárias atingiu a 22,13%.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Visualizando a hipótese do poder Executivo estar exercendo os limites de apuração, a capacidade contributiva da população representada nos tributos, os mesmos poderão ser revistos pelos processos de modernização na estrutura municipal e também no sentido adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

Tabela 7.2.3 - Receita Tributária X Receita Corrente – Cambira (Valores em R\$).

Ano	Receita Tributária	Receita Corrente	% Indicador (A: B). 100
2005	312.930,00	7.591.318,00	4,12
2006	336.340,00	8.320.675,00	4,04
2007	400.980,00	9.283.347,00	4,32
2008	560.150,91	10.849.934,96	5,16
Média	402.600,02	9.011.318,74	4,47

Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Composição das receitas correntes do município de Cambira

As receitas correntes do município de Cambira são responsáveis, em média por 95,29% do total da arrecadação do Município. A receita corrente é composta por diversas variáveis, entre elas as mais importantes são as transferências constitucionais federais e estaduais e as receitas tributárias.

Os números comprovam a dependência do Município nas transferências da União e do Estado que correspondem a 89,96% das receitas correntes (Tabela 7.2.4). Em valores absolutos a análise conjunta das principais fontes de receitas durante o período 2005-2008, mostra quão o Município depende do comportamento macroeconômico (Tabela 7.2.5).

Esses resultados são imagens da dinâmica de desenvolvimento do Município, da sua capacidade empreendedora, tanto nos níveis de governo quanto da iniciativa privada, através de ações conjuntas de parceiras poderá se estabelecer novo ritmo de crescimento do Município.

Tabela 7.2.4 – Composição da Receita Corrente – Cambira, 2005-2008 (em R\$).

Ano	Receitas Correntes				
	Patrimonial	Tributária	Transferências	Demais	Total
2005	43.151,00	312.930,00	6.966.461,00	268.776,00	7.591.318,00
2006	47.923,00	336.340,00	7.423.087,00	513.325,00	8.320.675,00
2007	17.219,00	400.980,00	8.117.768,00	747.380,00	9.283.347,00
2008	55.089,03	560.150,91	9.917.679,61	317.015,41	10.849.934,96
Média	40.845,51	402.600,02	8.106.248,90	461.624,10	9.011.318,74

Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

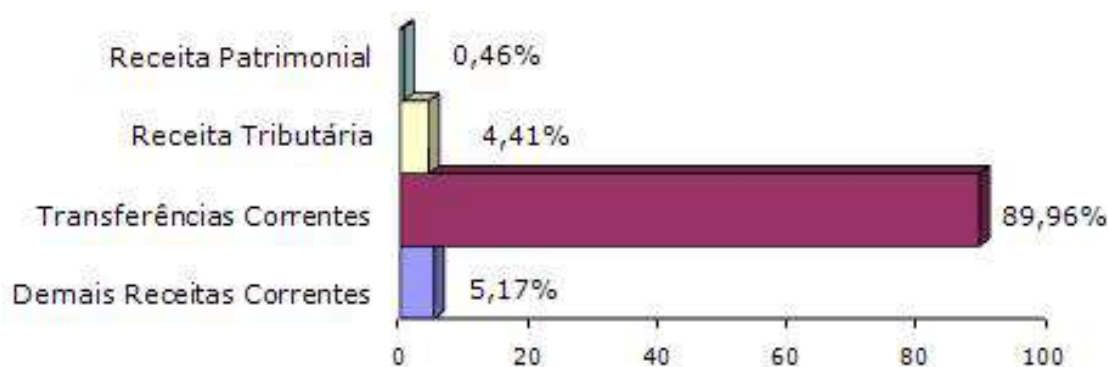
Tabela 7.2.5 - Composição da Receita Corrente – Cambira, 2005 a 2008.

Ano	Receitas Correntes (%)				
	Patrimonial	Tributária	Transferências	Demais	Receita Total
2005	0,57	4,12	91,77	3,54	100,00
2006	0,58	4,04	89,21	6,17	100,00
2007	0,19	4,32	87,44	8,05	100,00
2008	0,51	5,16	91,41	2,92	100,00
Média	0,46	4,41	89,96	5,17	100,00

Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Na composição média do período analisado segue abaixo a composição da receita corrente municipal:

Gráfico 7.2.2 – Composição da Receita Corrente.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Participação percentual de tributos municipais

A análise conjunta das principais fontes de arrecadação própria durante o período de 2005 a 2008 mostra que o ISSQN e o ITBI são os principais impostos em termos de arrecadação própria do Município.

Em valores reais a preços constantes de 2008 os resultados na arrecadação dos tributos municipais se comportaram da seguinte forma, o valor de 2005 atualizado para R\$ 318 mil contra os valores de 2008 na ordem de R\$ 478 mil. Isso significa que a arrecadação dos exercícios de 2006 que atingiu R\$ 322 mil e 2007 com arrecadação de R\$ 361 mil foram inferiores, aos valores de 2008. Esses dados refletem em crescimento médio de 15,25% durante o período 2005-2008 considerando um bom desempenho se comparado com os índices de inflação de igual período.

O reflexo da arrecadação própria influencia na gestão do Município que depende dessa arrecadação para o planejamento de atividades e investimentos que venham beneficiar a população. Nesse sentido principalmente o IPTU com baixa arrecadação devem passar por um processo de modernização tributária.

Cabe salientar que muitos impostos municipais têm momentos de instabilidades e oscilações, além da sazonalidade na arrecadação que é peculiar no serviço público e esses procedimentos devem ser levados em consideração e passa ser um caso de administração das finanças públicas, sabendo-se que no primeiro semestre o



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

comportamento de arrecadação, normalmente, é mais saudável que o comportamento de arrecadação do segundo semestre.

Desta forma, os impostos de forma geral tem o sentido ou a forma de financiamento dos gastos públicos e refletem em negociações financeiras do Município, aí se mede o nível de administração do dinheiro público, pois a arrecadação está vinculada ao comportamento do mercado, como é o caso do ITBI, que depende da comercialização imobiliária, taxas com alvará de licença e etc.

Tabela 7.2.6 – Receitas Próprias – Cambira, período 2005 a 2008 (em R\$).

Receita	2005	2006	2007	2008	Média
IPTU	56.943,00	52.746,00	57.493,00	55.683,19	55.716,30
ITBI	52.362,00	61.725,00	104.250,00	227.967,08	111.576,02
ISSQN	85.555,00	93.550,00	88.803,00	113.115,40	95.255,85
TAXAS	81.791,00	79.619,00	88.534,00	77.677,98	81.905,50
Total	276.651,00	287.640,00	339.080,00	478.443,65	

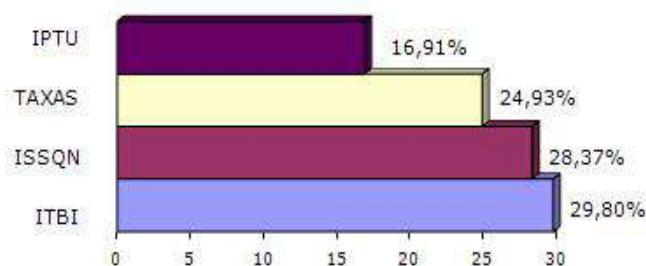
Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Tabela 7.2.7 – Participação Percentual dos Tributos na Arrecadação Própria do município de Cambira, período 2005-2008.

Receita	2005	2006	2007	2008	Média
IPTU	20,58	18,34	16,96	11,74	16,91
ITBI	18,93	21,46	30,74	48,05	29,80
ISSQN	30,93	32,52	26,19	23,84	28,37
TAXAS	29,56	27,68	26,11	16,37	24,93
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Gráfico 7.2.3 – Composição dos Tributos Municipais.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

As dificuldades podem ser apontadas a partir da comparação na participação das arrecadações próprias com as Receitas Correntes que englobam principalmente as transferências constitucionais que perfazem o maior montante dos recursos públicos do Município (Tabela 7.2.8).

Tabela 7.2.8 – Participação Percentual dos Tributos Municipais na Receita Corrente.

Ano	Receita Corrente	IPTU	ITBI	ISSQN	TAXAS
2005	7.591.318,00	0,75	0,69	1,13	1,08
2006	8.320.675,00	0,63	0,74	1,12	0,96
2007	9.283.347,00	0,62	1,12	0,96	0,95
2008	10.849.934,96	0,51	2,10	1,04	0,72
Média	9.011.318,74	0,63	1,16	1,06	0,93

Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

DESPESAS FINANCEIRAS

Composição Financeira do Município de Cambira

Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o município de Cambira depende de receita financeira para uso dentro dos limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção e etc.

Os indicadores encontrados na proporcionalidade entre Despesas de Capital e Despesas Correntes revelam o peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre pequenos municípios. Em Cambira nos anos 2005 a 2008 em média de 88,49% das Despesas Totais estiveram comprometidas com Despesas Correntes e as Despesas de Capital com 11,51% das Despesas Totais.

Esse estudo procura mostrar, além do comparativo com as receitas correntes, o nível de investimentos praticado pelo Município e nesse particular visualiza-se que os maiores investimentos em valores nominais ocorreram em 2006 e 2008 (justamente em períodos de eleições Tabela 7.2.9), conforme está demonstrado nas Despesas de Capital.

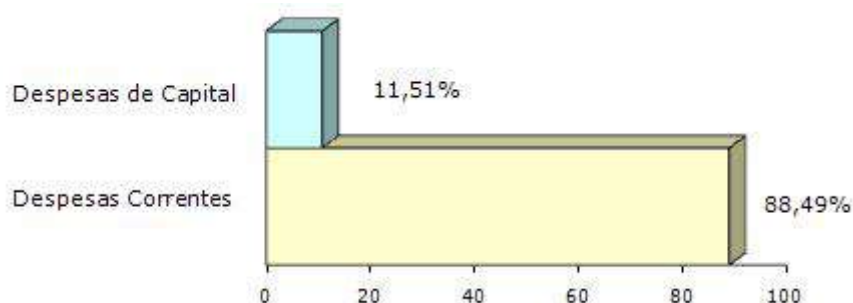
As Despesas Totais, considerando os valores reais durante o período analisado, foram crescentes chegando a evoluir 13,63% no período 2005-2006 e em média o crescimento foi de 7,46% esse aumento é devido naturalmente pela demanda da população pelos bens públicos exigindo para isso mais gastos públicos para atender as necessidades da população. Entre 2005 e 2008 em valores reais (a preços constantes de 2008) os gastos públicos cresceram 23,56% (R\$ 7.548.957,49 para 9.327.514,08).

Tabela 7.2.9 – Composição da Despesa – Cambira, 2005 a 2008 (em R\$).

Ano	Despesa Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Total	%
2005	5.911.360,00	90,15	646.060,00	9,85	6.557.420,00	100,00
2006	6.692.471,00	87,36	968.145,00	12,64	7.660.616,00	100,00
2007	7.248.210,00	90,16	790.915,00	9,84	8.039.125,00	100,00
2008	8.050.091,76	86,30	1.277.422,32	13,70	9.327.514,08	100,00
Média	6.975.533,19	88,49	920.635,58	11,51	7.896.168,77	100,00

Fonte: FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Gráfico 7.2.4 – Composição da Despesa Municipal.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

A Despesa Corrente municipal de Cambira é encabeçada pela Despesa de Pessoal que durante os quatro anos analisados de acordo com as Tabelas 7.2.10 e 7.2.11 não chegou a ameaçar de forma mais contundente os limites estabelecidos pela LRF, significando que a gestão de recursos humanos no município de Cambira está em boa posição e atende a legislação em vigor.

Os indicadores que medem a participação financeira das Despesas de Pessoal em relação às receitas e despesas totais e correntes mostram um bom desempenho da administração das contas públicas no que se refere aos gastos com pessoal, pois os gastos com pessoal no município de Cambira durante o período analisado atingiram uma média de 42,35% da Receita Corrente Líquida - RCL que é bem inferior ao limite de 54% da RCL (Art. 19, Art. 21, III, b e Art. 22, parágrafo único) para os gastos com pessoal.

No exercício de 2007 ocorreram as maiores ameaças dos gastos com pessoal em relação às receitas e despesas municipais, conforme demonstrado na Tabela 7.2.11 esses gastos foram responsáveis por 45,8% da RCL e 52,4% da Despesa Corrente, porém esses indicadores estão na mais absoluta normalidade, o que não impede o executivo envidar esforços para redução contínua dos gastos públicos.

A conclusão óbvia é que o Município está abaixo do limite e tem padrão de gasto compatível com a capacidade de geração de receitas, princípio fundamental que norteia a boa gestão fiscal.

Tabela 7.2.10 - Gastos com Pessoal x Receitas e Despesas – Cambira.

Ano	Despesa com Pessoal	Receita		Despesa	
		Total	Corr. Líquida	Total	Corrente
2005	2.616.204,00	8.136.983,00	6.826.933,00	6.557.420,00	5.911.360,00
2006	3.129.346,00	8.807.722,00	7.506.567,00	7.660.616,00	6.692.471,00
2007	3.798.316,00	9.421.136,00	8.293.223,00	8.039.125,00	7.248.210,00
2008	4.137.578,74	11.436.631,38	9.495.183,30	9.327.514,08	8.050.091,76
Média	3.420.361,19	9.450.618,10	8.030.476,58	7.896.168,77	6.975.533,19

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Tabela 7.2.11 - Participação Pessoal x Receitas e Despesas – Cambira.

Ano	Participação Pessoal (%) sobre a:			
	Receita Total	Receita Corrente Líquida	Despesa Total	Despesa Corrente
2005	32,15	38,32	39,90	44,26
2006	35,53	41,69	40,85	46,76
2007	40,32	45,80	47,25	52,40
2008	36,18	43,58	44,36	51,40
Média	36,05	42,35	43,09	48,71

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

DESPESAS POR FUNÇÃO

As despesas por função, tais como: saúde, administração e educação, são relativamente as mais elevadas nos municípios de menor porte demográfico que financiam esses serviços para que estejam disponíveis à sua população, e o aumento



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

constante dos encargos municipais faz com que o custo de manutenção se avolume podendo em alguns municípios fugir do controle das administrações municipais.

As despesas por função correspondem ao somatório das despesas correntes e despesas de capital. No município de Cambira em relação ao período 2006-2008 a média dos maiores gastos foi concentrada pela ordem de grandeza: administração, saúde, educação e transportes (Tabela 7.2.12).

Considerando os gastos com as principais funções a preços constantes de 2008, observa-se que com: i) Administração os gastos foram reduzido em 3,75% no período 2006-2007 (R\$ 1.540.720 para R\$ 1.483.016) e 1,89% no período 2007-2008 (R\$ 1.483.016 para R\$ 1.455.061); ii) Educação no período 2006-2007 os gastos caíram 3,15% (R\$ 1.846.014 para R\$ 1.787.951) e se elevaram 14,46% no período 2007-2008 (R\$ 1.787.951 para R\$ 2.046.504); e iii) Saúde houve um acréscimo de 22,5% no período 2006-2007 (R\$ 2.076.566 para R\$ 2.543.775) e reduz 13,46% no período 2007-2008.

Os gastos com a agricultura se comparado com outras funções é muito baixo pela sua representatividade na economia local. Observa-se que os gastos nas funções relacionadas com comercio e serviços, indústria, saneamento e gestão ambiental inexistem, comprometendo o desenvolvimento do Município principalmente quando se leva em conta que a importância imprescindível desses segmentos para o desenvolvimento do Município. Nesse sentido deverão ser discutidos propostas e projetos, que possam distribuir mais racionalmente os gastos públicos que venham de encontro com os anseios da comunidade.



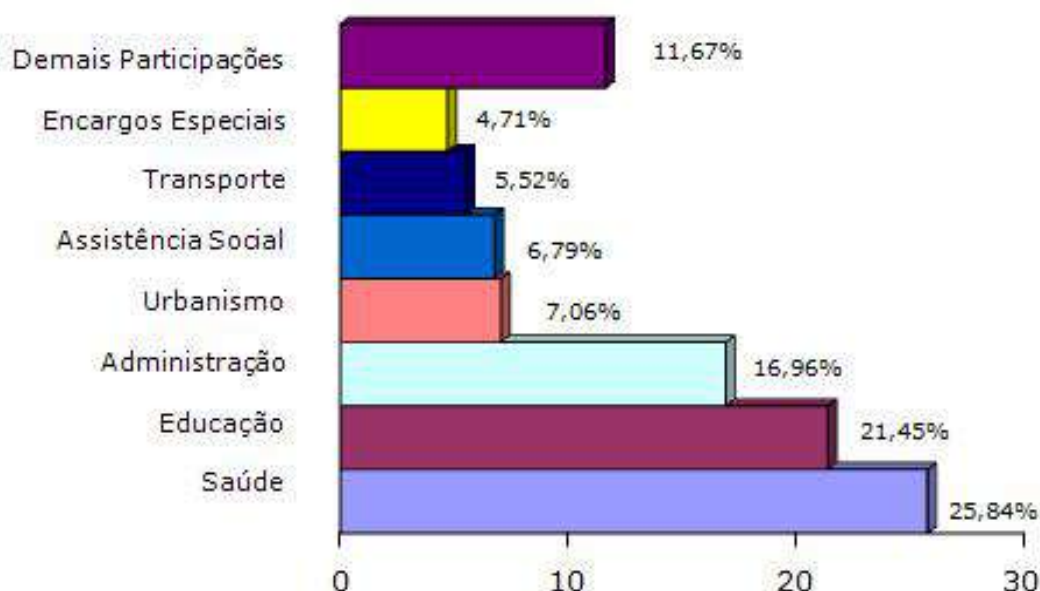
MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 7.2.12 - Despesas Municipais por Função – Cambira (2006 a 2008) em R\$.
Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Discriminação	Em Reais			Participação %		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Administração	1.375.958	1.392.765	1.455.061	17,96	17,32	15,60
Assistência Social	583.330	507.319	600.264	7,61	6,31	6,44
Previdência Social	343.090	361.533	384.476	4,48	4,50	4,12
Saúde	1.854.501	2.388.970	2.201.501	24,21	29,72	23,60
Trabalho	5.976	77.698	76.997	0,08	0,97	0,83
Educação	1.648.604	1.679.143	2.046.504	21,52	20,89	21,94
Cultura	29.492	11.631	17.558	0,38	0,14	0,19
Urbanismo	494.929	484.749	811.799	6,46	6,03	8,70
Habitação	0,00	0,00	165.000	0,00	0,00	1,77
Saneamento	17.617	11.905	14.273	0,23	0,15	0,15
Gestão Ambiental	10.056	8.985	15.000	0,13	0,11	0,16
Agricultura	411.476	217.748	334.737	5,37	2,71	3,59
Indústria	1.650	5.715	7.030	0,02	0,07	0,08
Comunicações	4.351	4.932	4.268	0,07	0,07	0,05
Transporte	369.469	406.367	624.784	4,82	5,05	6,70
Defesa Nacional	10.172	16.282	18.009	0,13	0,20	0,19
Desporto e Lazer	123.125	103.974	107.859	1,61	1,29	1,16
Encargos Especiais	376.820	359.409	442.395	4,92	4,47	4,74
Total	7.660.616	8.039.125	9.327.515	100,00	100,00	100,00

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Gráfico 7.2.5 – Composição dos Tributos Municipais (Média dos anos 2004, 2005 e 2006).



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Evolução das despesas totais em relação às receitas totais do Município

O município de Cambira apresentou desempenho equilibrado das finanças públicas, onde as despesas referente administração pública municipal durante o período de 2005 a 2008 foram inferiores as receitas totais em todos os anos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Na relação entre despesa e receita, ao longo o período analisado as despesas corresponderam em média 83,55% dos gastos governamentais, sendo R\$ 2.109.462 a diferença entre as receitas e despesas totais que podem ser considerados como poupança pública municipal.

Tabela 7.2.13 –Despesa e Receita – Cambira (Valores em R\$), 2005 a 2007.

Ano	Despesa Total (A)	Receita Total (B)	(A: B). 100
2005	6.557.420,00	8.136.983,00	80,59
2006	7.660.616,00	8.807.722,00	86,98
2007	8.039.125,00	9.421.136,00	85,33
2008	9.327.514,08	11.436.631,38	81,56
Média	7.896.168,77	9.450.618,10	83,55

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS – DE CAMBIRA

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar o patrimônio público.

Indicador de Esforço Tributário

Para análise do Indicador do esforço tributário, a relação entre a receita tributária com a população, mostra que o ano de 2008, em valores nominais, foi o que apresentou o melhor resultado de contribuição, onde cada pessoa que compõe a população do município de Cambira contribuiu com R\$ 78,90 *per capita* com a receita tributário municipal.

No exercício de 2008 a arrecadação *per capita* municipal foi assim distribuída: i) ITBI que é principal imposto municipal, R\$ 32,08; ii) IPTU com um valor R\$ 7,84; iii) ISSQN arrecadou R\$ 15,92 e; iv) Taxas com apenas R\$ 10,93. A baixa arrecadação própria condiciona o Município a baixos investimentos.

O valor médio das Receitas Tributárias foi de R\$ 402.733,30 que estabeleceu o Indicador do esforço tributário em R\$ 57,94 *per capita* durante o período de 2005 a 2008 é relativamente baixo, mas é um valor médio praticado em boa parte dos municípios paranaenses de pequeno porte. Esse nível de dificuldades estimula novas ações de política fiscal por parte do executivo, como atualizações no código tributário municipal para evitar dificuldades de caixa.

Tabela 7.2.14 - Indicador de Esforço Tributário – Cambira (Valores em R\$).

Ano	Receita Tributária (A)	População (B)	Indicador (A: B)
2005	312.930,00	6.899	45,36
2006	336.340,00	6.936	48,49
2007	400.980,00	6.862	58,43
2008	560.683,19	7.106	78,90
Média	402.733,30	6.951	57,94

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Indicador de Dependência

Neste índice procura-se avaliar em que medida o Município depende das receitas transferidas para poder oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Totais. Quanto mais próximo de "1" maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS.

Com média de 1,07 no período 2005-2008, comprova que o município de Cambira tem um grau de dependência elevado e que fica a mercê das transferências constitucionais. Nos anos de 2005 e 2008 constatou-se o maior grau de dependência municipal em relação às transferências governamentais, algo extremamente preocupante e que requer políticas públicas urgentes para se criar mecanismos de defesa as dependências quase exclusivas dos repasses constitucionais.

Em função da arrecadação relativamente baixa das receitas tributárias, o Município apresenta dependência das receitas transferidas para manter suas despesas, comprometendo os limites dos recursos disponibilizados.

Este resultado demonstra que o Município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, fazendo também adoção de políticas de crescimento e estratégias de desenvolvimento, para fazer frente aos imprevistos nos repasses dos recursos governamentais.

Tabela 7.2.15 – Indicador de Dependência – Cambira (Valores em R\$).

Ano	Receita Transferida ²⁰	Despesa Total (B)	Indicador (A: B)
2005	7.355.384,00	6.557.420,00	1,12
2006	7.907.645,00	7.660.616,00	1,03
2007	8.227.896,00	8.039.125,00	1,02
2008	10.228.752,53	9.327.514,08	1,10
Média	8.429.919,38	7.896.168,77	1,07

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Indicador de Financiamento dos Gastos

Esse estudo retrata a relação entre despesas correntes e receita própria; ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito), e quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

O município de Cambira está na dependência de um grande esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente às despesas correntes. A receita tributária no período 2005-2008 com média de crescimento de 22,13% superou a média das despesas correntes que foi de 10,86% esse ritmo ameniza de certa forma as dificuldades financeiras do Município.

A Tabela 7.2.16 mostra o comportamento da arrecadação própria, cujos indicadores comprovam a forte dependência dos recursos de transferência. Na relação

²⁰ Somatórios da Transferência de Receita Corrente e Transferência de Capital.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

despesa corrente e receita tributária o menor esforço dessa receita ocorreu no ano de 2008, porém em 2006 pode-se evidenciar o maior esforço da receita tributária para fazer frente às despesas correntes, ou seja, a necessidade de maior arrecadação faria diminuir esse indicador.

A participação da receita tributária, apesar do crescimento médio superior as despesas correntes, ainda é muito pequena em relação à despesa corrente, ficando a evidência de adoção de reformulação na política tributária municipal no sentido de criar estímulos de arrecadação que possam suprir e/ou amenizar as dificuldades de caixa por que passa o Município, notadamente no segundo semestre, uma vez que os níveis de despesas são relativamente estáveis durante o ano.

Tabela 7.2.16 - Indicador de Financiamentos dos Gastos – Cambira (Valores em R\$).

Ano	Valores (R\$)		Indicador (A: B)
	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	
2005	5.911.360,00	312.930,00	18,89
2006	6.692.471,00	336.340,00	19,90
2007	7.248.210,00	400.980,00	18,08
2008	8.050.091,76	560.150,91	14,37
Média	6.975.533,19	402.600,23	17,33

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Indicador de Poupança

Com receitas municipais próprias arrecadadas, o Município terá deduções de despesas, a diferença poderá ser utilizada para investimento de capital.

A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes no período 2005 a 2008 e o Indicador foi calculado a partir da razão entre as Receitas Correntes e Despesas Correntes.

Este indicador reflete o esforço da administração em relação ao saneamento financeiro do Município. O melhor indicador de poupança foi 1,35 no exercício de 2008 e a média dos indicadores de poupança do Município foi de 1,29 - isto resultou em uma média de poupança de R\$ 2.035.785 no período analisado.

A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros além da gestão municipal voltada a severidade no trato da coisa pública, esses recursos destinados a poupança podem ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

No município de Cambira esses indicadores têm se mantido ao longo dos anos, o que torna saudável para as pretensões de investimento local.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 7.2.17 – Indicador de Poupança - Cambira (Valores em R\$).

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A: B)
2005	7.591.318,00	5.911.360,00	1.679.958,00	1,28
2006	8.320.675,00	6.692.471,00	1.628.204,00	1,24
2007	9.283.347,00	7.248.210,00	2.035.137,00	1,28
2008	10.849.934,96	8.050.091,76	2.799.843,20	1,35
Média	9.011.318,74	6.975.533,19	2.035.785,55	1,29

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

Indicador Capacidade de Investimento

O Município poderá investir 20,79% das receitas, se considerado o ano de 2008. A capacidade de investimentos durante o período 2005-2007 foi inferior ao ano de 2008. O montante dos recursos em 2008 foi maior que os exercícios anteriores, o que favorece o atendimento das necessidades de investimentos futuros. A análise geral da despesa total é que a mesma continuará aumentando anualmente face ao aumento de receita, com isso possibilitando maiores investimentos ao longo dos próximos anos.

O Município nos quatro anos analisados apresentou uma capacidade de investimento média de 19,63% (Tabela 7.2.18), em todos os anos as despesas correntes e amortizações foram inferiores as receitas efetivas, cujo comportamento de poupança interna proporciona índices positivos para ampliar a capacidade de investimento.

Em relação à Receita Efetiva ocorre em todos os anos uma poupança interna, porém para viabilizar novos investimentos há necessidade de precaução nos gastos correntes do Município, desde o início do exercício para evitar descontroles ao longo do ano, notadamente no 2º semestre onde as dificuldades de manter o equilíbrio orçamentário são maiores em função da queda natural da arrecadação, principalmente nos municípios menores e mais dependentes das transferências intergovernamentais.

A análise da capacidade total de investimento mais os recursos financiados proposto pelo Relatório da Gestão Fiscal do Município (AGF/2008) serão tratados no capítulo sobre Aspectos Financeiros que se referem às necessidades e à utilização dos recursos financeiros pelo Município, relacionando, ainda, à natureza e estrutura da captação com a natureza e estrutura da aplicação.

Tabela 7.2.18 – Tributos Municipais na Receita Corrente – Cambira (Valores em R\$).

Ano	Receita Total	Receita ²¹ Efetiva	Despesa Corrente	Amortização	Despesa Corrente + Amortização	Capacidade de Investimento ²²	Cap. de Inv. (%) ²³
2005	8.136.983	7.484.233	5.911.360	228.294	6.139.654	1.344.579	17,97
2006	8.807.722	8.320.675	6.692.471	322.325	7.014.796	1.305.879	15,69
2007	9.421.136	9.283.347	7.248.210	332.384	7.580.594	1.702.753	18,34
2008	11.736.631	10.650.811	8.050.091	386.619	8.436.710	2.214.101	20,79
Média	9.450.618	8.362.751	6.975.533	317.405	7.292.938	1.641.828	19,63

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Cambira.

²¹ Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito.

²² Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortizações).

²³ Cap. Inv. % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva x 100.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

REPASSES FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS

Parte substancial dos impostos federais recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional encontra-se previamente destinadas aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios brasileiros, por força de dispositivos da Constituição Federal.

Embora as transferências constitucionais ainda correspondam a maior parcela da receita disponível municipal, o quadro tem se alterado significativamente nos últimos anos. O município de Cambira vem explorando razoavelmente suas competências tributárias próprias. Na amostra analisada, a arrecadação direta de tributos municipais, em 2008 alcançou aproximadamente a R\$ 560 mil correspondendo a 5,16% da Receita Corrente.

Transferências Constitucionais do Governo Federal - Cambira

Transferências Constitucionais são as parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal, transferidas para estados, Distrito Federal e municípios, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Os repasses do Governo Federal para o município de Cambira, durante o período 2004-2008 apresentaram crescimento de 2,9 vezes mais que a média da inflação no mesmo período sinalizando um bom desempenho da evolução das transferências na esfera federal, ou seja, enquanto os repasses cresceram em média 16,38% a inflação de igual período foi em média 5,64%. Em 2008 o crescimento dos repasses federais foi o mais significativo, atingindo 34,78% de crescimento em relação ao ano imediatamente anterior.

Em relação aos repasses do Governo Federal para o município de Cambira, o Fundo de Participação dos Municípios - FPM é a principal fonte de recursos do governo federal, mostrou a participação média de 79,42% do total dos repasses ao longo dos cinco anos. A evolução do FPM foi crescente no período de 2004 a 2008 com uma média de 16,53%, porém pela regularidade desses repasses proporciona condições de planejamento na utilização dos recursos transferidos pela União ao longo dos anos. O maior crescimento do FPM ocorreu no período 2007-2008 atingindo a 35,89%.

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB, segundo maior repasse do governo federal, a média de crescimento ao longo dos cinco anos de 17,9%. O maior crescimento do FUNDEB ocorreu no período 2007-2008 atingindo a 35,88% que foi responsável pela excepcional média de crescimento dessa conta.

A arrecadação própria é menor do que é recebido de FPM – uma afirmação comum nos pequenos municípios como é o caso de Cambira, visto que as principais transferências intergovernamentais apresentam pouco ou nenhum incentivo para geração própria de receita.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Avaliação Temática Integrada

A importância do FPM no orçamento dos pequenos municípios como é o caso de Cambira foi ainda mais evidente quando considerada em termos *per capita* pela proporção de repasse maior em relação aos municípios de médio porte para cima.

Os demais repasses representados pelo Imposto Territorial Rural – ITR, Lei Candir 87/96, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e Fundo de Exportação – FEX participam em menor escala em relação ao total das transferências constitucionais.

Segundo o STN, os recursos dos Fundos provêm da arrecadação das receitas do Imposto de Renda - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, em percentuais indicados a seguir:

FUNDO	IR	IPI
FPE *	21,5%	21,5%
FPM *	22,5%	22,5%
FNE	1,8%	1,8%
FNO	0,6%	0,6%
FCO	0,6%	0,6%
FPEX **	-	10,0%

(*) - 15% são destinados ao FUNDEF.
(**) - Cada estado deve entregar 25% do valor recebido aos respectivos municípios, observados os critérios estabelecidos na Constituição Federal.

Figura 7.2.1 – Origem recursos dos fundos – IR e IPI.

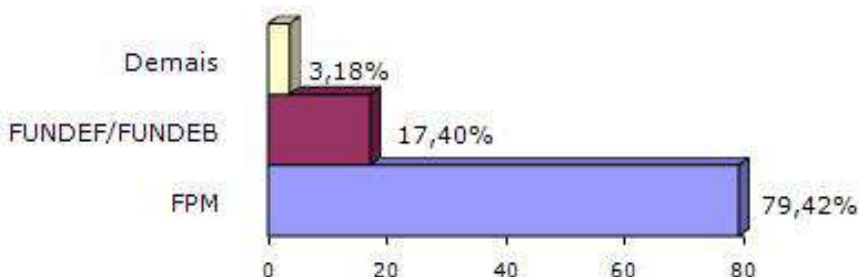
Fonte: STN.

Tabela 7.2.19 – Transferências Federal para o município de Cambira, período 2004 a 2008 (em R\$).

Especificação	2004	2005	2006	2007	2008	Média
FPM	2.227.953	2.628.623	2.739.645	2.960.042	4.022.392	2.915.731
ITR	11.308	12.09	12.187	12.072	10.945	9.302
LC 87/96	52.927	60.607	37.597	35.783	33.127	44.008
CIDE	21.269	33.286	31.325	30.039	25.931	28.370
FEX	14.170	25.194	48.997	38.857	47.249	34.893
FUNDEF/FUNDEB	476.653	551.697	592.639	667.122	906.502	638.923
TOTAL	2.804.283	3.299.407	3.462.390	3.743.915	5.046.146	3.671.227

Fonte: STN - Relatórios Fiscais do Município.

Gráfico 7.2.6 – Repasses Federais.



Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Transferências Constitucionais do Governo Estadual - Cambira

Do produto da arrecadação dos impostos de competência do Estado, parte substancial destina-se, constitucionalmente, aos municípios.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

As mais significativas decorrem das receitas do ICMS, principal imposto arrecadado pelo Estado, que destina aos municípios 25% do seu total, além do IPVA, que destina 50% da arrecadação aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos.

A Receita Estadual tem divulgado as informações básicas os repasses estaduais, com o fim de fornecer os elementos essenciais para compreensão do assunto por parte do principal público a que se destina: Prefeitos, Vereadores, Parlamentares Estaduais, Federais, Associações de Municípios e cidadãos interessados em informar-se sobre o assunto.

Denominam-se "Transferências Constitucionais" as parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos municípios, por disposição constitucional.

Em relação ao total dos repasses estaduais, o ICMS (repasso líquido) principal fonte de recursos do governo estadual. No período analisado identifica-se um equilíbrio nos repasses, onde a menor participação do ICMS líquido em relação ao repasse total ocorreu em 2008 alcançando a 87,37% e a maior em 2006 com 90,56%, porém a média dos repasses ficou em 87,97% que levou ao comportamento praticamente uniforme, ao longo dos cinco anos, esse padrão de arrecadação possibilita ao executivo municipal estabelecer critérios e planejamento na utilização desses recursos.

Os repasses do ICMS e FPM são os mais significativos e sempre essas transferências mostram que os indicadores de arrecadação tem sido bem superiores aos índices de inflação de 5,64% em igual período. O município de Cambira ao longo dos cinco anos analisados mostra que os valores líquidos de repasse do ICMS apontou crescimento médio anual de 16,29% evidenciando um crescimento da arrecadação do ICMS líquido em todos os períodos analisados.

O IPVA é um fator relevante em termos de transferência do Estado para grande parte dos municípios. No município de Cambira tem razoável representatividade financeira nos resultados, participando em média de 7,98% do total dos repasses estaduais sendo caracterizada como uma receita significativa para todos os municípios brasileiros.

O resultado durante o período de 2004 a 2008 poderia ser melhor se não fosse o comportamento exógeno²⁴ desfavorável das condições climáticas adversas, níveis de preços de comercialização em baixa, juros elevados, crises em outros países, descapitalização dos produtores e da política cambial em que a valorização do Real (R\$) em relação ao a moeda americana (dólar), foi considerada pelos analistas como os

²⁴ Quando as implicações são causadas por interferências que independem da vontade do município.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

principais fatores que comprometeram a economia paranaense e brasileira em função do grau da dependência, principalmente, da agropecuária.

Tabela 7.2.20 – Receitas - Transferências do Estado durante o período de 2004 a 2005 município de Cambira (Valores em Reais).

Ano	ICMS25		Fundo de Exportação ²⁶	Royalties Petróleo	IPVA27	Total Repasse Líquido
	Repasse Bruto	Repasse Líquido				
2004	1.419.841	1.117.833	35.159	1.349	97.069	1.251.411
2005	1.819.954	1.528.706	47.322	1.789	113.376	1.691.193
2006	2.119.212	1.788.912	53.608	1.442	131.532	1.975.496
2007	2.210.632	1.842.340	58.684	1.025	186.160	2.088.211
2008	2.441.733	1.994.255	64.551	1.168	222.638	2.282.613
Média	2.002.274	1.654.409	51.865	1.355	150.155	1.880.665

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

VALOR ADICIONADO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Comparativo - Resumo dos Índices do Município – ICMS

Os números apresentados na Tabela 7.2.21 mostram que, considerando valores nominais, Cambira apresentou vantagens comparativas em relação aos municípios de Bom Sucesso e Califórnia no período de 2004 a 2008, em termos de crescimento Califórnia se comportou um pouco melhor atingindo 13,05% em média contra 11,43% de Cambira e 10,65% de Bom Sucesso.

O Comportamento econômico referente ao Valor Adicionado Fiscal apresentou algumas oscilações, como por exemplo, para os municípios Bom Sucesso e Califórnia a maior variação ocorreu em 2004 e Cambira em 2008, significando que os momentos de crescimento não são padronizados e cada um se comporta de acordo com suas peculiaridades.

Os valores obtidos pelo município de Cambira foram no geral mais relevantes que os municípios comparados, porém, exceto o município de Califórnia os dois outros municípios apresentaram variações negativas, sendo Cambira nos anos de 2005 e 2006; Bom Sucesso no exercício de 2005.

²⁵ ICMS - valor referente à cota-parte do ICMS aplicada sobre o Índice de Participação do Município. Valor Líquido já deduzidos 15% para o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, e eventuais valores dados como garantia.

²⁶ Fundo de Exportação - cota parte do imposto (ICMS) sobre produtos industrializados de Estados exportadores. Valor divulgado corresponde ao valor líquido, já descontados FUNDEF e PASEP.

²⁷ IPVA - Repasse correspondente aos veículos licenciados no Município. Não se fundamenta no Índice do FPM.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Tabela 7.2.21 – Evolução do Valor Adicionado Fiscal – Cambira, Bom Sucesso e Califórnia, período de 2004 a 2008.

Ano	Cambira	Δ%	Bom Sucesso	Δ%	Califórnia	Δ%
2004	61.463.123	18,98	43.636.232	27,28	27.126.493	15,27
2005	56.129.928	(8,68)	39.227.550	(10,10)	30.609.154	12,84
2006	52.337.640	(6,76)	48.299.070	23,13	33.855.819	10,61
2007	61.494.686	17,50	50.276.598	4,09	38.757.503	14,48
2008	83.712.146	36,13	54.733.022	8,86	43.423.708	12,04
Média	63.027.504	11,43	47.234.494	10,65	34.754.535	13,05

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Comportamento Financeiro

O Valor da Produção Agropecuária do município de Cambira, igualmente ao Valor Adicionado Fiscal, apresentou comportamentos contrastantes, conforme Tabela 7.2.22 – no período de 2004-2008 o VAF apresentou uma variação média de 11,43%, porém em 2005 e 2006 as variações foram negativas.

O Valor da Produção Agropecuária no Município apresentou variações positivas em todos os anos pesquisados, exceto o ano de 2005. A variação mais expressiva foi em 2008 com 39,48%. Essas referências levam a reflexão sobre a conduta e desempenho desses indicadores pela importância que a produção agropecuária representa na composição da renda municipal.

Tabela 7.2.22 – Evolução do Valor Adicionado Fiscal e Produção Agropecuária – Cambira, durante o período de 2004 a 2008.

Ano Base	Valor Adicionado (R\$)	Variação (%)	Produção Agropecuária (R\$)	Variação (%)
2004	61.463.123	18,98	37.987.187	3,23
2005	56.129.928	(8,68)	30.783.572	(18,96)
2006	52.337.640	(6,76)	33.101.429	7,53
2007	61.494.686	17,50	40.339.198	21,87
2008	83.712.146	36,13	56.266.840	39,48
Média	63.027.504	11,43	39.695.645	10,63

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA NO VALOR ADICIONADO

No período 2004-2005, em valores nominais, o Valor Adicionado Fiscal de Cambira, cresceu em média 9,55%, com a maioria das movimentações econômicas originadas do setor primário correspondendo em média com 49,02% do valor adicionado fiscal do Município.

A seguir a análise da participação de cada setor econômico na composição do Valor Adicionado Fiscal, conforme Tabela 7.2.23:

O Setor Primário, conforme indica a Tabela 7.2.23 mostra informações onde sinaliza que o Setor Primário apresentou indiscutivelmente a maior participação no Valor Adicionado Fiscal - VAF do Município, com participação média de 49,02%, durante



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

os cinco anos. Os ganhos financeiros do setor primário sinalizaram crescimento médio de 7,9% maior que a média da inflação do período. No período 2005-2006 houve queda de 12,95% e nos períodos 2004-2005; 2006-2007 e 2007-2008 o Valor Adicionado Fiscal ocorreu crescimento dessa variável, notadamente no período 2006-2007 que foi de 29,11% de evolução.

O Setor Secundário com a média negativa de 14,14% de participação no Valor Adicionado Fiscal do Município durante o período de 2004 a 2008, influenciado principalmente pelos crescimentos a partir do período 2005-2006 o setor passou por um processo de expansão culminando com o expressivo crescimento de 70,85% no período de 2007-2008.

Setor Terciário tendo o comércio como um segmento de expressão na maioria dos pequenos municípios, nos anos de 2004 a 2007 foi o segmento econômico com a 3ª maior expressão econômica do Município, com participação média de 8,68% na composição do Valor Adicionado Fiscal. Nos períodos 2005-2006 e 2006-2007 o crescimento atingiu índices negativos e só se recuperou no período 2007-2008 com o expressivo crescimento de 31,39%.

A participação mais fraca do setor terciário no Valor Adicionado Fiscal ocorreu nos exercício de 2006 e 2007 e a melhor em 2008 mostrando a evolução desse setor no Valor Adicionado do Município. Os desempenhos mais fracos com os ganhos financeiros ocorreram nos períodos 2005-2006 e 2006-2007 com variações negativas de 5,01% e 1,22% e a melhor no período de 2007-2008 com ganhos financeiros de 31,39% no setor e a média desses ganhos ficou em 8,68%.

Devido pela importância socioeconômica, o Município deverá definir políticas para o setor de serviços no sentido de fortalecimento para contemplar o desenvolvimento na economia local e participar mais ativamente na distribuição e geração de renda, haja vista, os baixos índices de participação ao longo dos cinco anos analisados.

Tabela 7.2.23 – Evolução Valor Adicionado Fiscal dos Setores da Economia, 2004 a 2008.

Ano	Município de Cambira	Setores da Economia					
		Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
2004	61.463.123	28.816.622	46,88	24.435.636	39,76	7.936.308	12,91
2005	56.129.928	29.116.866	51,87	17.337.261	30,89	8.694.931	15,49
2006	52.337.640	25.346.355	48,43	18.234.167	34,84	8.259.462	15,78
2007	61.494.686	32.723.536	53,21	19.978.275	32,49	8.158.395	13,27
2008	83.712.146	37.436.614	44,72	34.133.614	40,77	10.718.966	12,80
Média	63.027.504	30.687.999	49,02	22.823.791	35,75	8.753.612	14,05

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO

A participação agropecuária de Cambira coloca o Município com participação média de 0,13% do valor total da produção do Estado, essa proporção dos



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

valores totais da produção agropecuária do Município em relação à do Estado é significativa para o crescimento econômico do Município, observando uma participação que ficou entre 0,12% e 0,14%.

Tabela 7.2.24 – Valor Bruto da Produção Agropecuária – Cambira, 2003 a 2006.

Ano Base	Cambira (R\$)	Estado	Participação do Município no estado
2004	37.987.187	29.278.025.570	0,13
2005	30.783.572	26.016.436.889	0,12
2006	33.101.429	25.779.140.141	0,13
2007	40.339.198	32.509.983.251	0,12
2008	56.266.840	41.376.485.089	0,14
Média	39.695.645	30.992.014.188	0,13

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados apresentados neste capítulo e verificando as causas e consequências dos ativos e passivos da contabilidade pública do Município, as finanças públicas do Município apresentaram os seguintes resultados analíticos:

Em relação à Receita Total do Município, durante o período de 2005 a 2008 observou-se que em média 95,29% foram correspondentes a Receita Corrente; e um percentual baixo de Receitas de Capital e Transferências de Convênios, significando poucos investimentos.

Como pode ser verificado a Arrecadação Própria do Município atingiu patamares relativamente baixos, tornando o Município com tendências de dependência das Receitas de Transferências, o Município deverá estimular os contribuintes, através da arrecadação, principalmente de IPTU e Taxas, que se encontram em níveis muito baixos e que são importantes fontes de arrecadação no setor econômico e financeiro, estabelecendo propostas técnicas e fiscais, revendo o cadastro imobiliário e as políticas adotadas para a tributação e fiscalização, com objetivo de fomentar o crescimento da arrecadação e estabelecer programas para a arrecadação da Contribuição de Melhoria.

Mas é necessário ressaltar que o poder Executivo deve rever a capacidade de contribuição da população em relação aos tributos, adotando uma fiscalização mais eficaz melhorando o desempenho da política tributária no médio e longo prazo, reduzindo a dependência do Município em relação à Receita de Transferência.

Os índices de esforço tributário, financiamento dos gastos, poupança e dependência do Município em relação às receitas adquiridas através de transferências, mostraram a sua potencialidade, inclusive seus pontos fracos, ou seja, necessidades de rever o comportamento com as finanças públicas municipais.

As Transferências do FPM e ICMS demonstraram ser muito importante no total das receitas do Município. Durante o período que corresponde aos anos de 2004 a 2008 o ICMS foi responsável por 87,97% do total dos repasses estaduais, enquanto



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

isso o FPM foi representado por 79,42% em média do total dos repasses federais. As receitas provenientes das transferências constitucionais, historicamente representam muito na arrecadação total dos municípios do mesmo porte de Cambira. Isso confirma a dependência do Município em relação às transferências governamentais, principalmente as recebidas do FPM e ICMS.

A capacidade de investimento próprio do Município demonstrada durante o estudo apresentou-se positiva indicando que o Município tem capacidade de formar Poupança, no entanto é necessária a precaução das Despesas Correntes para viabilização de novos investimentos, para evitar um descontrole ao longo do exercício.

Através do índice de dependência, verificou-se uma grande preocupação para o Município, já que o mesmo tem um elevado índice de dependência em relação às transferências ou repasses do governo federal e estadual, principalmente em relação ao ICMS e FPM. E com isto o Município fica praticamente a mercê destas transferências para cumprirem com suas obrigações, haja vista que a receita própria do Município ainda é muito pequena.

O ritmo de crescimento das Despesas Totais foi ligeiramente mais agressivo que o ritmo das Receitas Totais do Município no período 2005-2008 foi em torno de 0,4%, ou seja, enquanto as despesas cresciam em média 12,6% as receitas cresciam 12,2%, tecnicamente considerado patamares iguais. Esse comportamento sinaliza a necessidade de aumentar a arrecadação para bancar a evolução natural das despesas. O crescimento das receitas foi inferior ao das despesas somente no período 2005-2006. O fato de que as Despesas Correntes que correspondem aos gastos contínuos e normalmente necessários sinaliza a tendência clássica de que à medida que ocorre o crescimento, a capacidade de investimento e poupança do Município poderá ser reduzida.

Em média as Despesas Correntes representaram 88,49% da Despesa Total, com um crescimento médio de 10,86% durante os períodos analisados, enquanto as Despesas de Capital que se referem aos investimentos foram bem mais modestas, com exceção ao ano de 2008 em que as despesas de capitais foram de R\$ 1,3 milhões o que rendeu um crescimento excepcional de 61,51% no período 2007-2008.

A despesa com pessoal corresponde a grande parte da despesa corrente, não compromete a legislação vigente (LRF), o que indica um bom desempenho diante da conjuntura do setor público brasileiro. Cabe ressaltar que a despesa com pessoal apresentou crescimento inferior a receita corrente.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal o Município poderá atingir o limite máximo 54% da Receita Corrente Líquida, portanto, os gastos com pessoal estão com margem favorável, graças à boa gestão na conta pessoal que atingiu



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

uma média de 42,35% de participação em relação à receita corrente líquida, ficando bem abaixo dos limites fixados pela LRF.

As Despesas por Função mostram o destino dos recursos que o Município disponibiliza para atendimento a sua população com isso e de acordo com as informações a distribuição entre as despesas com a administração, saúde e educação está dentro da realidade de grande parte dos municípios. Há necessidade, portanto, uma readequação orçamentária no direcionamento dos investimentos, principalmente na agricultura, indústria e comércio/serviços para promover o desenvolvimento econômico, e com isso definir a aplicação dos recursos com a finalidade de proporcionar maior a criação de empregos e geração de renda.

No Valor Adicionado do Município a maior participação, durante o período de 2004 a 2008, está com o setor primário e em seguida o setor secundário (indústrias) sendo um setor econômico socialmente interessante para o Município que direciona o Executivo aos investimentos no setor visando retorno financeiro e social, como a geração de empregos, renda e etc., o que não invalida os investimentos nos demais setores, os quais necessitam de políticas públicas de incentivo à promoção do desenvolvimento econômico, principalmente o setor de serviços que apresenta as menores participações no valor adicionado do Município.

Apesar de o Município possuir uma economia basicamente agrícola, não o impossibilita de explorar o potencial para o desenvolvimento de indústrias e serviços, inclusive com matéria-prima do setor primário para agregar valores. Desse modo, recomenda-se que o setor público municipal se atente para esta despesa, verificando os benefícios que a mesma propõe. Da mesma forma, devem analisar quais são os setores que poderão trazer maiores retornos para o Município no momento da distribuição dos gastos, de acordo com as reais necessidades sociais e econômicas, como por exemplo, as despesas com saúde e educação, que possuem uma receita específica para o dispêndio.

Para aumentar a arrecadação o Município precisará adotar políticas fiscais e desenvolvimentistas para fomentar os setores econômicos do Município, ou seja, aprimorando os setores mais consolidados como agropecuária e estabelecer políticas econômicas de choque para fortalecimento do setor de serviços, que pode melhorar as expectativas do Município, também aumentando o número de pessoas empregadas. O essencial seria dar um arranque na indústria, desenvolver a agroindústria, estabelecer políticas municipais em parceria com o Estado para pequenos produtores rurais (diversificação, assistência técnica, social e econômica) a fim de, buscar um desenvolvimento socioeconômico mais sustentado e aprimorando todo o setor produtivo.

A agricultura com elevado grau de concentração é o setor que apresenta o maior desempenho econômico e social do Município. Por isso, sugere-se que os setores de Desenvolvimento Econômico e da Agricultura sejam fortalecidos e que tenham maior



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

poder de decisão para implantar os programas específicos a cada área. No desenvolvimento econômico explorar as potencialidades endógenas e exógenas nas áreas da indústria e do comércio, turismo e etc. Para o desenvolvimento da agricultura, as diversificações de culturas e explorações das existentes que não tem sido bem aproveitada ao longo do tempo, poderão estimular a geração de emprego e renda e fixação do homem no campo, além de políticas públicas, principalmente, para os pequenos agricultores, que não possuem potencial suficiente para cultivar uma cultura que exija maiores investimentos.

Apesar das incertezas e turbulências com que depara a Agropecuária, é segmento mais forte e de representatividade para composição do valor adicionado, e nessa linha de pensamento é necessário ajuste e mecanismos políticos para aprimorar o Setor Primário e estabelecer metas e programas de incentivos, também, ao comércio e ao setor industrial como forma de projetar o Município para indicadores sociais e econômicos que venham contribuir com a população.

Quanto à população verifica-se que o Município poderia ter uma população maior, mas isto também depende do desempenho das suas atividades econômicas que precisam melhorar para atrair novos moradores, pois sem um desenvolvimento que proporcione mais empregos e geração de renda o Município não terá atrativos para o aumento da população.

Pode-se concluir, pois mesmo apresentando superávit nas suas finanças, durante o período analisado, foi identificada uma grande dependência do Município para a realização de investimentos em relação às transferências intergovernamentais. Verificou-se também um alto grau de necessidade de desenvolvimento do Município, através de incentivos e investimentos realizados pelo setor público, visando aumentar a sua própria arrecadação.



7.3 Legislação e instrumentos de planejamento

O município de Cambira é regido pela Lei Orgânica promulgada em 03 de abril de 1990, que prevê em seu Título V, Capítulo II, artigos 103 ao 106, "Da Política Urbana", cujo objetivo é assegurar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

Em termos urbanísticos o Município conta com a Lei nº. 430, de 28 de junho de 1990, que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo do perímetro urbano e a Lei nº. 431, de 28 de junho de 1990, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos.

O Município possui o Código de Posturas aprovado através da Lei nº. 128 de 10 de dezembro de 1975.

As leis urbanísticas não satisfazem as necessidades atuais do Município devendo ser propostas novas leis urbanísticas.

O Código Tributário foi aprovado pela Lei nº. 875/2003, com alterações através da Lei nº. 953/05.

O Município possui a Lei do Orçamento Anual (Lei nº. 1.075/08), a Lei de Diretrizes Orçamentária (Lei nº. 1.074/08) e a Lei do Plano Plurianual (Lei nº. 949/2005).

Na legislação municipal existente existe uma inter relação com a legislação estadual e federal.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

A ARRECADAÇÃO PRÓPRIA E A CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Para tomadas de decisões em relação ao planejamento e em especial sobre a arrecadação dos tributos municipais, apresentamos um resumo do comportamento das principais receitas correntes (Gráfico 7.3.1). As receitas próprias do Município estão em torno de 9,0% (R\$ 957.153,00,00) de um total arrecadado em 2009 de R\$ 10.681.922,00 de receitas correntes, sendo que as receitas transferidas atingiram R\$ 9.724.769,00 (91,0%). O FPM representou aproximadamente 40% (R\$ 4.276.179,00) das receitas correntes e o ICMS 23,0% (R\$ 2.473.185,00).

O aumento de receita poderá vir de esforço local através do aprimoramento da arrecadação do IPTU, ISS e ITBI, com a atualização cadastral, Planta de Valores e medidas administrativas e legais para melhorar a eficiência no ISS.

Os valores venais dos imóveis para efeito de lançamento do IPTU foram atualizados em 2004 (Decreto nº. 911, 20 de dezembro de 2004).

Para os terrenos edificados a alíquota é de 0,5%, e para não edificados a alíquota é de 1,0%.

As alíquotas do ISS, por força da Lei Complementar nº. 116/03, estão limitadas a 5%. Em 2009 o valor arrecadado de IPTU foi de somente R\$ 158.240,00 (1,4% das receitas correntes) e do ISS somou R\$ 139.540,00, o que representou 1,3%.

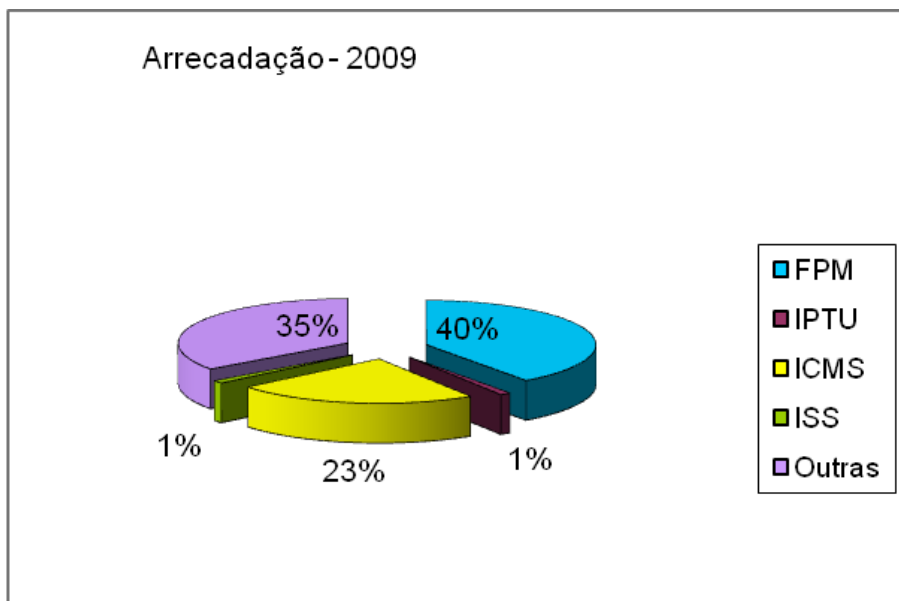
A capacidade de endividamento se altera no tempo em função da arrecadação e dos compromissos assumidos. Além disso, em cada caso, os pedidos de empréstimos são submetidos à Secretaria do Tesouro Nacional - STN que controla o endividamento individual e global dos municípios, limitado a 1,2 da receita corrente líquida, conforme fixado na Resolução 40/2001 do Senado Federal e ao máximo a cada ano em 16% da receita líquida (Resolução 43/2001). Portanto, operações de créditos pleiteadas pelo Município estão dentro destes dois limites, além da análise da capacidade de pagamento da obrigação a ser assumida. A dívida consolidada do Município em 31/12/2009 é de R\$ 3.251.973,00, representando 34% da Receita Corrente Líquida.

A capacidade de investimento será avaliada dentro do Plano de Ação e Investimentos, onde é analisado o comportamento das receitas e despesas nos últimos cinco anos e feita a projeção das receitas (incluindo as operações de créditos) e estimada as despesas para o próximo quinquênio (incluindo despesas com encargos e amortizações). Como resultado desta análise se estimará a capacidade de investimentos para os próximos cinco anos do Município.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Avaliação Temática Integrada

Gráfico 7.3.1. – Arrecadação 2009.



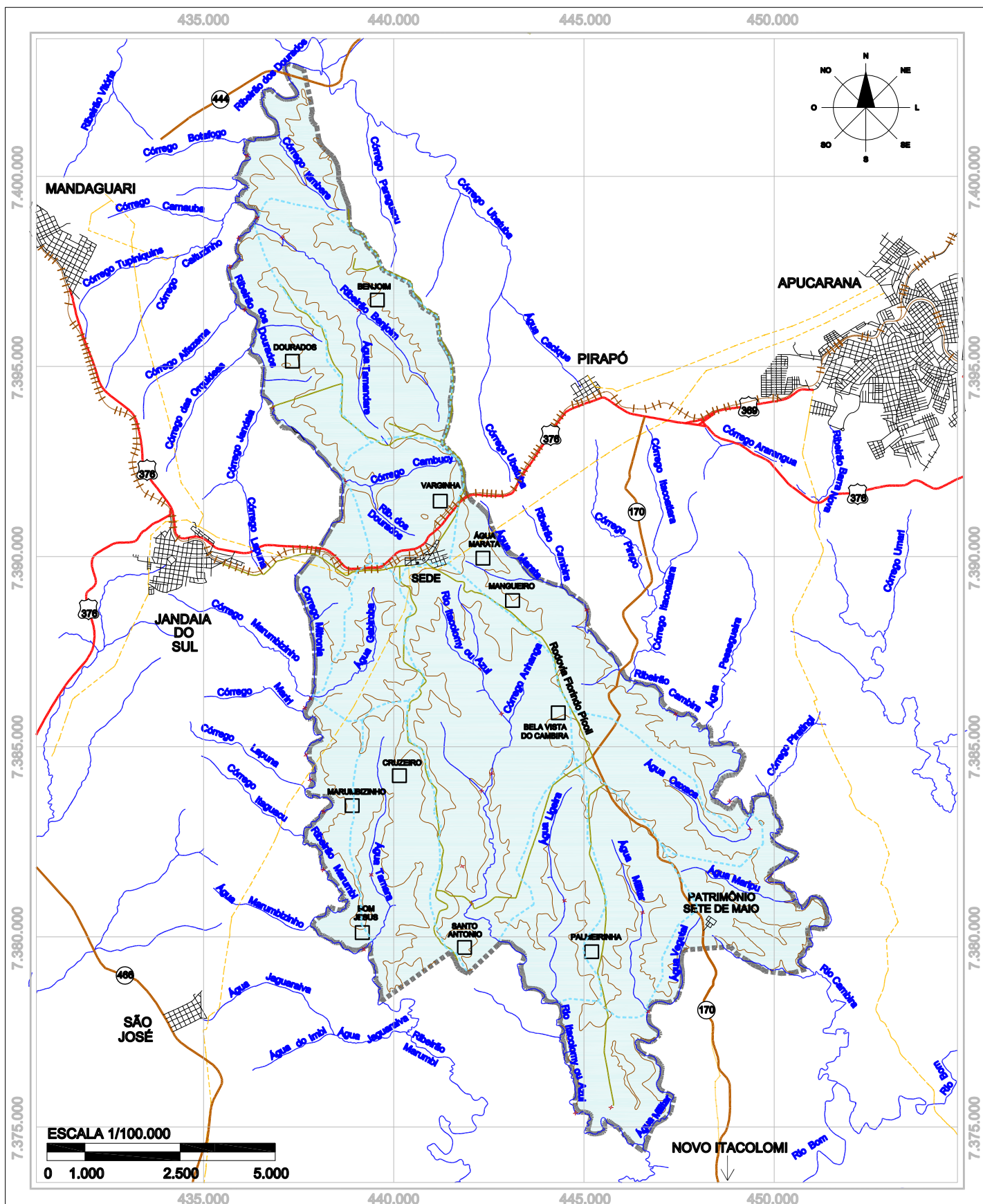
Fonte: STN/2009.

Despesa com Pessoal

A despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida está em 48,15% (dezembro/2009), portanto abaixo dos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (54% e 51% - prudencial). Receita corrente líquida (LRF) de 2009 de R\$ 9.660.323,75 para uma despesa de pessoal de R\$ 4.651.284,61.



ANEXO - MAPAS



LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ESTRADA MUNICIPAL
- ++++ FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- ÁREA URBANA
- LINHA DE DISTRIBUIÇÃO
- BAIRRO RURAL
- DIVISOR D'ÁGUA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Hidrografia Municipal

Mapa: 05

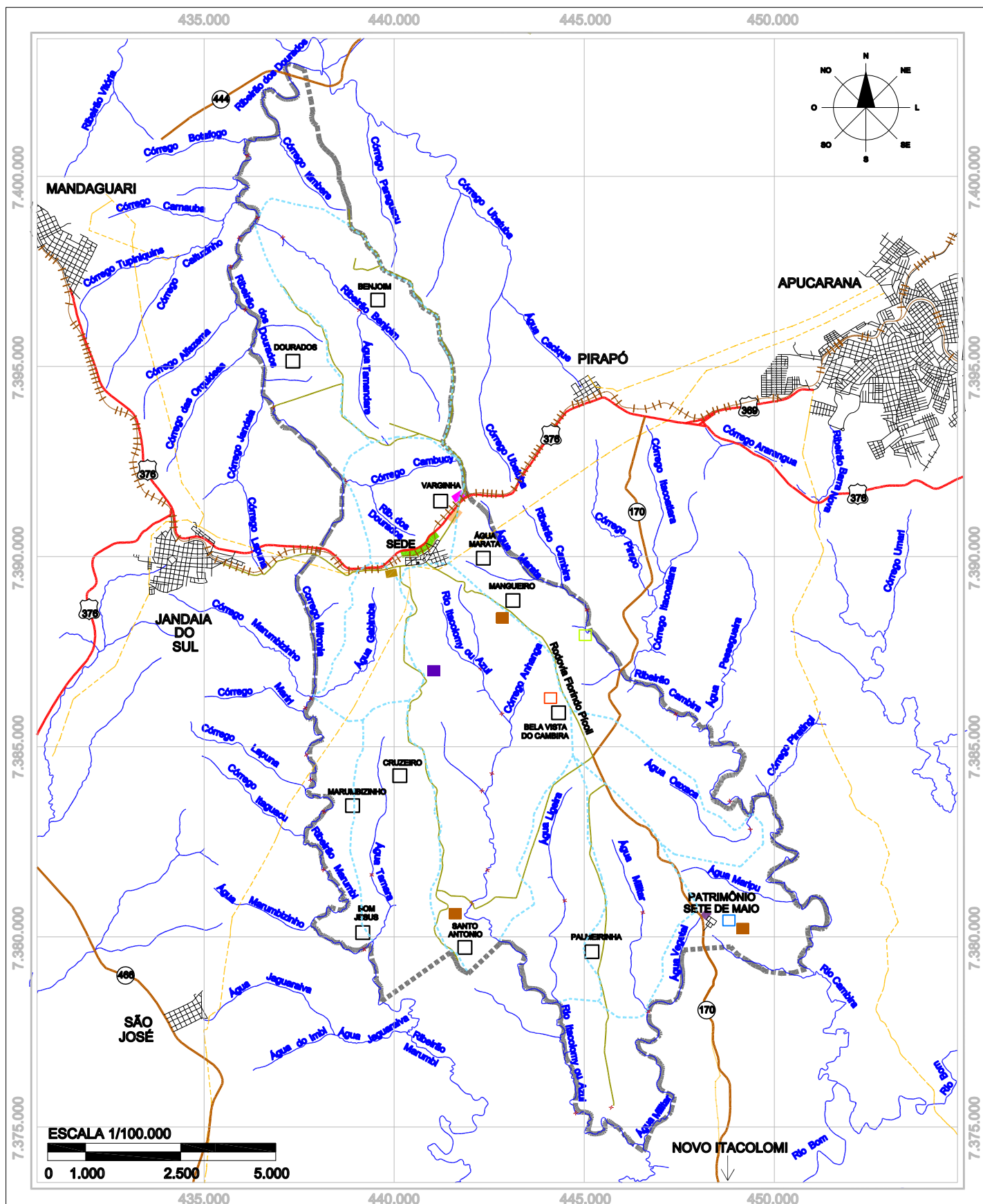
Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104484/D - 64482V/PR

Data: 2010





LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ESTRADA MUNICIPAL
- ++++ FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- ÁREA URBANA
- LINHA DE DISTRIBUIÇÃO
- BAIRRO RURAL
- DIVISOR D'ÁGUA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- PARQUE INDUSTRIAL I
- PARQUE INDUSTRIAL II
- PARQUE INDUSTRIAL III
- PARQUE INDUSTRIAL IV
- PARQUE INDUSTRIAL V
- CASCALHEIRAS
- ATERRO CONTROLADO
- MUSEU DA COLONIZAÇÃO (BELA VISTA DO CAMBIRA)
- SANEPAR - CAPTAÇÃO SUPERFICIAL (PRINCIPAL)
- ABASTECIMENTO POR MINA (ATENDIMENTO MUNICIPAL)

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Uso do Solo Municipal

Mapa: 06

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104484/D - 64462/PR

Data: 2010





LEGENDA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Malha Urbana

Mapa: 08

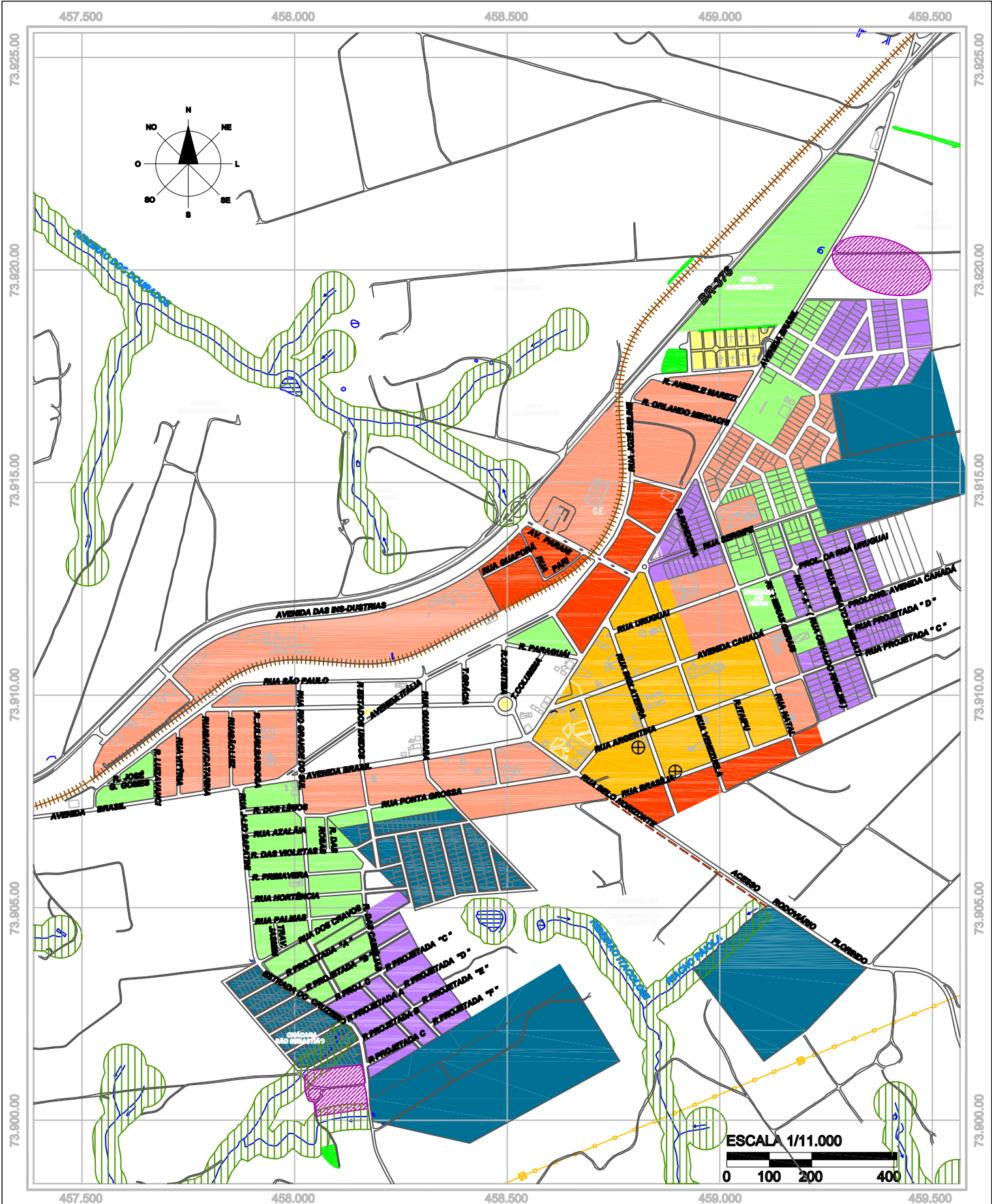
Consultoria contratada:

DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104484/D - 64482V/PR

Data: 2010



LEGENDA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

+++++ FERROVIA	DECADA DE 90 A 2000
— CORPOS D'ÁGUA	DECADA DE 2000 A 2010
— LINHA DE ALTA TENÇÃO	A PARTIR DE 2010
PRESERVAÇÃO PERMANENTE	PROJETO PISTA DE CAMINHADA
PLANTACÃO DE UVA	
DECADA DE 50 A 60	
DECADA DE 60 A 70	
DECADA DE 70 A 80	
DECADA DE 80 A 90	



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Evolução Urbana

Mapa: 09

Consultoria contratada:

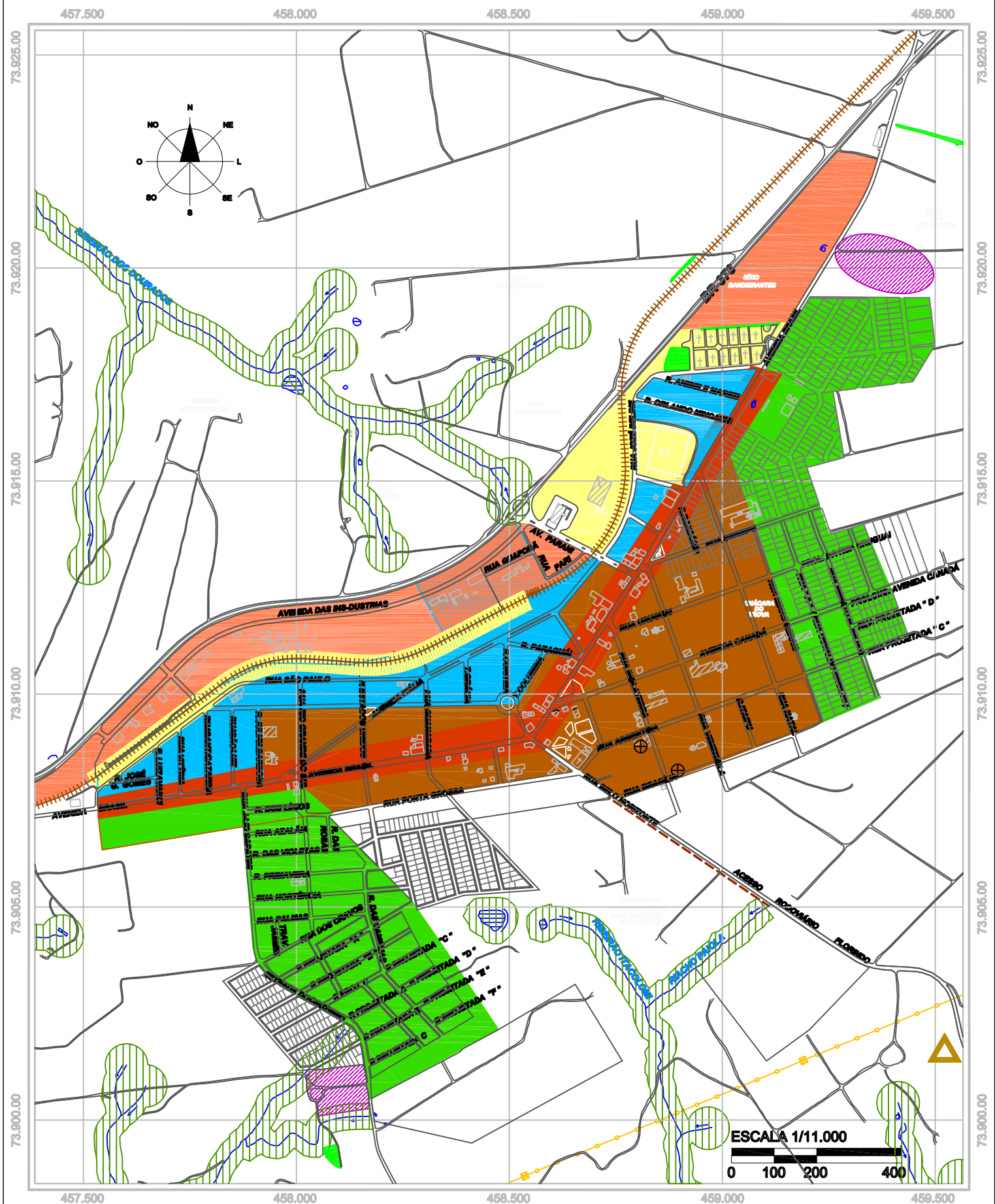
DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR

Data: 2010





LEGENDA

- +++++ FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENSÃO
- Preservação Permanente
- ▲ PEDREIRA DESATIVADA
- PLANTACÃO DE UVA
- - - PROJETO PISTA DE CAMINHADA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- ZONA INDUSTRIAL
- ZONA COMERCIAL
- ZONA RESIDENCIAL 1
- ZONA RESIDENCIAL 2
- ZONA ESPECIAL
- ZONA DE EXPANSÃO



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Uso do Solo Urbano

Mapa: 10

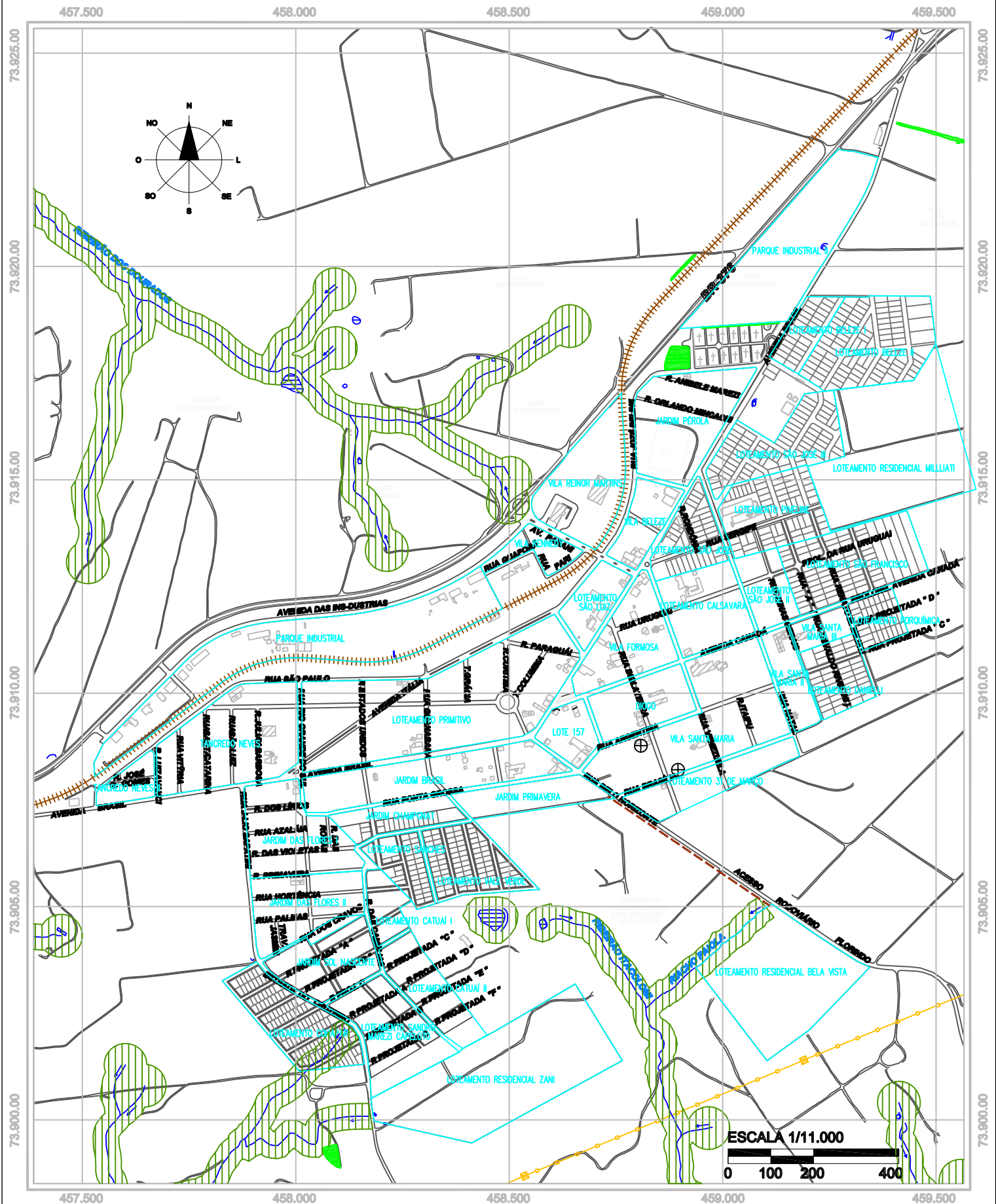
Data: 2010

Consultoria contratada:

DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462/VPR



LEGENDA

- +++++ FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENSÃO
- ▤ PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- ▭ BAIRROS
- PROJETO PISTA DE CAMINHADA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Bairros Sede Municipal

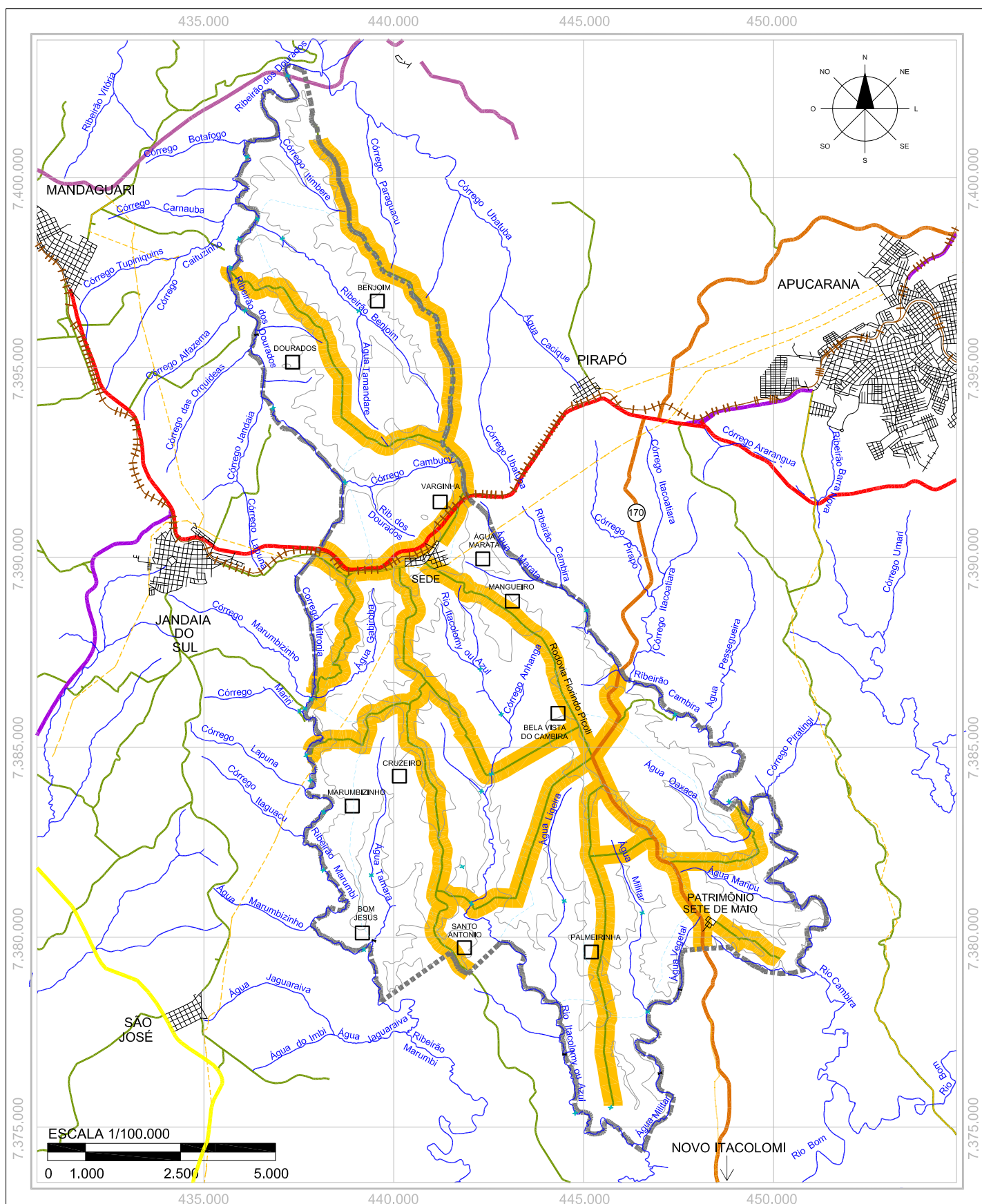
Mapa: 11

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462/VPR

Data: 2010





LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- BR 376
- BR 369
- PR 170
- PR 444
- PR 466
- ESTRADAS MUNICIPAIS
- FERROVIA
- LINHA DE DISTRIBUIÇÃO
- BAIRRO RURAL
- DIVISOR D'ÁGUA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

PRINCIPAIS ESTRADAS RURAIS



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Sistema Viário Municipal
Mapa: 12

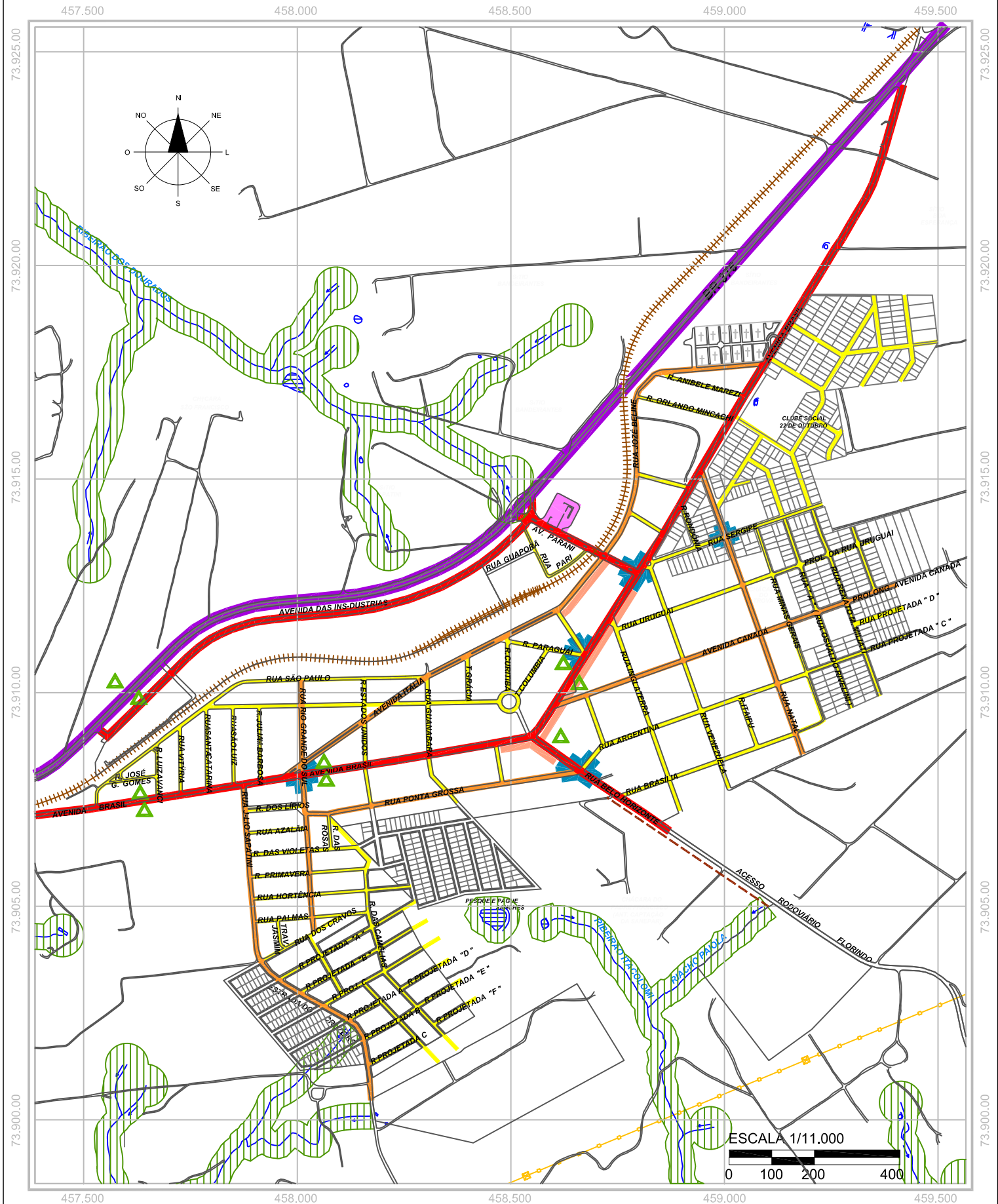
Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



LEGENDA

- FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENÇÃO
- PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- TERMINAL RODOVIÁRIO
- ▲ PONTO DE ÔNIBUS
- + PONTOS DE CONFLITO
- PROJETO PISTA DE CAMINHADA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- TRECHO GERADOR DE TRÁFEGO
- VIA ARTERIAL
- VIA COLETORA
- VIA LOCAL



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

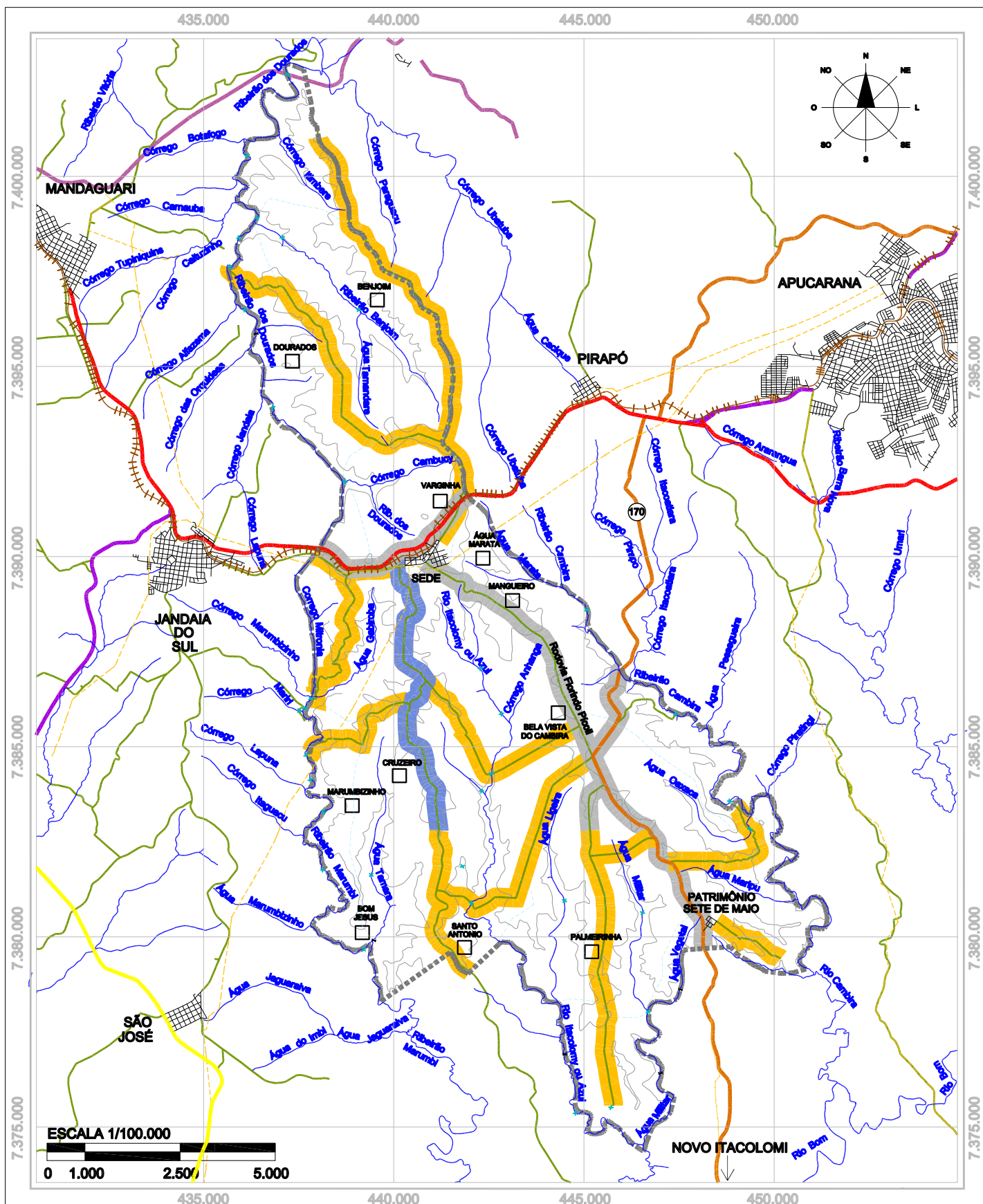
Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Sistema Viário Urbano
Mapa: 13

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- BR 376
- BR 369
- PR 170
- PR 444
- PR 466
- ESTRADAS MUNICIPAIS
- FERROVIA
- LINHA DE DISTRIBUIÇÃO
- BAIRRO RURAL
- DIVISOR D'ÁGUA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- ESTRADAS ASFALTADAS
- ESTRADAS CASCALHADAS
- ESTRADAS EM PEDRAS IRREGULARES



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

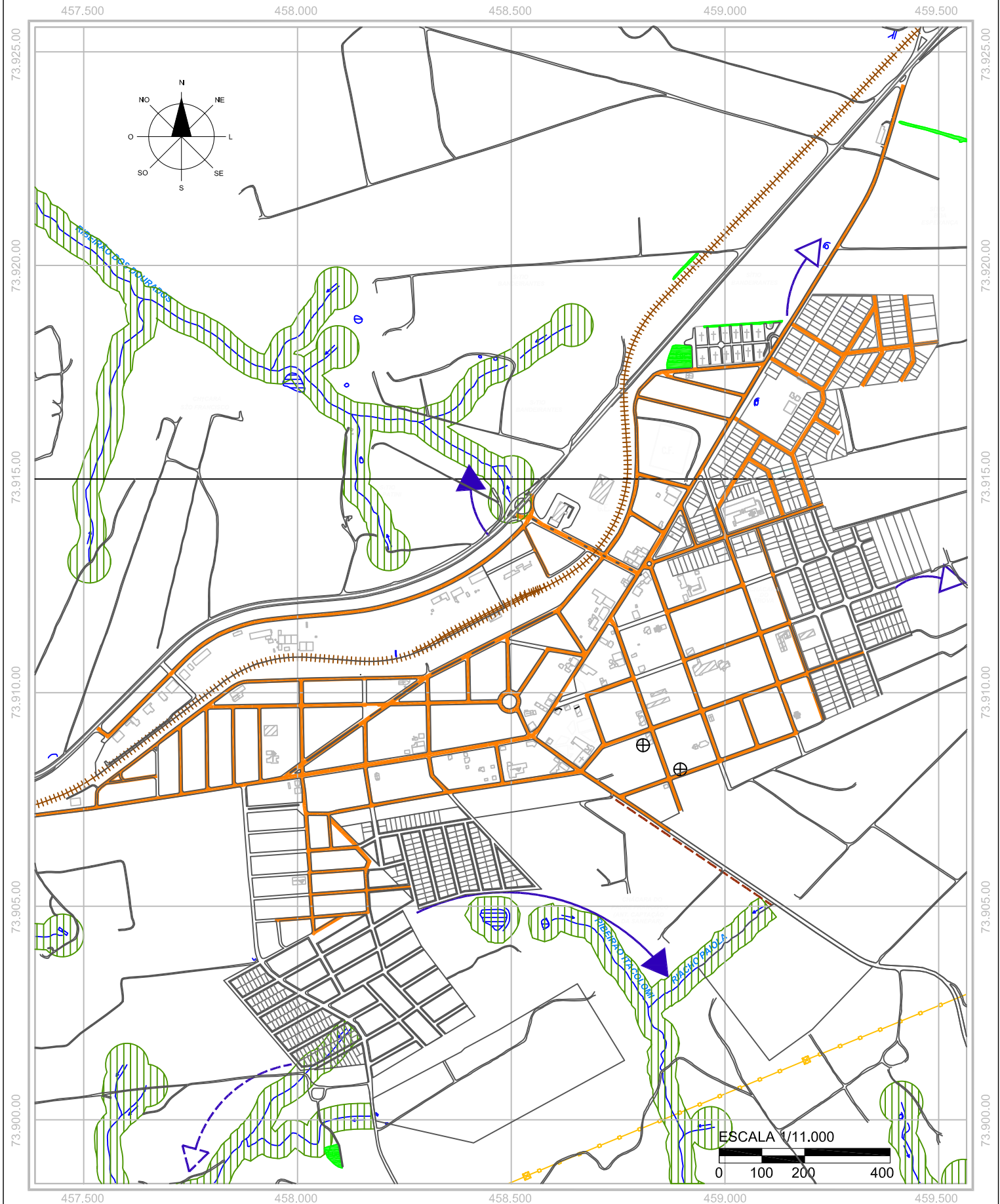
Pavimentação Municipal
Mapa: 17

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR

Data: 2010





LEGENDA

- ++++ FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENÇÃO
- ▨ PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS
- PROJETO PISTA DE CAMINHADA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- ▶ EMISSÁRIO / DISSIPADOR
- ▶ EMISSÁRIO
- ▶ PROJETO EMISSÁRIO



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Rede de Águas Pluviais Urbana
Mapa: 18

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



LEGENDA

- ++++ FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENÇÃO
- Preservação Permanente
- PROJETO PISTA DE CAMINHADA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL

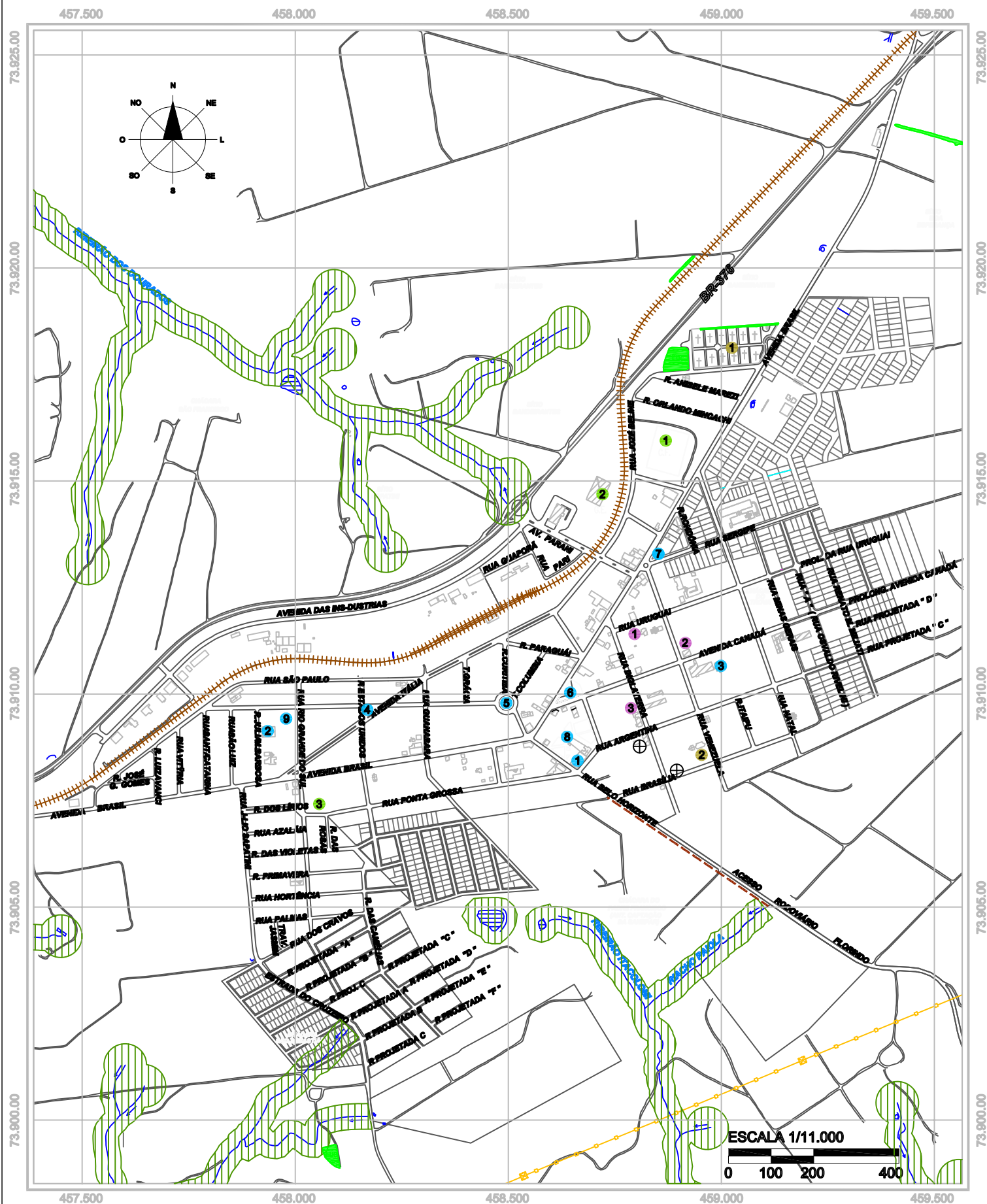
Iluminação Urbana Mapa: 19

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades














Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR

Data: 2010





LEGENDA

- | | |
|--|--|
|  | FERROVIA |
|  | CORPOS D'ÁGUA |
|  | LINHA DE ALTA TENÇÃO |
|  | PRESERVAÇÃO PERMANENTE |
|  | PROJETO PISTA DE CAMINHADA |
|  | ESPORTE |
|  | ESTÁDIO MUNICIPAL LUIZ MAREZZI |
|  | GINÁSIO DE ESPORTES EROS B. TORRES |
|  | GINÁSIO DE ESPORTES ANTONIO S. LOREJAN |
|  | LAZER |
|  | SALÃO PAROQUIAL |
|  | CENTRO COMUNITÁRIO |
|  | ANFITEATRO |

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- 4 PRAÇA J. EVARISTO
5 PRAÇA JORDÃO BELEZE
6 PRAÇA E CALÇADÃO
7 PRAÇA DA MANGUEIRA
8 PRAÇA DOS PIONEIROS
9 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO
SEGURANÇA
1 DELEGACIA
2 JUNTA DE SERVIÇO MILITAR
3 RESERVATÓRIO PM
SERVIÇOS FUNERÁRIOS
CEMITÉRIO
1 CAPELA MORTUÁRIA



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

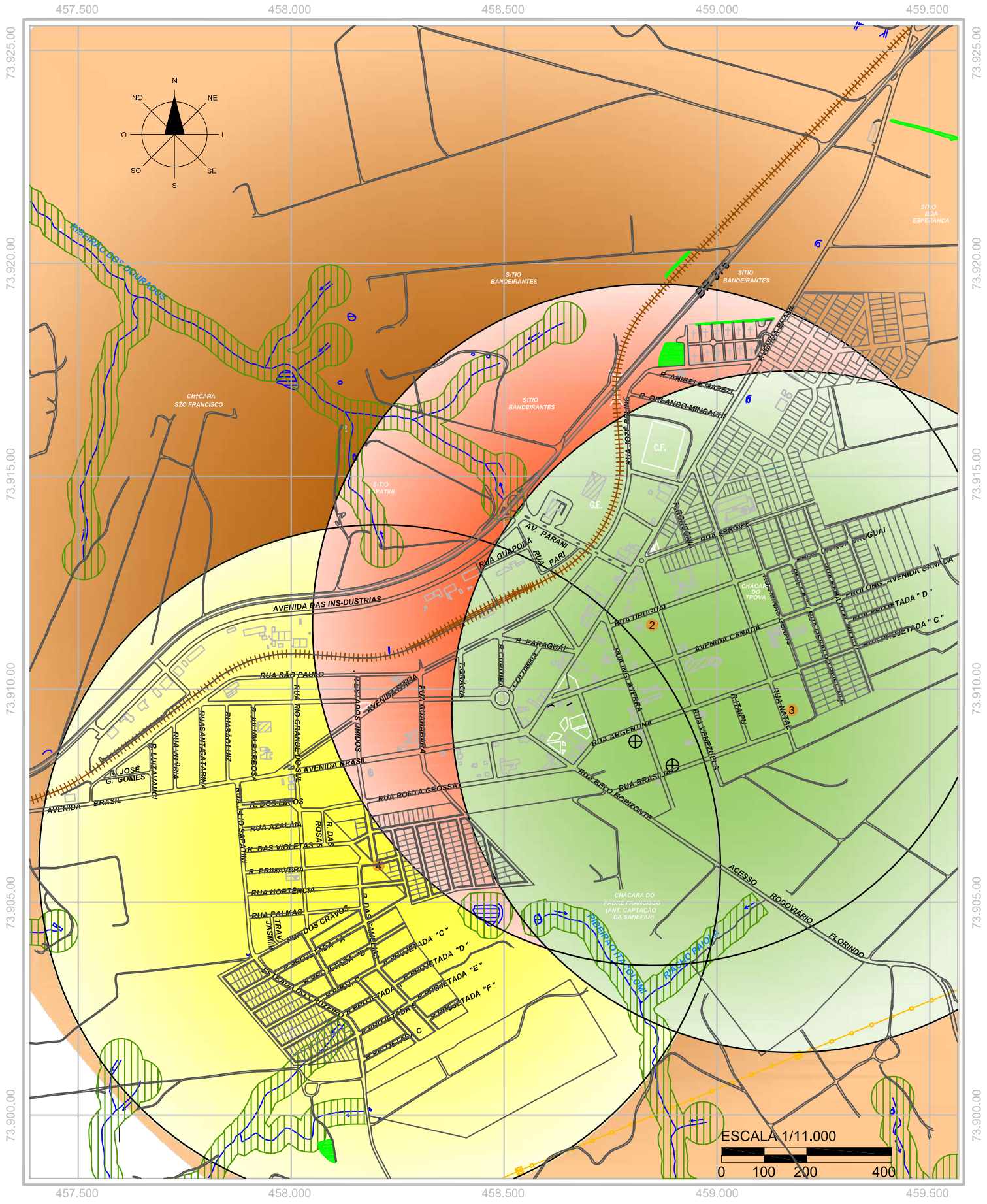
Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Equipamentos Urbanos III
Mapa: 22

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



LEGENDA

- FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENÇÃO
- PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- SAÚDE
- 1 HOSPITAL DA FNS
- 2 CENTRO DE SAÚDE
- 3 CLÍNICA MUN. DE FISIOTERAPIA
- 4 CLÍNICA DA MULHER

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- RAIO DE ABRANGÊNCIA - HOSPITAL DA FNS R: 2000m
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - CENTRO DE SAÚDE R: 800m
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - CLÍNICA MUN. DE FISIOTERAPIA - R: 800m
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - CLÍNICA DA MULHER R: 800m



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Abrangência dos Equip. de Saúde
Mapa: 23

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



LEGENDA

- FERROVIA
- CORPOS D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENÇÃO
- PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- EDUCAÇÃO
- 1 COLÉGIO ESTADUAL ROSA D. CALSAVARA
- 2 ESCOLA ESTADUAL CESAR LATTES
- 3 ESCOLA MONTEIRO LOBATO
- 4 CEI IZABEL M. CALIMAN

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- RAIO DE ABRANGÊNCIA DO COLÉGIO ESTADUAL ROSA D. CALSAVARA - R:850m
- RAIO DE ABRANGÊNCIA DA ESCOLA ESTADUAL CESARI LATTES - R:500m
- RAIO DE ABRANGÊNCIA DA ESCOLA MONTEIRO LOBATO - R:500m
- RAIO DE ABRANGÊNCIA DO CEI IZABEL M. CALIMAN - R:250m



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Abrangência dos Equip. de Educação
Mapa: 24

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR

FASE III - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

INTRODUÇÃO

A Política de Desenvolvimento Municipal baseia-se nos princípios gerais definidos na constituição federal como também do Estatuto da Cidade sendo neste Plano Diretor Municipal composta de cinco vertentes:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Desenvolvimento Institucional e Gestão Democrática;
- Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoterritorial.

Em cada vertente foram definidas diretrizes e proposições necessárias que divididas em curto (até 3 anos), médio (até 6 anos) e longo prazo (até 10 anos) atendem a prioridade de ação de abrangência social, seguida de custo de investimento e manutenção, capacidade técnica de execução e atendimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal.

O Estatuto da Cidade aponta os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor sendo:

- Função social da propriedade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Funções sociais da cidade;
- Igualdade e justiça social;
- Participação popular.

Em seguida, temos como base as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou usos excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação considerados a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Dessa forma o Plano Diretor Municipal embasado no diagnóstico elaborado na fase anterior (Avaliação Temática Integrada), estruturará as diretrizes e proposições da seguinte forma:

- **DIRETRIZES:** são indicações da direção que o desenvolvimento sustentável do Município deve seguir; revelam os objetivos gerais a serem alcançados a fim de promover as funções sociais da cidade e o desenvolvimento tanto urbano como rural;
- **PROPOSIÇÕES:** são as ações planejadas para garantir o alcance das diretrizes estabelecidas e que redundarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro; são as realizações (programas, projetos, organizações, obras, etc.) planejadas em curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas.

Seguem, portanto, as diretrizes gerais e as proposições nelas baseadas para o município de Cambira, segundo cada uma das vertentes da Política de Desenvolvimento Municipal, desenvolvidas pela Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento, munícipes e Equipe Técnica da Consultoria.

O levantamento participativo para a consolidação das diretrizes e proposições aqui descritas contou com a divulgação do Plano Diretor Municipal através da Primeira Audiência Pública, que permitiu a Leitura Comunitária através de distribuição de questionários, através das instituições de ensino, bem como da Leitura Técnica através das constantes discussões e debates propostos em reuniões com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento.

1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

ASPECTOS AMBIENTAIS

O meio ambiente é elemento fundamental do sistema do planejamento e desenvolvimento sustentável do Município, inclusive da área rural. A garantia do direito de cidades sustentáveis faz referência à formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na agenda 21.

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
1	Compatibilizar usos resolvendo conflitos de interesse entre áreas agrícolas e de preservação ambiental.	1.1	Elaborar projetos de recuperação dos solos agrícolas degradados pela erosão ou pela contaminação, em parceria com os proprietários rurais e instituições de ensino e pesquisa.			
		1.2	Promover e apoiar campanhas de conscientização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.			
		1.3	Proibir a instalação de barracões e depósitos de pesticidas, agrotóxicos, defensivos agrícolas, todo e qualquer produto químico que possa gerar algum tipo de toxidade nas áreas urbanizadas do Município, com exceção das áreas específicas para tais atividades (Parques Industriais), definidas na Zona Industrial.			
		1.4	Promover campanha de educação ambiental junto aos produtores rurais, no sentido evitar o derramamento indevido de pesticida no local dos abastecedouros durante o abastecimento das máquinas ou nas estradas, no percurso entre os abastecedouros e o local da aplicação.			
2	Recuperar as áreas degradadas e garantir a preservação dos rios e córregos municipais, bem como as áreas de mata nativa e reserva legal (Lei Federal nº. 7.754/89).	2.1	Desenvolver programa de limpeza dos resíduos sólidos acumulados nos rios, córregos e suas margens.			
		2.2	Integrar as ações de iniciativa do Poder Público, iniciativa privada e da comunidade, visando o desenvolvimento de programas para recuperação e preservação das matas ciliares.			
		2.3	Realizar obras de proteção a nascentes e recuperação de fundos de vales, evitando o despejo de águas pluviais nas áreas de nascentes, promovendo o despejo num limite mínimo de 50 metros a jusante das mesmas, com vista a evitar seu assoreamento e a degradação.			
3	Incentivar o uso adequado de fontes naturais e a utilização de fontes alternativas de energia.	3.1	Sensibilizar os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços quanto aos benefícios econômicos e ambientais do reuso de água, aproveitamento da água da chuva e da utilização de sistemas de energia solar ou eólica.			
		3.2	Trocar todos os materiais passíveis de substituição por outros reciclados e/ou recicláveis, na Administração Municipal.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
		3.3	Realizar palestras para os produtores rurais como meio de promover a conscientização sobre uso racional da água, do solo e das matas, criando rede de vigilância coletiva.			
4	Compatibilizar as políticas de Meio Ambiente e de Saneamento.	4.1	Fiscalizar e monitorar os agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural: esgotos clandestinos ligados à rede de captação pluvial; fossas sépticas rudimentares, resíduos sólidos, ferros-velhos, oficinas mecânicas, atividades industriais potencialmente poluidoras, lançamento de resíduos na área rural (agrotóxicos, defensivos agrícolas, fertilizantes, esgotos domiciliares das comunidades rurais, etc.).			
5	Preservar os reservatórios de água, naturais e artificiais, destinados à garantia da funcionalidade das estruturas drenantes, mantida a vazão adequada através de manutenção periódica.	5.1	Promover o monitoramento e controle na perfuração de poços, na área urbana e rural, conforme legislação pertinente, licenciamento do IAP, SUDERHSA e licença municipal para realização dos serviços.			
		5.2	Estabelecer sistema de monitoramento conjunto que acompanhe de modo sistemático, a qualidade hídrica dos mananciais que servem o Município.			
		5.3	Promover meios de controle, em conjunto com a SANEPAR, da qualidade das águas superficiais, principalmente do manancial de abastecimento do Ribeirão Cambira, bem como das águas subterrâneas dos três poços ativos (Sítio Sapatini, Domingos Papa e Spaciari) e do poço reserva desativado junto à captação do Rio Cambira.			
6	Criar os instrumentos necessários ao exercício das funções de planejamento e fiscalização de todas as atividades que tenham interferência no meio ambiente do Município.	6.1	Elaborar Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRHI), conforme recomendação através de Ofício Conjunto nº. 221 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)/Ministério Público (MP), de 02 de junho de 2008.			
		6.2	Criar e garantir o funcionamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente e do Conselho Municipal do Meio Ambiente.			
		6.3	Elaborar e instituir legislação ambiental municipal para regulamentação e fiscalização de passivos ambientais, bem como para aplicação de penalidades às infrações.			
		6.4	Implantar Sistema de Gestão Ambiental, que habilite o Município a exercer plenamente o licenciamento e fiscalização das atividades de impacto ambiental, de acordo com as normas e legislações federais e estaduais vigentes, através do Departamento de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, com o apoio do Conselho Municipal do Meio Ambiente.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
		6.5	Capacitar funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de: - Plano de Controle Ambiental Preliminar (PCA); - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA); - Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança (EIVI/RIV).			
7	Desenvolver programa que enfoque o atendimento de 12m ² de áreas verdes por habitante, exigidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS).	7.1	Promover programa de implantação e recuperação da arborização urbana e de áreas verdes, com espécies tecnicamente adequadas, que minimizem a poda, contribuindo para atingir o índice de 12m ² (doze metros quadrados) de área verde por habitante.			
		7.2	Implantar Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos: - Poda, erradicação, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração), com o devido treinamento das equipes municipais e profissionais que executarão esse tipo de serviço com o apoio do IAP (cursos de aperfeiçoamento); - Definição de espécies apropriadas, que se adaptem aos equipamentos urbanos (fiação elétrica e telefônica, redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e pluvial) com a orientação dos técnicos do EMATER ou profissional habilitado da Prefeitura Municipal de Cambira; - Definição de largura de passeios com posição e dimensionamento das covas, distanciamento da árvore dos cruzamentos, do posteamento, da sinalização de trânsito, de abrigos ou pontos de ônibus e de telefones, mobiliário e equipamentos públicos; - Previsão de utilização da calçada ecológica (com faixa de grama intercalada com o pavimento); - Manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas); - Definição de sistema de penalidades, punição e cobrança de multas no caso de infrações e de reincidência.			
8	Criar política de controle da exploração prejudicial através da sensibilização e educação ambiental.	8.1	Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos) quanto atividades práticas (plantio de árvores, coleta de material reciclável, etc.).			
		8.2	Realizar cursos de educação ambiental para			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
			atividades especialmente ligadas ao comércio, indústria, agropecuária na área de abrangência do Município.			
		8.3	Incentivar a formação de agentes ambientais mediante a realização de cursos promovidos em parceria com as instituições de ensino superior regionais, SENAC, SEBRAE, SENAR, entre outras.			
		8.4	Implementar programa de educação ambiental para as populações residentes nas microbacias do Município.			
		8.5	Incentivar as empresas, instituições, indústrias, organizações e associações, centros de convivência, dentre outros, para a adoção de programas de educação ambiental.			
9	Monitorar e controlar o uso dos solos urbano e rural, a poluição do ar, do solo e da água, principalmente mananciais e dos recursos hídricos.	9.1	Realizar mapeamento detalhado e georeferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do Macrozoneamento e do Zoneamento Urbano.			
		9.2	Fazer vistoria e relatório bimestrais das áreas ambientalmente frágeis (se houver), verificando: - Qualidade da água; - Adensamento vegetal; - Biodiversidade; - Situação de processos erosivos e de assoreamentos; - Presença de edificações, ou outras intervenções humanas nocivas.			
		9.3	Avaliar a qualidade acústica nos espaços da cidade, identificando as áreas críticas de poluição sonora, de acordo com os níveis de impacto produzidos, segundo o tipo de atividade e principais fontes geradoras.			
		9.4	Avaliar a qualidade do ar nos espaços da cidade, identificando as áreas críticas - corredores e vias de maior concentração de emissão de poluentes e picos de concentração - considerando os níveis de impacto produzidos e seus elementos condicionantes, atenuantes e mitigadores: geográficos, meteorológicos, concentração/dispersão, arborização.			
		9.5	Estabelecer e gerir programas específicos para o controle de fontes de poluição ambiental/atmosférica, a exemplo de controle de fumaça preta emitida por veículos a diesel, de material particulado, de óxido de enxofre, de poluição por queima de resíduos sólidos, dentre outros, incluindo-se a redução do percentual da queima de cana de açúcar, até chegar ao mínimo permitido, e até a sua redução total.			
		9.6	Elaborar Programa de Melhoria da Qualidade Visual da Paisagem Urbana, disciplinando a execução do tratamento paisagístico e a instalação dos elementos de comunicação visual nas áreas comerciais do Município.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
10	Criar e implantar Áreas de Valor Ambiental;	10.1	Desenvolver programas e monitorar a recuperação e criação das reservas legais, bem como auxiliar na promoção do reflorestamento das áreas já cadastradas e promover a regularização das áreas não averbadas nas propriedades rurais.			
		10.2	Promover incentivos, regulamentação, e fiscalização, com vistas à conservação, das Áreas de Valor Urbano Ambiental de propriedade particular.			
		10.3	Implantar programa de conservação das reservas de vegetação natural existentes, instituindo Unidades de Conservação Municipais nas áreas de especial interesse ambiental, considerando sua importância ecológica, localização geográfica e uso do solo adjacente.			
		10.4	Instituir áreas de conservação com funções de proteção dos mananciais e da qualidade dos recursos hídricos, controle da erosão e do equilíbrio climático, conservação de espécies vegetais relevantes e de fauna específica, cuja importância deve-se à sua extensão, qualidade ecológica e significância sociocultural e para a melhoria das condições de vida da população e imagem ambiental da cidade (Áreas de Valor Urbano/Ambiental - formadas por áreas responsáveis pelo conforto climático, sonoro e visual, pelo aumento da permeabilidade do solo, que se constituem em marcos de referência dotados de valores cênicos e simbólicos, vinculados à imagem da cidade).			
		10.5	Estabelecer parcerias entre setor público e privado, por meio de apoio técnico, serviços de máquina e fornecimento de mudas para a implantação e manutenção de áreas verdes, atendendo aos critérios de uso e preservação dessas áreas.			
		10.6	Identificar no Município e transformar as áreas verdes em potencial em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), passíveis de recebimento de ICMS Ecológico.			

2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA

Considerando a proteção e preservação ambiental, sabe-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de infraestrutura, de pavimentação e drenagem de diversos bairros, áreas degradadas pela destinação incorreta do lixo domiciliar e resíduos de construção civil e a inexistência de esgoto em alguns domicílios são fatores que potencializam a degradação ambiental.

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
11	Aprimorar a gestão e o planejamento, garantindo o bom funcionamento e atendimento do saneamento básico, através de política sustentável.	11.1	Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico em conformidade com a Lei Federal nº. 11.445/2007, composto pelos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana de Águas Pluviais e Resíduos Sólidos.			
12	Garantir o abastecimento de água tratada a população do Município de Cambira.	12.1	Promover a manutenção e fiscalizar a qualidade da água dos poços de abastecimento comunitário.			
		12.2	Desenvolver campanhas educativas voltadas à redução do desperdício da água potável.			
		12.3	Criar mecanismo para abastecer com água potável as populações rurais dispersas			
13	Garantir a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário.	13.1	Implantar sistema de esgotamento sanitário no Município – coleta e tratamento.			
		13.2	Realizar levantamento e monitoramento de todas as fossas na área urbana e rural, indicando aos proprietários a forma correta de construção de fossas sépticas, penalizando aqueles que não se adequarem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.			
14	Incentivar e apoiar a formação de cooperativas que atuem de forma complementar e integrada, nas diferentes etapas dos processos do sistema de limpeza urbana.	14.1	Estimular a criação de Atividades Recicladoras.			
		14.2	Priorizar atividades complementares para atuação das associações e/ou cooperativas, de forma autônoma ou através de parcerias, nas etapas dos processos de coleta seletiva, separação, comercialização, reaproveitamento e reciclagem dos resíduos sólidos.			
15	Implantar serviço de coleta diferenciada e de separação na origem, visando à coleta seletiva, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos.	15.1	Promover a construção de entreposto (galpão) para a separação e armazenagem de resíduos provenientes da coleta seletiva.			
		15.2	Implementar a coleta diferenciada de resíduos sólidos, realizando, paralelamente, campanha educativa com folder explicativo à população, incrementando a coleta seletiva de resíduos recicláveis, definindo itinerário, frequência e transporte a galpão de recebimento.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
		15.3	Treinar pessoal para trabalhar no manejo dos resíduos recicláveis, de poda de vegetação e orgânicos.			
16	Melhorar coleta e destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos.	16.1	Adquirir caminhão compactador de lixo para agilizar e adequar o transporte de resíduos sólidos da cidade para o aterro controlado.			
		16.2	Atualizar a taxa de lixo.			
		16.3	Manter em 100% a coleta de lixo nas áreas urbanas e rurais.			
		16.4	Adequar e implantar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (dando destinação correta a resíduos especiais como: entulho de construção civil, pneus, eletroeletrônicos, pilhas/baterias, lâmpadas, resíduos volumosos e rejeitos do abatedouro e da criação de suínos, etc.).			
		16.5	Realizar obras complementares no aterro controlado, garantindo a manutenção e manejo adequado dos resíduos sólidos, com a construção de estrutura adequada (barracão) para a triagem e destinação de recicláveis para enfardamento e orgânicos (incluindo restos de poda) para compostagem.			
		16.6	Adquirir carreta para transporte do material triturado, proveniente da poda e corte de vegetação urbana, utilizado para compostagem e posterior adubagem das mudas produzidas no viveiro municipal.			
17	Garantir acessibilidade e mobilidade nas áreas urbanas e rurais, promovendo a pavimentação, readequação e manutenção adequada das vias urbanas e estradas rurais.	17.1	Readequar e cascalhar estradas vicinais municipais, visando a garantia do acesso às propriedades e o escoamento da produção agrícola, sendo elas: Estrada Palmeirinha – 10Km; Estrada da Igrejinha – 2Km; Estrada Coqueirinho – 5Km; Estrada Cavalo Cego – 6Km; Estrada Santo Antonio – 16Km; Estrada Bom Jesus – 4Km; Estrada Pé de Galinha – 2Km; Estrada Lobisomem – 5Km; Estrada Benjoin – 16Km; Estrada Rio Cambira – 5Km; Estrada Barbieri – 3Km; Estrada Dourados – 13Km; Estrada Rossi – 3Km; Estrada Fernandes – 4Km; Estrada São João – 4Km; Estrada Jandaia – 6Km e Estrada Gabiroba – 8Km, num total de 112Km.			
		17.2	Pavimentar cerca de 8.350 metros lineares de vias em toda a sede do município.			
		17.3	Construir pontos de ônibus na área urbana e rural, sendo: 3 na Estrada Palmeirinha; 1 na Estrada Coqueirinho; 1 na Estrada Cavalo Cego; 3 na Estrada Santo Antônio; 1 na Estrada Bom Jesus; 1 na Estrada Pé de Galinha; 1 na Estrada Lobisomem; 3 na Estrada Benjoin; 1 na Estrada Rio Cambira; 1 na Estrada Barbieri; 3 na Estrada Dourados; 1 na Estrada Rossi; 1 na Estrada Fernandes; 1 na Estrada São João; 1 na Estrada Jandaia; 1 na Estrada Gabiroba; num total de 24 pontos na área rural e 1 no Jd. Pérola; 1 na Rua José Bellini; 1 na Av. Itália; 1 na Av. Brasil – Tancredo Neves; 1 no Jd. Das Flores; 1 na Rua			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
			Argentina; 1 na Av. Brasil – Pq. Industrial 2; num total de 7 pontos na área urbana.			
		17.4	Elaborar projeto e executar instalação de sinalização de trânsito.			
18	Ampliar e manter os sistemas de drenagem superficial, as capacidades de escoamento e regularização de vazões dos rios, córregos e estruturas hidráulicas que compõem o sistema de drenagem.	18.1	Executar vistoria e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislações pertinentes.			
		18.2	Elaborar e executar projeto específico para as áreas onde não exista sistema de drenagem da água pluvial (aproximadamente 30% das vias). Nos conjuntos Sandro Mareze Capeloto, Catuai e Sol Nascente, na Rua Jose Bellini e no distrito de Sete de Maio.			
		18.3	Estimular a implantação e construção de calçadas ecológicas, principalmente nos novos loteamentos, com vista à infiltração de águas pluviais.			
19	Promover a recuperação paisagística do cenário urbano.	19.1	Tornar obrigatória a construção de muros e calçadas em lotes e espaços vazios ou edificados, com vistas à melhoria estética da paisagem, na zona urbana.			
		19.2	Implantar taxa de IPTU progressivo, nos lotes e espaços vazios desprovidos de muros e calçadas, onde o asfaltamento e o meio fio estejam implantados.			
20	Assegurar a adequada iluminação dos logradouros públicos.	20.1	Ampliar o sistema de iluminação pública para as áreas ainda não atendidas, principalmente nas vias de maior trafegabilidade de pedestres e nos novos loteamentos (Rua José Bellini e ao longo da Rodovia Florindo Pícoli), bem como promover o rebaixamento das luminárias nas áreas da Sede e Patrimônio Sete de Maio que possuem conflito entre estes equipamentos e a arborização urbana.			

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

O Desenvolvimento Socioeconômico do município depende de algumas ações e atitudes que venham ao encontro com os anseios da comunidade no sentido de propiciar aos mesmos um padrão de vida melhor, mais digno e acima de tudo mais humano. Desta forma, as diretrizes e proposições nesta vertente contemplam as áreas do serviço público como educação, saúde, assistência social e organização econômica no Município.

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

AGRICULTURA/ INDÚSTRIA/ COMÉRCIO

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
21	Incrementar o uso da informação e do conhecimento, incentivando e possibilitando a inovação tecnológica.	21.1	Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para Cambira levando em consideração a vocação agrícola do Município, privilegiando: - Fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização; - Exploração sustentável dos recursos naturais da região; - Aproveitamento do potencial produtivo local, tanto no que se refere aos recursos humanos quanto à produção agropecuária e agroindustrial existente no Município; - Articulação entre os agentes econômicos do Município.			
		21.2	Manter controle sobre o uso atual das terras do Município, levantar sua aptidão agrícola e estrutura fundiária, visando o estabelecimento de políticas agrícola, tributária e de urbanização.			
		21.3	Fortalecer a articulação interinstitucional de órgãos de pesquisa e assistência técnica como o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), SEBRAE, SENAC, SENAR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Conselhos e Universidades com o objetivo de potencializar e conferir maior racionalidade em suas ações.			
		21.4	Incentivar os mini e pequenos produtores rurais (agricultura familiar) no que se refere à modernização tecnológica, capacitação técnica e à elaboração/capacitação da carta de aptidão para a solicitação de financiamento junto aos Programas Estaduais e Federais.			
22	Ampliar a atuação do governo local na área de atração de empreendimentos e captação de novos investimentos.	22.1	Promover a construção de um barracão e implantação de Centro de Geração de Renda na Sede Municipal para cursos em geral.			
		22.2	Promover incentivos à implantação de indústrias e agroindústrias, através da adequação dos tributos municipais para favorecer o ingresso de novas empresas no Município (ex. ISSQN, taxas e emolumentos, etc.).			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
23	Ampliar a frota de patrulha mecanizada Municipal para promover assistência aos produtores rurais.	23.1	Adquirir tratores e implementos agrícolas, visando à melhoria e atualização da frota municipal, sendo: 2 tratores, 1 mini trator, 1 subsolador, 1 esparramador de calcário, 1 pulverizador, 1 terraceador, 1 moto niveladora, 1 Pá carregadeira, 1 trator esteira, 1 escavadeira hidráulica, e 2 caminhões caçambas.			
24	Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.	24.1	Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agroecológicas.			
25	Promover a melhoria da qualificação profissional da população.	25.1	Firmar convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI, SENAR e outros órgãos governamentais e não governamentais para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão de obra local mais qualificada, formando trabalhadores capazes de criar conhecimento, difundi-los na sociedade, utilizá-los para assegurar inovação, produtividade, qualidade e, consequentemente, competitividade.			
26	Fortalecer, dinamizar e buscar a sustentabilidade da agricultura, tornando-a mais diversificada, rentável, competitiva.	26.1	Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Cooperativas, Iniciativa Privada e EMATER.			
		26.2	Incentivar a produção de culturas com potencial para a produção de biodiesel, através da realização de capacitação de produtores e assistência técnica.			
		26.3	Estimular a prática de inseminação artificial para melhoria do gado de corte e leite.			
		26.4	Desenvolver a agricultura orgânica, promovendo a articulação e associação dos produtores no processo de certificação da produção.			
27	Implementar e apoiar programas e iniciativas de geração de oportunidades de trabalho e renda.	27.1	Estimular os produtores locais para a participação em feiras, eventos e exposições regionais.			
28	Apoiar e incentivar os pequenos ou médios produtores.	28.1	Estimular e fortalecer os processos de organização dos produtores rurais, apoiando formas alternativas de comercialização de insumos e produtos, buscando facilitar também o acesso ao crédito agrícola de custeio e investimento, principalmente dos agricultores familiares.			
		28.2	Identificar possíveis linhas de crédito para renovação dos equipamentos e implementos e consequente qualificação da produção, buscando: - Sensibilizar os pequenos empreendedores para integração de desenvolvimento de ações conjuntas com o objetivo de ampliar as			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
			possibilidades de inserção econômica; - Sensibilizar os agentes econômicos do Município para necessidade de ações conjuntas planejadas; - Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural, favorecendo a publicidade.			
		28.3	Estimular a elaboração de projetos para obtenção de insumos para produtores rurais, a partir de programas Federais e/ou Estaduais.			
		28.4	Monitorar e estimular as atividades agropecuárias da Vila Rural através de apoio técnico, insumos e equipamentos.			
29	Orientar e capacitar o sistema produtivo local a atender as demandas por bens e serviços e introduzir atividades de maior potencial e dinamismo econômicos sustentáveis.	29.1	Atuar na busca de melhores oportunidades para o fortalecimento do comércio e da indústria local, assim como promover parcerias para a realização de cursos profissionalizantes e de capacitação destinados ao desenvolvimento de técnicas atualizadas aplicáveis nestes setores.			
		29.2	Incentivar a formalização de microempresas, a melhoria da qualidade e a capitalização em pequenos negócios.			
30	Promover o fortalecimento do setor de comércio e serviços com o objetivo de incrementar a geração de emprego e renda.	30.1	Apoiar iniciativas particulares de abertura de estabelecimentos voltados ao turismo como restaurantes, pousadas, pesque-pague, etc.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

SAÚDE

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
31	Implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de saúde.	31.1	Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde através de cursos, oficinas e palestras de capacitação.			
		31.2	Promover a informatização da Secretaria e da Autarquia Municipal de Saúde interligando-os a todas as unidades de saúde locais e buscando a atualização do sistema de informação em saúde (Municipal, Estadual e Federal) para subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação das ações e serviços.			
		31.3	Inserir todos os dados informatizados do setor no sistema integrado de informações com ferramentas de geoprocessamento previsto em proposição de desenvolvimento institucional deste PDM.			
		31.4	Controlar o fornecimento de medicamentos da Farmácia Básica, através da informatização e otimização do processo de cadastramento dos pacientes que necessitam de medicamentos de uso frequente ou controlados.			
		31.5	Buscar maior interface, inter-relacionamento, integração da instância municipal, com a SESA e com a Fundação Nacional de Saúde, de modo a integrar, potencializar e otimizar as ações e os recursos aplicados em projetos/programas similares ou complementares.			
		31.9	Adquirir áreas na Sede Urbana para construção de novos postos de saúde.			
32	Adequar os edifícios públicos do setor às suas variadas necessidades.	32.1	Edificar, readequar e ampliar prédios destinados ao atendimento da saúde pública e promover a adequação para acesso das pessoas com necessidades especiais, sendo eles: o mini posto no Bairro Santo Antonio, a Clínica de Fisioterapia, a Unidade Básica de Saúde Central e o Prédio cedido pela Fundação Nacional de Saúde.			
		32.2	Adquirir equipamentos e materiais permanentes para todos os setores da saúde.			
33	Investir nos recursos humanos.	33.1	Estimular a realização de cursos de capacitação a fim de melhorar o atendimento aos usuários, para os profissionais da área da saúde, incluindo todos os setores relacionados à saúde, através de parcerias com instituições de ensino ou empresas qualificadas.			
		33.2	Estimular a capacitação de motoristas da saúde para o atendimento de primeiros socorros.			
		33.3	Ampliar a oferta de especialidades médicas, nas áreas que apresentam maior carência no Município, através de parcerias e convênios.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
34	Reforçar as ações de vigilância epidemiológica e sanitária.	34.1	Promover a manutenção do Sistema de Vigilância Sanitária no Município, ampliando sua área de atuação, através da contratação de profissionais habilitados e reaparelhamento do setor: - Monitoramento da operação e manejo do aterro controlado; - Identificação e fiscalização das ligações clandestinas de esgoto na rede de captação pluvial ou lançadas diretamente nos cursos d'água; - Monitoramento do acondicionamento e destinação final dos resíduos de saúde; - Prevenção e controle de doenças; - Intensificação e manutenção, segundo as especificidades municipais, dos programas e serviços de vigilância epidemiológica e sanitária; - Fiscalizar a qualidade ambiental das áreas residenciais para evitar doenças causadas pelos resíduos domésticos e industriais; - Desenvolver programas e campanhas nos estabelecimentos de saúde e junto à comunidade, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc.), prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre outros.			
35	Direcionar a oferta de serviços e equipamentos à problemática e às necessidades específicas do Município.	35.1	Implantar posto de atendimento com aquisição de material permanente para atender à saúde básica na Vila Rural/Patrimônio Sete de Maio.			
		35.2	Realizar frequentemente palestras para a população, alunos das escolas municipais e estaduais, centros de educação infantil, com pessoas especializadas, médicos, enfermeiros, dentistas e psicólogos, etc., sobre educação sexual, vacinas, dengue e outras doenças em geral, através de parcerias com instituições de ensino, empresas qualificadas ou profissionais do Município.			
		35.3	Promover a melhoria da qualidade do atendimento às crianças e gestantes, mediante estímulos à criação de serviços de referência e contra-referência.			
36	Manter serviços de saúde com eficiência e qualidade para toda a comunidade de Cambira.	36.1	Garantir a manutenção do Programa Saúde da Família e da Saúde Bucal e readequar o Programa Saúde Mental.			
		36.2	Prosseguir com as campanhas de medicina preventiva (vacinação de massa, diagnósticos precoces, e campanhas educativas).			
		36.3	Manter serviço especial voltado ao atendimento domiciliar a idosos e doentes impossibilitados de caminhar, através do PSF.			
		36.4	Manter aos cidadãos atenção integral através de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e recuperação de incapacidades.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
37	Ampliar a frota do setor de saúde para assegurar o atendimento e transporte aos pacientes.	37.1	Adquirir veículos para o setor de saúde.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

EDUCAÇÃO

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
38	Promover e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para elevação do nível escolar da população.	38.1	Promover a manutenção do programa de incentivo a alfabetização – Paraná Alfabetizado para jovens e adultos residentes na área urbana e rural (erradicação do analfabetismo).			
		38.2	Promover a manutenção do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do APED, em nível de Ensino Fundamental e Médio.			
39	Estimular e garantir a permanência do aluno na escola, oferecendo-lhe infraestrutura física, equipamentos, recursos materiais básicos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino e ao pleno atendimento da população.	39.1	Adquirir materiais didáticos e pedagógicos para a distribuição aos alunos da rede pública municipal (Escolas e Centro de Educação Infantil).			
		39.2	Elaborar programas de orientação e incentivo aos jovens e adolescentes, melhorando a oferta de cursos de informática, línguas, artes e esportes, nas escolas públicas.			
		39.3	Implantar programas de incentivo à capacitação e desenvolvimento intelectual dos alunos através da realização de concursos, competições didáticas e culturais, que ofereçam premiações, valorizando e incentivando o educando.			
40	Instituir o programa Escola Aberta para a comunidade, abrindo suas portas para atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos, palestras e integrando família/escola/comunidade em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte.	40.1	Promover situações concretas (encontros, palestras e cursos) para pais ou responsáveis como efetivação do diálogo que constitui a “Escola Aberta”.			
		40.2	Adotar a escola como pólo de integração social da comunidade.			
41	Estimular os ensinos pré-profissionalizante e profissionalizante nas áreas de vocação do Município.	41.1	Implantar no Município, cursos de nível médio em áreas de interesse econômico local e regional.			
		41.2	Incentivar a criação de cursos profissionalizantes nos níveis médio (presenciais ou à distância) e superior (à distância) via Governo do Estado do Paraná e Universidades Estaduais.			
		41.3	Estimular e desenvolver estratégias supletivas de formação profissional, além do ensino regular, privilegiando a formação em áreas que atendam à demanda do mercado.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
42	Implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de educação, assim como infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades do setor.	42.1	Concluir o Plano Municipal de Educação.			
		42.3	Adquirir veículos para a rede municipal de Educação, sendo eles: 6 ônibus e 1 utilitário para a distribuição de merenda.			
43	Ampliar o desenvolvimento da Merenda Escolar referente à aquisição, produção e armazenamento e distribuição para as escolas, com a preservação da qualidade.	43.1	Realizar manutenção dos serviços de aquisição, preparo e distribuição de merenda escolar no Município.			
		43.2	Pleitear projeto compra direta junto ao Governo Estadual ou Federal, o qual beneficia escolas locais com a doação de produtos produzidos pelo próprio Município.			
		43.3	Enriquecer a Merenda Escolar com frutas, legumes e verduras.			
		43.4	Garantir a qualidade nutricional da merenda escolar na rede de ensino municipal, através do acompanhamento de profissional habilitado – nutricionista.			
44	Oportunizar a educação infantil e o ensino fundamental, mesmo para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e para as crianças, jovens e adultos portadores de deficiência, garantindo a todos o direito do conhecimento.	44.1	Garantir a igualdade de condições para acesso e permanência dos alunos na escola.			
45	Adequar o sistema de transporte escolar e universitário, garantindo o acesso da população ao estudo fundamental, médio e universitário.	45.1	Implantar sinalização de trânsito (horizontal e vertical) em frente às Escolas e Colégios, bem como construir pontos de ônibus para o transporte escolar.			
		45.2	Garantir o seguro de vida dos passageiros do transporte escolar.			
		45.3	Garantir a capacitação dos motoristas do transporte escolar com curso para transporte de passageiros e outros que se fizerem necessários.			
46	Intensificar no Município a política de melhoria de recursos humanos em educação.	46.1	Pleitear junto a SEED e ao MEC investimentos na capacitação dos professores da rede estadual e municipal de ensino, propiciando “formação continuada” (com cursos, palestras, seminários, acervo bibliográfico, assinaturas de jornais e revistas, etc.).			
		46.2	Capacitar os profissionais que ocupam cargos de direção nas escolas.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
		46.3	Incentivar a formação dos docentes com nível superior em especialização, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e sua formação continuada, inclusive a voltada para a inserção dos alunos com necessidades especiais, adotando sistema de certificação das capacitações oferecidas aos professores.			
47	Oferecer recursos materiais, estruturais e humanos objetivando garantir a excelência do processo de ensino e aprendizagem.	47.1	Pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para a aquisição de áreas e construção de novos prédios escolares (Educação Infantil e Ensino Fundamental), e construção de uma brinquedoteca.			
48	Aperfeiçoar o Projeto Pedagógico para a Escola Pública Municipal, com o efetivo compromisso de atender aos interesses sociais da comunidade e ao aluno nos seus aspectos psíquico e social.	48.1	Promover atendimento psicológico e psicopedagógico nas escolas e encaminhamentos a fonoaudiólogos.			
		48.2	Incluir dentro das ações relativas à qualidade de ensino (ensino regular), discussões, campanhas e atividades na busca de soluções para os problemas cotidianos e desenvolver programas educacionais nas áreas de: - Meio ambiente – ambiente sustentável, preservação e recuperação de recursos naturais (programas de estímulo à convivência com os rios e córregos de Cambira), coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, reciclagem de resíduos orgânicos e esgotamento sanitário; - Saúde – sexualidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc), prevenção de câncer, saúde bucal, higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue, doação de órgãos; - Esporte – incentivos à prática de esporte através da realização de competições esportivas entre as escolas locais; - Cultura – valorização da cultura local e regional (história, tradição, folclore, símbolos locais – bandeira, hino e brasão, artesanato, música, dança, teatro, literatura, qualquer expressão artística); desenvolvimento de programa de incentivo à leitura nas escolas locais, com o apoio da Biblioteca Pública Municipal; - Cidadania e geração de emprego e renda – estágios, primeiro emprego, cursos de profissionalização e capacitação; - Educação para o trânsito dos futuros motoristas e pedestres para a utilização adequada e respeito à sinalização urbana e rural;			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
			- Segurança – questões como tráfico de drogas e desarmamento.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

CULTURA / ESPORTE/ LAZER/ TURISMO

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
49	Promover política adequada e assegurar instalações físicas apropriadas para o exercício das atividades do setor da Cultura.	49.1	Criar o Conselho e Fundo Municipal de Cultura.			
		49.2	Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de pessoas com necessidades especiais.			
50	Estimular a formação, produção e difusão de áreas como artesanato, teatro, dança, música, literatura, artes plásticas, vídeo, fotografia e carnaval entre outras.	50.1	Oferecer oficinas e projetos com profissionais específicos, que possibilitem o desenvolvimento das aptidões artísticas (dança, teatro, música – canto e instrumentos) a crianças, adolescentes e jovens.			
		50.2	Instituir evento semanal, quinzenal ou mensal, como bailes ou feiras noturnas com apresentação musical e dança ou jogral de crianças, favorecendo o comércio local, inclusive dos produtos agropecuários locais.			
		50.3	Realizar projetos pela biblioteca municipal de leitura, oficina de teatro, de dramatização, laboratório de redação etc.			
51	Recolher informações sobre os aspectos culturais do município e fazer circular as informações, projetos, propostas de cada segmento cultural entre todas as áreas da cultura.	51.1	Elaborar o inventário e calendário turístico e cultural do Município de Cambira, identificando: - As festas tradicionais, típicas, folclóricas e culturais realizadas no Município, elaborando um calendário destas atividades; - Espaços Culturais (parques, praças, igrejas, escolas etc.) como base para o reconhecimento do potencial objeto de incentivo; - Marcos/monumentos referenciais para a comunidade, inclusive o patrimônio natural, explicitando as estratégias de abordagem e relações estabelecidas pela comunidade; - Áreas que contêm elementos históricos e paisagísticos e se configuram como oportunidades de desenvolvimento cultural.			
52	Incentivar projetos de cultura juntamente ao Sistema Educacional.	52.1	Articular parceria entre as políticas de Educação e Cultura, abrangendo: - Correção do descompasso entre as formas de abordagem da cultura na escola, enfatizando o conhecimento e a prática ligados à peculiaridade cultural de Cambira; - Utilização das expressões culturais populares e modernas, compreendendo-as como produtoras de conhecimento, explorando o seu potencial educativo enquanto espaço de aprendizagem; - Transformação da escola em espaço de criação e produção da cultura, através das propostas e práticas curriculares; - Promover a produção cultural de caráter local, incentivando a expressão cultural dos diferentes grupos sociais, em favor da pluralidade cultural; - Estimular a criação de iniciativas de cunho cultural, de modo a possibilitar a organização e			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
			troca de experiências, com respeito à dinâmica própria de cada uma, que constitui o suporte inicial para autossustentação das atividades, o retorno econômico e o desenvolvimento comunitário; - Promover concursos e exposições municipais, com ou sem concessão de prêmios, fomentando a produção e possibilitando a divulgação pública de trabalhos de qualidade produzidos; - Incentivar publicações sobre a história do Paraná e, em especial, a história de Cambira; - Identificar as manifestações culturais localizadas e seus produtores, a partir do reconhecimento das áreas do território municipal que mantêm práticas culturais singulares, de modo a possibilitar a visualização da pluralidade de gestos e atos culturais presentes, identificando-se e cadastrando-se os grupos ou indivíduos responsáveis por essas manifestações.			
53	Ampliar e diversificar a oferta de espaços públicos de lazer/ recreação/esporte através de um planejamento global que contemple o levantamento de todos os espaços possíveis de utilização para o esporte e o lazer, a fim de dimensionar e orientar a instalação dos equipamentos necessários para atender à demanda existente no Município.	53.1	Instalar equipamentos de ginástica (Academias da Terceira Idade - ATIs) nas praças, para atender à demanda de todas as faixas etárias.			
		53.2	Implantar pista de caminhada e ciclovia ao longo da Rodovia Florindo Pícoli.			
		53.3	Construir Portal Temático, representando as vocações e os aspectos culturais locais.			
		53.4	Promover a manutenção do Ginásio de Esportes.			
		53.5	Reestruturar o Estádio Municipal através de reforma geral em todos os vestiários, alambrado, muros externos, iluminação, e readequação da arquibancada.			
		53.6	Revisar a função de áreas institucionais, de modo a permitir a implantação de parques e praças nas áreas remanescentes.			
54	Dar ao esporte e ao lazer dimensão	54.1	Apoiar equipes esportivas em campeonatos regionais.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
	educativa, com implementação de pedagogia que promova nas pessoas o espírito comunitário e o sentimento de solidariedade, contribuindo para diminuir ou mesmo eliminar a postura discriminatória da sociedade.	54.2	Ampliar condições para envolver o jovem cada vez mais no esporte, para diminuir o envolvimento dos mesmos em atividades ilícitas como: consumo de drogas lícitas e ilícitas, prostituição, etc. Promovendo as seguintes ações: - Aproveitar o potencial de lazer/recreação/esporte de escolas, ruas, praças, avenidas, e outros espaços públicos; - Utilizar as escolas públicas como espaços para a prática de esportes/ lazer e atividades culturais pela comunidade na qual elas se inserem, de modo a utilizar tais práticas como fator de sociabilidade e integração social; - Adequar os espaços públicos da cidade para que sejam multifuncionais, possibilitando o exercício de atividades esportivas, recreacionais, culturais e de lazer, de modo a que se constituam em espaços de sociabilidade e integração social de diferentes faixas etárias.			
55	Ampliar a oferta de áreas verdes públicas qualificadas.	55.1	Promover a demarcação e definir amparo legal para as Áreas de Interesse Ambiental - AIA, desenvolvendo manual com critérios (urbanísticos e ambientais) para a elaboração de projetos que visem à utilização destas áreas com desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, lazer e recreação da população e visitantes, visando à recuperação e proteção da vegetação natural.			
		55.2	Elaborar e implementar programa específico para construção, ampliação, reforma, remodelação, conservação e manutenção rigorosa das áreas verdes, de lazer, parques, praças e jardins existentes (Sede, Patrimônio Sete de Maio e Comunidades Rurais), incluindo a recuperação da vegetação e infraestrutura existente.			
56	Fomentar o setor turístico, compatibilizando os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município.	56.1	Fortalecer os Setores de Meio Ambiente e Turismo criando a cartilha Turística de Cambira, com base no inventário e no calendário mencionado na proposição 51.1 deste documento, estimulando a atividade turística urbana e rural (turismo no espaço rural – atividades agropecuárias, ecológicas, esportivas, turismo de eventos, gastronômico, religioso e de lazer) como fonte de renda e incremento do mercado de trabalho, através da divulgação mais ampla dos eventos realizados no Município e da exploração adequada dos atrativos existentes.			
		56.2	Realizar cursos de capacitação profissional voltados ao turismo.			
		56.3	Elaborar e executar Projeto de Sinalização Turística.			
		56.4	Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural, favorecendo a publicidade.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
57	Envolver os diferentes segmentos da Sociedade Civil organizada, particularmente as entidades mais representativas da indústria e do comércio, visando sua colaboração com o Executivo Municipal na administração e conservação dos espaços e equipamentos bem como na promoção de programas, eventos, competições esportivas, cursos e seminários.	57.1	Valorizar iniciativas públicas e estimular iniciativas do setor privado e do terceiro setor com vistas à melhoria da paisagem municipal.			
		57.2	Promover de forma integrada eventos culturais, esportivos, de lazer e recreativos, articulando os órgãos/entidades responsáveis pelos setores de educação, saúde, lazer e esportes, nos logradouros públicos.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
58	Ampliar e capacitar Equipe Técnica compatível com a demanda de serviços do município.	58.1	Promover a capacitação específica e contínua para técnicos e funcionários da Secretaria de Assistência Social.			
		58.2	Implantar equipe técnica compatível com a demanda de serviços do Município.			
59	Atender a população em situação de vulnerabilidade e risco.	59.1	Identificar a concentração de vulnerabilidade e risco social no Município.			
		59.2	Realizar diagnóstico do público alvo através de um sistema informatizado e mantê-lo atualizado, implantando instrumentos de informações integrados entre os setores de educação e saúde, monitoramento e avaliação da rede socioassistencial do Município.			
		59.3	Viabilizar projetos e programas sociais destinados à maternidade, criança, adolescente, jovens, adultos e à terceira idade			
		59.4	Atender crianças e adolescentes em situação de risco, mediante ações socioeducativas e preventivas, trabalhando junto às famílias, garantindo sua integração junto à comunidade.			
		59.5	Promover capacitação contínua de jovens e adultos para geração de renda.			
		59.6	Atender a pessoa portadora de deficiência, respeitando o limite e potencial de cada um.			
60	Aprimorar gestão e planejamento, garantindo as políticas públicas de assistência social e envolver a população através de organizações.	60.1	Garantir a participação do Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal do Direito do Idoso na elaboração do PPA, LDO, LOA.			
		60.2	Garantir que o recurso financeiro para que a política de assistência social conste na LDO, PPA e LOA.			
		60.3	Apoiar a criação das Associações de Bairro.			
61	Assegurar instalações físicas e equipamentos apropriadas e necessários para o exercício das atividades da assistência social.	61.1	Construir sede própria para a Secretaria de Assistência Social.			
		61.2	Adequar os edifícios públicos do setor às NBR 9050.			
		61.3	Adquirir veículo para a Secretaria de Assistência Social.			
		61.4	Adquirir veículo para o CRAS.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
62	Promover política adequada à habitação de interesse social.	62.1	Criar o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação.			
		62.2	Elencar representantes de entidades de classe, como o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), para participar do Conselho, aprovando os projetos públicos, a fim de garantir a qualidade das construções da população de baixa renda.			
		62.3	Elaborar Plano Municipal de Habitação.			
		62.4	Apoiar e desenvolver cooperativas de habitação popular, mediante assessoramento incluindo aperfeiçoamento técnico de suas equipes obtendo melhores padrões de assentamento.			
63	Promover estoques de áreas urbanas para implantação de programas habitacionais de interesse social respeitando zonas especiais de interesse social (ZEIS) demarcadas na lei de uso e ocupação do solo.	63.1	Adquirir áreas para construção de casas populares.			
64	Promover a toda população moradia digna, ou seja, com qualidade construtiva, com custo justo, provida de infraestrutura, com acesso a fonte de trabalho e aos serviços públicos básicos de educação, saúde, cultura e segurança.	64.1	Cadastrar famílias carentes, a fim de promover em ordem de prioridade as ações necessárias para a solução do déficit habitacional, o controle das famílias que necessitam de moradias, e assim coibir a proliferação da ocupação irregular e a reincidência do benefício à mesma família que retorna a situação carente pela venda ilegal da unidade habitacional.			
		64.2	Construir, conforme dados repassados pela Prefeitura, 250 unidades habitacionais para sanar o déficit municipal atual.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

SEGURANÇA PÚBLICA

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
65	Promover a integração de Segurança Pública com os programas e eventos realizados no Município.	65.1	Promover a capacitação dos policiais sobre projetos e programas.			
66	Implementar política de descentralização e participação comunitária no sistema de segurança pública.	66.1	Criar Conselho Municipal de Segurança Pública.			
		66.2	Estimular operações conjuntas da Comunidade e da Polícia Militar através do Conselho de Segurança.			
67	Desenvolver ações visando à alteração dos fatores geradores de insegurança e violência.	67.1	Garantir a manutenção do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).			
		67.2	Implantar programas contra a violência, tráfico e consumo de drogas junto à comunidade e estabelecimentos da rede de ensino em parceria com a Polícia Militar.			
68	Promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município.	68.1	Intervir junto ao Governo Estadual com o objetivo de ampliar o efetivo policial e o número de viaturas para o patrulhamento no Município, e promover uma parceria Município/Estado para a manutenção das viaturas existentes.			
		68.2	Intervir junto ao Governo Estadual, buscando uma parceria entre Município e Estado, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos policiais militares, através do incremento do sistema de informação para denúncias e sugestões da população.			
69	Garantir condições adequadas de segurança e proteção ao cidadão e ao patrimônio público e privado.	69.1	Intervir junto ao Governo Estadual para implantar sistema de policiamento nas imediações dos espaços públicos, visando garantir a segurança dos usuários e da comunidade em geral, bem como a integridade do patrimônio público.			
		69.2	Intervir junto ao Governo do Estado para buscar meios de realizar patrulhamento na área rural semanalmente.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

DEFESA CIVIL

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
70	Promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, de maneira funcional, eficiente e integrada entre os órgãos agentes.	70.1	Elaborar Plano Diretor de Defesa Civil visando a implementação de programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente à prevenção de desastres.			
		70.2	Estruturar a Defesa Civil de Cambira para atuar em áreas de risco, em catástrofes naturais (enchentes, vendavais), combate e prevenção de epidemias, incêndios e acidentes com cargas perigosas nas rodovias regionais próximas às áreas urbanizadas.			
71	Implementar plano de ação de caráter defensivo, contemplando medidas preventivas e recuperativas.	71.1	Identificar, junto aos moradores das áreas consideradas de risco, acessos possíveis para caminhões de coleta de lixo, transportes coletivos e serviços essenciais, como ambulâncias e corpo de bombeiros, e carros pequenos, no caso de emergências e sinistros.			
		71.2	Organizar o espaço físico de grandes eventos em áreas abertas, especialmente nos circuitos das festas populares, evitando grandes extensões de vias que não disponham de canais laterais de escoamento da população em caso de pânico.			
72	Incentivar o engajamento da comunidade a ser participativa, informada, preparada e cônica de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres.	72.1	Incluir nos currículos escolares conteúdo relativo à redução de desastres, valorização da vida humana, primeiros socorros e reanimação cardiorrespiratória.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
73	Promover melhorias e fiscalização nos equipamentos de serviços funerários municipais.	73.1	Elaborar programas específicos para realização de obras e serviços, visando à ampliação, conservação, manutenção e melhoria do cemitério municipal, garantindo a boa conservação atual, priorizando o sistema de destinação e tratamento de esgotos e do chorume.			
		73.2	Garantir o controle e o monitoramento das áreas de cemitério que podem ocasionar contaminação do solo e lençol freático, cumprindo o que determina a legislação estadual e o IAP.			
		73.3	Construir nova Capela Mortuária para substituição da existente.			
74	Intensificar e aperfeiçoar o programa de sepultamento de interesse de famílias necessitadas.	74.1	Elaborar novo programa específico de apoio e viabilização de sepultamento de interesse de famílias necessitadas, visando a atender a todas as pessoas de baixo poder aquisitivo que residam no Município, no que se refere aos custos dos serviços funerários e outras providências.			
75	Reavaliar e aperfeiçoar os instrumentos legais referentes aos procedimentos e serviços de sepultamento.	75.1	Elaborar projeto de lei, com base nas exigências do IAP e da legislação estadual pertinente, sobre os principais condicionantes técnicos e institucionais relativos aos processos de construção, instalação, funcionamento de atividades e serviços destinados a sepultamentos e outros procedimentos dos cemitérios públicos.			

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Com o objetivo de acompanhar e implementar as diretrizes e proposições elencadas no Plano Diretor, faz-se necessária a organização das instituições governamentais que promovam o desenvolvimento institucional, fomentada pelos instrumentos de democratização da gestão urbana, baseados nos princípios fundamentais da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
76	Incentivar e fortalecer a participação popular.	76.1	Organizar debates, audiências, consultas públicas, conferências, para concretizar o plano diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de lei.			
		76.2	Prover internet e terminal de consulta.			
		76.3	Criar base de dados acessível por meio eletrônico a todas as Secretarias Municipais e à população por meio da implementação do Sistema de Informações Geográficas (SIG).			
77	Implantar o Sistema de Planejamento Integrado.	77.1	Definir metodologia e protocolo de trabalho integrado das secretarias municipais utilizando o SIG por meio eletrônico.			
		77.2	Garantir a participação de todos os departamentos municipais, órgãos estaduais atuantes no Município e da população nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises.			
78	Promover a modernização Administrativa: Modernizar estrutura administrativa e institucional de Cambira.	78.1	Criar Núcleo/Setor de Planejamento, com, no mínimo, um arquiteto urbanista e um engenheiro civil no quadro técnico, para implementação e monitoramento da aplicação do Plano Diretor.			
		78.2	Realizar revisão organizacional da administração pública.			
		78.3	Readequar Plano de Cargos e Carreiras para todos os servidores.			
		78.4	Atualizar Regimento Jurídico da Prefeitura Municipal.			
79	Promover modernização tributária na Prefeitura para melhorar a arrecadação fiscal e consequentemente os serviços públicos.	79.1	Executar cadastramento imobiliário.			
		79.2	Atualizar a planta genérica de valores.			
		79.3	Revisar e atualizar Código Tributário Municipal.			
80	Garantir o treinamento, reciclagem e a melhoria da qualidade e da produtividade do seu quadro técnico.	80.1	Prover recursos necessários para promover treinamento, capacitação e atualização dos funcionários da Administração Municipal em geral.			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
81	Readequar sistema de informação e de Planejamento.	81.1	Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informática.			
		81.2	Interligar em rede todo poder municipal.			
		81.3	Atualizar os dados referentes ao Município com frequência.			
		81.4	Adequar a gestão orçamentária às diretrizes do planejamento municipal.			
82	Adequar o prédio e equipamentos da Prefeitura Municipal.	82.1	Adquirir e adequar mobiliário, máquinas, equipamentos e utensílios necessários para o pleno desenvolvimento dos serviços, tais como: Equipamento de informática, uma máquina de Xerox, um GPS, móveis para escritório e um retroprojektor.			
		82.2	Elaborar Projeto e obter recursos para ampliação e reforma do prédio para a Prefeitura Municipal.			
		82.3	Adequar a garagem municipal com a construção de muro, guarita e almoxarifado.			
		82.4	Ampliar frota do setor administrativo, sendo: Setor da agricultura- 1 veículo; Setor de planejamento - 1 veículo; Esporte - 1 veículo; Gabinete do Prefeito - 1 veículo; Setor de Obras - 1 veículo; Fazenda - 1 veículo; Indústria e Comércio - 1 veículo.			
83	Garantir a formação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, incentivando a participação no acompanhamento e implantação do PDM.	83.1	Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal conforme o disposto na nova Lei do Plano Diretor Municipal, tão logo a mesma seja aprovada junto à Câmara Municipal			
		83.2	Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Núcleo de Planejamento ou pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor.			
		83.3	Acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, também propondo sobre a atualização ou a complementação do Plano Diretor Municipal.			
		83.4	Acompanhar políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município.			
		83.5	Propor prioridades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento.			
		83.6	Examinar a viabilidade dos projetos do poder público.			
		83.7	Analisar e aprovar projetos de empreendimentos de impacto significativo, incluindo indicação de medidas compensatórias ou mitigadoras e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação.			

5. DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISICOTERRITORIAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

O desenvolvimento e ordenamento fisicoterritorial dependem do instrumento de indução territorial e ordenação do município, levando em conta a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, a infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários e o controle do meio ambiente, considerando todas as regiões e suas características particulares para o processo de planejamento territorial. Sendo assim, cada região ou área possui uma diretriz dentro do planejamento territorial estando definida através dos:

- Macrozoneamento – Municipal e Urbano;
- Perímetro Urbano;
- Sistema Viário – Municipal e Urbano.

OBJETIVOS:

1. Implantar sistema de planejamento municipal que promova o desenvolvimento territorial de forma organizada e equilibrada;
2. Estabelecer critérios de uso e ocupação do solo que garantam a ocupação adequada com relação aos recursos ambientais, principalmente em áreas próximas às margens do Rio Paraná, que além de se constituírem APPs, estão inseridas no Parque Nacional de Ilha Grande e na APA Federal das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná;
3. Induzir o desenvolvimento pleno da área urbana do Município, através da compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;
4. Manter e preservar as áreas verdes e as áreas de proteção dos mananciais, visando ao equilíbrio ambiental;
5. Aplicar instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;
6. Controlar a expansão e a ocupação urbana, buscando equilibrar a distribuição das atividades e otimizar o aproveitamento das potencialidades territoriais e da infraestrutura instalada;
7. Adequar a rede viária às proposições do sistema viário, determinando categorias de uso predominantemente produtivo nos eixos principais da malha municipal e urbana;
8. Hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a promover segurança e conforto;
9. Adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas portadoras de deficiências.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISCOTERRITORIAL

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
84	Identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização.	84.1	Definir Macrozoneamento Municipal (Mapa 01 - ver definições no texto).			
		84.2	Definir Macrozoneamento Urbano Sede Municipal (Mapa 02 - ver definições no texto).			
85	Delimitar áreas urbanas garantindo o cumprimento da função social da propriedade.	85.1	Propor Perímetros Urbanos em direções próximas às áreas urbanizadas da Sede e Patrimônio Sete de Maio, os harmonizando com características do entorno, como: solo, relevo, bacias hidrográficas, APPs, etc. (Mapas 03 e 04 - ver definições no texto).			
		85.2	Contratar empresa especializada para a realização do levantamento georreferenciado dos loteamentos inseridos no novo perímetro da Sede Municipal.			
86	Garantir a estruturação e readequação do sistema viário municipal e das vias urbanas.	86.1	Propor Sistema Viário Municipal, através da hierarquização das vias rurais, permitindo a mobilidade no território municipal (Mapa 05 - ver definições no texto).			
		86.2	Propor Sistema Viário Urbano, através da hierarquização de vias urbanas, diretrizes viárias, permitindo a mobilização urbana (Mapa 06 - ver definições no texto).			



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

Envolve as regiões do território municipal como um todo, tanto área urbana quanto rural, e é caracterizado pela prevalência do patrimônio ambiental do Município e da humanidade, pelos núcleos de agrupamentos rurais existentes ou em estruturação e pelas atividades predominantemente ligadas à produção primária. Ficam definidas para Cambira as seguintes Macrozonas (Mapa 01):

Macrozona de Produção Rural

Destinada às atividades agropecuárias ou agroindustriais no espaço rural. Subdividida em solos aptos e inaptos, ou seja:

- Macrozona de Produção Rural – Solo Apto - Os solos aptos são predominantes em Cambira. Possuem aptidão agrícola boa, com mínima a moderada exigência de fertilizante e baixa necessidade de calagem para a manutenção e correção de seu estado nutricional. Possui limitação nula a ligeira quanto à suscetibilidade à erosão, necessitando para sua conservação do emprego de medidas simples, mediante práticas culturais e de manejo, por exemplo: rotação de cultura; culturas em faixas; cultivo em contorno e pastoreio controlado. Por ocorrerem em áreas com relevo plano a suave ondulado, praticamente não possuem limitação quanto ao uso de máquinas e implementos agrícolas, sendo que o relevo nestas áreas não ultrapassa 6% e o rendimento do trator deve ser acima de 90%;
- Macrozona de Produção Rural – Solo Inapto - Os solos inaptos à atividade agrícola são solos situados nas áreas com maior declividade no Município e possuem limitação forte a muito forte quanto à suscetibilidade à erosão, necessitando para sua conservação de práticas e técnicas pouco viáveis economicamente, que não justificam sua aplicação. São terras para as quais não devem ser dispensados tratamentos culturais periódicos, sendo indicadas, com restrições, para pastagem e silvicultura, devendo ser áreas voltadas para preservação da flora e da fauna. Possuem impedimentos muito fortes quanto à mecanização, onde os declives ultrapassam 20% e o rendimento do trator fica abaixo de 50%.

As políticas ambientais e as de incentivo ou proibição de atividades, definidas e praticadas pelos órgãos competentes, respeitarão a subdivisão territorial em microbacias segundo o Instituto Paranaense de Assessoria Técnica e Extensão Rural (EMATER).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

OBJETIVOS:

- Compatibilizar o uso e a ocupação agropecuária com a proteção ambiental;
- Estimular atividades econômicas estratégicas e ecologicamente equilibradas;
- Incentivar o desenvolvimento da agropecuária;
- Promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural;
- Melhorar a infraestrutura básica e social; comunicação, mobilidade e saneamento na área rural;
- Estimular as culturas em cada microbacia segundo a identificação das potencialidades para cada solo, promovendo o ordenamento do uso e ocupação do solo rural.

Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental - APPs

Abrange as faixas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água do Município, sendo essas áreas não parceláveis e não edificáveis. A intervenção nestas áreas restringe-se a correções em sistemas de escoamento de águas pluviais, de infraestrutura, de saneamento básico, de combate à erosão, implantação de equipamentos de suporte às atividades de recreação, desde que públicos e preferencialmente sem edificação, seguindo a legislação ambiental federal pertinente.

OBJETIVOS:

- Garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;
- Estimular atividades econômicas estratégicas e ecologicamente viáveis;
- Estimular a formação de corredores de biodiversidade;
- Observar as determinações do CONAMA através da Resolução 369/06

Macrozona de Controle Ambiental

Inserem-se na Macrozona de Controle Ambiental as áreas que representam risco ambiental, como aquelas de:

- Aterro controlado;
- Três Cascalheiras.

OBJETIVOS:

- Estabelecer normas de controle ambiental local;
- Definir ações de recuperação imediata, em casos de conflitos ambientais;
- Garantir qualificação da área para outra utilização pública após vida útil definida.

Macrozona do Cinturão Verde

Compreendida pelas áreas ao redor dos perímetros urbanos propostos da Sede Municipal e Patrimônio Sete de Maio, tendo como objetivo amenizar os conflitos entre as atividades rurais e urbanas. Considera-se uma faixa de 1000 metros de largura ao redor da Sede Municipal como o Cinturão Verde de proteção da área urbanizada em relação ao cultivo da cana-de-açúcar, que utiliza a queimada no processo da colheita, e



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

em relação à implantação de atividades produtivas que utilizem defensivos agrícolas por pulverização. Para as demais atividades produtivas, avicultura, suinocultura, entre outras, que possam comprometer a saúde, a qualidade de vida e o sossego da população da Sede, a faixa de Cinturão Verde será de 500 metros. Já ao redor do Patrimônio Sete de Maio, o Cinturão Verde será numa faixa de 500 metros.

OBJETIVOS:

- Garantir e salvaguardar a saúde e bem-estar da comunidade urbana;
- Disciplinar o manejo das atividades rurais ali exploradas;
- Inibir a construção de aviários, suinocultura, atividades produtivas que utilizem à queimada ou defensivos que possam comprometer a população urbana;
- Incentivar as atividades agrícolas que desenvolvam produtos orgânicos;
- providenciar a remoção das atividades existente na Macrozona do Cinturão Verde que não satisfaçam às diretrizes estabelecidas para a Macrozona, no prazo de 10 anos, contado a partir da publicação da Lei do Plano Diretor Municipal.

Macrozona de Urbanização Específica da Vila Rural Luiz Beleze

Fica definida como Macrozona de Urbanização Específica a Vila Rural, programa implantado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

OBJETIVOS:

- Manter as características do programa da Vila Rural;
- Otimizar a infraestrutura instalada;
- Orientar o processo de expansão e condicionar o crescimento à capacidade de oferta de infraestrutura;
- Permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas e rurais;
- Garantir o desenvolvimento da gestão da política de ordenamento territorial;
- Permitir o acesso democrático aos equipamentos e à infraestrutura.

Macrozona de Produção Industrial

Tornam-se parte da Macrozona de Produção Industrial os lotes voltados para a Rodovia BR-376, conforme Mapa 01, configurando um eixo de produção industrial com o objetivo de estimular o desenvolvimento de atividades industriais e/ou agroindustriais, respeitada a Macrozona do Cinturão Verde, estando sujeitas à legislação ambiental e à anuência do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e do Poder Executivo Municipal para sua implantação.

OBJETIVOS:

- Estimular atividade de geração de emprego e renda para os pequenos produtores rurais;
- Fomentar a implantação de agroindústrias;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

-
- Apoiar a instalação de parques industriais;
 - Minimizar impactos antrópicos e ambientais;
 - Priorizar a implantação de indústrias que incorporem mão de obra local nos diferentes níveis de formação;
 - Respeitar a faixa de domínio da rodovia para locação dos estabelecimentos com previsão de adequações viárias e execução de vias marginais.

Macrozona Urbana

Destinada à aglomeração de moradia, trabalho, comércio, serviço, lazer e circulação, todos definidos e delimitados pelo perímetro urbano.

OBJETIVOS:

- Otimizar a infraestrutura urbana instalada;
- Condicionar o crescimento urbano à capacidade de oferta de infraestrutura urbana;
- Orientar o processo de expansão urbana;
- Permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas;
- Garantir o desenvolvimento da gestão da política urbana;
- Permitir o acesso igualitário aos equipamentos e à infraestrutura urbana.

MACROZONEAMENTO URBANO

Restrito às regiões contidas no perímetro urbano, as Macrozonas definidas buscam compor conjuntos de orientações para a sede urbana e resolver questões específicas de cada região. Ficam definidas para Cambira as seguintes Macrozonas (Mapa 02):

Macrozona Ocupação Consolidada

Compreende a área de ocupação já consolidada e constitui a maior parte da área residencial da sede urbana.

Ficam permitidas nesta Macrozona a ocupação residencial controlada e atividades produtivas voltadas às atividades de lazer, cultura e esporte que não sejam incômodas.

OBJETIVOS:

- Controlar a ocupação através da taxa de ocupação, índice de aproveitamento e taxa de permeabilidade, restringindo assim a impermeabilização do solo;
- Estimular e orientar a utilização de materiais que favorecem a permeabilidade do solo nas calçadas, pistas de rolamento e praças;
- Controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade urbana;
- Garantir melhor aproveitamento da infraestrutura existente;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

→ Garantir ventilação com bom espaçamento entre os edifícios.

Macrozona de Ocupação Prioritária

Caracteriza-se por área não utilizada para fins urbanos, subutilizada ou não parcelada e necessariamente situada de tal forma dentro do perímetro urbano que configura entrave ao desenvolvimento da cidade caracterizando:

- Especulação imobiliária;
- Desperdício de infraestrutura urbana instalada;
- Interrupção da malha viária prejudicial à circulação urbana;
- Foco de vetores de doenças e de insegurança.

Tal área tem prioridade de ocupação (parcelamento ou edificação para fins urbanos) sobre a Macrozona de Expansão Urbana e tem por objetivo o aumento de oferta de lotes para uso residencial ou para atividades produtivas de baixo impacto, bem como a busca por melhoria da qualidade de circulação e vizinhança. Nestes lotes poderão incidir os instrumentos de Edificação ou Utilização Compulsória, de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo e de Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública como forma de obrigar os proprietários dos imóveis urbanos a cumprir a função social da propriedade.

Poderá ser aplicado também o Direito de Preempção sobre tal área, havendo Lei Complementar Municipal específica para tanto, assim como no caso dos instrumentos anteriormente citados.

OBJETIVOS:

- Ampliar oferta de lotes urbanos em áreas dotadas de infraestrutura para fins residenciais ou para atividades produtivas;
- Aplicar instrumento de Edificação ou Utilização Compulsória definindo coeficiente de aproveitamento mínimo e prazo para seu cumprimento, que se expirado redonda na aplicação do IPTU Progressivo no Tempo;
- Aplicar o Direito de Preempção em áreas já parceladas não ocupadas ou subutilizadas.

Macrozona Produtiva

Caracterizada pela instalação de atividades de produção econômicas (indústria, comércio e serviços) de diversos portes, localizando-se ao longo das principais vias da área urbana.

OBJETIVOS:

- Controlar as atividades industriais, comerciais e de serviços no que se refere ao impacto no ambiente natural e construído das malhas urbanas;
- Respeitar os níveis de segurança, sossego e qualidade de vida da população;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

-
- Controlar a ocupação através dos índices urbanísticos definidos para as áreas, tais como coeficiente de aproveitamento e taxa de permeabilidade;
 - Controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;
 - Incentivar o uso semipúblico das propriedades e a interação entre espaços públicos e privados;
 - Valorizar estas áreas paisagisticamente.

Macrozona de Controle Ambiental

A Macrozona de Controle Ambiental compreende o Cemitério Municipal e área destinada a sua ampliação, que deverá obedecer à legislação estadual vigente, bem como às normas do IAP. Esta Macrozona também compreende o Abatedouro de Suínos.

OBJETIVOS:

- Desenvolver e implantar o plano de gestão ambiental, conforme a Resolução 335/03 do CONAMA e o licenciamento Ambiental;
- Garantir manutenção permanente e promover a revitalização e readequação paisagística no local e do entorno;
- Disciplinar sua ocupação de modo a causar o menor impacto urbanístico, visual e ambiental.

Macrozona de Expansão Urbana

Esta macrozona caracteriza-se pelas áreas contidas no perímetro urbano, caracterizadas como passíveis de urbanização futura, em respeito ao art. 3º, da Lei 6766 de 1979 e suas atualizações, segundo a qual somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definida por lei municipal, bem como em áreas que não sejam: terrenos alagadiços e sujeitos a inundação, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes; terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

O loteamento não deve ser permitido nesta área se a macrozona de ocupação prioritária não estiver parcelada/ocupada.

OBJETIVOS:

- Garantir continuidade das vias nos próximos loteamentos principalmente às vias arteriais e coletoras;
- Garantir a reserva de área institucional para instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

-
- Garantir a justa distribuição dos equipamentos públicos;
 - Observar infraestrutura mínima exigida na Lei Municipal de Parcelamento do Solo.

PERÍMETRO URBANO

Conforme análise preliminar, considerando-se a existência de áreas ainda desocupadas somada à desaceleração do crescimento da população urbana, o perímetro urbano da sede de Cambira necessita ser reduzido.

A proposta para o novo perímetro vem ao encontro da função do Plano Diretor Municipal de induzir a ocupação de vazios urbanos privilegiadamente localizados em áreas atendidas por infraestrutura, de edificações subutilizadas, bem como de áreas adjacentes à malha, impedindo o crescimento desordenado que gera inúmeros problemas sociais e financeiros tanto ao poder público quanto à população. Juntamente com o instrumento de Macrozona de Ocupação Prioritária, o ajuste do perímetro fará com que sejam projetados e implantados loteamentos, conforme a necessidade, em determinadas áreas, proporcionando continuidade do sistema viário.

As áreas urbanas inclusas no perímetro proposto atenderão o crescimento demográfico e suprirão a reserva de área para moderar a dinâmica imobiliária dentro do horizonte do PDM.

SISTEMA VIÁRIO URBANO E MUNICIPAL

Rodovias

As rodovias BR-376, BR-369, PR-170 e PR 444 são vias de responsabilidade do governo federal e estadual, tendo como faixa non aedificandi 15 metros para cada lado ao longo de suas margens. São vias rápidas de tráfego pesado onde a travessia de pedestre deverá ser ressaltada por sinalização horizontal e vertical. Pelo mapa rodoviário do DER 2010, essas quatro rodovias passam pelo território do município.

Vias de Estruturação Municipal

As vias de estruturação municipal são as que, no interior do Município, estruturam o sistema de fluxos, orientando escoamento de carga e entrada de abastecimento na área rural. Consiste na interligação do Patrimônio Sete de Maio e comunidades rurais com a sede municipal e municípios vizinhos, conforme Mapa 05 - Sistema Viário Municipal.

A faixa de domínio deverá ser respeitada nas propriedades lindeiras a estas vias. As Vias de Estruturação Municipal deverão comportar no mínimo: duas pistas de rolamento para veículos de carga; duas faixas de estacionamento para veículos de carga e faixa de domínio de 12 metros para cada lado ao longo de suas margens.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

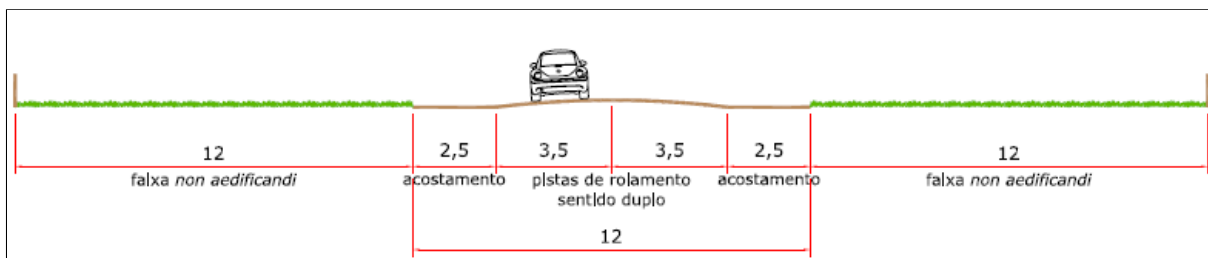


Figura 5.1 – Via Estrutural Municipal.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Vias Arteriais

São vias que tem a finalidade de canalizar o tráfego interno principal, interligando os principais setores da sede urbana, ou ainda, na rural, de comunidades e Patrimônio Sete de Maio.

Nos futuros loteamentos urbanos, as diretrizes das vias arteriais estabelecem mínimo de duas pistas de rolamento para veículos, duas faixas para estacionamento de veículos, um canteiro central e dois passeios para pedestres com larguras adequadas para fluxos consideráveis.

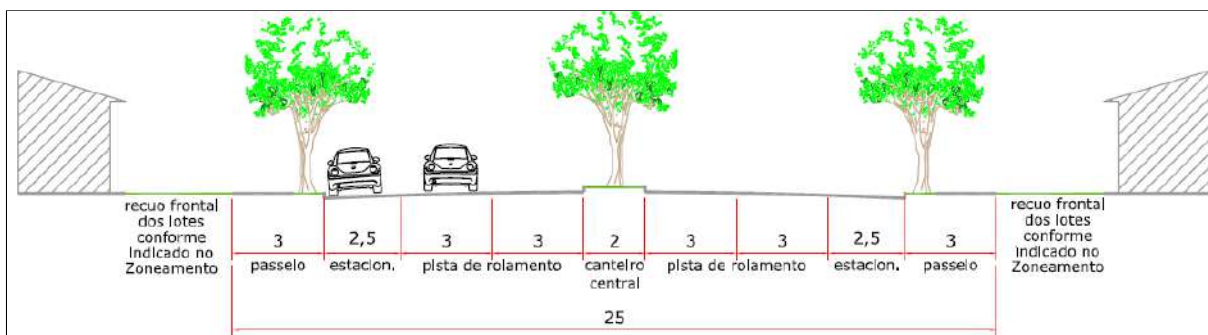


Figura 5.2 – Via Arterial Urbana.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

Vias Coletoras

As vias coletoras têm por finalidade coletar o tráfego das vias locais e conduzir às vias arteriais de maior fluxo. Na hierarquia viária, estas vias têm preferência sobre as vias locais, sendo determinadas conforme Mapa do Sistema Viário Urbano em anexo.

Nas diretrizes de continuidades destas vias para os futuros loteamentos, as coletoras deverão conter no mínimo: duas pistas de rolamento para veículos, duas faixas de estacionamento e dois passeios conforme Figura 5.3.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

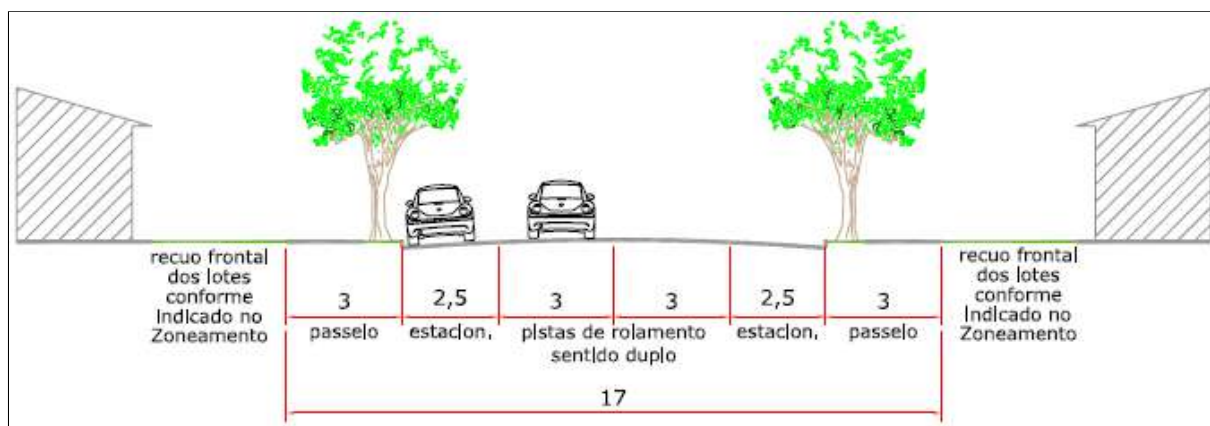


Figura 5.3 – Via Coletora.

Fonte: Acervo da DRZ Gestão de Cidades.

Vias Marginais

São vias coletoras especiais que, por margearem rodovias ou áreas de proteção permanente, não têm edificação em um dos lados.

Nas diretrizes para estas vias na ocasião de implantação de futuros loteamentos, as marginais deverão conter no mínimo: duas pistas de rolamento para veículos, uma faixa de estacionamento, preferencialmente oblíquo, dois passeios e ciclovia, conforme Figura 5.3.

A utilização deste tipo de via está proposta nas diretrizes viárias do Mapa 06 ao longo das margens da Rua Belo Horizonte, que se prolonga até a Rodovia Municipal Florindo Pícoli dentro da sede urbana de Cambira, e ao longo da Avenida das Indústrias o que possibilitará melhores condições de trafegabilidade para os transeuntes e moradores da região, tanto motoristas quanto pedestres e implicará também na redução dos conflitos viários nos entroncamentos das vias de acesso à Rodovia.

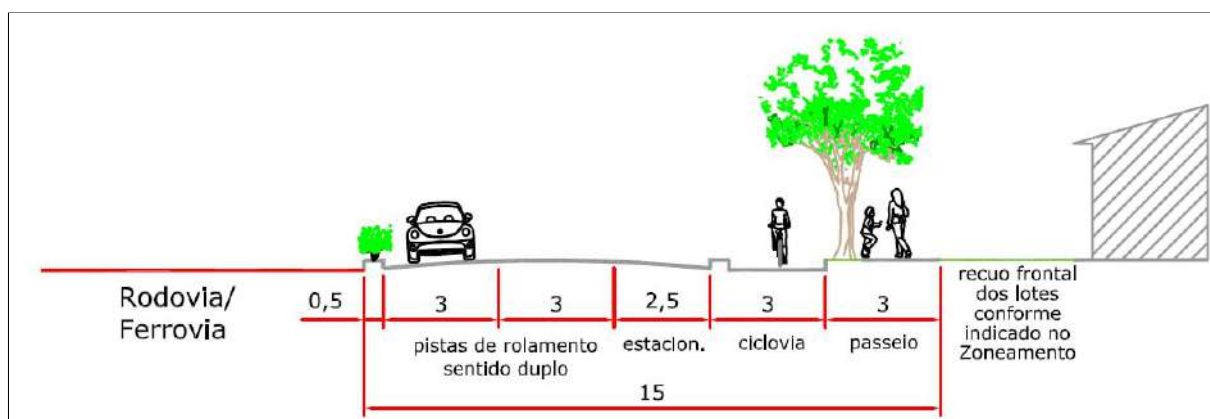


Figura 5.4 – Via Marginal.

Fonte: Acervo da DRZ Gestão de Cidades.

Vias Locais

As vias locais são caracterizadas pelo baixo volume de tráfego e pela função prioritária de acesso aos lotes. Nos futuros loteamentos, contendo no mínimo:



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

duas pistas de rolamento para veículos, duas faixas de estacionamento para veículos e dois passeios conforme Figura 5.5, de acordo com seu pequeno fluxo de veículos e pessoas.

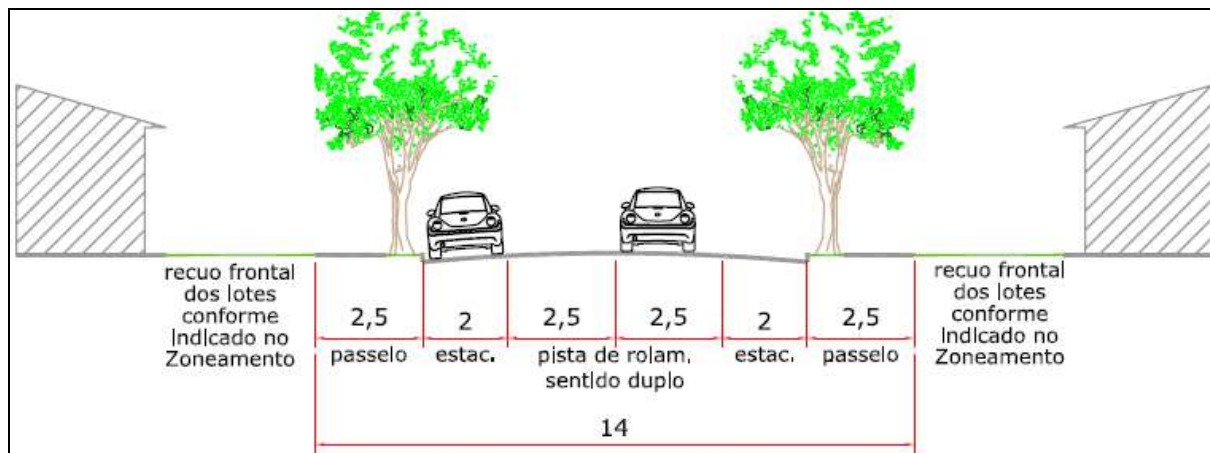


Figura 5.5 – Via Local.

Fonte: Acervo da DRZ Gestão de Cidades.

Cabe destacar, a importância de considerar a continuidade da maior parte das vias existentes nas malhas urbanas no momento da projeção e da implantação de novos loteamentos.

Passeios Públicos

O passeio público é a parte da via destinada ao uso exclusivo de pedestres. Deverá ser garantida a qualidade na execução do passeio, bem como da sua manutenção, sendo proibida a criação de degraus, rebaixamentos, buracos ou obstáculos de qualquer natureza ou dimensão.

A largura dos passeios deverá ser determinada pelo perfil de cada via conforme especificados nas Figuras 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5. Deverão ser arborizados com espécies apropriadas, e as árvores deverão ter distância média entre si de 10 metros, além de contar com espaço livre de calçamento ao seu redor de no mínimo 30 centímetros de raio. Preferencialmente, tal área permeável deve ser contínua, conformando o que se chama "calçada ecológica". Sua posição no passeio pode ser junto ao meio-fio, ou central, onde for possível, com 1,20m de circulação em cada lado. Esta faixa de vegetação rasteira é interrompida somente pelas rampas de acesso a veículos e a pessoas com deficiências ou necessidades especiais conforme Figuras 5.6 e 5.7. Nos lotes de esquina, deverá ser prevista a execução de rampas para garantir a acessibilidade de portadores de deficiências ou necessidades especiais conforme a norma especificada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 9050. A figura 5.8 contém modelos de passeios rebaixados e rampas exigidas por esta norma.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Diretrizes e Proposições

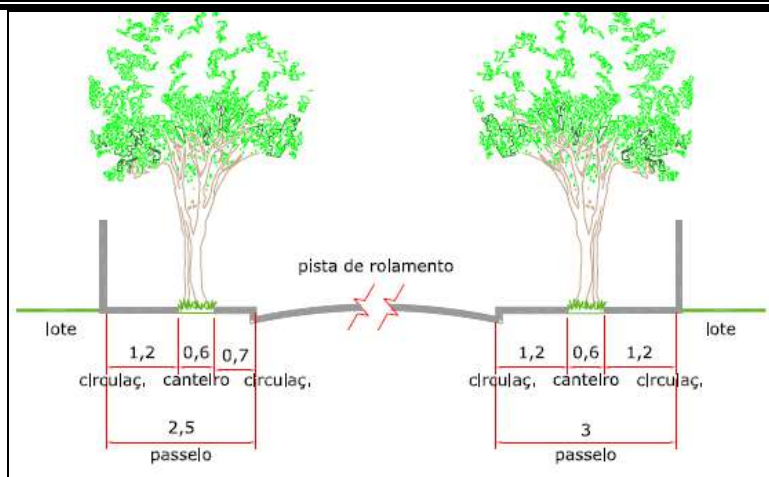


Figura 5.6 – Passeio ecológico.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

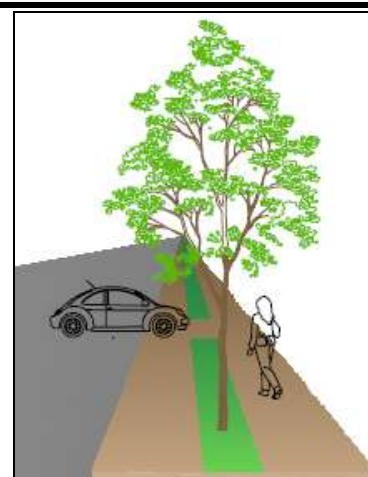


Figura 5.7 – Perspectiva.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades

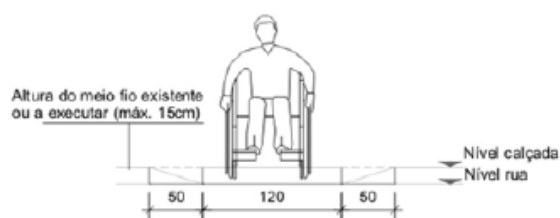
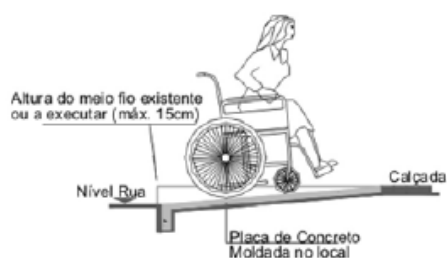
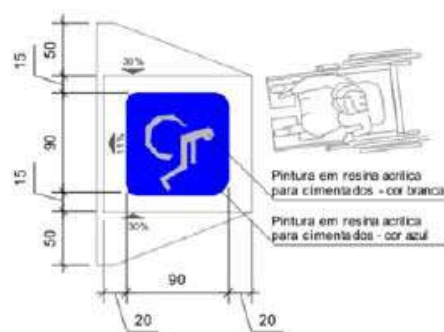
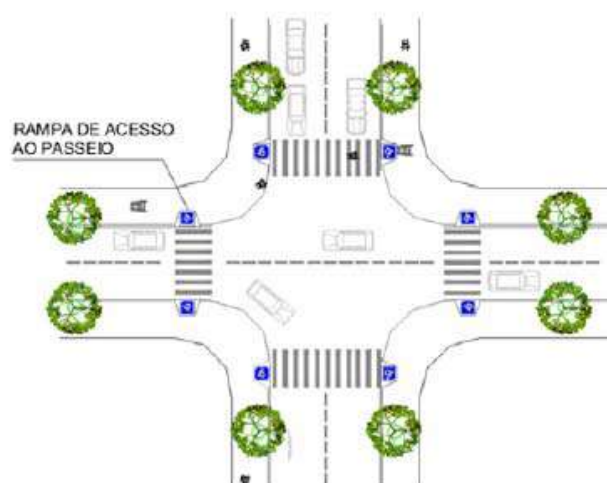
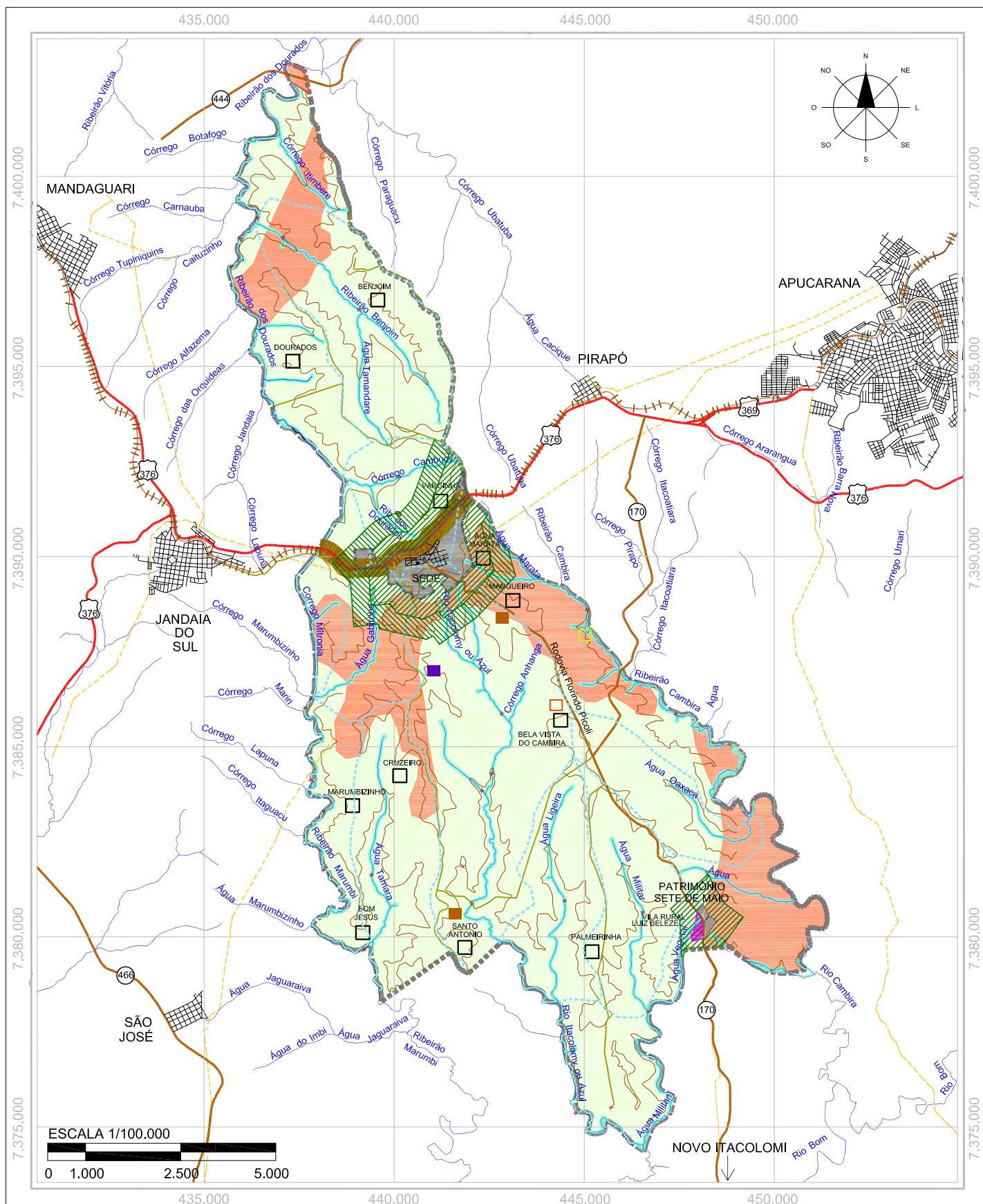


Figura 5.8 – Normas de acessibilidade para as calçadas.
Fonte: NBR 9050.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Diretrizes e Proposições

ANEXO - MAPAS



LEGENDA

<ul style="list-style-type: none"> --- LIMITE MUNICIPAL --- RODOVIA FEDERAL --- RODOVIA ESTADUAL --- ESTRADA MUNICIPAL --- FERROVIA --- CORPOS D'ÁGUA --- DIVISOR D'ÁGUA --- LINHA DE DISTRIBUIÇÃO --- ÁREA URBANA □ BAIRRO RURAL --- PERÍMETRO URBANO PROPOSTO --- CASCALHEIRAS ■ ATERRO CONTROLADO 	<ul style="list-style-type: none"> MACROZONA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL MACROZONA DE CONTROLE AMBIENTAL MACROZONA DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - APPS MACROZONA DE PRODUÇÃO RURAL - SOLO APTO MACROZONA DE PRODUÇÃO RURAL - SOLO INAPTO MACROZONA DE CINTURÃO VERDE MACROZONA URBANA MACROZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA (VILA RURAL LUIZ BELEZE) □ MUSEU DA COLONIZAÇÃO (BELA VISTA DO CAMBIRA) □ SANEPAR - CAPTAÇÃO SUPERFICIAL (PRINCIPAL) □ ABASTECIMENTO POR MINA (ATENDIMENTO MUNICIPAL)
---	---

Fonte: Base Cartográfica da COPEL



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

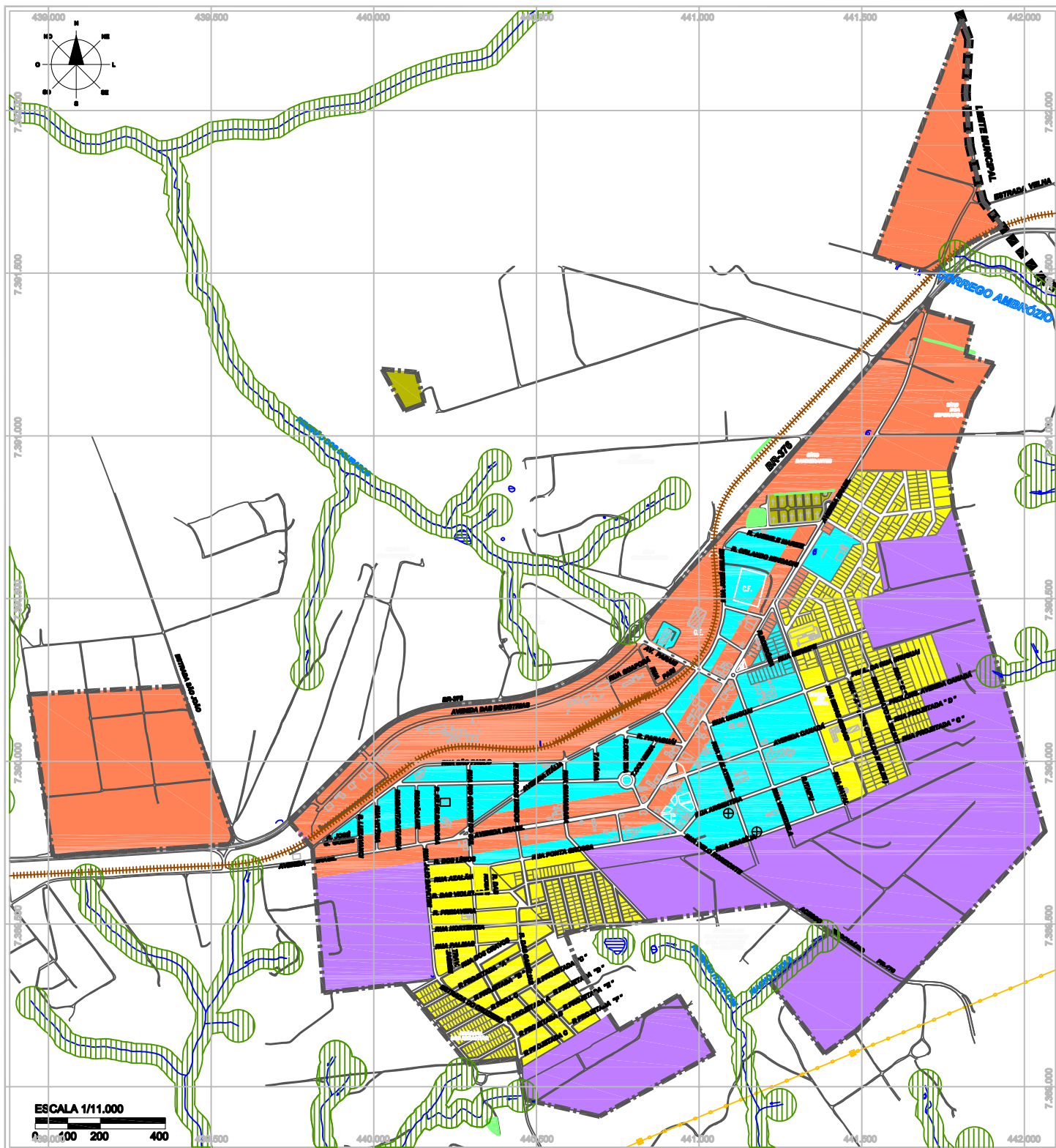
Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL Macrozoneamento Municipal Mapa 01

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR

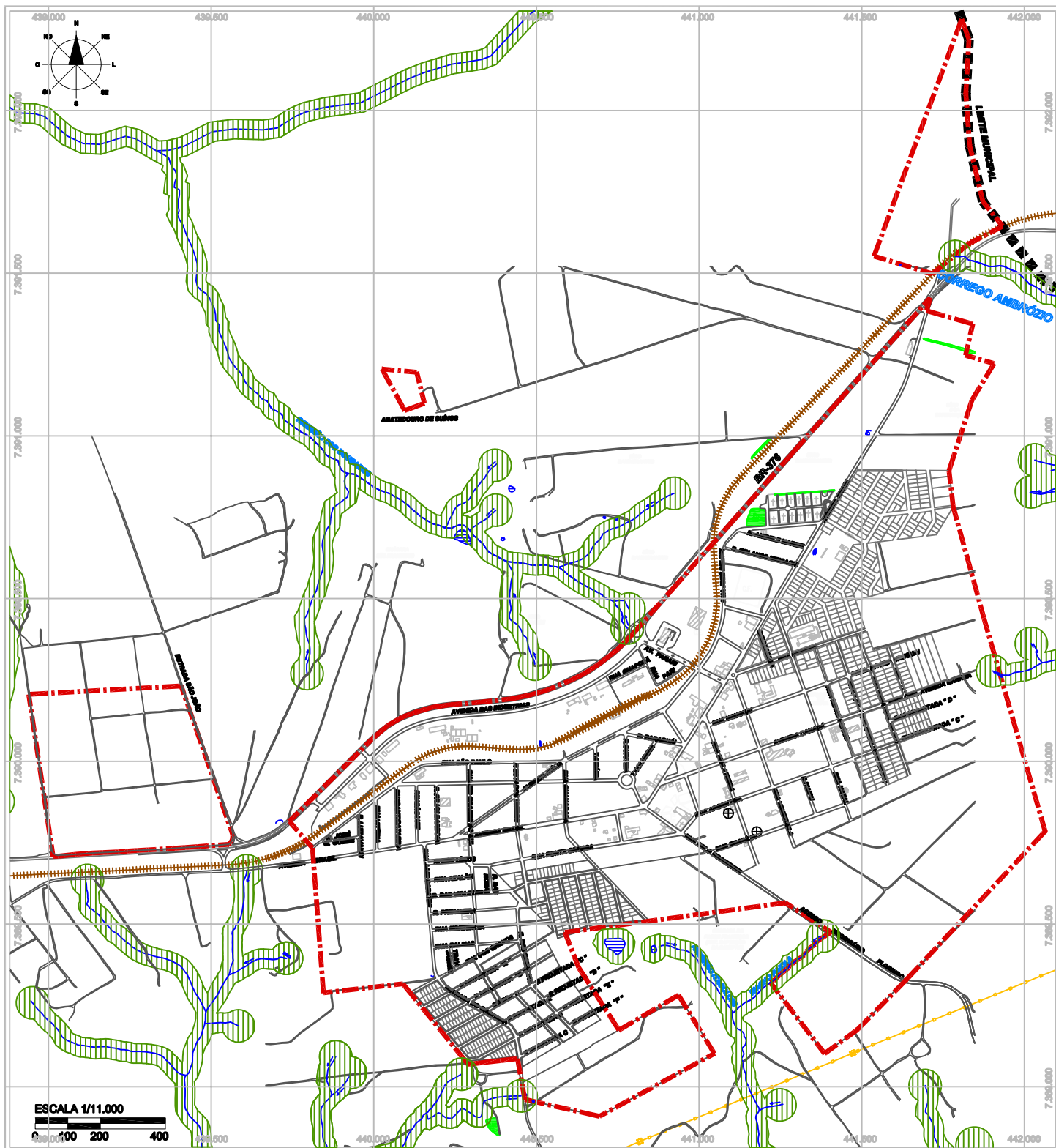


LEGENDA

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| FERROVIA | MACROZONA PRODUTIVA |
| CORPOS D'ÁGUA | MACROZONA DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA |
| LINHA DE ALTA TENSÃO | MACROZONA DE CONTROLE AMBIENTAL |
| PRESERVAÇÃO PERMANENTE | MACROZONA DE OCUPAÇÃO PRIORITÁRIA |
| PEDREIRA DEBATIVADA | MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA |
| PERÍMETRO URBANO PROPOSTO | LIMITE MUNICIPAL |
| ÁREAS COM REMANESCENTES FLORESTAIS | |

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

<p>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Serviço Social Autônomo PARAMACIDADE</p>	
<p>Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL Macrozoneamento Urbano Mapa 02</p>	
<p>Consultoria contratada: DRZ - Gestão de Cidades</p>	<p>Data: 2010 www.drz.com.br</p>
<p>Responsável Técnico: Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104466/D - 044825/PFR</p>	

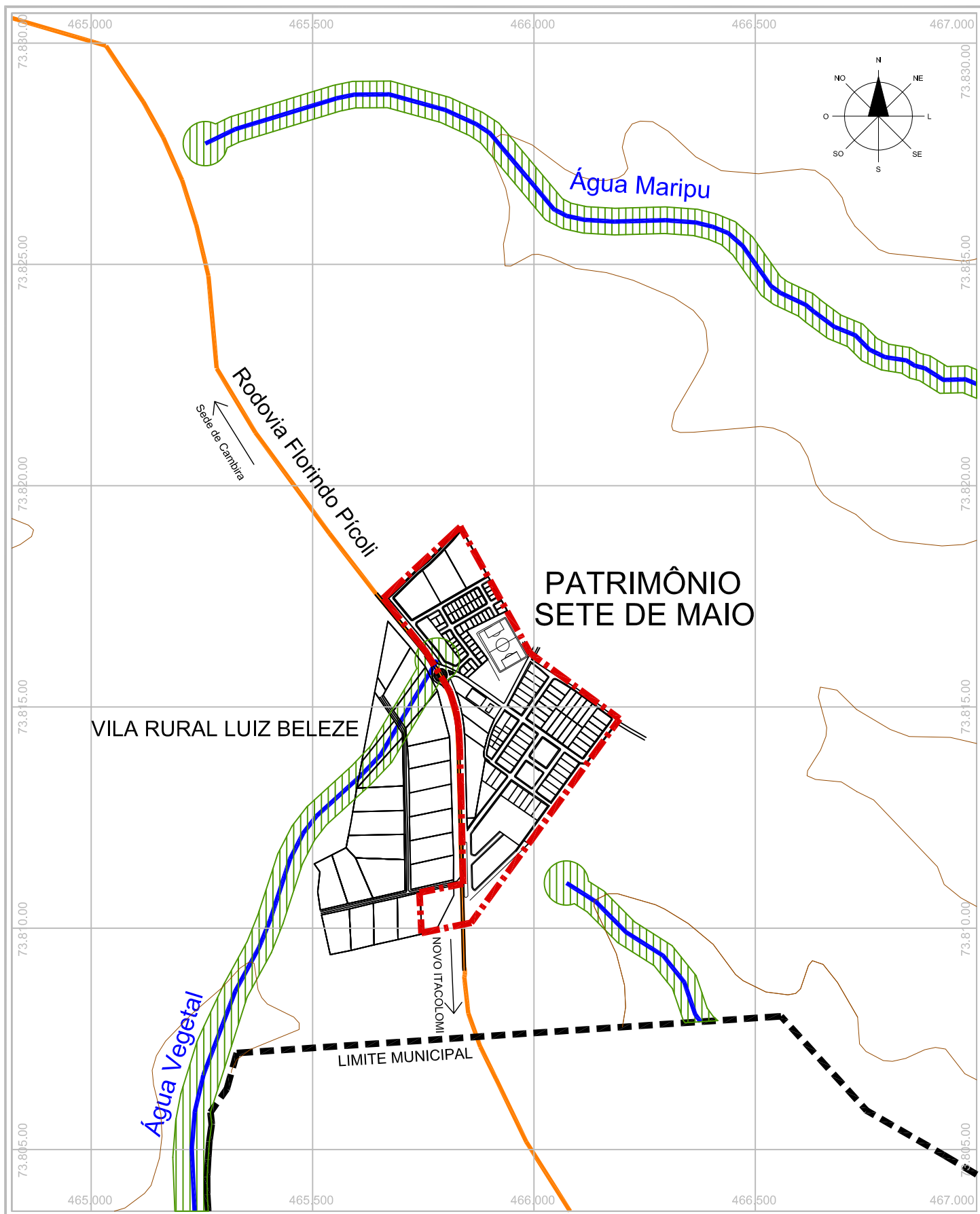


LEGENDA

- +++++ FERROVIA
- CORPO D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENSÃO
- PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- - - PERÍMETRO URBANO PROPOSTO
- LIMITE MUNICIPAL

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

<p>Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL Perímetro Urbano Proposto Mapa 03</p>		<p>Data: 2010</p>
<p>Consultoria contratada: DRZ - Gestão de Cidades</p>		<p> www.drz.com.br</p>
<p>Responsável Técnico: Luciana Quevedo Nunes</p>		<p>CREA-RS 104466/D - 04482V/PF</p>



LEGENDA

- RODOVIA FLORINDO PICOLI
- CORPOS D'ÁGUA
- LIMITE MUNICIPAL
- ||||| PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- PERÍMETRO URBANO PROPOSTO
- CURVA DE NÍVEL

Fonte: Base Cartográfica da COPEL



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

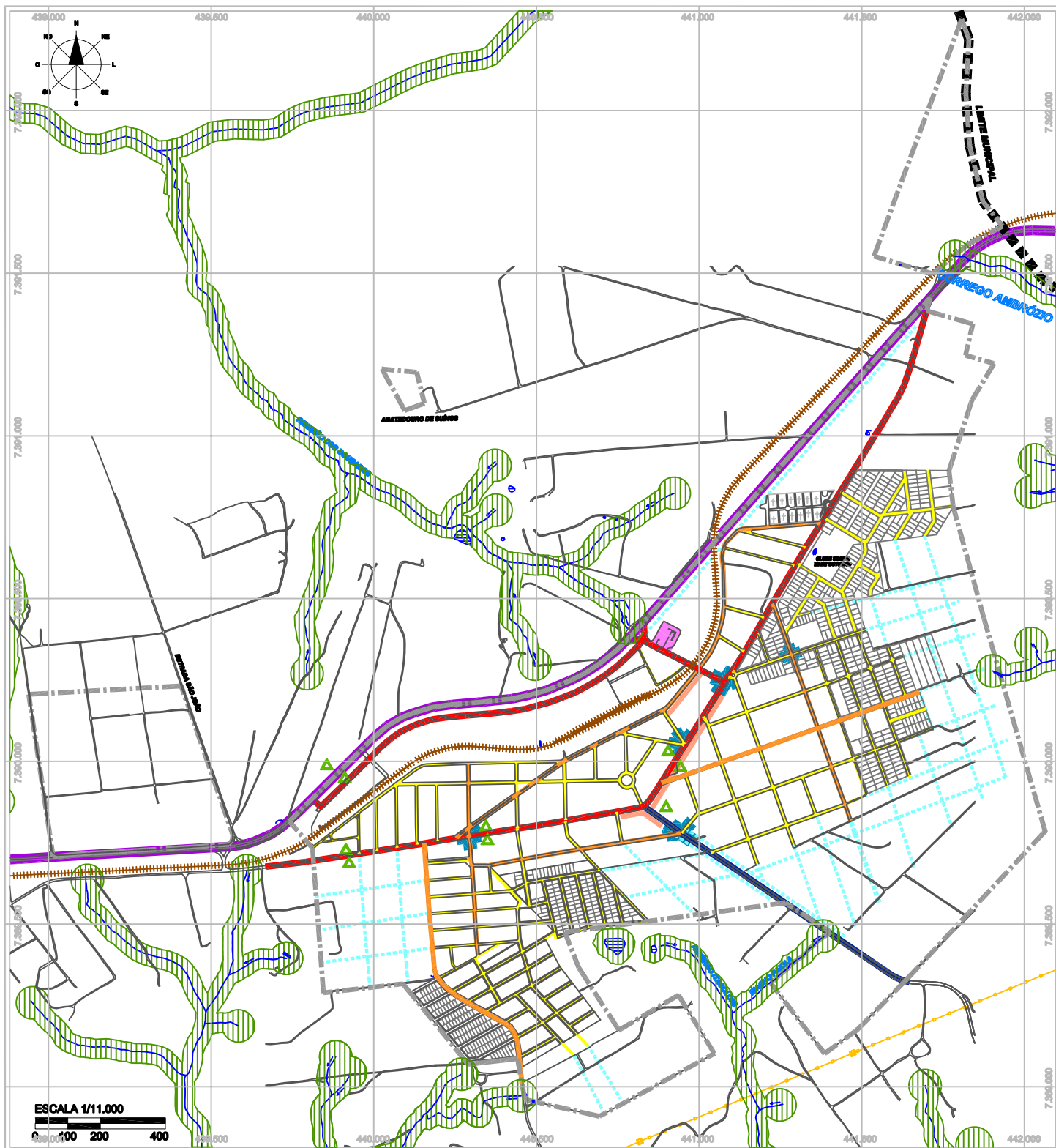
Perímetro Proposto Patrimônio Sete de Maio
Mapa: 04

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



LEGENDA

- | | |
|---------------------------|--|
| FERROVIA | TRECHO GERADOR DE TRÁFEGO |
| CORPOS D'ÁGUA | VIA ARTERIAL |
| LINHA DE ALTA TENSÃO | VIA COLETORA |
| PRESERVAÇÃO PERMANENTE | VIA LOCAL |
| TERMINAL RODOVIÁRIO | RODOVIA FEDERAL BR-376 |
| PONTO DE ÔNIBUS | RODOVIA ESTADUAL PR-170 (VIA ARTERIAL) |
| PONTOS DE CONFLITO | DIRETRIZES VIÁRIAS |
| PERÍMETRO URBANO PROPOSTO | LIMITE MUNICIPAL |

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARAMACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Sistema Viário Urbano
Mapa 06

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades
www.drz.com.br

Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104466/D - 04482/VPR

FASE IV – MINUTAS PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Minutas para a Legislação Básica

INTRODUÇÃO

Para a maioria das pessoas, a importância da legislação, em geral, passa a ser reconhecida quando ela é efetiva, isto é, quando aplicada na prática. Sem dúvida, todos querem uma lei que seja, ao mesmo tempo, adequada às circunstâncias e exercida no dia a dia. Entretanto, o reconhecimento da importância da legislação fundamenta-se na soberania popular. Só ela possui como fonte do direito, aquela capacidade de expressar os destinos de uma comunidade. Nesse sentido, a soberania popular, tornando-se ela mesma a origem do poder, impõe-se a si própria uma autoridade na qual se reconhece, ao mesmo tempo, como sujeito e objeto. Sujeito, por ser sua fonte; e objeto, por se curvar a seus ditames.

Vista por esse prisma, a legislação pode ser entendida como o conjunto de leis que se destinam à regular matérias, gerais ou específicas, de uma comunidade. Assim sendo, fala-se em legislação no Plano Diretor Municipal para se referir ao conjunto de leis que se designa a regulamentar o âmbito da Gestão Municipal.

A Lei do Plano Diretor Municipal e as demais leis urbanísticas que comporão o Plano Diretor Municipal estão embasadas, além de outras, nas seguintes leis e instrumentos: Constituição Federal; Constituição do Estado do Paraná; Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/01); Política de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná (Decreto nº. 2581 de 17/02/04); Lei Estadual nº. 15.229/2006; Agenda 21; Decreto Federal nº. 5.031/04 que instituiu o Conselho das Cidades (CONCIDADES) e modificado pelo Decreto Federal nº. 5.790/06; Lei Orgânica Municipal; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei do Orçamento Anual (LOA) e Plano Plurianual Municipal (PPA); Lei Federal nº. 6.766 e suas alterações constantes das Leis nº. 9.785/99 e nº. 10.932/04; Código Florestal (Lei nº. 4.771/65 com as alterações da Lei nº. 7.803/89) e Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050/04), além do Projeto de Lei de Responsabilidade Territorial (PL nº. 3.057/00).

Neste caderno se propõe a legislação básica que comporá o Plano Diretor Municipal de Cambira, da qual são integrantes os seguintes anteprojetos de lei:

- do Plano Diretor Municipal;
- do Uso e Ocupação do Solo;
- do Parcelamento do Solo Urbano;
- do Perímetro Urbano;
- do Sistema Viário;
- do Código de Obras;
- do Código de Posturas.

O Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal e os demais anteprojetos de lei que a complementam são peças jurídicas fundamentais para o desenvolvimento organizado, equilibrado e harmonioso do Município. As propostas para a



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Minutas para a Legislação Básica

legislação surgiram após amplo debate, de forma a harmonizar os vastos interesses envolvidos, dentro de uma leitura comunitária e técnica.

Seria demasiadamente prolixo comentar todos os aspectos importantes propostos nesta nova legislação, que pela sua amplitude e alcance merece um exame pormenorizado e detalhado de seu conteúdo. Mas encaminhados os Projetos de Leis à Câmara de Vereadores, esta fará a análise final dos projetos, e, dentro de sua competência, após a aprovação dos senhores Vereadores, dará ao Executivo, instrumentos legais e eficazes para conduzir o destino do Município.

1. ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

SUMÁRIO

TÍTULO I

DA FINALIDADE, ABRANGÊNCIA E OBJETIVOS GERAIS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA (Art. 1º ao Art. 5º)

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (Art. 6º ao Art. 9º)

CAPÍTULO III

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (Art. 10 e Art. 11)

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (Art. 12 e Art. 13)

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (Art. 14 e Art. 15)

CAPÍTULO II

DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL (Art. 16 e Art.17)

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Art. 18)

SEÇÃO I

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (Art. 19)

SEÇÃO II

DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Art. 20 ao Art. 26)

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (Art. 27)

CAPÍTULO V

DO DESENVOLVIMENTO FISICOTERRITORIAL (Art. 28 ao Art.30)

SEÇÃO I

DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL (Art. 31 ao Art. 39)

SEÇÃO II

DO MACROZONEAMENTO URBANO (Art. 40 ao Art. 45)

SEÇÃO III

DO ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO (Art. 46)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (Art. 47)

CAPÍTULO ÚNICO

DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E SUA TRANSFERÊNCIA (Art. 48 e Art. 49)

SEÇÃO II

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR (Art. 50 ao Art. 52)

SEÇÃO III

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO (Art. 53 ao Art. 56)

SEÇÃO IV

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS (Art. 57 ao Art. 60)

SEÇÃO V

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS (Art. 61)

SEÇÃO VI

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO (Art. 62)

SEÇÃO VII

DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA (Art. 63)

SEÇÃO VIII

DO DIREITO DE SUPERFÍCIE (Art. 64 ao Art. 66)

SEÇÃO IX

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO (Art. 67 ao Art. 70)

SEÇÃO X

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (Art. 71 e Art. 72)

SEÇÃO XI

DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA (Art. 73 ao Art. 75)

SEÇÃO XII

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (Art. 76 ao Art. 78)

TÍTULO IV

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E GESTÃO DEMOCRÁTICA (Art. 79 ao Art. 86)

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (Art. 87 ao Art. 91)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

ANEXO I – MAPA DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

ANEXO II – MAPA DO MACROZONEAMENTO URBANO DA SEDE MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº.

SÚMULA: Institui o Plano Diretor Municipal (PDM) de Cambira.
A Câmara Municipal de Cambira, Estado do Paraná, aprovou e eu,
Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I
DA FINALIDADE, ABRANGÊNCIA E OBJETIVOS GERAIS
DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Esta Lei, com fundamento na Constituição Federal, em especial no que estabelecem os artigos 30 e 182; na Lei Federal nº. 10.257/01 - Estatuto da Cidade, na Constituição do Estado do Paraná e na Lei Orgânica do Município, institui o Plano Diretor Municipal de Cambira e estabelece as normas, os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação.

Art. 2º O Plano Diretor Municipal aplica-se a toda extensão territorial do Município de Cambira.

Art. 3º O Plano Diretor Municipal é parte integrante do processo de planejamento municipal e o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e os planos, programas e projetos setoriais incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Art. 4º Integram o Plano Diretor Municipal, instituído por esta Lei, as seguintes leis:

- I - do Uso e Ocupação do Solo;
- II - do Parcelamento do Solo;
- III - do Perímetro Urbano;
- IV - do Sistema Viário;
- V - do Código de Obras;
- VI - do Código de Posturas.

Art. 5º Outras leis poderão vir a integrar o Plano Diretor Municipal, desde que cumulativamente:

- I - mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes do conjuntos de leis componentes do PDM;
- II - tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;
- III - definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus dispositivos e o das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DO
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 6º A política de desenvolvimento municipal deve se pautar pelos seguintes princípios:

- I - a função social da cidade e da propriedade;
- II - justiça social e redução das desigualdades sociais;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- III - preservação e recuperação do ambiente natural;
- IV - sustentabilidade;
- V - gestão democrática e participativa.

Art. 7º O Município de Cambira adota um modelo de política e desenvolvimento territorial, incorporando como princípio a promoção e a exigência do cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade com o objetivo de garantir:

- I - a melhoria da qualidade de vida da população de forma a promover a inclusão social e a solidariedade humana, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do município;
- II - o desenvolvimento territorial, a justa distribuição das riquezas e a equidade social;
- III - o equilíbrio e a qualidade do ambiente natural, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;
- IV - a otimização do uso da infraestrutura instalada evitando sua sobrecarga ou ociosidade;
- V - a redução dos deslocamentos entre a habitação e o trabalho, o abastecimento, a educação e o lazer;
- VI - a democratização do acesso à terra e à moradia digna, possibilitando a acessibilidade ao mercado habitacional para a população de baixa renda e coibindo o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- VII - a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- VIII - a participação da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos compatíveis com o interesse público e com as funções sociais da cidade;
- IX - a implantação da regulação urbanística fundada no interesse público.

Art. 8º Sustentabilidade é o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Art. 9º O Município utilizará os instrumentos previstos nesta Lei e demais legislações para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

CAPÍTULO III
DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 10 A propriedade cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - suprimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, o acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento econômico;
- II - compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, com os equipamentos e os serviços públicos disponíveis;
- III - compatibilidade do uso da propriedade com a conservação dos recursos naturais, assegurando o desenvolvimento econômico e social sustentável do município;
- IV - compatibilidade do uso da propriedade com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários.

Art. 11 A função social da propriedade deverá atender aos princípios de ordenamento territorial do município, expressos neste Plano Diretor Municipal e no Estatuto da Cidade, com o objetivo de assegurar:

- I - o acesso à terra urbanizada e moradia adequada a todos;
- II - a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e de transformação do território;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- III - a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- IV - a proteção, preservação e recuperação do ambiente natural e construído;
- V - a adequada distribuição de atividades, proporcionando uma melhor densificação urbana da ocupação da cidade, de forma equilibrada com relação ao meio ambiente, à infraestrutura disponível e ao sistema de circulação, de modo a evitar a ociosidade ou a sobrecarga dos investimentos aplicados na urbanização;
- VI - a qualificação da paisagem urbana e natural e a preservação do patrimônio ambiental;
- VII - a conservação e a recuperação dos potenciais hídricos do município, em especial os mananciais de abastecimento de água potável, superficiais e subterrâneos;
- VIII - a descentralização das atividades econômicas, proporcionando melhor adensamento populacional e a reestruturação de bairros, periferias e agrupamentos urbanos;
- IX - a recuperação de áreas degradadas ou deterioradas, visando a melhor qualidade de vida para a população, através da qualificação e da melhoria das condições ambientais e de habitabilidade.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 12 São diretrizes gerais que norteiam a Política de Desenvolvimento Municipal:

- I - minimizar os custos da urbanização;
- II - assegurar a preservação dos valores ambientais e culturais;
- III - assegurar a participação do cidadão na gestão do desenvolvimento;
- IV - assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana e rural;
- V - melhorar a qualidade de vida da população;
- VI - criar mecanismos que possibilitem a inclusão social.

Art. 13 A Política de Desenvolvimento Municipal será composta pelas seguintes vertentes:

- I - proteção e preservação ambiental;
- II - serviços públicos, infraestrutura e saneamento ambiental;
- III - desenvolvimento econômico e social;
- IV - desenvolvimento institucional;
- V - desenvolvimento fisioteritorial.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14 A política de proteção e preservação ambiental deverá garantir o direito de cidades sustentáveis fazendo referência à formulação e à implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável, definidos na agenda 21, respeitando a legislação e a competência federal e estadual pertinente.

Art. 15 A política de proteção e preservação ambiental será pautada pelas seguintes diretrizes:

- I - criar os instrumentos necessários ao exercício das funções de planejamento, controle e fiscalização de todas as atividades que tenham interferência no meio ambiente do Município;
- II - monitorar e controlar o uso dos solos urbano e rural, a poluição do ar, do solo, da água, principalmente dos mananciais e dos recursos hídricos;
- III - compatibilizar usos e conflitos de interesse entre áreas agrícolas e de preservação ambiental;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- IV - criar política de controle da exploração prejudicial através da sensibilização e educação ambiental;
- V - incentivar o uso adequado de fontes naturais e a utilização de fontes alternativas de energia;
- VI - compatibilizar as políticas de Meio Ambiente e de Saneamento;
- VII - preservar os reservatórios de água, naturais e artificiais, destinados à garantia da funcionalidade das estruturas drenantes, mantida a vazão adequada através de manutenção periódica;
- VIII - recuperar as áreas degradadas e garantir a preservação dos rios e córregos municipais, bem como as áreas de matas nativa e reserva legal (Lei Federal nº. 7.754/89);
- IX - desenvolver programas para atingir os 12m² (doze metros quadrados) de área verde por habitante, acessíveis a toda a população, exigidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- X - criar e implantar Áreas de Valor Ambiental.

Parágrafo único. A reserva legal, conforme previsto na Lei nº. 4.771/65 com as alterações da Lei nº. 7.803/89 deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas no Código Florestal, além da Resolução 369/06 do CONAMA das áreas de preservação permanentes que forem de interesse público.

CAPÍTULO II
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
AMBIENTAL

Art. 16 A política de serviços públicos, infraestrutura e saneamento ambiental deverá garantir o direito de acesso, das comunidades urbanas e rurais, à infraestrutura mínima, aos serviços públicos e aos sistemas de saneamento ambiental, como meio de promover o bem-estar da população, assim como a qualidade de vida e a saúde pública.

Art. 17 A política de serviços públicos, infraestrutura e saneamento ambiental será pautada pelas seguintes diretrizes:

- I - aprimorar a gestão e o planejamento, garantindo o bom funcionamento e atendimento do saneamento básico, através de política sustentável;
- II - garantir o abastecimento de água tratada a população do Município de Cambira;
- III - garantir a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário;
- IV - incentivar e apoiar a formação de cooperativas que atuem de forma complementar e integradas, nas diferentes etapas dos processos do sistema de limpeza urbana;
- V - implantar serviço de coleta diferenciada e de separação na origem, visando à coleta seletiva, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos;
- VI - melhorar coleta e destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos;
- VII - garantir acessibilidade e mobilidade nas áreas urbanas e rurais, promovendo a pavimentação, readequação e manutenção adequada das vias urbanas e estradas rurais;
- VIII - ampliar e manter os sistemas de drenagem superficial, as capacidades de escoamento e regularização de vazões dos rios, córregos e estruturas hidráulicas que compõem o sistema de drenagem;
- IX - promover a recuperação paisagística do cenário urbano;
- X - assegurar a adequada iluminação dos logradouros públicos;
- XI - promover melhorias e fiscalização nos equipamentos de serviços funerários municipais;
- XII - intensificar e aperfeiçoar o programa de sepultamento de interesse de famílias necessitadas;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

XIII - reavaliar e aperfeiçoar os instrumentos legais referentes aos procedimentos e serviços de sepultamento.

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Art. 18 A política de desenvolvimento social e econômico de Cambira será articulada à proteção do meio ambiente, à redução das desigualdades sociais e à melhoria da qualidade de vida da população.

SEÇÃO I
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 19 A política de desenvolvimento econômico será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - incrementar o uso da informação e do conhecimento, incentivando e possibilitando a inovação tecnológica;
- II - ampliar a atuação do governo local na área de atração de empreendimentos e captação de novos investimentos;
- III - ampliar a frota de patrulha mecanizada Municipal para promover assistência aos produtores rurais;
- IV - compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;
- V - promover a melhoria da qualificação profissional da população;
- VI - fortalecer, dinamizar e buscar a sustentabilidade da agricultura, tornando-a mais diversificada, rentável, competitiva;
- VII - implementar e apoiar programas e iniciativas de geração de oportunidades de trabalho e renda;
- VIII - apoiar e incentivar os pequenos ou médios produtores;
- IX - orientar e capacitar o sistema produtivo local a atender as demandas por bens e serviços e introduzir atividades de maior potencial e dinamismo econômicos sustentáveis;
- X - promover o fortalecimento do setor de comércio e serviços com o objetivo de incrementar a geração de emprego e renda.

SEÇÃO II
DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 20 Constituem-se elementos básicos das políticas sociais:

- I - educação;
- II - saúde;
- III - esporte, lazer e cultura;
- IV - ação social;
- V - habitação;
- VI - turismo;
- VII - defesa civil;
- VIII - segurança pública;
- IX - serviços funerários e cemitérios.

Art. 21 A política de municipal de educação será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - promover e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para elevação do nível escolar da população;
- II - estimular e garantir a permanência do aluno na escola, oferecendo-lhe infraestrutura física, equipamentos, recursos materiais básicos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino e ao pleno atendimento da população;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- III - instituir o programa Escola Aberta para a comunidade, abrindo suas portas para atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos, palestras e integrando família/escola/comunidade em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte;
- IV - estimular os ensinos pré-profissionalizante e profissionalizante nas áreas de vocação do Município;
- V - implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de educação, assim como infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades do setor;
- VI - ampliar o desenvolvimento da Merenda Escolar referente à aquisição, produção e armazenamento e distribuição para as escolas, com a preservação da qualidade;
- VII - oportunizar a educação infantil e o ensino fundamental, mesmo para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e para as crianças, jovens e adultos portadores de deficiência, garantindo a todos o direito do conhecimento;
- VIII - adequar o sistema de transporte escolar e universitário, garantindo o acesso da população ao estudo fundamental, médio e universitário;
- IX - intensificar no Município a política de melhoria de recursos humanos em educação;
- X - oferecer recursos materiais, estruturais e humanos objetivando garantir a excelência do processo de ensino e aprendizagem, através do planejamento e da construção de equipamentos de educação, quanto à estratégia de localização visando maximizar o atendimento na sua área de abrangência e raio de ação;
- XI - aperfeiçoar o Projeto Pedagógico para a Escola Pública Municipal, com o efetivo compromisso de atender aos interesses sociais da comunidade e ao aluno nos seus aspectos psíquico e social.

Art. 22 A política municipal de saúde será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de saúde;
- II - adequar os edifícios públicos do setor às suas variadas necessidades;
- III - investir nos recursos humanos;
- IV - reforçar as ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- V - direcionar a oferta de serviços e equipamentos à problemática e às necessidades específicas do Município;
- VI - manter serviços de saúde com eficiência e qualidade para toda a comunidade de Cambira;
- VII - ampliar a frota do setor de saúde para assegurar o atendimento e transporte aos pacientes.

Art. 23 A política municipal de assistência social será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - ampliar e capacitar Equipe Técnica compatível com a demanda de serviços do município;
- II - atender a população em situação de vulnerabilidade e risco;
- III - aprimorar gestão e planejamento, garantindo as políticas públicas de assistência social e envolver a população através de organizações;
- IV - assegurar instalações físicas e equipamentos apropriadas e necessários para o exercício das atividades da assistência social.

Art. 24 A política municipal de esporte, lazer, turismo e cultura será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - ampliar e diversificar a oferta de espaços públicos de lazer/ recreação/esporte através de um planejamento global que contemple o levantamento de todos os espaços possíveis de utilização para o esporte e o lazer, a fim de dimensionar e orientar a instalação dos equipamentos necessários para atender à demanda existente no Município;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- II - dar ao esporte e ao lazer dimensão educativa, com implementação de pedagogia que promova nas pessoas o espírito comunitário e o sentimento de solidariedade, contribuindo para diminuir ou mesmo eliminar a postura discriminatória da sociedade;
- III - ampliar a oferta de áreas verdes públicas qualificadas;
- IV - fomentar o setor turístico, compatibilizando os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município;
- V - envolver os diferentes segmentos da Sociedade Civil organizada, particularmente as entidades mais representativas da indústria e do comércio, visando sua colaboração com o Executivo Municipal na administração e conservação dos espaços e equipamentos bem como na promoção de programas, eventos, competições esportivas, cursos e seminários;
- VI - promover política adequada e assegurar instalações físicas apropriadas para o exercício das atividades do setor da Cultura;
- VII - estimular a formação, produção e difusão de áreas como artesanato, teatro, dança, música, literatura, artes plásticas, vídeo, fotografia e carnaval entre outras;
- VIII - recolher informações sobre os aspectos culturais do município e fazer circular as informações, projetos, propostas de cada segmento cultural entre todas as áreas da cultura;
- IX - incentivar projetos de cultura juntamente ao Sistema Educacional.

Art. 25 A política municipal de habitação será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - promover política adequada à habitação de interesse social;
- II - promover estoques de áreas urbanas para implantação de programas habitacionais de interesse social respeitando zonas especiais de interesse social (ZEIS) demarcadas na lei de uso e ocupação do solo;
- III - promover a toda população moradia digna, ou seja, com qualidade construtiva, com custo justo, provida de infraestrutura, com acesso a fonte de trabalho e aos serviços públicos básicos de educação, saúde, cultura e segurança.

Art. 26 A política municipal de defesa civil e segurança pública será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, de maneira funcional, eficiente e integrada entre os órgãos agentes;
- II - implementar plano de ação de caráter defensivo, contemplando medidas preventivas e recuperativas;
- III - incentivar o engajamento da comunidade a ser participativa, informada, preparada e cônica de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres;
- IV - promover a integração de Segurança Pública com os programas e eventos realizados no Município;
- V - implementar política de descentralização e participação comunitária no sistema de segurança pública;
- VI - desenvolver ações visando à alteração dos fatores geradores de insegurança e violência;
- VII - promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município;
- VIII - garantir condições adequadas de segurança e proteção ao cidadão e ao patrimônio público e privado.

CAPÍTULO IV
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 27 O Desenvolvimento Institucional tem como objetivo acompanhar e implementar as diretrizes elencadas no Plano Diretor Municipal de Cambira, e de melhorar os serviços públicos e o atendimento à população, tendo como princípios:

- I - incentivar e fortalecer a participação popular;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- II - implantar o Sistema de Planejamento Integrado;
- III - promover a modernização Administrativa: Modernizar estrutura administrativa e institucional de Cambira;
- IV - promover modernização tributária na Prefeitura para melhorar a arrecadação fiscal e consequentemente os serviços públicos;
- V - garantir o treinamento, reciclagem e a melhoria da qualidade e da produtividade do seu quadro técnico;
- VI - readequar sistema de informação e de Planejamento;
- VII - adequar o prédio e equipamentos da Prefeitura Municipal;
- VIII - garantir a formação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, incentivando a participação no acompanhamento e implantação do PDM.

CAPÍTULO V
DO DESENVOLVIMENTO FISCOTERRITORIAL

Art. 28 A política de desenvolvimento fisicoterritorial envolve as regiões do município como um todo e suas características particulares para o processo de planejamento territorial, considerando a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, as infraestruturas, os equipamentos urbanos e os equipamentos comunitários e os de controle do meio ambiente.

Art. 29 A política de desenvolvimento fisicoterritorial será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização;
- II - delimitar áreas urbanas garantindo o cumprimento da função social da propriedade;
- III - garantir a estruturação e readequação do sistema viário municipal e das vias urbanas.

Parágrafo único. As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento, conforme contido na Lei nº. 9.785/99.

Art. 30 Constituem-se elementos básicos da política de desenvolvimento fisicoterritorial:

- I - Macrozoneamento Municipal;
- II - Macrozoneamento Urbano;
- III - Ordenamento do Sistema Viário Básico.

SEÇÃO I
DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

Art. 31 O Macrozoneamento Municipal envolve as regiões do território municipal como um todo, tanto a área urbana quanto a rural e é caracterizado pela prevalência do patrimônio ambiental, pelos núcleos de agrupamentos rurais em estruturação, pela divisão das bacias hidrográficas, pelo sistema viário rural e pelas atividades predominantemente ligadas à produção primária.

Art. 32 O Macrozoneamento Municipal é composto das seguintes Macrozonas:

- I - Macrozona de Produção Rural – Solo Apto e Solo Inapto;
- II - Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental - APPs;
- III - Macrozona de Controle Ambiental;
- IV - Macrozona do Cinturão Verde;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- V - Macrozona de Urbanização Específica da Vila Rural;
- VI - Macrozona de Produção Industrial;
- VII - Macrozona Urbana.

Art. 33 A Macrozona de Produção Rural é destinada às atividades rurais ligadas a produção primária - agropecuárias ou agroindustriais no espaço rural. Esta Macrozona encontra-se subdividida em duas em função de apresentarem solos aptos e inaptos para a produção agropecuária. Ainda podem ser desenvolvidas atividades relacionadas ao turismo no espaço rural. São diretrizes desta Macrozona:

- I - compatibilizar o uso e a ocupação agropecuária com a proteção ambiental;
- II - estimular atividades econômicas estratégicas e ecologicamente equilibradas;
- III - incentivar o desenvolvimento da agropecuária;
- IV - promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural;
- V - melhorar a infraestrutura básica e social; comunicação, mobilidade e saneamento na área rural;
- VI - estimular as culturas em cada microbacia segundo a identificação das potencialidades para cada solo, promovendo o ordenamento do uso e ocupação do solo rural.

§ 1º Macrozona de Produção Rural – Solo Apto - Os solos aptos são predominantes em Cambira. Possuem aptidão agrícola boa, com mínima a moderada exigência de fertilizante e baixa necessidade de calagem para a manutenção e correção de seu estado nutricional. Possui limitação nula a ligeira quanto à suscetibilidade à erosão, necessitando para sua conservação do emprego de medidas simples, mediante práticas culturais e de manejo, por exemplo: rotação de cultura; culturas em faixas; cultivo em contorno e pastoreio controlado. Por ocorrerem em áreas com relevo plano a suave ondulado, praticamente não possuem limitação quanto ao uso de máquinas e implementos agrícolas, sendo que o relevo nestas áreas não ultrapassa 6% e o rendimento do trator deve ser acima de 90%.

§ 2º Macrozona de Produção Rural – Solo Inapto - Os solos inaptos à atividade agrícola são solos situados nas áreas com maior declividade no Município e possuem limitação forte a muito forte quanto à suscetibilidade à erosão, necessitando para sua conservação de práticas e técnicas pouco viáveis economicamente, que não justificam sua aplicação. São terras para as quais não devem ser dispensados tratamentos culturais periódicos, sendo indicadas, com restrições, para pastagem e silvicultura, devendo ser áreas voltadas para preservação da flora e da fauna. Possuem impedimentos muito fortes quanto à mecanização, onde os declives ultrapassam 20% e o rendimento do trator fica abaixo de 50%.

Art. 34 A Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental - APPs (Áreas de Preservação Permanente) compreende as faixas de preservação ao longo dos cursos d'água e ao redor das nascentes do Município, bem como áreas de interesse ambiental e remanescentes florestais nativos, sendo essas áreas não edificáveis. As intervenções nestas áreas restringem-se a correções nos sistemas de escoamento de águas pluviais, de infraestrutura, de saneamento básico, de combate à erosão e atividades ligadas a pesquisa e à educação ambiental, seguindo a legislação ambiental federal pertinente, com as seguintes diretrizes:

- I - garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;
- II - estimular atividades econômicas estratégicas ecologicamente viáveis;
- III - estimular a formação de corredores de biodiversidade;
- IV - observar as determinações do CONAMA através da Resolução 369/06.

Art. 35 A Macrozona de Controle Ambiental compreende as áreas do atual local de deposição de resíduo sólidos (aterro controlado/lixão), de três cascalheiras, assim como de quaisquer outras atividades que possam gerar algum tipo de risco ambiental. São suas diretrizes:

- I - estabelecer normas de controle ambiental local;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- II - garantir qualificação da área para utilização pública após vida útil definida;
- III - definir ações de recuperação imediata, em casos de conflitos ambientais.

Art. 36 A Macrozona do Cinturão Verde compreende as áreas ao redor dos perímetros urbanos da Sede Municipal e do Patrimônio Sete de Maio, tendo como objetivo, amenizar os conflitos entre as atividades rurais e urbanas. Considera-se uma faixa de 1000m (mil metros) de largura ao redor da Sede Municipal como Cinturão Verde de proteção da área urbanizada em relação ao cultivo da cana-de-açúcar, que utiliza a queimada no processo da colheita, e em relação à implantação de atividades produtivas que utilizem defensivos agrícolas por pulverização. Para as demais atividades produtivas, avicultura, suinocultura, entre outras, que possam comprometer a saúde, a qualidade de vida e o sossego da população da Sede, a faixa de Cinturão Verde será de 500m (quinhentos metros). Já ao redor do Patrimônio Sete de Maio, o Cinturão Verde será numa faixa de 500m (quinhentos metros). Esta Macrozona tem como diretrizes:

- I - garantir e salvaguardar a saúde e bem-estar da comunidade urbana;
- II - disciplinar o manejo das atividades rurais ali exploradas;
- III - incentivar as atividades agrícolas que desenvolvam produtos com sistemas de proteção de baixo impacto, bem como a produção orgânica.

Art. 37 A Macrozona de Urbanização Específica da Vila Rural compreende a área da Vila Rural Luiz Beleze, programa implantado pela Companhia de habitação do Paraná (COHAPAR), tendo como diretrizes:

- I - manter as características do programa da Vila Rural;
- II - otimizar a infraestrutura instalada;
- III - orientar o processo de expansão e condicionar o crescimento à capacidade de oferta de infraestrutura;
- IV - permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas e rurais;
- V - garantir o desenvolvimento da gestão da política de ordenamento territorial;
- VI - permitir o acesso democrático aos equipamentos e à infraestrutura urbana.

Art. 38 A Macrozona de Produção Industrial é composta das áreas/lotes ao longo da Rodovia BR-376, conforme Anexo I, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de atividades agroindustriais e industriais, respeitada a Macrozona do Cinturão Verde, estando sujeitas à legislação ambiental e à anuência do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e do Poder Executivo Municipal para sua implantação, tendo como diretrizes:

- I - estimular atividade de geração de emprego e renda para os pequenos produtores rurais;
- II - fomentar a implantação de agroindústrias no município;
- III - apoiar a instalação de parques industriais;
- IV - minimizar impactos antrópicos e ambientais, diminuindo as possibilidades de risco à saúde da população e de riscos ambientais;
- V - priorizar a implantação de indústrias que incorporem mão de obra local em diferentes níveis de formação;
- VI - respeitar faixa de domínio da rodovia para locação dos estabelecimentos com previsão de adequações viárias e execução de vias marginais.

Art. 39 A Macrozona Urbana é a porção do território municipal destinada a concentrar as funções urbanas, definida pelo perímetro urbano e tendo como suas diretrizes:

- I - otimizar a infraestrutura urbana instalada;
- II - condicionar o crescimento urbano à capacidade de oferta de infraestrutura urbana;
- III - orientar o processo de expansão urbana;
- IV - permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas;
- V - garantir o desenvolvimento da gestão da política urbana;
- VI - permitir o acesso democrático aos equipamentos urbanos e à infraestrutura urbana.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

SEÇÃO II
DO MACROZONEAMENTO URBANO

Art. 40 O Macrozoneamento Urbano é composto das seguintes Macrozonas:

- I - Macrozona de Ocupação Consolidada;
- II - Macrozona de Ocupação Prioritária;
- III - Macrozona Produtiva;
- IV - Macrozona de Controle Ambiental;
- V - Macrozona de Expansão Urbana.

Art. 41 A Macrozona de Ocupação Consolidada compreende as áreas já consolidadas da malha urbana e constitui a maior parte da área residencial da sede urbana. Ficam permitidas nesta Macrozona a ocupação residencial controlada e por atividades produtivas voltadas às atividades de lazer, cultura e esporte que não sejam incômodas, tendo como diretrizes:

- I - controlar a ocupação através da taxa de ocupação, índice de aproveitamento e taxa de permeabilidade, restringindo assim a impermeabilização do solo;
- II - estimular e orientar a utilização de materiais que favorecem a permeabilidade do solo nas calçadas, pistas de rolamento e praças;
- III - controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;
- IV - melhorar a acessibilidade e mobilidade urbana;
- V - garantir melhor aproveitamento da infraestrutura existente;
- VI - garantir ventilação com bom espaçamento entre os edifícios.

Art. 42 A Macrozona de Ocupação Prioritária caracteriza-se por áreas desocupadas no perímetro urbano, muitas vezes subutilizadas, mas providas ou próximas de infraestrutura instalada. Tal Macrozona tem prioridade de ocupação (parcelamento ou edificação para fins urbanos) sobre a Macrozona de Expansão Urbana e tem por objetivo o aumento de oferta de lotes para uso residencial ou para atividades produtivas de baixo impacto, bem como a busca por melhoria da qualidade de circulação e vizinhança.

§ 1º Nestas áreas, poderá incidir os instrumentos Edificação ou Utilização/Parcelamento Compulsórios, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo e de Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública como forma de obrigar os proprietários fazer cumprir a função social da propriedade.

§ 2º Poderá ser aplicado o Direito de Preempção sobre tais áreas, havendo Lei Complementar Municipal específica para tanto, assim como no caso dos instrumentos anteriormente citados.

§ 3º Lei específica definirá os prazos e condições para o Parcelamento Compulsório e seu descumprimento ensejará a incidência do IPTU Progressivo no Tempo.

§ 4º As áreas delimitadas como Macrozona de Ocupação Prioritária são as demarcadas no mapa de Macrozoneamento Urbano e deverão ser delimitadas em lei municipal específica para a aplicação dos instrumentos descritos nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo e são suas diretrizes:

- a) ampliar a oferta de lotes urbanos em áreas dotadas de infraestrutura para fins residências e implantação de atividades produtivas;
- b) aplicação do instrumento de parcelamento compulsório para fins residenciais, atendendo o coeficiente de aproveitamento mínimo definido;
- c) definição do prazo para cumprimento do instrumento, posterior a esse prazo passa a valer o IPTU Progressivo no Tempo;
- d) aplicação de IPTU Progressivo no Tempo em áreas já parceladas, não ocupadas ou subutilizadas que não estão à venda.

Art. 43 A Macrozona Produtiva caracteriza-se pela instalação de atividades de produção econômicas de pequeno, médio e grande porte, destinadas,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

predominantemente, ao exercício de atividades comerciais, de serviços e industriais em geral, tendo como diretrizes:

- I - controlar as atividades industriais, comerciais e de serviços no que se refere ao impacto no ambiente natural e construído das malhas urbanas;
- II - respeitar os níveis de segurança, sossego e qualidade de vida da população;
- III - controlar a ocupação através dos índices urbanísticos definidos para as áreas, tais como coeficiente de aproveitamento e taxa de permeabilidade;
- IV - controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;
- V - incentivar o uso semipúblico das propriedades e a interação entre espaços públicos e privados;
- VI - valorizar estas áreas paisagisticamente.

Art. 44 A Macrozona de Controle Ambiental compreende a área do atual Cemitério Municipal e área destinada a sua ampliação, bem como do abatedouro de suínos. Tem como diretrizes:

- I - desenvolver e implantar o plano de gestão ambiental, conforme a Resolução 335/03 do CONAMA e o licenciamento Ambiental;
- II - garantir manutenção permanente e promover a revitalização e readequação ambiental e paisagística do local e entorno;
- III - disciplinar sua ocupação de maneira a causar o menor impacto urbanístico, visual e ambiental.

Art. 45 A Macrozona de Expansão Urbana caracteriza-se pelas áreas contidas no perímetro urbano, identificadas como passíveis de urbanização futura, em respeito ao art. 3º, da Lei Federal nº. 6766 de 1979 e suas atualizações, segundo a qual somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definida por lei municipal, bem como em áreas que não sejam: terrenos alagadiços e sujeitos a inundação, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes; terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção. Esta Macrozona tem como diretrizes:

- I - garantir continuidade das vias nos próximos loteamentos principalmente as vias arteriais e coletoras;
- II - garantir a reserva de área pública para instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;
- III - garantir a justa distribuição dos equipamentos públicos;
- IV - observar a infraestrutura mínima exigida na Lei Municipal de Parcelamento do Solo.

Parágrafo único. O loteamento não deve ser permitido nesta área se a macrozona de ocupação prioritária não estiver parcelada/ocupada.

SEÇÃO III
DO ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

Art. 46 Para fins deste Plano Diretor Municipal, o sistema viário é o conjunto de vias e logradouros públicos e o conjunto de rodovias que integram o Sistema Viário Urbano e Sistema Viário Municipal, tendo como diretrizes para seu ordenamento:

- I - induzir o desenvolvimento pleno da área urbana e rural do Município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano e rural;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- II - adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação;
- III - hierarquizar as vias urbanas e rurais, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a assegurar segurança e conforto;
- IV - eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;
- V - adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas portadoras de deficiências;
- VI - garantir acessibilidade universal nas vias e nos espaços públicos;
- VII - assegurar a faixa *non aedificandi* e a faixa de domínio ao longo das estradas municipais, rodovias e ferrovias;
- VIII - garantir a continuidade das vias existentes, no momento de implantação de novos loteamentos.

TÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL

Art. 47 O Município de Cambira adotará, para o desenvolvimento e a gestão do planejamento territorial, os instrumentos de política urbana, dentre outros, os abaixo transcritos que se fizerem necessários, especialmente os previstos na Lei Federal nº. 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, em consonância com as diretrizes da política nacional do meio ambiente:

- I - Instrumentos de Planejamento:
 - a) Plano Plurianual (PPA);
 - b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
 - c) Lei de Orçamento Anual (LOA);
 - d) Lei do Plano Diretor Municipal;
 - e) Planos, programas e projetos elaborados em nível local.
- II - Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos:
 - a) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
 - b) desapropriação;
 - c) servidão e limitações administrativas;
 - d) tombamento e inventários de imóveis, conjuntos e sítios urbanos ou rurais;
 - e) concessão de direito real de uso;
 - f) concessão de uso especial para fim de moradia;
 - g) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
 - h) usucapião especial de imóvel urbano, coletivo ou individual;
 - i) direito de preempção;
 - j) operações urbanas consorciadas;
 - k) outorga onerosa do direito de construir;
 - l) transferência do direito de construir;
 - m) direito de superfície;
 - n) outorga onerosa de alteração de uso;
 - o) regularização fundiária;
 - p) assistência técnica e jurídica para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
 - q) relatórios de impacto ambiental e de impacto de vizinhança;
 - r) termo de ajustamento e conduta;
 - s) fundo de desenvolvimento municipal;
 - t) sistema municipal de informações.
- III - Instrumentos Tributários e Financeiros:
 - a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- b) contribuição de melhoria;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- d) tributos municipais diversos;
- e) taxas e tarifas públicas específicas.

IV - Instrumentos de Democratização da Gestão:

- a) conselhos municipais;
- b) fundos municipais;
- c) audiências e consultas públicas;
- d) gestão orçamentária participativa;
- e) conferências municipais.

CAPÍTULO ÚNICO
DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL

SEÇÃO I
DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E SUA TRANSFERÊNCIA

Art. 48 O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins de edificação em áreas delimitadas, onde o coeficiente básico possa ser ultrapassado, conforme disposições dos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos no Plano Diretor Municipal ou lei especial para tal fim.

Parágrafo único. O exercício do direito de construir adicional, adquirido através da outorga onerosa do direito de construir, é estabelecido a partir do coeficiente de aproveitamento de cada macroárea ou unidade territorial onde será utilizado, não podendo ultrapassar o coeficiente máximo determinado para a área em questão.

Art. 49 O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado:

- I - nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido para as respectivas zonas, unidades, área de operação urbana consorciada ou área de projeto especial;
- II - nas macroáreas, parte delas ou unidades territoriais destas, nas áreas de operação urbana consorciada e nas áreas de projetos especiais, pelo estoque de direito de construir adicional.

SEÇÃO II
DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 50 O proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo, por limitações urbanísticas relativas à proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Ambiental definidas pelo Poder Público, inclusive tombamento, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável desse imóvel, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas as disposições instituídas em legislação específica.

Art. 51 A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações destinadas a melhoramentos viários, equipamentos públicos, programas habitacionais de interesse social e programas de recuperação ambiental.

Art. 52 O potencial construtivo transferível de um terreno é determinado em metros quadrados de área computável, e equivale ao resultado obtido pela multiplicação do coeficiente de aproveitamento básico da zona ou setor onde está localizado o imóvel pela área do terreno atingida por limitações urbanísticas ou a ser indenizada.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará através de lei específica os critérios e condições de transferência de potencial construtivo.

SEÇÃO III
DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 53 O Poder Executivo Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que o Município necessitar de áreas para:

- a) regularização fundiária;
- b) execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- c) constituição de reserva fundiária;
- d) ordenamento e direcionamento do desenvolvimento urbano;
- e) implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários;
- f) criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- g) criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental;
- h) proteção de áreas de interesse histórico, cultural, turístico ou paisagístico.

Art. 54 As áreas, onde incidirá o direito de preempção, serão delimitadas por lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal sempre que houver necessidade do Município utilizar o direito de preempção para a consecução dos objetivos da política urbana e para as finalidades previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. Os imóveis colocados à venda, nas áreas de incidência do direito de preempção, deverão ser, necessariamente, oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição, pelo prazo de cinco anos, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 55 O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel, localizado em área delimitada, para o exercício do direito de preempção dentro do prazo de 30 dias, a partir da homologação da lei que o delimitou.

§ 1º Havendo terceiros interessados na compra de imóvel integrante da área referida no *caput*, o proprietário deverá comunicar imediatamente, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Poder Executivo Municipal sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.

§ 2º Declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel deve ser apresentada com os seguintes documentos:

- a) proposta de compra, apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;
- b) endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações;
- c) certidão atualizada de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente;
- d) declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

Art. 56 Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, o Poder Executivo Municipal poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

SEÇÃO IV
DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 57 Lei municipal específica definirá as áreas em que incidirá a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para a implementação da referida obrigação.

Art. 58 Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido na Lei de Uso de Ocupação do Solo.

Art. 59 O proprietário será notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.

Parágrafo único. A notificação far-se-á:

- a) por funcionário da Prefeitura ao proprietário do imóvel ou, no caso de pessoa jurídica, a quem tenham poderes de gerência geral ou administração;
- b) por edital quando frustrada, por 3 (três) vezes, a tentativa na forma prevista no inciso anterior.

Art. 60 Os prazos a que se refere o art. 57 não poderão ser inferiores a:

- I - 1 (um) ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto na Prefeitura;
- II - 2 (dois) anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§ 1º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a lei municipal específica a que se refere o art. 57 poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o projeto como um todo.

§ 2º A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa *mortis*, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização, sem interrupção de quaisquer prazos.

SEÇÃO V
DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 61 Lei municipal específica poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenada pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização do ambiente.

§ 2º A lei específica que aprovar a operação consorciada deverá constar, no mínimo:

- a) definição da área a ser atingida;
- b) programa básico da ocupação da área;
- c) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
- d) finalidade da operação;
- e) estudo prévio de impacto de vizinhança;
- f) contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios;
- g) forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

SEÇÃO VI
DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 62 Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na seção IV, o Município procederá a aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

§ 1º O valor da alíquota a ser aplicado, a cada ano, é fixado no Código Tributário Municipal ou em lei específica, e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

§ 2º Caso as obrigações de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

SEÇÃO VII
DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 63 Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, nos termos do artigo 8º da Lei nº. 10.257/01 – Estatuto da Cidade.

SEÇÃO VIII
DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 64 O Direito de Superfície poderá ser exercido em todo o território municipal, nos termos da legislação federal pertinente.

Parágrafo único. Fica o Executivo municipal autorizado a:

- a) exercer o Direito de Superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários;
- b) exercer o Direito de Superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durar as obras de urbanização.

Art. 65 O Poder Público poderá conceder onerosamente o Direito de Superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

Art. 66 O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua Administração Direta ou Indireta, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes desta Lei.

SEÇÃO IX
DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 67 O Poder Público Municipal poderá aplicar o instrumento do Consórcio Imobiliário além das situações previstas no artigo 46 do Estatuto da Cidade para viabilizar empreendimentos de Habitação de Interesse Social nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

§ 1º Considera-se Consórcio Imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio do qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal o seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

§ 2º A Prefeitura poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

§ 3º O proprietário que transferir seu imóvel para a Prefeitura nos termos deste artigo receberá, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 68 O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no §2º do artigo 8º do Estatuto da Cidade.

Art. 69 O Consórcio Imobiliário aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar nos termos desta Lei, quanto àqueles por ela não abrangidos, mas necessários à realização de intervenções urbanísticas previstas nesta Lei.

Art. 70 Os Consórcios Imobiliários deverão ser formalizados por termo de responsabilidade e participação pactuadas entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

SEÇÃO X
DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 71 A promoção da regularização urbanística e fundiária nos assentamentos e construções precárias no Município será apoiada em ações de qualificação ambiental e urbana e de promoção social, podendo para tanto o Executivo Municipal aplicar os seguintes instrumentos:

- I - concessão do direito real de uso;
- II - concessão de uso especial para fins de moradia;
- III - assistência técnica urbanística, jurídica e social, em caráter gratuito para a hipótese de usucapião especial de imóvel urbano;
- IV - desapropriação.

Art. 72 O Executivo Municipal, visando equacionar e agilizar a regularização fundiária deverá articular os diversos agentes envolvidos nesse processo, tais como os representantes do:

- I - Ministério Público;
- II - Poder Judiciário;
- III - Cartórios de Registro;
- IV - Governo Estadual;
- V - Grupos sociais envolvidos.

Parágrafo único. O Município buscará celebrar convênio com a Ordem dos Advogados ou com entidades sem fins lucrativos que possam coordenar proposições das ações de regularização fundiária para população de baixa renda.

SEÇÃO XI
DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Art. 73 O Município outorgará o título de concessão de uso especial para fins de moradia àquele que possuir como seu, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, imóvel público municipal, e com área inferior ou igual a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), desde que utilizado para moradia do possuidor ou de sua família.

§ 1º É vedada a concessão de que trata o *caput* deste artigo caso o possuidor:



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

- a) seja proprietário ou possuidor de outro imóvel urbano ou rural em qualquer localidade;
- b) tenha sido beneficiado pelo mesmo direito em qualquer tempo, mesmo que em relação imóvel público de qualquer entidade administrativa.

§ 2º Para efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 3º O Município promoverá o desmembramento ou desdobramento da área ocupada, de modo a formar um lote com, no máximo, área de 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), caso a ocupação preencher as demais condições para a concessão prevista no *caput* deste artigo.

Art. 74 A concessão de uso especial para fins de moradia aos possuidores será conferida de forma coletiva em relação aos imóveis públicos municipais situados no Município previstas nesta Lei com mais de 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) que sejam ocupados por população de baixa renda e utilizados para fins de moradia, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, quando não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor.

§ 1º A concessão de uso especial para fins de moradia poderá ser solicitada de forma individual ou coletiva.

§ 2º Na concessão de uso especial de que trata este artigo, será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo estrito entre os ocupantes, estabelecendo frações diferenciadas.

§ 3º A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

§ 4º Buscar-se-á respeitar, quando de interesse da população residente, as atividades econômicas locais promovidas pelo próprio morador, vinculadas à moradia, tais como, entre outros:

- a) pequenas atividades comerciais;
- b) indústria doméstica;
- c) artesanato;
- d) oficinas de serviços;
- e) agricultura familiar.

§ 5º O Município continuará com a posse e o domínio sobre as áreas destinadas a uso comum do povo.

§ 6º Não serão reconhecidos como possuidores, nos termos tratados neste artigo, aqueles que forem proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural em qualquer localidade.

Art. 75 O Município assegurará o exercício do direito de concessão de uso especial para fins de moradia, individual ou coletivamente, em local diferente daquele que gerou esse direito, nas hipóteses da moradia estar localizada em área de risco cuja condição não possa ser equacionada e resolvida por obras e outras intervenções.

SEÇÃO XII
DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 76 Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privadas ou públicas, situadas em área urbana, que dependerão de prévia elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Executivo municipal.

Parágrafo único. As atividades definidas como Pólo Gerador de Tráfego, Pólo Gerador de Risco, Gerador de Ruído Diurno e Gerador de Ruído Noturno estão incluídas entre as



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

que dependerão de elaboração do EIV e do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

Art. 77 O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo na análise, no mínimo, as seguintes questões:

- I - adensamento populacional;
- II - equipamentos urbanos e comunitários;
- III - uso e ocupação do solo;
- IV - valorização imobiliária;
- V - geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI - ventilação, iluminação e poluição sonora;
- VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis, para consultas no órgão competente do Poder Público Municipal, para qualquer interessado.

Art. 78 A elaboração do EIV não substitui a elaboração e aprovação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.

TÍTULO IV **DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E GESTÃO** **DEMOCRÁTICA**

Art. 79 Fica criado o Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM), com a finalidade de apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanísticos e ambientais, integrantes ou decorrentes deste Plano, em obediência às prioridades nele estabelecidas.

§ 1º O FDM será administrado pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º O plano de aplicação de recursos financeiros do FDM será aprovado pelo CDM, homologado pela Prefeitura Municipal e encaminhado, anualmente, para aprovação da Câmara Municipal.

Art. 80 O FDM será constituído de recursos provenientes de:

- I - dotações orçamentárias e créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- II - repasses ou dotações de origem orçamentária da União ou do Estado;
- III - empréstimos de operações de financiamento internos ou externos;
- IV - contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- V - acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VI - retornos e resultados de suas aplicações;
- VII - recursos oriundos da aplicação dos instrumentos de indução do desenvolvimento municipal;
- VIII - outras receitas destinadas ao fundo.

Art. 81 Os recursos do FDM serão aplicados em:

- I - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para constituição de reserva fundiária;
- II - estruturação e gestão do transporte coletivo público;
- III - ordenamento e direcionamento do desenvolvimento territorial, incluindo infraestrutura, drenagem e saneamento;
- IV - implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- V - proteção de áreas de interesse histórico, cultural, turístico ou paisagístico;
- VI - criação de unidades de conservação e proteção de áreas de interesse ambiental.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

Art. 82 Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva que será o órgão responsável pelo acompanhamento, controle da implementação e gestão do Plano Diretor Municipal de Cambira, composto de 16 (dezesseis) membros e seus respectivos suplentes, sendo: 7 (sete) representantes da administração pública e 8 (oito) representantes da sociedade civil e 1 (um) representante do Poder Legislativo.

Art. 83 O Conselho terá como principais atribuições:

- I - examinar a viabilidade dos projetos e criar indicadores de desempenho institucional;
- II - estabelecer prioridades na aplicação dos recursos do FDM;
- III - acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor Municipal ou opinar sobre projetos de leis urbanísticas a serem encaminhados à Câmara Municipal;
- IV - organizar e promover a conferência da cidade;
- V - orientar e acompanhar o desenvolvimento do sistema de informações municipal;
- VI - analisar e aprovar projetos de empreendimentos de impactos significativos, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação;
- VII - promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município;
- VIII - deliberar sobre casos omissos da legislação pertinente à gestão territorial.

Art. 84 Fica facultado ao CDM promover a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas de sua agenda, bem como estudos sobre a definição de convênios na área de desenvolvimento urbano sustentável e da propriedade urbana.

Parágrafo único. A participação popular deverá ser assegurada à população através do referendo, plebiscito, consultas e audiências públicas, assembléias, conferências, iniciativa popular em projeto de lei e os conselhos de políticas e serviços públicos.

Art. 85 O Conselho deverá ser constituído pelo Prefeito, por Decreto, em até 60 (sessenta) dias após a aprovação desta Lei.

Art. 86 Será implantado no Município o Sistema de Informações Geográficas (SIG) de Cambira para o gerenciamento das informações municipais.

TÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 87 Os projetos regularmente protocolados anteriormente à data de publicação desta Lei serão analisados de acordo com a legislação vigente à época do seu protocolo.

Parágrafo único. Os projetos de que trata este artigo poderão, a pedido do interessado, ser examinados conforme as disposições desta Lei.

Art. 88 Fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias após a aprovação desta Lei, para o Poder Legislativo Municipal apreciar e deliberar os projetos de leis complementares listadas abaixo:

- I - Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- II - Lei do Parcelamento do Solo;
- III - Lei do Perímetro Urbano;
- IV - Lei do Sistema Viário;
- V - Código de Obras;
- VI - Código de Posturas.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

Parágrafo único. Ficam mantidas, até a revisão, as legislações atuais pertinentes ao Código de Obras, de Posturas e a de Uso e Ocupação do Solo, ou outras que não contrariam esta Lei.

Art. 89 Fazem parte integrante desta Lei os mapas constantes dos Anexos I e II, assim como as Fases I, II, III, IV e V do PDM de Cambira, contendo, respectivamente, Plano de Trabalho, Avaliação Temática Integrada, Diretrizes e Proposições, Legislação Básica Municipal, Plano de Ação e Investimento, além do caderno com o Processo Participativo.

Art. 90 O prazo de validade do Plano Diretor Municipal é estabelecido em 10 (dez) anos, devendo ser revisado a cada 5 (cinco) anos ou sempre que o Município julgar necessário, quanto aos resultados da aplicação de suas diretrizes e instrumentos e das modificações ocorridas no espaço físico, social e econômico do município, procedendo-se as atualizações e adequações que se fizerem necessárias.

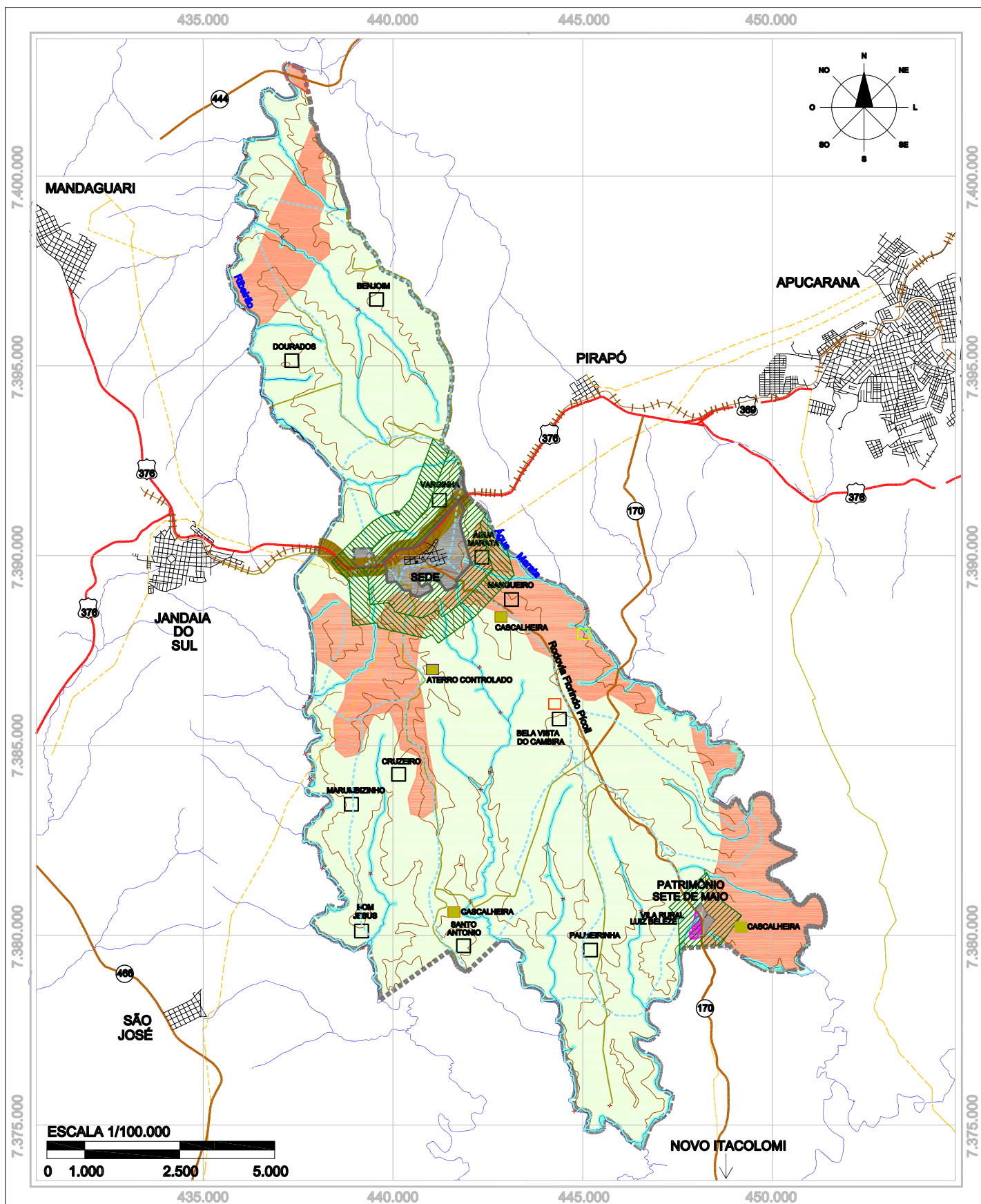
Art. 91 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Cambira

aos de de 2010

MARIA NEUSA RODRIGUES BELLINI

Prefeita Municipal



LEGENDA

-----	LIMITE MUNICIPAL	MACROZONA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
---	RODOVIA FEDERAL	MACROZONA DE CONTROLE AMBIENTAL
---	RODOVIA ESTADUAL	MACROZONA DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - APPS
---	ESTRADA MUNICIPAL	MACROZONA DE PRODUÇÃO RURAL - SOLO APTO
+++	FERROVIA	MACROZONA DE PRODUÇÃO RURAL - SOLO INAPTO
---	CORPOS D'ÁGUA	MACROZONA DE CINTURÃO VERDE
---	DIVISOR D'ÁGUA	MACROZONA URBANA
---	LINHA DE DISTRIBUIÇÃO	MACROZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA (VILA RURAL LUIZ BELEZE)
---	ÁREA URBANA	MUSEU DA COLONIZAÇÃO (BELA VISTA DO CAMBIRA)
□	BAIRRO RURAL	SANEPAR - CAPTAÇÃO SUPERFICIAL (PRINCIPAL)
---	PERÍMETRO URBANO PROPOSTO	ABASTECIMENTO POR MINA (ATENDIMENTO MUNICIPAL)

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

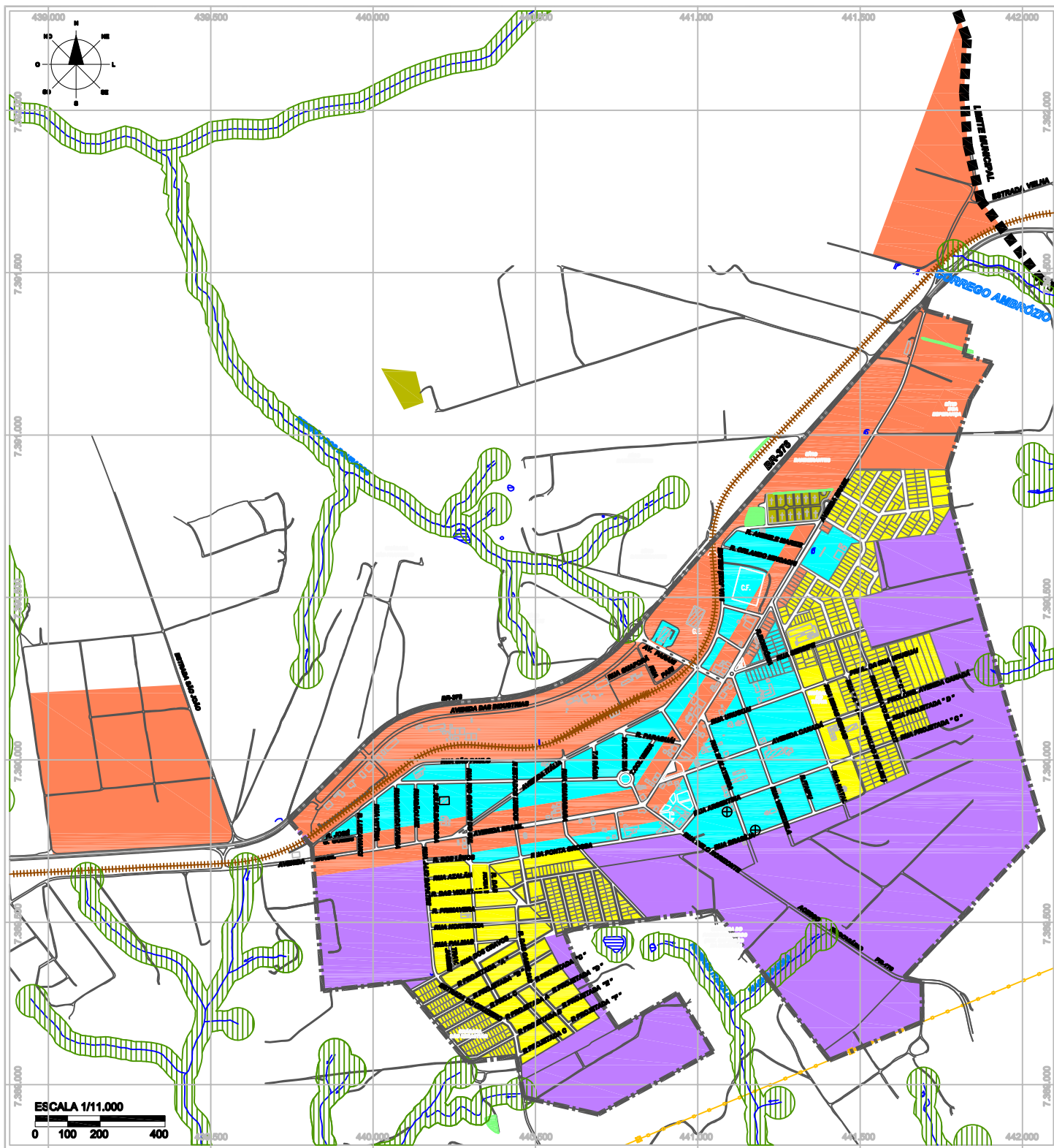
Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL Macrozoneamento Municipal Anexo I

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104484/D - 64482/VPR



LEGENDA

- | | | | |
|--|------------------------------------|--|-----------------------------------|
| | FERROVIA | | MACROZONA PRODUTIVA |
| | CORPOS D'ÁGUA | | MACROZONA DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA |
| | LINHA DE ALTA TENSÃO | | MACROZONA DE CONTROLE AMBIENTAL |
| | PRESERVAÇÃO PERMANENTE | | MACROZONA DE OCUPAÇÃO PRIORITÁRIA |
| | PEDREIRA DEBATIVADA | | MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA |
| | PERÍMETRO URBANO PROPOSTO | | LIMITE MUNICIPAL |
| | ÁREAS COM REMANESCENTES FLORESTAIS | | |

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

<p>Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano Serviço Social Autônomo PARAMACIDADE</p>	
<p>Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL Macrozoneamento Urbano Anexo II</p>	
<p>Consultoria contratada: DRZ - Gestão de Cidades</p>	<p>Data: 2010 </p>
<p>Responsável Técnico: Luciana Quevedo Nunes</p>	<p>CREA-RS 104466/D - 044822/PFR</p>

2. ANTEPROJETO DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Art. 1º e Art. 2º)

CAPÍTULO II

DO USO DO SOLO URBANO

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS USOS (Art. 3º ao Art. 11)

SEÇÃO II

DO ZONEAMENTO URBANO (Art. 12 ao Art. 20)

CAPÍTULO III

DA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

SEÇÃO I

DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS (Art. 21)

SEÇÃO II

DA ÁREA MÍNIMA DO LOTE (Art. 22)

SEÇÃO III

DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (Art. 23 e Art. 24)

SEÇÃO IV

DO RECUO MÍNIMO (Art. 26 ao Art. 33)

SEÇÃO V

DA TAXA DE OCUPAÇÃO (Art. 34)

SEÇÃO VI

DA ALTURA MÁXIMA E NÚMERO DE PAVIMENTOS (Art.35)

SEÇÃO VII

DA TAXA DE PERMEABILIDADE (Art. 36)

SEÇÃO VIII

DA TESTADA MÍNIMA DO LOTE (Art. 37)

CAPÍTULO IV

DA APROVAÇÃO (Art. 38)

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES (Art. 39 ao Art. 47)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 48 ao Art. 53)

ANEXO I – Mapas de Zoneamento Urbano da Sede Municipal

ANEXOS II a VI – Tabelas - Uso e Ocupação do Solo

ANEXO VII – Tabela - Vagas para Estacionamento

ANEXO VIII – Classificação dos Usos e Atividades Urbanas - Atividades Comerciais e de Prestação de Serviços com Risco Ambiental

ANEXO IX – Classificação dos Usos e Atividades Industriais - Índices de Risco Ambiental de Fontes Potenciais de Poluição

ANEXO X – Glossário



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

LEI COMPLEMENTAR N.º.

SÚMULA: Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo – Zoneamento - e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cambira, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo harmonizar a implantação de atividades e usos diferenciados entre si, mas complementares em todo território municipal e sua necessária compatibilização com a qualidade das estruturas ambientais urbanas e naturais, bem como do equilíbrio das relações sociais de vizinhança, sendo o território rural descrito na Lei do Plano Diretor Municipal através do macrozoneamento municipal.

Parágrafo único. A Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo está amparada nas Leis Federais 6.766/79 – Parcelamento do Solo e suas atualizações, 9.785, 10.932, 10.257 - Estatuto da Cidade, 11.445 – Saneamento Básico, Código Florestal e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), legislações, normatizações regulamentações municipais e estaduais pertinentes, em conformidade com o artigo 182 da Constituição Federal.

Art. 2º A organização do espaço urbano municipal é definida por esta Lei através de zonas, cada qual com parâmetros urbanísticos específicos, em especial para o uso do solo e para a ocupação construtiva dos imóveis em atividades funcionais sobre o território.

Parágrafo único. São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Mapa de Zoneamento Urbano da Sede Municipal;
- b) ANEXOS II a VI - Tabelas de Uso e Ocupação do Solo (fixa usos permitidos, permissíveis e proibidos, os índices urbanísticos e os recuos obrigatórios por zona);
- c) ANEXO VII - Tabela para Estacionamento – fixa áreas para estacionamento nos estabelecimentos;
- d) ANEXO VIII – Classificação dos Usos e Atividades Urbanas - Atividades Comerciais e de Prestação de Serviços com Risco Ambiental;
- e) ANEXO IX – Classificação dos Usos e Atividades Industriais - Índices de Risco Ambiental de Fontes Potenciais de Poluição;
- f) ANEXO X – Glossário.

CAPÍTULO II
DO USO DO SOLO URBANO

SEÇÃO I
DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS USOS

Art. 3º Para efeitos desta Lei ficam definidos os seguintes usos:

I - USO HABITACIONAL - resultado da utilização da edificação para fim habitacional permanente ou transitório subclassificando-se em:

- a) H1 - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR - edificação isolada destinada a servir de moradia a uma só família;
- b) H2 - HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR - edificação que comporta mais de 2 (duas) unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

- c) H3 - HABITAÇÕES UNIFAMILIARES EM SÉRIE - mais de uma unidade autônoma de residências unifamiliares agrupadas horizontalmente, paralelas ou transversais ao alinhamento predial;
- d) H4 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - aquela destinada à implantação de Programas Habitacionais por Entidades Promotoras, empresas sobre controle acionário do Poder Público, as cooperativas habitacionais, por entidades consideradas de interesse social nos termos da legislação Federal;
- e) H5 - HABITAÇÃO TRANSITÓRIA - edificação com unidades habitacionais destinadas ao uso transitório, onde se recebem hóspedes mediante remuneração (Apart hotel, Pensão, Hotel e Motel).

II - USO SOCIAL e COMUNITÁRIO - espaços, estabelecimentos ou instalações destinados à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos, subclassificando-se em:

- a) E1 - COMUNITÁRIO 1 - atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial, tais como: ambulatório, assistência social, berçário, creche, hotel para bebês, biblioteca, ensino maternal, pré-escolar, jardim de infância, escola especial e atividades similares;
- b) E2 - COMUNITÁRIO 2 - atividades potencialmente incômodas que impliquem em concentração de pessoas ou veículos e padrões viários especiais, tais como: auditório, boliche, casa de espetáculos artísticos, campo de futebol, centro de recreação, centro de convenções, centro de exposições, cinema, colônias de férias, museu, piscina pública, ringue de patinação, sede cultural, teatro, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, hospital, maternidade, pronto socorro, sanatório, casa de culto, templo religioso e atividades similares;
- c) E3 - COMUNITÁRIO 3 - atividades incômodas, que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, sujeitas ao controle específico, exigindo ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, tais como: autódromo, kartódromo, centro de equitação, hipódromo, estádio, pista de treinamento, penitenciária, rodeio, campus universitário, estabelecimento de ensino de nível superior e atividades similares.

III - USO COMERCIAL e de SERVIÇOS - resultado da utilização da edificação para desempenho de atividade econômica caracterizada por uma relação de compra, venda ou troca, visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão de obra ou assistência de ordem intelectual ou espiritual, subclassificando-se em:

- a) CS1 - COMÉRCIO e SERVIÇO VICINAL - é caracterizado por abrigar atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços diversificados, de necessidades imediatas e cotidianas da população local, cuja natureza dessas atividades é não-incômoda, não-nociva e não-perigosa, nos termos do artigo 4º, desta Lei, tais como: açougue, armazinhos, casa lotérica, drogaria, farmácia, floricultura, flores ornamentais, mercearia, hortifrutigranjeiros, papelaria, revistaria, bar, cafeteria, cantina, casa de chá, confeitaria, comércio de refeições embaladas, lanchonete, leiteria, livraria, panificadora, pastelaria, posto de venda de gás liquefeito, relojoaria, sorveteria, profissionais autônomos, atelier de profissionais autônomos, serviços de digitação, manicuro e montagem de bijuterias, agência de serviços postais, bilhar, snooker, pebolim, consultórios, escritório de comércio varejista, instituto de beleza, salão de beleza e atividades similares;
- b) CS2 - COMÉRCIO e SERVIÇO de CENTRALIDADE - atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços destinadas ao atendimento de maior abrangência, impliquem em concentração de pessoas ou veículos, tais como: academias, agência bancária, banco, borracharia, choperia, churrascaria, petiscaria, pizzaria, comércio de material de construção, comércio de veículos e acessórios, escritórios administrativos, estabelecimentos de ensino de cursos livres, estacionamento comercial, joalheria, laboratórios de análises clínicas, radiológicos e fotográficos, lavanderia, oficina mecânica de veículos, restaurante,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

rotisseria, buffet com salão de festas, centros comerciais, clínicas, edifícios de escritórios, entidades financeiras, escritório de comércio atacadista, imobiliárias, lojas de departamentos, sede de empresas, serv-car, serviços de lavagem de veículos, serviços públicos, super e hipermercados e atividades similares;

- c) CS3 - COMÉRCIO e SERVIÇO REGIONAL - atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços destinadas a atender à população em geral, que por seu porte ou natureza, gerem tráfego de caminhões e carros de passeio, necessitando de análise individual da atividade pelo Poder Executivo Municipal e CDM a ser exercida no local, tais como: agenciamento de cargas, canil, marmorarias, comércio atacadista, comércio varejista de grandes equipamentos, depósitos, armazéns gerais, entrepostos, cooperativas, silos, grandes oficinas, hospital veterinário, hotel para animais, impressoras, editoras, grandes oficinas de lataria e pintura, serviços de coleta de lixo e transportadora;
- d) CS4 - COMÉRCIO e SERVIÇO ESPECÍFICO - atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial, exigindo ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, tais como: centro de controle de vôo, comércio varejista de combustíveis, comércio varejista de derivados de petróleo, posto de abastecimento de aeronaves, posto de gasolina, serviços de bombas de combustível para abastecimento de veículos da empresa, capela mortuária, cemitério, ossário, casa de detenção, estações de controle e depósito de gás, aeroporto, subestação reguladoras de energia elétrica, de telecomunicações e torre de telecomunicação; usina de incineração; depósito e/ou usina de tratamento de resíduos e comércio de sucatas.

IV - INDUSTRIAL - resultado da utilização da edificação para desempenho de atividade econômica caracterizada pela transformação de matéria prima em bens de consumo de qualquer natureza ou extração de matéria prima, subclassificando-se em:

- a) I1- INDÚSTRIA CASEIRA - caracteriza-se pela micro-indústria artesanal não incômoda, não nociva e não perigosa para as atividades de seu entorno;
- b) I2 - INDÚSTRIA INCÔMODA - caracteriza-se pela indústria potencialmente incômoda, não nociva e não perigosa tais como a fabricação de: - peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso; Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos; estruturas de madeira e artigos de carpintaria; de artefatos e móveis de madeira torneada; de artigos de madeira para usos doméstico, industrial e comercial; de artefatos e móveis de bambu, vime, junco, ou palha trançada - exclusive móveis e chapéus; de artefatos diversos de couros e peles - exclusive calçados, artigos de vestuário e selaria; de produtos de perfumaria e velas; de artigos de material plástico para embalagem e acondicionamento, impressos ou não; de artigos diversos de material plástico, fitas, flâmulas, dísticos, brindes, objetos de adornos, artigos de escritórios; de estopa, de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis; malharia e fabricação de tecidos elásticos; de artigos de passamanaria, fitas, filós, rendas e bordados; confecções de roupas e artefatos de tecido; Industrialização de produtos de origem animal; Industrialização de produtos de origem vegetal; fabricação e engarrafamento de bebidas; todas as atividades da indústria editorial e gráfica;
- c) I3 - INDÚSTRIA NOCIVA - caracteriza-se pela indústria de atividades incômodas e potencialmente nocivas e potencialmente perigosas tais como a fabricação de: Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras; Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido - exclusive de cerâmica; de peças, ornatos e estruturas de amianto; e elaboração de vidro e cristal; e elaboração de produtos diversos de minerais não metálicos; produção de laminados de aço; de acabamento de superfícies (jateamento); fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação; de máquinas, aparelhos, peças e



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição; de material elétrico; de máquinas, aparelhos e equipamentos para comunicação e informática; Desdobramento de madeiras - excluindo serrarias; de artefatos de papel não associada à produção de papel; de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não simples ou plastificados, não associada à produção de papelão, cartolina e cartão; Beneficiamento de borracha natural; Fabricação e acondicionamento de pneumáticos e câmaras-de-ar e fabricação de material para acondicionamento de pneumáticos; fabricação de artefatos de borracha (peças e acessórios para veículos, máquinas e aparelhos, correias, canos, tubos, artigos para uso doméstico, galochas e botas) - exceto artigos de vestuário; de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos; de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos - inclusive mescla; de sabão, detergentes e glicerina; produção de óleos, gorduras e ceras vegetais e animais, em bruto, de óleos de essências vegetais e outros produtos de destilação da madeira - excluindo refinação de produtos alimentares; de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; todas as atividades industriais dedicadas à fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis vegetais e de origem animal artificiais e sintéticas; fabricação de tecidos especiais; lavagem e amaciamento; acabamento de fios e tecidos, não processado em fiações e tecelagens; Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e gorduras de origem animal destinadas a alimentação; Fabricação de vinagre; Resfriamento e distribuição de leite; fabricação de fermentos e leveduras; Preparação de fumo, fabricação de cigarros, charutos e cigarrilhas e outras atividades de elaboração do tabaco, não especificadas ou não classificadas; usinas de produção de concreto;

- d) I4 - INDÚSTRIA PERIGOSA - caracteriza-se pela indústria de atividades incômodas, nocivas e perigosas, estando sujeitas à aprovação de órgãos estaduais competentes para sua implantação no município, tais como: beneficiamento de minerais com flotação; Fabricação de material cerâmico; Fabricação de cimento; Beneficiamento e preparação de carvão mineral, não associado à extração; Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios - inclusive ferro-gusa; Produção de ferro e aço e suas ligas em qualquer forma, sem redução de minério, com fusão Metalurgia dos metais e ligas não ferrosos em formas primárias - inclusive metais preciosos; Fabricação de artigos de metal, não especificados ou não classificados, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação; Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores; Fabricação de papel e/ou celulose; Curtimento e outras preparações de couros e peles; Produção de elementos químicos e produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organoinorgânicos - excluindo produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão mineral e de madeira; Fabricação de adubos, fertilizantes e corretivos de solo; Fabricação de corantes e pigmentos; Recuperação e refino de óleos minerais, vegetais e animais; Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes e inseticidas, germicidas e fungicidas; Fabricação de artefatos têxteis, com estamparia e/ou tintura; Tingimento, estamparia e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e artefatos diversos de tecidos; Refino do petróleo e destilação de álcool por processamento de cana de açúcar, mandioca, madeira e outros vegetais; Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, preparação de conservas de carnes e produção de banha de porco e de outras gorduras domésticas de origem animal; Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado; preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios; Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - inclusive farinhas de carne, sangue, osso, peixe e pena; Usinas de produção de concreto asfáltico; Fabricação de carvão vegetal, ativado e cardiff.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

Parágrafo único. Nas alíneas "a" e "b" do inciso IV, será permitida a atividade de comércio dos produtos industrializados.

Art. 4º Os usos comerciais, serviços e industriais ficam caracterizados por sua natureza em:

- I - Incômodos - as atividades que possam produzir ruídos, trepidações, conturbações no tráfego e que venham a incomodar a vizinhança;
- II - Nocivos - atividades que se caracterizam pela possibilidade de poluir o solo, o ar e as águas, por produzirem gases, poeiras, odores e detritos, e por implicarem na manipulação de ingredientes e matéria prima que possam trazer riscos a saúde;
- III - Perigosos - aquelas atividades que possuam riscos de explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, exalações de detritos danosos à saúde ou que, eventualmente, possam pôr em perigo pessoas ou propriedades do entorno.

§ 1º Com relação ao risco ambiental, as atividades são consideradas de grande, médio e baixo risco.

- a) As atividades que apresentam risco ambiental alto são classificadas com índice de 2,5 a 3,0 (dois vírgula cinco a três) e caracterizam-se por: Periculosidade de grau médio, provocando grandes efeitos não minimizáveis, mesmo depois da aplicação dos métodos adequados de controle e tratamento de efluentes; Nocividade de grau elevado pela vibração e/ou ruídos fora dos limites da indústria;
- b) As atividades que apresentam risco ambiental moderado são classificadas com índice 2,0 (dois) e caracterizam-se por: Periculosidade de grau baixo, produzindo efeitos minimizáveis pela aplicação de métodos adequados de controle e tratamento de efluentes; Nocividade de grau médio, em razão da exalação de odores e/ou material particulado; Incomodidade de grau elevado decorrente do intenso tráfego e ruídos em níveis incômodos fora dos limites da indústria;
- c) As atividades que apresentam risco ambiental baixo são classificadas com índice de 1,0 a 1,5 (um a um vírgula cinco) e caracterizam-se pela: Nocividade de grau baixo, em razão dos efluentes hídricos e atmosféricos; Incomodidade de grau médio a baixo, apresentando movimentação tolerável de pessoal e tráfego, bem como níveis toleráveis de efluentes e/ou ruídos;
- d) As atividades sem risco ambiental são classificadas com índice 0,5 (zero vírgula cinco) e caracterizam-se pela incomodidade de grau baixo, com efeitos inócuos, independentemente do porte, compatíveis com outros usos urbanos.

§ 2º Os Anexos VIII e IX contêm a relação de atividades industriais e seus respectivos índices de risco ambiental.

§ 3º O risco ambiental também poderá ser graduado em função da duração e reversibilidade dos efeitos provocados pelos efluentes e possibilidade de prevenir seus efeitos adversos, mediante o uso de dispositivos instaláveis e verificáveis, considerando-se ainda a natureza e a quantidade de substâncias tóxicas, inflamáveis e/ou explosivas, quer como matéria prima, quer como produto acabado.

- a) O índice de risco ambiental atribuído à determinada atividade, de acordo com o Anexo VIII e IX desta Lei, poderá ser minimizado quando se verificar que as condições específicas da atividade a ser licenciada, tais como porte e controle efetivo de risco ambiental, assim o permitirem;
- b) A alteração do valor de Índice de Risco Ambiental ocorrerá por análise criteriosa de cada caso e mediante parecer técnico de equipe multidisciplinar, retornando o mesmo ao seu valor inicial quando as características do empreendimento não mais justificarem tal alteração;
- c) O índice de risco ambiental de atividades industriais ou de prestação de serviços, não previstas nos índices de riscos ambientais que compõe o Anexo VIII e IX parte integrante desta Lei, será determinado mediante parecer técnico formulado por equipe multidisciplinar.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

Art. 5º Postos de saúde, escolas de ensino fundamental e médio, órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, deverão preferencialmente ser localizados preferencialmente em terrenos lindeiros a vias coletoras e arteriais, ou com acesso principal às mesmos.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal não concederá alvará de funcionamento para qualquer uso, em qualquer das zonas instituídas por esta Lei, quando o ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) for de conclusão desfavorável ou impedido por outros instrumentos da legislação ambiental pertinente.

Art. 7º Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental pelo órgão estadual e federal, somente terão aprovação ou ampliação do projeto pelos órgãos da administração municipal após a liberação da anuência, sob pena de responsabilização administrativa e nulidade dos seus atos.

Parágrafo único. A resolução do CONAMA nº. 237/97 trata dos projetos e empreendimentos que poderão ser licenciados pela Prefeitura Municipal.

Art. 8º A permissão para localização de qualquer atividade considerada como incômoda, nociva ou perigosa dependerá de aprovação do projeto completo, com detalhes finais das instalações para depuração e tratamento de resíduo, além das exigências específicas de cada caso.

Art. 9º Os usos não relacionados deverão ser analisados pelo órgão competente de planejamento do Executivo e CDM e a decisão deverá sempre buscar pela semelhança ou similaridade com os usos previstos e que melhor se enquadra na definição dos usos, em não sendo possível tal procedimento, o órgão competente de planejamento elaborará projeto de lei a ser encaminhado, pelo Executivo à Câmara, para aprovação.

Art. 10 Os diferentes usos, nas zonas estabelecidas por esta Lei, ficam classificados em:

- I - usos permitidos;
- II - usos permissíveis;
- III - usos proibidos.

§ 1º Usos permitidos são os considerados adequados à zona em que se situa.

§ 2º Usos permissíveis são passíveis de serem admitidos mediante anuência obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento) de, no mínimo, 8 (oito) vizinhos lindeiros e imediatos ao imóvel em questão, e quando observada a obrigatoriedade de ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA.

§ 3º Usos proibidos serão vetados.

§ 4º As atividades sujeitas à análise poderão ter suas atividades permitidas, desde que efetuados os ajustes e as medidas necessárias para a eliminação do conflito potencial eminente, ou forem adaptadas aos parâmetros estabelecidos na legislação, com vistas à conservação ambiental e à manutenção da qualidade de vida da população do entorno.

Art. 11 A anuência a vizinhos a que se refere o artigo anterior obedecerá aos seguintes critérios:

- I - quatro vizinhos laterais ao imóvel em questão (dois vizinhos de cada lado);
- II - dois vizinhos à frente do imóvel em questão;
- III - dois vizinhos aos fundos do imóvel em questão;
- IV - a consulta será realizada aos vizinhos proprietários;
- V - não deverá ser considerado o vizinho cujas atividades comerciais, de serviços e industriais, no local, possam ser concorrentes ao requerente pretendido;
- VI - não deverão ser considerados vizinhos àqueles que apresentem graus de parentesco com o requerente;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

VII - se qualquer um dos vizinhos a ser consultado, lindeiro ou imediato, for condomínio, a anuência deverá ser dada em reunião de condomínio e será considerado apenas um vizinho;

VIII - se os imóveis, lindeiros e/ou imediatos, estiverem sem edificações ou em casos que não devam ser considerados, deverá ser obtida a anuência do vizinho mais próximo, perfazendo um total de consultas a oito vizinhos;

IX - salvo em situações plenamente justificáveis do ponto de vista do interesse público, e/ou em situações onde os procedimentos anteriormente citados se mostrarem impraticáveis poderá não ser realizada a consulta, e/ou reduzido o número de consultas, a critério do órgão competente de Planejamento do Poder Executivo Municipal;

X - o Poder Executivo Municipal, através de seu órgão competente, a seu critério, poderá ampliar o número de consultas, permanecendo a obrigatoriedade de 75% (setenta e cinco por cento) de anuência total de vizinhos consultados.

SEÇÃO II
DO ZONEAMENTO URBANO

Art. 12 A área do Perímetro Urbano da sede do Município, conforme o Mapa de Zoneamento, Anexos I, parte integrante desta Lei, fica subdividido em Zonas que, classificam-se em:

- I - Zona Residencial (ZR) - I (ZR-1) e II (ZR-2);
- II - Zona de Comércio e Serviços (ZCS);
- III - Zona Industrial (ZI);
- IV - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- V - Zona de Controle Ambiental (ZCA);
- VI - Zona de Expansão Urbana (ZEU).

Art. 13 Zona Residencial (ZR) - são áreas com a preferência do uso residencial qualificado, integrado ao ambiente natural local, permitindo ainda a instalação de atividades econômicas complementares, sem que haja o comprometimento da qualificação ambiental e da qualidade de vida dos moradores, sendo divididas em:

- I - Zona Residencial I (ZR-1) - destina-se a ocupação de baixa e média densidade demográfica de acordo com a infraestrutura existente;
- II - Zona Residencial II (ZR-2) - destina-se ao alto adensamento sendo compatível com a oferta de infraestrutura existente.

Art. 14 Zona de Comércio e Serviços (ZCS) - são áreas com a finalidade de atender as atividades de produção econômica de pequeno e médio impacto ambiental e que não representam em sobrecarga no tráfego.

Art. 15 Zona Industrial (ZI) - são áreas direcionadas preferencialmente à implantação de atividades de produção econômica potencialmente incômodas, nocivas e perigosas e geradoras de sobrecarga no tráfego à área urbanizada.

Art. 16 Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - são aquelas áreas identificadas no Mapa de Zoneamento (Anexo I), reservadas para fins específicos e sujeitas às normas próprias, nas quais toda e qualquer obra deverá ser objeto de estudo por parte do poder Público Municipal e do CDM, sendo destinadas a criar novos núcleos habitacionais de interesse social, promover a regularização fundiária e fazer cumprir a função social da propriedade.

Art. 17 Zona de Controle Ambiental (ZCA) - compreende as áreas do atual Cemitério Municipal e do Abatedouro de Suínos, com a finalidade de sua preservação e controle ambiental sobre a área.

Art. 18 Zona de Expansão Urbana (ZEU) - A Zona de Expansão Urbana caracteriza-se pelas áreas contidas no perímetro urbano, identificadas como passíveis de urbanização futura, em respeito ao art. 3º, da Lei Federal nº. 6766 de 1979 e suas atualizações,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

segundo a qual somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definida por lei municipal, bem como em áreas que não sejam: terrenos alagadiços e sujeitos a inundação, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes; terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

Art. 19 O uso habitacional multifamiliar vertical somente será permitido nas zonas desde que sejam atendidas as condições mínimas de infraestrutura e será necessária, para sua aprovação, a apresentação dos projetos complementares.

Parágrafo único. A infraestrutura mínima a ser atendida é a existência no local de sistema de coleta e tratamento de esgoto, pavimentação, drenagem das águas pluviais e abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública.

Art. 20 Atividades que não estão permitidas em determinadas zonas, e que pela tecnologia aplicada no processo de transformação e tratamento dos resíduos não representem risco ambiental, risco à população ou conflitos, o proprietário/responsável poderá recorrer a um pedido de análise a ser efetuada pelo CDM, bem como apresentar, no ato, a anuência da vizinhança aprovando a instalação da mesma.

Parágrafo único. Em caso de parecer favorável à permissão da atividade, o proprietário deverá celebrar com o órgão municipal responsável o termo de conduta de valor jurídico, em que o responsável pela empresa deverá assumir danos ou conflitos causados à população e ao meio ambiente natural.

CAPÍTULO III
DA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

SEÇÃO I
DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

Art. 21 Os índices urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada zona urbana serão aqueles expressos nos Anexos II a VI, onde são estabelecidos:

- I - Área Mínima do Lote;
- II - Coeficiente de Aproveitamento;
- III - Recuo Mínimo;
- IV - Taxa de Ocupação;
- V - Altura Máxima e Número de Pavimentos;
- VI - Taxa de Permeabilidade;
- VII - Testada Mínima do Lote;

SEÇÃO II
DA ÁREA MÍNIMA DO LOTE

Art. 22 Área mínima do lote é o índice que define a dimensão da frente do lote, definida pela distância entre suas divisas e laterais, medida no alinhamento predial, normalmente estabelecida segundo a zona de localização, conforme parâmetro definido nos Anexos II a VI desta Lei.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

SEÇÃO III
DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

Art. 23 Coeficiente de Aproveitamento (CA) é o índice urbanístico que define o potencial construtivo do lote sendo calculado mediante a multiplicação da área total do terreno pelo CA, da zona em que se situa, não sendo computáveis:

- I - subsolo destinado à garagem e ao uso comum da edificação, e um pavimento de garagem localizado acima do térreo;
- II - pavimentos sob pilotis de uso comum, devendo estar abertos e livres, no mínimo, em 80% (oitenta por cento) de sua área;
- III - sobreloja, quando integrada ao pavimento térreo (mezanino), desde que não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) da área deste pavimento;
- IV - parque infantil e outros equipamentos de lazer ao ar livre, implantados ao nível natural do terreno ou no terraço da edificação;
- V - áreas de estacionamento de veículos, quando descobertas;
- VI - casa de máquinas e de bombas, reservatórios e centrais de condicionadores de ar, quando instaladas na cobertura da edificação;
- VII - sacadas privativas, desde que não vinculadas às dependências de serviço e com área inferior a 5% da área do pavimento onde estiver situada;
- VIII - ático ou andar de cobertura, de uso comum, desde que a área coberta não ultrapasse 1/3 (um terço) da superfície do último pavimento da edificação;
- IX - projeções de cobertura e alpendres, ambos em balanço, com no máximo 6m (seis metros) de balanço e 60m² (sessenta metros quadrados) de área, limitados em seu fechamento em apenas uma lateral, independentemente de seu uso ou de sua base pavimentada.

Parágrafo único. No cálculo dos coeficientes de aproveitamento adotam-se duas casas decimais, sem arredondamentos, e para o cálculo do número de pavimentos deve-se adotar apenas a parte inteira desprezando-se os decimais.

Art. 24 O Coeficiente de Aproveitamento divide-se em:

- I - Coeficiente de Aproveitamento mínimo - (CA mín.) refere-se ao parâmetro mínimo de ocupação do solo, para fins de caracterizar a subutilização do imóvel na aplicação dos instrumentos de cumprimento da função social da propriedade;
- II - O Coeficiente de Aproveitamento máximo - (CA máx.) refere-se ao índice construtivo permitido para a zona.

§ 1º As edificações em solo urbano poderão se utilizar do coeficiente de aproveitamento máximo mediante a outorga onerosa do direito de construir, quando exigido.

§ 2º As edificações destinadas a hotéis, pousadas e habitações de interesse social, poderão utilizar o coeficiente de aproveitamento definido para a zona sem a outorga onerosa do direito de construir.

SEÇÃO IV
DO RECUO MÍNIMO

Art. 25 Recuo Mínimo - é a menor distância entre edificação e limite do lote.

Art. 26 Os terrenos de esquina, para efeito de recuos frontais, serão considerados de duas ou mais frentes.

Art. 27 Obrigam-se às construções em subsolo somente os recuos de frente.

Art. 28 Entre duas construções no mesmo terreno deverá ser observado o dobro dos afastamentos laterais ou de fundo a que estiverem sujeitas as edificações, quando houver aberturas, face das disposições previstas nessa Lei.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

Art. 29 Em edificações de até 2 (dois) pavimentos, quando não houver aberturas para ventilação e iluminação voltadas às divisas laterais ou de fundo do terreno, são dispensados os recuos das laterais e do fundo.

Art. 30 Em edificações para fins comerciais e de serviços localizadas na zona ZCS é dispensável o recuo frontal para o pavimento térreo e 1º e 2º pavimentos, inclusive da parte residencial superior, respeitadas as demais normas de edificação estabelecidas para as ZCS.

Art. 31 Em caso de poços de iluminação e ventilação a menor dimensão do poço será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) ou $h/8$, onde "h" representa a altura do edifício, prevalecendo a dimensão que for maior.

Art. 32 Nos terrenos de esquina, para efeito do recuo lateral, será considerada como frente do terreno a menor dimensão e será dispensado do recuo lateral mínimo obrigatório caso a maior dimensão do terreno seja inferior a 20m (vinte metros).

Parágrafo único. Em casos onde uma das construções se caracterizar como complementar ou de apoio à outra, como em edículas, depósitos e similares, o afastamento mínimo entre as construções será igual ao afastamento lateral ou de fundo a que estiverem sujeitos os edifícios, face das disposições desta Lei.

Art. 33 Em terrenos com frente para duas ou mais vias que se caracterizam por zonas de uso e ocupação diferentes, prevalecem os critérios da zona de menor coeficiente de aproveitamento, salvo os terrenos de esquinas, onde prevalece o coeficiente de aproveitamento da testada principal.

SEÇÃO V
DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Art. 34 Taxa de Ocupação (TO) corresponde ao índice urbanístico que limita a máxima projeção ortogonal possível da área construída sobre o lote em questão, onde não serão computados no seu cálculo os seguintes elementos da construção:

- I - piscinas, parque infantil, jardins e outros espaços de lazer ao ar livre, implantados ao nível natural do terreno;
- II - pérgulas;
- III - marquises;
- IV - beirais de até 80 cm (oitenta centímetros);
- V - sacadas e balcões com até 1,20m (um metro e vinte centímetros) de profundidade, engastados em até 2 (dois) lados da edificação e com área inferior a 5% (cinco por cento) da área do pavimento onde estiverem situados;
- VI - estacionamentos descobertos;
- VII - projeções de cobertura e alpendres, ambos em balanço, com no máximo 6m (seis metros) de balanço e 60m² (sessenta metros quadrados) de área, limitados em seu fechamento em apenas uma lateral, independentemente de seu uso ou de sua base pavimentada.

SEÇÃO VI
DA ALTURA MÁXIMA E NÚMERO DE PAVIMENTOS

Art. 35 A altura máxima e o número máximo de pavimentos das edificações, qualquer que seja sua natureza, são estabelecidos por zona e obedecerão ao disposto nos Anexos II a VI desta Lei.

- I - a altura máxima inclui todos os elementos construtivos da edificação situados acima do nível do meio-fio do logradouro e será medida a partir do ponto médio da testada do lote, com exceção do disposto §1º;
- II - os pavimentos destinados a garagem em subsolo, não serão computados para efeito do número máximo de pavimentos;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

III - o primeiro pavimento em subsolo poderá ser apenas semienterrado, desde que o piso do pavimento imediatamente superior não fique acima da cota de + 1,5m (mais um metro e cinquenta centímetros) em relação ao ponto mais baixo do meio-fio do logradouro, correspondente à testada do lote;

IV - nos terrenos em declive, o cálculo da altura das edificações inclui todos os pavimentos, inclusive os situados abaixo do nível do meio-fio, e será contada a partir do piso do pavimento mais baixo da edificação.

§ 1º Do cômputo da altura máxima das edificações ficam excluídas as caixas d'água, caixas de escada e compartimentos destinados a equipamentos mecânicos.

§ 2º Em lotes de esquinas ou lotes onde existem duas ou mais testadas, o proprietário poderá a seu critério optar pela testada a qual será aplicada as normas deste artigo.

§ 3º Os casos não previstos serão objeto de análise especial por parte do órgão municipal responsável pelo planejamento urbano e aprovação de projetos.

SEÇÃO VII
DA TAXA DE PERMEABILIDADE

Art. 36 Considera-se taxa de permeabilização a área descoberta e permeável do terreno, em relação a sua área total, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana, conforme parâmetro definido nos Anexos desta Lei.

SEÇÃO VIII
DA TESTADA MÍNIMA DO LOTE

Art. 37 A testada mínima do lote é o índice que define a largura do terreno (incluindo os muros laterais, se existirem), sendo o comprimento da linha que separa o logradouro público da propriedade particular e que coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo Município, normalmente estabelecido segundo a zona de localização, conforme definido nos Anexos II a VI.

CAPÍTULO IV
DA APROVAÇÃO

Art. 38 A aprovação de projetos, a concessão de alvará para construir, reformar ou ampliar edificações; bem como a concessão de alvarás de licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço somente poderão ocorrer em estreita observância às normas previstas nessa Lei.

Parágrafo único. Os alvarás de funcionamento para o exercício de atividades que contrariem as disposições contidas nessa Lei serão respeitados enquanto estiverem em vigor.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 39 Em todo edifício de uso residencial multifamiliar ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades de habitação será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- I - área de 6m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia;
- II - localização em área contínua, preferencialmente no térreo, devidamente isolada das vias de tráfego, locais de acesso e de estacionamento;
- III - não ocupar a área destinada ao recuo de frente do terreno.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

Art. 40 Em todos os edifícios para uso residencial multifamiliar, comercial e prestador de serviços será obrigatória a construção de áreas de estacionamento para veículos em conformidade com o Anexo VII da presente Lei.

Art. 41 Em terrenos situados na direção dos feixes de micro-ondas dos sistemas de telecomunicações, o gabarito da edificação será definido pela presente Lei e ou exigido pela concessionária do serviço, prevalecendo o de menor altura.

Art. 42 O remembramento de terrenos que se situam em zonas de uso e ocupação solo diferentes, somente poderá ser aprovado se houver parecer técnico favorável expedido pelo órgão competente de planejamento do Poder Executivo Municipal e aprovação do CDM.

Art. 43 A construção de edifício para uso residencial multifamiliar, vertical ou horizontal, em terrenos com área igual ou superior a dez mil metros quadrados, deve obedecer às seguintes condições:

- I - existência de rede de coleta de esgotos, rede de abastecimento de água potável e rede de energia elétrica;
- II - quando exigido pela Prefeitura, deve ser criada via pública, com dimensão conforme à hierarquia do tipo de via definida pela Lei Municipal do Sistema Viário, contornando todo ou parte do perímetro do terreno, para dar continuidade ao sistema viário existente ou de previsão futura;
- III - sejam construídas as vias previstas no Sistema Viário Básico do Município.

Art. 44 Na área urbana do distrito sede do Município, para a aprovação de edificação ou conjunto de edificações com área construída superior a 5000 m² (cinco mil metros quadrados), será obrigatório apresentar ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, elaborado pelo órgão competente de planejamento do Poder Executivo Municipal e aprovado pelo CDM, sem prejuízo das demais exigências desta Lei.

Art. 45 Só serão permitidas edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos nos terrenos que satisfaçam as seguintes condições:

- I - façam frente para a via pública regular, pavimentada, provida de calçadas, guias e sarjetas e rede de galerias de águas pluviais;
- II - sejam atendidas por rede de energia elétrica, rede de coleta de esgotos sanitários e rede de água potável.

Art. 46 As obras ou edificações de iniciativa do Poder Público, cuja localização dependa essencialmente da proximidade de fatores ligados ao meio ambiente, à densidade demográfica, de aproveitamento da infraestrutura urbana, entre outros, poderão situar-se nas mais diversas zonas de uso, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal, observadas as medidas de segurança, resguardo e sossego da população da circunvizinhança.

Art. 47 O potencial construtivo situado entre o coeficiente de aproveitamento básico e o coeficiente de aproveitamento máximo será adquirido ao Poder Executivo Municipal e/ou terceiros em acordo com o previsto na Lei do Plano Diretor Municipal.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 Sem prejuízo de outras penalidades, o Poder Executivo Municipal embargará e tomará as medidas judiciais cabíveis para a demolição das construções iniciadas em desacordo com esta Lei.

Art. 49 Quando necessário o Poder Executivo Municipal poderá determinar áreas não edificáveis para fins de passagem de redes de água, esgotos e águas pluviais bem como instalação de outros equipamentos urbanos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

Art. 50 As delimitações das zonas e as alterações de uso e ocupação do solo urbano poderão ser revistas e atualizadas mediante projeto de lei, após parecer favorável do CDM.

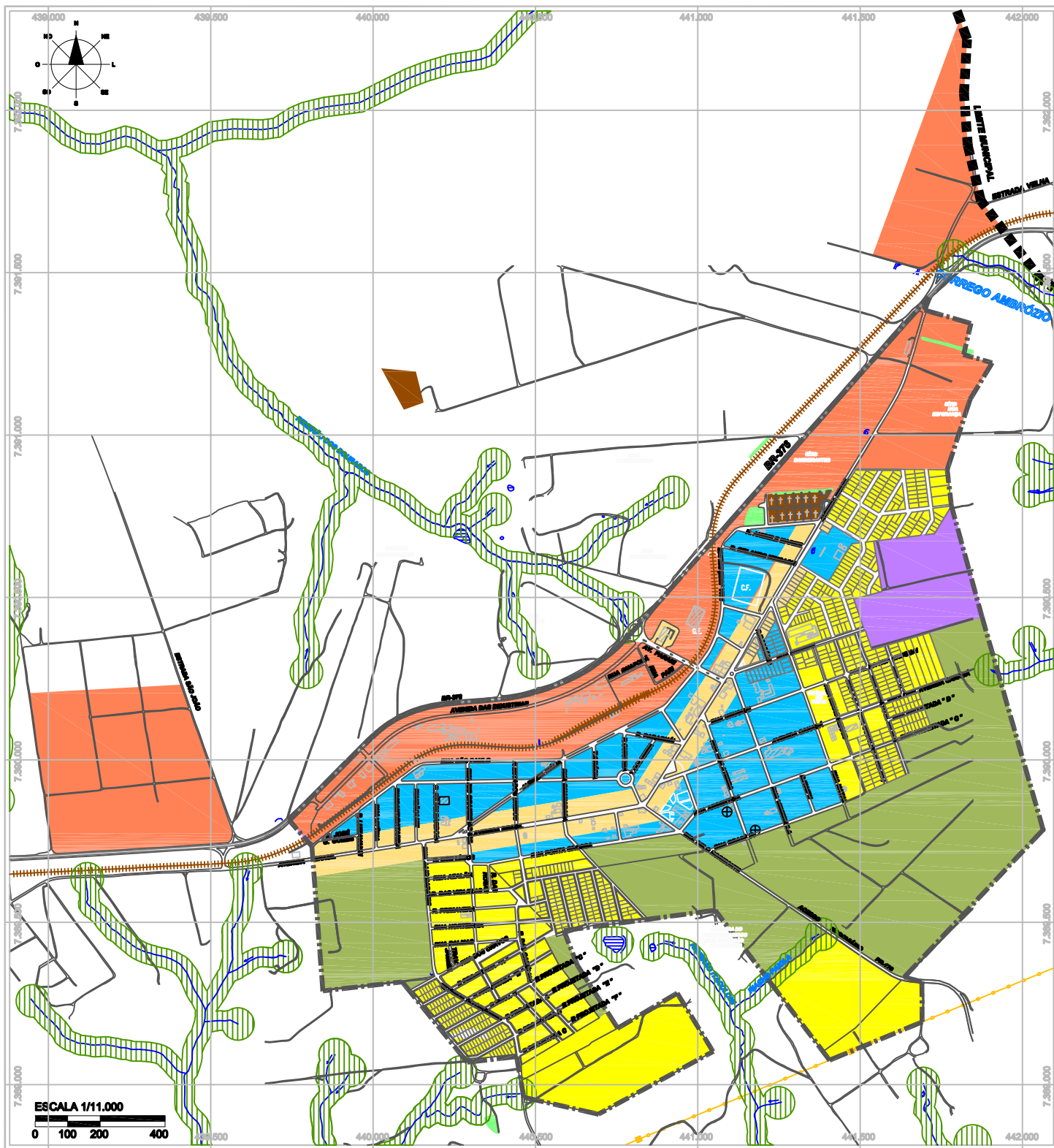
Art. 51 Os ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA serão elaborados nos termos que requer a Lei do Plano Diretor Municipal.

Art. 52 Os casos omissos e as dúvidas de interpretação decorrentes da aplicação desta Lei serão apreciados pelo órgão municipal de planejamento, ouvido o CDM.

Art. 53 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de Cambira
aos de de 2010

MARIA NEUSA RODRIGUES BELLINI
Prefeita Municipal



LEGENDA

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| FERROVIA | ZONA INDUSTRIAL |
| CORPOS D'ÁGUA | ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS |
| LINHA DE ALTA TENSÃO | ZONA DE CONTROLE AMBIENTAL |
| PRESERVAÇÃO PERMANENTE | ZONA RESIDENCIAL I |
| PEDREIRA DEBATIVADA | ZONA RESIDENCIAL II |
| PERÍMETRO URBANO PROPOSTO | ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL |
| LIMITE MUNICIPAL | ZONA DE EXPANSÃO URBANA |
| ÁREAS COM REMANESCENTES FLORESTAIS | |

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

<p>Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL Zonamento Urbano Anexo I</p>		<p>Data: 2010</p>
<p>Consultoria contratada: DRZ - Gestão de Cidades</p>		<p> www.drz.com.br</p>
<p>Responsável Técnico: Luciana Quevedo Nunes</p>		<p>CREA-RS 1044664/D - 04482/VPR</p>



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO II – TABELA DE USO E OCUPAÇÃO (ZR-1)

ZONA RESIDENCIAL 1			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3 H4	H5	H2
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1	E2	E3
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1	CS2	CS3 CS4
INDUSTRIAL	I1	I2	I3 I4
OCUPAÇÃO			
Altura Máxima (m)			16
Área Mínima do Lote (m ²)			300
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Coeficiente de Aproveitamento	Mínimo	0,1	
	Básico	1	
	Máximo	2	
Recuo Mínimo	Frente	3,0	
	Lateral	1,5	
	Fundo	1,5	
Taxa de Ocupação (%)	Base	70	
	Torre	50	
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra	12	
	Esquina	13,5	

NOTAS:

1. H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa.
2. Para regularização na área já consolidada fica permitida a subdivisão nas construções geminadas já existentes com frente mínima de 6 m (seis metros) e área mínima de terrenos de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados).
3. Fica permitida a regularização das subdivisões existentes, quando a área mínima for de 180m² (cento e oitenta metros quadrados) e testada mínima de 7m (sete metros), ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), com área mínima de 200m² (duzentos metros quadrados).
4. Regularização das construções existentes: vide artigo 29, § 3º do Código de Obras.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO III – TABELA DE USO E OCUPAÇÃO (ZR-2)

ZONA RESIDENCIAL 2			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3 H4	H5	H2
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1	E2	E3
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1	CS2	CS3 CS4
INDUSTRIAL	I1	I2	I3 I4
OCUPAÇÃO			
Altura Máxima (m)			12
Área Mínima do Lote (m ²)			200
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Coeficiente de Aproveitamento	Mínimo	0,1	
	Básico	1	
	Máximo	1	
Recuo Mínimo	Frente	3,0	
	Lateral	1,5	
	Fundo	1,5	
Taxa de Ocupação (%)	Base	70	
	Torre	-	
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra	10	
	Esquina	13,5	

NOTAS:

1. H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa.
2. Para regularização na área já consolidada fica permitida a subdivisão nas construções geminadas já existentes com frente mínima de 6 m (seis metros) e área mínima de terrenos de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados).
3. Fica permitida a regularização das subdivisões existentes, quando a área mínima for de 180m² (cento e oitenta metros quadrados) e testada mínima de 7m (sete metros), ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), com área mínima de 200m² (duzentos metros quadrados).
4. Regularização das construções existentes: vide artigo 29, § 3º do Código de Obras.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO IV – TABELA DE USO E OCUPAÇÃO (ZCS)

ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3 H5	H3	H4
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1 E2	E3	
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1 CS2	CS3 CS4	
INDUSTRIAL	I1	-	I2 I3 I4
OCUPAÇÃO			
Altura Máxima (m)			12
Área Mínima do Lote (m²)			300
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Coeficiente de Aproveitamento	Mínimo		0,1
	Básico		2
	Máximo		2,5
Recuo Mínimo	Frente		3,0
	Lateral		1,5
	Fundo		1,5
Taxa de Ocupação (%)	Base		70
	Torre		50
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra		10
	Esquina		13

NOTAS:

1. H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO V – TABELA DE USO E OCUPAÇÃO (ZI)

ZONA INDUSTRIAL			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2	H3	H4 H5
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1 E2	-	E3
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1 CS2	CS3	CS4
INDUSTRIAL	I1	I2	I3 I4
OCUPAÇÃO			
Altura Máxima (m)			16
Área Mínima do Lote (m²)			300
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Coeficiente de Aproveitamento	Mínimo	0,1	
	Básico	1	
	Máximo	1,5	
Recuo Mínimo	Frente	5,0	
	Lateral	1,5	
	Fundo	1,5	
Taxa de Ocupação (%)	Base	70	
	Torre	50	
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra	12	
	Esquina	13,5	

NOTAS:

1. H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO VI – TABELA DE USO E OCUPAÇÃO (ZEIS)

ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3 H4	-	H5
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1	E2	E3
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1	CS2	CS3 CS4
INDUSTRIAL	-	-	I1 I2 I3 I4
OCUPAÇÃO			
Altura Máxima (m)			10
Área Mínima do Lote (m ²)			150
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Coeficiente de Aproveitamento	Mínimo	0,1	
	Básico	1	
	Máximo	1	
Recuo Mínimo	Frente	3,0	
	Lateral	1,5	
	Fundo	1,5	
Taxa de Ocupação (%)	Base	60	
	Torre	-	
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra	5,0	
	Esquina	6,0	

NOTAS:

1. H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa.

NOTAS GERAIS:

1. Em edificações de até 2 (dois) pavimentos, quando não houver aberturas para ventilação e iluminação voltadas para as divisas laterais e fundos do terreno, são dispensados os recuos laterais e do fundo, e quando se referir ao lote de esquina o recuo lateral obrigatório deverá estar voltado para a via, sendo permitida a construção de abrigo desmontável na área de recuo lateral;
2. Em edificações para fins comerciais e serviços é dispensável o recuo frontal para o pavimento térreo e 1º e 2º pavimentos, quando localizadas nas Zonas CS1, CS2 e CS3, incluindo as áreas residenciais dos pavimentos.
3. Entre duas construções no mesmo terreno, quando da existência de abertura destinada à iluminação e ventilação, deverá ser observado o dobro do afastamento lateral ou de fundo a que estiver sujeitas às edificações, face das disposições previstas nessa Lei;
4. Em casos onde uma das construções se caracterizar como complementar ou de apoio à outra, como em edículas, depósitos e similares, o afastamento mínimo entre as construções será igual ao afastamento lateral ou de fundo a que estiverem sujeitas as edificações, face das disposições desta Lei;
5. Em caso de poços de iluminação e ventilação a menor dimensão do poço será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), com área mínima de 4,50m² (quatro metros e



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

- cinquenta centímetros), ou $H/8$, onde "H" representa a altura do edifício, prevalecendo a dimensão que for maior;
6. Em casos de edifícios de mais de dois pavimentos os recuos mínimos de lateral e fundos será $H/8$, onde "H" representa a altura do edifício, com o mínimo de recuo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO VII - TABELA – VAGAS PARA ESTACIONAMENTO

TIPOLOGIA	NÚMERO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	OBSERVAÇÕES
Residência Unifamiliar	1 vaga	x
Residência Geminada	1 vaga para cada unidade residencial	x
Residência em Série ou Habitação Coletiva	1 vaga para cada 120 m ² de área construída ou 1 vaga por unidade residencial.	x
Comércio e Prestação de Serviços	1 vaga para cada 50 m ² de área de comercialização	Dispensado para edificações térreas de até 120 m ²
Supermercado e Similares	1 vaga para cada 25 m ² de área de comercialização	Independente da área de estacionamento para serviço
Comércio Atacadista e Empresa de Transporte	1 vaga a cada 150 m ² de área construída.	Independente da área reservada para descarga
Estabelecimentos Hospitalares até 50 leitos	1 vaga para cada 3 leitos	Independente da área de estacionamento para serviço
Estabelecimentos Hospitalares acima de 50 leitos	1 vaga para cada 6 leitos	Independente da área de estacionamento para serviço
Edificações reservadas para Teatros, Cultos e Cinemas	1 vaga para cada 75 m ² que exceder 200 m ² de área construída.	x
Estabelecimento de Ensino e Congêneres	1 vaga para cada 75 m ² construídos	x
Hotéis e Pensões	1 vaga para cada 3 unidades de alojamento.	Dispensado para edificações de até 200 m ² .
Instituições Bancárias	1 vaga para cada 50 m ² de área construída.	x
Oficina Mecânica e Funilaria	1 vaga para cada 40 m ² que exceder 100 m ² de área construída.	x
Clube Recreativo, Esportivo e Associações	1 vaga para cada 50 m ² de área construída	x



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

**ANEXO VIII - CLASSIFICAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES URBANAS -
COMERCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ÍNDICES DE RISCO AMBIENTAL E
FONTES POTENCIAIS DE POLUIÇÃO**

COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ÍNDICES
Padaria com forno à lenha	1,0
Padaria com forno elétrico	0,5
Pastelaria, confeitaria, doceiras, sorveterias	0,5
Bares, botequins, cafés, lanchonetes	0,5
Restaurantes, pizzaria, churrascaria com forno à lenha	1,0
Restaurantes, pizzaria, churrascaria com forno elétrico	0,5
Preparação de refeições conservadas (inclusive supergeladas)	1,0
Fornecimento de refeições (cozinhas industriais)	1,0
Serviços de bufê com salão de festas	1,0
Varejões de verduras e legumes	0,5
Entrepósitos de produtos alimentícios (atacadista)	1,5
Comércio de carnes, aves, peixes e produtos do mar	0,5
Frigoríficos/armazenamento	1,5
Supermercados	1,0
Postos de abastecimento, troca de óleo e lavagem de veículos	1,0
Recondicionamento de pneumáticos (borracharia)	0,5
Reparação e manutenção de veículos automotores, exceto caminhões, tratores e máquinas pesadas	1,0
Reparação e manutenção de caminhões, tratores e afins	1,5
Retificação de motores	1,5
Tornearias	1,5
Garagens e estacionamento de transportes de carga e passageiros	1,5 a 2,0
Lava-rápidos e polimento de veículos	1,0
Dedetização e desinfecção (depósito)	1,0
Aplicação de sinteco, pintura de móveis (depósito)	1,0
Tinturarias e lavanderias	0,5 a 1,5
Estamparia e silk-scream	0,5 a 1,0
Comércio de gás liquefeito de petróleo (depósitos)	1,0
Armazenamento e engarrafamento de derivados de petróleo	1,5
Comércio de produtos químicos	1,0 a 1,5
Comércio de fogos de artifício	1,0 a 3,0
Comércio de areia e pedra	1,5
Tapeçaria e reforma de móveis	1,0
Jateamento de superfícies metálicas ou não-metálicas, exceto paredes	2,0
Laboratório de análises clínicas	1,0
Laboratório de radiologia e clínicas radiológicas	1,0
Laboratório de prótese dentária	1,0
Reparação e manutenção de equipamentos hospitalares, ortopédicos e odontológicos	1,0
Hospitais, clínicas e prontos-socorros	1,0
Hotéis que queimem combustível líquido ou sólido	1,5
Laboratório de ótica e prótese	0,5
Hospitais e clínicas veterinárias	1,0
Farmácias de manipulação	0,5
Comércio de produtos farmacêuticos, medicinais e perfumaria	0,5
Estúdios fotográficos e correlatos	0,5 a 1,0
Reparação e manutenção de equipamentos industriais, gráficos, etc.	1,5
Reparação e manutenção de aparelhos elétricos e eletrônicos	0,5
Consertos e restauração de jóias	1,0
Conserto e fabricação de calçados sem prensa hidráulica e sem corte	0,5
Conserto e fabricação de calçados com prensa hidráulica e com corte	1,5
Pintura de placas e letreiros	1,0 a 1,5



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ÍNDICES
Dragagem e terraplanagem - pátio, estacionamento e oficina	2,0
Coletores de entulho (caçambeiros) - pátio, estacionamento e oficina	2,0
Serviços de funilaria e pintura para automóveis, camionetes, vans e motos, com instalação de equipamentos de retenção de particulados e odores	1,5
Serviços de funilaria e pintura para ônibus, microônibus, caminhões, tratores e máquinas agrícolas, com instalação de equipamentos de retenção de particulados e odores	2,0



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO IX - CLASSIFICAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES URBANAS - INDUSTRIAIS
- ÍNDICES DE RISCO AMBIENTAL E FONTES POTENCIAIS DE
POLUIÇÃO

INDÚSTRIA	ÍNDICES
Indústria de Extração e Tratamento de Minerais	
Atividade de extração, com ou sem beneficiamento de minerais sólidos, líquidos ou gasosos, que se encontrem em estado natural	2,0
Indústria de Produtos Minerais Não-Metálicos	
Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras	1,5
Britamento de pedras	2,0
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive cerâmica	1,5
Fabricação de material cerâmico	2,0
Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento, gesso e amianto	1,5
Beneficiamento e preparação de minerais não metálicos, não associados à extração	2,0
Fabricação e elaboração de produtos diversos de minerais não metálicos	1,5
Indústria Metalúrgica	
Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial e galvanotécnico	2,0
Serralheria, fabricação de artefatos metálicos com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou esmaltação	2,0
Serralheria, fabricação de artefatos metálicos sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico, pintura por aspersão e esmaltação	1,5
Fabricação de outros artigos de metal, não especificados ou não classificados com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou esmaltação.	2,0
Fabricação de outros artigos de metal, não especificados ou não classificados sem tratamento químico superficial, galvanotécnico, pintura por aspersão e esmaltação.	1,5
Estamparia, funilaria e latoaria, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação	2,0
Estamparia, funilaria e latoaria, sem tratamento químico superficial, galvanotécnico, pintura por aspersão, aplicação de verniz e esmaltação	1,5
Indústria Mecânica	
Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios com tratamento térmico e/ou tratamento galvanotécnico e/ou fundição	2,0
Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios com tratamento térmico, tratamento galvanotécnico e fundição	1,5
Indústria de Madeira	
Serrarias	1,5
Desdobramento de madeira, exceto serrarias	1,5
Fabricação de estruturas de madeira e artigos de carpintaria	1,5
Fabricação de artefatos de madeira	1,5
Fabricação de artigos de madeira para usos doméstico, industrial e comercial	1,5
Fabricação de molduras e execução de obras de talha, exclusive artigos de mobiliário	1,0
Artigos de Mobiliário	
Fabricação de móveis de madeira, vime e junco	1,5
Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com lâminas plásticas, inclusive estofado	1,5
Fabricação de artigos de colchoaria	1,0
Fabricação de armários embutidos de madeira	1,5
Fabricação de acabamento de artigos diversos do mobiliário	1,5
Fabricação de móveis e artigos do mobiliário, não especificados	1,5
Indústria da Borracha	
Vulcanização a vapor de pneus	2,0
Vulcanização elétrica de pneus	1,5
Todas as atividades de beneficiamento e fabricação da borracha natural e de artigos de borracha em geral	2,0



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

INDÚSTRIA	ÍNDICES
Indústria de Couros e Produtos Similares	
Secagem e salga de couros e peles	2,0
Curtimento e outras preparações de couros	3,0
Indústria Química	
Todas as atividades de fabricação de produtos químicos	3,0
Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinário	
Todas as atividades industriais de fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários	3,0
Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	
Fabricação de produtos de perfumaria	2,0
Fabricação de sabões, detergentes e glicerina	3,0
Fabricação de velas	2,0
Indústria de Produtos de Matérias Plásticas	
Todas as atividades industriais que produzam artigos diversos de material plástico, injetados, extrudados, laminados prensados, e outras formas, exceto fabricação de resinas plásticas	1,5
Indústria Têxtil	
Beneficiamento de fibras têxteis vegetais	2,5
Beneficiamento de fibras artificiais sintéticas	2,0
Beneficiamento de fibras têxteis de origem animal	2,5
Fabricação de estopa, de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis	1,5
Fiação, fiação e tecelagem, tecelagem	2,0
Malharia e fabricação de tecidos elásticos	1,5
Fabricação de tecidos especiais	2,0
Acabamento de fios e tecidos não processados em fiação e tecelagens	2,5
Fabricação de artefatos têxteis produzidos nas fiações e tecelagens	1,5
Indústria do Vestuário e Artefatos de Tecidos	
Todas as atividades industriais ligadas à produção de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuário não produzidos nas fiações e tecelagens	1,0
Indústria de Produtos Alimentares	
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares	2,0
Refeições conservadas, conservas de frutas, legumes e outros vegetais, fabricação de doces, exclusive de confeitaria e preparação de especiarias e condimentos	2,0
Abate de animais em matadouros, frigoríficos e charqueadas, preparação de conservas de carnes e produção de banha de porco e de outras gorduras domésticas de origem animal	2,5
Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios	2,0
Fabricação e refinação de açúcar	2,0
Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, dropes, bombons e chocolates, etc.	1,5
Fabricação de massas alimentícias e biscoitos	1,5
Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais	2,5
Fabricação de sorvetes, bolos e tortas gelados, inclusive coberturas	2,0
Preparação de sal de cozinha	1,5
Fabricação de vinagre	2,0
Fabricação de gelo, exclusive gelo seco	1,5
Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, inclusive farinha de carne, sangue, osso, peixe e pena.	3,0
Indústria de Bebidas	
Fabricação de aguardente, licores e outras bebidas alcoólicas	2,0
Fabricação de bebidas não alcoólicas, inclusive engarrafamento e gaseificação de água mineral	2,0
Destilação de álcool	2,0
Extração de polpa e suco natural	1,5
Indústria Editorial e Gráfica	
Todas as atividades da indústria editorial e gráfica	1,5



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

INDÚSTRIA	ÍNDICES
Outras Fontes de Poluição	
Usinas de produção de concreto e concreto asfáltico	1,5
Usinas de produção de álcool	2,5
Atividades que utilizem incinerador ou outro dispositivo para queima ou tratamento de lixo e materiais ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos	2,5
Fabricação de brinquedos	1,5
Fabricação de instrumentos musicais	1,5
Fabricação de escovas, brochas, vassouras e afins	1,0
Preparação de fertilizantes e adubos	1,5
Beneficiamento de sementes	2,0



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO X - GLOSSÁRIO

ACRÉSCIMO – aumento de área construída de uma edificação, quer no sentido horizontal ou vertical.

ALINHAMENTO - linha projetada e locada ou indicada pela Prefeitura para marcar o limite entre o lote do terreno e o logradouro público.

ALTURA DA EDIFICAÇÃO - é a distância medida entre o nível do piso do pavimento térreo até o teto do último pavimento.

ÁREA CONSTRUÍDA OU ÁREA DE CONSTRUÇÃO – é área total de todos os pavimentos de um edifício, incluídos os espaços ocupados pelas paredes.

ÁREA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO - é o limite de área de construção que pode ser edificada em um terreno urbano.

ÁREA MÍNIMA DE TERRENO POR UNIDADE HABITACIONAL – é a fração de área de terreno necessária a cada unidade habitacional.

ÁREA URBANA - é aquela contida dentro do perímetro urbano.

ÁREA ÚTIL - é a superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.

BALANÇO - é o avanço da edificação sobre o alinhamento do pavimento térreo e acima deste, ou qualquer elemento que, tendo seu apoio no alinhamento das paredes externas, se projete além delas.

COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO - é o número que multiplicado pela área do terreno define o direito de construir do proprietário.

COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO - é o número que multiplicado pela área do terreno estabelece a área máxima edificável na propriedade e só atingida mediante a aquisição de direito de construir do Poder Executivo Municipal e/ou de terceiros.

EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança.

FACHADA - elevação das partes externas de uma construção.

FRENTE MÍNIMA NORMAL - é a dimensão mínima da testada de um terreno não caracterizado como esquina.

FRENTE MÍNIMA ESQUINA - é a dimensão mínima das testadas de um terreno que possua duas ou mais testadas contínuas voltadas para vias públicas.

GABARITO DA EDIFICAÇÃO - é a altura máxima das edificações definida através da altura da edificação e do número máximo de pavimentos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

LOTE - parcela do terreno contida em uma quadra, resultante de um loteamento, desmembramento ou remembramento, com pelo menos uma divisa lindeira a logradouro público, e descrita por documento legal

OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO - é a maneira pela qual a edificação pode ocupar o terreno urbano, em função dos índices urbanísticos incidentes sobre o mesmo.

PAVIMENTOS - cada um dos planos horizontais de um edifício destinados a uma utilização efetiva.

PÉ-DIREITO - é a distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento.

PLATIBANDA - é o prolongamento das paredes externas, acima do último teto de uma edificação.

RECUO FRONTAL - a menor distância entre o plano da fachada da edificação a testada do terreno.

RECUO LATERAL - a menor distância entre o plano da fachada da construção às divisas laterais do terreno.

RECUO DE FUNDO - a menor distância entre o plano da fachada da edificação às divisas de fundos do terreno.

SUBSOLO - área da edificação cuja altura de sua laje superior estiver, no máximo, a um metro e vinte centímetros acima da cota mínima do terreno, sendo esta, a menor cota do passeio público em relação ao terreno.

TAXA DE OCUPAÇÃO - valor expresso em porcentagem e que define a porção da área do terreno que pode ser ocupada pela projeção, em planta, da totalidade das edificações sobre o terreno.

TERRAÇO - é a cobertura de uma edificação ou parte da mesma, utilizada como piso.

TESTADA DE LOTE - comprimento da linha que separa o logradouro público da propriedade particular e que coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo município.

USO DO SOLO URBANO - é o tipo de atividade desenvolvida no imóvel urbano.

ZONAS - cada uma das unidades territoriais que compõe o zoneamento e para as quais são definidos os usos e as normas para se edificar no terreno urbano.

VEGETAÇÃO NATIVA - floresta ou outra formação florística com espécies predominantemente autóctones, em clímax ou em processos de sucessão ecológica natural.

ZONEAMENTO - é a divisão da área urbana em zonas de uso e ocupação do solo.

3. ANTEPROJETO DE LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES (Art. 1º ao Art. 7º)

CAPÍTULO II

DO PARCELAMENTO DO SOLO POR LOTEAMENTO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 8º)

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O LOTEAMENTO (Art. 9º ao Art. 11)

SEÇÃO III

DO PROJETO DE LOTEAMENTO (Art. 12)

SEÇÃO IV

DA APROVAÇÃO DO PLANO DE LOTEAMENTO (Art. 13 ao Art. 20)

SEÇÃO V

DO LOTEAMENTO FECHADO (Art. 21 ao Art. 31)

SEÇÃO VI

DO LOTEAMENTO EM ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA (Art. 32 e Art. 33)

CAPÍTULO III

DO PARCELAMENTO DO SOLO POR DESMEMBRAMENTO OU DESDOBRO (Art. 34 ao Art. 36)

CAPÍTULO IV

DO REMEMBRAMENTO (Art. 37)

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES PENAIAS (Art. 38 e Art. 39)

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 40 ao Art. 47)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

LEI COMPLEMENTAR N.º.

SÚMULA: Dispõe sobre o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cambira, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade disciplinar o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos, sendo elaborada na observância da Lei Federal nº. 6.766/79, modificada pela Lei Federal nº. 9.785/99, Lei Federal nº. 10.932/04, Código Florestal e suas alterações, Resolução nº. 369 do CONAMA, Lei nº. 11.483/07, Lei do Plano Diretor Municipal e demais normas federais e estaduais relativas à matéria e visando assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Art. 2º Considera-se parcelamento do solo, para fins urbanos, toda subdivisão de gleba ou lote em dois ou mais lotes destinados à edificação, chácaras ou sítios de recreio, sendo realizado através de loteamento, desmembramento ou desdobro.

Art. 3º O disposto na presente Lei obriga não só os loteamentos, desmembramentos, desdobros e remembramentos realizados para a venda, o melhor aproveitamento dos imóveis, como também os efetivados em inventários, por decisão amigável ou judicial, para a extinção de comunhão de bens ou a qualquer outro título.

Art. 4º Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

- I - ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- II - ÁREA OU ZONA URBANA - É a área de terra contida dentro do perímetro urbano, definido em lei específica complementar ao Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana;
- III - ZONA DE EXPANSÃO URBANA - É a área de terra contida ou não no perímetro urbano e não parcelada para fins urbanos;
- IV - ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA - É a área de terra, delimitada na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano ou por lei específica, destinada para fins urbanos específicos: chácaras de lazer ou recreio, vila rural, lotes industriais ou outros; localizada fora do perímetro urbano;
- V - ÁREAS PÚBLICAS - São as áreas de terras a serem doadas ao Município para fins de uso público em atividades culturais, cívicas, esportivas, de saúde, educação, administração, recreação, praças e jardins;
- VI - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - É a área de terra a ser doada ao Município a fim de proteger o meio ambiente natural, compreendendo, entre outras, a critério do Poder Executivo Municipal, os fundos de vales e as reservas florestais;
- VII - ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP) - É a área definida nos artigos 2º e 3º do da Lei Federal nº. 4.771/65 - Código Florestal;
- VIII - ÁREA DE LAZER - É a área de terra a ser doada ao Município destinada às praças, parques, jardins e outros espaços destinados à recreação da população;
- IX - ARRUAMENTO - Considera-se como tal a abertura de qualquer via ou logradouro destinado à utilização pública para circulação de pedestres ou veículos;
- X - ÁREA *NON AEDIFICANDI* - É área de terra onde é vedada a edificação de qualquer natureza;
- XI - CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- XII - DESDOBRO OU DESMEMBRAMENTO - É o parcelamento do solo urbano efetuado pela subdivisão de um lote em mais lotes, destinados à edificação, com o aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias ou logradouros públicos nem no prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

- XIII - EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, esportes e lazer;
- XIV - EQUIPAMENTOS URBANOS - São os equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, fornecimento domiciliar e público de energia elétrica, coleta e destinação de águas pluviais, arborização e pavimentação de vias urbanas;
- XV - GLEBA - Área de terra que não foi ainda objeto de parcelamento do solo para fins urbanos;
- XVI - LOTE - Área de terra resultante de parcelamento do solo para fins urbanos;
- XVII - LOTEAMENTO - É o parcelamento do solo urbano efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
- XVIII - LOTEAMENTO FECHADO - É o parcelamento do solo efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes, com fechamento de seu perímetro e controle de acesso de não moradores;
- XIX - PERÍMETRO URBANO - É a linha de contorno que define a área ou a zona urbana, de expansão urbana e de urbanização específica;
- XX - PLANO DE LOTEAMENTO - É o conjunto de documentos e projetos que indica a forma pela qual será realizado o parcelamento do solo por loteamento;
- XXI - QUADRA - É a área de terra, subdividida em lotes, resultante do traçado do arruamento;
- XXII - REFERÊNCIA DE NÍVEL - É a cota de altitude tomada como oficial pelo Município;
- XXIII - REMEMBRAMENTO - É a unificação de lotes urbanos com aproveitamento do sistema viário existente.

Art. 5º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos quando o imóvel a ser parcelado localizar-se na Zona Urbana do Município, de Expansão Urbana ou em Zona de Urbanização Específica assim definidas em lei.

Art. 6º O uso, o aproveitamento, as áreas e as dimensões mínimas e máximas dos lotes serão regulados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, cujas normas deverão ser observadas em todo parcelamento e remembramento do solo.

Parágrafo único. Para fins de melhor aproveitamento da área, é admitida uma redução de até 3% (três por cento) das áreas e dimensões mínimas dos lotes fixados na Lei de Uso e Parcelamento do Solo, exceto nos lotes com 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados).

Art. 7º Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos, conforme Lei Federal nº. 6766/79, Lei nº. 10.932, Código Florestal e Resolução do CONAMA:

- I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações;
- II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública;
- III - em terrenos com declividade igual ou superior a trinta por cento, salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes;
- IV - em terrenos onde as condições geológicas não são aconselháveis à edificação;
- V - em áreas de Preservação Ambiental, assim definidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- VI - em áreas de riscos, assim definidas em lei municipal;
- VII - nas proximidades de nascentes, águas correntes e dormentes sejam qual for a sua situação topográfica;
- VIII - em terrenos situados em fundos de vales, essenciais para o escoamento natural das águas;
- IX - em faixa de 15m (quinze metros) para cada lado das faixas de domínio ou segurança de redes de alta tensão, ferrovias, rodovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais competentes;
- X - em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias adequadas à vida humana;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

XI - nas Vilas Rurais que deverão obedecer às características para as quais foram criadas.

CAPÍTULO II
DO PARCELAMENTO DO SOLO POR LOTEAMENTO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º O loteamento deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - as áreas a serem doadas ao Município, a título de Áreas Públicas, serão formadas, no mínimo, por:

- a) área para equipamentos comunitários ou urbanos;
- b) área de preservação ambiental, quando houver;
- c) área de lazer;
- d) área de arruamento;
- e) área non aedificandi, quando houver, inclusive das rodovias e ferrovias, nos termos da Lei Federal nº. 10.932/04 e da Lei Federal nº. 11.483/07.

II - as áreas públicas não serão inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da área total a ser parcelada e, em cada caso específico, serão fixadas pelo órgão competente de planejamento do Poder Executivo Municipal;

III - o somatório das áreas de terras destinadas à preservação ambiental, à implantação de equipamentos comunitários e de lazer não será inferior a 10% (dez por cento) da área total a ser parcelada;

IV - deverá ser executada via marginal de, no mínimo, 15m (quinze metros) de largura, limitando-se a faixa de preservação de nascentes, fundos de vales, córregos, ao longo das faixas de segurança das linhas de transmissão de energia e das faixas de domínio das rodovias, salvo disposição decorrente de estudos específicos;

V - o arruamento deverá observar as determinações da Lei Municipal do Sistema Viário, devendo articular-se com as vias adjacentes, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com o relevo do local;

VI - na zona urbana, salvo outra disposição do Plano Diretor Municipal ou em decorrência de estudos específicos sobre o lençol freático, as áreas de preservação ambiental ao longo dos cursos d'água e fundos de vales serão de, no mínimo, 30m (trinta metros) para cada lado das margens e, ao longo das nascentes de água, no mínimo, 50m (cinquenta metros), salvo os casos previstos na Resolução 369 do CONAMA, sendo o somatório dessas áreas computado como área pública a ser doada ao Município, observando-se uma redução de 50% (cinquenta por cento) no seu total;

VII - os cursos d'água não poderão ser modificados ou canalizados sem o consentimento do órgão competente do Poder Executivo Municipal e Estadual;

VIII - todos os loteamentos deverão ser dotados, pelo loteador, no mínimo, de guias e sarjetas, rede de galerias de águas pluviais e obras complementares necessárias à contenção da erosão, pavimentação asfáltica das vias, rede de abastecimento de água atendendo os dois lados da via, de fornecimento de energia elétrica e de iluminação pública, arborização de vias e a marcação das quadras e lotes e rede de coleta de esgoto;

IX - o comprimento da quadra não poderá ser superior a 150m (cento e cinquenta metros), exceto nos loteamentos para fins industriais, chácaras e sítios de recreio, quando a extensão da quadra poderá ser definida pela Prefeitura, atendendo as necessidades do sistema viário;

X - as áreas de terras localizadas sob linha de transmissão de energia elétrica serão computadas como área de arruamento.

§ 1º Nos loteamentos para fins industriais, chácaras e sítios de recreio a pavimentação asfáltica, a critério da Prefeitura poderá ser substituída por outra forma de revestimento.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

§ 2º No parcelamento em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) o prazo para a implantação das obras de infraestrutura poderá ser ampliado conforme Lei Federal nº. 11.445/2007, assim como poderá ser exigida somente a infraestrutura mínima, conforme previsto no Art. 6º da Lei Federal nº. 9.785/99:

- a) vias de circulação;
- b) escoamento das águas pluviais;
- c) rede de abastecimento de água potável;
- d) soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

§ 3º Quando necessário, a Prefeitura, com base em fundamentado e circunstanciado laudo técnico, determinará as obras e serviços a serem executados pelo interessado, previamente à aprovação do projeto de parcelamento do solo.

§ 4º Na execução de obras de terraplanagem, deverão ser implantados pelo empreendedor, os sistemas de drenagem necessários para preservar as linhas naturais de escoamento das águas superficiais, prevenindo a erosão, o assoreamento e as enchentes, conforme diretrizes expedidas pelo órgão municipal competente.

§ 5º No caso de loteamento industrial, poderá o CDM, permitir que, parte da área institucional a ser reservada ao uso público, seja doada ao Município fora dos limites do loteamento, em lugar aceito pelo Conselho, em lote vazio ou edificado e em valores equivalentes.

§ 6º As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamentos urbano e comunitário, em espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e coeficientes máximos de aproveitamento, conforme definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 7º Após a aprovação do loteamento, fica o loteador obrigado a transferir para a Prefeitura Municipal, quando do registro do loteamento, sem ônus para o Município, as áreas destinadas ao uso público.

SEÇÃO II
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O LOTEAMENTO

Art. 9º Para efetuar a proposta de parcelamento do solo, mediante loteamento, o proprietário do imóvel deverá solicitar ao órgão competente do Poder Executivo Municipal, sob o título de DIRETRIZES GERAIS, que defina as condições para o parcelamento do solo, apresentando para este fim, acompanhado de requerimento próprio, os seguintes elementos:

- I - título de propriedade do imóvel;
- II - certidão negativa da Fazenda Federal e Municipal, relativa ao imóvel;
- III - certidão de ônus reais relativos ao imóvel;
- IV - certidão negativa de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;
- V - sondagem e percolação de solo, apontando o nível do lençol freático;
- VI - cópia da planilha de cálculo analítico do levantamento topográfico do imóvel;
- VII - esquema preliminar do loteamento pretendido, indicando as vias de circulação, quadras e áreas públicas;
- VIII - plantas do imóvel, na escala 1:1000 (um para mil), sendo uma cópia em mídia digital e duas cópias apresentadas em papel, sem rasuras ou emendas, e assinadas pelo proprietário do imóvel e pelo profissional responsável pelos serviços de levantamento topográfico, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) divisas do imóvel, perfeitamente definidas e traçadas;
- b) localização dos cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques e árvores frondosas, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos e construções existentes;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

- c) curvas de nível, de metro em metro;
- d) orientação magnética e verdadeira do norte; mês e ano do levantamento topográfico;
- e) referência de nível;
- f) arruamento vizinho a todo perímetro da gleba, com localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, bem como suas respectivas distâncias ao imóvel que se pretende parcelar;
- g) pontos onde foram realizados os testes de percolação do solo.

IX - outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Sempre que necessário, o órgão competente do Poder Executivo Municipal poderá exigir a extensão do levantamento topográfico ao longo de uma ou mais divisas da gleba a ser loteada até o talvegue ou espigão mais próximo.

Art. 10 O órgão competente do Poder Executivo Municipal, em conformidade com as Instituições Legais Federal, Estadual e Municipal existentes, expedirá as DIRETRIZES GERAIS de loteamento, as quais fixarão:

- I - o imóvel é passível de ser parcelado ou arruado, em todo ou em partes;
- II - as características gerais do loteamento em relação ao uso e ocupação do solo;
- III - as vias de circulação existentes ou previstas que compõem o sistema viário da cidade e do município, que devem ser respeitadas pelo loteamento pretendido;
- IV - as áreas públicas a serem doadas ao município;
- V - os coletores principais de águas pluviais e esgotos, quando eles existirem ou estiverem previstos;
- VI - áreas *non aedificandi*, se houver;
- VII - o traçado e as respectivas dimensões do sistema viário principal do loteamento;
- VIII - as áreas de preservação ambiental de rios e nascentes, as linhas de alta tensão e telefônicas, as faixas de domínio de rodovias;
- IX - licença prévia ou protocolo de instalação do IAP;
- X - as obras de infraestruturas que deverão ser executadas pelo interessado e os respectivos prazos para execução.

§ 1º A reserva legal deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas no Código Florestal.

§ 2º O prazo máximo para o fornecimento das Diretrizes Gerais é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do protocolo de entrega de todos os documentos exigidos pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 As Diretrizes Gerais expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia de sua expedição, após o que estarão automaticamente prescritas e o processo iniciado arquivado.

SEÇÃO III
DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 12 Expedidas as diretrizes gerais, o proprietário do imóvel, caso deseje dar prosseguimento ao loteamento, deverá apresentar requerimento solicitando análise do PLANO DE LOTEAMENTO para a gleba, anexando para esse fim:

- I - PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO - apresentado através de desenhos na escala 1:1000 (um para mil), em 2 (duas) vias de cópias em papel, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) divisas do imóvel, perfeitamente definidas e traçadas;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

- b) arruamento vizinho a todo perímetro da gleba, com localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local;
- c) vias de circulação, existentes e projetadas, com as respectivas cotas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais;
- d) perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, nas seguintes escalas:
 - Longitudinal - escala horizontal 1:1000 (um para mil), escala vertical 1:100 (um para cem).
 - Transversal - escala 1:100 (um para cem).
- e) localização dos cursos d'água, lagoas e represas, canalizações especiais existentes e projetadas, áreas sujeitas a inundações, bosques e árvores frondosas, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos e construções existentes;
- f) curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de um metro;
- g) orientação magnética e verdadeira do norte;
- h) mês e ano do levantamento topográfico;
- i) referência de nível;
- j) indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
- k) subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações, áreas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais;
- l) indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato do registro do loteamento com as respectivas áreas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais.

II - QUADRO ESTATÍSTICO DE ÁREAS, em metros quadrados e percentuais, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) área total do imóvel a ser loteado;
- b) área total do arruamento;
- c) área total dos lotes e quadras;
- d) área total das áreas públicas.

III - PROJETOS COMPLEMENTARES - apresentados em duas cópias impressas em papel, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) projeto de pavimentação asfáltica das vias;
- b) projeto de rede de escoamento das águas pluviais, com indicação do local de lançamento e projeto das obras de sustentação e prevenção dos efeitos deletérios;
- c) projeto de abastecimento de água potável;
- d) projeto de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública das vias;
- e) projeto de arborização de vias e logradouros públicos;
- f) projeto de coleta e tratamento de esgotos domiciliares;
- g) carta de Consulta Prévia de Viabilidade Técnica de Atendimento do loteamento, fornecida pelas concessionárias de energia elétrica e de abastecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários.

IV - MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTEAMENTO - em duas vias impressas em papel, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) descrição do loteamento contendo suas características;
- b) condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas futuras edificações;
- c) descrição dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos já existentes e que serão implantados no loteamento e adjacências;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

- d) memorial descritivo de cada lote, das vias urbanas projetadas e áreas públicas propostas, indicando a área total, as confrontações e os limites descritos em relação ao Norte verdadeiro.

V - MODELO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA - especificando, entre outras, as seguintes condições:

- a) os compromissos do loteador quanto à execução do PLANO DE LOTEAMENTO, bem como os prazos previstos para sua execução;
- b) indicação da condição de que os lotes só poderão receber edificações após o Poder Executivo Municipal declarar aceite as obras de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação asfáltica, drenagem e rede de esgoto quando exigida;
- c) a possibilidade de suspensão, pelo adquirente, do pagamento das prestações uma vez não executadas as obras previstas no PLANO DE LOTEAMENTO;
- d) o uso do solo previsto para o lote, segundo previsto na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Parágrafo único. Todos os projetos, memoriais de cálculo e especificações técnicas para realização dos PROJETOS COMPLEMENTARES e do PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO devem obedecer às normas da ABNT e dos órgãos competentes de aprovação e estar assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico, devendo este apresentar atestado de regularidade junto ao CREA.

SEÇÃO IV
DA APROVAÇÃO DO PLANO DE LOTEAMENTO

Art. 13 Recebidos todos os elementos do PLANO DE LOTEAMENTO, ouvidas as autoridades competentes, o órgão competente do Poder Executivo Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, procederá ao exame das peças apresentadas, manifestando sua avaliação técnica.

§ 1º Havendo incorreções nos projetos técnicos apresentados, o responsável técnico e o proprietário do loteamento serão notificados a promover as mudanças necessárias.

§ 2º O prazo máximo para apresentação das correções é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da notificação, após o que, não atendido, o processo iniciado será arquivado.

Art. 14 Uma vez considerado em acordo com as normas dos órgãos competentes, o Poder Executivo Municipal publicará, em jornais com circulação local e regional, as condições em que o PLANO DE LOTEAMENTO pretende ser efetuado.

Art. 15 Decorridos 15 (quinze) dias da publicação a que se refere o artigo anterior e estando o PLANO DE LOTEAMENTO de acordo com as exigências técnicas e legais, o proprietário loteador será notificado a apresentar 3 (três) cópias em papel e uma em mídia digital do referido PLANO e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA dos profissionais responsáveis pelo Projeto de Loteamento e Projetos Complementares e a licença prévia de instalação do IAP.

Art. 16 Uma vez cumpridas as exigências contidas nos artigos anteriores, será assinado, entre o proprietário e o Poder Executivo Municipal, um TERMO DE COMPROMISSO onde o proprietário se obriga a, no mínimo:

- I - transferir, mediante escritura pública de doação, sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das Áreas Públicas e a propriedade do conjunto de obras realizadas de arborização, pavimentação das vias, abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, abastecimento de energia elétrica e da rede de esgoto quando exigida;
- II - facilitar a fiscalização permanente durante a execução das obras e serviços;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

III - executar, no prazo máximo de 2 (dois) anos, em acordo com o Cronograma Fisicofinanceiro, os PROJETOS COMPLEMENTARES;

IV - caucionar, como garantia de execução dos PROJETOS COMPLEMENTARES, área de terreno cujo valor, a juízo do Poder Executivo Municipal, corresponda, à época da análise do processo a pelo menos uma vez e meia o custo dos serviços e obras a serem executadas;

V - não transacionar, por qualquer instrumento, lotes caucionados.

VI - utilizar modelo de contrato de compra e venda, conforme exigência dessa Lei.

§ 1º A avaliação dos imóveis caucionados será realizada por comissão de peritos, especialmente designados pela Prefeita Municipal, sob a análise do CDM.

§ 2º A área objeto da caução deverá situar-se dentro do território do Município.

Art. 17 Assinado o termo de compromisso será aprovado o plano de loteamento, publicado o decreto de aprovação do plano de loteamento, expedido o respectivo alvará de loteamento e publicado o decreto de nomeação do responsável técnico do poder executivo municipal para a fiscalização dos serviços e obras.

§ 1º No decreto de aprovação deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado, as obras e serviços a serem realizados e o prazo de execução, a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato de registro do loteamento e o responsável técnico do Poder Executivo Municipal designado para a fiscalização dos serviços e obras.

§ 2º O responsável técnico pela fiscalização emitirá, mensalmente, um Relatório de Acompanhamento das Obras e Serviços indicando, no mínimo, sua evolução gradual, a observância dos projetos técnicos, as modificações introduzidas nos Projetos Complementares e a observância das normas de segurança, podendo em qualquer caso, o órgão municipal, solicitar a fiscalização do Corpo de Bombeiros.

Art. 18 Concluídas todas as obras e serviços e estando em perfeito estado de execução e funcionamento, o proprietário ou seu representante legal solicitará ao Poder Executivo Municipal a vistoria final do loteamento e a liberação da caução.

Art. 19 Mediante laudo de vistoria favorável, elaborado pelo responsável técnico pela fiscalização, e atestado de pleno funcionamento das redes e serviços, fornecidos pelos órgãos concessionários de serviços e órgãos públicos responsáveis pela política de meio ambiente, o Executivo Municipal publicará o decreto de recebimento do loteamento e liberará as áreas caucionadas.

§ 1º Caso tenha havido necessidade de modificações na execução dos projetos complementares, o laudo de vistoria deverá ser acompanhado de desenhos e cálculos retificadores indicando as alterações realizadas.

§ 2º A liberação das áreas caucionadas poderá ser proporcional ao conjunto de obras e serviços realizados e em funcionamento.

Art. 20 Findo o prazo estipulado no cronograma fisicofinanceiro para a realização das obras e serviços, caso as mesmas não tenham sido executadas, o Poder Executivo Municipal executará os serviços, promovendo a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio as áreas caucionadas correspondentes.

SEÇÃO V
DO LOTEAMENTO FECHADO

Art. 21 Aplicam-se ao loteamento fechado os requisitos e procedimentos prescritos no Capítulo I, II, V e VI desta Lei, os índices urbanísticos definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e o disposto no Código de Obras e na Lei do Sistema Viário do Município.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

Art. 22 A Prefeitura poderá limitar a área contínua total do loteamento fechado bem como a distância mínima entre loteamentos fechados com a finalidade de garantir a continuidade do sistema viário.

Art. 23 As áreas públicas totalizarão no mínimo, de 35% (trinta e cinco por cento), sendo que o somatório das áreas de terras destinadas à preservação ambiental e à implantação de equipamentos comunitários não será inferior a 10% (dez por cento) da área total a ser parcelada.

Parágrafo único. A totalidade da área destinada à preservação ambiental e 50% (cinquenta por cento) da área de equipamento comunitário deverá localizar-se externamente à área fechada do loteamento e com frente para via pública.

Art. 24 A implantação do loteamento fechado não poderá interromper linhas de alta tensão, fundos de vale e prolongamentos das vias públicas, em especial àquelas classificadas na Lei do Sistema Viário como estruturais, arteriais coletoras ou marginais.

Parágrafo único. O Loteamento fechado deverá ser contornado, em todo o seu perímetro, por via pública em dimensão adequada a sua hierarquia, conforme Lei do Sistema Viário do Município.

Art. 25 As dimensões de passeio e faixa carroçável das vias internas ao loteamento fechado devem obedecer aos parâmetros estipulados na Lei de Sistema Viário, integrante do Plano Diretor Municipal.

Art. 26 A implantação do loteamento fechado deve prever vias públicas para circulação de pedestres quando a distância entre as vias circundantes exceder 150m (cento e cinquenta metros), e para circulação de veículos e pedestres quando a distância exceder 300m (trezentos metros).

§ 1º As vias para pedestres devem apresentar, no mínimo:

- a) seção transversal de 5m (cinco metros) com 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) pavimentados;
- b) acessibilidade conforme NBR 9050;
- c) elementos que impeçam entrada de veículos motorizados.

§ 2º As vias para circulação de veículos e pedestres devem obedecer aos parâmetros de via local estipulados na Lei de Sistema Viário, se não houver diretriz superior, conforme a hierarquia viária.

Art. 27 As Áreas Públicas (ruas, praças, áreas institucionais e áreas de preservação) poderão ser objeto de concessão de direito real de uso, mediante outorga a uma entidade jurídica organizada na forma de condomínio de proprietários moradores.

§ 1º Sob pena de nulidade, no prazo de 90 (noventa) dias, a concessão de direito real de uso deverá constar do Registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º A Área de Preservação Ambiental e 50% (cinquenta por cento) da área de Equipamento Comunitária situada fora da área fechada do loteamento não poderão, a qualquer pretexto, ser objeto de concessão de direito real de uso.

Art. 28 O instrumento de concessão de direito real de uso deverá constar todos os encargos do condomínio de proprietários moradores relativos aos bens públicos em causa, devendo estas ser, no mínimo, a manutenção e conservação de:

- I - arborização de vias;
- II - vias de circulação, calçamento e sinalização de trânsito;
- III - coleta e remoção de lixo domiciliar e limpeza de vias, os quais deverão ser depositados em local próprio junto à portaria do loteamento;
- IV - prevenção de sinistros;
- V - iluminação de vias públicas;
- VI - drenagem de águas pluviais.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

Art. 29 A concessão do direito real de uso poderá ser rescindida unilateralmente pelo Poder Executivo Municipal nos casos:

- I - de dissolução da entidade beneficiária;
- II - de alteração, sem permissão do Poder concedente, da finalidade das Áreas Públicas;
- III - quando o condomínio de proprietários moradores se omitir dos serviços de conservação e manutenção;
- IV - quando do descumprimento de quaisquer outras condições estatuídas no instrumento de concessão e nessa Lei.

§ 1º Quando da rescisão da concessão, as Áreas Públicas bem como as benfeitorias nelas existentes, situadas dentro do perímetro do loteamento fechado, serão reincorporadas ao patrimônio público, independentemente de qualquer pagamento ou indenização.

§ 2º A perda da concessão do direito real de uso implicará na perda do caráter de loteamento fechado e determina a demolição dos muros que envolvem a periferia do loteamento e a eliminação de todo e qualquer sistema de controle de acesso de não moradores.

Art. 30 Todo loteamento fechado deverá ser circundado por cerca ou muro de alvenaria, com altura máxima de 3m (três metros).

§ 1º O loteamento fechado em 25% (vinte e cinco por cento) de seu perímetro, quando exigido pela Prefeitura, será dotado de lotes diretamente voltados para via pública externa ao loteamento e de uso coletivo, com profundidade, no mínimo, de 25m (vinte e cinco metros).

§ 2º Nos locais onde o fechamento do loteamento estiver diretamente voltado para via pública de uso coletivo, o muro ou cerca deverá estar recuado 3m (três metros) do meio-fio da via pública, sendo 3m (três metros) destinados a passeio público.

Art. 31 As obras, serviços e reparos das Áreas Públicas situadas dentro do perímetro do loteamento fechado somente poderão ocorrer mediante prévia aprovação e fiscalização de um profissional habilitado indicado pelo Poder Executivo Municipal.

SEÇÃO VI
DO LOTEAMENTO EM ÁREA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 32 O loteamento destinado a Urbanização Específica, em condomínio ou não, fechado ou aberto, só será aprovado quando atender ao disposto nos Capítulos I, II, V e VI desta Lei.

Art. 33 Os lotes resultantes de loteamento em Área de Urbanização Específica não poderão ser subdivididos.

Parágrafo único. O instrumento de concessão de uso ou a escritura de propriedade deverão constar, em destaque, cláusula da impossibilidade de desdobro dos lotes previstos no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO III
DO PARCELAMENTO DO SOLO POR DESMEMBRAMENTO OU DESDOBRO

Art. 34 O DESMEMBRAMENTO ou DESDOBRO só poderá ser aprovado quando:

- I - os lotes desmembrados ou desdobrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

II - a parte remanescente da gleba ou lote, ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões e áreas mínimas previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

§ 1º Excetuam-se os lotes ou glebas com dimensões e áreas inferiores ao previsto no *caput* desse artigo quando as partes resultantes sejam, em ato contínuo, objetos de remembramento ao lote vizinho.

§ 2º Em casos de terrenos edificados anterior à data de publicação dessa Lei, o desdobro somente poderá ser aprovado quando observar, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) as partes resultantes da subdivisão da edificação constituir em construções independentes umas das outras, observados os requisitos do Código de Obras;
- b) cada um dos lotes resultantes do desdobro estiver reconhecido no cadastro imobiliário.

Art. 35 Para obter o parcelamento do solo, o proprietário do imóvel deverá requerer a aprovação do projeto de desmembramento ou desdobro respectivo, anexando em seu requerimento, os seguintes documentos:

- I - título de propriedade do imóvel, sem cláusula restritiva quanto à sua possível alienação, comprovada através de Certidão do Registro de Imóveis;
- II - certidão negativa da Fazenda Municipal ou Federal referente ao Imóvel;
- III - quatro cópias do projeto apresentadas em papel e uma cópia em meio digital, na escala indicada pelo órgão competente do Executivo Municipal, assinadas pelo proprietário e pelo profissional responsável, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) as divisas dos imóveis perfeitamente definidas e traçadas;
- b) localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques, construções existentes;
- c) orientação do norte verdadeiro e magnético, dia, mês e ano do levantamento topográfico realizado;
- d) arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;
- e) planta de situação anterior e posterior ao parcelamento do solo que pretende efetuar, contendo as identificações dos lotes, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;
- f) quadro estatístico de áreas;
- g) outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo municipal;

IV - ART perante o CREA;

V - memoriais descritivos de cada lote ou via pública.

Art. 36 Aplicam-se ao desmembramento, no que couberem, as mesmas disposições e exigências desta Lei para o loteamento, em especial quanto à doação de áreas para o município, necessárias para a continuidade ou alargamento de vias e ou para a implantação de equipamentos urbanos ou comunitários.

CAPÍTULO IV
DO REMEMBRAMENTO

Art. 37 Nos casos de remembramento, o proprietário do imóvel deverá requerer a aprovação do respectivo projeto de remembramento, devendo para tal fim anexar, em seu requerimento, os seguintes documentos:

- I - título de propriedade do imóvel, sem cláusula restritiva quanto à sua possível alienação, comprovada através de Certidões do Registro de Imóveis;
- II - certidão negativa da Fazenda Municipal referente ao Imóvel;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

III - quatro cópias do projeto de remembramento apresentadas em papel e uma cópia em meio digital, sem rasuras, na escala indicada pelo órgão competente do Executivo Municipal, constando a assinatura do proprietário e do profissional responsável pelo projeto, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) as divisas do imóvel, perfeitamente definidas e traçadas;
- b) localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques, construções existentes;
- c) orientação do norte verdadeiro e magnético, dia, mês e ano do levantamento topográfico realizado;
- d) arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;
- e) planta de situação anterior e posterior do remembramento que pretende efetuar, contendo as identificações dos lotes, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;
- f) quadro estatístico de áreas;
- g) outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo municipal;

IV - ART perante o CREA;

V - memoriais descritivos de cada lote.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 38 Fica sujeito à cassação de alvará, embargo administrativo de obras e serviços e à aplicação de multa pecuniária todo aquele que, a qualquer tempo e modo, der início, efetuar loteamento, desmembramento ou desdobro do solo para fins urbanos sem autorização do Executivo Municipal ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda, das normas de âmbito federal e estadual pertinentes.

§ 1º A multa a que se refere este artigo será arbitrada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, de acordo com a gravidade da infração, e seu valor corresponderá ao intervalo entre 50 e 1200 (cinquenta e um mil e duzentas) vezes a Unidade Fiscal do Município (UFM).

§ 2º O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator na obrigação de cumprimento no disposto nessa Lei.

§ 3º A reincidência específica da infração acarretará ao proprietário, multa em dobro do valor da inicial, além da suspensão de sua licença para o exercício do parcelamento ou remembramento do solo.

Art. 39 São passíveis de punição, a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 O Poder Executivo Municipal poderá baixar, por decreto, normas ou especificações técnicas adicionais referentes à apresentação de peças gráficas e às obras ou serviços de infraestruturas exigidas por esta Lei.

Art. 41 Os conjuntos habitacionais promovidos pela iniciativa privada ou pública estão sujeitos à aplicação integral desta Lei.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

Parágrafo único. Para aprovação de qualquer alteração ou cancelamento de parcelamento do solo para fins urbanos registrado em cartório, deverão ser atendidas as disposições contidas nesta Lei, na Lei Federal nº. 6766/70 ou outra que a substitua.

Art. 42 Não será concedido alvará para edificação, reforma, ampliação ou demolição, em lotes resultantes de parcelamento do solo ou remembramento não regularmente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, em conformidade com esta Lei.

Art. 43 A aprovação de projeto de loteamento, desmembramento, desdobro ou remembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte do Poder Executivo Municipal, quanto a eventuais divergências referentes às dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área loteada, desmembrada, desdobrada ou remembrada.

Art. 44 O prazo máximo para a aprovação ou rejeição do PROJETO DE REMEMBRAMENTO, DESMEMBRAMENTO ou DESDOBRO será de 15 (quinze) dias após o proprietário ter cumprido todas as exigências do órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 45 A partir do exercício seguinte à publicação do Decreto de Recebimento do Loteamento e da aprovação dos Projetos de DESMEMBRAMENTO, REMEMBRAMENTO OU DESDOBRO será lançado sobre os imóveis resultantes, o correspondente Imposto Predial e Territorial Urbano, ou imediatamente após, caso seja de interesse dos proprietários, que deverão se manifestar por escrito.

Art. 46 Os casos omissos e as dúvidas de interpretações decorrentes da aplicação desta Lei serão apreciados pelo CDM e órgão competente do Poder Executivo Municipal, ao qual fica atribuída também a competência para estudar e definir elementos técnicos necessários a toda atividade normativa decorrente da presente Lei.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de Cambira

aos de de 2010

MARIA NEUSA RODRIGUES BELLINI

Prefeita Municipal

4. ANTEPROJETO DE LEI DO PERÍMETRO URBANO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

SUMÁRIO

CAPÍTULO ÚNICO

DOS PERÍMETROS URBANOS (Art. 1º e Art. 3º)

ANEXO I – Mapa do Perímetro Urbano Sede Municipal

ANEXO II – Descrição e Cálculo Analítico de Área - Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas – Sede Municipal

ANEXO III – Mapa do Perímetro Urbano do Patrimônio Sete de Maio

ANEXO IV – Descrição e Cálculo Analítico de Área - Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas – Patrimônio Sete de Maio



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

LEI COMPLEMENTAR Nº.

SÚMULA: Dispõe sobre os Perímetros Urbanos do Município Cambira.

A Câmara Municipal de Cambira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO ÚNICO
DOS PERÍMETROS URBANOS

Art. 1º O território municipal é dividido em zona urbana e zona rural, para fins urbanísticos e tributários.

§ 1º As zonas urbanas no Município, para efeito desta Lei, serão as constantes dos Anexos I, II, III e IV desta Lei ou outras definidas em leis próprias.

§ 2º A zona rural é constituída pelo restante do território do Município.

Art. 2º A representação do perímetro da zona urbana e o cálculo analítico de área constam dos seguintes Anexos, partes integrantes da presente Lei:

- I - Anexo I - Mapa do Perímetro Urbano da Sede Municipal;
- II - Anexo II - Descrição e Cálculo Analítico de Área - Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas - Sede Municipal;
- III - Anexo III - Mapa do Perímetro Urbano do Patrimônio Sete de Maio;
- IV - Anexo IV - Descrição e Cálculo Analítico de Área - Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas - Patrimônio Sete de Maio;

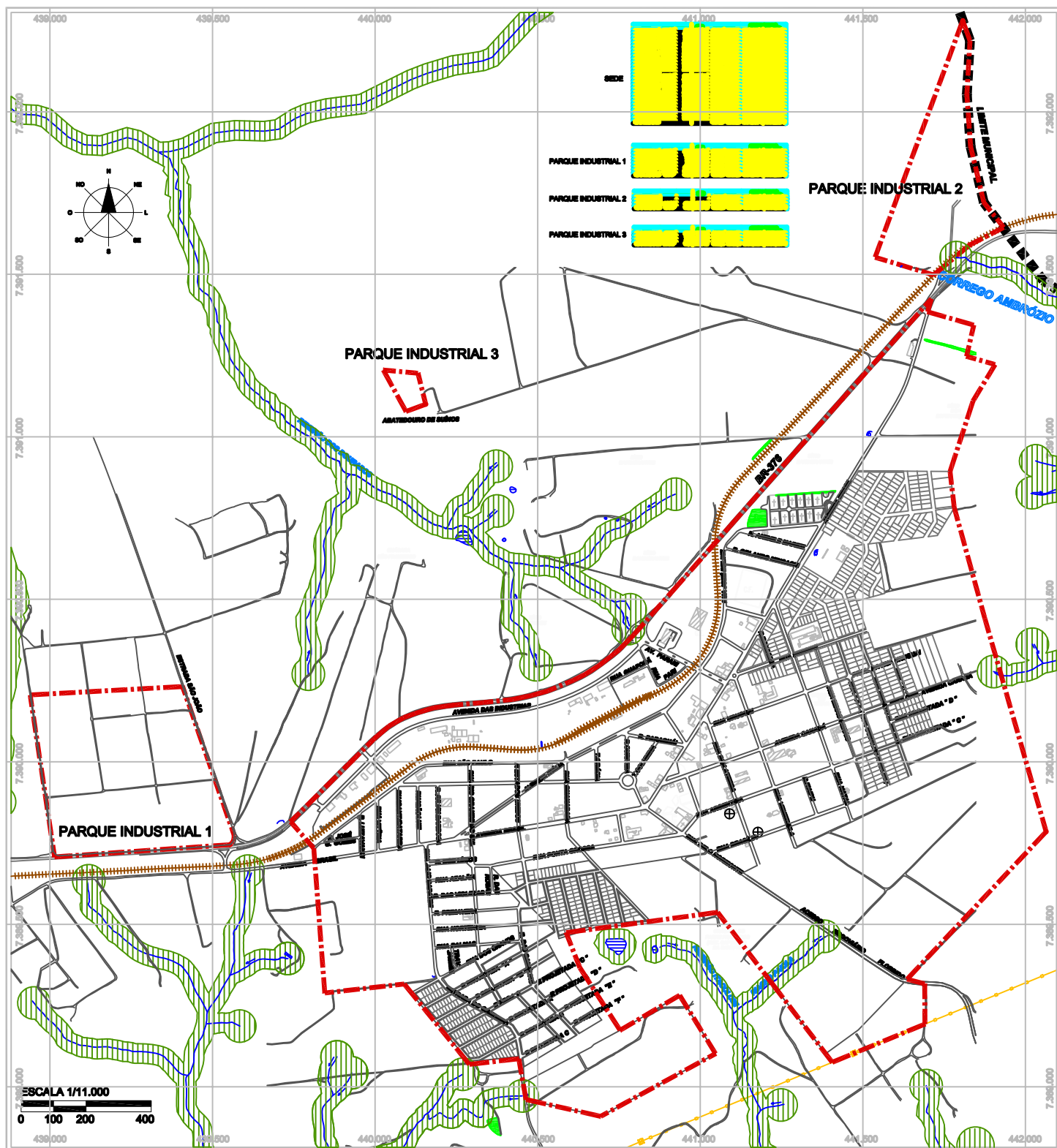
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de Cambira

aos de de 2010

MARIA NEUSA RODRIGUES BELLINI

Prefeita Municipal



LEGENDA

- +++++ FERROVIA
- CORPO D'ÁGUA
- LINHA DE ALTA TENSÃO
- Preservação Permanente
- PERÍMETRO URBANO PROPOSTO
- LIMITE MUNICIPAL

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

<p>Município: CAMBIRA PLANO DIRETOR MUNICIPAL Perímetro Urbano Sede Anexo I</p>		<p>Data: 2010</p>
<p>Consultoria contratada: DRZ - Gestão de Cidades</p>		<p> www.drz.com.br</p>
<p>Responsável Técnico: Luciana Quevedo Nunes</p>		<p>CREA-RS 104464/D - 04462/VPR</p>



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

**ANEXO II – DESCRIÇÃO E CÁLCULO ANALÍTICO DE ÁREA -
AZIMUTES, LADOS E COORDENADAS GEOGRÁFICAS – SEDE
MUNICIPAL**

Fica considerado PERÍMETRO URBANO da sede do Município de Cambira, Estado do Paraná, os trechos compreendidos no memorial descritivo que segue:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PMC-M-0001**, de coordenadas **N 7.391.424,81m** e **E 441.710,76m**; Deste segue, com azimute 196°06'50" e distância de 42,00m até o vértice **PMC-M-0002**, de coordenadas **N 7.391.384,46m** e **E 441.699,11m**; Deste segue, com azimute 105°55'45" e distância de 147,71m até o vértice **PMC-M-0003**, de coordenadas **N 7.391.343,93m** e **E 441.841,14m**; Deste segue, com azimute 193°02'40" e distância de 99,00m até o vértice **PMC-M-0004**, de coordenadas **N 7.391.247,48m** e **E 441.818,80m**; Deste segue, com azimute 105°52'49" e distância de 91,52m até o vértice **PMC-M-0005**, de coordenadas **N 7.391.222,44m** e **E 441.906,82m**; Deste segue, com azimute 211°12'10" e distância de 131,76m até o vértice **PMC-M-0006**, de coordenadas **N 7.391.109,74m** e **E 441.838,56m**; Deste segue, com azimute 198°01'08" e distância de 227,59m até o vértice **PMC-M-0007**, de coordenadas **N 7.390.893,31m** e **E 441.768,16m**; Deste segue, com azimute 173°22'08" e distância de 112,42m até o vértice **PMC-M-0008**, de coordenadas **N 7.390.781,65m** e **E 441.781,14m**; Deste segue, com azimute 164°34'51" e distância de 353,79m até o vértice **PMC-M-0009**, de coordenadas **N 7.390.440,60m** e **E 441.875,21m**; Deste segue, com azimute 163°57'40" e distância de 682,03m até o vértice **PMC-M-0010**, de coordenadas **N 7.389.785,12m** e **E 442.063,65m**; Deste segue, com azimute 223°17'38" e distância de 624,04m até o vértice **PMC-M-0011**, de coordenadas **N 7.389.330,92m** e **E 441.635,72m**; Deste segue, com azimute 104°29'38" e distância de 56,25m até o vértice **PMC-M-0012**, de coordenadas **N 7.389.316,84m** e **E 441.690,18m**; Deste segue, com azimute 179°42'01" e distância de 123,73m até o vértice **PMC-M-0013**, de coordenadas **N 7.389.193,12m** e **E 441.690,83m**; Deste segue, com azimute 247°33'38" e distância de 308,17m até o vértice **PMC-M-0014**, de coordenadas **N 7.389.075,49m** e **E 441.405,99m**; Deste segue, com azimute 322°36'31" e distância de 580,81m até o vértice **PMC-M-0015**, de coordenadas **N 7.389.536,94m** e **E 441.053,29m**; Deste segue, com azimute 262°20'53" e distância de 469,94m até o vértice **PMC-M-0016**, de coordenadas **N 7.389.474,37m** e **E 440.587,53m**; Deste segue, com azimute 158°37'43" e distância de 116,21m até o vértice **PMC-M-0017**, de coordenadas **N 7.389.366,15m** e **E 440.629,88m**; Deste segue, com azimute 147°15'40" e distância de 228,45m até o vértice **PMC-M-0018**, de coordenadas **N 7.389.173,99m** e **E 440.753,43m**; Deste segue, com azimute 59°32'34" e distância de 212,41m até o vértice **PMC-M-0019**, de coordenadas **N 7.389.281,66m** e **E**



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

440.936,53m; Deste segue, com azimuth $148^{\circ}24'41''$ e distância de 210,73m até o vértice **PMC-M-0020**, de coordenadas **N 7.389.102,15m** e **E 441.046,91m**; Deste segue, com azimuth $241^{\circ}20'55''$ e distância de 402,33m até o vértice **PMC-M-0021**, de coordenadas **N 7.388.909,24m** e **E 440.693,84m**; Deste segue, com azimuth $282^{\circ}42'15''$ e distância de 235,31m até o vértice **PMC-M-0022**, de coordenadas **N 7.388.960,98m** e **E 440.464,29m**; Deste segue, com azimuth $349^{\circ}49'54''$ e distância de 127,46m até o vértice **PMC-M-0023**, de coordenadas **N 7.389.086,44m** e **E 440.441,79m**; Deste segue, com azimuth $263^{\circ}27'20''$ e distância de 152,90m até o vértice **PMC-M-0024**, de coordenadas **N 7.389.069,01m** e **E 440.289,89m**; Deste segue, com azimuth $321^{\circ}01'02''$ e distância de 318,32m até o vértice **PMC-M-0025**, de coordenadas **N 7.389.316,46m** e **E 440.089,64m**; Deste segue, com azimuth $263^{\circ}32'21''$ e distância de 245,86m até o vértice **PMC-M-0026**, de coordenadas **N 7.389.288,79m** e **E 439.845,34m**; Deste segue, com azimuth $355^{\circ}38'20''$ e distância de 446,52m até o vértice **PMC-M-0027**, de coordenadas **N 7.389.734,02m** e **E 439.811,39m**; Deste segue, com azimuth $318^{\circ}55'17''$ e distância de 108,24m até o vértice **PMC-M-0028**, de coordenadas **N 7.389.815,61m** e **E 439.740,62m**; Deste segue a BR-376 até o vértice **PMC-M-0001**, ponto inicial da descrição deste polígono, fechando assim o perímetro acima descrito com um área superficial de 282,927 ha.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51 WGr

ESTAÇÃO VANTE (PMC)	COORD.NORTE (M)	COORD.ESTE (M)	AZIMUTE (M)	DISTÂNCIA REDUZIDA	FATOR ESCALA	LATITUDE	LONGITUDE
M-0001 M-0002	7.391.384,46	441.699,11	196°06'50"	42,00	0,99964198	23°35'12,78672" S	51°34'16,97993" W
M-0002 M-0003	7.391.343,93	441.841,14	105°55'45"	147,71	0,99964178	23°35'14,12328" S	51°34'11,97451" W
M-0003 M-0004	7.391.247,48	441.818,80	193°02'40"	99,00	0,99964181	23°35'17,25648" S	51°34'12,77642" W
M-0004 M-0005	7.391.222,44	441.906,82	105°52'49"	91,52	0,99964169	23°35'18,08214" S	51°34'09,67427" W
M-0005 M-0006	7.391.109,74	441.838,56	211°12'10"	131,76	0,99964178	23°35'21,73776" S	51°34'12,09836" W
M-0006 M-0007	7.390.893,31	441.768,16	198°01'08"	227,59	0,99964189	23°35'28,76603" S	51°34'14,61262" W
M-0007 M-0008	7.390.781,65	441.781,14	173°22'08"	112,42	0,99964187	23°35'32,39857" S	51°34'14,17032" W
M-0008 M-0009	7.390.440,60	441.875,21	164°34'51"	353,79	0,99964173	23°35'43,50051" S	51°34'10,89936" W
M-0009 M-0010	7.389.785,12	442.063,65	163°57'40"	682,03	0,99964146	23°36'04,83845" S	51°34'04,34248" W
M-0010 M-0011	7.389.330,92	441.635,72	223°17'38"	624,04	0,99964208	23°36'19,55190" S	51°34'19,50578" W
M-0011 M-0012	7.389.316,84	441.690,18	104°29'38"	56,25	0,99964200	23°36'20,01674" S	51°34'17,58606" W
M-0012 M-0013	7.389.193,12	441.690,83	179°42'01"	123,73	0,99964200	23°36'24,03992" S	51°34'17,58067" W
M-0013 M-0014	7.389.075,49	441.405,99	247°33'38"	308,17	0,99964241	23°36'27,82774" S	51°34'27,64818" W
M-0014 M-0015	7.389.536,94	441.053,29	322°36'31"	580,81	0,99964292	23°36'12,77670" S	51°34'40,02801" W
M-0015 M-0016	7.389.474,37	440.587,53	262°20'53"	469,94	0,99964360	23°36'14,75000" S	51°34'56,47125" W
M-0016 M-0017	7.389.366,15	440.629,88	158°37'43"	116,21	0,99964354	23°36'18,27453" S	51°34'54,99248" W
M-0017 M-0018	7.389.173,99	440.753,43	147°15'40"	228,45	0,99964336	23°36'24,53915" S	51°34'50,66050" W
M-0018 M-0019	7.389.281,66	440.936,53	59°32'34"	212,41	0,99964309	23°36'21,06236" S	51°34'44,18440" W
M-0019 M-0020	7.389.102,15	441.046,91	148°24'41"	210,73	0,99964293	23°36'26,91381" S	51°34'40,31492" W
M-0020 M-0021	7.388.909,24	440.693,84	241°20'55"	402,33	0,99964344	23°36'33,14001" S	51°34'52,80105" W
M-0021 M-0022	7.388.960,98	440.464,29	282°42'15"	235,31	0,99964378	23°36'31,42695" S	51°35'00,89359" W
M-0022 M-0023	7.389.086,44	440.441,79	349°49'54"	127,46	0,99964382	23°36'27,34462" S	51°35'01,66951" W
M-0023 M-0024	7.389.069,01	440.289,89	263°27'20"	152,90	0,99964404	23°36'27,89110" S	51°35'07,03225" W
M-0024 M-0025	7.389.316,46	440.089,64	321°01'02"	318,32	0,99964433	23°36'19,81858" S	51°35'14,06252" W
M-0025 M-0026	7.389.288,79	439.845,34	263°32'21"	245,86	0,99964470	23°36'20,68546" S	51°35'22,68665" W
M-0026 M-0027	7.389.734,02	439.811,39	355°38'20"	446,52	0,99964475	23°36'06,20395" S	51°35'23,82000" W
M-0027 M-0028	7.389.815,61	439.740,26	318°55'17"	108,24	0,99964485	23°36'03,54142" S	51°35'26,31763" W
M-0028 M-0001	7.391.424,81	441.710,76			0,99964197	23°35'11,47624" S	51°34'16,56298" W

Perímetro: 9.482,63m

Área total: 2.829.272,09 m² - 282,927 ha



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

Fica considerado PERÍMETRO URBANO do Parque Industrial 1 do Município de Cambira, Estado do Paraná, os trechos compreendidos no memorial descritivo que segue:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PMC-M-0001**, de coordenadas **N 7.390.231,56m** e **E 439.408,01m**; Deste segue, com azimute 160°52'33" e distância de 484,56m até o vértice **PMC-M-0002**, de coordenadas **N 7.389.773,75m** e **E 439.566,76m**; Deste segue, com azimute 184°52'20" e distância de 10,07m até o vértice **PMC-M-0003**, de coordenadas **N 7.389.763,72m** e **E 439.565,91m**; Deste segue, com azimute 195°51'50" e distância de 9,16m até o vértice **PMC-M-0004**, de coordenadas **N 7.389.754,90m** e **E 439.563,40m**; Deste segue, com azimute 216°11'30" e distância de 7,44m até o vértice **PMC-M-0005**, de coordenadas **N 7.389.748,90m** e **E 439.559,01m**; Deste segue, com azimute 235°31'47" e distância de 6,93m até o vértice **PMC-M-0006**, de coordenadas **N 7.389.744,98m** e **E 439.553,30m**; Deste segue, com azimute 266°00'15" e distância de 540,31m até o vértice **PMC-M-0007**, de coordenadas **N 7.389.707,33m** e **E 439.014,30m**; Deste segue, com azimute 351°26'24" e distância de 504,02m até o vértice **PMC-M-0008**, de coordenadas **N 7.390.205,74m** e **E 438.939,28m**; Deste segue, com azimute 86°50'47" e distância de 469,44m até o vértice **PMC-M-0001**, ponto inicial da descrição deste polígono, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 25,7108 ha.

Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51 WGr

ESTAÇÃO VANTE (PMC)	COORD.NORTE (M)	COORD.ESTE (M)	AZIMUTE (M)	DISTÂNCIA REDUZIDA	FATOR ESCALA	LATITUDE	LONGITUDE
M-0001 M-0002	7.389.773,75	439.566,76	160°52'33"	484,56	0,99964511	23°36'04,87923" S	51°35'32,44570" W
M-0002 M-0003	7.389.763,72	439.565,91	184°52'20"	10,07	0,99964511	23°36'05,20525" S	51°35'32,47733" W
M-0003 M-0004	7.389.754,90	439.563,40	195°51'50"	9,16	0,99964512	23°36'05,49154" S	51°35'32,56701" W
M-0004 M-0005	7.389.748,90	439.559,01	216°11'30"	7,44	0,99964512	23°36'05,68605" S	51°35'32,72278" W
M-0005 M-0006	7.389.744,98	439.553,30	235°31'47"	6,93	0,99964513	23°36'05,81274" S	51°35'32,92483" W
M-0006 M-0007	7.389.707,33	439.014,30	266°00'15"	540,31	0,99964594	23°36'06,96408" S	51°35'51,94875" W
M-0007 M-0008	7.390.205,74	438.939,28	351°26'24"	504,02	0,99964605	23°35'50,74764" S	51°35'54,52230" W
M-0008 M-0001	7.390.231,56	439.408,01	86°50'47"	469,44	0,99964535	23°35'49,97140" S	51°35'37,98011" W

Perímetro : 2.031,93 m

Área total : 257.107,75 m²

25,7108 ha



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

Fica considerado PERÍMETRO URBANO do Parque Industrial 2 do Município de Cambira, Estado do Paraná, os trechos compreendidos no memorial descritivo que segue:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PMC-M-0001**, de coordenadas **N 7.392.280,61m** e **E 441.807,04m**; Deste segue junto ao limite municipal até o vértice **PMC-M-0002**, de coordenadas **N 7.391.644,25m** e **E 441.932,96m**, no cruzamento com a estrada férrea; Deste, segue pela estrada férrea sentido Apucarana – Jandaia do Sul até o vértice **PMC-M-0003**, de coordenadas **N 7.391.497,89m** e **E 441.717,74m**; Deste segue, com azimute 286°50'34" e distância de 188,18m até o vértice **PMC-M-0004**, de coordenadas **N 7.391.552,42m** e **E 441.537,63m**; Deste segue, com azimute 20°18'11" e distância de 776,43m até o vértice **PMC-M-0001**, ponto inicial da descrição deste polígono, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 13,0291 ha.

Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51 WGr

ESTAÇÃO VANTE (PMC)	COORD.NORTE (M)	COORD.ESTE (M)	AZIMUTE (M)	DISTÂNCIA REDUZIDA	FATOR ESCALA	LATITUDE	LONGITUDE
M-0001 M-0002	7.391.644,25	441.932,96			0,99964165	23°35'04,36987" S	51°34'08,69309" W
M-0002 M-0003	7.391.497,89	441.717,74			0,99964196	23°35'09,10092" S	51°34'16,30650" W
M-0003 M-0004	7.391.552,42	441.537,63	286°50'34"	188,18	0,99964222	23°35'07,30458" S	51°34'22,65318" W
M-0004 M-0001	7.392.280,61	441.807,04	20°18'11"	776,43	0,99964183	23°34'43,66143" S	51°34'13,04592" W

Perímetro : 1.893,41 m

Área total : 130.291,14 m²

13,0291 ha



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

Fica considerado PERÍMETRO URBANO do Parque Industrial 3 do Município de Cambira, Estado do Paraná, os trechos compreendidos no memorial descritivo que segue:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PMC-M-0001**, de coordenadas **N 7.391.205,36m** e **E 440.025,30m**; Deste segue, com azimute 95°12'56" e distância de 107,04m até o vértice **PMC-M-0002**, de coordenadas **N 7.391.195,63m** e **E 440.131,90m**; Deste segue, com azimute 165°59'55" e distância de 98,46m até o vértice **PMC-M-0003**, de coordenadas **N 7.391.100,09m** e **E 440.155,72m**; Deste segue, com azimute 250°01'31" e distância de 64,60m até o vértice **PMC-M-0004**, de coordenadas **N 7.391.078,03m** e **E 440.095,01m**; Deste segue, com azimute 331°18'09" e distância de 145,16m até o vértice **PMC-M-0001**, ponto inicial da descrição deste polígono, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 0,9610 ha.

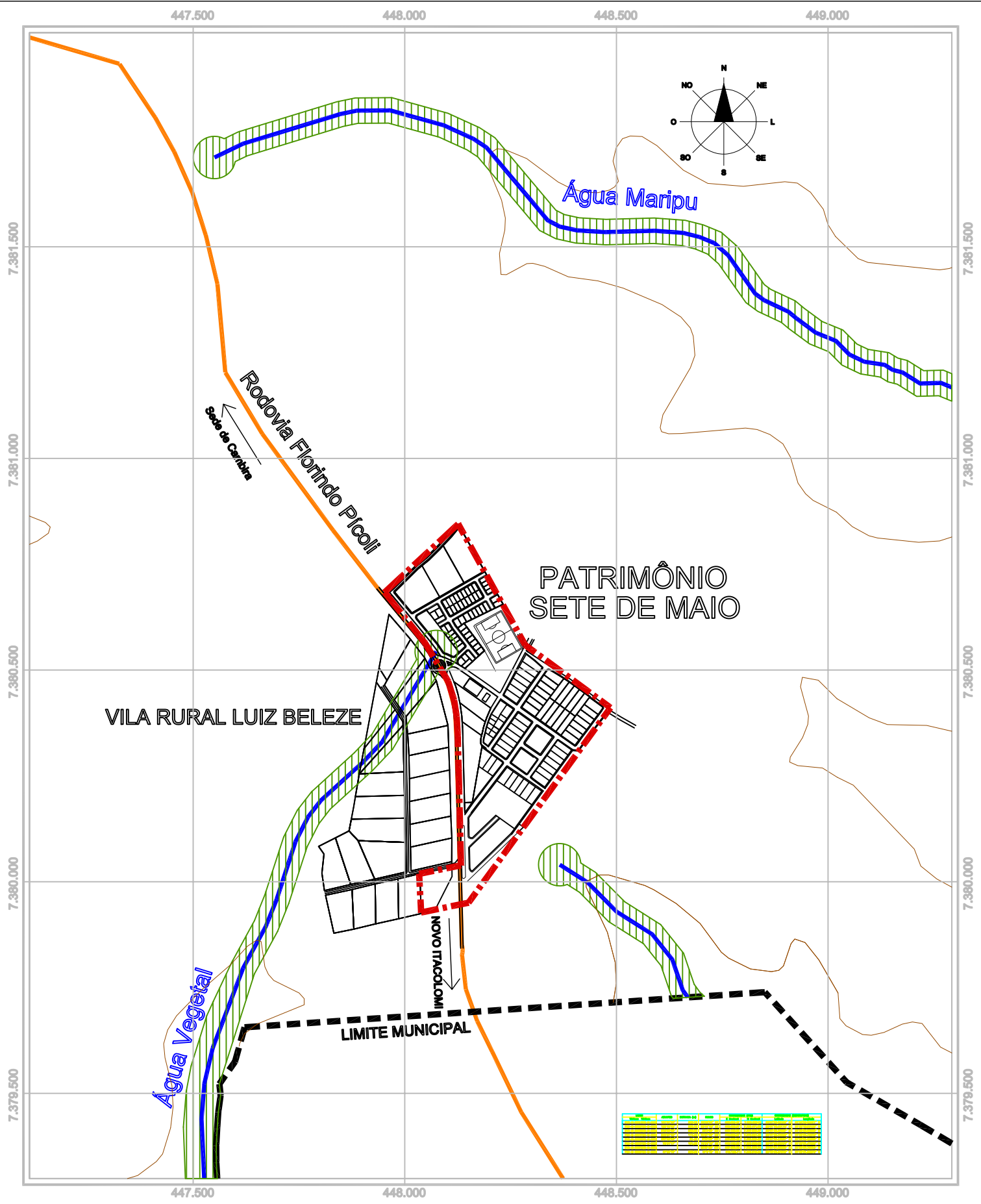
Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51 WGr

ESTACÃO VANTE (PMC)	COORD.NORTE (M)	COORD.ESTE (M)	AZIMUTE (M)	DISTÂNCIA REDUZIDA	FATOR ESCALA	LATITUDE	LONGITUDE
M-0001 M-0002	7.391.195,63	440.131,90	95°12'56"	107,04	0,99964427	23°35'18,72092" S	51°35'12,29938" W
M-0002 M-0003	7.391.100,09	440.155,72	165°59'55"	98,46	0,99964424	23°35'21,83039" S	51°35'11,47275" W
M-0003 M-0004	7.391.078,03	440.095,01	250°01'31"	64,60	0,99964433	23°35'22,53987" S	51°35'13,61802" W
M-0004 M-0001	7.391.205,36	440.025,30	331°18'09"	145,16	0,99964443	23°35'18,39032" S	51°35'16,05879" W

Perímetro: 415,25 m

Área total: 9.610,13 m² - 0,9610 ha



LEGENDA

- RODOVIA FLORINDO PÍCOLI
- CORPOS D'ÁGUA
- LIMITE MUNICIPAL
- PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- PERÍMETRO URBANO PROPOSTO
- CURVA DE NÍVEL

Fonte: Base Cartográfica da COPEL



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Perímetro Patrimônio Sete de Maio
Anexo III

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462/PR



www.drz.com.br



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

ANEXO IV – DESCRIÇÃO E CÁLCULO ANALÍTICO DE ÁREA -
AZIMUTES, LADOS E COORDENADAS GEOGRÁFICAS –
PATRIMÔNIO SETE DE MAIO

Fica considerado PERÍMETRO URBANO do Patrimônio Sete de Maio, Município de Cambira, Estado do Paraná, os trechos compreendidos no memorial descritivo que segue:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **PMC-M-0001**, de coordenadas **N 7.380.845,05m** e **E 448.126,11m**; Deste segue, com azimute 151°01'38" e distância de 326,73m até o vértice **PMC-M-0002**, de coordenadas **N 7.380.559,21m** e **E 448.284,37m**; Deste segue, com azimute 126°18'42" e distância de 250,18m até o vértice **PMC-M-0003**, de coordenadas **N 7.380.411,05m** e **E 448.485,97m**; Deste segue, com azimute 216°03'40" e distância de 569,88m até o vértice **PMC-M-0004**, de coordenadas **N 7.379.950,37m** e **E 448.150,52m**; Deste segue, com azimute 258°21'45" e distância de 114,30m até o vértice **PMC-M-0005**, de coordenadas **N 7.379.927,32m** e **E 448.038,57m**; Deste segue, com azimute 357°06'24" e distância de 91,43m até o vértice **PMC-M-0006**, de coordenadas **N 7.380.018,63m** e **E 448.033,96m**; Deste segue, com azimute 78°34'17" e distância de 101,05m até o vértice **PMC-M-0007**, de coordenadas **N 7.380.038,65m** e **E 448.133,00m**; Deste segue junto à rodovia municipal Florindo Pícoli até o vértice **PMC-M-0008**, de coordenadas **N 7.380.683,74m** e **E 447.952,50m**; Deste segue, com azimute 47°06'10" e distância de 236,98m até o vértice **PMC-M-0001**, ponto inicial da descrição deste polígono, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 19,1724 ha.

Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51 WGr

Estação Vante (PMC)	Coord.Norte (M)	Coord.Este (M)	Azimute (M)	Distância Reduzida	Fator Escala	Latitude	Longitude
M-0001 M-0002	7.380.559,21	448.284,37	151°01'38"	326,73	0,99963304	23°41'05,59109" S	51°30'26,00077" W
M-0002 M-0003	7.380.411,05	448.485,97	126°18'42"	250,18	0,99963278	23°41'10,43176" S	51°30'18,90129" W
M-0003 M-0004	7.379.950,37	448.150,52	216°03'40"	569,88	0,99963321	23°41'25,37257" S	51°30'30,80353" W
M-0004 M-0005	7.379.927,32	448.038,57	258°21'45"	114,30	0,99963335	23°41'26,10923" S	51°30'34,75913" W
M-0005 M-0006	7.380.018,63	448.033,96	357°06'24"	91,43	0,99963336	23°41'23,13961" S	51°30'34,91056" W
M-0006 M-0007	7.380.038,65	448.133,00	78°34'17"	101,05	0,99963323	23°41'22,50004" S	51°30'31,41085" W
M-0007 M-0008	7.380.683,74	447.952,50			0,99963346	23°41'01,50339" S	51°30'37,70254" W
M-0008 M-0001	7.380.845,05	448.126,11	47°06'10"	236,98	0,99963324	23°40'56,27840" S	51°30'31,55270" W

Perímetro: 2.386,96 m

Área total: 191.723,84 m² - 19,1724 ha

5. ANTEPROJETO DE LEI DO SISTEMA VIÁRIO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ART. 1º ao ART. 5º)

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES (ART. 6º)

SEÇÃO II

DAS DEFINIÇÕES (ART. 7º)

CAPÍTULO II

DO SISTEMA VIÁRIO (ART. 8º)

SEÇÃO I

DA HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO (ART. 9º)

SEÇÃO II

DO DIMENSIONAMENTO (ART. 10 ao ART. 19)

SEÇÃO III

DA CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA (ART. 20 ao ART. 22)

SEÇÃO IV

DOS PASSEIOS E ARBORIZAÇÃO (ART. 23 ao ART. 25)

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (ART. 26 ao ART. 30)

ANEXO I - Mapa do Sistema Viário Municipal

ANEXO II - Mapa do Sistema Viário Urbano da Sede Municipal

ANEXOS III - Perfis das Vias



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

LEI COMPLEMENTAR Nº.

SÚMULA: Dispõe sobre o Sistema Viário do município de Cambira.

A Câmara Municipal de Cambira, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Malha Viária é o conjunto de vias do Município, classificadas e hierarquizadas segundo critérios funcionais e estruturais, observados os padrões urbanísticos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º A função da via é determinada pelo seu desempenho de mobilidade, considerados os aspectos da infraestrutura, do uso e ocupação do solo, dos modais de transporte e do tráfego veicular.

§ 2º Aplica-se à malha viária a Legislação Federal e Estadual, obedecendo ao que prescreve o Código de Trânsito Brasileiro e Legislação complementar.

Art. 2º Integram a malha viária do Município o Sistema Viário Municipal e o Sistema Viário Urbano, descritos e representados nos Anexos I, II e III da presente Lei.

Art. 3º É considerado Sistema Viário Municipal, para fins desta Lei, as rodovias e estradas existentes no Município definidas no Mapa do Sistema Viário Municipal, Anexo I da presente Lei, bem como conteúdo do Anexo III – Perfis das Vias.

Art. 4º É considerado Sistema Viário Urbano, para fins desta Lei, o conjunto de vias e logradouros públicos definidos no Mapa do Sistema Viário Urbano, Anexo II, bem como o conteúdo do Anexo III - Perfis das Vias - da presente Lei.

Art. 5º São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:

- I - ANEXO I – Mapa do Sistema Viário Municipal;
- II - ANEXO II – Mapa do Sistema Viário Urbano da Sede Municipal;
- III - ANEXO III – Perfis das Vias.

SEÇÃO I
DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 6º Esta Lei dispõe sobre a regulação do sistema viário do Município de Cambira, visando os seguintes objetivos:

- I - induzir o desenvolvimento pleno das áreas urbanas do Município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face da forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;
- II - adaptar a malha viária existente urbana e rural às melhorias das condições de circulação;
- III - hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a assegurar segurança e conforto;
- IV - eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;
- V - adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas portadoras de deficiências.

Parágrafo único. Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária urbana ou



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

rural, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental, e estarão sujeitos a análise do CDM e órgãos estaduais competentes.

SEÇÃO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 7º Para efeito de aplicação desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - ACESSO - é o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre:

- a) logradouro público e propriedade privada;
- b) propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;
- c) logradouro público e espaço de uso comum em condomínio.

II - ACOSTAMENTO - é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando:

- a) emitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta;
- b) proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos;
- c) permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego.

III - ALINHAMENTO - é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;

IV - CAIXA CARROÇÁVEL - é a faixa da via destinada à circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;

V - CALÇADA ou PASSEIO - é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres e de bicicletas quando este for dotado de ciclovia, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;

VI - CANTEIRO CENTRAL - é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;

VII - CICLOVIA - é a via destinada, única e exclusivamente, à circulação de biclos ou seus equivalentes, não motorizados;

VIII - CRUZAMENTOS - destinam-se a articular o sistema viário nas suas diversas vias, e se classificam em dois tipos:

- a) cruzamento simples: são os cruzamentos em nível com, no máximo, duas vias que se interceptam, de preferência, ortogonalmente;
- b) cruzamento rotulado: são cruzamentos de duas ou mais vias, feitos em nível com controle de fluxo sinalizado (Placas: PARE/VIA PREFERENCIAL), ou semáforos, conforme estudos de volume de fluxo.

IX - ESTACIONAMENTO - é o espaço público ou privado destinado à guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;

X - FAIXA de DOMÍNIO de VIAS - é a porção do solo ao longo da pista de utilização pública, em ambos os lados da via;

XI - FAIXA *NON AEDIFICANDI* - É área de terra onde é vedada a edificação de qualquer natureza;

XII - GREIDE - é a linha reguladora de uma via, composta de uma seqüência de retas com declividades permitidas, traçadas sobre o perfil longitudinal do terreno;

XIII - LARGURA de uma VIA - é a distância entre os alinhamentos da via;

XIV - LOGRADOURO PÚBLICO - é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo e outros);

XV - MEIO-FIO - é a linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;

XVI - PISTA DE ROLAMENTO - é o espaço organizado para a circulação de veículos motorizados.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

CAPÍTULO II
DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 8º Considera-se sistema viário do município de Cambira o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas, sendo consubstanciado nos Anexos I, II e III desta Lei.

SEÇÃO I
DA HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 9º As vias do Sistema Viário são classificadas, segundo a natureza da sua circulação e do zoneamento do uso do solo, como segue:

- I - RODOVIAS DE LIGAÇÃO REGIONAL - compreendendo aquelas de responsabilidade da União ou do Estado, com a função de interligação com os municípios ou estados vizinhos;
- II - VIAS DE ESTRUTURAÇÃO MUNICIPAL - são as que, no interior do Município, estruturam o sistema de orientação dos principais fluxos de carga com a função de interligação das diversas partes do território, dividindo-se em primárias e secundárias (vicinais), conforme sua importância no acesso a outros municípios, Patrimônio e comunidades rurais;
- III - VIAS ARTERIAIS - são vias que têm a finalidade de canalizar o tráfego de um ponto a outro dentro da área urbana, ligando a sede ao Patrimônio, ou ainda, a duas ou mais comunidades ou bairros rurais, e constituem-se como vias estruturantes da área urbana. Tais vias alimentam e coletam o tráfego das vias Coletoras e Locais;
- IV - VIAS COLETORAS - são as que coletam o tráfego das vias locais e encaminham-no às de maior fluxo (Arteriais);
- V - VIAS LOCAIS - caracterizadas pelo baixo volume de tráfego e pela função prioritária de acesso às propriedades e aos lotes;
- VI - VIAS MARGINAIS - são vias que se caracterizam como delimitação de áreas de proteção permanente ou por margearem rodovias, tendo função de coletoras. Serão implantadas, quando necessário, no momento da instalação de novos loteamentos.

SEÇÃO II
DO DIMENSIONAMENTO

Art. 10 As vias públicas deverão ser dimensionadas tendo como parâmetros os seguintes elementos (ver Anexos I, II e III):

- I - pista de rolamento para veículos;
- II - pista de estacionamento para veículos;
- III - ciclovia unidirecional com, no mínimo, 2m (dois metros);
- IV - passeio para pedestre.

Art. 11 As Vias de Estruturação Municipal deverão comportar, no mínimo, 12m (doze metros), contendo (ver Anexos I e III):

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de carga de, no mínimo, 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) cada;
- II - 2 (duas) pistas de estacionamento para veículos de carga de, no mínimo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;
- III - faixa *non aedificandi* de 12m (doze metros) a partir da margem, nos dois lados da via, podendo o produtor utilizar esta área especificamente para o plantio de cultura semiperene.

Art. 12 As Vias Arteriais deverão comportar, no mínimo, 25m (vinte e cinco metros), contendo (ver Anexos II e III):



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

- I - 4 (quatro) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3m (três metros) cada;
- II - 2 (duas) pistas para estacionamento de veículos de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;
- III - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 3m (três metros) cada;
- IV - canteiro central de, no mínimo, 2m (dois metros).

Art. 13 As Vias Coletoras deverão comportar no mínimo 17m (dezessete metros), contendo (ver Anexos II e III):

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3m (três metros) cada;
- II - 2 (duas) pistas de estacionamento para veículos de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;
- III - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 3m (três metros) cada.

Art. 14 As Vias Locais deverão possuir, no mínimo, 14m (quatorze metros), contendo (ver Anexos II e III):

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;
- II - 2 (duas) pistas de estacionamento para veículos de, no mínimo, 2m (dois metros);
- III - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada.

Art. 15 As Vias Marginais deverão possuir, no mínimo, 15m (quinze metros), contendo (ver Anexos II e III):

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo 3m (três metros) cada;
- II - 1 (uma) pista para estacionamento de veículos de, no mínimo, 2m (dois metros), no lado das edificações;
- III - 1 (uma) ciclovia bidirecional, para fluxo nos dois sentidos, com, no mínimo, 3m (três metros) incluindo o separador de pistas de 50cm (cinquenta centímetros) de largura, no lado das edificações;
- IV - 1 (um) passeio para pedestres de, no mínimo, 3m (três metros) no lado das edificações;
- V - 1 separador de pistas com 50cm (cinquenta centímetros) de largura, no lado da rodovia/ferrovia.

Art. 16 Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário ou ferroviário estadual ou federal será obrigatória a reserva de uma faixa *non aedificandi* de 15m (quinze metros) conforme a Lei Federal nº. 6766/79 para a implantação de via marginal. A via marginal poderá ter dimensão maior do que a faixa *non aedificandi* desde que respeitadas as dimensões, a hierarquia e os demais critérios estabelecidos na Lei do Sistema Viário do Município.

Art. 17 Quando do licenciamento ou da expedição de alvará para o funcionamento de atividades ou execução de obras é obrigatório a reserva de faixa para o alargamento previsto na faixa de domínio.

Art. 18 As caixas de ruas dos novos loteamentos deverão observar as diretrizes viárias e continuidade das vias existentes, devendo ter dimensionamento adequado às funções a que se destinam (ver Anexos II e III).

Art. 19 As caixas de ruas dos prolongamentos das vias estruturantes ou arteriais e coletoras poderão ser maiores que as existentes, a critério do Executivo Municipal.

SEÇÃO III
DA CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Art. 20 A determinação das vias preferenciais, no sentido dos fluxos da organização e das limitações de tráfego, deverá obedecer às diretrizes estabelecidas na presente Lei,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

consubstanciadas em seus Anexos I e II, cabendo ao Executivo Municipal a elaboração do PLANO/PROJETO DE SINALIZAÇÃO URBANA, bem como projetos definindo as diretrizes viárias e as readequações geométricas necessárias.

Art. 21 Caberá ao Poder Público Municipal o disciplinamento do uso das vias de circulação no que concerne:

- I - ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;
- II - ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga e de produtos perigosos;
- III - a adequação dos passeios para pedestres onde estão localizados os serviços públicos como escolas, terminal rodoviário, casa da cultura e outros, de acordo com as normas de acessibilidade universal, em especial as diretrizes formuladas pelo Decreto Federal nº. 5.296/04, que regulamenta as leis federais de acessibilidade nº. 10.048 e nº. 10.098/00.

Parágrafo único. A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no *caput* do artigo poderão ser realizadas em conjunto com órgãos de outras esferas governamentais.

Art. 22 O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer as Normas Técnicas específicas pela ABNT.

SEÇÃO IV
DOS PASSEIOS E ARBORIZAÇÃO

Art. 23 Os passeios devem ser contínuos e não possuir degraus, rebaixamentos, buracos ou obstáculos que prejudiquem a circulação de pedestres.

Parágrafo único. A manutenção dos passeios será de responsabilidade dos proprietários dos lotes, cabendo ao Executivo Municipal efetuar a fiscalização de acordo com o Código de Obras.

Art. 24 Nas esquinas, após o ponto de tangência da curvatura, deverá ser executada rampa para portador de necessidades especiais, conforme as normas especificadas pela NBR-9050 da ABNT.

Art. 25 A arborização urbana terá distância média entre si de 12m (doze metros), estando locada no terço externo do passeio e seguirá lei específica municipal e/ou Plano de Arborização do Município.

§ 1º Quando uma árvore necessitar ser arrancada, uma nova deverá ser plantada o mais próximo possível da anterior.

§ 2º Em hipótese alguma poderá se deixar de plantar árvores em substituição às arrancadas, cabendo ao Executivo Municipal a fiscalização de acordo com o Código de Obras.

§ 3º Os passeios sem arborização receberão novas mudas de acordo com o Plano de Arborização Urbana.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática, o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

Art. 27 A presente Lei, que regulamenta o aspecto físico do sistema viário, será complementada com o Plano de Sinalização Urbana, em acordo com as disposições dos artigos anteriores e Anexos desta Lei.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

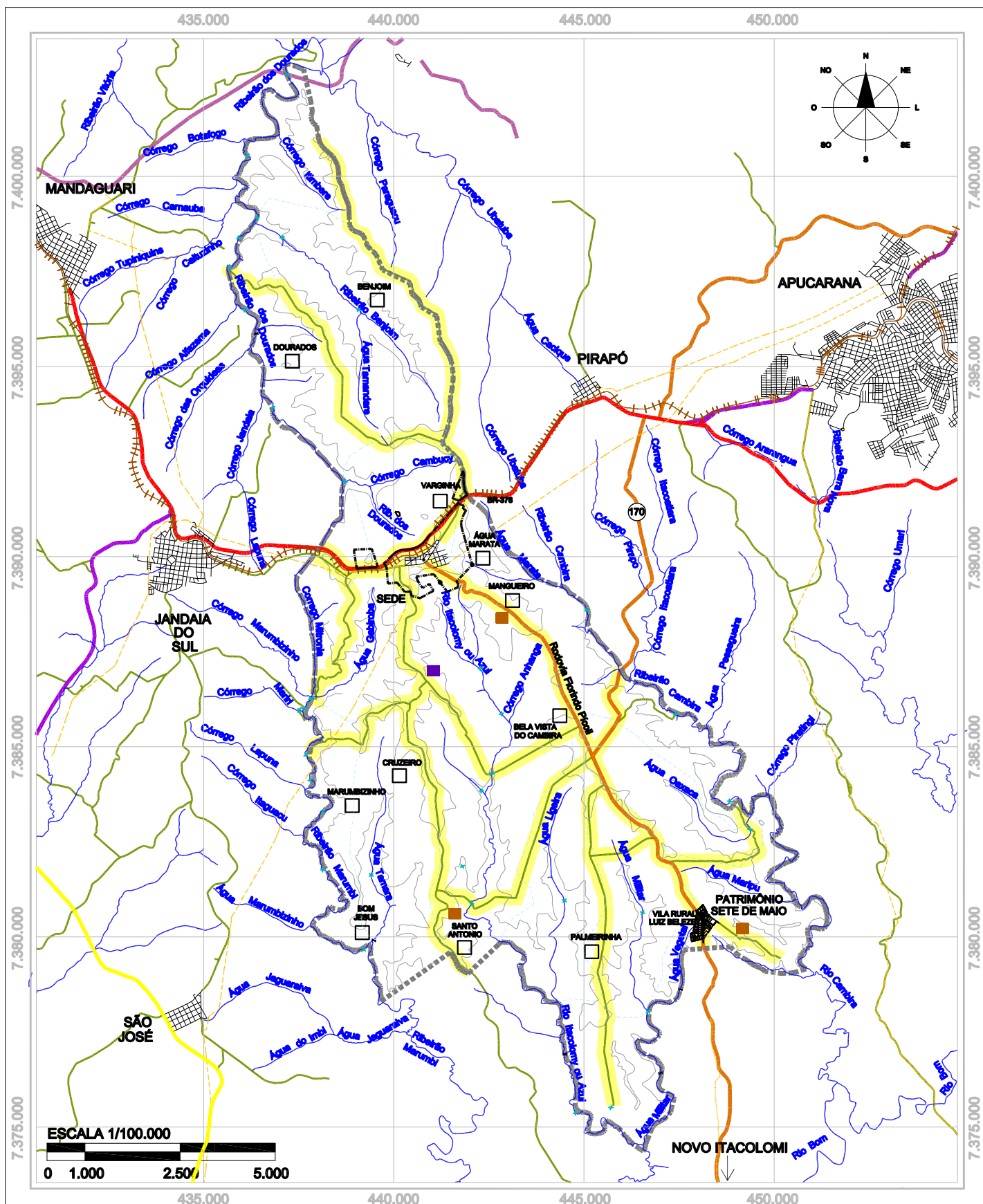
Art. 28 As modificações que por ventura vierem a ser feita no sistema viário deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona, podendo ser efetuadas pelo Executivo Municipal, conforme prévio parecer técnico do CDM.

Art. 29 Os casos omissos da presente Lei serão dirimidos pelo CDM.

Art. 30 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de Cambira
aos de de 2010

MARIA NEUSA RODRIGUES BELLINI
Prefeita Municipal



LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- BR 376
- BR 369
- PR 170
- PR 444
- PR 466
- ESTRADAS MUNICIPAIS
- FERROVIA
- LINHA DE DISTRIBUIÇÃO
- BAIRRO RURAL
- DIVISOR D'ÁGUA

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

- VIAS DE ESTRUTURAÇÃO MUNICIPAL
- PERÍMETRO URBANO PROPOSTO
- CASCALHEIRAS
- ATERRO CONTROLADO



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

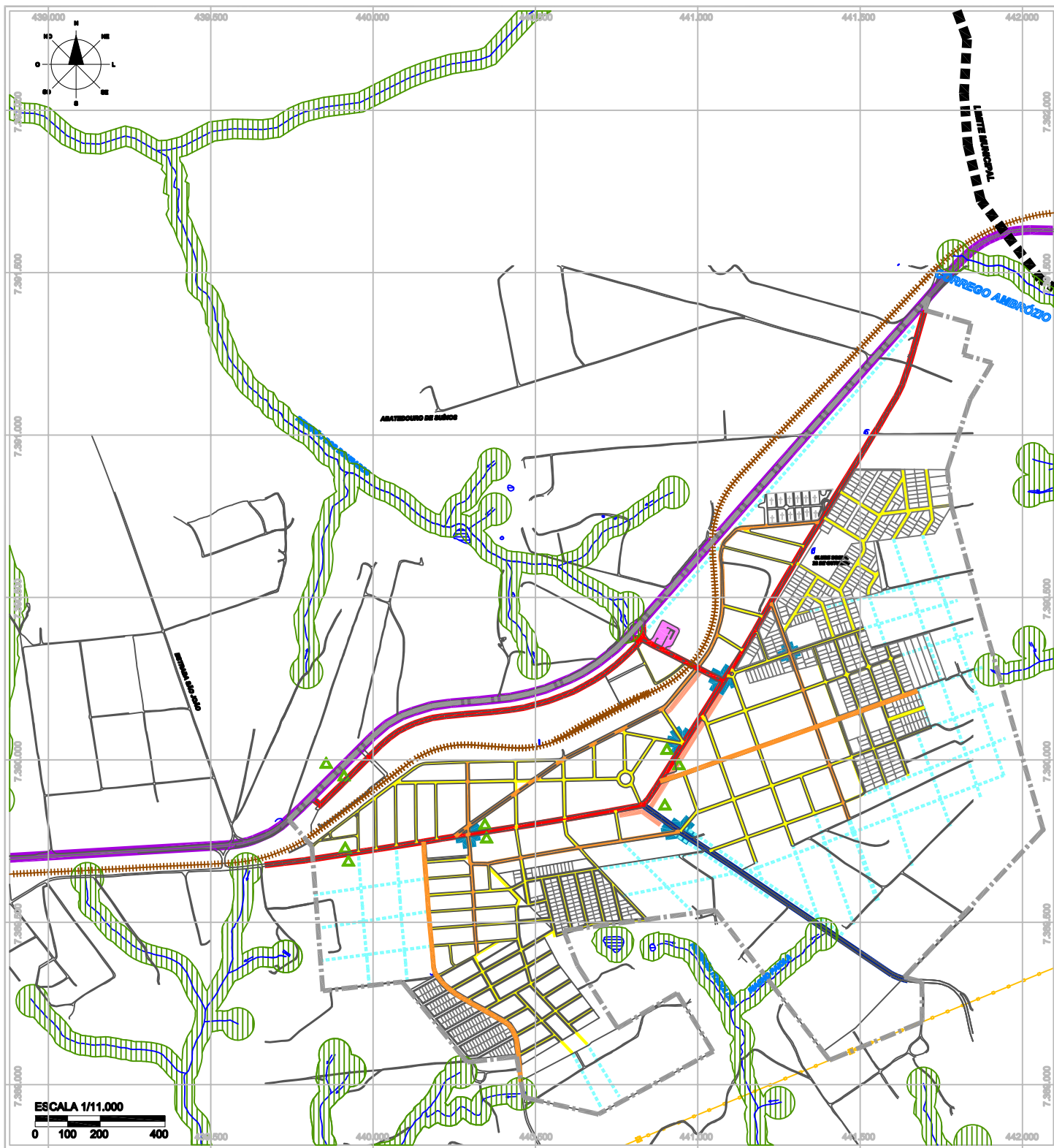
Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Sistema Viário Municipal
Anexo I

Data: 2010

Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



LEGENDA

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> FERROVIA CORPOS D'ÁGUA LINHA DE ALTA TENSÃO PRESERVAÇÃO PERMANENTE TERMINAL RODOVIÁRIO PONTO DE ÔNIBUS PONTOS DE CONFLITO PERÍMETRO URBANO PROPOSTO | <ul style="list-style-type: none"> TRECHO GERADOR DE TRÁFEGO VIA ARTERIAL VIA COLETORA VIA LOCAL RODOVIA FEDERAL BR-376 RODOVIA ESTADUAL PR-170 (VIA ARTERIAL) DIRETRIZES VIÁRIAS LIMITE MUNICIPAL |
|--|--|

Fonte: Base Cartográfica da COPEL

Município: CAMBIRA
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Sistema Viário Urbano
Anexo II
 Consultoria contratada:
DRZ - Gestão de Cidades
 Responsável Técnico:
Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 1044664/D - 04482VPR

Data: 2010
 www.drz.com.br



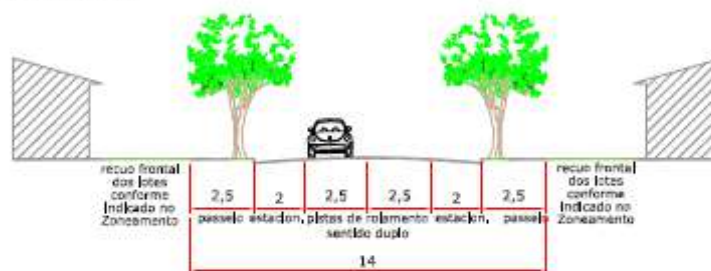
MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

ANEXO III – PERFIS DAS VIAS

Vias de Estruturação Municipal



Vias Locais



Vias Coletoras



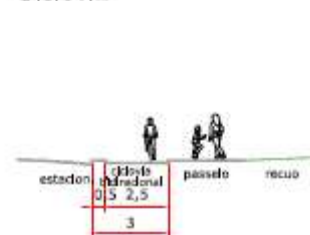
Vias Arteriais com Cantelão Central



Vias Marginais de Rodovia e Ferrovia



Ciclovia



6. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE OBRAS



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Art. 1º ao Art. 7º)

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

SEÇÃO I

DO MUNICÍPIO (Art. 8º ao Art. 11)

SEÇÃO II

DO PROPRIETÁRIO (Art. 12 e Art. 13)

SEÇÃO III

DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (Art. 14 ao Art. 18)

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS (Art. 19)

SEÇÃO I

DA CONSULTA PRÉVIA (Art. 20)

SEÇÃO II

DO ANTEPROJETO (Art. 21 e Art. 22)

SEÇÃO III

DO PROJETO DEFINITIVO (Art. 23)

SEÇÃO IV

DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS (Art. 24)

SEÇÃO V

DO ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (Art. 25 ao Art. 31)

SEÇÃO VI

DO CERTIFICADO DE ALTERAÇÃO DE USO (Art. 32)

SEÇÃO VII

DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA OU HABITE-SE (Art. 33 ao Art. 37)

SEÇÃO VIII

DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO (Art. 38)

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 39)

SEÇÃO II

DO CANTEIRO DE OBRAS (Art. 40 ao Art. 41)

SEÇÃO III

DOS TAPUMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (Art. 42 ao Art. 48)

CAPÍTULO V

DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I

DAS ESCAVAÇÕES E ATERROS (Art. 49 ao Art. 52)

SEÇÃO II

DO TERRENO E DAS FUNDAÇÕES (Art. 53 ao Art. 54)

SEÇÃO III

DAS ESTRUTURAS, DAS PAREDES E DOS PISOS (Art. 55 ao Art. 56)

SEÇÃO IV

DAS COBERTURAS (Art. 57)

SEÇÃO V

DAS PORTAS, PASSAGENS OU CORREDORES (Art. 58)

SEÇÃO VI

DAS ESCADAS E RAMPAS (Art. 59 ao Art. 61)

SEÇÃO VII

DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS (Art. 62 ao Art. 63)

SEÇÃO VIII

DOS RECUOS (Art. 64 ao Art. 65)

SEÇÃO IX

DOS COMPARTIMENTOS (Art. 66)

SEÇÃO X

DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS (Art. 67 ao Art. 76)

SEÇÃO XI

DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO (Art. 77)

SEÇÃO XII

DOS PASSEIOS E MUROS (Art. 78 ao Art. 80)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO XIII

DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO (Art. 81 ao Art. 86)

CAPÍTULO VI

DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I

DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS (Art. 87 ao Art. 92)

SEÇÃO II

DA IMPLANTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS (Art. 93 ao Art. 95)

SEÇÃO III

DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS (Art. 96 ao Art. 103)

SEÇÃO IV

DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS (Art. 104 ao Art. 106)

SEÇÃO V

DAS INSTALAÇÕES DE GÁS (Art. 107)

SEÇÃO VI

DAS INSTALAÇÕES PARA ANTENAS (Art. 108)

SEÇÃO VII

DAS INSTALAÇÕES DE PARA-RAIOS (Art. 109)

SEÇÃO VIII

DAS INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO (Art. 110)

SEÇÃO IX

DAS INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS (Art. 111)

SEÇÃO X

DAS INSTALAÇÕES DE ELEVADORES (Art. 112)

SEÇÃO XI

DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO (Art. 113 ao Art. 115)

CAPÍTULO VII

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS (Art. 116 ao Art. 118)

SEÇÃO I

DAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS (Art. 119 ao Art. 120)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO II

DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL (Art. 121 ao Art. 122)

SEÇÃO III

DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL (Art. 123 ao Art. 125)

SEÇÃO IV

DAS RESIDÊNCIAS EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL (Art. 126 ao Art. 129)

SEÇÃO V

DAS RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES (Art. 130 ao Art. 138)

SEÇÃO VI

DAS EDIFICAÇÕES DE MADEIRA (Art. 139 ao Art. 147)

CAPÍTULO VIII

DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

SEÇÃO I

DO COMÉRCIO E SERVIÇO EM GERAL (Art. 148 ao Art. 150)

SEÇÃO II

DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉS, CONFEITARIAS, LANCHONETES E CONGÊNERES (Art. 151 ao Art. 153)

CAPÍTULO IX

DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS (Art. 154 ao Art. 155)

CAPÍTULO X

DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I

DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES (Art. 156)

SEÇÃO II

DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES (Art. 157)

SEÇÃO III

DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS (Art. 158)

SEÇÃO IV

DOS LOCAIS DE REUNIÃO E SALAS DE ESPETÁCULOS (Art. 159)

SEÇÃO V

DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS (Art. 160 ao Art. 163)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO VI

DAS EDIFICAÇÕES DE ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA E ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA (Art. 164)

CAPÍTULO XI

DAS OBRAS PÚBLICAS (Art. 165 ao Art. 169)

CAPÍTULO XII

DAS OBRAS COMPLEMENTARES DAS EDIFICAÇÕES (Art. 170 ao Art. 175)

CAPÍTULO XIII

DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

SEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 176)

SEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES (Art. 177)

SUBSEÇÃO I

DO AUTO DE INFRAÇÃO (Art. 178 ao Art. 180)

SUBSEÇÃO II

DA DEFESA DO AUTUADO (Art. 181 ao Art. 182)

SEÇÃO III

DAS SANÇÕES (Art. 183)

SUBSEÇÃO I

DAS MULTAS (Art. 184 ao Art. 186)

SUBSEÇÃO II

DO EMBARGO DA OBRA (Art. 187 ao Art. 190)

SUBSEÇÃO III

DA INTERDIÇÃO (Art. 191)

SEÇÃO IV

DA DEMOLIÇÃO (Art. 192 ao Art. 195)

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 196 ao Art. 201)

ANEXO I - Vagas para Estacionamento

ANEXO II - Edificações Residenciais

ANEXO III - Edifícios Residenciais - Áreas Comuns de Edificações Multifamiliares

ANEXO IV - Edifícios Comércio/Serviço

ANEXO V - Passeio Ecológico

ANEXO VI - Definições de Expressões Adotados



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

LEI COMPLEMENTAR N.º.

SÚMULA: Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Cambira. A Câmara Municipal de Cambira, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei, denominada Código de Obras do Município de Cambira, estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

Parágrafo único. Todos os projetos de obras e instalações deverão estar de acordo com esta Lei, com a legislação vigente sobre Uso e Ocupação do Solo e sobre Parcelamento do Solo, bem como com os princípios previstos na Lei do Plano Diretor do Município, em conformidade com o §1º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 2º As obras realizadas no Município serão identificadas de acordo com a seguinte classificação:

- I - construção: obra de edificação nova, autônoma, sem vínculo funcional com outras edificações porventura existentes no lote;
- II - reforma sem modificação de área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, não modificando sua área, forma ou altura;
- III - reforma com modificação de área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, que altere sua área, forma ou altura, quer por acréscimo ou decréscimo.

Parágrafo único. As obras de construção, reforma ou modificação deverão atender às disposições deste código e da legislação mencionada no artigo anterior.

Art. 3º As obras de construção ou reforma com modificação de área construída, de iniciativa pública ou privada, somente poderão ser executadas após concessão do alvará pelo órgão competente do Município, de acordo com as exigências contidas nesta Lei e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

§ 1º A Prefeitura poderá fornecer projeto de edificação de interesse social, com até 70m² (setenta metros quadrados), unifamiliar, construída em lote cujo proprietário não possua outro imóvel no Município, dentro de padrões previamente estabelecidos, com responsabilidade técnica de profissional da Prefeitura ou por ela designado ou através de convênios firmados.

§ 2º As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

Art. 4º Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo único. A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a NBR 9050 da ABNT, 2004.

Art. 5º Para construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida a critério do Município, licença prévia



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

ambiental dos órgãos estadual e/ou municipal de controle ambiental, quando da aprovação do projeto, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo único. Consideram-se impactos ao meio ambiente natural e construído as interferências negativas nas condições de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, de insolação, ventilação e acústica das edificações e das áreas urbanas e de uso do espaço urbano.

Art. 6º Os empreendimentos causadores de impacto de aumento da vazão máxima de águas pluviais para jusante deverão prever medidas de controle.

Os dispositivos utilizados para manutenção dessa vazão máxima devem ser verificados para o tempo de retorno definido conforme normas municipais.

Art. 7º Para efeito da presente Lei, são adotadas as definições constantes nos Anexos integrantes desta Lei.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

SEÇÃO I
DO MUNICÍPIO

Art. 8º Cabe ao Município a aprovação do projeto arquitetônico, observando as disposições desta Lei, bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal vigente.

Art. 9º O Município licenciará e fiscalizará a execução e a utilização das edificações.

Parágrafo único. Compete ao Município fiscalizar a manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras e edificações.

Art. 10 Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Prefeitura poderá exigir que lhe seja exibido as plantas, os cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 11 O Município deverá assegurar, através do respectivo órgão competente, o acesso dos munícipes a todas as informações contidas na legislação relativa ao Plano Diretor Municipal, Posturas, Perímetro Urbano, Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo, pertinente ao imóvel a ser construído.

SEÇÃO II
DO PROPRIETÁRIO

Art. 12 O proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados, não implicando sua aceitação, por parte do Município, em reconhecimento do direito de propriedade.

Art. 13 O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições desta Lei e das leis municipais pertinentes.

SEÇÃO III
DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Art. 14 O responsável técnico pela obra assume perante o Município e terceiros que serão seguidas todas as condições previstas no projeto de arquitetura aprovado de acordo com esta Lei.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Art. 15 É obrigação do responsável técnico a colocação de placa da obra, cujo teor será estabelecido em regulamento.

Art. 16 Para efeito desta Lei somente profissionais habilitados poderão projetar, fiscalizar, orientar, administrar e executar qualquer obra no Município.

Art. 17 Só poderão ser inscritos na Prefeitura os profissionais devidamente registrados no CREA do Paraná.

Art. 18 Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa da responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá apresentar comunicação escrita à Prefeitura, a qual só será concedida após vistoria procedida pelo órgão competente, acompanhada da anuência do interessado na obra e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º O proprietário deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, novo responsável técnico, o qual deverá enviar ao órgão competente do Município comunicação a respeito juntamente com a nova ART de substituição, sob pena de não se poder prosseguir a execução da obra.

§ 2º Os dois responsáveis técnicos, o que se afasta da responsabilidade pela obra e o que a assume, poderão fazer uma só comunicação que contenha a assinatura de ambos e do proprietário.

§ 3º A alteração da responsabilidade técnica deverá ser anotada no Alvará de Construção.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

Art. 19 A execução de quaisquer obras, citadas no Artigo 2º deste Código, com exceção de demolição, será precedida dos seguintes Atos Administrativos:

- I - consulta prévia para construção;
- II - aprovação do anteprojeto - não obrigatório;
- III - aprovação de projeto definitivo;
- IV - liberação do alvará de licença para construção.

Parágrafo único. O inciso IV deste Artigo poderá ser solicitado junto com o inciso III ou em separado, sendo que, no segundo caso, o interessado apresentará um requerimento assinado e a cópia do projeto definitivo aprovado.

SEÇÃO I
DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 20 Antes de solicitar a aprovação do Projeto, o requerente deverá efetivar a Consulta Prévia através do preenchimento da "Consulta Prévia Para Requerer Alvará de Construção".

§ 1º Ao requerente cabe as indicações:

- a) nome e endereço do proprietário;
- b) endereço da obra (lote, quadra e bairro);
- c) finalidade da obra (residencial, comercial, industrial, etc.);
- d) natureza da obra (alvenaria, madeira, mista, etc.);
- e) croqui de localização do lote (com suas medidas, ângulos, distância da esquina mais próxima, nome dos logradouros de acesso e orientação);

§ 2º A Prefeitura, mediante requerimento, fornecerá uma Ficha Técnica contendo:

- a) informações sobre os parâmetros de uso e ocupação do solo, zoneamento, dados cadastrais disponíveis, alinhamento e, em caso de logradouro já pavimentado ou



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

- com o greide definido, o nivelamento da testada do terreno, além de ressalvas quando o greide de via pública estiver sujeito a modificações futuras;
- b) as formas de apresentação bem como seus prazos de validade serão previstos em regulamento.

SEÇÃO II
DO ANTEPROJETO

Art. 21 A partir das informações prestadas pela Prefeitura na Consulta Prévia, o requerente poderá solicitar a aprovação do Anteprojeto mediante requerimento, plantas e demais documentos exigidos para a aprovação do Projeto Definitivo, conforme Seção III deste Capítulo.

Art. 22 As Plantas para a aprovação do Anteprojeto serão entregues em 3 (três) vias uma das quais ficará com a Prefeitura para comparar ao Projeto Definitivo.

SEÇÃO III
DO PROJETO DEFINITIVO

Art. 23 Após a consulta Prévia e/ou após a aprovação do Anteprojeto (se houver), o requerente apresentará o projeto definitivo composto e acompanhado de:

- I - cópia de escritura do terreno, ou documento de posse;
- II - requerimento, solicitando a aprovação do projeto definitivo assinado pelo proprietário ou representante legal, podendo o interessado solicitar concomitantemente a liberação do Alvará de Construção.
- III - consulta prévia para requerer alvará de construção preenchida;
- IV - planta de situação e estatística na escala 1:500 (um para quinhentos) ou 1:1000 (um para mil) conforme modelo definido pelo órgão municipal competente;
- V - planta baixa de cada pavimento não repetido na escala 1:50 (um para cinquenta), 1:75 (um para setenta e cinco) ou 1:100 (um para cem) contendo:
 - a) área total do pavimento;
 - b) as dimensões e áreas dos espaços internos e externos;
 - c) dimensões dos vãos de iluminação e ventilação;
 - d) a finalidade de cada compartimento;
 - e) especificação dos materiais de revestimento utilizados;
 - f) indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra;
 - g) os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais.
- VI - cortes transversais e longitudinais na mesma escala da planta baixa, com a indicação de:
 - a) pés direitos;
 - b) altura das janelas e peitoris;
 - c) perfis do telhado;
 - d) indicação dos materiais.
- VII - planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala 1:100 (um para cem) ou 1:200 (um para duzentos);
- VIII - planta de implantação na escala 1:100 (um para cem) ou 1:200 (um para duzentos) contendo:
 - a) projeto da edificação ou das edificações dentro do lote, configurando rios, canais e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;
 - b) demarcação planialtimétrica do lote e quadra a que pertence;
 - c) as dimensões das divisas do lote e os afastamentos da edificação em relação às divisas;
 - d) orientação do Norte;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

- e) indicação do lote a ser construído, dos lotes confrontantes e da distância do lote à esquina mais próxima;
- f) solução de esgotamento sanitário e localização da caixa de gordura;
- g) posição do meio fio, largura do passeio, postes, tirantes, árvores no passeio, hidrantes e bocas de lobo;
- h) localização das árvores existentes no lote;
- i) indicação dos acessos.

IX - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

X - a Prefeitura poderá exigir, caso julgue necessário, a apresentação de projetos complementares e dos cálculos estruturais dos diversos elementos construtivos, assim como desenhos dos respectivos detalhes;

XI - ART de projeto e execução;

XII - Registro de Imóveis atualizado, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias antes da requisição da Licença para Construção e Demolição ou contrato de compra e venda;

XIII - certidão negativa de débitos municipais;

XIV - termo de responsabilidade do responsável técnico ou do proprietário ou seu representante de obediência às normas legais para edificação ou demolição.

§ 1º Nos casos de projetos para construção de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo, ser consultado previamente o órgão competente da Prefeitura Municipal.

§ 2º As instalações prediais deverão ser aprovadas pelas repartições competentes estaduais ou municipais, ou pelas concessionárias de serviço público quando for o caso.

§ 3º Todas as folhas relacionadas nos incisos anteriores deverão ser apresentadas em 3 (três) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Prefeitura e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação e as rubricas dos funcionários encarregados;

§ 4º Se o proprietário da obra não for proprietário do terreno, a Prefeitura exigirá prova de acordo entre ambos;

§ 5º O prazo máximo para aprovação do projeto é de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data de entrada do projeto definitivo corrigido pelo órgão municipal competente.

SEÇÃO IV
DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS

Art. 24 Para modificações em projeto aprovado, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será necessária a aprovação de projeto modificativo.

§ 1º O requerimento solicitando aprovação do projeto modificativo deverá ser acompanhado de cópia do projeto anteriormente aprovado e do respectivo Alvará de Construção.

§ 2º A aprovação do projeto modificativo será anotada no Alvará de Construção anteriormente aprovado, que será devolvido ao requerente juntamente com o projeto.

SEÇÃO V
DO ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Art. 25 Dependerão, obrigatoriamente, de Alvará de Construção as seguintes obras:

- I - construção de novas edificações;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

- II - reformas que determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, ou que afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;
- III - implantação e utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;
- IV - construção de muro frontal;
- V - implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele em que se desenvolve a obra;
- VI - avanço do tapume sobre parte da calçada pública.

Parágrafo único. A licença para implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra terá caráter provisório.

Art. 26 Estão isentas de Alvará de Construção as seguintes obras:

- I - limpeza ou pintura interna e externa de edifícios, que não exija a instalação de tapumes, andaimes ou telas de proteção;
- II - conserto nos passeios dos logradouros públicos em geral;
- III - construção de muros divisórios laterais e de fundos com até 2m (dois metros) de altura;
- IV - construção de abrigos provisórios para operários ou depósitos de materiais, no decurso de obras definidas já licenciadas;
- V - reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, não contrariando os índices estabelecidos pela legislação referente ao uso e ocupação do solo, e que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

Art. 27 O Alvará de Construção será concedido mediante requerimento dirigido ao órgão municipal competente, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado.

Parágrafo único. A concessão do Alvará de Construção para imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à celebração de Termo de Compromisso de Preservação, o qual determinará a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário em caso de descumprimento.

Art. 28 No ato da aprovação do projeto será outorgado o Alvará de Construção, que terá prazo de validade igual a 2 (dois) anos, podendo ser revalidado pelo mesmo prazo mediante solicitação do interessado, desde que a obra tenha sido iniciada.

§ 1º Decorrido o prazo definido no *caput* sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado o alvará, bem como a aprovação do projeto.

§ 2º Para efeitos do presente artigo uma obra será considerada iniciada quando suas fundações e baldrames estiverem concluídos.

§ 3º A revalidação do alvará mencionada no *caput* deste artigo só será concedida caso os trabalhos de fundação e baldrames estejam concluídos.

§ 4º Se o prazo inicial de validade do alvará se encerrar durante a construção, esta só terá prosseguimento se o profissional responsável ou o proprietário enviar solicitação de prorrogação por escrito, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao prazo de vigência do alvará.

§ 5º O Município poderá conceder prazos superiores ao estabelecido no *caput* deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade através de cronogramas devidamente avaliados pelo órgão municipal competente.

Art. 29 Em caso de paralisação da obra o responsável deverá informar o Município.

§ 1º Para o caso descrito no *caput* deste artigo, mantém-se o prazo inicial de validade do Alvará de Construção.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

§ 2º A revalidação do Alvará de Construção poderá ser concedida, desde que a obra seja reiniciada pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência do alvará e estejam concluídos os trabalhos de fundação e baldrame.

§ 3º A obra paralisada, cujo prazo do Alvará de Construção tenha expirado sem que esta tenha sido reiniciada, dependerá de nova aprovação de projeto.

Art. 30 Os documentos previstos em regulamento deverão ser mantidos na obra durante sua construção, permitindo-se o fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente.

Art. 31 A demolição de edificação somente poderá ser efetuada mediante comunicação prévia ao órgão competente do Município, que expedirá, após vistoria, o Alvará para Demolição.

§ 1º Quando se tratar de demolição de edificação de mais de 8m (oito metros) de altura, edificação construída no alinhamento predial ou a juízo da Prefeitura Municipal, após vistoria, deverá o proprietário apresentar profissional legalmente habilitado, responsável pela execução dos serviços, que assinará o requerimento juntamente com o proprietário.

§ 2º Qualquer edificação que esteja, a juízo do departamento competente da Prefeitura, ameaçada de desabamento deverá ser demolida no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias do recebimento da notificação pelo proprietário e, este se recusando a fazê-la, a Prefeitura providenciará a execução da demolição, cobrando do mesmo as despesas correspondentes, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, acrescido da taxa de 20% (vinte por cento) de administração.

§ 3º O Alvará para Demolição será expedido juntamente com o Alvará de Construção, quando for o caso.

SEÇÃO VI
DO CERTIFICADO DE ALTERAÇÃO DE USO

Art. 32 Será objeto de pedido de certificado de alteração de uso qualquer alteração quanto à utilização de uma edificação que não implique alteração física do imóvel, desde que verificada a sua conformidade com a legislação referente ao Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único. Deverão ser anexados à solicitação de certificado de alteração de uso os documentos previstos nesta Lei.

SEÇÃO VII
DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA OU HABITE-SE

Art. 33 Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade ou ocupação.

§ 1º É considerada em condições de habitabilidade ou ocupação a edificação que:

- a) garantir segurança aos seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;
- b) possuir todas as instalações previstas em projeto, funcionando a contento;
- c) for capaz de garantir aos seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;
- d) não estiver em desacordo com as disposições desta Lei;
- e) atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico;
- f) tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado.

§ 2º Quando se tratar de edificações de interesse social, na forma prevista no §1º do artigo 3º desta Lei, será considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

- a) garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

b) estiver de acordo com os parâmetros específicos para a zona onde estiver inserida, definida na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 3º Fica o Executivo autorizado a regularizar as construções existentes até a data desta Lei, executadas dentro das normas anteriormente adotadas, desde que não fira os princípios urbanísticos da cidade, a segurança dos usuários e da população, o direito de vizinhança e os padrões mínimos de habitabilidade.

Art. 34 Concluída a obra, o proprietário e o responsável técnico deverão solicitar ao Município o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra, em documento assinado por ambos, que deverá ser precedido da vistoria efetuada pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas em regulamento.

Art. 35 Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada em desacordo com o projeto aprovado, o responsável técnico será notificado, de acordo com as disposições desta Lei, e obrigado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra.

Art. 36 A vistoria deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do seu requerimento, e o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra, concedido ou recusado dentro de outros 15 (quinze) dias.

Art. 37 Será concedido o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra parcial de uma edificação nos seguintes casos:

- I - prédio composto de parte comercial e parte residencial utilizadas de forma independente;
- II - programas habitacionais de reassentamentos com caráter emergencial, desenvolvidos e executados pelo Poder Público ou pelas comunidades beneficiadas, em regime de "mutirão".

§ 1º O Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra parcial não substitui o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra que deve ser concedido no final da obra.

§ 2º Para a concessão do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra parcial, fica a Prefeitura Municipal sujeita aos prazos e condições estabelecidas no artigo 36 desta Lei.

SEÇÃO VIII
DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 38 Os projetos de arquitetura, para efeito de aprovação e outorga do Alvará de Construção, somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas de desenho arquitetônico.

§ 1º As folhas do projeto deverão seguir as normas da NBR 10.068 da ABNT, quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tamanho A4 da ABNT.

§ 2º No canto inferior direito da(s) folha(s) de projeto será desenhado um quadro legenda com 17cm (dezessete centímetros) de largura e 27cm (vinte e sete centímetros) de altura, tamanho A4, reduzidas às margens, onde constarão:

- I - carimbo ocupando o extremo inferior do quadro legenda, com altura máxima de 9 cm (nove centímetros), especificando:
 - a) a natureza e o destino da obra;
 - b) referência da folha - conteúdo: plantas, cortes, elevações, etc.;
 - c) tipo de projeto - arquitetônico - nas construções acima de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) serão exigidos projetos complementares: estrutural, elétrico, hidrossanitário e outros;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

- d) espaço reservado para nome e assinatura do requerente, do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra, sendo estes últimos com indicação dos números dos Registros no CREA;
- e) no caso de vários desenhos de um projeto que não caibam em uma única folha, será necessário numerá-las em ordem crescente.

II - espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas;

III - espaço reservado para a declaração: "Declaramos que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse do lote";

IV - espaço reservado à Prefeitura e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações, com altura de 6cm (seis centímetros).

§ 3º Nos projetos de reforma, ampliação ou reconstrução deverá ser indicado o que será demolido, construído ou conservado de acordo com convenções especificadas na legenda.

CAPÍTULO IV **DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS**

SEÇÃO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 39 A execução das obras somente poderá ser iniciada depois de concedido o Alvará de Construção.

Parágrafo único. São atividades que caracterizam o início de uma construção:

- I - o preparo do terreno;
- II - a abertura de cavas para fundações;
- III - o início de execução de fundações superficiais.

SEÇÃO II **DO CANTEIRO DE OBRAS**

Art. 40 A implantação do canteiro de obras fora do lote em que se realiza a obra, somente terá sua licença concedida pelo órgão competente do Município, mediante exame das condições locais de circulação criadas no horário de trabalho e dos inconvenientes ou prejuízos que venham causar ao trânsito de veículos e pedestres, bem como aos imóveis vizinhos e desde que, após o término da obra, seja restituída a cobertura vegetal pré-existente à instalação do canteiro de obras.

Art. 41 É proibida a permanência de qualquer material de construção na via ou logradouro público, bem como sua utilização como canteiro de obras ou depósito de entulhos.

Parágrafo único. A não retirada dos materiais ou do entulho autoriza a Prefeitura Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa da remoção, aplicando-lhe as sanções cabíveis.

SEÇÃO III **DOS TAPUMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

Art. 42 Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas, observando o disposto nesta Seção e na Seção II deste Capítulo.

Art. 43 Nenhuma construção, reforma, reparos ou demolição poderão ser executados no alinhamento predial sem que estejam obrigatoriamente protegidos por tapumes, salvo quando se tratar de execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

Parágrafo único. Os tapumes somente poderão ser colocados após a expedição, pelo órgão competente do Município, do Alvará de Construção ou Demolição.

Art. 44 Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio sendo que, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) serão mantidos livres para o fluxo de pedestres e deverão ter, no mínimo, 2m (dois metros) de altura.

Parágrafo único. O Município, através do órgão competente, poderá autorizar a utilização do espaço aéreo do passeio desde que seja respeitado um pé direito mínimo de 2,10m (dois metros e dez centímetros) e desde que seja tecnicamente comprovada sua necessidade e adotadas medidas de proteção para circulação de pedestres.

Art. 45 Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

Art. 46 Durante a execução da obra será obrigatória a colocação de andaime de proteção do tipo bandeja salvavidas, para edifícios de três pavimentos ou mais, observando também os dispositivos estabelecidos na norma NR-18 do Ministério do Trabalho.

Art. 47 No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos, estes deverão ser dotados de guardacorpo com altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros) em todos os lados livres.

Art. 48 Após o término das obras ou no caso de paralisação por prazo superior a 4 (quatro) meses, os tapumes deverão ser recuados e os andaimes retirados.

CAPÍTULO V
DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I
DAS ESCAVAÇÕES E ATERROS

Art. 49 Nas escavações e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às edificações vizinhas.

Art. 50 No caso de escavações e aterros de caráter permanente que modifiquem o perfil do lote, o responsável legal é obrigado a proteger as edificações lindeiras e o logradouro público com obras de proteção contra o deslocamento de terra.

Parágrafo único. As alterações no perfil do lote deverão constar no projeto arquitetônico.

Art. 51 A execução de movimento de terra deverá ser precedida de autorização da Prefeitura Municipal nas seguintes situações:

- I - movimentação de terra com mais de 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de material;
- II - movimentação de terra com mais de 100m³ (cem metros cúbicos) de material nos terrenos localizados nas zonas onde a Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelece essa atividade como permissível;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

- III - movimentação de terra com qualquer volume em áreas lindeiras a cursos d'água, áreas de várzea e de solos hidromórficos ou alagadiços;
- IV - movimentação de terra de qualquer volume em áreas sujeita à erosão;
- V - alteração de topografia natural do terreno que atinja superfície maior que 1000m² (mil metros quadrados).

Art. 52 O requerimento para solicitar a autorização referida no artigo anterior deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

- I - registro do Imóvel;
- II - levantamento topográfico do terreno em escala, destacando cursos d'água, árvores, edificações existentes e demais elementos significativos;
- III - memorial descritivo informando: descrição da tipologia do solo; volume do corte e/ou aterro; volume do empréstimo ou retirada;
- IV - medidas a serem tomadas para proteção superficial do terreno;
- V - projetos contendo todos os elementos geométricos que caracterizem a situação do terreno antes e depois da obra, inclusive sistema de drenagem e contenção;
- VI - Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) da obra.

SEÇÃO II
DO TERRENO E DAS FUNDAÇÕES

Art. 53 Nenhuma edificação poderá ser construída sobre terreno úmido, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do lote.

Parágrafo único. Os trabalhos de saneamento do terreno deverão estar comprovados através de laudos técnicos que certifiquem a realização das medidas corretivas, assegurando as condições sanitárias, ambientais e de segurança para sua ocupação.

Art. 54 As fundações deverão ser executadas dentro dos limites do terreno, de modo a não prejudicar os imóveis vizinhos e não invadir o leito da via pública.

SEÇÃO III
DAS ESTRUTURAS, DAS PAREDES E DOS PISOS

Art. 55 Os elementos estruturais, paredes divisórias e pisos devem garantir:

- I - resistência ao fogo;
- II - impermeabilidade;
- III - estabilidade da construção;
- IV - bom desempenho térmico e acústico das unidades;
- V - acessibilidade.

Art. 56 Quando se tratar de paredes de alvenaria que constituírem divisões entre habitações distintas ou se construídas na divisa do lote, deverão ter espessura de 20cm (vinte centímetros).

SEÇÃO IV
DAS COBERTURAS

Art. 57 Nas coberturas deverão ser empregados materiais impermeáveis, incombustíveis e resistentes à ação dos agentes atmosféricos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO V
DAS PORTAS, PASSAGENS OU CORREDORES

Art. 58 As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, devem ter largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso.

§ 1º Para atividades específicas são detalhadas exigências no próprio corpo desta Lei, respeitando-se:

- a) Quando de uso privativo a largura mínima será de 80cm (oitenta centímetros);
- b) Quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 1cm (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando no mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

§ 2º As portas de acesso a gabinetes sanitários e banheiros terão largura mínima de 60cm (sessenta centímetros).

§ 3º A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2004 ou norma superveniente do órgão regulador.

SEÇÃO VI
DAS ESCADAS E RAMPAS

Art. 59 As escadas de uso comum ou coletivo deverão ter largura suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependem, sendo:

- I - a largura mínima das escadas de uso comum ou coletivo será de 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- II - as escadas de uso privativo ou restrito do compartimento, ambiente ou local, poderão ter largura mínima de 80cm (oitenta centímetros);
- III - as escadas deverão oferecer passagem com altura mínima nunca inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
- IV - só serão permitidas escadas em leques ou caracol e do tipo marinheiro quando interligar dois compartimentos de uma mesma habitação;
- V - nas escadas em leque, a largura mínima do degrau será de 10cm (dez centímetros), devendo a 50cm (cinquenta centímetros) do bordo interno, o degrau deverá apresentar a largura mínima do piso de 28cm (vinte e oito centímetros);
- VI - as escadas deverão ser de material incombustível, quando atenderem a mais de 02 (dois) pavimentos, excetuando-se habitação unifamiliar;
- VII - ter um patamar intermediário de pelo menos 1m (um metro) de profundidade, quando o desnível vencido for maior que 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura ou 15 (quinze) degraus;
- VIII - os degraus das escadas deverão apresentar espelho "e" e piso "p", que satisfaçam à relação 60cm (sessenta centímetros) \leq 2 e + p \leq 65cm (sessenta e cinco), admitindo-se:

- a) quando de uso privativo: altura máxima 19cm (dezenove centímetros) e largura mínima 25cm (vinte e cinco centímetros);
- b) quando de uso coletivo: altura máxima 18,5cm (dezoito centímetros e meio) e largura mínima 28cm (vinte e oito centímetros).

Art. 60 As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão em um dos lados.

Art. 61 No caso de emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências relativas ao dimensionamento fixadas para as escadas.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

§ 1º As rampas poderão apresentar inclinação máxima de 22% (vinte e dois por cento) para uso de veículos e de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) para uso de pedestres.

§ 2º Se a inclinação da rampa exceder a 6% (seis por cento) o piso deverá ser revestido com material antiderrapante.

§ 3º As rampas de acesso para veículos deverão ter seu início, no mínimo, 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) do alinhamento predial no caso de habitação coletiva ou comercial e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no caso de habitação unifamiliar.

§ 4º A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2004 ou norma superveniente do órgão regulador.

§ 5º As escadas e rampas deverão observar todas as exigências da legislação pertinente do Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

SEÇÃO VII
DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS

Art. 62 Os edifícios deverão ser dotados de marquises quando construídos no alinhamento predial, obedecendo às seguintes condições:

- I - serão sempre em balanço;
- II - terão a altura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros);
- III - a projeção da face externa do balanço deverá ser no máximo igual a 1/3 (um terço) da largura do passeio e nunca superior a 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- IV - nas ruas para pedestres as projeções máximas e mínimas poderão obedecer a outros parâmetros, de acordo com o critério a ser estabelecido pela Prefeitura Municipal.

Art. 63 As fachadas dos edifícios, quando no alinhamento predial, poderão ter floreiras, caixas para ar condicionado e brises somente acima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) do nível do passeio.

§ 1º Os elementos mencionados no *caput* deste artigo poderão projetar-se sobre o recuo frontal a uma distância máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) ou recuos laterais e de fundos a uma distância máxima de 60cm (sessenta centímetros).

§ 2º Os beirais com até 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura não serão considerados como área construída, desde que não tenham utilização na parte superior.

§ 3º O comprimento máximo de beiral deverá ser de 70cm (setenta centímetros) quando usado no recuo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) – lateral e de fundo.

§ 4º As sacadas poderão projetar-se, em balanço, até 1,20m (um metro e vinte centímetros) sobre o recuo frontal e de fundo.

SEÇÃO VIII
DOS RECUOS

Art. 64 As edificações, inclusive muros, situados nos cruzamentos dos logradouros públicos serão projetadas de modo que os dois alinhamentos sejam concordados por um chanfro de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), no mínimo.

Art. 65 Os demais recuos das edificações construídas no Município deverão estar de acordo com o disposto na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO IX
DOS COMPARTIMENTOS

Art. 66 As características mínimas dos compartimentos das edificações residenciais e comerciais estarão definidas nos Anexos II, III e IV, partes integrantes e complementares desta Lei.

SEÇÃO X
DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

Art. 67 Os espaços destinados a estacionamentos ou garagens de veículos podem ser:

- I - privativos - quando se destinarem a um só usuário, família, estabelecimento ou condomínio, constituindo dependências para uso exclusivo da edificação;
- II - coletivos - quando se destinarem à exploração comercial.

Art. 68 É obrigatória a reserva de espaços destinados a estacionamento ou garagem de veículos vinculados às atividades das edificações, com área e respectivo número de vagas calculadas de acordo com o tipo de ocupação do imóvel, à exceção de outras determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo, conforme o disposto no Anexo I desta Lei.

§ 1º Para cada vaga será estimada uma área de 25m² (vinte e cinco metros quadrados), destinada à guarda do veículo, circulação e manobra.

§ 2º As vagas para estacionamento poderão ser cobertas ou descobertas.

§ 3º Deverão ser reservadas vagas de estacionamento para deficientes físicos, identificadas para este fim, próximas da entrada da edificação nos edifícios de uso público, com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e acrescida de espaço de circulação de 1,20m (um metro e vinte centímetros), demarcada com linha contínua, atendendo o estabelecido pela Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2004, na seguinte proporção:

NÚMERO TOTAL DE VAGAS	VAGAS RESERVADAS
ATÉ 10	FACULTADO
DE 11 A 100	1 (UMA)
ACIMA DE 100	1% (UM POR CENTO)

§ 4º As atividades novas, desenvolvidas em edificações já existentes com uso diferente do pretendido, também estarão sujeitas ao disposto neste artigo.

Art. 69 Na área mínima exigida para estacionamento, conforme o disposto no artigo anterior deverá ser comprovado o número de vagas, atendidos os seguintes padrões:

- I - cada vaga deverá ter as dimensões mínimas de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de largura e 5m (cinco metros) de comprimento, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo;
- II - os corredores de circulação deverão ter as seguintes larguras mínimas, de acordo com o ângulo formado em relação às vagas:
 - a) em paralelo igual a 3m (três metros);
 - b) ângulo até 30° (trinta graus) igual a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
 - c) ângulo entre 31° (trinta e um graus) e 45° (quarenta e cinco graus) igual a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);
 - d) ângulos entre 46° (quarenta e seis graus) e 90° (noventa graus) igual a 5m (cinco metros).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Parágrafo único. Nos estacionamentos com vagas em paralelo ou inclinadas com corredores de circulação bloqueados, uma área de manobra para retorno dos veículos deverá ser prevista e demarcada.

Art. 70 Estacionamentos em áreas descobertas sobre o solo deverão ser arborizados e apresentar, no mínimo, uma árvore para cada 4 (quatro) vagas.

Art. 71 Os acessos aos estacionamentos deverão atender às seguintes exigências:

- I - circulação independente para veículos e pedestres;
- II - largura mínima de 3m (três metros) para acessos em mão única e 5m (cinco metros) em mão dupla até o máximo de 7m (sete metros) de largura e o rebaixamento ao longo do meio fio para a entrada e saída de veículos poderá ter o comprimento do acesso mais 25% (vinte e cinco por cento) até o máximo de 7m (sete metros);
- III - para testada com mais de um acesso, o intervalo entre guias rebaixadas não poderá ser menor que 5m (cinco metros);
- IV - ter uma distância mínima de 10m (dez metros) do encontro dos alinhamentos prediais na esquina, exceto quando se tratar de garagem ou estacionamento com área superior a 2000m² (dois mil metros quadrados), quando esta distância mínima passa a ser de 25m (vinte e cinco metros).

Art. 72 Garagem ou estacionamento com capacidade superior a 30 (trinta) vagas deverá ter acesso e saída independentes ou em mão dupla, exceto quando destinado exclusivamente ao uso residencial.

Art. 73 Os acessos a garagens ou estacionamentos coletivos e a edifícios garagem deverão dispor de uma área de acumulação - canaleta de espera junto à sua entrada e ao nível do logradouro, calculada de acordo com a tabela abaixo:

ÁREA DE ESTACIONAMENTO (m ²)	COMPRIMENTO DA ÁREA DE ACUMULAÇÃO (m)	NÚMERO MÍNIMO DE CANALETAS
ATÉ 1000	10	1
DE 1000 A 2000	15	1
DE 2000 A 5000	20	2
ACIMA DE 5000	25	2

§ 1º A largura mínima da área de acumulação - canaleta de espera deverá ser de 3m (três metros) para acessos com mão única e de 5m (cinco metros) para os de mão dupla.

§ 2º A guarita de controle deverá localizar-se ao final da canaleta de espera.

§ 3º A área de acumulação dos veículos não será computada como área de estacionamento.

§ 4º Os acessos de veículos deverão ter sinalização de advertência para transeuntes.

Art. 74 Para análise do espaço destinado ao estacionamento ou garagem deverá ser apresentada planta da área ou pavimento com a demarcação das guias rebaixadas, acessos, corredores de circulação, espaços de manobra, arborização e vagas individualizadas, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 75 Nos casos em que o piso do estacionamento descoberto receber revestimento impermeável deverá ser adotado um sistema de drenagem, acumulação e descarga.

Art. 76 As dependências destinadas a estacionamento de veículos deverão atender às seguintes exigências, além das relacionadas anteriormente:

- I - ter pé-direito mínimo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
- II - ter sistema de ventilação permanente;
- III - ter vagas para estacionamento para cada veículo locadas e numeradas em planta;
- IV - ter demarcada área de manobra, em planta.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO XI
DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO

Art. 77 As áreas de recreação em edificações construídas no Município deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- I - em todas as edificações com mais de 4 (quatro) unidades residenciais será exigida uma área de recreação coletiva, equipada, aberta ou coberta, com pelo menos 9m² (nove metros quadrados) por unidade habitacional ou 10% (dez por cento) da área total do terreno, localizada em área de preferência isolada, com acesso independente ao de veículos, sobre os terraços ou no térreo;
- II - no dimensionamento da área de recreação, 50% (cinquenta por cento), no mínimo, terá que constituir área contínua, não podendo ser calculada a partir da adição de áreas isoladas;
- III - não será computada como área de recreação coletiva a faixa correspondente ao recuo obrigatório do alinhamento predial, porém poderá ocupar os recuos laterais e de fundos, desde que sejam no térreo ou sobre a laje da garagem e obedeça a um círculo inscrito mínimo de 3m (três metros) de diâmetro.

SEÇÃO XII
DOS PASSEIOS E MUROS

Art. 78 Os proprietários de imóveis, que tenham frente para ruas pavimentadas ou com meio-fio e sarjetas, são obrigados a implantar passeios de acordo com o projeto estabelecido para a rua pela Prefeitura, bem como conservar os passeios à frente de seus lotes.

§ 1º Nas zonas residenciais o Executivo poderá adotar o passeio ecológico, conforme definido no Anexo V desta Lei.

§ 2º Os passeios terão a declividade transversal máxima de 2% (dois por cento).

§ 3º No caso de não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo ou quando os passeios se acharem em mau estado, a Prefeitura intimará o proprietário para que providencie a execução dos serviços necessários conforme o caso e, não o fazendo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a Prefeitura poderá fazer, cobrando do proprietário as despesas totais, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, acrescido do valor da correspondente multa.

Art. 79 Os lotes baldios, decorridos 3 (três) anos da aceitação do loteamento, ou, antes disso, se estiver mais de 60% (sessenta por cento) dos lotes já edificados, devem ter calçadas e muro com altura mínima de forma a conter o avanço da terra sobre o passeio público.

Art. 80 O infrator será intimado a construir o muro dentro de 30 (trinta) dias. Findo este prazo, não sendo atendida a intimação, a Prefeitura cobrará a correspondente multa.

SEÇÃO XIII
DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 81 Todos os compartimentos de qualquer local habitável, para os efeitos de insolação, ventilação e iluminação terão abertura em qualquer plano, abrindo diretamente para o logradouro público ou espaço livre e aberto do próprio imóvel.

§ 1º As edificações deverão atender os parâmetros de recuo dispostos na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º As distâncias mínimas serão calculadas perpendicularmente à abertura, da parede à extremidade mais próxima da divisa.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Art. 82 A área necessária para a insolação, ventilação e iluminação dos compartimentos está indicada nos Anexos II, III e IV, parte integrante desta Lei.

Art. 83 Os compartimentos destinados a lavabos, antessalas, corredores e “kit”, poderão ser ventilados indiretamente por meio de forro falso (dutos horizontais) através de compartimento contínuo com a observância das seguintes condições:

- I - largura mínima equivalente a do compartimento a ser ventilado;
- II - altura mínima livre de 20cm (vinte centímetros);
- III - comprimento máximo de 6m (seis metros), exceto no caso de serem abertos nas duas extremidades, quando não haverá limitação àquela medida;
- IV - comunicação direta com espaços livres;
- V - a boca voltada para o exterior deverá ter tela metálica e proteção contra água da chuva.

Art. 84 Os compartimentos de lavabos, antessalas, corredores e “kit” poderão ter ventilação forçada, feita por chaminé de tiragem, observadas as seguintes condições:

- I - serem visitáveis na base;
- II - permitirem a inspeção de um círculo de 50cm (cinquenta centímetros) de diâmetro;
- III - terem revestimento interno liso.

Art. 85 Os compartimentos sanitários, vestíbulos, corredores, sótãos, lavanderias e depósitos poderão ter iluminação e ventilação zenital.

Art. 86 Quando os compartimentos tiverem aberturas para insolação, ventilação e iluminação sob alpendre, terraço ou qualquer cobertura a área do vão para iluminação natural deverá ser acrescida de mais 25% (vinte e cinco por cento), além do mínimo exigido nos Anexos II, III e IV, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO VI
DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I
DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 87 Consideram-se águas pluviais as que procedem imediatamente das chuvas (artigo 102 do Decreto nº. 24.643/1934, de 10/07/1934 - Código de Águas).

§ 1º As águas pluviais pertencem ao dono do imóvel onde caírem diretamente, podendo o mesmo dispor delas à vontade, salvo existindo norma legal em contrário.

§ 2º Ao dono do imóvel, porém, não é permitido:

- a) desperdiçar essas águas em prejuízo de outros proprietários que delas se possam aproveitar, sob pena de indenização aos proprietários;
- b) desviar essas águas de seu curso natural para lhes dar outro, sem consentimento expresso dos donos dos prédios que irão recebê-las.

Art. 88 O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio.

§ 1º Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas às sarjetas, será permitido o lançamento dessas águas nas galerias de águas pluviais, após aprovação pela Prefeitura de esquema gráfico apresentado pelo interessado.

§ 2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º A ligação será concedida a título precário, cancelável a qualquer momento pela Prefeitura caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Art. 89 Em qualquer caso é proibido:

- I - o escoamento da água dos beirais ou goteiras diretamente para a via pública ou sobre o imóvel vizinho, salvo quando para a via pública não for possível a ligação sob a calçada poderá ser feito através de dutos fechados e com o lançamento para a calçada em altura não superior a 20cm (vinte centímetros) do pavimento;
- II - introduzir nas redes públicas de drenagem:
 - a) matérias explosivas ou inflamáveis;
 - b) matérias radioativas em concentrações consideradas inaceitáveis pelas entidades competentes que pela sua natureza química ou microbiológica constituam um elevado risco para a saúde pública ou para a conservação do sistema;
 - c) entulhos, plásticos, areias, lamas ou cimento;
 - d) lamas extraídas de fossas sépticas e gorduras ou óleos de câmaras retentoras ou dispositivos similares, que resultem de operações de manutenção;
 - e) quaisquer outras substâncias que, de uma maneira geral, possam obstruir e/ou danificar as canalizações e seus acessórios, ou causar danos, retardando ou paralisando o fluxo natural das águas;
 - f) óleos minerais e vegetais;
 - g) águas com características anormalmente diferentes das águas pluviais urbanas.

Art. 90 A construção das redes de drenagem são de responsabilidade:

- I - do Município em áreas já loteadas cuja obrigação da construção da rede não seja mais de responsabilidade do loteador;
- II - do loteador ou proprietário nos novos loteamentos ou arruamentos ou naqueles existentes cuja responsabilidade ainda remanesce com o loteador ou proprietário, inclusive a construção de emissários ou dissipadores quando esta for de exigência dos órgãos técnicos da Prefeitura para aprovação do loteamento.

Parágrafo único. A construção do sistema de drenagem deve obedecer as determinação e especificações dos órgãos técnicos da Prefeitura.

Art. 91 O proprietário do imóvel deverá manter área descoberta e permeável do terreno (taxa de permeabilização), em relação a sua área total, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana, conforme parâmetro definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 92 Não é permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

SEÇÃO II
DA IMPLANTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS

Art. 93 O controle de cheias e alagamentos consistirá em acumular o máximo possível os excedentes hídricos a montante, possibilitando assim o retardamento do pico das enchentes para as chuvas de curta duração e maior intensidade.

Art. 94 Para aplicação do referido controle, os mecanismos de contenção de cheias ficam assim definidos:

- I - **BACIAS OU RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO** - são dispositivos capazes de reter e acumular parte das águas pluviais de chuvas intensas de modo a retardar o pico de cheias, aliviando assim os canais ou galerias de jusante responsáveis pela macro drenagem;
- II - **CISTERNAS OU RESERVATÓRIOS DE ACUMULAÇÃO** - são dispositivos com objetivo de reter os excedentes hídricos localizados, resultantes da microdrenagem, podendo se constituir de sumidouros com dispositivos que permitam a infiltração para o aquífero ou impermeáveis de modo a acumular as águas pluviais e possibilitar o seu aproveitamento para fins de irrigação, limpeza e outros fins que não constituam abastecimento para o uso na alimentação e higiene.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Art. 95 Será obrigatória a implantação de cisternas ou reservatórios de acumulação ou retenção:

- I - nos novos empreendimentos, ampliações e/ou reformas com área superior a 1000m² (mil metros quadrados) situados em Zona de Comércio e Serviços ou Industrial;
- II - nos novos empreendimentos, ampliações e/ou reformas independente do uso e localização com mais de 6 (seis) pavimentos;
- III - nos novos empreendimentos, ampliações e/ou reformas independente do uso e localização que impermeabilizem área superior a 5000m² (cinco mil metros quadrados);
- IV - nos novos empreendimentos, ampliações e/ou reformas destinados ao uso comunitário, comercial, de prestação de serviços e industrial que possuam área construída igual ou superior a 5000m² (cinco mil metros quadrados).

Parágrafo único. O dimensionamento da cisterna ou reservatório de retenção será regulamentado pelo setor competente de Obras e Urbanismo.

SEÇÃO III
DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS

Art. 96 Todas as edificações em lotes com frente para logradouros públicos que possuam redes de água potável e de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessas redes e suas instalações.

§ 1º Deverão ser observadas as exigências da concessionária local quanto à alimentação pelo sistema de abastecimento de água e quanto ao ponto de lançamento para o sistema de esgoto sanitário.

§ 2º As instalações nas edificações deverão obedecer às exigências dos órgãos competentes e estar de acordo com as prescrições da ABNT.

Art. 97 Quando a rua não tiver rede de água, a edificação poderá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas superficiais.

Art. 98 Quando a rua não possuir rede de esgoto, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro ou poço anaeróbico), conforme normas da ABNT.

Art. 99 Toda unidade residencial deverá possuir no mínimo um reservatório, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica.

§ 1º Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

§ 2º As pias de cozinha deverão, antes de ligadas à rede pública, passar por caixa de gordura localizada internamente ao lote.

Art. 100 O reservatório de água deverá possuir:

- I - cobertura que não permita a poluição da água;
- II - torneira de boia que regule, automaticamente, a entrada de água do reservatório;
- III - extravasor - ladrão, com diâmetro superior ao do tubo alimentar, com descarga em ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira de boia;
- IV - canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório;
- V - volume de reserva compatível com o tipo de ocupação e uso de acordo com as prescrições da Norma Brasileira - NBR 5626 da ABNT ou norma superveniente do órgão regulador.

Art. 101 A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 3% (três por cento).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Art. 102 Não será permitida a ligação de canalização de esgoto ou de águas servidas às sarjetas ou galerias de águas pluviais.

Art. 103 Todas as instalações hidráulico sanitárias deverão ser executadas conforme especificações da ABNT.

SEÇÃO IV
DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 104 As entradas aéreas e subterrâneas de luz e força de edifícios deverão obedecer às normas técnicas exigidas pela concessionária local.

Art. 105 Os diâmetros dos condutores de distribuição interna serão calculados de conformidade com a carga máxima dos circuitos e voltagem de rede.

Art. 106 O diâmetro dos eletrodutos será calculado em função do número e diâmetro dos condutores, conforme as especificações da ABNT.

SEÇÃO V
DAS INSTALAÇÕES DE GÁS

Art. 107 As instalações de gás nas edificações deverão ser executadas de acordo com as prescrições das normas da ABNT.

SEÇÃO VI
DAS INSTALAÇÕES PARA ANTENAS

Art. 108 Nos edifícios comerciais e habitacionais é obrigatória a instalação de tubulação para antena de televisão em cada unidade autônoma.

Parágrafo único. Nos casos de instalações de antenas coletivas para rádio e televisão deverão ser atendidas as exigências legais.

SEÇÃO VII
DAS INSTALAÇÕES DE PARA-RAIOS

Art. 109 Será obrigatória a instalação de pára raios, de acordo com as normas da ABNT nas edificações em que se reúna grande número de pessoas, bem como em torres e chaminés elevadas e em construções isoladas e muito expostas.

SEÇÃO VIII
DAS INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Art. 110 As edificações construídas, reconstruídas, reformadas ou ampliadas, quando for o caso, deverão ser providas de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio, de acordo com as prescrições das normas da ABNT e da legislação específica do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

SEÇÃO IX
DAS INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art. 111 Todas as edificações deverão ser providas de tubulação para rede telefônica de acordo com as normas técnicas exigidas pela empresa concessionária.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO X
DAS INSTALAÇÕES DE ELEVADORES

Art. 112 Será obrigatória a instalação de, no mínimo, 1 (um) elevador nas edificações com mais de 4 (quatro) pavimentos e 2 (dois) elevadores nas edificações de mais de 7 (sete) pavimentos.

§ 1º O térreo conta como um pavimento, bem como cada pavimento abaixo do nível do meio-fio.

§ 2º No caso de existência da sobreloja, a mesma contará como um pavimento.

§ 3º Se o pé-direito do pavimento térreo for igual ou superior a 5m (cinco metros) contará como 2 (dois) pavimentos e a partir daí, a cada 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acrescidos a este pé-direito corresponderá a 1 (um) pavimento a mais.

§ 4º Os espaços de acesso ou circulação às portas dos elevadores deverão ter dimensão não inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), medida perpendicularmente às portas dos elevadores.

§ 5º Os elevadores não poderão ser os únicos modos de acesso aos pavimentos superiores de qualquer edificação.

§ 6º O sistema mecânico de circulação vertical (número de elevadores, cálculo de tráfego e demais características) está sujeito às normas técnicas da ABNT, sempre que for instalado, e deve ter um responsável legalmente habilitado.

§ 7º Não será considerado para efeito da aplicação deste artigo o último pavimento, quando este for de uso exclusivo do penúltimo ou destinado a servir de moradia do zelador.

SEÇÃO XI
DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 113 As edificações deverão prever local para armazenagem de lixo, onde o mesmo deverá permanecer até o momento da apresentação à coleta.

Art. 114 Nas edificações com mais de 2 (dois) pavimentos deverá haver, local para armazenagem de lixo.

Art. 115 Em todas as edificações, exceto aquelas de uso para habitação de caráter permanente unifamiliar, voltadas à via pública deverá ser reservado área do terreno voltada e aberta para o passeio público para o depósito de lixo a ser coletado pelo serviço público.

CAPÍTULO VII
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 116 Para cada compartimento das edificações residenciais são definidos, de acordo com o Anexo II:

I	O DIÂMETRO MÍNIMO DO CÍRCULO INSCRITO
II	A ÁREA MÍNIMA
III	A ILUMINAÇÃO MÍNIMA
IV	A VENTILAÇÃO MÍNIMA
V	O PÉ-DIREITO MÍNIMO
VI	OS REVESTIMENTOS DE SUAS PAREDES E PISOS
VII	A VERGA MÁXIMA



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Parágrafo único. As edificações residenciais multifamiliares - edifícios de apartamentos - deverão observar, além de todas as exigências cabíveis especificadas nesta Lei, as exigências do Anexo III, no que couber, para as áreas comuns.

Art. 117 As residências poderão ter 2 (dois) compartimentos conjugados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

Art. 118 Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, cujo diâmetro do círculo inscrito deve atender à soma dos recuos mínimos exigidos por lei.

SEÇÃO I
DAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS

Art. 119 Consideram-se residências geminadas duas unidades de moradias contíguas que possuam uma parede comum, com testada mínima de 6m (seis metros) para cada unidade.

Parágrafo único. O lote das residências geminadas só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas do lote estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e quando as moradias, isoladamente, estejam de acordo com esta Lei.

Art. 120 A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são os definidos pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem.

SEÇÃO II
DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 121 Consideram-se as residências em série, paralelas ao Alinhamento Predial, as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 10 (dez) unidades de moradia.

Art. 122 As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

- I - a testada da área do lote de uso exclusivo de cada unidade terá, no mínimo 6m (seis metros);
- II - a área mínima do terreno de uso privativo da unidade de moradia não será inferior a 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);
- III - o afastamento da divisa de fundo terá, no mínimo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. A taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia.

SEÇÃO III
DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 123 Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de faixa de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades.

Art. 124 As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

- I - até 4 (quatro) unidades, o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo 4m (quatro metros), sendo no mínimo 1m (um metro) de passeio;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

II - com mais de 4 (quatro) unidades, o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo:

- a) 8m (oito metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado da faixa de acesso, sendo no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio;
- b) ou 10m (dez metros), quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados da faixa de acesso, sendo no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado.

III - quando houver mais de 4 (quatro) moradias no mesmo alinhamento, deverá ser prevista e demarcada uma área de manobra para retorno dos veículos;

IV - possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo 6 m (seis metros) de testada e área de uso privativo de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do lote mínimo da zona onde estiver situado e nunca inferior a 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);

V - a Taxa de Ocupação, Coeficiente de Aproveitamento e Recuos são definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia.

Art. 125 As residências em série transversais ao alinhamento predial, somente poderão ser implantadas em lotes que tenham frente e acesso para as vias oficiais de circulação com largura igual ou superior a 12m (doze metros).

SEÇÃO IV
DAS RESIDÊNCIAS EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL

Art. 126 Consideram-se residências em condomínio horizontal aquelas cuja disposição exija a abertura de via(s) interna(s) de acesso, não podendo ser superior a 30 (trinta) o número de unidades.

Art. 127 As residências em condomínio horizontal deverão obedecer às seguintes condições:

- I - as vias internas de acesso deverão ter no mínimo 8m (oito metros) de largura e 4m (quatro metros) de passeio;
- II - a área de passeio deverá ter uma faixa pavimentada de no máximo 2m (dois metros);
- III - cada unidade de moradia possuirá uma área de terreno de uso exclusivo com no mínimo, 12m (doze metros) de testada e área de uso privativo de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do lote mínimo da zona onde estiver situado e nunca inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);
- IV - a Taxa de Ocupação, Coeficiente de Aproveitamento e Recuos são definidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia;
- V - as unidades deverão ter afastamento mínimo das laterais de 2m (dois metros) e de 4m (quatro metros) do fundo do lote;
- VI - deverá ser mantida uma taxa de permeabilidade de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) do lote.

Art. 128 O condomínio horizontal somente poderá ter vedações, nas faces voltadas às vias públicas, por meio de gradil com altura máxima de 3,50m (três metros e meio) e com recuo de 50cm (cinquenta centímetros) do alinhamento predial, devendo ser previsto paisagismo nesta área.

Art. 129 As residências em condomínio horizontal somente poderão ser implantadas em lotes que tenham frente e acesso para as vias oficiais de circulação com largura igual ou superior a 12m (doze metros).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO V
DAS RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES

Art. 130 Serão considerados para efeito deste artigo as edificações multifamiliares, correspondendo a mais de uma unidade por edificação, sem prejuízo das exigências das Leis Municipais de Parcelamento e de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 131 Todos os apartamentos deverão observar as disposições contidas nos artigos referentes a dimensionamento dos cômodos, bem como as posturas relativas à iluminação e ventilação.

Art. 132 Os edifícios de 4 (quatro) ou mais pavimentos, incluindo o térreo e/ou 9 (nove) ou mais apartamentos possuirão, no *hall* de entrada, local destinado à portaria, dotado de caixa receptora de correspondência.

Parágrafo único. Quando o edifício dispuser de menos de 4 (quatro) pavimentos, e/ou menos de 9 (nove) apartamentos, será obrigatória apenas a instalação de caixa coletora de correspondência por apartamento em local visível do pavimento térreo.

Art. 133 A residência do zelador, quando houver, deverá satisfazer as mesmas condições de unidade residencial unifamiliar, previstas neste código.

Art. 134 As edificações para apartamentos, com número igual ou inferior a 12 (doze) apartamentos deverão ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independente da eventual residência para o zelador, pelo menos os seguintes compartimentos de uso dos encarregados dos serviços da edificação:

- I - instalação sanitária com área mínima de 1,50m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados);
- II - depósito de material de limpeza com área mínima de 4m² (quatro metros quadrados).

Parágrafo único. Nas edificações para apartamentos com mais de 12 (doze) apartamentos deverá ser previsto vestiários com 4m² (quatro metros quadrados), além das exigências constantes deste artigo.

Art. 135 Em edifícios de 4 (quatro) ou mais pavimentos, é obrigatória a instalação de elevadores na forma disposta neste código.

Art. 136 Nos prédios de apartamentos não será permitido depositar materiais ou exercer atividades que, pela sua natureza, representem perigo, ou seja, prejudiciais à saúde e ao bem-estar dos moradores e vizinhos.

Art. 137 As garagens dos edifícios residenciais devem atender ao disposto no Anexo I - Vagas para Estacionamento.

Art. 138 Os edifícios com área total de construção superior a 750m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) terão, obrigatoriamente, espaço descoberto para recreação infantil, que atenda às seguintes exigências:

- I - poderá estar situada, na área reservada para a permeabilidade do terreno, desde que, o piso não seja impermeável;
- II - conter no plano de piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3m (três metros);
- III - situar-se junto a espaços livres externos ou internos;
- IV - estar separado de local de circulação ou estacionamento de veículos e de instalação de coletor ou depósito de lixo e permitir acesso direto à circulação vertical;
- V - conter equipamentos para recreação de criança;
- VI - ser dotado se estiver em piso acima do solo, de fecho de altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros), para proteção contra queda.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO VI
DAS EDIFICAÇÕES DE MADEIRA

Art. 139 As edificações que possuem estrutura e vedação em madeira deverão garantir padrão e desempenho quanto ao isolamento térmico, resistência ao fogo, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade nos termos das normas específicas (ABNT).

Art. 140 A resistência ao fogo deverá ser otimizada, através de tratamento adequado da madeira, para retardamento da combustão.

Art. 141 Os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material incombustível.

Art. 142 As edificações de madeira ficarão condicionadas aos seguintes parâmetros:

- I - máximo de 2 (dois) andares;
- II - altura máxima de 8m (oito metros);
- III - afastamento mínimo de 2m (dois metros) de qualquer ponto das divisas ou de outra edificação;
- IV - afastamento mínimo de 5m (cinco metros) de outra edificação de madeira;
- V - as paredes deverão ter embasamento de alvenaria, concreto ou material similar, com altura mínima de 50cm (cinquenta centímetros) acima do solo circundante;
- VI - quando a madeira for convenientemente tratada contra a ação da umidade, conforme atestado comprobatório fornecido por laboratório de comprovada idoneidade, a altura fixada no inciso anterior poderá ser reduzida para 20cm (vinte centímetros);
- VII - tenha pé-direito mínimo de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros);
- VIII - tenha os compartimentos de acordo com a disposição deste Código;
- IX - tenha a instalação sanitária com área mínima de 2m² (dois metros quadrados);
- X - apresente cobertura de cerâmica ou qualquer outro material incombustível.

Art. 143 Será permitida a construção de habitações de madeira, agrupadas duas a duas, desde que a parede divisória entre ambas, em toda sua extensão e até 30cm (trinta centímetros) acima do ponto mais elevado do telhado, seja de madeira incombustível ou de outro material que impeça a ação do fogo.

Art. 144 As faces internas das paredes da cozinha deverão ser tratadas com material liso, resistente, impermeável e lavável, até a altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) ou receber tratamento impermeabilizante equivalente.

Art. 145 Não serão permitidas edificações de madeira ou outro material similar, quando destinadas a fins comerciais ou industriais.

§ 1º Será permitida a construção de barracões de madeira ou material similar, em canteiros de obras, desde que obedecidos os recuos mínimos de 3m (três metros) das divisas laterais e de fundos do terreno. Esses barracões serão destinados exclusivamente para operações de venda do imóvel em seu todo ou em unidades isoladas, administração local da obra, depósito de materiais de construção e acomodações de operários.

§ 2º A autorização para construção desses barracões será concedida pela Prefeitura, a título precário, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, desde que justificada sua necessidade.

§ 3º A prorrogação do prazo do parágrafo anterior será concedida se requerida e justificada pelo interessado, cabendo à Prefeitura a decisão de concedê-la ou não.

Art. 146 Os galpões não poderão ser usados para habitação.

Parágrafo único. Quando a área for superior a 80m² (oitenta metros quadrados) exigir-se-á responsável pelo projeto e pela execução da obra, bem como aprovação pelo órgão competente (Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná), no que se refere às medidas adotadas para evitar a propagação de incêndios.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Art. 147 As casas de madeira pré-fabricadas deverão atender às especificações contidas neste Código, referentes às habitações unifamiliares.

CAPÍTULO VIII
DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

SEÇÃO I
DO COMÉRCIO E SERVIÇO EM GERAL

Art. 148 As edificações destinadas ao comércio em geral deverão observar os seguintes requisitos:

I - ter pé-direito mínimo de:

- a) 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), quando a área de compartimento não exceder a 100m² (cem metros quadrados);
- b) 3m (três metros) quando a área do compartimento estiver acima de 100m² (cem metros quadrados).

II - ter as portas gerais de acesso ao público com largura que esteja na proporção de 1m (um metro) para cada 300m² (trezentos metros quadrados) da área útil, sempre respeitando o mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III - o *hall* de edificações comerciais observará, além das exigências contidas no Anexo IV:

- a) quando houver só um elevador, terá no mínimo 12m² (doze metros quadrados) e diâmetro mínimo de 3m (três metros);
- b) a área do hall será aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;
- c) quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall este poderá ter diâmetro mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

IV - ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações desta Lei e do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;

V - todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitários que contenham cada um, no mínimo, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica, observando que:

- a) acima de 100m² (cem metros quadrados) de área útil é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos;
- b) nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável;
- c) nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviamento de receitas, curativos e aplicações de injeções, deverão atender às mesmas exigências do inciso anterior e obedecer às normas dos órgãos competentes;
- d) os açougues, peixarias e estabelecimentos congêneres deverão dispor de 1 (um) sanitário contendo no mínimo 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório, na proporção de um sanitário para cada 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área útil, além das exigências específicas dos órgãos competentes.

VI - os supermercados, mercados e lojas de departamento deverão atender às exigências específicas estabelecidas nesta Lei para cada uma de suas seções.

Art. 149 As galerias comerciais, além das disposições da presente Lei que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ter pé-direito mínimo de 3m (três metros);



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

- II - ter largura não inferior a 1/12 (um doze avos) de seu maior percurso e no mínimo de 3m (três metros);
III - o átrio de elevadores que se ligar às galerias deverá:

- a) formar um remanso;
b) não interferir na circulação das galerias.

Art. 150 Será permitida a construção de jiraus ou mezaninos, obedecidas as seguintes condições:

- I - não deverão prejudicar as condições de ventilação e iluminação dos compartimentos;
II - sua área não deverá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento inferior;
III - o pé-direito deverá ser, tanto na parte superior quando na parte inferior, igual ao estabelecido no artigo 148, inciso I, desta Lei.

SEÇÃO II
DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉS, CONFEITARIAS, LANCHONETES E
CONGÊNERES

Art. 151 As edificações deverão observar às disposições desta Lei, em especial àquelas contidas na seção I deste Capítulo.

Art. 152 As cozinhas, copas, despensas e locais de consumação não poderão ter ligação direta com compartimentos sanitários ou destinados à habitação.

Art. 153 Nos estabelecimentos com área acima de 40m² (quarenta metros quadrados), e nos restaurantes, independente da área construída, serão necessários compartimentos sanitários públicos distintos para cada sexo, que deverão obedecer às seguintes condições:

- I - para o sexo feminino, no mínimo, 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório para cada 40m² (quarenta metros quadrados) de área útil;
II - para o sexo masculino, no mínimo 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório para cada 40m² (quarenta metros quadrados) de área útil.

Parágrafo único. Na quantidade de sanitários estabelecida por este artigo, deverão ser consideradas às exigências das normas para atendimento dos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO IX
DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS

Art. 154 As edificações destinadas à indústria em geral, fábricas e oficinas, além das disposições constantes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão:

- I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;
II - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;
III - os seus compartimentos, quando tiverem área superior a 75m² (setenta e cinco metros quadrados), deverão ter pé-direito mínimo de 3,20m (três metros e vinte centímetros);
IV - quando os compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com normas específicas relativas à segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes e, em especial, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Art. 155 Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou qualquer outro aparelho onde se produza ou concentre calor deverão obedecer às normas técnicas vigentes e disposições do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, admitindo-se:

- I - uma distância mínima de 1m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), pelo menos, quando houver pavimento superior oposto;
- II - uma distância mínima de 1m (um metro) das paredes das divisas com lotes vizinhos.

CAPÍTULO X
DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I
DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 156 As edificações destinadas a escolas e estabelecimentos congêneres deverão obedecer às normas da Secretaria da Educação do Estado e da Secretaria Municipal de Educação, além das disposições desta Lei no que lhes couber.

SEÇÃO II
DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES

Art. 157 As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres deverão estar de acordo com o Código Sanitário do Estado e demais Normas Técnicas Especiais, além das demais disposições legais vigentes no Município.

SEÇÃO III
DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 158 As edificações destinadas a hotéis e congêneres deverão obedecer às seguintes disposições:

- I - ter instalações sanitárias, na proporção de 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) chuveiro e 1 (um) lavatório, no mínimo, para cada grupo de 4 (quatro) quartos, por pavimento, devidamente separados por sexo;
- II - ter, além dos apartamentos ou quartos, dependências para vestíbulo e local para instalação de portaria e sala de estar;
- III - ter pisos e paredes de copas, cozinhas, despensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 2m (dois metros), revestido com material lavável e impermeável;
- IV - ter vestiário e instalação sanitária privativos para o pessoal de serviço;
- V - todas as demais exigências contidas no Código Sanitário do Estado;
- VI - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio, de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;
- VII - obedecer as demais exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Os quartos que não tiverem instalações sanitárias privativas deverão possuir lavatório com água corrente.

SEÇÃO IV
DOS LOCAIS DE REUNIÃO E SALAS DE ESPETÁCULOS

Art. 159 As edificações destinadas a auditórios, cinemas, teatros, salões de baile, ginásios de esportes, templos religiosos e similares deverão atender às seguintes disposições:



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

I - ter instalações sanitárias separadas para cada sexo, com as seguintes proporções mínimas:

- a) para o sanitário masculino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 100 (cem) lugares;
- b) para o sanitário feminino, 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório para cada 100 (cem) lugares.

II - para efeito de cálculo do número de pessoas será considerada, quando não houver lugares fixos, a proporção de 1m² (um metro quadrado) por pessoa, referente à área efetivamente destinada às mesmas;

III - as portas deverão ter a mesma largura dos corredores sendo que as de saída das edificações deverão ter a largura correspondente a 1 cm (um centímetro) por lugar, não podendo ser inferior a 2m (dois metros) e deverão abrir de dentro para fora;

IV - os corredores de acesso e escoamentos, cobertos ou descobertos, terão largura mínima de 2m (dois metros), o qual terá um acréscimo de 1cm (um centímetro) a cada grupo de 10 (dez) pessoas excedentes à lotação de 150 (cento e cinquenta) lugares;

V - as circulações internas à sala de espetáculos terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 1cm (um centímetro) por lugar excedente a 100 (cem) lugares;

VI - quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo, serão necessárias 2 (duas) escadas, no mínimo, que deverão obedecer as seguintes condições:

- a) as escadas deverão ter largura mínima de 2m (dois metros), e ser acrescidas de 1 cm (um centímetro) por lugar excedente superior a 100 (cem) lugares;
- b) sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- c) as escadas não poderão ser desenvolvidas em leque ou caracol.

VII - haverá obrigatoriamente sala de espera, cuja área mínima, deverá ser de 20 cm² (vinte centímetros quadrados) por pessoa, considerando a lotação máxima;

VIII - as escadas poderão ser substituídas por rampas, com no máximo 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) de declividade;

IX - as escadas e rampas deverão cumprir, no que couber, o estabelecido na Seção IV, do capítulo V, desta Lei;

X - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;

XI - com a finalidade de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de necessidades especiais, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2004 ou norma superveniente de órgão regulador.

SEÇÃO V
DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS PARA
VEÍCULOS

Art. 160 Será permitida a instalação de postos de abastecimento, serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos nos locais definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, observado o que dispõe a legislação Federal e Estadual.

Art. 161 A autorização para construção de postos de abastecimento de veículos e serviços será concedida com observância das seguintes condições:

I - para a obtenção dos Alvarás de Construção ou de Localização e Funcionamento dos postos de abastecimento junto à Prefeitura Municipal será necessária a análise de projetos e apresentação de respectivas licenças do órgão ambiental estadual;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

- II - deverão ser instalados em terrenos com área igual ou superior a 900m² (novecentos metros quadrados) e testada mínima de 25m (vinte e cinco metros);
- III - somente poderão ser construídos com observância dos seguintes distanciamentos:
- a) 300m (trezentos metros) de hospitais e de postos de saúde;
 - b) 400m (quatrocentos metros) de escolas, de igrejas e de creches;
 - c) 300m (trezentos metros) de áreas militares;
 - d) 100m (cem metros) de equipamentos comunitários existentes ou programados;
 - e) 700m (setecentos metros) de outros postos de abastecimento.
- IV - só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para este fim;
- V - serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de abastecimento de combustíveis e serviço, somente quando localizadas no mesmo nível dos logradouros de uso público, com acesso direto e independente;
- VI - as instalações de abastecimento, bem como as bombas de combustíveis deverão distar, no mínimo, 8m (oito metros) do alinhamento predial e 5m (cinco metros) de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos do lote;
- VII - no alinhamento do lote deverá haver um jardim ou obstáculo para evitar a passagem de veículo sobre os passeios;
- VIII - a entrada e saída de veículos serão feitas com largura mínima de 4m (quatro metros) e máxima de 8m (oito metros), devendo ainda guardar distância mínima de 2m (dois metros) das laterais do terreno. Não poderá ser rebaixado o meio fio no trecho correspondente à curva da concordância das ruas, e no mínimo a 5m (cinco metros) do encontro dos alinhamentos prediais;
- IX - para testadas com mais de 1 (um) acesso, a distância mínima entre eles é de 5m (cinco metros);
- X - a projeção horizontal da cobertura da área de abastecimento não será considerada para aplicação da Taxa de Ocupação da Zona, estabelecida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, não podendo avançar sobre o recuo do alinhamento predial;
- XI - os depósitos de combustíveis dos postos de serviço e abastecimento deverão obedecer às normas da Agência Nacional do Petróleo (ANP);
- XII - deverão ainda atender as exigências legais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, da ANP e demais leis pertinentes;
- XIII - a construção de postos que já possuam Alvará de Construção, emitido antes da aprovação desta Lei, deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei, devendo ser concluída no prazo máximo de 1 (um) ano, sob pena de multa correspondente a 50 (cinquenta) UFM;
- XIV - para a obtenção do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras, será necessária a vistoria das edificações quando da sua conclusão, com a emissão do correspondente laudo de aprovação pelo órgão municipal competente;
- XV - todos os tanques subterrâneos e suas tubulações deverão ser testados quanto a sua estanqueidade, segundo as normas da ABNT e da ANP, e aprovado pelo órgão ambiental competente;
- XVI - para todos os postos de abastecimento e serviços existentes ou a serem construídos, será obrigatória a instalação de pelo menos 3 (três) poços de monitoramento de qualidade da água do lençol freático;
- XVII - deverão ser realizadas análises de amostras de água coletadas dos poços de monitoramento, da saída do sistema de retenção de óleos e graxas e do sistema de tratamento de águas residuais existentes nos postos de abastecimento e congêneres, segundo parâmetros a serem determinados pelo órgão municipal competente;
- XVIII - nos postos localizados nas avenidas perimetrais de contorno da cidade ou saída para outros municípios, a construção deverá estar a, pelo menos, 15m (quinze metros) do alinhamento, com uma pista anterior de desaceleração, no total de 50m (cinquenta metros) entre o eixo da pista e a construção.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

§ 1º Para fins de liberação do Alvará de Construção de postos de serviço e abastecimento de combustível, a preferência será dada ao processo com número de protocolo mais antigo.

§ 2º As medidas de proteção ambiental para armazenagem de combustíveis estabelecidas nesta Lei aplicam-se a todas as atividades que possuam estocagem subterrânea de combustíveis.

Art. 162 As edificações destinadas a abrigar postos de abastecimento e prestação de serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos deverão obedecer as seguintes condições:

- I - ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo ou manutenção;
- II - ter pé-direito mínimo de 3m (três metros), inclusive nas partes inferiores e superiores dos jirais ou mezaninos ou de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) quando houver elevador para veículo;
- III - ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações desta Lei;
- IV - ter os pisos revestidos de material impermeável e resistente a freqüentes lavagens, com sistema de drenagem independente do sistema de drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsável pelo licenciamento ambiental;
- V - a área a ser pavimentada, atendendo a taxa de permeabilidade definida na Lei de Uso e Ocupação do Solo, deverá ter declividade máxima de 3% (três por cento), com drenagem que evite o escoamento das águas de lavagem para os logradouros públicos.

Art. 163 As instalações para lavagem de veículos e lava rápidos deverão:

- I - estar localizadas em compartimentos cobertos e fechados em 2 (dois) de seus lados, no mínimo, com paredes fechadas em toda a altura ou ter caixilhos fixos sem aberturas;
- II - ter as partes internas das paredes revestidas de material impermeável, liso e resistente a freqüentes lavagens até a altura de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo;
- III - ter as aberturas de acesso distantes 8m (oito metros) no mínimo do alinhamento predial e 5m (cinco metros) das divisas laterais e de fundos do lote;
- IV - ter os pisos revestidos de material impermeabilizante e resistente a freqüentes lavagens, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsável pelo licenciamento ambiental.

SEÇÃO VI
DAS EDIFICAÇÕES DE ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO,
TELEVISÃO, TELEFONIA E ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RADIAÇÃO
ELETROMAGNÉTICA

Art. 164 A edificação de antenas de transmissão de rádio, televisão, telefonia e antenas de transmissão eletromagnética deverão atender às exigências das leis específicas.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

CAPÍTULO XI
DAS OBRAS PÚBLICAS

Art. 165 Não poderão ser executadas, sem licença do Departamento responsável pela aprovação dos projetos e do Departamento de Obras, Habitação e Viação, devendo obedecer às determinações do presente Código e Leis Municipais pertinentes ao Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e Código Ambiental, ficando, entretanto, isentas de pagamento de emolumentos, as seguintes obras:

- I - construção de edifícios públicos;
- II - obras de qualquer natureza em propriedade da União ou Estado;
- III - obras a serem realizadas por instituições oficiais ou paraestatais quando para a sua sede própria.

Art. 166 O pedido de licença será feito por meio de ofício dirigido a Prefeita Municipal pelo órgão interessado, devendo este ofício ser acompanhado do projeto completo da obra a ser executada nos termos do exigido neste código, sendo que este processo terá preferência sobre quaisquer outros processos.

Art. 167 Os projetos deverão ser assinados por profissionais legalmente habilitados:

- I - sendo funcionário público municipal, sua assinatura seguida de identificação do cargo, que deve, por força do mesmo, executar a obra;
- II - não sendo funcionário público municipal, o profissional responsável deverá satisfazer as disposições do presente Código.

Art. 168 Os contratados ou executantes das obras públicas estão sujeitos aos pagamentos das licenças relativas ao exercício da respectiva profissão, salvo se for funcionário público municipal, que deva executar as obras em função do seu cargo.

Art. 169 As obras municipais ficam sujeitas na sua execução, às disposições deste Código, quer sejam executadas por órgãos públicos municipais, quer estejam sob a sua responsabilidade.

CAPÍTULO XII
DAS OBRAS COMPLEMENTARES DAS EDIFICAÇÕES

Art. 170 As obras complementares executadas, em regra, como decorrência ou parte da edificação compreendem, entre outras similares, as seguintes:

- I - abrigos desmontáveis e cabines;
- II - portarias, bilheterias e guaritas;
- III - piscinas e caixas d'água;
- IV - lareiras;
- V - chaminés e torres;
- VI - coberturas para tanques, pequenos telheiros, churrasqueiras e canis;
- VII - pérgulas;
- VIII - passagens cobertas;
- IX - vitrines;
- X - depósitos de gás - normas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 1º As obras das quais trata o presente artigo, deverão obedecer às disposições deste Capítulo, ainda que, nos casos devidamente justificáveis, se apresentem isoladamente, sem constituir complemento de uma edificação.

§ 2º As obras complementares relacionadas neste artigo não serão consideradas para efeito de cálculo de taxa de ocupação.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Art. 171 Serão permitidos abrigos desmontáveis e garagens em residências unifamiliares, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- I - terão pé-direito mínimo de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) e máximo de 3m (três metros);
- II - o comprimento máximo será de 6m (seis metros);
- III - as aberturas de compartimentos voltadas para a área de garagem deverão atender ao previsto neste Código, quanto à iluminação e ventilação.

Art. 172 Os projetos de construção de piscinas deverão indicar sua posição dentro do lote, dimensões e canalização, respeitando o recuo mínimo das divisas laterais e de fundos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), quando se tratar de piscina de uso coletivo.

§ 1º Deverá ser de material liso e impermeável o revestimento interno da piscina.

§ 2º Em nenhum caso a água proveniente da limpeza da piscina deverá ser canalizada para a rede de coleta de esgotos sanitários, devendo ser ligados diretamente à galeria de água pluvial ou ao meio-fio, sob a calçada.

Art. 173 As chaminés de lareiras ou de churrasqueiras observarão o seguinte:

- I - deverão se elevar, pelo menos, 1m (um metro) acima da cobertura da parte da edificação onde estiverem situadas;
- II - os seus trechos, compreendidos entre o forro e o telhado da edificação, bem como os que atravessarem ou ficarem justapostos a paredes, forros, e outros elementos de estuque, gesso, madeiras, aglomerados ou similares, serão separados ou executados de material isolante térmico, observada as normas técnicas oficiais;
- III - as lareiras, churrasqueiras e suas chaminés ainda que situadas nas faixas de recuos mínimos obrigatórios, deverão guardar o afastamento mínimo de 1m (um metro) das divisas do lote ou poderão ser encostadas desde que sejam executadas de material isolante térmico, observada as normas técnicas, impedindo a dissipação de calor à parede limítrofe.

Art. 174 Serão permitidas coberturas para tanques ou pequenos telheiros do tipo desmontáveis com área máxima de 4m² (quatro metros quadrados) e dimensões máximas de 2m (dois metros).

Art. 175 As pérgulas poderão ser executadas sobre a faixa de recuo obrigatório desde que: a parte vazada, uniformemente distribuída por metro quadrado, corresponda a 50% (cinquenta por cento) no mínimo da área de sua projeção horizontal, os elementos das pérgulas não terão altura superior a 40cm (quarenta centímetros) e largura não superior a 15cm (quinze centímetros), não podendo receber qualquer tipo de cobertura.

CAPÍTULO XIII **DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

SEÇÃO I **DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 176 A fiscalização das obras será exercida pelo Município através de servidores autorizados.

Parágrafo único. O servidor responsável pela fiscalização, antes de iniciar qualquer procedimento, deverá identificar-se perante o proprietário da obra, responsável técnico ou seus prepostos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

SEÇÃO II
DAS INFRAÇÕES

Art. 177 Constitui infração toda ação ou omissão que contrariar as disposições desta Lei ou de outras leis ou atos baixados pelo município no exercício regular de seu poder de polícia.

§ 1º Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste código que for levada a conhecimento de qualquer autoridade municipal, por qualquer servidor ou pessoa física que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

§ 2º A comunicação mencionada no parágrafo anterior deverá ser feita por escrito, devidamente assinada e contendo o nome, a profissão e o endereço de seu autor.

§ 3º Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a veracidade da infração e poderá, conforme couber, notificar preliminarmente o infrator, autuá-lo ou arquivar a comunicação.

SUBSEÇÃO I
DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 178 Auto de infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição da ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denote ter a pessoa física ou jurídica contra a qual é lavrado o auto, infringido os dispositivos desta Lei.

Art. 179 O Auto de infração lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter as informações previstas em regulamento.

Parágrafo único. As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão sua nulidade quando constarem do processo elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 180 A notificação deverá ser feita pessoalmente, podendo também ser por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital.

§ 1º A assinatura do infrator no auto não implica confissão, nem, tampouco, a aceitação de seus termos.

§ 2º A recusa da assinatura no auto, por parte do infrator, não agravará a pena, nem, tampouco, impedirá a tramitação normal do processo.

SUBSEÇÃO II
DA DEFESA DO AUTUADO

Art. 181 O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa contra a autuação, a partir da data do recebimento da notificação.

§ 1º A defesa far-se-á por petição, instruída com a documentação necessária.

§ 2º A apresentação de defesa no prazo legal suspende a exigibilidade da multa até decisão de autoridade administrativa.

Art. 182 Na ausência de defesa ou sendo esta julgada improcedente serão impostas as penalidades pelo órgão competente do Município.

SEÇÃO III
DAS SANÇÕES

Art. 183 Às infrações aos dispositivos desta Lei serão aplicadas as seguintes sanções:

I - embargo da obra;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

- II - multas;
- III - interdição da edificação ou dependências;
- IV - demolição.

§ 1º A imposição das sanções não está sujeita à ordem em que estão relacionadas neste artigo.

§ 2º A aplicação de uma das sanções previstas neste artigo não prejudica a aplicação de outra, se cabível.

§ 3º A aplicação de sanção de qualquer natureza não exonera o infrator do cumprimento da obrigação a que esteja sujeito, nos termos desta Lei.

SUBSEÇÃO I
DAS MULTAS

Art. 184 Imposta a multa, o infrator será notificado para que proceda ao pagamento no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º A aplicação da multa poderá ter lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração.

§ 2º A multa não paga no prazo legal será inscrita em dívida ativa.

§ 3º Os infratores que estiverem em débito relativo a multas no Município, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de licitações, celebrarem contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.

§ 4º As reincidências terão valor da multa multiplicada progressivamente de acordo com o número de vezes em que for verificada a infração.

Art. 185 O valor das multas de que trata esta seção será de no mínimo 1 (uma) e no máximo 2000 (duas mil) UFMs.

Parágrafo único. Os valores de que trata a presente seção serão regulamentados pelo Poder Executivo através de Decreto.

Art. 186 Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- I - a maior ou menor gravidade da infração;
- II - as suas circunstâncias;
- III - os antecedentes do infrator;
- IV - as condições econômicas do infrator.

SUBSEÇÃO II
DO EMBARGO DA OBRA

Art. 187 A obra em andamento será embargada se:

- I - estiver sendo executada sem o alvará, quando este for necessário;
- II - for construída ou reformada em desacordo com os termos do alvará;
- III - não for observado o alinhamento;
- IV - estiver em risco a sua estabilidade, com perigo para o público ou para o pessoal que a constrói.

§ 1º A verificação da infração será feita mediante vistoria realizada pelo órgão competente do Município, que emitirá notificação ao responsável pela obra e fixará o prazo para sua regularização, sob pena de embargo.

§ 2º Feito o embargo e lavrado o respectivo auto, o responsável pela obra poderá apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, e só após o processo será julgado pela autoridade competente para aplicação das penalidades correspondentes.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

§ 3º O embargo só será suspenso quando forem suspensas as causas que o determinaram.

Art. 188 Se o infrator desobedecer ao embargo, ser-lhe-á aplicada multa, conforme disposto na Subseção I desta Seção.

Parágrafo único. Será cobrado o valor da multa a cada reincidência das infrações cometidas previstas nos artigos anteriores, sem prejuízo a outras penalidades legais cabíveis.

Art. 189 Se o embargo for procedente seguir-se-á à demolição total ou parcial da obra.

Parágrafo único. Se, após a vistoria administrativa, constatar-se que a obra, embora licenciada, oferece risco, esta será embargada.

Art. 190 O embargo só será levantado depois de cumpridas as exigências constantes dos autos.

SUBSEÇÃO III
DA INTERDIÇÃO

Art. 191 Uma obra concluída, seja ela de reforma ou construção, deverá ser interditada mediante intimação quando:

- I - a edificação for ocupada sem o Certificado de Conclusão e Vistoria da obra;
- II - utilização da edificação para fim diverso do declarado no projeto de arquitetura;
- III - constituírem danos causados à coletividade ou ao interesse público provocados por má conservação de fachada, marquises ou corpos em balanço.

§ 1º Tratando-se de edificação habitada ou com qualquer outro uso, o órgão competente do Município deverá notificar a irregularidade aos ocupantes e, se necessário, interditará sua utilização, através do auto de interdição.

§ 2º O Município deverá promover a desocupação compulsória da edificação, se houver insegurança manifesta, com risco de vida ou de saúde para os usuários.

§ 3º A interdição só será suspensa quando forem eliminadas as causas que a determinaram.

SEÇÃO IV
DA DEMOLIÇÃO

Art. 192 A demolição total ou parcial das construções será imposta pela Prefeitura, mediante intimação quando:

- I - clandestina, ou seja, a que for feita sem a prévia aprovação do projeto ou sem Alvará de Construção;
- II - for feita sem observância do alinhamento ou em desacordo ao projeto aprovado;
- III - constituírem ameaça de ruína, com perigo para os transeuntes.

Parágrafo único. A demolição será imediata se for julgado risco iminente de caráter público.

Art. 193 A demolição, no todo ou em parte, será feita pelo proprietário.

Art. 194 O proprietário poderá, às suas expensas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas que se seguirem à intimação, pleitear seus direitos, requerendo vistoria na construção, a qual deverá ser feita por 2 (dois) peritos habilitados, sendo um obrigatoriamente indicado pela Prefeitura Municipal.

Art. 195 Intimado o proprietário do resultado da vistoria, seguir-se-á o processo administrativo, passando-se à ação demolitória se não forem cumpridas as decisões do laudo.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 196 Os casos omissos, bem como as edificações que contrariam as disposições desta Lei, serão avaliados pela Prefeitura Municipal em conjunto com o CDM.

Art. 197 As exigências contidas nesta Lei deverão ser acrescidas das imposições específicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, Vigilância Sanitária e agências reguladoras federais, bem como das normas da ABNT no que diz respeito ao atendimento dos portadores de necessidades especiais.

Art. 198 Não serão autorizadas reformas em barracões agrícolas localizados em zona residencial.

Art. 199 São partes integrantes desta Lei os seguintes Anexos:

- I - ANEXO I - Vagas para Estacionamento;
- II - ANEXO II - Edificações Residenciais;
- III - ANEXO III - Edifícios Residenciais - Áreas Comuns de Edificações Multifamiliares;
- IV - ANEXO IV - Edifícios Comércio/Serviço;
- V - ANEXO V - Passeio Ecológico;
- VI - ANEXO VI - Definições de Expressões Adotadas.

Art. 200 O Poder Executivo expedirá os atos administrativos que se fizerem necessários à fiel observância desta Lei.

Art. 201 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de Cambira
aos dede 2010

MARIA NEUSA RODRIGUES BELLINI

Prefeita Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

ANEXO I – VAGAS PARA ESTACIONAMENTO

TIPOLOGIA	NÚMERO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	OBSERVAÇÕES
Residência Unifamiliar	1 vaga	x
Residência Geminada	1 vaga para cada unidade residencial	x
Residência em Série ou Habitação Coletiva	1 vaga para cada 120 m ² de área construída ou 1 vaga por unidade residencial.	x
Comércio e Prestação de Serviços	1 vaga para cada 50 m ² de área de comercialização	Dispensado para edificações térreas de até 120 m ²
Supermercado e Similares	1 vaga para cada 25 m ² de área de comercialização	Independente da área de estacionamento para serviço
Comércio Atacadista e Empresa de Transporte	1 vaga a cada 150 m ² de área construída.	Independente da área reservada para descarga
Estabelecimentos Hospitalares até 50 leitos	1 vaga para cada 3 leitos	Independente da área de estacionamento para serviço
Estabelecimentos Hospitalares acima de 50 leitos	1 vaga para cada 6 leitos	Independente da área de estacionamento para serviço
Edificações reservadas para Teatros, Cultos e Cinemas	1 vaga para cada 75 m ² que exceder 200 m ² de área construída.	x
Estabelecimento de Ensino e Congêneres	1 vaga para cada 75 m ² construídos	x
Hotéis e Pensões	1 vaga para cada 3 unidades de alojamento.	Dispensado para edificações de até 200 m ² .
Instituições Bancárias	1 vaga para cada 50 m ² de área construída.	x
Oficina Mecânica e Funilaria	1 vaga para cada 40 m ² que exceder 100 m ² de área construída.	x
Clube Recreativo, Esportivo e Associações	1 vaga para cada 50 m ² de área construída	x



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

ANEXO II- EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

CÔMODO	CÍRCULO INSCRITO - DIÂMETRO	ÁREA MÍNIMA	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ-DIREITO MÍNIMO	REVESTIMENTO PAREDE	REVESTIMENTO PISO
Salas	2,40	8,00	1/6	1/12	2,40		
Quarto principal (pelo menos um na edificação)	2,40	9,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Demais Quartos	2,40	8,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Copa	2,00	4,00	1/6	1/12	2,40		
Cozinha	1,50	4,00	1/6	1/12	2,20	Impermeável até 1,50 m	Impermeável
Banheiro	1,00	1,80	1/7	1/14	2,20	Impermeável até 1,50 m	Impermeável
Lavanderia	1,20	2,00	1/6	1/12	2,20	Impermeável até 1,50 m	Impermeável
Depósito	1,00	1,80	1/5	1/30	2,20	x	x
Quarto de Empregada	2,00	6,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Corredor	0,90				2,40	x	x
Atelier	2,00	6,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Sótão	2,00	6,00	1/10	1/20	2,00	x	x
Porão	1,50	4,00	1/10	1/20	2,00	x	x
Adega	1,00			1/30	1,80	x	x
Escada	0,90				Altura livre mínima 2,20 m	x	x

NOTAS:

1. Na copa e na cozinhas é tolerada iluminação zenital concorrendo com 50% (cinquenta por cento) no máximo da iluminação natural exigida.
2. Nos banheiros são toleradas iluminação e ventilação zenital, bem como chaminés de ventilação e dutos horizontais. Os banheiros não podem se comunicar diretamente com a cozinha.
3. Nas lavanderias e depósitos são tolerados: iluminação zenital, ventilação zenital, chaminés de ventilação e dutos horizontais.
4. Na garagem poderá ser computada como área de ventilação a área da porta.
5. No corredor são toleradas iluminação e ventilação zenital; toleradas chaminés de ventilação e dutos horizontais.
6. Para corredores com mais de 3m (três metros) de comprimento a largura mínima é de 1m (um metro). Para corredores com mais de 10m (dez metros) de comprimento é obrigatória a ventilação e a sua largura igual ou maior que 1/10 (um décimo) do comprimento.
7. No sótão ou ático é permitida a iluminação e ventilação zenital.
8. Os sótãos, áticos e porões devem obedecer às condições exigidas para a finalidade a que se destina.
9. Nas escadas em leque, a largura mínima do piso do degrau a 50cm (cinquenta centímetros) do bordo interno, deverá ser de 28cm (vinte e oito centímetros). Sempre que o número de degraus exceder de 15 (quinze), ou o desnível vencido for maior que 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), deve ser intercalado um patamar com profundidade mínima de 1 m (um metro).
10. Dimensões mínimas para habitação de interesse social: Quarto: tolerada área mínima = 6m² (seis metros quadrados); Sala e cozinha agregadas: tolerada área total mínima de 8m² (oito metros quadrados).
11. As linhas de iluminação e ventilação mínima referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.
12. Todas as dimensões dos anexos são expressas em metros.
13. Todas as áreas dos anexos são expressas em metros quadrados.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

**ANEXO III – EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS - ÁREAS COMUNS DE
EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES**

TIPO	HALL PRÉDIO	HALL PAVIMENTO	CORREDOR PRINCIPAL	ESCADA	RAMPAS
Círculo Inscrito Diâmetro Mínimo	2,20	1,50	1,20	1,20	1,20
Área Mínima	6,00	3,00	x	x	x
Ventilação Mínima	1/20	1/20	x	x	x
Pé-direito Mínimo	2,50	2,50	2,50	2,20	2,20
Notas	1 e 2	2, 3, 4 e 5	6, 7, 8 e 9	10, 11, 12 e 13	14, 15 e 16

NOTAS:

1. A área mínima de 6m² (seis metros quadrados) é exigida quando houver um só elevador; quando houver mais de um elevador, a área deverá ser acrescida em 30% (trinta por cento) por elevador existente.
2. Quando não houver elevadores, admite-se círculo inscrito – diâmetro mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).
3. Tolerada a ventilação por meio de chaminés de ventilação e dutos horizontais.
4. Deverá haver ligação entre o hall e a caixa de escada.
5. Tolerada ventilação pela caixa de escada.
6. Consideram-se corredores principais os que dão acesso às diversas unidades dos edifícios de habitação coletiva.
7. Quando a área for superior a 10m (dez metros), deverão ser ventilados na relação 1/24 (um vinte e quatro avos) da área do piso.
8. Quando o comprimento for superior a 10m (dez metros), deverá ser alargado de 10cm (dez centímetros) por 5m (cinco metros) ou fração.
9. Quando não houver ligação direta com o exterior será tolerada ventilação por meio de chaminés de ventilação ou pela caixa de escada.
10. Deverá ser de material incombustível ou tratado para tal.
11. Sempre que o número de degraus excederem de 15 (quinze) deverá ser intercalado com um patamar com comprimento mínimo de 1m (um metro)
12. A altura máxima do degrau será de 18cm (dezoito centímetros).
13. A largura mínima do degrau será de 29cm (vinte e nove centímetros).
14. Deverá ser de material incombustível ou tratado para tal.
15. O piso deverá ser antiderrapante para as rampas com inclinação superior a 6% (seis por cento).
16. A inclinação máxima será de 22% (vinte e dois por cento) ou de 10° (dez graus) quando para uso de veículos, e 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) para uso de pedestres.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

ANEXO IV – EDIFÍCIOS COMERCIAIS/SERVIÇOS

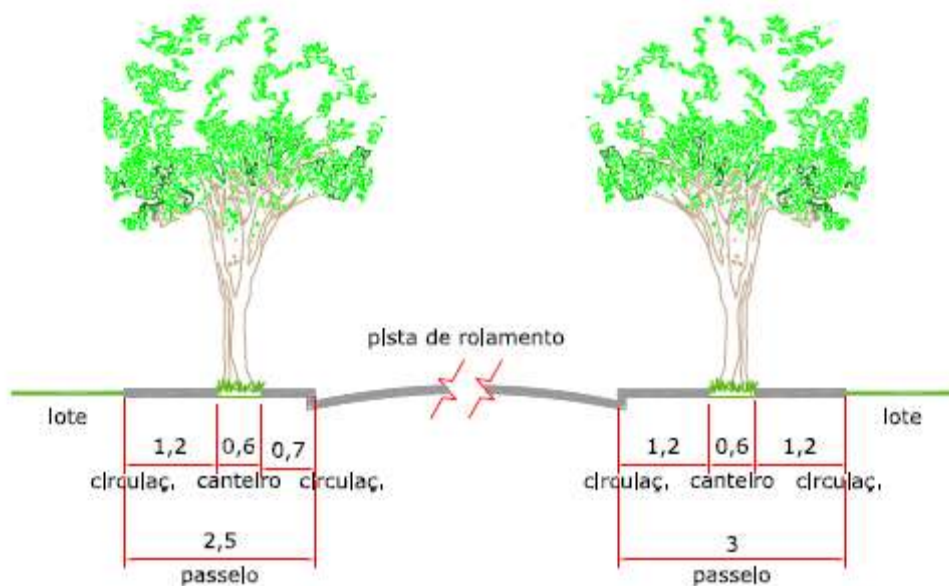
TIPO	CÍRCULO INSCRITO - DIÂMETRO MÍNIMO	ÁREA MÍNIMA	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ-DIREITO MÍNIMO	REVESTIMENTO PAREDE	REVESTIMENTO PISO
Hall do Prédio	3,00	12,00	x	x	2,60	x	Impermeável
Hall do Pavimento	2,00	8,00	x	1/12	2,40	x	x
Corredor Principal	1,30	x	x	x	2,40	x	Impermeável
Corredor Secundário	1,20	x	x	x	2,20		Impermeável
Escadas Comuns / Coletivas	1,20	x	x	x	Altura livre mínima 2,10 m	Impermeável até 1,50 m	Incombustível
Ante-salas	1,80	4,00	x	1/12	2,40	x	x
Salas	2,40	6,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Sanitários	0,90	1,50	x	1/12	2,20	Impermeável até 1,50 m	Impermeável
Kit	0,90	1,50	x	1/12	2,20	Impermeável até 1,50 m	Impermeável
Lojas	3,00	x	1/8	1/16	3,00	x	x
Sobreloja	3,00	x	1/10	1/16	2,40	x	x
Salão de Festas		x	1/10	1/16	3,00	x	x
Galpão/De pósito		x	1/20	1/16	3,00	x	x

NOTAS:

1. Quando não houver elevadores, admite-se círculo inscrito - diâmetro mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).
2. Tolerada a ventilação por meio de chaminés de ventilação e dutos horizontais.
3. Deverá haver ligação entre o hall e a caixa de escada.
4. Tolerada ventilação pela caixa de escada.
5. Consideram-se corredores principais os que dão acesso às diversas unidades dos edifícios.
6. Quando a área for superior a 10m (dez metros), deverão ser ventilados na relação 1/24 (um vinte e quatro avos) da área do piso.
7. Quando o comprimento for superior a 10m (dez metros), deverá ser alargado de 10cm (dez centímetros) a cada 5m (cinco metros) ou fração.
8. Quando não houver ligação direta com o exterior será tolerada ventilação por meio de chaminés de ventilação ou pela caixa de escada.
9. Deverá ser de material incombustível ou tratado para tal.
10. Sempre que o número de degraus excederem de 15 (quinze) deverá ser intercalado com um patamar com comprimento mínimo de 1m (um metro).
11. A altura máxima do degrau será de 18cm (dezoito centímetros), e a largura mínima do degrau será de 29cm (vinte e nove centímetros).
12. Tolerada a ventilação zenital.
13. A ventilação mínima refere-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.
14. No caso de galeria com pequeno número de lojas considerar-se-á como hall do pavimento.



ANEXO V - PASSEIO ECOLÓGICO



NOTAS:

1. As medidas estão em metros.
2. Para os passeios com outras metragens, as especificações serão definidas pelo Executivo para toda a via.
3. A faixa permeável pode ser interrompida somente por trechos de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para acesso de veículos às garagens e de pessoas com necessidades especiais.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

ANEXO VI – DEFINIÇÕES DE EXPRESSÕES ADOTADAS

AMPLIAÇÃO - Alteração no sentido de tornar maior a construção.

ALINHAMENTO - Linha divisória legal entre o lote e logradouro público.

ALPENDRE - Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por coluna, pilares ou consolos.

ALTURA DA EDIFICAÇÃO - Distância vertical da parede mais alta da edificação, medida no ponto onde ela se situa, em relação ao nível do terreno neste ponto.

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - Documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização.

ANDAIME - Obra provisória destinada a sustentar operários e materiais durante a execução de obras.

ANTESSALA - Compartimento que antecede uma sala; sala de espera.

APARTAMENTO - Unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar.

ÁREA COMPUTÁVEL - Área a ser considerada no cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno, correspondendo a área do térreo e demais pavimentos; atíço com área superior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento; porão com área superior a 1/3 (um terço) do pavimento superior.

ÁREA CONSTRUÍDA - Área da superfície correspondente à projeção horizontal das áreas cobertas de cada pavimento.

ÁREA DE PROJEÇÃO - Área da superfície correspondente à maior projeção horizontal da edificação no plano do perfil do terreno.

ÁREA DE RECUO - Espaço livre de edificações em torno da edificação.

ÁREA ÚTIL - Superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.

ÁTICO/SÓTÃO - Compartimento situado entre o telhado e a última laje de uma edificação, ocupando área igual ou inferior a 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior. O ático ou sótão serão computados como área construída.

ÁTRIO - Pátio interno de acesso a uma edificação.

BALANÇO - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

BALCÃO - Varanda ou sacada guarnecida de greide ou peitoril.

BALDRAME - Viga de concreto ou madeira que corre sobre fundações ou pilares para apoiar o piso.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

BEIRAL - Prolongamento do telhado, além da prumada das paredes, até uma largura de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

BRISE - Conjunto de chapas de material fosco que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

CAIXA DE ESCADA - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

CAIXILHO - A parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

CARAMANCHÃO - Construção de ripas, canas e estacas com objetivo de sustentar trepadeiras.

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA - Documento expedido pela Prefeitura, que autoriza a ocupação de uma edificação.

CÍRCULO INSCRITO - É o círculo mínimo que pode ser traçado dentro de um compartimento.

COMPARTIMENTO - Cada uma das divisões de uma edificação.

CONJUNTO RESIDENCIAL E CONDOMÍNIO HORIZONTAL - Consideram-se conjuntos residenciais e condomínios horizontais os que tenham mais de 10 (dez) unidades de moradia.

CONSTRUÇÃO - É de modo geral, a realização de qualquer obra nova.

CORRIMÃO - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe e desce.

CROQUI - Esboço preliminar de um projeto.

DECLIVIDADE - Relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal.

DEMOLIÇÃO - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

DEPENDÊNCIAS DE USO COMUM - Conjunto de dependências da Edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades autônomas de moradia.

DEPENDÊNCIAS DE USO PRIVATIVO - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

EDÍCULA - Denominação genérica para compartimento, acessório de habitação, separado da edificação principal.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

ELEVADOR - Máquina que executa o transporte em altura, de pessoas e mercadorias.

EMBARGO - Ato Administrativo que determina a paralisação de uma obra.

ESCALA - Relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

FACHADA - Elevação das paredes externas de uma edificação.

FUNDAÇÕES - Parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre os terrenos.

GALPÃO - Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente pelo menos em três de suas faces, por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.

GREIDE - Alinhamento (nível) definido.

GUARDACORPO - É o elemento construtivo de proteção contra quedas.

HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR - Edificação para habitação coletiva.

HACHURA - Rajado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom.

HALL - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

INFRAÇÃO - Violação da lei.

JIRAU - O mesmo que mezanino.

KIT - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada compartimento nas edificações comerciais.

LADRÃO - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiras, pias, etc., para escoamento automático do excesso de água.

LAVATÓRIO - Bacia para lavar as mãos, com água encanada e esgoto.

LINDEIRO - Limítrofe.

LOGRADOURO PÚBLICO - Toda parcela de território de domínio público e de uso comum da população.

LOTE - Porção de terreno com testada para logradouro público.

MATERIAIS INCOMBUSTÍVEIS - Consideram-se para efeito desta Lei, concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pela ABNT.

MARQUISE - Cobertura em balanço.

MEIO-FIO - Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da parte carroçável das ruas.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

MEZANINO - Andar com área até 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento inferior, com acesso interno e exclusivo desse. O mezanino será computado como área construída.

NÍVEL DO TERRENO - Nível médio no alinhamento.

PARAPEITO - Resguardo de madeira, ferro ou alvenaria de pequena altura colocada nas bordas das sacadas, terraços e pontes.

PARA-RAIOS - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

PAREDE-CEGA - Parede sem abertura.

PASSEIO - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres.

PATAMAR - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

PAVIMENTO - Conjunto de compartimentos de uma edificação situados no mesmo nível, ou com uma diferença de nível não superior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), até um pé-direito máximo de 5,60m (cinco metros e sessenta centímetros).

PAVIMENTO TÉRREO - Pavimento cujo piso está compreendido até a cota 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros), em relação ao nível do meio fio. Para terrenos inclinados, considera-se cota do meio fio a média aritmética das cotas de meio fio das divisas.

PÉ-DIREITO - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

PISCINA - Reservatório de água para uso de lazer. A área da piscina será considerada como área construída, mas não será computada no cálculo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento. A piscina não poderá ser construída na área destinada aos recuos frontais e laterais.

PLAYGROUND - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

PORÃO - Parte de uma edificação que fica entre o solo e o piso do pavimento térreo, desde que ocupe uma área igual ou inferior a 1/3 (um terço) da área do pavimento térreo.

PROFUNDIDADE DE UM COMPARTIMENTO - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

RECONSTRUÇÃO - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou no todo.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

RECUO - Distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa do lote.

REFORMA - Fazer obra que altera a edificação em parte essencial por suspensão, acréscimo ou modificação.

RESIDÊNCIA PARALELA AO ALINHAMENTO PREDIAL - Consideram-se residências em série, paralelas ao Alinhamento Predial aquelas situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 10 (dez) unidades de moradia.

RESIDÊNCIA TRANSVERSAL AO ALINHAMENTO PREDIAL - Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades.

SACADA - Construção que avança da fachada de uma parede.

SARJETA - Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas de chuva.

SOBRELOJA - Pavimento situado acima do pavimento térreo e de uso exclusivo do mesmo.

SUBSOLO - Pavimento semienterrado, onde o piso do pavimento imediatamente superior (térreo) não fica acima da cota mais 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em relação ao nível médio do meio fio. A área do subsolo é considerada computável, com exceção dos casos previstos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

TAPUME - Vedação provisória usada durante a construção.

TAXA DE PERMEABILIDADE - Percentual do lote que deverá permanecer permeável.

TERRAÇO - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento deste.

TESTADA - É a linha que separa a via pública de circulação da propriedade particular.

VARANDA - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta da edificação.

VESTÍBULO - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

VIA PÚBLICA DE CIRCULAÇÃO - Área destinada ao sistema de circulação de veículos e pedestres, existentes ou projetadas.

VISTORIA - Diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições de obras.

VERGA - É a estrutura colocada sobre vãos ou é o espaço compreendido entre vãos e o teto.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Obras

VIGA - É a estrutura horizontal usada para a distribuição de carga aos pilares.

7. ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

SUMÁRIO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 1º e Art. 2º)

TÍTULO II

DAS POSTURAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DA HIGIENE PÚBLICA (Art. 3º e Art. 4º)

SEÇÃO I

DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 5º ao Art. 10)

SEÇÃO II

DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES e TERRENOS (Art. 11 ao Art. 14)

SEÇÃO III

DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS (Art. 15 ao Art. 19)

SEÇÃO IV

DA HIGIENE DAS CARNES E PEIXARIAS (Art. 20 ao Art. 24)

SEÇÃO V

DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO (Art. 25 ao Art. 31)

SEÇÃO VI

DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO (Art. 32 ao Art. 42)

CAPÍTULO II

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I

DOS COSTUMES, DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO (Art. 43 ao Art. 46)

SEÇÃO II

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (Art. 47 ao Art. 54)

SEÇÃO III

DO TRÂNSITO PÚBLICO (Art. 55 ao Art. 63)

SEÇÃO IV

DAS OBSTRUÇÕES DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 64 ao Art. 72)

SEÇÃO V

DOS MUROS, CERCAS, PASSEIOS E NUMERAÇÃO DE EDIFICAÇÕES (Art. 73 ao Art. 78)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

SEÇÃO VI

DAS CONSTRUÇÕES ABANDONADAS EM IMÓVEIS URBANOS (Art. 79 ao Art. 85)

SEÇÃO VII

DAS ESTRADAS MUNICIPAIS (Art. 86 ao Art. 88)

SEÇÃO VIII

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS (Art. 89 ao Art. 94)

CAPÍTULO III

DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (Art. 95 ao Art. 103)

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DE ANIMAIS INSETOS NOCIVOS (Art. 104 ao Art. 106)

TÍTULO III

DOS ATOS NORMATIVOS

CAPÍTULO I

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA

SEÇÃO I

DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (Art. 107 ao Art. 111)

SEÇÃO II

DO COMÉRCIO AMBULANTE (Art. 112 ao Art. 119)

SEÇÃO III

DAS FEIRAS LIVRES E DO PRODUTOR RURAL (Art. 120)

SEÇÃO IV

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (Art. 121 ao Art. 124)

CAPÍTULO II

DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES E USOS ESPECIAIS

SEÇÃO I

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, OLARIAS, DEPÓSITOS DE AREIA, SAIBRO E CASCALHO (Art. 125 ao Art. 131)

SEÇÃO II

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS (Art. 132 ao Art. 141)

SEÇÃO III

DA PROPAGANDA EM GERAL (Art. 142 ao Art. 146)

SEÇÃO IV

DOS CEMITÉRIOS (Art. 147 ao Art. 158)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO DOS LOCAIS DE CULTO (Art. 159 ao Art. 160)

SEÇÃO VI

DAS QUEIMADAS E CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS (Art. 161 ao Art. 166)

TÍTULO IV

DOS AUTOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I

DAS NOTIFICAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES (Art. 167 ao Art. 170)

SEÇÃO I

DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR (Art. 171 ao Art. 173)

SEÇÃO II

DOS AUTOS DE INFRAÇÃO (Art. 174 ao Art. 179)

SEÇÃO III

DOS AUTOS DE APREENSÃO (Art. 180 ao Art. 183)

SEÇÃO IV

DAS MULTAS (Art. 184 ao Art. 189)

SEÇÃO V

DO PRAZO DE RECURSO (Art. 190 e Art. 191)

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 192 e Art. 193)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

LEI COMPLEMENTAR Nº.

SÚMULA: Dispõe Sobre o Código de Posturas do Município de Cambira.

A Câmara Municipal de Cambira, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Código contém as medidas de polícia administrativa, a cargo do Município de Cambira em matéria de higiene pública, do bem-estar público, costumes, segurança, ordem pública, proteção e conservação do meio ambiente, numeração de edificações, funcionamento e localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuinto as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes.

§ 1º O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas em edificações e estabelecimentos, no que couber.

§ 2º Ao Prefeito e, em geral, aos servidores públicos municipais competem zelar pela observância dos preceitos deste Código.

§ 3º Toda Pessoa Física ou Jurídica, sujeita às prescrições deste Código, fica obrigada a facilitar, por todos os meios, a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

Art. 2º As disposições sobre a utilização das áreas contidas neste Código e complementares às Leis Municipais de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras, visam:

- I - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste município;
- II - garantir o respeito às relações sociais e culturais;
- III - estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;
- IV - promover a segurança e harmonia dentre os munícipes.

TÍTULO II
DAS POSTURAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I
DA HIGIENE PÚBLICA

Art. 3º A Fiscalização Sanitária abrange especialmente a limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, dos estábulos, coqueiras, pocilgas, pontos de venda nas feiras de qualquer espécie, bem como de todos aqueles que prestem serviços a terceiros.

Art. 4º Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o funcionário competente apresentará um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo único. A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

autoridades competentes, federais ou estaduais, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

SEÇÃO I
DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 5º O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 6º Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteira à sua propriedade ou estabelecimento.

§ 1º A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º É proibido varrer lixo, detritos sólidos de qualquer natureza, para os coletores ou "bocas de lobo" dos logradouros públicos.

§ 3º É proibido fazer a varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para via pública, bem como despejar ou atirar lixo e detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 7º A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 8º A coleta e o transporte do lixo serão feitos em veículos contendo dispositivos que impeçam, durante o trajeto, a queda de partículas nas vias públicas.

Art. 9º Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica proibido:

- I - consentir o escoamento de águas servidas das residências e dos estabelecimentos comerciais e industriais ou outros para as ruas;
- II - consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;
- III - queimar ou incinerar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
- IV - lavar roupas, veículos e animais em logradouros ou vias públicas;
- V - estender roupas para secagem, nas sacadas ou janelas de prédios, defronte as vias e logradouros públicos;
- VI - o assoreamento de fundo de vale através da colocação de lixo, entulhos e outros materiais;
- VII - a colocação de cartazes e anúncios, bem como a fixação de cabos nos elementos da arborização pública, sem a autorização da Prefeitura Municipal.

Art. 10 É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

SEÇÃO II
DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES E TERRENOS

Art. 11 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações.

§ 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.

§ 2º As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Art. 12 As chaminés, de qualquer espécie, de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 13 Nenhum prédio situado em via pública, dotado de rede de água e esgoto sanitário, poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades.

Art. 14 Serão vistoriadas pelo órgão competente da Prefeitura as habitações suspeitas de insalubridade a fim de se verificar:

- I - aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuarem prontamente os reparos devidos, podendo fazê-lo sem desabitá-los;
- II - as que, por suas condições de higiene, estado de conservação ou defeito de construção não puder servir de habitação, sem grave prejuízo para a segurança e a saúde pública.

§ 1º Nesta última hipótese, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio dentro do prazo que venha a ser estabelecido pela Prefeitura, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 2º Quando não for possível a remoção da insalubridade do prédio, devido à natureza do terreno em que estiver construído ou outra causa equivalente e no caso de iminente ruína, com o risco para a segurança, será o prédio interditado e definitivamente condenado.

§ 3º O prédio condenado não poderá ser utilizado para qualquer finalidade.

SEÇÃO III
DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 15 Os hotéis, pensões e demais meios de hospedagem, restaurantes, bares, cafés, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

- I - a lavagem de louça e talheres deverá ser feita em água corrente, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a sua execução em baldes, tonéis, tanques ou vasilhames;
- II - a higienização da louça, talheres e outros utensílios de uso pessoal direto deverão ser feitos em água fervente;
- III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;
- IV - os açucareiros, à exceção dos utilizados nos hotéis de primeira categoria, serão do tipo que permita a retirada de açúcar sem o levantamento da tampa;
- V - a louça e os talheres não poderão ficar expostos à poeira e aos insetos.

Art. 16 Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter seus empregados convenientemente trajados, de preferência uniformizados e limpos.

Art. 17 Nos salões de barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, calistas e assemelhados, todos os aparelhos, ferramentas, utensílios, toalhas e golas deverão ser esterilizados antes e após cada aplicação.

Art. 18 Nos hospitais, casa de saúde, maternidade e estabelecimentos assemelhados, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis dever-se-á cumprir as normas do Código Sanitário do Estado e do Ministério da Saúde.

Art. 19 As cocheiras, estábulos e pocilgas existentes na área rural do Município deverão, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis:

- I - possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para as águas pluviais;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

- II - possuir depósito para estrume à prova de insetos e com a capacidade para receber produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser diariamente removida para local apropriado;
- III - possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais;
- IV - manter completa separação entre os compartimentos para empregados e para animais;
- V - os depósitos para estrumes serão dispostos à montante dos ventos dominantes com relação às edificações mais próximas.

SEÇÃO IV
DA HIGIENE DAS CASAS DE CARNES E PEIXARIAS

Art. 20 As casas de carnes e peixarias deverão atender as seguintes condições:

- I - serem instaladas em prédios de alvenaria;
- II - serem dotados de torneiras e pias apropriadas;
- III - terem balcões com tampa de aço inoxidável, mármore ou outro revestimento lavável e impermeável;
- IV - terem câmaras frigoríficas ou refrigerador com capacidade suficiente;
- V - utilizar utensílios de manipulações, ferramentas e instrumentos de corte feitos de material apropriado conservado em rigoroso estado de limpeza;
- VI - não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial.
- VII - o piso deverá ser em material resistente ao tráfego, lavável e impermeável;
- VIII - as paredes deverão ser revestidas com azulejo até a altura de 2m (dois metros), no mínimo;
- IX - deverão ter ralos sifonados ligando o local a rede de esgotos ou fossa absorvente;
- X - possuir portas gradeadas e ventiladas;
- XI - possuir instalações sanitárias adequadas.
- XII - possuir funcionários exclusivos para o manuseio das carnes, que não tenha contato simultâneo com dinheiro, resíduos de limpeza ou qualquer outro material.

Art. 21 Nas casas de carne e congêneres só poderão entrar carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionadas e carimbadas pelo serviço de inspeção competente e, quando conduzidas, em veículo apropriado.

Parágrafo único. As aves abatidas deverão ser expostas à venda completamente limpas, livre tanto de plumagem como das vísceras e partes não comestíveis.

Art. 22 Nas casas de carnes e estabelecimentos congêneres é vedado o uso de cepo e machado.

Art. 23 Nas casas de carnes e peixarias, não serão permitidos móveis de madeira sem revestimento impermeável.

Art. 24 Nos estabelecimentos tratados nesta seção é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

- I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;
- II - o uso de aventais e gorros brancos;
- III - manter coletores de lixo e resíduos com tampa removível por pedal, à prova de moscas e roedores.

SEÇÃO V
DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO

Art. 25 As piscinas de natação deverão obedecer às seguintes prescrições:

- I - todo frequentador de piscina é obrigado a banho prévio de chuveiro;
- II - nos pontos de acesso haverá tanque lava pés, contendo em solução um desinfetante ou fungicida para assegurar esterilização dos pés dos banhistas;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

III - A limpidez da água deve ser de tal forma que, possa ser visto com nitidez o fundo das piscinas;

IV - O equipamento especial da piscina deverá assegurar perfeita e uniforme circulação, filtração e esterilização da água.

Art. 26 A água das piscinas deverá ser tratada com cloro ou preparos de composição similar ou com outro sistema de tratamento comprovadamente eficiente.

§ 1º Quando o cloro e seus componentes forem usados com amônia, o teor do cloro residual na água, quando a piscina estiver em uso, não deve ser inferior a 0,6 partes de um milhão.

§ 2º As piscinas que receberem continuamente água considerada de boa qualidade e cuja renovação total se realiza em tempo inferior a 12 (doze) horas poderão ser dispensadas das exigências deste artigo.

Art. 27 Em todas as piscinas é obrigatório o registro diário das operações de tratamento e controle.

Art. 28 Os frequentadores das piscinas de clubes desportivos deverão ser submetidos a exames médicos, pelo menos uma vez a cada 60 (sessenta) dias.

§ 1º Quando no intervalo entre exames médicos apresentarem infecções de pele, inflamação dos aparelhos visual, auditivo ou respiratório, poderão ser impedido ingresso na piscina.

§ 2º Os clubes e demais entidades que mantêm piscinas públicas são obrigados a dispor de salvavidas durante o horário de funcionamento.

Art. 29 Para uso dos banhistas, deverão existir vestiários para ambos os sexos, com chuveiro e instalações sanitárias adequadas.

Art. 30 Nenhuma piscina poderá ser usada quando suas águas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. É permitida a emissão de transbordo ou total esgotamento das piscinas na rede de esgotos pluviais desde que suas águas não estejam poluídas.

Art. 31 Das exigências desta Seção, excetuado o disposto no artigo anterior, ficam excluídas as piscinas das residências particulares, quando para uso exclusivo de seus proprietários e pessoas de suas relações.

SEÇÃO VI
DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 32 A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinada a ser ingerida pelo homem, excetuando-se os medicamentos.

Art. 33 Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios vencidos, deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para o local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possa sofrer em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou estabelecimento comercial.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

§ 3º Serão igualmente apreendidos e encaminhados à autoridade sanitária competente mediante lavratura de termo próprio, os produtos alimentícios industrializados, sujeitos ao registro em órgão público especializado e que não tenham a respectiva comprovação.

Art. 34 Nas quitandas, mercearias, frutarias, sacolões e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

- I - o estabelecimento terá para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;
- II - as frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes, ou caixas apropriadas, rigorosamente limpas e afastadas 1m (um metro), no mínimo, das portas externas;
- III - as gaiolas para aves ou animais serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente.

Parágrafo único. É proibido utilizar-se para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 35 É proibido ter em depósito ou exposto à venda:

- I - aves doentes;
- II - carnes e peixes deteriorados;
- III - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 36 Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser isenta de impurezas e ser examinada periodicamente para se certificar de sua potabilidade.

Art. 37 O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 38 Nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou depósito de alimentos, não será permitida a guarda ou venda de substâncias que possam corrompê-los, adulterá-los ou avariá-los.

Art. 39 Sob pena de apreensão e inutilização sumária, os alimentos destinados ao consumo imediato que tenham ou não sofridos processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos.

Art. 40 A venda de produtos de origem animal comestíveis não industrializados só poderá ser feita através de açougues, casas de carnes e supermercados regularmente instalados.

Art. 41 Não é permitido dar ao consumo ou colocar à venda carne fresca de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e outros animais de açougue que não tenham sido abatidos nos matadouros ou frigoríficos sujeitos a fiscalização, sob pena de apreensão do produto.

Art. 42 Terão prioridades para o exercício e comércio nas feiras livres e nos mercados municipais destinados ao abastecimento de gêneros alimentícios para consumo doméstico os agricultores e produtores do Município.

§ 1º A Prefeitura regulamentará o comércio nas feiras livres, mercados municipais e feira do produtor.

§ 2º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais com facilidades de contaminação dos produtos expostos à venda.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

CAPÍTULO II
DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I
DOS COSTUMES, DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 43 É proibido fumar em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que produza fumaça e o uso de cigarro eletrônico, conforme estipulado em Lei Estadual 16.239/09.

§ 1º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Para os fins previstos no *caput*, a expressão recintos de uso coletivo compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º Deverão ser afixados avisos indicativos da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

§ 4º Em depósito de inflamáveis, postos de combustíveis, garagens e estacionamentos e depósitos de material de fácil combustão, nos cartazes ou avisos, deverão constar os seguintes dizeres: "MATERIAL INFLAMÁVEL".

§ 5º Fica proibido, também, fumar em veículos que estejam transportando crianças e/ou gestantes.

§ 6º Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer à infração.

Art. 44 Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas e similares serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo único. As desordens, algazarra, barulho e atentado ao pudor, verificados nos referidos estabelecimentos comerciais ou sociais, sujeitarão os proprietários ou responsáveis à multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Art. 45 É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos evitáveis, tais como:

- I - os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;
- II - os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos de som;
- III - a propaganda realizada com alto-falantes, sem prévia autorização da Prefeitura;
- IV - os produzidos por arma de fogo;
- V - os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, exceto em dias de comemorações públicas civis ou religiosas;
- VI - os de apitos ou silvos de sirene de fábrica, cinemas e outros estabelecimentos, por mais de 30 (trinta) segundos ou depois das 22 (vinte e duas) horas;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

- VII - batuques, congados e outros divertimentos congêneres sem licença das autoridades;
- VIII - som automotivo, estando o veículo parado em áreas públicas ou privadas ou em movimento pelas vias públicas;
- IX - som eletrônico, batuques e outros divertimentos congêneres em residências, bares, lanchonetes e estabelecimentos congêneres.

Parágrafo único. Excetuam-se das proibições deste artigo:

- X - tímpanos, sinetas e sirenes dos veículos de assistência, corpo de bombeiros, carros oficiais e polícia, quando em serviço de justificativa emergência;
- XI - apitos de rondas ou guardas policiais;
- XII - as vozes ou aparelhos usados em propaganda eleitoral, de acordo com a lei;
- XIII - as fanfarras ou bandas de música em procissões, cortejos ou desfiles públicos;
- XIV - as máquinas ou aparelhos utilizados em construção ou obras em geral, licenciados previamente pela Prefeitura no horário de 7 a 18 (sete a dezoito) horas;
- XV - as manifestações, nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios desportivos, com horários previamente licenciados;

Art. 46 É proibida a execução de serviços após as 22 (vinte e duas) horas e antes das 7 (sete) horas nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e edificações residenciais.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição deste artigo a execução de serviços públicos de emergência.

SEÇÃO II
DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 47 São considerados divertimentos públicos aqueles que se realizarem nas vias públicas ou em recintos fechados, mas com livre acesso ao público.

§ 1º Para realização de divertimentos públicos será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.

§ 2º Para o caso do disposto no *caput* deste artigo será obrigatória a comunicação prévia ao Corpo de Bombeiros, ou membro de entidade civil de combate e prevenção ao incêndio.

Art. 48 Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras e por outras normas e regulamentos:

- I - tanto a salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;
- II - as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livres de móveis, grades ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;
- III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;
- IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
- V - deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;
- VI - durante os espetáculos deverá as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas;
- VII - haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras, dotadas de aparelhos exaustores;
- VIII - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória à adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Art. 49 Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 50 Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§ 1º Em caso de modificação do programa ou de horário o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se, inclusive, as competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art. 51 A armação de circos de panos ou lonas, parques de diversões ou de palcos para shows e comícios só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

Parágrafo único. A Prefeitura só autorizará a armação e funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo se os requerentes apresentarem a(s) respectiva(s) ART (s) do(s) profissional(is) pelo projeto estrutural, elétrico e demais projetos necessários, conforme a legislação do CREA.

Art. 52 A autorização de funcionamento de teatros, cinemas, circos, salas de espetáculos e ginásios de esportes não poderá ser por prazo superior a 1 (um) ano.

Art. 53 Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Art. 54 Ao conceder a autorização poderá a Prefeitura estabelecer outras restrições que julgar necessárias no sentido de garantir a segurança, a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

SEÇÃO III
DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 55 O trânsito, de acordo com a Lei do Sistema Viário, é livre, e tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 56 É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestre ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito deverá ser colocada sinalização claramente visível de dia e luminosa à noite, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 57 Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral e o estacionamento de veículos sobre os passeios e calçadas.

§ 1º Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou terrenos, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo de trânsito por tempo estritamente necessário à sua remoção, não superior a 3 (três) horas.

§ 2º No caso previsto no parágrafo anterior os responsáveis pelos materiais deverão advertir os veículos a distância conveniente, dos prejuízos causados no livre trânsito.

§ 3º Os infratores deste artigo estarão sujeitos a terem os respectivos veículos ou materiais apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura os quais para serem retirados dependerão do pagamento da multa e das despesas de remoção e guarda da coisa apreendida.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Art. 58 É proibido nas vias e logradouros públicos urbanos:

- I - conduzir animais e veículos em velocidade excessiva;
- II - conduzir animais bravos, sem a necessária precaução;
- III - atirar à via ou logradouro público substância ou detritos que possam embaraçar e incomodar os transeuntes.

Art. 59 É proibido danificar ou retirar sinais e placas colocadas nas vias, estradas ou praças públicas, para a orientação e advertência de perigo ou impedimento do trânsito.

Art. 60 Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública ou colocar em risco a segurança da população, bem como inspecionar os veículos de transporte público e escolar.

Art. 61 É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres pelos meios de:

- I - conduzir volumes de grande porte pelos passeios;
- II - conduzir bicicletas e motocicletas pelos passeios;
- III - patinar e praticar, a não ser nos logradouros para esses fins destinados;
- IV - amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;
- V - conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou logradouros públicos.

Parágrafo único. Excetuam-se ao disposto neste artigo os carrinhos de crianças, cadeiras de rodas e as bicicletas nos locais indicados como ciclovias.

Art. 62 É de exclusiva competência do Executivo Municipal a criação, remanejamento e extinção de ponto de aluguel, tanto no que se refere a táxi, veículos de cargas, carroças ou outros similares.

Art. 63 A fixação de pontos e itinerários dos ônibus urbanos é de competência da Prefeitura, conforme plano viário estabelecido.

SEÇÃO IV
DAS OBSTRUÇÕES DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 64 Poderão ser armados palanques, coretos e barracas provisórias nas vias e nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou populares, desde que previamente autorizadas pela Prefeitura, observadas as seguintes condições:

- I - serem aprovadas quanto à sua localização;
- II - não perturbarem o trânsito público;
- III - não prejudicarem calçamento ou pavimentação, nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelos eventos os estragos por acaso verificados;
- IV - serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos eventos.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do palanque, coreto ou barraca, cobrando do responsável às despesas de remoção e dando ao material recolhido o destino que entender.

Art. 65 Nas construções e demolições, não serão permitidas, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

Art. 66 A colocação de ondulações (quebra-molas) transversais às vias públicas dependerá de autorização expressa da Prefeitura Municipal.

§ 1º As ondulações transversais às vias públicas serão regulamentadas através de Decreto do Executivo Municipal, com formas e dimensões estabelecidas conforme o fluxo de veículos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

§ 2º A colocação dessas ondulações nas vias públicas somente será admitida após a devida sinalização vertical e horizontal.

Art. 67 É expressamente proibida a utilização dos passeios e da via pública para a realização de consertos de veículos, bicicletas, borracharia e demais serviços efetuados por oficinas e prestadores de serviços similares.

Art. 68 A instalação de postes e linhas telegráficas, telefônicas, de força e luz e a colocação de caixas postais e de hidrantes para serviços de combate a incêndios, nas vias e logradouros públicos, dependem da aprovação da Prefeitura.

Art. 69 As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos desde que satisfaçam as seguintes condições:

- I - terem sua localização e dimensões aprovadas pela Prefeitura.
- II - apresentarem bom aspecto quanto à construção;
- III - não perturbarem o trânsito público;
- IV - serem de fácil remoção.

Art. 70 Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços não poderão ocupar o passeio em toda a sua largura, correspondente à testada do edifício para a exposição de mercadorias, tabelas, placas ou outros obstáculos.

Parágrafo único. Dependerá de licença especial a colocação de mesas e cadeiras, no passeio para servirem a bares, restaurantes e lanchonetes.

Art. 71 As colunas ou suportes de anúncios, as caixas para lixo, os bancos ou os abrigos de logradouros públicos, somente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura.

Art. 72 Os relógios, estátuas e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura.

Parágrafo único. Dependerá, ainda, de aprovação o local escolhido para a fixação ou edificação dos monumentos.

SEÇÃO V
DOS MUROS, CERCAS, PASSEIOS E NUMERAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

Art. 73 Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação.

Art. 74 Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros, de acordo com a padronização estabelecida por Decreto do Executivo e em consonância com a legislação própria.

Parágrafo único. Os muros com altura superior a dois metros e meio deverão ter a aprovação da Prefeitura, que poderá autorizar desde que não venha a prejudicar os imóveis confinantes.

Art. 75 Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio-fios são obrigados a construir os respectivos muros e pavimentar os passeios de acordo com a padronização estabelecida por Decreto do Executivo Municipal.

§ 1º Nos terrenos vazios é obrigatória a pavimentação do passeio e a construção de muro na frente do logradouro de altura mínima a evitar que a terra avance sobre o passeio e de acordo com a padronização estabelecida pelo Executivo ou dispositivo fixado em lei.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

§ 2º O Executivo poderá exigir a construção de passeio ecológico e com acessibilidade universal na forma fixada em lei ou regulamento.

Art. 76 Os terrenos situados nas zonas urbanas:

- I - serão fechados com muros, grades de ferro, madeira ou materiais similares;
- II - não poderão conter elementos pontiagudos quando se situarem na divisa da frente ou em altura inferior a um metro e cinquenta centímetros.

§ 1º Os terrenos situados nas zonas rurais:

- a) serão fechados com cercas de arame farpado ou liso, com três fios no mínimo;
- b) telas de fios metálicos;
- c) cercas vivas, de espécies vegetais adequadas.

§ 2º Correrão por conta exclusivas dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 77 É proibido:

- I - eletrificar cercas em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;
- II - fazer cercas, muros e passeios em desacordo com o disposto neste Capítulo;
- III - danificar, por quaisquer meios, muros e cercas e passeios existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil que no caso couber.

Art. 78 Somente a Prefeitura poderá indicar ou substituir a numeração de edificações, cabendo ao proprietário colocar a identificação e conservá-la.

Parágrafo único. É proibida a colocação de placa com número diverso do que tenha sido oficialmente determinado.

SEÇÃO VI
DAS CONSTRUÇÕES ABANDONADAS EM IMÓVEIS URBANOS

Art. 79 É proibido manter construções em imóveis urbanos em estado de abandono.

Art. 80 Considera-se em estado de abandono:

- I - construções iniciadas, independente da porcentagem de edificação, e interrompidas por mais de 1 (um) ano, sem cerca de proteção;
- II - construções que não abrigam moradores há mais de 1 (um) ano, em evidente estado de danificação.

Parágrafo único. Considera-se em evidente estado de danificação as construções edificadas para fins comerciais ou residenciais que, desabitadas, apresentam-se com as portas ou janelas parcialmente demolidas.

Art. 81 Constatado o abandono da construção, a Prefeitura notificará o proprietário para em 15 (quinze) dias:

- I - apresentar justificativa e efetuar reparos, quando em imóveis já construídos;
- II - apresentar justificativa e dar prosseguimento às obras.

Art. 82 Não sendo localizado o proprietário, a notificação será feita por edital, publicado uma vez no Órgão de Divulgação Oficial do Município.

Art. 83 Descumprida a notificação, a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza e lançará o débito ao proprietário, obedecidos os seguintes critérios:

- I - construções com até 100m² (cem metros quadrados), multa no valor correspondente a 200 (duzentas) UFM's;
- II - construções com mais de 100m² (cem metros quadrados), multa no valor correspondente a 300 (trezentas) UFM's.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Art. 84 Após a emissão de Laudo de Avaliação da situação do imóvel, e constatada a necessidade de construção de cerca de proteção, a Prefeitura Municipal:

- I - fará tomada de preços em, no mínimo, 3 (três) empresas que comercializam materiais de construção optando pela menor, para fins de aquisição de material;
- II - executará a construção da cerca e lançará, ao proprietário, o débito acrescido da mão de obra.

Parágrafo único. O proprietário será notificado para pagamento no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 85 Não efetuado o recolhimento no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo anterior, a cobrança será feita com os acréscimos legais, juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o débito será inscrito em dívida ativa quando o pagamento não se efetuar no respectivo exercício financeiro.

SEÇÃO VII
DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

Art. 86 As estradas de que trata a presente seção são as que integram o sistema viário municipal e que servem de livre trânsito dentro do Município.

Art. 87 A mudança ou deslocamento de estradas municipais dentro dos limites das propriedades rurais deverá ser requisitado pelo respectivo proprietário, à Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Neste caso, quando não haja prejuízo das normas técnicas e os trabalhos de mudança ou deslocamento se mostrarem por demais onerosos, a Prefeitura poderá exigir que os proprietários concorram, no todo ou em parte, com as despesas.

Art. 88 É proibido:

- I - fechar, mudar ou de qualquer modo dificultar a servidão pública das estradas e caminhos sem prévia licença da Prefeitura;
- II - colocar tranqueiras, porteiras e palanques nas estradas ou para seu leito arrastar paus e madeiras;
- III - arrancar ou danificar marcos quilométricos e outros sinais alusivos ao trânsito;
- IV - atirar nas estradas pregos, arames, pedras, paus, pedaços de metal, vidros, louças e outros objetos prejudiciais aos veículos e às pessoas que nelas transitam;
- V - arborizar as faixas laterais de domínio das estradas, exceto quando o proprietário estiver previamente autorizado pela Prefeitura;
- VI - destruir, obstruir ou danificar pontes, bueiros, esgotos, galerias pluviais, mata burros e as valetas ou logradouros de proteção das estradas;
- VII - fazer cisternas, valetas, buracos ou escavações de qualquer natureza no leito das estradas e caminhos e nas áreas constituídas pelos primeiros 3m (três metros) internos da faixa lateral de domínio;
- VIII - impedir, por qualquer meio, o escoamento de águas pluviais das estradas para os terrenos marginais;
- IX - encaminhar águas servidas ou pluviais para o leito das estradas ou fazer barragens que levem as águas a se aproximarem do leito das mesmas, a uma distância mínima de 10m (dez metros);
- X - danificar de qualquer modo as estradas.

SEÇÃO VIII
DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 89 É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos.

Art. 90 Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da municipalidade.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Art. 91 O animal recolhido em virtude do disposto nesta seção será retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo único. Não sendo retirado o animal nesse prazo deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação, ou dar outra destinação em caso de licitação negativa.

Art. 92 Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e distritos serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º Se não for retirado pelo seu dono, dentro de dez dias mediante o pagamento de taxas e multas, a Prefeitura dará ao mesmo a destinação que melhor lhe convier.

§ 2º Os proprietários dos cães registrados serão notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo, sem o que a Prefeitura dará ao mesmo a destinação que lhe convier.

Art. 93 É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 94 É proibida a criação de qualquer animal que prejudique ou coloque em risco a vizinhança, observadas as legislações pertinentes.

CAPÍTULO III
DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 95 Para o exercício do seu poder de polícia quanto ao meio ambiente, a Prefeitura Municipal respeitará a competência da legislação e autoridade da União e do Estado.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas, que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população e, ainda, possa comprometer a flora e a fauna ou a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos.

Art. 96 No interesse do controle da poluição do ar e da água a Prefeitura exigirá parecer do IAP sempre que lhe for solicitada autorização de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 97 É proibido:

- I - deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive dejetos e lixos sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular;
- II - o lançamento de resíduos em rios, lagos, córregos, poços e chafarizes;
- III - desviar o leito das correntes de água, bem como obstruir de qualquer forma o seu curso;
- IV - é proibido fazer barragens sem prévia licença da Prefeitura;
- V - o plantio e conservação de plantas que possam constituir foco de insetos nocivos à saúde;
- VI - atear fogo em roçada, palhadas ou matos.

§ 1º O plantio e conservação de plantas na área urbana só poderão ser feitos com espécies que garantam a segurança e o sossego da população, em conformidade com o Plano de Arborização Urbana local, podendo o Executivo, por decreto, determinar as espécies não permitidas.

§ 2º Na área em volta do perímetro urbano, denominada cinturão verde, ficam proibidas queimadas e a aplicação de inseticidas ou qualquer outro produto que venha a por em risco a população, devendo ser incentivada a cultura orgânica nestas áreas, bem como a instalação de atividade que cause incômodo à população.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Art. 98 As florestas existentes no território municipal e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente a Lei Federal nº. 4.771, de 15/09/65, denominada Código Florestal, estabelecem.

Parágrafo único. Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- a) ao longo dos rios, ou de outros quaisquer cursos d'água, em faixa marginal, prescritas no Código Florestal;
- b) ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais;
- c) no topo de morros, montes montanhas e serras;
- d) nos campos naturais ou artificiais as florestas nativas e as vegetações campestres.

Art. 99 Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- I - a atenuar a erosão das terras;
- II - a formar faixas de proteção aos cursos d'água;
- III - a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- IV - assegurar condições de bem-estar público.

Art. 100 O Município, dentro de suas possibilidades, deverá criar:

- I - unidades de Conservação, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais e científicos, dentre outras, observado o disposto na Lei Federal nº. 9.985/2000;
- II - florestas, Bosques e Hortos Municipais, com fins técnicos, sociais e pedagógicos.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques, Florestas, Bosques e Hortos Municipais.

Art. 101 A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições do Código Florestal Brasileiro, independentemente de outras licenças ou autorizações cabíveis.

Art. 102 É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 103 É expressamente proibida, dentro dos limites da cidade e distritos, a instalação de atividades que, pela emanção de fumaça, poeira, odores e ruídos incômodos, ou que por quaisquer outros motivos possam comprometer a salubridade das habitações vizinhas, à saúde pública e o bem-estar social.

§ 1º A Prefeitura fará projeto de manejo, recuperação e arborização das vias e logradouros públicos.

§ 2º O particular interessado poderá substituir, às suas expensas, a árvore em seu passeio, desde que devidamente autorizado pela Prefeitura quanto ao local e espécie.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DE ANIMAIS E INSETOS NOCIVOS

Art. 104 Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir formigas, cupins, baratas, ratos, caramujos e outros insetos e animais nocivos existentes dentro da sua propriedade.

Art. 105 Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigas, cupins, baratas, ratos, caramujos ou outros insetos e animais nocivos, será feita intimação ao



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

proprietário do terreno onde o mesmo estiver localizado, marcando-se o prazo de 10 (dez) dias para se proceder ao seu extermínio.

Art. 106 Se, no prazo fixado, não for extinto os insetos ou animais nocivos encontrados, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 30% (trinta por cento) pelo trabalho de administração.

TÍTULO III **DOS ATOS NORMATIVOS**

CAPÍTULO I **DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA**

SEÇÃO I **DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 107 Nenhum estabelecimento comercial de prestação de serviço e industrial poderá funcionar no município sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de Alvará a requerimento dos interessados e mediante o pagamento dos tributos devidos.

§ 1º Para concessão do Alvará de Localização e Funcionamento o Município deverá obrigatoriamente observar o que dispõe, além da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, a legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal pertinentes.

§ 2º O requerimento deverá especificar com clareza:

- a) o ramo do comércio ou da indústria, ou o tipo de serviço a ser prestado;
- b) o local em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 108 Para ser concedida licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços deverão ser previamente vistoriados pelos órgãos competentes, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade a que se destina.

Parágrafo único. O alvará de licença só poderá ser concedido após informações, pelos órgãos competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende as exigências estabelecidas neste Código.

Art. 109 Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o Alvará de Localização e Funcionamento em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 110 Para mudança de local do estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 111 O alvará de localização e funcionamento poderá ser cassado:

- I - quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II - como medida preventiva a bem da higiene, da moral e do sossego e segurança pública;
- III - por solicitação da autoridade competente, comprovados motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º Cassado o Alvará, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária autorização, expedida em conformidade com o que preceitua esta Seção.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

SEÇÃO II
DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 112 Considera-se Comércio Ambulante a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, por profissional autônomo, sem vinculação com terceiros ou pessoas jurídicas e em locais previamente determinados pela Prefeitura.

§ 1º É proibido o exercício do comércio ambulante fora dos locais demarcados pela Prefeitura.

§ 2º A fixação do local, a critério da Prefeitura poderá ser alterada, em função do desenvolvimento da cidade.

Art. 113 O exercício do comércio ambulante dependerá de autorização da Prefeitura, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único. A autorização é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado, e somente será expedida a favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício.

Art. 114 Da autorização deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I - número de inscrição;
- II - nome e endereço residencial do responsável;
- III - local e horário para funcionamento do ponto;
- IV - indicação clara do objeto da autorização.

Art. 115 A autorização será renovada anualmente, por solicitação do interessado.

Parágrafo único. O vendedor ambulante não licenciado para o comércio ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 116 Quando se tratar de produtos perecíveis deverão, os mesmos, ser conservados em balcões frigoríficos.

Art. 117 É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa e de cassação da autorização:

- I - estacionar nas vias públicas e em outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;
- II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou em outros logradouros;
- III - transitar pelos passeios conduzindo carrinhos, cestos ou outros volumes grandes;
- IV - deixar de atender as prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida;
- V - colocar à venda produtos contrabandeados ou de procedência duvidosa;
- VI - expor os produtos à venda colocando diretamente sobre o solo.

Art. 118 Os quiosques, barracas, *trailers*, carrinhos e outros veículos utilizados no comércio ambulante deverão ser aprovados pela Prefeitura.

Art. 119 Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Código deverão observar ainda as seguintes:

- I - terem carrinhos apropriados, aprovados pela Prefeitura;
- II - velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados, nem contaminados e se apresentem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias que serão inutilizadas;
- III - terem os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;
- IV - usarem vestuários adequados e limpos;
- V - manterem-se rigorosamente asseados;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

VI - usarem recipientes apropriados para colocação do lixo.

SEÇÃO III
DAS FEIRAS LIVRES E DO PRODUTOR RURAL

Art. 120 As feiras destinam-se a venda a varejo de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade por preços acessíveis, evitando-se quanto possível os intermediários.

§ 1º As feiras serão organizadas, orientadas e fiscalizadas pela Prefeitura.

§ 2º São obrigações comuns a todos os que exercem atividades nas feiras livres:

- a) ocupar o local e área delimitada para seu comércio;
- b) manter a higiene do seu local de comércio e colaborar para a limpeza da feira e suas imediações;
- c) somente colocar a venda gêneros em perfeitas condições para consumo;
- d) observar na utilização das balanças e na aferição de pesos e medidas, o que determinar as normas competentes;
- e) observar rigorosamente o início e término da feira livre.

§ 3º Aplica-se, no que couber, aos feirantes, às normas fixadas para o comércio ambulante.

SEÇÃO IV
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 121 A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços obedecerão aos preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e condições de trabalho.

Parágrafo único. Nos domingos e feriados os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados decretados pelo Executivo Municipal, salvo exceções previstas em lei.

Art. 122 A Prefeita Municipal poderá, através de Decreto, regulamentar o horário de funcionamento em geral ou em atividades específicas, ou, ainda, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Art. 123 As farmácias e drogarias poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

Parágrafo único. Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

Art. 124 Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que necessitarem funcionar em horário especial deverão ter a aprovação da Prefeitura.

Parágrafo único. Durante o mês de dezembro de cada ano e nas vésperas de data comemorativas "Dia das Mães", "Dia dos Namorados", "Dia dos Pais" e "Dia das Crianças", os estabelecimentos comerciais, as seções de venda dos estabelecimentos industriais, depósitos e demais atividades que tenham fins comerciais poderão funcionar, em horário especial de segunda à sexta-feira até às 22 (vinte e duas) horas e aos sábados até às 18 (dezoito) horas, independentemente de Licença Especial e de pagamento de taxas.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

CAPÍTULO II
DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES E USOS ESPECIAIS

SEÇÃO I
DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, OLARIAS, DEPÓSITOS DE AREIA,
SAIBRO E CASCALHO

Art. 125 A exploração de pedreiras, olarias, depósitos de areia, saibro e cascalho dependem de concessão de Alvará de Localização e Funcionamento pela Prefeitura, precedida da manifestação dos órgãos públicos Estaduais e Federais competentes.

Art. 126 As licenças para exploração deverão determinar o prazo.

Art. 127 Ao conceder os Alvarás a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar conveniente.

Art. 128 Os pedidos de prorrogação de autorização para a continuação da exploração serão feitos mediante requerimento e instruídos com o documento de autorização anteriormente concedido.

Art. 129 A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração e escavação de barro ou depósitos de areia e saibro com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de água.

Art. 130 É proibida a extração de areia nos cursos de água do Município, quando:

- I - à jusante do local de recebimento de contribuições de esgotos;
- II - modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;
- III - causem por qualquer forma a estagnação das águas;
- IV - de algum modo possa oferecer perigos a ponte, muralhas, ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios;
- V - a juízo dos órgãos Federais ou Estaduais de controle do meio ambiente, se for considerado inadequado.

Art. 131 A instalação de olarias deve obedecer, além das exigências da legislação Estadual e Federal pertinentes, as seguintes prescrições:

- I - as chaminés serão construídas de modo que não incomodem os moradores vizinhos, pela fumaça ou emanações nocivas;
- II - quando as escavações facilitarem a formação de depósito de água, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar a cavidade a medida que for retirado o barro.

SEÇÃO II
DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 132 No interesse público a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos observando o que dispõe a Legislação Estadual e Federal pertinente.

Art. 133 São considerados inflamáveis:

- I - o fósforo e os materiais fosforados;
- II - a gasolina e demais derivados de petróleo;
- III - os éteres, álcool, a aguardente e destilados e os óleos em geral;
- IV - os carboretos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

V - toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135°C (cento e trinta e cinco graus centígrados).

Art. 134 Consideram-se explosivos:

- I - os fogos de artifícios;
- II - a nitroglicerina e seus compostos e derivados;
- III - a pólvora e o algodão pólvora;
- IV - as espoletas e os estopins;
- V - os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;
- VI - os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 135 É absolutamente proibido:

- I - fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;
- II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção, localização e segurança;
- III - depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 136 Somente será permitido o comércio de fogos de artifícios, bombas, rojões e similares, através de estabelecimento comercial localizado, que satisfaçam plenamente os requisitos de segurança.

Art. 137 Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados pela Prefeitura.

Art. 138 A construção dos depósitos seguirá as normas do Corpo de Bombeiros.

Art. 139 Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções.

§ 1º Não poderão ser transportados simultaneamente no mesmo veículo explosivos e inflamáveis.

§ 2º Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão estacionar nas vias públicas, exceto para carga e descarga.

Art. 140 É proibido:

- I - queimar fogos de artifícios nos logradouros públicos ou em janelas que abrirem para logradouros;
- II - soltar balões de gases rarefeitos produzidos a partir da queima de oxigênio;
- III - fazer fogueiras nos logradouros públicos sem a autorização da Prefeitura;
- IV - utilizar armas de fogo dentro do perímetro urbano do Município, exceto os casos previstos em lei.

Parágrafo único. As proibições de que tratam os incisos I e III poderão ser suspensas mediante licença da Prefeitura.

Art. 141 A utilização e manuseio de produtos tóxicos são regulamentados por Legislação Federal e Estadual pertinentes.

SEÇÃO III
DA PROPAGANDA EM GERAL

Art. 142 A exploração dos meios de publicidades nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo quando previsto a cobrança.

§ 1º Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares sejam visíveis de lugares públicos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

§ 2º Estão isentos de tributos as placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 143 Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

- I - pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;
- II - de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
- III - que em sua mensagem firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 144 Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Art. 145 A propaganda falada em lugares públicos por meio de amplificadores de som, alto falante e propagandistas, está igualmente sujeita a prévia licença e ao pagamento do tributo ou preço respectivo, quando previsto.

Art. 146 Não será permitida a colocação de faixas de pano, inscrição de anúncios ou cartazes, exceto quando houver autorização do proprietário ou do órgão responsável:

- I - quando pintados ou colocados diretamente sobre os monumentos, postes, arborização, nas vias e logradouros públicos;
- II - nas calçadas, meio-fios, leito das ruas e áreas de circulação das praças públicas;
- III - nos edifícios públicos municipais;
- IV - nas igrejas, templos e casas de oração;
- V - dependurados nos postes de iluminação pública e nas árvores existentes nas vias e áreas públicas.

SEÇÃO IV
DOS CEMITÉRIOS

Art. 147 Compete à Municipalidade a fundação, polícia e administração dos cemitérios, observada a Legislação Federal e Estadual pertinente.

§ 1º Os cemitérios, por sua natureza, são locais respeitáveis e devem ser conservados limpos e tratados com zelo, suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas e cercados de muros.

§ 2º É lícito às Irmandades, sociedades de caráter religioso ou empresas privadas, respeitadas as leis e regulamentos que regem a matéria, estabelecer ou manter cemitérios, desde que devidamente autorizados pela Municipalidade, ficando sujeitos permanentemente à sua fiscalização.

§ 3º Os cemitérios do Município estão livres a todos os cultos religiosos e à prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes;

§ 4º Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

Art. 148 É defeso fazer sepultamento antes de decorridos o prazo de 12 (doze) horas, contando o momento do falecimento, salvo:

- I - quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;
- II - quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação.

§ 1º Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 (trinta e seis) horas, contados do momento em que verificar o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa da autoridade judicial, policial ou da saúde pública.

§ 2º Não se fará sepultamento algum sem a certidão de óbito fornecida pelo oficial do Registro Civil do local do falecimento.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

§ 3º Na impossibilidade da obtenção de Certidão de Óbito, o sepultamento poderá ser feito mediante autorização da autoridade médica, policial ou judicial, condicionado a apresentação da certidão de óbito posteriormente ao órgão público competente.

Art. 149 Os sepultamentos em jazigos sem revestimento (sepulturas) poderão repetir-se de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos, e nos jazigos com revestimento (carneiras) não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento feito seja convenientemente isolado.

§ 1º Considera-se como sepultura a cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões:

- a) Para Adulto: 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de comprimento por 75cm (setenta e cinco centímetros) de largura e 1,70m (um metro e setenta centímetros) de profundidade;
- b) Para Crianças: 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento por 50cm (cinquenta centímetros) de largura e 1,70m (um metro e setenta centímetros) de profundidade.

§ 2º Considera-se como carneira a cova com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de comprimento por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de largura.

Art. 150 Os proprietários de terrenos ou seus representantes são responsáveis pelos serviços de limpeza e conservação no que tiverem construído e que forem necessários à estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

Art. 151 Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 3 (três) anos, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de requisição por escrito, da autoridade policial ou judicial, ou mediante parecer do órgão de Saúde Pública.

Art. 152 Exceto a colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada, nos cemitérios, sem que tenha sido previamente aprovada pela Prefeitura Municipal.

Art. 153 Nos cemitérios é proibido:

- I - praticar atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou outras dependências;
- II - arrancar plantas ou colher flores;
- III - pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;
- IV - efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;
- V - praticar comércio;
- VI - a circulação de qualquer tipo de veículo motorizado estranho aos fins e serviços atinentes ao cemitério.

Art. 154 É permitido dar sepultura em um só lugar a duas ou mais pessoas da mesma família que falecem no mesmo dia.

Art. 155 Todos os cemitérios devem manter em rigorosa ordem os controles seguintes:

- I - sepultamento de corpos ou partes;
- II - exumações;
- III - sepultamento de ossos;
- IV - indicações sobre os jazigos sobre os quais já constituírem direitos, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as transferências e alterações ocorridas.

Parágrafo único. Esses registros deverão indicar:

- a) hora, dia, mês e ano do sepultamento;
- b) nome da pessoa a que pertenceram os restos mortais;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

c) no caso de sepultamento, além do nome, deverá ser indicada a filiação, idade, sexo do morto e certidão.

Art. 156 Os cemitérios devem adotar sistema seguro de controle no qual, de maneira resumida, serão transcritas as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação, ossários, com indicações do número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais dessas ocorrências. Esse sistema deve ser escriturado por ordem de números dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes.

Art. 157 Os cemitérios públicos e particulares deverão contar com os seguintes equipamentos e serviços:

- I - capelas, com sanitários;
- II - edifício de administração, inclusive sala de registros que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos e ação de roedores;
- III - sala de primeiros socorros;
- IV - sanitários para o público e funcionários;
- V - vestiário para funcionários, dotados de chuveiros;
- VI - depósito para ferramentas;
- VII - ossário;
- VIII - iluminação externa;
- IX - rede de distribuição de água;
- X - área de estacionamento de veículos;
- XI - arruamento urbanizado e arborizado;
- XII - recipientes para depósito de resíduos em geral.

Art. 158 Além das disposições acima, os cemitérios estarão sujeitos ao que for estabelecido em regulamento próprio, a critério da Prefeitura Municipal, indispensável o atendimento às normas Federais e Estaduais pertinentes, inclusive quanto ao Licenciamento Ambiental.

Parágrafo único. No caso da construção de crematórios, deverá ser estabelecido regulamento específico à matéria.

SEÇÃO V
DO FUNCIONAMENTO DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 159 As igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos por sagrados e como tal devem ser respeitadas.

Art. 160 Nas igrejas, templos ou casas de cultos os locais freqüentados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Parágrafo único. No que couber, aplicam-se aos templos e locais de culto todas as disposições deste Código.

SEÇÃO VI
DAS QUEIMADAS E CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS

Art. 161 A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 162 Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas as medidas preventivas e necessárias.

Art. 163 A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou mato que limitem com terras de outrem, inclusive nas margens de estradas ou rodovias, sem tomar as seguintes precauções:

- I - preparar aceiras de no mínimo, sete metros de largura;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

II - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 164 A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo único. Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum.

Art. 165 A derrubada de bosque ou mata dependerá de licença da Prefeitura e dos órgãos estaduais ou federais competentes.

§ 1º A Prefeitura só concederá licença quando o terreno for urbano, destinar-se à construção e a mata não for de importância paisagístico ambiental.

§ 2º A licença será negada a formação de pastagens ou plantio na zona urbana do município.

Art. 166 Fica proibida a formação de pastagens na zona urbana do Município.

TÍTULO IV **DOS AUTOS ADMINISTRATIVOS**

CAPÍTULO I **DAS NOTIFICAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 167 Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 168 Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 169 Não são diretamente aplicáveis as sanções definidas neste Código aos:

- I - incapazes na forma da lei;
- II - que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 170 Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior à sanção recairá:

- I - sobre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;
- II - sobre o curador ou pessoa cuja guarda estiver o incapaz;
- III - sobre aquele que der causa à infração forçada.

SEÇÃO I **DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR**

Art. 171 Todo o infrator que cometer pela primeira vez uma ação ou omissão contrária às disposições deste Código sofrerá uma advertência sob a forma de notificação preliminar, obrigando a interromper e a reparar, se for o caso, a ação infringente, salvo nos casos:

- I - em que a ação danosa seja irreversível;
- II - em que haja desacato ou desobediência à autoridade do Poder Municipal.

Art. 172 No caso de reincidência ou em que permaneça a ação ou estado infringente, será lavrado um Auto de Infração e aplicadas demais sanções previstas em lei.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Art. 173 A notificação preliminar será passada pela autoridade competente, dada a conhecer ao infrator, nela devendo constar:

- I - dia, mês, ano, hora e lugar onde foi constatada a infração;
- II - nome e sobrenome do infrator, sua profissão e residência;
- III - natureza da Infração e a norma infringida;
- IV - prazo para regularizar, reparar e/ou suspender a ação infringente;
- V - identificação de testemunhas quando o infrator se recusar a assinar o conhecimento da notificação ou na ausência e impedimento deste;
- VI - nome e assinatura de quem o lavrou;
- VII - data de emissão.

SEÇÃO II
DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Art. 174 Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação de disposições deste e dos demais Códigos, Leis, Decretos e Regulamentos do Município.

Art. 175 Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou dos Chefes de serviço, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único. Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 176 Qualquer do povo poderá autuar os infratores, devendo o auto respectivo, que será assinado por duas testemunhas, ser enviado à Prefeitura para os fins de direito.

Parágrafo único. São autoridades para lavrar o auto de infração os fiscais, ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art. 177 É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas o Prefeito ou seu substituto legal, este quando em exercício, ou responsável por ele delegado.

Art. 178 Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

- I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;
- II - o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes e de agravantes à ação;
- III - o nome de infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- IV - a disposição infringida;
- V - a assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Art. 179 Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

SEÇÃO III
DOS AUTOS DE APREENSÃO

Art. 180 Nos casos de apreensão, o material apreendido será recolhido ao depósito da Prefeitura e quando isto não for possível ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositado em mãos de terceiros, observadas as formalidades legais.

Art. 181 Os autos de apreensão obedecerão a modelos especiais e conterão, obrigatoriamente:

- I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que o bem foi apreendido;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

II - o nome de infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

III - o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o estado e as condições em que se encontra o bem apreendido;

Art. 182 A devolução do material apreendido só se fará depois de pagar as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 183 No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 30 (trinta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que se trata o artigo anterior e entregue o saldo ao proprietário mediante requerimento devidamente instruído e processado.

SEÇÃO IV
DAS MULTAS

Art. 184 A sanção, além de impor a obrigação de fazer e desfazer será pecuniária através de cobrança de multa.

Art. 185 O pagamento da multa não exime o infrator de reparar os danos causados ou de cumprir outras penalidades previstas.

Art. 186 Independente de outras sanções previstas na legislação em geral, e pelo presente Código, serão aplicadas multas através do Auto de Infração e nos seguintes valores:

I - de 5 (cinco) a 500 (quinhentas) vezes a UFM nas infrações do disposto no Capítulo III do Título II e do Capítulo II do Título III deste Código;

II - de 1 (um) a 100 (cem) vezes a UFM nos demais casos.

Parágrafo único. Na imposição da multa e para graduá-la ter-se-á em vista:

- a) a maior ou menor gravidade da infração;
- b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- c) os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste código.

Art. 187 A penalidade pecuniária será judicialmente executada e imposta de forma regular e pelos meios hábeis se o infrator recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos a que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência pública, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a Administração Municipal.

Art. 188 As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Art. 189 Nas reincidências as multas serão contadas em dobro.

SEÇÃO V
DO PRAZO DE RECURSO

Art. 190 O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento.

Art. 191 Julgada improcedente ou não sendo apresentada a defesa no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 10 (dez) dias.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 192 Esta Lei ou parte dela poderá ser regulamentada por decreto.

Art. 193 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de Cambira
aos dede 2010

MARIA NEUSA RODRIGUES BELLINI
Prefeita Municipal

FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

INTRODUÇÃO

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) trata do indicativo das ações e projetos que terão prioridade no Plano Diretor Municipal (PDM), resultado da etapa Diretrizes e Proposições, com a hierarquização de investimentos em infraestrutura básica e social, equipamentos em geral e ações institucionais.

Nele são apresentadas as estimativas de custos de instalação e implantação dos programas e projetos para os próximos cinco anos e a compatibilidade destes custos com a projeção orçamentária, analisando a futura capacidade de investimento e de endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido.

No PAI Municipal são elencadas as propostas para as áreas prioritárias de atuação. É fruto das análises comunitárias e técnicas e estão divididas em medidas urbanísticas de cunho concreto, diretrizes políticas norteadoras da legislação do PDM, de suas leis complementares e de órgãos da administração municipal envolvidos nestas ações, e entidades públicas a quem a administração poderá buscar apoio. Descrevem-se as propostas segundo os seguintes eixos de desenvolvimento:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Desenvolvimento Institucional;
- Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoterritorial.

A elegibilidade das ações e projetos prioritários deu-se através do debate dos problemas e potencialidades encontradas no território municipal e, neste processo de discussão, os principais atores foram: Equipe Técnica Municipal do PDM, Comissão de Acompanhamento do PDM, Administração Municipal, Legislativo Municipal, Equipe Técnica da Consultoria e, fundamentalmente, a comunidade em geral em seus diversos segmentos representativos (Conselhos, Associações, EMATER, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, entre outros), sempre sob a supervisão dos técnicos do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU).

As ações contempladas no PAI, que serão hierarquizadas para o período entre 2011 e 2015, são resultado da etapa Diretrizes e Proposições, que demonstra ações definidas em curto, médio e longo prazo.

Para definição do número de projetos prioritários adotou-se o critério de estabelecer as principais ações para cada tema de intervenção, respeitando, para tanto, o período dos próximos cinco anos, levando-se em consideração os seguintes indicadores:

- Construção e consolidação da estrutura urbana proposta pelo PDM;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

- Melhoria nos índices sociais e econômicos;
- Modernização da administração, com redução de custos;
- Melhoria na qualificação e produtividade;
- Agilidade no atendimento da população local.

Desta forma, as ações foram classificadas em curto (de 1 a 20 meses) médio (de 21 a 40 meses) e longo prazo (de 41 a 60 meses), sendo estimados valores para a execução das Medidas Urbanísticas e Políticas a serem realizadas, bem como apontadas possíveis fontes de recursos a quem a administração pública poderá recorrer, tanto para financiamento quanto para desenvolver projetos a fundo perdido.

A análise da capacidade de investimento envolve o ocorrido nos exercícios de 2005 a 2009 e a projeção do que poderá ocorrer nos anos de 2011 a 2015, demonstra-se a provável evolução das receitas e despesas e o que poderá ser gasto em termos de dispêndio, com investimentos, encargos e amortizações.

Várias medidas apontadas na construção do PDM poderão ser tomadas sem custos adicionais aos que o Município já possui, bastando apenas adotar medidas administrativas de forma a racionalizar e otimizar procedimentos e ações, especialmente na área institucional, isso dará mais agilidade e eficiência à máquina administrativa.

1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Ação e Investimentos

Um dos princípios constitucionais fundamentais norteadores do PDM é a garantia do direito às cidades sustentáveis. O princípio de desenvolvimento sustentável passou a ser um componente fundamental do desenvolvimento territorial (urbano e rural), pelo qual os seres humanos e suas futuras gerações são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, conforme dispõe o princípio 1 da Agenda 21.

No PDM de Cambira, a proteção e preservação ambientais tornam-se a base do desenvolvimento municipal, interferindo não apenas nas ações diretas, tais como intervenção na fauna, flora e recursos hídricos, como também na definição de uso do solo, nas ações para saneamento ambiental e infraestrutura.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Recuperação e Preservação Ambiental

Para um ambiente equilibrado entre o natural e construído, é importante recuperar áreas de maior importância, como margens de corpos d'água, proporcionando equilíbrio entre o natural e construído, além do controle e da disciplina do uso dos recursos naturais.

O município de Cambira apresenta poucos remanescentes florestais, sendo as áreas verdes as matas ciliares, reservas legais exigidas pela legislação Federal. Na área urbana as áreas verdes são caracterizadas pelas praças públicas.

As matas ciliares recebem ênfase dentro da recuperação ambiental, pois, como define a Lei nº 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro), tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e de flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. A mata ciliar é área de preservação permanente, devendo ser respeitada uma extensão específica de acordo com a largura dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes.

Segundo dados da prefeitura Municipal, há programas de recuperação de matas ciliares, no entanto, não há cadastros que quantifiquem as áreas em conformidade com o Código Florestal.

Na busca do ambiente equilibrado entre natural e construído, além de ações preventivas (como controlar e disciplinar o uso dos recursos naturais), fazem-se necessárias ações reparatórias (como plantio de mudas nas margens de corpos d'água). Prevêem-se neste Plano de Ação e Investimentos também ações de incentivo, cujo objetivo é diminuir processos que exauzem os recursos naturais, ou seja, deve-se economizar material e energia.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO PRAZO

1. Elaborar projetos de recuperação dos solos agrícolas degradados pela erosão ou pela contaminação, em parceria com os proprietários rurais e instituições de ensino e pesquisa.
2. Proibir a instalação de barracões e depósitos de pesticidas, agrotóxicos, defensivos agrícolas, todo e qualquer produto químico que possa gerar algum tipo de toxidade nas áreas urbanizadas do Município.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

3. Desenvolver programa de limpeza dos resíduos sólidos acumulados nos rios, córregos e suas margens.
4. Integrar as ações de iniciativa do Poder Público, iniciativa privada e da comunidade, visando o desenvolvimento de programas para recuperação e preservação das matas ciliares.

Controle de Recursos Naturais

É de grande importância a preservação dos reservatórios de água, naturais e artificiais, destinados à garantia da funcionalidade das estruturas drenantes, mantendo a vazão adequada através de manutenção periódica.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

5. Elaborar Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRHI), conforme recomendação através de Ofício Conjunto nº. 221 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)/Ministério Público (MP), de 02 de junho de 2008.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

6. Realizar obras de proteção a nascentes e recuperação de fundo de vales. Evitar o despejo de águas pluviais nas áreas de nascentes de água, promovendo o despejo num limite mínimo de 50 metros a jusante das nascentes, com vista a evitar o assoreamento e degradação da mesma.
7. Fiscalizar e monitorar os agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural: esgotos clandestinos ligados à rede de captação pluvial; fossas sépticas rudimentares, resíduos sólidos, ferros-velhos, oficinas mecânicas, atividades industriais potencialmente poluidoras, lançamento de resíduos na área rural (agrotóxicos, defensivos agrícolas, fertilizantes, esgotos domiciliares das comunidades rurais), entre outros.
8. Promover o monitoramento e controle na perfuração de poços, na área urbana e rural, conforme legislação pertinente, licenciamento do IAP, Instituto das Águas (antiga SUDERHSA) e licença municipal para realização dos serviços.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

Legislação Ambiental Municipal

A questão ambiental é tema de grande relevância e em decorrência das formas de uso/ocupação, que na maioria das vezes, não consideram as características naturais, gerando uma série de problemas socioambientais, a criação e a implantação de processos institucionais e sistemas legais de regulamentação das questões ambientais no território municipal são necessárias. O monitoramento e a fiscalização fazem parte desse processo, assim como a capacitação de funcionários municipais.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

9. Elaborar e instituir legislação ambiental municipal relacionada ao ambiente natural e ao modificado para regulamentação e fiscalização de passivos ambientais.
10. Contemplar na legislação urbanística municipal especificidades locais, com artigos e penalidades para:
 - Inibir a existência de barracões agrícolas na área urbana;
 - Coibir a pulverização de agrotóxico nas proximidades da área urbanizada;
 - Coibir atividade de aviários, suinocultura, cultivo da cana-de-açúcar, feccularia, curtume de couro, carvoaria e outros empreendimentos que possam agredir e trazer transtornos a paisagem, conforto e a qualidade de vida dos moradores, na faixa do cinturão verde. (ver Mapa de Macrozoneamento Municipal).

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

11. Realizar mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do Macrozoneamento e do Zoneamento.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

12. Aplicar penalidades às infrações definidas em lei ambiental municipal.
13. Capacitar funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de:
 - Plano de Controle Ambiental Preliminar (PCA);
 - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA);
 - Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança (EIVI/RIV).

Arborização Urbana

Cambira apresenta deficiência no quesito arborização urbana, no entanto, a administração municipal iniciou os estudos para elaboração do Plano Municipal de Arborização para reverter a situação. Entretanto, nota-se na Sede Urbana, falha na continuidade da arborização urbana, podendo interferir no processo de purificação do ar, na melhoria do micro clima da cidade, redução dos ventos, balanço hídrico, entre outros.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

Em função desta valorização do paisagismo que tem inúmeros efeitos ambientais e estéticos, são propostas intervenções imediatas, assim como proporcionar mais áreas verdes na sede urbana.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

14. Implantar Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos urbanos:

- Poda, erradicação, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração), com o devido treinamento das equipes municipais e profissionais que executarão esse tipo de serviço com o apoio do IAP (cursos de aperfeiçoamento);
- Definição de espécies apropriadas, que se adaptem aos equipamentos urbanos (fiação elétrica e telefônica, redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e pluvial) com a orientação de profissional habilitado da Prefeitura Municipal de Cambira;
- Definição de largura de passeios com posição e dimensionamento das covas, distanciamento da árvore dos cruzamentos, do posteamento, da sinalização de trânsito, de abrigos ou pontos de ônibus e de telefones, mobiliário e equipamentos públicos;
- Previsão de utilização da calçada ecológica (com faixa de grama intercalada com o pavimento);
- Manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas);
- Definição de sistema de penalidades, punição e cobrança de multas no caso de infrações e de reincidência.

Inscrição de RPPN

Cambira possui áreas de remanescente florestal passíveis de recebimento de ICMS Ecológico se transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Tal potencial deve ser explorado de tal forma para que, além de render recursos ao Município, haja maior preocupação voluntária de preservar as matas.

AÇÃO EM LONGO CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

15. Transformar as áreas verdes em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) passíveis de recebimento de ICMS Ecológico.

Educação Ambiental

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

16. Implantar programa de conservação das reservas de vegetação natural existentes, instituindo Unidades de Conservação Municipais nas áreas de especial



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

interesse ambiental, considerando sua importância ecológica, localização geográfica e uso do solo adjacente.

2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA

Considerando a proteção ambiental, sabe-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de pavimentação, galerias de águas pluviais e esgotamento sanitário, além da destinação incorreta de resíduos são fatores que potencializam a degradação ambiental.

Investimentos em saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos, pavimentação e drenagem) diminuem a incidência de doenças e internações hospitalares e evitam o comprometimento dos recursos hídricos do Município.

Saneamento Básico

Acompanhando a preocupação das diferentes escalas de governo com questões relacionadas ao saneamento, a Lei nº. 11.445 de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento, bem como para a política municipal do setor. Entendendo saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a Lei condiciona a prestação dos serviços públicos destas áreas à existência do Plano de Saneamento Básico, o qual deve ser revisto periodicamente.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

1. Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Ambiental em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007, composto pelos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana de águas Pluviais e Resíduos sólidos.

Esgotamento Sanitário

O município de Cambira não possui sistema de coleta e tratamento de esgotos. A maioria dos moradores ainda utiliza a fossa, na maior parte das vezes rudimentar, como sistema de tratamento do esgoto domiciliar. Além disso, há irregularidades diversas como ligações clandestinas em galerias de águas pluviais e fossas no passeio público. As condições desta infraestrutura urbana implicam em baixos indicadores de saúde pública e qualidade de vida.

As ações concernentes ao esgoto urbano de Cambira procuram solucionar problemas de contaminação do solo e das águas e prover rede apropriada de coleta e tratamento.

AÇÃO EM CURTO PRAZO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

2. Realizar levantamento de todas as fossas na área urbana, indicando aos proprietários a forma correta de construção de fossas sépticas, penalizando aqueles que não se adequarem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

3. Implantar sistema de esgotamento sanitário no Município.

Coleta e Destinação de Resíduos

Garantir o aproveitamento dos resíduos sólidos trata-se de ação prioritária para o desenvolvimento sustentável, levando-se em consideração a conservação ambiental, assim como a valorização social da população que poderá vir a trabalhar com a coleta de resíduos. Sistemas associativos ou cooperativos podem ofertar melhores condições de trabalho aos catadores, valorizando o trabalho e gerando renda. Além disto, a sistematização da coleta e destinação adequada de material reciclável implica em aspecto prático (físico/financeiro) que é a redução de volume de resíduos destinados ao aterro controlado, ampliando sua vida útil, otimizando processos e reduzindo custos com o manejo.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

4. Adquirir caminhão compactador de lixo para agilizar e adequar o transporte de resíduos sólidos da cidade para o aterro sanitário.
5. Adequar e implantar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (dando destinação correta a resíduos especiais como: entulho de construção civil, pneus, eletroeletrônicos, pilhas/baterias, lâmpadas, resíduos volumosos e rejeitos de matadouros, de criação de suínos, etc.).

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO PRAZO

6. Atualizar a taxa de lixo.
7. Realizar obras complementares no aterro controlado, garantindo a manutenção e manejo adequado dos resíduos sólidos, com estrutura adequada para a triagem e destinação de recicláveis para enfardamento e orgânicos (incluindo restos de poda) para compostagem.

Pavimentação, Acessibilidade e Mobilidade Urbana e Rural

Cambira apresenta boa estrutura viária, com a maioria de suas vias pavimentadas, sinalizadas, com dimensões adequadas ao fluxo. A manutenção das vias deve ser uma ação contínua do Município.

Indica-se para as vias urbanas ainda sem pavimentação, a utilização do paralelepípedo ou do bloquete, pois são pavimentos que possibilitam maior permeabilidade das águas das chuvas. É importante salientar que estes materiais, além de evitar a sobrecarga do sistema de drenagem, também têm custo e manutenção



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

menores, maior vida útil e poder de amenizar altas temperaturas, melhorando o microclima urbano.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

8. Construir pontos de ônibus na área urbana e rural, sendo: 3 na Estrada Palmeirinha; 1 na Estrada Coqueirinho; 1 na Estrada Cavalo Cego; 3 na Estrada Santo Antônio; 1 na Estrada Bom Jesus; 1 na Estrada Pé de Galinha; 1 na Estrada Lobisomem; 3 na Estrada Benjoin; 1 na Estrada Rio Cambira; 1 na Estrada Barbieri; 3 na Estrada Dourados; 1 na Estrada Rossi; 1 na Estrada Fernandes; 1 na Estrada São João; 1 na Estrada Jandaia; 1 na Estrada Gabiroba; num total de 24 pontos na área rural e 1 no Jd. Pérola; 1 na Rua José Bellini; 1 na Av. Itália; 1 na Av. Brasil – Tancredo Neves; 1 no Jd. Das Flores; 1 na Rua Argentina; 1 na Av. Brasil – Pq. Industrial 2; num total de 7 pontos na área urbana.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

9. Elaborar projeto e executar instalação de sinalização de trânsito.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

10. Readequar, cascalhar e realizar manutenção nas estradas vicinais municipais, visando à garantia do acesso às propriedades e o escoamento da produção agrícola, sendo elas: Estrada Palmeirinha – 10Km; Estrada da Igrejinha – 2Km; Estrada Coqueirinho – 5Km; Estrada Cavalo Cego – 6Km; Estrada Santo Antonio – 16Km; Estrada Bom Jesus – 4Km; Estrada Pé de Galinha – 2Km; Estrada Lobisomem – 5Km; Estrada Benjoin – 16Km; Estrada Rio Cambira – 5Km; Estrada Barbieri – 3Km; Estrada Dourados – 13Km; Estrada Rossi – 3Km; Estrada Fernandes – 4Km; Estrada São João – 4Km; Estrada Jandaia – 6Km e Estrada Gabiroba – 8Km, num total de 112Km.
11. Pavimentar cerca de 8.350 metros lineares de ruas em todo o município.

Drenagem Urbana

O sistema de drenagem de águas pluviais na área urbana de Cambira sofre com a falta de rede coletora em alguns locais. Esta deficiência aliada à crescente impermeabilização da cidade conforma grande potencial para danos ambientais severos, como voçorocas e desaparecimento de nascentes e pequenos cursos d'água por assoreamento.

A impermeabilização aumenta o volume e a velocidade da água da chuva que escoar e não infiltra o que pode sobrecarregar o sistema de drenagem ou causar problemas erosivos nas áreas dos emissários finais. Por tal motivo, o melhor pavimento é o tipo semipermeável (blocos de cimento ou paralelepípedo).

AÇÃO EM CURTO PRAZO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

-
12. Promover a implantação e construção de calçadas ecológicas com vista à infiltração de águas pluviais e conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

13. Elaborar e executar projeto específico para as áreas onde não exista sistema de drenagem da água pluvial (aproximadamente 30% das vias). Nos conjuntos Sandro Mareze Capeloto, Catuai e Sol Nascente, na Rua Jose Bellini e no distrito de Sete de Maio.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

14. Fazer vistoria e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislação ambiental municipal.

Recuperação da Paisagem Urbana

A proteção, manutenção e melhoria da paisagem urbana, ajudam a potencializar os valores cívicos, tornando o ambiente agradável aos moradores e turistas.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

15. Tornar obrigatória a construção de muros e calçadas em lotes e espaços vazios ou edificados, com vistas à melhoria estética da paisagem, na zona urbana. E conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução.
16. Implantar taxa de IPTU progressivo, nos lotes e espaços vazios desprovidos de muros e calçadas, onde o asfaltamento e o meio fio estejam implantados.

Iluminação Pública

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida e a melhoria deste serviço proporciona qualificação da imagem da cidade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da população. Está diretamente ligada à segurança, além de proporcionar embelezamento às áreas públicas urbanas, favorecendo o turismo, o comércio, e o lazer noturno.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

17. Ampliar o sistema de iluminação pública para as áreas ainda não atendidas, principalmente nas vias de maior trafegabilidade de pedestres e nos novos loteamentos (Rua José Bellini e ao longo da Rodovia Florindo Pícoli), bem como promover o rebaixamento das luminárias nas áreas da Sede e Patrimônio Sete de Maio que possuem conflito entre estes equipamentos e a arborização urbana.

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Ação e Investimentos

As possibilidades de inserção no processo produtivo são o fator de maior influência na qualidade de vida da população. A partir da geração de trabalho e renda incrementa-se o capital de giro no Município e criam-se condições para o empreendedorismo nas áreas de potencial econômico de Cambira.

Ao poder público cabe prover serviços de qualidade para que não ocorra a emigração daqueles que, pelo aumento do poder aquisitivo, podem buscar, por exemplo, educação e saúde em instituições privadas em cidades maiores (onde se encontram os serviços mais diversificados). Mas principalmente, o governo deve servir toda a população como ente representativo em prol do bem comum. Por isto, o conceito de desenvolvimento entendido neste PDM não se restringe apenas ao crescimento econômico indicado pelo produto interno bruto (PIB) ou pela renda *per capita*. O desenvolvimento é "socioeconômico", ou seja, inclui moradia, educação, nutrição, saúde e assistência social com ações correlacionadas.

ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico do Município depende de ações que venham ao encontro das potencialidades e anseios da comunidade, no sentido de fomentá-las, oportunizando condições para atrair novos investimentos e tecnologias, prevendo a inclusão social participativa do trabalhador e investindo na qualificação profissional, inserindo jovens e trabalhadores no mercado de trabalho.

Agropecuária, Indústria e Comércio

Sendo a base econômica de Cambira a agropecuária, as ações buscam favorecer as condições para a evolução das atividades primárias, a agroindústrias ou empresas que agreguem valor aos produtos, bem como a melhoria das condições de trabalho rural, com preocupação quanto ao ambiente natural.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

1. Identificar possíveis linhas de crédito para renovação dos equipamentos e implementos e consequente qualificação da produção, buscando:
 - Sensibilizar os pequenos empreendedores para integração de desenvolvimento de ações conjuntas com o objetivo de ampliar as possibilidades de inserção econômica;
 - Sensibilizar os agentes econômicos do Município para necessidade de ações conjuntas planejadas;
 - Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural, favorecendo a publicidade.
2. Adequar os tributos municipais para favorecer o ingresso de novas empresas no Município (ex. ISSQN, taxas e emolumentos, etc.).



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

3. Ampliar o Parque Industrial através da aquisição de novas áreas para implantação de novas indústrias.

AÇÕES EM MÉDIO PRAZO

4. Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para Cambira levando em consideração a vocação agrícola do Município, privilegiando:
 - Fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização;
 - Exploração sustentável dos recursos naturais da região;
 - Aproveitamento do potencial produtivo local, tanto no que se refere aos recursos humanos quanto à produção agropecuária e agroindustrial existente no Município;
 - Articulação entre os agentes econômicos do Município.
5. Promover a construção de um barracão e implantação de Centro de Geração de Renda na Sede Municipal para cursos em geral.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

6. Incentivar os minis e pequenos produtores rurais (agricultura familiar) no que se refere à modernização tecnológica, capacitação técnica e à elaboração/capacitação da carta de aptidão para a solicitação de financiamento junto aos Programas Estaduais e Federais.
7. Promover incentivos à implantação de agroindústrias através da garantia de fornecimento de infraestrutura básica (energia elétrica, abastecimento de água, vias de acesso rodoviário e em alguns casos, fornecimento de mão de obra para a construção de estruturas físicas).
8. Adquirir tratores e implementos agrícolas, visando à melhoria e atualização da frota municipal, sendo: 2 tratores, 1 mini trator, 1 subsolador, 1 esparramador de calcário, 1 pulverizador, 1 terraceador, 1 moto niveladora, 1 Pá carregadeira, 1 trator esteira, 1 escavadeira hidráulica, e 2 caminhões caçambas.
9. Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Cooperativas, Iniciativa Privada e EMATER.
10. Estimular a prática de inseminação artificial para melhoria do gado de corte e leite.
11. Desenvolver a agricultura orgânica, promovendo a articulação e associação dos produtores no processo de certificação da produção.
12. Incentivar a formalização de microempresas, a melhoria da qualidade e a capitalização em pequenos negócios.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

SOCIAL

Segundo diagnóstico (Fase II - ATI), o Município apresenta uma projeção populacional decrescente, conforme oscilação verificada há décadas.

Nas ações que envolvem o desenvolvimento social priorizam-se ampliação e reforma nos equipamentos públicos para garantir o atendimento educacional, cultural, de esporte, lazer e recreação, bem como de assistência social e saúde pública da população, assim como a adequação dos equipamentos existentes à Norma Brasileira 9050 (NBR 9050) de acessibilidade universal.

Saúde

As ações prioritárias devem garantir à população o acesso ao atendimento qualificado no setor, através da adequação da infraestrutura e modernização dos sistemas das unidades de saúde, bem como da disponibilização de serviços básicos e da promoção de rotinas de tratamento, do desenvolvimento de políticas de prevenção de doenças e da ampliação da oferta de atendimento especializado.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

13. Capacitar motoristas da saúde para o atendimento de primeiros socorros.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO PRAZO

14. Controlar o fornecimento de medicamentos da Farmácia Básica, através da informatização e otimização do processo de cadastramento dos pacientes que necessitam de medicamentos de uso frequente ou controlados.
15. Edificar, readequar e ampliar prédios destinados ao atendimento da saúde pública e promover a adequação para acesso das pessoas com necessidades especiais, sendo eles: o mini posto no Bairro Santo Antonio, a Clínica de Fisioterapia, a Unidade Básica de Saúde Central e o Prédio cedido pela Fundação Nacional de Saúde.
16. Adquirir veículos para o setor de saúde.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

17. Inserir todos os dados informatizados do setor no sistema integrado de informações com ferramentas de geoprocessamento previsto em proposição de desenvolvimento institucional deste PDM.
18. Adquirir equipamentos e materiais permanentes para todos os setores da saúde.
19. Ampliar a oferta de especialidades médicas, nas áreas que apresentam maior carência no Município, através de parcerias e convênios.
20. Promover a manutenção do Sistema de Vigilância Sanitária no Município, ampliando sua área de atuação, através da contratação de profissionais habilitados e reaparelhamento do setor:
 - Monitoramento da operação e manejo do aterro controlado;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

- Identificação e fiscalização das ligações clandestinas de esgoto na rede de captação pluvial ou lançadas diretamente nos cursos d'água;
- Monitoramento do acondicionamento e destinação final dos resíduos de saúde;
- Prevenção e controle de doenças;
- Intensificação e manutenção, segundo as especificidades municipais, dos programas e serviços de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Fiscalizar a qualidade ambiental das áreas residenciais para evitar doenças causadas pelos resíduos domésticos e industriais;
- Desenvolver programas e campanhas nos estabelecimentos de saúde e junto à comunidade, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc.), prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre outros.

21. Garantir a manutenção do Programa Saúde da Família e da Saúde Bucal e readequar o Programa Saúde Mental.

Educação

No setor da educação, as principais ações estão relacionadas à garantia de acesso à educação e à qualificação profissional, da democratização do ensino através do processo participativo, estimulando a permanência do aluno na escola e garantindo a equidade educacional.

A rede escolar de Cambira tem suprido a demanda até o momento. No entanto, o departamento de educação prevê ampliação nos equipamentos que já apresentam deficiência com a falta de espaço físico para o desenvolvimento das atividades no Ensino Fundamental

AÇÕES EM CURTO PRAZO

- 22. Concluir o Plano Municipal de Educação.
- 23. Adquirir veículos para a rede municipal de Educação, sendo eles: 6 ônibus e 1 utilitário para a distribuição de merenda.
- 24. Implantar sinalização de trânsito (horizontal e vertical) em frente às Escolas e Colégios, e construção de pontos de ônibus para o transporte escolar.
- 25. Adquirir área visando pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para construção de Centro de Educação Infantil Municipal.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO PRAZO

- 26. Implantar no Município, cursos de nível médio em áreas de interesse econômico local e regional.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

-
27. Adquirir área visando pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para construção de escola municipal.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

28. Implementar programa de incentivo a alfabetização de jovens e adultos, residentes na área urbana e rural (erradicação do analfabetismo).
29. Adquirir materiais didáticos e pedagógicos para a distribuição aos alunos da rede pública municipal (Escolas e Centro de Educação Infantil).
30. Garantir a qualidade nutricional da merenda escolar na rede de ensino municipal, através do acompanhamento de profissional habilitado – nutricionista.
31. Promover atendimento psicológico, psicopedagógico nas escolas e encaminhamentos a fonoaudiólogo.
32. Pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para a aquisição de áreas e construção de novos prédios escolares (Educação Infantil e Ensino Fundamental), e construção de uma brinquedoteca.
33. Incluir dentro das ações relativas à qualidade de ensino (ensino regular), discussões, campanhas e atividades na busca de soluções para os problemas cotidianos e desenvolver programas educacionais nas áreas de:
- Meio ambiente – ambiente sustentável, preservação e recuperação de recursos naturais (programas de estímulo à convivência com os rios e córregos de Cambira), coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, reciclagem de resíduos orgânicos e esgotamento sanitário;
 - Saúde – sexualidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc), prevenção de câncer, saúde bucal, higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue, doação de órgãos;
 - Esporte – incentivos à prática de esporte através da realização de competições esportivas entre as escolas locais;
 - Cultura – valorização da cultura local e regional (história, tradição, folclore, símbolos locais – bandeira, hino e brasão, artesanato, música, dança, teatro, literatura, qualquer expressão artística); desenvolvimento de programa de incentivo à leitura nas escolas locais, com o apoio da Biblioteca Pública Municipal;
 - Cidadania e geração de emprego e renda – estágios, primeiro emprego, cursos de profissionalização e capacitação;
 - Educação para o trânsito dos futuros motoristas e pedestres para a utilização adequada e respeito à sinalização urbana e rural;
 - Segurança – questões como tráfico de drogas e desarmamento.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

Cultura

O município de Cambira, apesar de ser de pequeno porte, é bem servido de equipamentos de cultura, possuindo um anfiteatro, casa de cultura, biblioteca pública e telecentro. Assegurar o acesso e o incentivo a atividades culturais, além da identificação, preservação e recuperação do Patrimônio Histórico, são os objetivos deste Plano.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

34. Criar o Conselho e Fundo Municipal de Cultura.
35. Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de pessoas com necessidades especiais, conforme NBR 9050.
36. Elaborar o inventário e calendário turístico do Município de Cambira, identificando:
 - As festas tradicionais, típicas, folclóricas e culturais realizadas no Município, elaborando um calendário destas atividades.
 - Espaços Culturais (parques, praças, igrejas, escolas etc.) como base para o reconhecimento do potencial objeto de incentivo;
 - marcos/monumentos referenciais para a comunidade, inclusive o patrimônio natural, explicitando as estratégias de abordagem e relações estabelecidas pela comunidade;
 - áreas que contêm elementos históricos e paisagísticos e se configuram como oportunidades de desenvolvimento cultural.
37. Articular entre as políticas de Educação e Cultura, abrangendo:
 - Correção do descompasso entre as formas de abordagem da cultura na escola, enfatizando o conhecimento e a prática ligados à peculiaridade cultural de Cambira;
 - Utilização das expressões culturais populares e modernas, compreendendo-as como produtoras de conhecimento, explorando o seu potencial educativo enquanto espaço de aprendizagem;
 - Transformação da escola em espaço de criação e produção da cultura, através das propostas e práticas curriculares;
 - Promover a produção cultural de caráter local, incentivando a expressão cultural dos diferentes grupos sociais, em favor da pluralidade cultural;
 - Estimular a criação de iniciativas de cunho cultural, de modo a possibilitar a organização e troca de experiências, com respeito à dinâmica própria de cada uma, que constitui o suporte inicial para autossustentação das atividades, o retorno econômico e o desenvolvimento comunitário;
 - Promover concursos e exposições municipais, com ou sem concessão de prêmios, fomentando a produção e possibilitando a divulgação pública de trabalhos de qualidade produzidos;
 - Incentivar publicações sobre a história do Paraná e, em especial, a história de



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

Cambira;

- Identificar as manifestações culturais localizadas e seus produtores, a partir do reconhecimento das áreas do território municipal que mantêm práticas culturais singulares, de modo a possibilitar a visualização da pluralidade de gestos e atos culturais presentes, identificando-se e cadastrando-se os grupos ou indivíduos responsáveis por essas manifestações.

Esporte e Lazer

As prioridades em Cambira buscam garantir aos cidadãos acesso a atividades esportivas e de lazer, como meio de incrementar a qualidade de vida, através de reestruturação e da implantação de espaços propícios.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

38. Instalar equipamentos de ginástica nas praças, para atender à demanda de todas as faixas etárias.
39. Implantar pista de caminhada e ciclovia.

AÇÕES EM MÉDIO PRAZO

40. Construir Portal Temático, na entrada da cidade, representando as vocações e os aspectos culturais locais.
41. Revisar a função de áreas institucionais, de modo a permitir a implantação de parques e praças nas áreas remanescentes.
42. Promover a demarcação e definir amparo legal para as Áreas de Interesse Ambiental - AIA, desenvolvendo manual com critérios (urbanísticos e ambientais) para a elaboração de projetos que visem à utilização destas áreas com desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, lazer e recreação da população e visitantes, visando à recuperação e proteção da vegetação natural.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

43. Reestruturar o Estádio Municipal através de reforma geral em todos os vestiários, alambrado, muros externos, iluminação, e readequação da arquibancada.
44. Ampliar condições para envolver o jovem cada vez mais no esporte, para diminuir o envolvimento dos mesmos em atividades ilícitas como: consumo de drogas lícitas e ilícitas, prostituição, etc. Promovendo as seguintes ações:
 - Aproveitar o potencial de lazer/recreação/esporte de escolas, ruas, praças, avenidas, e outros espaços públicos;
 - Utilizar as escolas públicas como espaços para a prática de esportes/ lazer e atividades culturais pela comunidade na qual elas se inserem, de modo a utilizar tais práticas como fator de sociabilidade e integração social;
 - Adequar os espaços públicos da cidade para que sejam multifuncionais, possibilitando o exercício de atividades esportivas, recreacionais, culturais e de lazer,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

de modo a que se constituam em espaços de sociabilidade e integração social de diferentes faixas etárias.

45. Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural, favorecendo a publicidade.

Assistência Social

As ações principais no campo da assistência social buscam melhorar parte organizacional do setor para que sejam desenvolvidas de fato e com qualidade, atividades assistenciais contra a exclusão e desigualdade social, bem como de geração de trabalho e renda. Ou seja, Cambira deverá preocupar-se com levantamento, análise e decisão relativas à realidade da sociedade.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

46. Adquirir veículo para o órgão gestor da Assistência Social.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

47. Realizar diagnóstico do público alvo através de um sistema informatizado e mantê-lo atualizado, implantando instrumentos de informações integrados entre os setores de educação e saúde, monitoramento e avaliação da rede socioassistencial do Município.

AÇÃO EM MÉDIO PRAZO

48. Construir sede própria para a Secretaria de Assistência Social.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

49. Garantir que o recurso financeiro para que a política de assistência social conste na LDO, PPA e LOA.

Habitação

No âmbito das necessidades habitacionais, Cambira deve focar em ações que criem instrumentos úteis para buscar auxílio junto aos governos estadual e federal, contando com auxílio da iniciativa privada para a implantação de programas e projetos.

O objetivo é universalizar o acesso à moradia digna, reduzindo o déficit habitacional já nos cinco primeiros anos de implantação do Plano Diretor (período de abrangência do PAI), nas áreas urbanas e no espaço rural.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

50. Criar o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação.
51. Elencar representantes de entidades de classe, como o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), para participar do Conselho, aprovando os projetos públicos, a fim de garantir a qualidade das construções da população de baixa renda.
52. Elaborar Plano Municipal de Habitação.
53. Cadastrar famílias carentes, a fim de promover em ordem de prioridade as ações necessárias para a solução do déficit habitacional, o controle das famílias que



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

necessitam de moradias, e assim coibir a proliferação da ocupação irregular e a reincidência do benefício à mesma família que retorna a situação carente pela venda ilegal da unidade habitacional.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

54. Aquisição de áreas para construção de casas populares.

55. Construir, conforme dados repassados pela Prefeitura, 250 unidades habitacionais para sanar o déficit municipal atual.

Segurança Pública

As ações prioritárias em segurança pública do Município procuram disciplinar as atividades urbanas assim como turísticas e o comportamento coletivo. Proporcionar segurança, assim como proporcionar apoio às atividades turísticas, é o interesse do Município.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

56. Criar Conselho Municipal de Segurança Pública.

AÇÃO EM MÉDIO/LONGO PRAZO

57. Auxiliar na ampliação do efetivo policial e do número de viaturas para o patrulhamento no Município, e promover uma parceria para a manutenção das viaturas existentes.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

58. Estimular operações conjuntas da Comunidade e da Polícia Militar através do Conselho de Segurança.

59. Melhorar as condições de trabalho dos policiais militares com o auxílio da Administração Municipal e Governo Estadual, através da melhoria no sistema de informação para denúncias e sugestões da população.

60. Realizar patrulhamento na área rural semanalmente.

Defesa Civil

A Defesa Civil tem o objetivo de promover, como o nome explica, a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, de forma multissetorial e nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – com ampla participação da comunidade. Compreende ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Para que seja concreta sua atuação, este PAI prevê ações para municipalidade instaurar tal processo permanente.

AÇÃO EM CURTO PRAZO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

61. Elaborar Plano Diretor de Defesa Civil visando implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente à prevenção de desastres.

Serviços Funerários

O cemitério de Cambira não possui conflito quanto a sua localização e é regularizado pelo IAP. Juntamente com a Capela Mortuária, suprem a necessidade para a demanda dos próximos 40 anos, conforme diagnosticado na Fase II - ATI. O local possui uma infraestrutura adequada, iluminação, calçadas e cruzeiro.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

62. Elaborar novo programa específico de apoio e viabilização de sepultamento de interesse de famílias necessitadas, visando a atender a todas as famílias de baixo poder aquisitivo que residam no Município, no que se refere aos custos dos serviços funerários e outras providências.
63. Elaborar projeto de lei sobre os principais condicionantes técnicos e institucionais relativos aos processos de construção, instalação, funcionamento de atividades e serviços destinados a sepultamentos e outros procedimentos dos cemitérios públicos.

AÇÃO EM MÉDIO PRAZO

64. Construir nova Capela Mortuária para substituição da existente.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

65. Elaborar programas específicos para realização de obras e serviços, visando à ampliação, conservação, manutenção e melhoria do cemitério municipal, garantindo a boa conservação atual, priorizando o sistema de destinação e tratamento de esgotos e do chorume.
66. Garantir o controle e o monitoramento das áreas de cemitério que podem ocasionar contaminação do solo e lençol freático, cumprindo o que determina a legislação estadual.

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

A Prefeitura Municipal deve organizar e manter atualizado um vasto acervo de informações sobre o Município, em função de suas competências constitucionais e responsabilidades sociais. O conteúdo dessas bases de dados é utilizado constantemente, tanto nos serviços internos, subsidiando a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, quanto no atendimento às solicitações externas. Para responder a essas demandas é necessário cruzar informações, que quase sempre estão espalhadas em diversos órgãos e arquivos, e recorrer a análises espaciais extremamente trabalhosas, dado que, grande parte das informações utilizadas na administração municipal possuem referência espacial.

O Sistema de Informações Geográficas (SIG), por exemplo, é uma ferramenta de informática que permite integrar bases de dados de origem distintas sobre uma base cartográfica digitalizada. Alguns SIGs oferecem ótimas ferramentas de apoio à decisão, com custo de treinamento e aquisição bastante acessíveis, favorecendo a implantação em pequenos e médios municípios, com a vantagem de possibilitarem mais oportunidades de disciplinar adequadamente o uso do território, seja pelo baixo grau de urbanização ou por apresentarem menor conflito e demanda menos complexa. Desta forma, evita-se que, num futuro próximo, o município enfrente os problemas hoje encontrados nos grandes centros urbanos.

Ao investir no SIG, além de aproveitar o potencial existente em sua própria estrutura, a Prefeitura de Cambira ganhará agilidade nos processos, reduzindo e simplificando esforços dos diversos agentes envolvidos, gerando grande economia em escala e oferecendo atendimento de melhor qualidade aos contribuintes.

Um dos grandes desafios da gestão pública é estruturar uma equipe de servidores que esteja preparada e motivada constantemente para prestar o serviço público. Ao investir na capacitação técnica e humana, a Prefeitura valoriza o funcionalismo e oferece atendimento de melhor qualidade à população. Outro desafio é implantar ou incrementar no Município a fiscalização, não só tributária, mas também de obras e planejamento urbano. Além disso, a revisão do Plano de Cargos e Salários deverá ser realizada, valorizando a qualificação profissional dos funcionários, assim como a revisão do organograma administrativo.

Caberá ao poder público implantar os instrumentos de gestão democrática garantindo o controle social na administração da cidade, através da inclusão dos diversos setores da sociedade em debates, consultas e audiências, nas análises, discussões e avaliação de planos e projetos de interesse público. Além desses instrumentos deverá implantar o Orçamento Participativo.

O primeiro ato a ser executado no processo de gestão democrática do PDM é a instituição do Conselho de Desenvolvimento Municipal que tem como objetivo o monitoramento, o que permite avaliar o desempenho da Gestão Municipal implementada



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Ação e Investimentos

através do PDM proposto. A proposta de monitorização visa acompanhar as seguintes linhas de atuação:

- A aprovação e implantação da Legislação Urbanística proposta no PDM;
- A adaptação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, sobretudo nos Departamentos envolvidos com a gestão do PDM;
- A execução dos programas e obras previstas neste PAI;
- Os valores arrecadados mensalmente pelos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras e Viação, Utilidade Pública, Comunicação, Cultura, Rodoviário e Transportes, Agricultura e Pecuária, Esporte e Lazer.

MONITORIZAÇÃO DA APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA

O PDM apresenta anteprojetos para sete Leis Urbanísticas:

- do Plano Diretor Municipal;
- do Perímetro Urbano;
- de Uso e Ocupação do Solo;
- de Parcelamento do Solo;
- do Sistema Viário;
- do Código de Obras;
- do Código de Posturas.

Estas leis são fundamentais para a gestão municipal uma vez que, em seu contexto geral, regulamentam toda a ocupação do território municipal, bem como as posturas de seus munícipes. Cada instrumento legal proposto terá mais do que um indicador, como garantia de sua adequada implementação e monitorização.

Lei do Plano Diretor Municipal

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto e respectivos mapas georreferenciados;
- Número da Lei do Plano Diretor Municipal aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais: de Planejamento, Administração, Finanças, Urbanismo, Obras e Utilidade Pública;
- Fiscalização em função das macrozonas contidas nesta Lei;

Lei do Perímetro Urbano

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo memorial descritivo e respectivo mapa georreferenciado;
- Número da Lei do Perímetro Urbano aprovada pela Câmara Municipal;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais: de Planejamento, Administração, Finanças, Urbanismo, Obras e Utilidade Pública;
- Cópia da Lei enviada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com indicação das áreas rurais transformadas em áreas urbanas;
- Atualização da Planta Genérica de Valores na Divisão de Tributação e Fiscalização.

Lei de Uso e Ocupação do Solo

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos e respectivos mapas georreferenciados;
- Número da Lei de Uso e Ocupação do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipal: de Planejamento, Administração, Finanças, Urbanismo, Obras e Utilidade Pública;
- Atualização da Planta Genérica de Valores na Divisão de Tributação e Fiscalização, em função das zonas contidas nesta Lei;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permitidos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permissíveis;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados;
- Número de Notificações de Infração expedidas;
- Número de Autos de Infração expedidos.

Lei de Parcelamento do Solo

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número da Lei de Parcelamento do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;
- Número de loteamentos aprovados ano a ano, a partir de 2011, com indicação da área total de novos loteamentos e da área em cada zona;
- Número total de desmembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- Número total de remembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- Número total de Notificações de Embargo expedidas;
- Número total de Autos de Infração expedidos.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

Lei do Sistema Viário

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos, perfis das vias e respectivo mapa georreferenciado;
- Número da Lei do Sistema Viário, aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;
- Execução do sistema viário dos loteamentos aprovados de acordo com esta Lei, a partir da vigência do PDM;
- Abertura de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei;
- Pavimentação de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei.

Código de Obras

INDICADORES

- Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número do Código de Obras aprovado pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;
- Número de Alvarás de Construção expedidos;
- Número de Certificados de Conclusão de Obra expedidos;
- Área total construída em cada ano, a partir de 2011, em cada zona;
- Número de Alvarás de Demolição expedidos, por ano;
- Área total demolida e área em cada zona, por ano;
- Número de Notificações de Embargo expedidas, por ano;
- Número de Autos de Infração expedidos, por ano;
- Número de Autos de Demolição expedidos e área total demolida, por ano.

Código de Posturas

INDICADORES

- Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número do Código de Posturas aprovado pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização de Urbanismo da mesma secretaria, Obras e Serviços Públicos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para casas e locais de divertimentos públicos;



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados para casas e locais de divertimentos públicos;
- Número de Licenças expedidas;
- Número de Licenças Especiais expedidas;
- Número de Autorizações expedidas;
- Número de Notificações de Infração expedidas;
- Número de Autos de Infração expedidos.

Forma de Análise da Implantação da Legislação do Plano Diretor Municipal

Verificação, em curto, médio e longo prazo (curto – de 1 a 20 meses; médio – de 21 a 40 meses; longo – de 41 a 60 meses), da devida execução das medidas acima indicadas.

Estas informações servirão também para monitorização do crescimento urbano no Município.

MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS NO PAI

Todas as obras definidas neste PAI, parte integrante do PDM de Cambira, deverão ser viabilizadas nos anos previstos. Portanto, a sua monitorização será feita através da verificação da execução das obras realizadas Em curto, médio e longo prazo.

Forma de Análise

Verificação da execução das obras no Município, através de sistema de fiscalização municipal, ao longo dos cinco anos do PAI (curto – dois primeiros anos; médio – de dois a quatro anos; longo – de quatro a cinco anos).

AÇÕES EM CURTO PRAZO

1. Construir pontos de ônibus na área urbana e rural, sendo: 3 na Estrada Palmeirinha; 1 na Estrada Coqueirinho; 1 na Estrada Cavalo Cego; 3 na Estrada Santo Antônio; 1 na Estrada Bom Jesus; 1 na Estrada Pé de Galinha; 1 na Estrada Lobisomem; 3 na Estrada Benjoin; 1 na Estrada Rio Cambira; 1 na Estrada Barbieri; 3 na Estrada Dourados; 1 na Estrada Rossi; 1 na Estrada Fernandes; 1 na Estrada São João; 1 na Estrada Jandaia; 1 na Estrada Gabiroba; num total de 24 pontos na área rural e 1 no Jd. Pérola; 1 na Rua José Bellini; 1 na Av. Itália; 1 na Av. Brasil – Tancredo Neves; 1 no Jd. Das Flores; 1 na Rua Argentina; 1 na Av. Brasil – Pq. Industrial 2; num total de 7 pontos na área urbana.
2. Implantar sinalização de trânsito (horizontal e vertical) em frente às Escolas e Colégios, e construção de pontos de ônibus para o transporte escolar.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

3. Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de pessoas com necessidades especiais, conforme NBR 9050.
4. Instalar equipamentos de ginástica nas praças, para atender à demanda de todas as faixas etárias.
5. Implantar pista de caminhada e ciclovia.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO PRAZO

6. Implantar sistema de esgotamento sanitário no Município.
7. Realizar obras complementares no aterro controlado, garantindo a manutenção e manejo adequado dos resíduos sólidos, com estrutura adequada para a triagem e destinação de recicláveis para enfardamento e orgânicos (incluindo restos de poda) para compostagem.
8. Elaborar projeto e executar instalação de sinalização de trânsito.
9. Elaborar e executar projeto específico para as áreas onde não exista sistema de drenagem da água pluvial (aproximadamente 30% das vias). Nos conjuntos Sandro Mareze Capeloto, Catuai e Sol Nascente, na Rua Jose Bellini e no distrito de Sete de Maio.
10. Ampliar o sistema de iluminação pública para as áreas ainda não atendidas, principalmente nas vias de maior trafegabilidade de pedestres e nos novos loteamentos (Rua José Bellini e ao longo da Rodovia Florindo Pícoli), bem como promover o rebaixamento das luminárias nas áreas da Sede e Patrimônio Sete de Maio que possuem conflito entre estes equipamentos e a arborização urbana.
11. Edificar, readequar e ampliar prédios destinados ao atendimento da saúde pública e promover a adequação para acesso das pessoas com necessidades especiais, sendo eles: o mini posto no Bairro Santo Antonio, a Clínica de Fisioterapia, a Unidade Básica de Saúde Central e o Prédio cedido pela Fundação Nacional de Saúde.

AÇÕES EM MÉDIO PRAZO

12. Promover a construção de um barracão e implantação de Centro de Geração de Renda na Sede Municipal para cursos em geral.
13. Construir Portal Temático, na entrada da cidade, representando as vocações e os aspectos culturais locais.
14. Construir sede própria para a Secretaria de Assistência Social.
15. Construir nova Capela Mortuária para substituição da existente.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

16. Realizar obras de proteção a nascentes e recuperação de fundo de vales. Evitar o despejo de águas pluviais nas áreas de nascentes de água, promovendo o despejo num limite mínimo de 50 metros a jusante das nascentes, com vista a evitar o assoreamento e degradação da mesma.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

17. Readequar, cascalhar e realizar manutenção nas estradas vicinais municipais, visando à garantia do acesso às propriedades e o escoamento da produção agrícola, sendo elas: Estrada Palmeirinha – 10Km; Estrada da Igrejinha – 2Km; Estrada Coqueirinho – 5Km; Estrada Cavalo Cego – 6Km; Estrada Santo Antonio – 16Km; Estrada Bom Jesus – 4Km; Estrada Pé de Galinha – 2Km; Estrada Lobisomem – 5Km; Estrada Benjoin – 16Km; Estrada Rio Cambira – 5Km; Estrada Barbieri – 3Km; Estrada Dourados – 13Km; Estrada Rossi – 3Km; Estrada Fernandes – 4Km; Estrada São João – 4Km; Estrada Jandaia – 6Km e Estrada Gabiroba – 8Km, num total de 112Km.
18. Pavimentar cerca de 8.350 metros lineares de ruas em todo o município.
19. Reestruturar o Estádio Municipal através de reforma geral em todos os vestiários, alambrado, muros externos, iluminação, e readequação da arquibancada.
20. Construir, conforme dados repassados pela Prefeitura, 250 unidades habitacionais para sanar o déficit municipal atual.
21. Elaborar programas específicos para realização de obras e serviços, visando à ampliação, conservação, manutenção e melhoria do cemitério municipal, garantindo a boa conservação atual, priorizando o sistema de destinação e tratamento de esgotos e do chorume.

MONITORIZAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

Deverá ser verificado, na Prefeitura Municipal, se o funcionamento da estrutura administrativa satisfaz as necessidades da administração e em especial as do PDM para cada ano do PAI.

Forma de Análise da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal

Verificação no Município, em curto, médio e longo prazo, da devida execução das medidas para viabilizar processo permanente de planejamento e gestão municipal expressas nas Ações:

AÇÕES EM CURTO PRAZO

1. Criar base de dados acessível por meio eletrônico a toda população.
2. Criar Núcleo de Planejamento, com arquiteto urbanista, engenheiro civil e geógrafo no quadro técnico, para implementação e monitoramento da aplicação do Plano Diretor.
3. Realizar revisão organizacional da administração pública.
4. Readequar Plano de Cargos e Carreiras para todos os servidores.
5. Revisar e atualizar o Código Tributário.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

6. Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal elencando três representantes da administração pública e sete representantes da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal.
7. Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO PRAZO

8. Interligar em rede todo poder municipal.
9. Ampliar frota do setor administrativo, sendo: Setor da agricultura- 1 veículo; Setor de planejamento – 1 veículo; Esporte – 1 veículo; Gabinete do Prefeito – 1 veículo; Setor de Obras – 1 veículo; Fazenda - 1 veículo; Indústria e Comércio – 1 veículo.
10. Elaborar Projeto e obter recursos para construção de novo prédio para a Prefeitura Municipal.

AÇÃO EM MÉDIO PRAZO

11. Executar o recadastramento imobiliário no Município e atualização da planta de valores imobiliários (atualização do Cadastro de Imóveis urbanos vazios, públicos e privados).

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

12. Organizar debates, audiências, consultas públicas, conferências, para concretizar o plano diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de lei.
13. Adquirir e adequar mobiliário, máquinas, equipamentos e utensílios necessários para o pleno desenvolvimento dos serviços, tais como: equipamento de informática, uma máquina de Xerox, um GPS, móveis para escritório e um retroprojektor.

5. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISICOTERRITORIAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Ação e Investimentos

O Ordenamento e o Desenvolvimento Fisicoterritorial estão embasados nas diretrizes e proposições apresentadas no macrozoneamento e ordenamento do sistema viário. As ações previstas envolvem a regularização fundiária e continuidade do sistema viário existente, baseados nas propostas deste PDM.

Deve-se garantir o desenvolvimento fisicoterritorial do Município considerando a nova distribuição dos usos do solo proposta no PDM, a densidade demográfica, as infraestruturas, os equipamentos urbanos e comunitários, o controle e a preservação do meio ambiente e as particularidades de cada região, seja urbana ou rural.

Aquisição de área instituída como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

Em consonância com o Estatuto da Cidade, a aquisição de áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social fica facilitada através da definição no PDM da ZEIS.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

1. Promover a regulamentação das ZEIS e outras áreas propícias à ocupação, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM;

ORDENAMENTO FISICOTERRITORIAL E DO SISTEMA VIÁRIO

As ações no ordenamento fisicoterritorial e do sistema viário estão relacionadas diretamente às necessidades de adaptação na sinalização das vias, adequações geométricas de entroncamentos, transposições e manutenção da infraestrutura existente e desenvolvimento dos espaços físicos públicos.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

2. Contratar empresa especializada para a realização do levantamento georreferenciado dos loteamentos inseridos nos novos perímetros da Sede Municipal e do Patrimônio Sete de Maio.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

3. Propor Perímetro Urbano em direções próximas a áreas urbanizadas, harmonizando com características do entorno, como: solo, relevo, bacias hidrográficas, APPs, etc. (Mapa 03 – ver definições no texto).
4. Propor Sistema Viário Municipal, através da hierarquização das vias, permitindo a mobilidade (Mapa 04 – ver definições no texto).
5. Propor Sistema Viário Urbano, através da hierarquização de vias, diretrizes viárias, permitindo a mobilização urbana (Mapa 05 – ver definições no texto).

6. RESUMO DAS AÇÕES



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL		57.000,00	52.000,00	20.000,00	0,00	
ASPECTOS AMBIENTAIS						
Recuperação e Preservação Ambiental		0,00	0,00	0,00	0,00	
1	Elaborar projetos de recuperação dos solos agrícolas degradados pela erosão ou pela contaminação, em parceria com os proprietários rurais e instituições de ensino e pesquisa.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
2	Proibir a instalação de barracões e depósitos de pesticidas, agrotóxicos, defensivos agrícolas, todo e qualquer produto químico que possa gerar algum tipo de toxidade nas áreas urbanizadas do Município.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
3	Desenvolver programa de limpeza dos resíduos sólidos acumulados nos rios, córregos e suas margens.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
4	Integrar as ações de iniciativa do Poder Público, iniciativa privada e da comunidade, visando o desenvolvimento de programas para recuperação e preservação das matas ciliares.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
Controle de Recursos Naturais		0,00	15.000,00	0,00	0,00	
5	Elaborar Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRHI), conforme recomendação através de Ofício Conjunto nº. 221 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)/Ministério Público (MP), de 02 de junho de 2008.	Ação Institucional/ Administrativa	15.000,00			Municipal
6	Realizar obras de proteção a nascentes e recuperação de fundo de vales. Evitar o despejo de águas pluviais nas áreas de nascentes de água, promovendo o despejo num limite mínimo de 50 metros a jusante das nascentes, com vista a evitar o assoreamento e degradação da mesma.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
7	Fiscalizar e monitorar os agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural: esgotos clandestinos ligados à rede de captação pluvial; fossas sépticas rudimentares, resíduos sólidos, ferros-velhos, oficinas mecânicas, atividades industriais potencialmente poluidoras, lançamento de resíduos na área rural (agrotóxicos, defensivos agrícolas, fertilizantes, esgotos domiciliares das comunidades rurais), entre outros.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
8	Promover o monitoramento e controle na perfuração de poços, na área urbana e rural, conforme legislação pertinente, licenciamento do IAP, Instituto das Águas (antiga SUDERHSA) e licença municipal para realização dos serviços.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
Legislação Ambiental Municipal		45.000,00	25.000,00	20.000,00	0,00	
9	Elaborar e instituir legislação ambiental municipal relacionada ao ambiente natural e ao modificado para regulamentação e fiscalização de passivos ambientais.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
10	Contemplar na legislação urbanística municipal especificidades locais, com artigos e penalidades para: - Inibir a existência de barracões agrícolas na área urbana; - Coibir a pulverização de agrotóxico nas proximidades da área urbanizada; - Coibir atividade de aviários, suinocultura, cultivo da cana-de-açúcar, feccaria, curtume de couro, carvoaria e outros empreendimentos que possam agredir e trazer transtornos a paisagem, conforto e a qualidade de vida dos moradores, na faixa do cinturão verde. (ver Mapa de Macrozoneamento Municipal).	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
11	Realizar mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do Macrozoneamento e do Zoneamento.	45.000,00	25.000,00	20.000,00		Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)/Federal - Ministério das Cidades.
12	Aplicar penalidades às infrações definidas em lei ambiental municipal.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
13	Capacitar funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de: - Plano de Controle Ambiental Preliminar (PCA); - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA); - Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança (EIVI/RIV).	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
ASPECTOS AMBIENTAIS						
Arborização Urbana		12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	
14	Implantar Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos urbanos: - Poda, erradicação, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração), com o devido treinamento das equipes municipais e profissionais que executarão esse tipo de serviço com o apoio do IAP (cursos de aperfeiçoamento); - Definição de espécies apropriadas, que se adaptem aos equipamentos urbanos (fiação elétrica e telefônica, redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e pluvial) com a orientação de profissional habilitado da Prefeitura Municipal de Cambira; - Definição de largura de passeios com posição e dimensionamento das covas, distanciamento da árvore dos cruzamentos, do posteameto, da sinalização de trânsito, de abrigos ou pontos de ônibus e de telefones, mobiliário e equipamentos públicos; - Previsão de utilização da calçada ecológica (com faixa de grama intercalada com o pavimento); - Manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas); - Definição de sistema de penalidades, punição e cobrança de multas no caso de infrações e de reincidência.	12.000,00	12.000,00			Municipal
Inscrição de RPPN		0,00	0,00	0,00	0,00	
15	Transformar as áreas verdes em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) passíveis de recebimento de ICMS Ecológico.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
Educação Ambiental		0,00	0,00	0,00	0,00	
16	Implantar programa de conservação das reservas de vegetação natural existentes, instituindo Unidades de Conservação Municipais nas áreas de especial interesse ambiental, considerando sua importância ecológica, localização geográfica e uso do solo adjacente.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL		7.290.000,00	2.670.500,00	2.399.500,00	2.220.000,00	
ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA						
Saneamento Básico		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	
17	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Ambiental em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007, composto pelos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana de águas Pluviais e Resíduos sólidos.	30.000,00	30.000,00			FUNASA
Esgotamento Sanitário		0,00	0,00	0,00	0,00	
18	Realizar levantamento de todas as fossas na área urbana, indicando aos proprietários a forma correta de construção de fossas sépticas, penalizando aqueles que não se adequarem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.	Ação Institucional/ Administrativa/ Parceria SANEPAR				Municipal
19	Implantar sistema de esgotamento sanitário no Município.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal/SANEPAR / Ministério das Cidades / FUNASA
Coleta e Destinação de Resíduos		275.000,00	248.000,00	27.000,00	0,00	
20	Adquirir caminhão compactador de lixo para agilizar e adequar o transporte de resíduos sólidos da cidade para o aterro sanitário.	210.000,00	210.000,00			Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)/ Federal
21	Adequar e implantar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (dando destinação correta a resíduos especiais como: entulho de construção civil, pneus, eletroeletrônicos, pilhas/baterias, lâmpadas, resíduos volumosos e rejeitos de matadouros, de criação de suínos, etc.).	10.000,00	10.000,00			Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)/ Federal
22	Atualizar a taxa de lixo.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
23	Realizar obras complementares no aterro controlado, garantindo a manutenção e manejo adequado dos resíduos sólidos, com estrutura adequada para a triagem e destinação de recicláveis para enfardamento e orgânicos (incluindo restos de poda) para compostagem.	55.000,00	28.000,00	27.000,00		Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)/ Federal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA						
Pavimentação, acessibilidade e mobilidade urbana e rural		6.750.000,00	2.275.000,00	2.255.000,00	2.220.000,00	
24	Construir pontos de ônibus na área urbana e rural, sendo: 3 na Estrada Palmeirinha; 1 na Estrada Coqueirinho; 1 na Estrada Cavalo Cego; 3 na Estrada Santo Antônio; 1 na Estrada Bom Jesus; 1 na Estrada Pé de Galinha; 1 na Estrada Lobisomem; 3 na Estrada Benjoin; 1 na Estrada Rio Cambira; 1 na Estrada Barbieri; 3 na Estrada Dourados; 1 na Estrada Rossi; 1 na Estrada Fernandes; 1 na Estrada São João; 1 na Estrada Jandaia; 1 na Estrada Gabiroba; num total de 24 pontos na área rural e 1 no Jd. Pérola; 1 na Rua José Bellini; 1 na Av. Itália; 1 na Av. Brasil – Tancredo Neves; 1 no Jd. Das Flores; 1 na Rua Argentina; 1 na Av. Brasil – Pq. Industrial 2; num total de 7 pontos na área urbana.	20.000,00	20.000,00			Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM) / Estado - DER
25	Elaborar projeto e executar instalação de sinalização de trânsito.	30.000,00	15.000,00	15.000,00		Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM) / Estado - DER
26	Readequar, cascalhar e realizar manutenção nas estradas vicinais municipais, visando à garantia do acesso às propriedades e o escoamento da produção agrícola, sendo elas: Estrada Palmeirinha – 10Km; Estrada da Igrejinha – 2Km; Estrada Coqueirinho – 5Km; Estrada Cavalo Cego – 6Km; Estrada Santo Antonio – 16Km; Estrada Bom Jesus – 4Km; Estrada Pé de Galinha – 2Km; Estrada Lobisomem – 5Km; Estrada Benjoin – 16Km; Estrada Rio Cambira – 5Km; Estrada Barbieri – 3Km; Estrada Dourados – 13Km; Estrada Rossi – 3Km; Estrada Fernandes – 4Km; Estrada São João – 4Km; Estrada Jandaia – 6Km e Estrada Gabiroba – 8Km, num total de 112Km.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM) / Estado - DER
27	Pavimentar cerca de 8.350 metros lineares de ruas em todo o município.	6.700.000,00	2.240.000,00	2.240.000,00	2.220.000,00	Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM) / Estado - DER



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA						
Drenagem Urbana		220.000,00	110.000,00	110.000,00	0,00	
28	Promover a implantação e construção de calçadas ecológicas com vista à infiltração de águas pluviais e conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
29	Elaborar e executar projeto específico para as áreas onde não exista sistema de drenagem da água pluvial (aproximadamente 30% das vias). Nos conjuntos Sandro Mareze Capeloto, Catuai e Sol Nascente, na Rua Jose Bellini e no distrito de Sete de Maio.	220.000,00	110.000,00	110.000,00		Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM) / Estado - DER
30	Fazer vistoria e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislação ambiental municipal.	Ação Institucional/ Administrativa/ Parceria SANEPAR				Municipal
Recuperação da paisagem urbana		0,00	0,00	0,00	0,00	
31	Tornar obrigatória a construção de muros e calçadas em lotes e espaços vazios ou edificados, com vistas à melhoria estética da paisagem, na zona urbana. E conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
32	Implantar taxa de IPTU progressivo, nos lotes e espaços vazios desprovidos de muros e calçadas, onde o asfaltamento e o meio fio estejam implantados.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
Iluminação Pública		15.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00	
33	Ampliar o sistema de iluminação pública para as áreas ainda não atendidas, principalmente nas vias de maior trafegabilidade de pedestres e nos novos loteamentos (Rua José Bellini e ao longo da Rodovia Florindo Pícoli), bem como promover o rebaixamento das luminárias nas áreas da Sede e Patrimônio Sete de Maio que possuem conflito entre estes equipamentos e a arborização urbana.	15.000,00	7.500,00	7.500,00		Municipal / Estadual - SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO		4.450.000,00	2.068.000,00	1.597.000,00	945.000,00	
ECONOMIA		1.930.000,00	600.000,00	730.000,00	600.000,00	
Agropecuária, Indústria e Comércio		1.930.000,00	600.000,00	730.000,00	600.000,00	
34	Identificar possíveis linhas de crédito para renovação dos equipamentos e implementos e consequente qualificação da produção, buscando: - Sensibilizar os pequenos empreendedores para integração de desenvolvimento de ações conjuntas com o objetivo de ampliar as possibilidades de inserção econômica; - Sensibilizar os agentes econômicos do Município para necessidade de ações conjuntas planejadas; - Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural, favorecendo a publicidade.	Ação Institucional/ Administrativa / Parceria EMATER				Municipal
35	Adequar os tributos municipais para favorecer o ingresso de novas empresas no Município (ex. ISSQN, taxas e emolumentos, etc.).	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
36	Ampliar o Parque Industrial através da aquisição de novas áreas para implantação de novas indústrias.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal
37	Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para Cambira, em parceria com a EMATER, levando em consideração a vocação agrícola do Município, privilegiando: - Fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização; - Exploração sustentável dos recursos naturais da região; - Aproveitamento do potencial produtivo local, tanto no que se refere aos recursos humanos quanto à produção agropecuária e agroindustrial existente no Município; - Articulação entre os agentes econômicos do Município.	30.000,00		30.000,00		Municipal / Estadual - SEAB
38	Promover a construção de um barracão e implantação de Centro de Geração de Renda na Sede Municipal para cursos em geral.	100.000,00		100.000,00		Municipal
39	Incentivar os minis e pequenos produtores rurais (agricultura familiar) no que se refere à modernização tecnológica, capacitação técnica e à elaboração/capacitação da carta de aptidão para a solicitação de financiamento junto aos Programas Estaduais e Federais.	Ação Institucional/ Administrativa / Parceria EMATER				Municipal
40	Promover incentivos à implantação de agroindústrias através da garantia de fornecimento de infraestrutura básica (energia elétrica, abastecimento de água, vias de acesso rodoviário e em alguns casos, fornecimento de mão de obra para a construção de estruturas físicas).	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
41	Adquirir tratores e implementos agrícolas, visando à melhoria e atualização da frota municipal, sendo: 2 tratores, 1 mini trator, 1 subsolador, 1 esparramador de calcário, 1 pulverizador, 1 tratorador, 1 moto niveladora, 1 pá carregadeira, 1 trator esteira, 1 escavadeira hidráulica, e 2 caminhões caçambas.	1.800.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	Governo Estadual
42	Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Cooperativas, Iniciativa Privada e EMATER.	Ação Institucional/ Administrativa/ parceria com EMATER.				Municipal
43	Estimular a prática de inseminação artificial para melhoria do gado de corte e leite.	Ação Institucional/ Administrativa/ parceria com EMATER.				Municipal
44	Desenvolver a agricultura orgânica, promovendo a articulação e associação dos produtores no processo de certificação da produção.	Ação Institucional/ Administrativa/ parceria com EMATER.				Municipal
45	Incentivar a formalização de microempresas, a melhoria da qualidade e a capitalização em pequenos negócios.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
SOCIAL		2.520.000,00	1.468.000,00	867.000,00	345.000,00	
Saúde		707.000,00	250.000,00	232.000,00	155.000,00	
46	Capacitar motoristas da saúde para o atendimento de primeiros socorros.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
47	Controlar o fornecimento de medicamentos da Farmácia Básica, através da informatização e otimização do processo de cadastramento dos pacientes que necessitam de medicamentos de uso frequente ou controlados.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
48	Edificar, readequar e ampliar prédios destinados ao atendimento da saúde pública e promover a adequação para acesso das pessoas com necessidades especiais, sendo eles: o mini posto no Bairro Santo Antonio, a Clínica de Fisioterapia, a Unidade Básica de Saúde Central e o Prédio cedido pela Fundação Nacional de Saúde.	150.000,00	75.000,00	75.000,00		Municipal / Estadual - SESA, SEDU- PARANACIDADE (Sistema financiamento Municipal - SFM) / Fundo Nacional de Saúde.
49	Adquirir veículos para o setor de saúde.	50.000,00				Municipal
50	Inserir todos os dados informatizados do setor no sistema integrado de informações com ferramentas de geoprocessamento previsto em proposição de desenvolvimento institucional deste PDM.	20.000,00				Municipal / Estadual - SESA, SEDU- PARANACIDADE (Sistema financiamento Municipal - SFM) / Fundo Nacional de Saúde.
51	Adquirir equipamentos e materiais permanentes para todos os setores da saúde.	460.000,00	160.000,00	150.000,00	150.000,00	Municipal / Estadual - SESA, SEDU- PARANACIDADE (Sistema financiamento Municipal - SFM) / Fundo Nacional de Saúde.
52	Ampliar a oferta de especialidades médicas, nas áreas que apresentam maior carência no Município, através de parcerias e convênios.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
53	Promover a manutenção do Sistema de Vigilância Sanitária no Município, ampliando sua área de atuação, através da contratação de profissionais habilitados e reaparelhamento do setor: - Monitoramento da operação e manejo do aterro controlado; - Identificação e fiscalização das ligações clandestinas de esgoto na rede de captação pluvial ou lançadas diretamente nos cursos d'água; - Monitoramento do acondicionamento e destinação final dos resíduos de saúde; - Prevenção e controle de doenças; - Intensificação e manutenção, segundo as especificidades municipais, dos programas e serviços de vigilância epidemiológica e sanitária; - Fiscalizar a qualidade ambiental das áreas residenciais para evitar doenças causadas pelos resíduos domésticos e industriais; - Desenvolver programas e campanhas nos estabelecimentos de saúde e junto à comunidade, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc.), prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre	27.000,00	15.000,00	7.000,00	5.000,00	Municipal / Estadual - SESA, SEDU- PARANACIDADE (Sistema financiamento Municipal - SFM) / Fundo Nacional de Saúde.
54	Garantir a manutenção do Programa Saúde da Família e da Saúde Bucal e readequar o Programa Saúde Mental.	Ação Institucional/ Administrativa				Governo Federal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
SOCIAL		2.520.000,00	1.468.000,00	867.000,00	345.000,00	
Educação		712.000,00	712.000,00	0,00	0,00	
55	Concluir Plano Municipal de Educação.	12.000,00	12.000,00			Municipal / SEED / Universidades conveniadas com o MEC
56	Adquirir veículos para a rede municipal de Educação, sendo eles: 6 ônibus e 1 utilitário para a distribuição de merenda.	700.000,00	700.000,00			Municipal / SEDU- PARACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)
57	Implantar sinalização de trânsito (horizontal e vertical) em frente às Escolas e Colégios, e construção de pontos de ônibus para o transporte escolar.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
58	Adquirir área visando pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para construção de centro de educação infantil municipal.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal
59	Implantar no Município, cursos de nível médio em áreas de interesse econômico local e regional.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal/Governo Estadual e Federal
60	Adquirir área visando pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para construção de escola municipal.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal
61	Implementar programa de incentivo a alfabetização de jovens e adultos, residentes na área urbana e rural (erradicação do analfabetismo).	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
62	Adquirir materiais didáticos e pedagógicos para a distribuição aos alunos da rede pública municipal (Escolas e Centro de Educação Infantil).	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
63	Garantir a qualidade nutricional da merenda escolar na rede de ensino municipal, através do acompanhamento de profissional habilitado – nutricionista.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
64	Promover atendimento psicológico, psicopedagógico nas escolas e encaminhamentos a fonoaudiólogo.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
65	Pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para a aquisição de áreas e construção de novos prédios escolares (Educação Infantil e Ensino Fundamental), e construção de uma brinquedoteca.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal
66	Incluir dentro das ações relativas à qualidade de ensino (ensino regular), discussões, campanhas e atividades na busca de soluções para os problemas cotidianos e desenvolver programas educacionais nas áreas de: - Meio ambiente – ambiente sustentável, preservação e recuperação de recursos naturais (programas de estímulo à convivência com os rios e córregos de Porto Rico), coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, reciclagem de resíduos orgânicos e esgotamento sanitário; - Saúde – sexualidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc), prevenção de câncer, saúde bucal, higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue, doação de órgãos; - Esporte – incentivos à prática de esporte através da realização de competições esportivas entre as escolas locais; - Cultura – valorização da cultura local e regional (história, tradição, folclore, símbolos locais – bandeira, hino e brasão, artesanato, música, dança, teatro, literatura, qualquer expressão artística); desenvolvimento de programa de incentivo à leitura nas escolas locais, com o apoio da Biblioteca Pública Municipal; - Cidadania e geração de emprego e renda – estágios, primeiro emprego, cursos de profissionalização e capacitação; - Educação para o trânsito dos futuros motoristas e pedestres para a utilização adequada e respeito à sinalização urbana e rural; - Segurança – questões como tráfico de drogas e desarmamento.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
SOCIAL		2.520.000,00	1.468.000,00	867.000,00	345.000,00	
Cultura		11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	
67	Criar o Conselho e Fundo Municipal de Cultura.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
68	Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de pessoas com necessidades especiais, conforme NBR 9050.	5.000,00	5.000,00			Municipal
69	Elaborar o inventário e calendário turístico do Município de Cambira, identificando: - As festas tradicionais, típicas, folclóricas e culturais realizadas no Município, elaborando um calendário destas atividades; - Espaços Culturais (parques, praças, igrejas, escolas etc.) como base para o reconhecimento do potencial objeto de incentivo; - marcos/monumentos referenciais para a comunidade, inclusive o patrimônio natural, explicitando as estratégias de abordagem e relações estabelecidas pela comunidade; - áreas que contêm elementos históricos e paisagísticos e se configuram como oportunidades de desenvolvimento cultural.	6.000,00	6.000,00			Municipal
70	Articular entre as políticas de Educação e Cultura, abrangendo: - Correção do descompasso entre as formas de abordagem da cultura na escola, enfatizando o conhecimento e a prática ligados à peculiaridade cultural de Cambira; - Utilização das expressões culturais populares e modernas, compreendendo-as como produtoras de conhecimento, explorando o seu potencial educativo enquanto espaço de aprendizagem; - Transformação da escola em espaço de criação e produção da cultura, através das propostas e práticas curriculares; - Promover a produção cultural de caráter local, incentivando a expressão cultural dos diferentes grupos sociais, em favor da pluralidade cultural; - Estimular a criação de iniciativas de cunho cultural, de modo a possibilitar a organização e troca de experiências, com respeito à dinâmica própria de cada uma, que constitui o suporte inicial para autossustentação das atividades, o retorno econômico e o desenvolvimento comunitário; - Promover concursos e exposições municipais, com ou sem concessão de prêmios, fomentando a produção e possibilitando a divulgação pública de trabalhos de qualidade produzidos; - Incentivar publicações sobre a história do Paraná e, em especial, a história de Cambira; - Identificar as manifestações culturais localizadas e seus produtores, a partir do reconhecimento das áreas do território municipal que mantêm práticas culturais singulares, de modo a possibilitar a visualização da pluralidade de gestos e atos culturais presentes, identificando-se e cadastrando-se os grupos ou indivíduos responsáveis por essas manifestações.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
SOCIAL		2.520.000,00	1.468.000,00	867.000,00	345.000,00	
Esporte e Lazer		310.000,00	200.000,00	80.000,00	30.000,00	
71	Instalar equipamentos de ginástica nas praças, para atender à demanda de todas as faixas etárias.	50.000,00	50.000,00			Municipal
72	Implantar pista de caminhada e ciclovia.	120.000,00	120.000,00			Municipal/SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)
73	Construir Portal Temático, na entrada da cidade, representando as vocações e os aspectos culturais locais.	50.000,00		50.000,00		Municipal/SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)
74	Revisar a função de áreas institucionais, de modo a permitir a implantação de parques e praças nas áreas remanescentes.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal/SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)
75	Promover a demarcação e definir amparo legal para as Áreas de Interesse Ambiental - AIA, desenvolvendo manual com critérios (urbanísticos e ambientais) para a elaboração de projetos que visem à utilização destas áreas com desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, lazer e recreação da população e visitantes, visando à recuperação e proteção da vegetação natural.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
76	Reestruturar o Estádio Municipal através de reforma geral em todos os vestiários, alambrado, muros externos, iluminação, e readequação da arquibancada.	90.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	Municipal/SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)
77	Ampliar condições para envolver o jovem cada vez mais no esporte, para diminuir o envolvimento dos mesmos em atividades ilícitas como: consumo de drogas lícitas e ilícitas, prostituição, etc. Promovendo as seguintes ações: - Aproveitar o potencial de lazer/recreação/esporte de escolas, ruas, praças, avenidas, e outros espaços públicos; - Utilizar as escolas públicas como espaços para a prática de esportes/ lazer e atividades culturais pela comunidade na qual elas se inserem, de modo a utilizar tais práticas como fator de sociabilidade e integração social; - Adequar os espaços públicos da cidade para que sejam multifuncionais, possibilitando o exercício de atividades esportivas, recreacionais, culturais e de lazer, de modo a que se constituam em espaços de sociabilidade e integração social de diferentes faixas etárias.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
78	Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural, favorecendo a publicidade.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
SOCIAL		2.520.000,00	1.468.000,00	867.000,00	345.000,00	
Assistência Social		360.000,00	50.000,00	310.000,00	0,00	
79	Adquirir veículo para o órgão gestor da Assistência Social.	40.000,00	40.000,00			Municipal/SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)
80	Realizar diagnóstico do público alvo do setor de assistência social, através de um sistema informatizado e mantê-lo atualizado, implantando instrumentos de informações integrados entre os setores de educação e saúde, monitoramento e avaliação da rede socioassistencial do Município.	20.000,00	10.000,00	10.000,00		Municipal
81	Construir sede própria para a Secretaria de Assistência Social.	300.000,00		300.000,00		Municipal/SEDU-PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)/ MDS- Ministério do Desenvolvimento Social
82	Garantir que o recurso financeiro para que a política de assistência social conste na LDO, PPA e LOA.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
Habitação		260.000,00	210.000,00	140.000,00	140.000,00	
83	Criar o Conselho e Fundo Municipal de Habitação.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
84	Elaborar Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.	30.000,00	30.000,00			Caixa Econômica Federal - REDUR
85	Elencar representantes de entidades de classe, como o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), para participar do Conselho, aprovando os projetos públicos, a fim de garantir a qualidade das construções da população de baixa renda.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
86	Cadastrar famílias carentes, a fim de promover em ordem de prioridade as ações necessárias para a solução do déficit habitacional, o controle das famílias que necessitam de moradias, e assim coibir a proliferação da ocupação irregular e a reincidência do benefício à mesma família que retorna a situação carente pela venda ilegal da unidade habitacional.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
87	Adquirir áreas para construção de casas populares.	230.000,00	90.000,00	70.000,00	70.000,00	Municipal/COHAPAR
88	Construir, conforme dados repassados pela Prefeitura, 250 unidades habitacionais para sanar o déficit municipal atual.	230.000,00	90.000,00	70.000,00	70.000,00	Municipal/COHAPAR



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
SOCIAL		2.520.000,00	1.468.000,00	867.000,00	345.000,00	
Segurança Pública		0,00	0,00	0,00	0,00	
89	Criar Conselho Municipal de Segurança Pública.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
90	Auxiliar na ampliação do efetivo policial e do número de viaturas para o patrulhamento no Município, e promover uma parceria para a manutenção das viaturas existentes.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal / Governo Estadual
91	Estimular operações conjuntas da Comunidade e da Polícia Militar através do Conselho de Segurança.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal / Governo Estadual
92	Melhorar as condições de trabalho dos policiais militares com o auxílio da Administração Municipal e Governo Estadual, através da melhoria no sistema de informação para denúncias e sugestões da população.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal / Governo Estadual
93	Realizar patrulhamento na área rural semanalmente.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal / Governo Estadual
Defesa Civil		15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	
94	Elaborar Plano Diretor de Defesa Civil visando implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente à prevenção de desastres.	15.000,00	15.000,00			Secretaria Nacional da Defesa Civil
Serviços Funerários		145.000,00	20.000,00	105.000,00	20.000,00	
95	Elaborar projeto de lei sobre os principais condicionantes técnicos e institucionais relativos aos processos de construção, instalação, funcionamento de atividades e serviços destinados a sepultamentos e outros procedimentos dos cemitérios públicos.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
96	Construir nova Capela Mortuária para substituição da existente.	85.000,00		85.000,00		Municipal
97	Elaborar novo programa específico de apoio e viabilização de sepultamento de interesse de famílias necessitadas, visando a atender a todas as famílias de baixo poder aquisitivo que residam no Município, no que se refere aos custos dos serviços funerários e outras providências.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
98	Elaborar programas específicos para realização de obras e serviços, visando à ampliação, conservação, manutenção e melhoria do cemitério municipal, garantindo a boa conservação atual, priorizando o sistema de destinação e tratamento de esgotos e do chorume.	60.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	Municipal
99	Garantir o controle e o monitoramento das áreas de cemitério que podem ocasionar contaminação do solo e lençol freático, cumprindo o que determina a legislação estadual.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA		715.000,00	357.500,00	307.500,00	50.000,00	
Institucional e Gestão Democrática		715.000,00	357.500,00	307.500,00	50.000,00	
100	Criar base de dados acessível por meio eletrônico a toda população.	125.000,00	125.000,00			Municipais/PMAT/ PNAFM
101	Criar Núcleo de Planejamento, com arquiteto urbanista e engenheiro civil no quadro técnico, para implementação e monitoramento da aplicação do Plano Diretor.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
102	Realizar revisão organizacional da administração pública.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
103	Readequar Plano de Cargos e Carreiras para todos os servidores.	10.000,00	10.000,00			Municipal
104	Revisar e atualizar o Código Tributário.	15.000,00	15.000,00			Municipal
105	Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal elencando três representantes da administração pública e sete representantes da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
106	Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
107	Interligar em rede todo poder municipal.	15.000,00	7.500,00	7.500,00		Municipais/PMAT/ PNAFM
108	Ampliar frota do setor administrativo, sendo: Setor da agricultura- 1 veículo; Setor de planejamento – 1 veículo; Esporte – 1 veículo; Gabinete do Prefeito – 1 veículo; Setor de Obras – 1 veículo; Fazenda - 1 veículo; Indústria e Comércio – 1 veículo.	300.000,00	150.000,00	150.000,00		Municipal/Governo Estadual e Federal
109	Elaborar Projeto e obter recursos para construção de novo prédio para a Prefeitura Municipal.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal
110	Implementar geoprocessamento, executar o cadastramento imobiliário no Município e atualização da planta de valores imobiliários (atualização do Cadastro de Imóveis urbanos vazios, públicos e privados).	100.000,00		100.000,00		Municipal/SEDU- PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SEM)
111	Organizar debates, audiências, consultas públicas, conferências, para concretizar o plano diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de lei.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
112	Adquirir e adequar mobiliário, máquinas, equipamentos e utensílios necessários para o pleno desenvolvimento dos serviços, tais como: equipamento de informática, uma máquina de Xerox, um GPS, móveis para escritório e um retroprojektor.	150.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO (1 a 20 meses)	MÉDIO (21 a 40 meses)	LONGO (41 a 60 meses)	FONTE DE RECURSO
ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICOTERRITORIAL		80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	
Aquisição de áreas instituídas como ZEIS		0,00	0,00	0,00	0,00	
113	Promover a regulamentação das ZEIS e outras áreas propícias à ocupação, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM.	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
Ordenamento Fisicoteritorial e Sistema Viário		80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	
114	Contratar empresa especializada para a realização do levantamento georreferenciado das malhas urbanas inseridas nos novos perímetros da Sede Municipal e do Patrimônio Sete de Maio.	80.000,00	80.000,00			Municipal/SEDU- PARANACIDADE (Sistema de Financiamento Municipal - SFM)
115	Propor Perímetro Urbano em direções próximas a áreas urbanizadas, harmonizando com características do entorno, como: solo, relevo, bacias hidrográficas, APPs, etc. (Mapa 03 – ver definições no texto).	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
116	Propor Sistema Viário Municipal, através da hierarquização das vias, permitindo a mobilidade (Mapa 04 – ver definições no texto).	Ação Institucional/ Administrativa				Municipal
117	Propor Sistema Viário Urbano, através da hierarquização de vias, diretrizes viárias, permitindo a mobilização urbana (Mapa 05 – ver definições no texto).					Municipal
AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	
TOTAL DO INVESTIMENTO		12.592.000,00	5.228.000,00	4.324.000,00	3.215.000,00	

**7. INDICADORES E
METAS PARA A
AVALIAÇÃO
SISTEMÁTICA DAS
AÇÕES PREVISTAS NO
PAI**



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

INDICADORES E METAS PARA PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	DESCRIÇÃO	ATUAL	2020
Índice de Arborização Urbana	Extensão de vias atendidas por arborização urbana	S. I.	90%
Qualidade da água	Índice de qualidade da água (1)	S. I.	79<IAP<100
Abastecimento de água	Percentual de domicílios urbanos atendidos	100%	100%
Cobertura mata ciliar	Áreas de mata na faixa de preservação permanente	S.I.	90%
Área de reserva legal	Percentual de área territorial ocupado por reservas de mata	S. I.	40%
Coleta de esgotos	Percentual de domicílios urbanos atendidos por rede de esgoto	0%	90%
Esgoto tratado	Percentual do volume de esgoto coletado	0%	100%
Coleta de lixo	Percentual de domicílios urbanos atendidos	68%	100%
Coleta Seletiva	Percentual de domicílios urbanos atendidos	S.I.	80%
Drenagem de águas pluviais	Percentual de extensão das vias urbanas com rede de drenagem	70%	100%

- (1) **Qualidade Ótima** 79<IAP<100
Qualidade Boa 51<IAP<79
Qualidade Regular 36<IAP<51
Qualidade Ruim 19<IAP<36
Qualidade Péssima IAP<19
IAP – Índice de qualidade de água bruta para fins de abastecimento público.
- (2) **S.I. – sem informação disponível.**

INDICADORES E METAS PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	DESCRIÇÃO	ATUAL	2020
Capacidade de Investimento	Média do Percentual da receita destinada para investimento	6,5%	10%
Indicador de Esforço Tributário	Receita tributária por população total (R\$ per Capita)	58,00	75,00
Indicador de Dependência	Receita transferida/despesa total	0,90	0,85
Indicador de Financiamento dos Gastos	Despesa corrente/receita própria	17,00	10,00
Renda per Capita	Valor do rendimento nominal mediano mensal (R\$)	140,00	420,00
Índice de Gini	Desigualdade de renda	0,53	0,47 (1)
IDH - Renda	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,662 (2000)	0,736 (2)
IDH - Educação	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,839 (2000)	0,90
Taxa de Analfabetismo	Medido pela Organização das Nações Unidas	16,08% (2000)	10,0
Média de anos de estudo	Medido pela Organização das Nações Unidas	5,14 (2000)	8,0
IDH - Longevidade	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,80 (2000)	0,87
Número de leitos	Média de número de leitos por habitante	3,6	3,6
IDH - Municipal	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,767 (2000)	0,856 (2)

- (1) **Redução de 10% - quanto mais próximo de 1, maior desigualdade.**
- (2) **Média do Estado do Paraná.**



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

INDICADORES E METAS PARA DESENVOLVIMENTO FISICOTERRITORIAL	DESCRIÇÃO	ATUAL	2020
Déficit Habitacional Relativo	Percentual necessário de domicílios para população de baixa renda sobre total de domicílios urbanos	6%	2%
Índice de Áreas Verdes (praças e parques)	Total de áreas verdes por população total	S.I.	12,00m ² /hab
Lotes Vazios	Percentual de lotes vazios sobre o total de lotes urbanos	45%	10%
Vias Urbanas Pavimentadas	Percentual de extensão total de vias urbanas	70%	100%
Passeios Públicos Pavimentados	Percentual de passeios públicos pavimentados	65%	90%
Acessibilidade Universal nos Edifícios Públicos	Percentual dos edifícios públicos adaptados para acessibilidade universal	S.I.	100%

(1) S.I. – sem informação disponível.

8. PARECER TÉCNICO



Através da análise do comportamento financeiro do Município de Cambira, obtivemos os resultados da capacidade de investimento dos últimos cinco anos anteriores a 2010 (não foram apresentados alguns dados de 2005), e as projeções para investimentos a serem realizados nos próximos cinco anos.

O Município de Cambira fará seus investimentos, conforme sua arrecadação, considerando que, no longo prazo, haverá um aumento médio e real das receitas e com as deduções das despesas, obter-se-á um montante para investimentos. Nessa análise é necessário também considerar a existência de receitas com destinos específicos, que custearão as despesas vinculadas às mesmas.

Todos os resultados apurados nessa análise irão compor o Plano de Ação e Investimentos que, na elaboração do PDM, irá demonstrar a capacidade de investimentos em curto, médio e no longo prazo.

1) COMPORTAMENTO DAS RECEITAS (2005 A 2009): ANEXO I

1.1) As receitas próprias tiveram um comportamento bastante regular, no período 2006/2009 (2005 não foi apresentado), saindo de R\$ 242.790,00 em 2006 para R\$ 312.217,00 em 2007 (+ 28%). De 2007 para 2008 passou de R\$ 312.217,00 para R\$ 434.560,00 (+39,1%) e de 2008 para 2009 houve um menor aumento, 7,2%. No quadriênio, comparando 2006 com 2009, o crescimento foi positivo em 92,0%, portanto, acima da inflação do período.

O quadro do Anexo I demonstra o desempenho da receita própria, que encerrou o período 2006/2009 com uma média de arrecadação de R\$ 363.891,00.

1.2) Houve aumento de arrecadação de Transferências Constitucionais e Legais (Correntes) ao longo do período de 2006 a 2009 (2005 não informado). O crescimento das transferências correntes neste período oscilou bastante. O maior aumento ocorreu entre os anos de 2007 para 2008, que passou de R\$ 7.126.749,00 para R\$ 8.561.820,00 (+ 20%). Entre os exercícios de 2006 e 2007 o aumento foi de 7,8. Entre os exercícios de 2008 e 2009 não houve aumento.

No quadriênio 2006/2009 as transferências correntes passaram de R\$ 6.608.401,00 para R\$ 8.562.900,00, o que representou uma variação de 29%, com média anual de transferências de R\$ 7.714.967,00.

1.3) No período analisado houve operações de crédito contratadas, em todos os exercícios. A maior em 2009 com R\$ 685.000,00, seguida de 2008 com R\$ 476.073,00 e 2006 com R\$ 466.168,00. Em 2007 foi a menor com R\$ 111.778,00.

1.4) As transferências de convênios são muito importantes para que o município possa realizar investimentos e toda a transferência de convênio depende de uma situação orçamentária e política. Houve transferências nos exercícios analisado (2006 a 2009). No exercício de 2009 houve a transferência mais expressiva, com um



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

montante de R\$ 680.000,00, seguido de 2006 com R\$ 463.678,00. Nos exercícios de 2007 e 2008 as transferências foram respectivamente R\$ 110.128,00 e R\$ 311.073,00. A média de transferência no quadriênio foi de R\$ 391.219,00.

1.5) Diante da análise final da arrecadação total realizada pelo Município de Cambira de 2006 a 2009 e as transferências voluntárias, foram importante para os investimentos realizados. Em o município mantendo nesta média de evolução ao longo dos próximos cinco anos (2011-2015), a média de investimentos poderá acompanhar o crescimento da arrecadação total.

2) COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2005 A 2009):

2.1) Toda a evolução da arrecadação pelo Município de Cambira possibilitou que as despesas com encargos e amortizações fossem pagas no período. As despesas com encargos e amortizações no quinquênio 2005/2009 foram pouco elevadas. O maior valor foi em 2005 com R\$ 214.468,00, seguido de 2009 com R\$ 94.851,00. Nos exercícios de 2006, 2007 e 2008 foram, respectivamente, R\$ 69.054,00, R\$ 57.509,00 e R\$ 68.179,00, com uma média no período de R\$ 100.812,00.

2.2) Os valores de investimentos realizados pelo município de Cambira no quinquênio 2005-2009 foram demonstrados pelas informações contábeis e financeiras coletadas, e que estes investimentos, na média do quinquênio, foram cerca de 5 vezes maiores que as despesas com encargos e amortizações. A maior despesa com investimentos ocorreu em 2009 com o montante de R\$ 735.872,00, seguido de 2008 com R\$ 709.368,00. A menor foi em 2007 com R\$ 372.597,00.

2.3) O que se pode concluir com relação à despesa total realizada pelo Município de Cambira, no período de análise, é que a despesa acompanhou a evolução da receita no mesmo período e os investimentos foram oscilantes, mas com boa média de R\$ 574.568,00 de investimentos e uma média de despesas com encargos e amortizações de R\$ 110.812,00.

3) RESULTADO PRIMÁRIO (2005 A 2009):

A evolução da receita do município proporcionou que, ao longo do período, se realizasse despesas com investimentos. O resultando primário é a receita menos a despesa, excluído desta as despesas com os encargos das dívidas. É de grande importância que os gestores municipais realizem seus investimentos na proporção da evolução da arrecadação e, se possível, trabalhando na diminuição das despesas de manutenção e custeio, aumento sua capacidade de investimento.

Os resultados primários nos exercícios de 2005 a 2009 foram sempre bons e positivos. O maior resultado primário ocorreu em 2006 com R\$ 1.147.956,00,



seguido de 2005 com R\$ 780.350,00. Nos exercícios de 2007, 2008 e 2009, os resultados foram, respectivamente, R\$ 391.887,00, R\$ 146.857,00 e R\$ 208.131,00.

4) COMPORTAMENTO DAS RECEITAS (2011 A 2015): ANEXO II

Trabalhamos com as estimativas de crescimento das receitas já estimadas pelo PPA e previstas no orçamento de 2011.

Sendo assim, serão apresentados os indicadores financeiros para que se façam tais investimentos das prioridades elencadas.

4.1) Foram realizadas previsões de arrecadação das receitas e estimativas para investimentos, para os próximos cinco anos posteriores a 2010, com uma visão bastante realista em relação ao que ocorreu nos anos anteriores.

A arrecadação própria, baseada na arrecadação de 2009, está bastante otimista, passando de R\$ 466.000,00 arrecadado em 2009 para uma estimativa R\$ 719.058,00 para 2011. A partir de 2011 está projetada uma evolução em torno de 5% ao ano.

Uma realidade abordada na maioria dos municípios com população inferior a 50.000 habitantes é a não atualização da planta genérica de valores, cadastro técnico imobiliário e código tributário municipal onde, contribui para que o município deixe de arrecadar. A atualização tributária é importante pelo fato de que, com um trabalho efetivo nesse sentido, se possa obter informações atualizadas do real valor dos imóveis no município e assim, se adequar as leis vigentes, à realidade do município e cobrar o que é justo para a população e para o município.

4.2) As transferências correntes a arrecadar previstas de 2011 a 2015 estão, também, bastantes otimistas. Considerando que em 2009 arrecadou-se R\$ 8.562.900,00 e para 2011 está previsto transferências de R\$ 10.005.141,00. Para 2012 e nos exercícios seguintes foi projetada uma evolução de 5% ao ano até 2015, com média no quinquênio de R\$ 11.061.281,00.

4.3) Não há operações de créditos previstas para os exercícios de 2011 a 2015. Entretanto o Executivo poderá viabilizar dentro de sua capacidade de endividamento e pagamento.

Todos os recursos provenientes de operações de créditos poderão ser utilizados na realização de investimentos necessários e propostos no plano de ações.

4.4) As transferências de capital de convênios dependem de acordos firmados entre o Município e a União e o Estado. Para os exercícios de 2011 a 2015 não há previsão de transferências via convênios. Entretanto, previsto ou não recursos de transferências, dependerá de um esforço na elaboração de projetos e ação política para que o município possa ter acesso aos recursos, independente de estar previsto.



4.5) A análise geral da arrecadação total para investimentos do Município de Cambira, aponta para a uma evolução constante da receita que irá proporcionar que o município possa continuar investindo ainda ao longo dos próximos cinco anos (2011-2015), mas em patamares inferiores ao que investiu de 2006 a 2009, caso não consiga viabilizar transferências de recursos.

5) COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2011 A 2015):

5.1) A receita do Município de Cambira suporta financeiramente o pagamento dos encargos e das amortizações, despesas estas em valores pequenos, o que possibilitará a realização de investimentos.

5.2) Diante da previsão de arrecadação, é coerente se fazer uma previsão de despesa considerando a previsão de arrecadação. As despesas com investimentos no período de 2011 a 2015 serão sempre bem maiores que as despesas com encargos e amortizações no período a realizar. O município poderá investir aproximadamente 3,3% nos próximos 5 anos, média de investimentos inferior dos cinco anos passados, que foi de 6,4%, isto sem considerar as transferências voluntárias.

5.3) Podemos observar no item 5.3 da planilha que as despesas com encargos e amortizações e a previsão das despesas com investimentos continuarão nos exercícios de 2011 a 2015, entretanto cerca de apenas 20% serão absorvidos com as despesas de encargos e amortizações e o restante com investimentos.

Nas propostas de curto, médio e longo prazo, com recursos próprios ou não definidos, temos uma estimativa de despesas de R\$ 12.592.500,00 para uma previsão de investimentos de R\$ 2.000.000,00 para os anos de 2011 a 2015.

O Município deverá fazer um grande esforço para obtenção de recursos a “fundo perdido” através de convênios com o Estado ou União, para fazer cumprir todas as metas e propostas do Plano de Ação e Investimentos, além dos recursos dentro de sua capacidade de endividamento.

O cumprimento das ações dependerá de um esforço para o aumento da capacidade de investimento e um trabalho com projetos para obtenção de recursos do governo federal e estadual.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

ANEXO I - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2005 A 2009

1) RECEITA DO MUNICÍPIO EM: Anexo I	2005	2006	2007	2008	2009	Médias de Arrecadações Realizadas
1.1) RECEITAS PRÓPRIAS ARRECADADAS (Trib + Econ + Patr + Agro + Ind + Serv + Outras)		242.790	312.217	434.560	466.000	363.891
1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ARRECADADAS (Transferências Legais e Constitucionais)		6.608.401	7.126.749	8.561.820	8.562.900	7.714.967
1.3) RECEITAS DE CAPITAL (somente operações de créditos contratadas)		466.168	111.778	476.073	685.000	434.757
1.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL ARRECADADAS (Transferências de Convênios)		463.678	110.128	311.073	680.000	391.219
1.5) ARRECAÇÃO TOTAL (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	0	7.781.037	7.660.872	9.783.525	10.393.900	8.907.333
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2005	2006	2007	2008	2009	Médias de Despesas Realizadas
2.1) DESPESA C/ ENCARGOS + AMORTIZAÇÕES (pagos)	214.468	69.054	57.509	68.179	94.851	100.812
2.2) DESPESA COM INVESTIMENTOS (pagos)	416.862	638.141	372.597	709.368	735.872	574.568
2.3) DESPESA TOTAL (2.1 + 2.2)	631.330	707.195	430.106	777.546	830.724	675.380
3) RESULTADO PRIMÁRIO:	2005	2006	2007	2008	2009	X
3.1) RECEITA (fiscais correntes + fiscais de capital)	7.340.946	8.808.571	8.431.012	10.081.880	10.177.185	8.967.919
3.2) DESPESA (fiscais cor. + fiscais de cap. + res. de contingência)	6.560.596	7.660.615	8.039.125	9.935.022	9.969.054	8.432.883
3.3) RESULTADO	780.350	1.147.956	391.887	146.857	208.131	535.036

Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

ANEXO II - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2011 A 2015

4) RECEITA DO MUNICÍPIO EM: Anexo II	2011	2012	2013	2014	2015	Médias de Arrecadação a Realizar
4.1) RECEITAS PRÓPRIAS À ARRECADAR (Trib. Econ. Agro. Ind. Serv. e Outras)	719.058	756.985	776.537	815.364	856.133	784.815
4.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES À ARRECADAR (Transferências Legais e Constitucionais)	10.005.141	10.540.173	11.026.517	11.577.843	12.156.735	11.061.282
4.3) RECEITAS DE CAPITAL À ARRECADAR (somente operações de créditos a serem contratadas)	0	0	0	0	0	0
4.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL À ARRECADAR (TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS)	0	0	0	0	0	0
4.5) PREVISÃO DE ARRECAÇÃO TOTAL (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	10.724.199	11.297.158	11.803.055	12.393.208	13.012.868	11.846.097
5) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2011	2012	2013	2014	2015	Médias de Despesas à Realizar
5.1) DESPESAS C/ ENCARGOS + AMORTIZAÇÕES (a pagar)	100.000	110.000	100.000	102.000	102.500	102.900
5.2) DESPESA COM INVESTIMENTOS	200.000	300.000	400.000	500.000	600.000	400.000
5.3) PREVISÃO DE DESPESA TOTAL (2.1 + 2.2)	300.000	410.000	500.000	602.000	702.500	502.900

Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.

PROCESSO PATICIPATIVO



INTRODUÇÃO

O estudo histórico da regulação do poder político distinguiu, dentre as sociedades da antiguidade, a grega e a romana, nas quais verdadeiramente surgiu o poder político. A afirmação de que os gregos e os romanos inventaram a política não implica que antes deles não existissem poder ou autoridade, mas que tais povos deram origem ao poder e à autoridade políticos propriamente ditos. A própria palavra política é grega e vem de “polis”, que é a cidade, entendida como comunidade organizada formada pelos cidadãos (*politikós*), isto é, homens nascidos no solo da cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos: a isonomia – igualdade perante a lei – e a isogoria – o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deve ou não realizar.

Quando as pessoas se reúnem para discutir a cidade, discutir um plano diretor de desenvolvimento integrado da polis, não conquistam um direito novo, inédito, mas revivem os velhos direitos à isonomia e à isogoria. Em outras palavras, colocam-se par a par, em pé de igualdade, para exercerem os direitos de exporem suas próprias opiniões e colaborarem para definir as linhas de desenvolvimento da cidade, seja através de fóruns ou audiências públicas, as quais têm a mesma origem, na Grécia Antiga, mas que têm relevante diferença jurídica, não se anulando, mas se completando.

O processo de construção do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cambira iniciou um momento de reflexão do futuro do Município, enquanto entidade política administrativa e de afirmação de sua importância no contexto do desenvolvimento do Estado. E tão importante quanto construir um processo de planejamento para o município, é construir formas de permitir e promover a participação popular nesse processo. São necessárias a construção e a viabilização de tomadas de decisão pela população, desde a inclusão de moradores desvinculados de uma organização social consolidada até as Câmaras de Lei.

O Estatuto da Cidade estabelece que a definição de políticas públicas para o desenvolvimento municipal deve ser acompanhada pela população, garantindo sua participação nos vários níveis de elaboração do PDM. Essa participação popular pode ocorrer de várias maneiras: através de reuniões, fóruns de discussão e audiências públicas. Para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), através do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, a participação popular é garantida mediante a representação dos Prefeitos Municipais legitimamente eleitos, Sociedade Civil Organizada, Câmara de Vereadores e Conselhos. Ainda, em Cambira, a Equipe Técnica Municipal (ETM) e a Comissão de Acompanhamento (CA) do PDM sempre estiveram preocupadas em garantir a máxima participação da sociedade e da comunidade local no processo de construção do PDM.

Visando dar continuidade ao processo de participação popular, as esferas de poder municipal, junto à empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda.,



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

promoveram Audiências Públicas, realizadas durante todo o processo de construção do Plano Diretor. Foram objetivos destas Audiências: dar ampla e plena publicidade aos trabalhos técnicos do PDM, debater as propostas apresentadas, permitir a participação popular nas decisões de gestão da cidade, promover o confronto de idéias e permitir o controle das ações dos governantes.

As Listas de Presença das Audiências Públicas, das reuniões técnicas e de trabalho, bem como o registro fotográfico destes eventos, caracterizadas pelo cumprimento das formalidades legais a elas inerentes, estão apresentadas nesta parte do trabalho, de forma a produzir um importante testemunho do processo de elaboração e aprovação do PDM de Cambira.

1. REUNIÕES TÉCNICAS E DE TRABALHO



PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA

A primeira reunião técnica em Cambira, marcada após a assinatura do contrato de prestação de serviços de consultoria formalizado em 19 de setembro de 2008, aconteceu no dia 30 de setembro de 2008 no prédio da Prefeitura Municipal às 15h00min. Estavam presentes alguns dos membros da Equipe Técnica municipal e a arquiteta e urbanista Carolina Buzzo Bechelli, representante da equipe da DRZ Geotecnologia e Consultoria.

Essa reunião foi feita para marcar o início da primeira etapa do plano diretor. A arquiteta e urbanista Carolina, coordenador do Plano, explicou resumidamente a todos os participantes, todas as fases do plano diretor.

Foi informado aos participantes da reunião que o trabalho de realizar um Plano Diretor Municipal é apartidário e de responsabilidade de todos os cidadãos. Em seguida foram definidos os primeiros passos para elaboração do Plano Diretor Municipal, entre eles a indicação de um coordenador para a Equipe Técnica Municipal e a nomeação de todos os membros. Ao final, foi feita a entrega da versão prévia do Plano de Trabalho, ao coordenador da equipe técnica nomeado, Osmar Ângelo Roncon.

RESUMO

- Data: 30 de setembro de 2008.
- Horário: 15h.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: Reunião de abertura e definição da Equipe Técnica Municipal.
- Participantes: Arquiteta e urbanista Carolina Buzzo Bechelli, coordenadora do Plano, Osmar Ângelo Rongon (escolhido Coordenador da Equipe Técnica Municipal), e alguns funcionários da administração pública.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

DECRETAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA

C.N.P.J. 75 771 287 / 0001-52 - E-mail pcambira@uol.com.br ou prefCambira@uol.com.br
(Criado pela Lei nº. 4338, de 25/01/61 e Instalado em 22/10/61)
Av. Canadá nº 320 - centro - Cx. Postal 01- Fone (0xx43) 436-1224 CEP 86890-000 - CAMBIRA - PR

DECRETO Nº.125/2008

Data: 17/10/2008

SÚMULA: Constitui Equipe Técnica Municipal para a
Elaboração de Plano Diretor Municipal Participativo e dá
outras providências.

O Prefeito do Município de Cambira, Estado do Paraná, Sr. José
Decínio Cataneo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar ações voltadas ao
planejamento sustentável das comunidades urbanas e rurais, à geração de emprego e renda e à melhoria
da qualidade de vida dos cidadãos e população de baixa renda e;

CONSIDERANDO ainda o que estabelece o “TERMO DE
REFERÊNCIA” elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU.

DECRETA

Art. 1º. Nomeia uma “Equipe Técnica Municipal” constituída
pelos servidores abaixo relacionados, ficando ainda o primeiro designado como **Coordenador
Municipal**, cuja responsabilidade é a Coordenação e o Acompanhamento das fases do plano de trabalho
na execução do Plano Diretor Participativo do Município de Cambira.

Nome	Cargo
Osmar Ângelo Rocon	Secretário de Administração e Planejamento
Valdir Emeliano Neve	Técnico Emater
Fabiano Marcos Sapatini	Secretário de Obras e Serviços Urbanos
Joana D'Arc Previatti	Secretária Municipal de Saúde
Silvano Marezi Capeloto	Contador
Camila Calsavara Martinez	Assistente Social
Marina Nunes Vieira	Secretária de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cambira, em 17 de outubro de
2008.

José Decínio Cataneo

Prefeito do Município de Cambira – Paraná.

Figura 1.1 – Decreto Municipal – Equipe Técnica Municipal.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS



Figuras 1.2 a 1.4 – Fotos da Primeira Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.





SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 29 de outubro, das 10 às 12 horas, no Anfiteatro Municipal realizou-se a segunda reunião técnica para o Primeiro Treinamento da equipe técnica municipal, composta por membros da administração municipal e vereadores. O Treinamento teve como temas o Plano Diretor Municipal, suas etapas e a legislação referente a ele. Foi enfocada a importância da participação popular e das pessoas envolvidas diretamente com o plano diretor.

Em seguida foi exibido o filme do Ministério das Cidades. A partir do Treinamento, as pessoas designadas para compor a Equipe Técnica Municipal foram capacitadas a compreender as intenções do Plano Diretor Municipal, a fim de colaborarem de forma pró-ativa em sua elaboração. As explanações foram realizadas pela arquiteta e urbanista Carolina Buzzo Bechelli, representante da empresa de consultoria DRZ – Geotecnologia e Consultoria e coordenadora do Plano, com auxílio de recursos visuais projetados.

RESUMO

- Data: 29 de outubro de 2008.
- Horário: das 10h00min às 12h00min.
- Local: Anfiteatro Municipal de Cambira.
- Pauta: Treinamento da equipe técnica municipal sobre o Plano Diretor Participativo e o Estatuto da Cidade e desenvolvimento das atividades a serem realizadas.
- Participantes: Arquiteta e urbanista Carolina Buzzo Bechelli, representante da consultoria DRZ – Geotecnologia e Consultoria e Equipe Técnica Municipal.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

DECRETAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA

C.N.P.J. 75 771 287/0001-52
Av. Canadá nº 320 - centro - Fone (0xx43) 436-1224 CEP 86890-000 - CAMBIRA - PR
(Criado pela Lei nº. 4338, de 25/01/61 e Instalado em 22/10/61)

DECRETO Nº.134/2008

Data: 10/11/2008

Reg. a fl. de B.
Publ. em 11/11/08
José Decínio Cataneo

SÚMULA: Constitui a Comissão de Acompanhamento Municipal do Plano Diretor Participativo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Cambira, Estado do Paraná, Sr. José Decínio Cataneo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO, as indicações feitas na 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo – PDMP, realizada em 06/11/2008,

DECRETA

Art. 1º. Nomeia a “Comissão de Acompanhamento Municipal” constituída pelas pessoas abaixo relacionadas, cujo objetivo é colaborar, opinar e fiscalizar o processo de construção do Plano Diretor Participativo do Município de Cambira.

Nome	Cargo
José Sebastião Maia Filho	Representante de Bairro Urbano Sandro Marezi Capeloto
Ivo Aparecido Lenartovicz	Representante do comércio - material de construção
Omeire Anelli	Representante dos professores
Devanil Bengozi	Representante do Bairro Rural Palmeirinhas
Guilherme Cazini	Representante do Bairro Rural Cruzeiro
Sidney Bellini	Representante do comércio –grãos/insumos
Leonilda Jerônimo Sapatini	Representante do Legislativo
Roberto de Campos	Representante do Trabalhadores

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cambira, em 10 de novembro de 2008,

José Decínio Cataneo

Prefeito do Município de Cambira – Paraná.

Figura 1.6 – Decreto Municipal – Comissão de Acompanhamento Municipal.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS





Figuras 1.7 a 1.10 – Fotos do Primeiro Treinamento.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

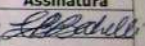


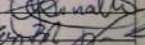

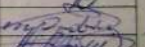


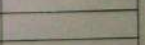
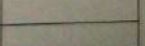
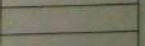
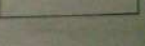
LISTA DE PARTICIPAÇÃO

 **MUNICÍPIO DE CAMBIRA**
Plano Diretor Municipal

 **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**
Cidade de Cambira

Primeiro Treinamento da Equipe Técnica Municipal
Fase I – Plano de Trabalho
PDM do Município de Cambira

Data: 29 de outubro de 2008
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 09h30min

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
18	Carolina Buzzo Bechelli	DRZ	3026-4065 CAROLINA@DRZ.COM-PR	
19	Camila Calvares Martins	Comitê Municipal	3436-1293 camilacalvares@hotmail.com	
20	Mariana Nunes U. das Neves	Sec. de Educ.	3436-1260 xmenecampira@hotmail.com	
21	Elmaro Mariz Bonatti	Prefeitura	9600-5170 - elmaribonatti@ig.com.br	
22	Jose Jac. Pinatti	Sec. Saúde	3436-1222 jpinatti@ig.com.br	
23	Adriana Emiliano Neves	EMATER	3436-1522 AdrianaEmiliane@ig.com.br	
24	Osmar Anesio Recon	Protestos SGP	3436-1224 osmar.anesio@ig.com.br	
25	João Carlos de A. Prado	PREFEITURA	3436-1224 " " "	
26	M.ª Neuza Rodrigues Pullini	Empreiteira	43-99190748 - 34361279	
27	Antonio R. Iodini	Vice-Pref.	43-9903-3438	
28	Robson Domingos	Advogado	43-9970-6525	
29	Bárney Barzini	Empreiteira	43-99740513	
30				
31				
32				
33				
34				
35				


 **DRZ**
Gestão de Cidades

Figura 1.11 – Lista de Participação do Primeiro Treinamento.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

MATERIAL DE APOIO

<p>1º TREINAMENTO TÉCNICO Plano Diretor Municipal</p> 	<p>Objetivo do Treinamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Esclarecer o que é Plano Diretor, sua importância e necessidade da participação popular.• Apresentar instrumentos do Estatuto da Cidade. 
	<p>O que é uma CIDADE?</p> <p>É fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Sua existência ao longo do tempo é determinada pela necessidade humana de se agregar, inter-relacionar, organizar-se em torno do bem-estar comum, de produzir e trocar bens e serviços, criar cultura e arte e manifestar sentimentos e anseios que se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona.</p> 
<p>O QUE É PLANO DIRETOR??</p> <p>O QUE É?</p> <ul style="list-style-type: none">• Lei municipal• Instrumento básico de política territorial• Planejamento do futuro do município <p>QUEM FAZ?</p> <ul style="list-style-type: none">• TODOS! <p>O QUE FAZ?</p> <ul style="list-style-type: none">• Regulamenta os instrumentos urbanísticos para normatizar o processo de construção e o mercado imobiliário;• Organiza o crescimento e transformação da cidade;• Define investimentos e ações prioritárias;• Dimensiona as metas a serem buscadas;• Estabelece o sistema de gestão democrática.  	<p>OBRIGATORIEDADE</p> <p>CONFORME O ESTATUTO DA CIDADE, A MUNICÍPIOS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Com mais de 20.000 habitantes;• De regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;• De áreas de interesse histórico-turístico;• Inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com impacto regional ou nacional. 

Figuras 1.12 a 1.17 – Cópia da apresentação em PowerPoint do Treinamento das Equipes utilizado na Segunda Reunião Técnica.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

LEGISLAÇÃO

- Constituição Federal Art. 182-183;
- Estatuto da Cidade 10.257/01;
- Constituição do Estado do Paraná - 1989 – Art. 152;
- Decreto 2.581 de 17 de Fevereiro de 2004 – Paraná;
- Lei Estadual nº. 15.229 de 25 de julho de 2006.



Por que Elaborar um Plano Diretor?!

- Construir uma cidade melhor para todos;
- Identificar o melhor local para os equipamentos públicos;
- Captar recursos para o Município;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos disponíveis;
- Compatibilizar o ambiente natural com a ocupação humana;
- Formular propostas de planejamento territorial para os próximos 10 anos;
- Definir ações para áreas com loteamentos clandestinos e irregulares;
- Definir potencialidades econômicas do Município;
- Delimitar e preservar as áreas verdes e áreas de abastecimento público;
- Definir áreas com potencial turístico;
- Superar os problemas existentes levando em conta os potenciais sociais e econômicos do Município.



Riscos de NÃO Planejar:

- Paralisação do desenvolvimento da cidade;
- Aparecimento de ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental;
- Depredação dos recursos naturais;
- Risco de enchentes, deslizamentos e erosões;
- Pressão sobre atividades agrícolas próximas das cidades;
- Sobrecarga nos sistemas de infra-estrutura urbana;
- Desperdício de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos;
- Mal aproveitamento dos recursos do Município;
- Crescimento desorganizado da cidade.



PLANO DIRETOR

O PLANO DIRETOR DEFINIRÁ
AS PRINCIPAIS OBRAS
E PROGRAMAS URBANOS
QUE O MUNICÍPIO VAI REALIZAR
NO PERÍODO DE SUA VIGÊNCIA
(em torno de dez anos).



PLANO DIRETOR

O **PLANO DIRETOR** vale para todo o Município, ou seja, para as **ÁREAS URBANAS** e **RURAIS**. Deve indicar qual é o destino de cada parte, sem esquecer, é claro, que as partes formam um todo. Deve regulamentar, no âmbito de cada município, os **INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS** previstos no Estatuto da Cidade para **GARANTIR a FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE E ORDENAR O CRESCIMENTO**.



O Que Garante um Bom Planejamento?

Para garantir que o planejamento seja feito de acordo com as necessidades do Município foi aprovada uma Lei Federal que é:

O ESTATUTO DA CIDADE (Lei nº. 10.257/2001)



Figuras 1.18 a 1.23 – Cópia da apresentação em PowerPoint do Treinamento das Equipes utilizado na Segunda Reunião Técnica.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

ESTATUTO DA CIDADE

LEI FEDERAL (10.257/01) que regulamentou e desenvolveu o capítulo Da Política Urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 183), estabelecendo como deve ser elaborada a **POLÍTICA URBANA** em todo o país.

OBJETIVO:

- Possibilitar o **CRESCIMENTO ORDENADO** das cidades;
- Proteger o **MEIO AMBIENTE**;
- Garantir os **DIREITOS URBANOS FUNDAMENTAIS** (moradia digna, transporte, desenvolvimento sustentável, etc.).



ESTATUTO DA CIDADE

O **ESTATUTO DA CIDADE ESTABELECE** que a **PROPRIEDADE** precisa **CUMPRIR UMA FUNÇÃO SOCIAL**, ou seja, a terra deve servir para o benefício da coletividade e não apenas aos interesses de seu proprietário.

Para isso, o Estatuto estabelece um conjunto de regras com o objetivo de organizar o território do Município e que devem ser aplicadas de acordo com a realidade local.

Todos os municípios devem planejar o seu futuro e fazer seu Plano Diretor!



ESTATUTO DA CIDADE



- Garante a função social da propriedade e da cidade;
- Combate a retenção especulativa de terras e imóveis ociosos;
- Prevê limites para a expansão da zona urbana;



ESTATUTO DA CIDADE



- Prevê áreas para instalação de equipamentos públicos;



- Estimula a ocupação das áreas estrategicamente localizadas;



- Prevê o planejamento territorial da zona rural;



ESTATUTO DA CIDADE



- Protege os territórios ocupados por comunidades tradicionais;
- Preserva as áreas de interesse histórico e cultural relevantes para a identidade da cidade;
- Protege áreas ambientalmente frágeis, de interesse paisagístico e ecológico e cria um sistema de áreas verdes;



ESTATUTO DA CIDADE



- Reserva espaços para a moradia digna;
- Possibilita a regularização de ocupações irregulares e garante a permanência dos moradores;



Figuras 1.24 a 1.29 – Cópia da apresentação em PowerPoint do Treinamento das Equipes utilizado na Segunda Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

ESTATUTO DA CIDADE



- Trata do transporte e mobilidade urbana;
- Cria um sistema de gestão democrática.



ESTATUTO DA CIDADE

Algumas DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA (Artigo 2º do Estatuto da Cidade):

I – **garantia do direito a cidades sustentáveis**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – **gestão democrática** por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;



ESTATUTO DA CIDADE

III – **cooperação entre os governos, iniciativa privada e os demais setores da sociedade** no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – **planejamento do desenvolvimento das cidades**, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;



ESTATUTO DA CIDADE

V – **ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:**

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental;



ESTATUTO DA CIDADE

VI – **integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais**, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VII – **justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização**;

VIII – **adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira** e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;



ESTATUTO DA CIDADE

IX – **proteção, preservação e recuperação do meio ambiente** natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

X – **regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda** mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;



Figuras 1.30 a 1.35 – Cópia da apresentação em PowerPoint do Treinamento das Equipes utilizado na Segunda Reunião Técnica.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

ESTATUTO DA CIDADE

AS PRINCIPAIS INOVAÇÕES QUE O ESTATUTO DA CIDADE TRAZ SÃO OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA, QUE PODEM SER DIVIDIDAS, EM TRÊS GRUPOS:



ESTATUTO DA CIDADE

1. Instrumentos de indução do desenvolvimento urbano, voltados para o controle do processo de expansão e desenvolvimento urbano.

- PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA (arts. 5º e 6º)
- IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO (art. 7º)
- DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULO (art. 8º)
- CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO (art. 46)

Objetivos:

- Induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e equipamentos;
- Aumentar oferta de terra e edificação para atender à demanda existente.



ESTATUTO DA CIDADE

- OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR (arts. 28 a 31)
- DIREITO DE SUPERFÍCIE (Arts. 21 a 24)

Objetivos:

- Separar a propriedade dos terrenos urbanos do direito de edificação. Separando esses direitos, o poder público aumenta sua capacidade de interferir sobre o mercado imobiliário.



ESTATUTO DA CIDADE

- TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR (Art. 35)

Objetivos:

Viabilizar a preservação de imóveis ou áreas de importante valor histórico ou ambiental.

- OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS (arts. 33 a 34)

Objetivos:

Viabilizar intervenções de maior escala, em atuação concertada entre o poder público e os diversos atores da iniciativa privada.

- DIREITO DE PREEMPÇÃO (arts. 25 a 27)

Objetivos:

Facilitar a aquisição, por parte do poder público, de áreas de seu interesse, para a realização de projetos específicos.



ESTATUTO DA CIDADE

2. Instrumentos de regularização fundiária, voltados para legalização das áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda.

- ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)
- USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO
- CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO (CDRU)

Objetivos:

- Promover a inclusão à regularização;
- Introduzir serviços e infra-estruturas urbanas;
- Aumentar a arrecadação municipal;
- Ampliar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda.



ESTATUTO DA CIDADE

3. Instrumentos de gestão democrática voltados a garantir o controle social na gestão das cidades.

- ÓRGÃO COLEGIADO DE POLÍTICA URBANA
- DEBATE, AUDIÊNCIA, CONSULTA PÚBLICA
- CONFERÊNCIAS SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE URBANO (Arts. 43 a 45)
- ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (Arts 36 a 38)

Objetivos:

- Democratizar o sistema de tomada de decisões sobre grandes empreendimentos.



Figuras 1.36 a 1.41 – Cópia da apresentação em PowerPoint do Treinamento das Equipes utilizado na Segunda Reunião Técnica.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

ETAPAS DO PLANO DIRETOR



ETAPAS DO PLANO DIRETOR

PREPARAÇÃO E LANÇAMENTO

Mobilizar os cidadãos para participar do Plano Diretor e capacitá-los.



ETAPAS DO PLANO DIRETOR

LEITURA DA "CIDADE QUE TEMOS"



Objetivo:

Conhecer a realidade local (problemas e potencialidades)

Traz informações como:

crescimento da população, expansão urbana, dados socioeconômicos, localização dos usos, serviços públicos disponíveis, entre outros.



ETAPAS DO PLANO DIRETOR

O Diagnóstico deverá abordar:

1. **ASPECTOS REGIONAIS** (Região e município de Lidianópolis)
2. **ASPECTOS AMBIENTAIS** (clima, solo, hidrografia, cobertura vegetal, espaços para expansão urbana)
3. **ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS** (demografia, IDH, economia e turismo)
4. **ASPECTOS SÓCIOESPACIAIS** (evolução urbana, uso do solo urbano com sua demanda e impedimentos, tipologia de ocupação do solo urbano e do rural, análise da tipologia habitacional e da demanda, ocupação irregular e seus impactos e a infra-estrutura pública)



ETAPAS DO PLANO DIRETOR

5. **ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA** (abastecimento de água, esgotamento sanitário, transporte coletivo privado ou público, urbano ou intermunicipal, transporte escolar, energia elétrica e iluminação pública, telecomunicações)

6. **SERVIÇOS PÚBLICOS** (equipamentos de saúde, educação, cultura, assistência social, segurança pública, lazer e esporte)

7. **ASPECTOS INSTITUCIONAIS** (unidades administrativas da prefeitura que se relacionem com PDM, análise da legislação vigente, plano de desenvolvimento urbano, identificação da capacidade de investimento)



ETAPAS DO PLANO DIRETOR

ESCOLHA DOS TEMAS E OBJETIVOS

O resultado da leitura do diagnóstico deverá ser apresentado para os cidadãos juntamente com uma seleção de temas prioritários a serem trabalhados pelo Plano.



Figuras 1.42 a 1.47 – Cópia da apresentação em PowerPoint do Treinamento das Equipes utilizado na Segunda Reunião Técnica.

Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA

Devido à mudança de gestão municipal e troca dos membros da equipe técnica municipal, foi realizada uma reunião de retomada com os novos membros, a fim de informá-los sobre as fases do PDM e em qual fase o PDM de Cambira fora paralisado pela antiga equipe. Primeiramente foi solicitada a publicação de um novo decreto com a constituição atual da equipe técnica municipal. Em seguida foi dado um treinamento sobre a Fase II – Avaliação Temática Integrada, entregues os questionários sobre todos os setores do Município, que deverão ser devolvidos o quanto antes, para o desenvolvimento dos textos e mapas referentes.

RESUMO

- Data: 13 de fevereiro de 2009.
- Horário: 08h30min.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: Treinamento da Avaliação Temática Integrada da Fase II.
- Participantes: Equipe Técnica da consultoria DRZ – Geotecnologia e Consultoria representada pela arquiteta e urbanista Carolina Buzzo Bechelli, coordenadora do plano e Equipe Técnica Municipal.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

DECRETAÇÃO DA NOVA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

DECRETO Nº 035/2009

Data: 11/02/2009

**SÚMULA: Constitui Equipe Técnica Municipal para a
Elaboração de Plano Diretor Municipal Participativo e
dã outras providências.**

A Prefeita do Município de Cambira, Estado do Paraná,
Sra. Neusa Maria Rodrigues Bellini, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas
por lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar ações
voltadas ao planejamento sustentável das comunidades urbanas e rurais, à geração de
emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e população de baixa
renda e ;

CONSIDERANDO ainda o que estabelece o “**TERMO
DE REFERÊNCIA**” elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano
– **SEDU**.

DECRETA

Art. 1º. Nomeia uma “**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**” constituída pelos
servidores abaixo relacionados, ficando ainda o primeiro designado como Coordenador
Municipal, cuja responsabilidade é a Coordenação e o Acompanhamento das fases do
plano de trabalho na execução do Plano Diretor Participativo do Município de Cambira.

Nome	Cargo
Cleber Alexandre Torres	Secretário de Indústria e Comércio
Valdir Emeliano neve	Técnico Emater
Fabiano Marcos Sapatini	Diretor de Obras e Serviços Públicos
Roger Nakad Marrez	Secretário da Agricultura, Meio Ambiente Turismo
Alexandre Ricci Neto	Diretor Departamento Assistência à Saúde
Paulo Henriques de Oliveira	Secretário de Obras, Urbanismo Trans. e Ser.Públicos
Doris de Jesus Lucas Moya	Diretora do Departamento de Ensino

Art. 2º. Revogam – se os disposições em contrário em especial o Decreto Nº 125/2009,
enviando o presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cambira, em 11 de Fevereiro de 2009.

Neusa Maria Rodrigues Bellini
Prefeita do Município de Cambira – Paraná.

Figura 1.48 – Novo Decreto Municipal – Equipe Técnica Municipal.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS





Figuras 1.49 a 1.52 – Fotos da Terceira Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

 **MUNICÍPIO DE CAMBIRA**
Plano Diretor Municipal

 **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**
CAMBIRA - PR

Terceira Reunião Técnica
Segundo treinamento - Fase II - Avaliação Temática Integrada
PDM do Município de Cambira

Data: 13 de fevereiro de 2009
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 08h30min

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	Carolina Ruazo Bechelli	DRE - LONDRINA	43 3026-4065 CAROLINA@DRE.COM.BR	Carolina Bechelli
02	Rogério Antônio de Jesus	AGRICULTURA/PLANTIO/FRUTÍFERO	43-34361224 Rogério.nakatani@pds.com.br	Rogério Nakatani
03	CLEBER ALEXANDRE TORRES	SEC. DO COMÉRCIO	43 99110800 COX TORRES	Cleber Torres
04	ALEXANDRE RICCI NETO	Departamento	91231688	Alexandre Ricci Neto
05	FABIANO DOS SANTOS	OBRA	91349265 fabiano@pds.com.br	Fabiano dos Santos
06	Paulo Henrique da Silva	OBRA	9918-2255	Paulo Henrique da Silva
07	Adail Emerson Nery	ENR 152		Adail Emerson Nery
08	Nery de J. Lucas Moya	Educação	(43) 34361221	Nery de J. Lucas Moya
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				


 **DRZ**
Gestão de Cidades

Figura 1.53 – Lista de Participação da Terceira Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



QUARTA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 23 de fevereiro, às 14 horas, foi realizada a Reunião Técnica para retomada da Fase II – ATI do PDM de Cambira. Estavam presentes a Arquiteta e Urbanista Fernanda Lima Lanziani da DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda., o Coordenador da ETM - Cleber A. Torres e alguns membros da ETM.

RESUMO

- Data: 23 de fevereiro de 2010.
- Horário: 14h.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: Retomada da Fase II – Avaliação Temática Integrada.
- Participantes: Fernanda Lima Lanziani – Arquiteta e Urbanista da Consultoria DRZ e Coordenador da ETM - Cleber A. Torres e alguns membros da ETM.

FOTOS




Figuras 1.54 e 1.55 – Fotos da Quarta Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.




MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal



Reunião Técnica com ETM
Fase II - Avaliação Temática Integrada

Data: 23 de fevereiro de 2010
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 10h

Nº	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	Doris de F. Lucas Moya	Educação	doris.lucas@hotmail.com	D.F. Moya
02	Carla Cabral	Indústria	carla10@gmail.com	Carla Cabral
03	Leandro Antonio	Agricultura	leandroantonio@hotmail.com	Leandro Antonio
04	Herson Toledo Pires	Grupos Sociais	herson.toledo@gmail.com	Herson Toledo Pires
05	Maurilio dos Santos	Secretaria Urban	Maurilio2-Santos@hotmail.com	Maurilio dos Santos
06	CICERO R. GONZAGA TORRES	Indústria/Comércio	CGATORES@hotmail.com	Cicero R. Gonzaga Torres
07	ALEXANDRE RICCI NETTO	SAÚDE	91231688	Alexandre Ricci Netto
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				



Divisão de Cidadãos

Figura 1.56 – Lista de Participação da Quarta Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

QUINTA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 06 de abril, às 14h30min, foi realizada a Reunião Técnica para recolhimento de dados e informações complementares referentes à Fase II – ATI do PDM de Cambira e esclarecimento de dúvidas referentes a esta Fase. Nesta ocasião foi entregue versão preliminar da Fase II aos membros da ETM (volume impresso e em meio digital).

RESUMO

- Data: 06 de abril de 2010.
- Horário: 14h30min.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: Entrega versão preliminar da Fase II - ATI.
- Participantes: Fernanda Lima Lanziani – Arquiteta e Urbanista da Consultoria DRZ e o Coordenador da ETM Cleber A. Torres e alguns membros da ETM.

FOTOS




Figuras 1.57 a 1.59 – Fotos da Quinta Reunião Técnica.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.




MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

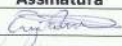



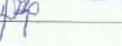
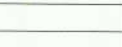
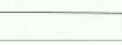


MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal



Reunião Técnica com ETM
Fase II - Avaliação Temática Integrada

Data: 06 de abril de 2010
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 10h

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	CLCBER ALEXANDRE TORRES	PREFEITURA	43-91562689- COORDENADOR DE PLANEJAMENTO	
02	ALEXANDRE RICCI NETTO	PREFEITURA	43-91231688 -	
03	LEANDRO ARAÚJO BRUNO	SEC. AGRICULTURA (43) 3436-1224	leandro@agricultura.cambira.pr.gov.br	
04	Maurício dos Santos	Sec. MUN. Urban	9156 5977 Mauricio 2 - Santos	
05	Adriana Aparecida Amadeu	Dir. Obras/URB	9938 5909 adriana.amadeu@camara.com.br	
06	Carla Cristiane	Dir. Sanitário	9932 4181 carla_cristiane@gmail.com	
07	Dr. Denis de F. Moya	SEC. EDUCAÇÃO (43) 34361221	denis.moya@hotmail.com	
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				



Gestão de Cidades

Figura 1.60 – Lista de Participação da Quinta Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

SEXTA REUNIÃO TÉCNICA



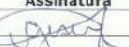


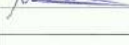
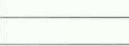
No dia 04 de maio, às 14h30min, foi realizada a Reunião Técnica para retorno da leitura da Fase II – ATI do PDM de Cambira por parte dos membros da ETM. Estavam presentes a Arquiteta e Urbanista Fernanda Lima Lanziani da DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda., o coordenador da ETM Cleber A. Torres e alguns membros da ETM. Nesta ocasião foi realizado, pela Arquiteta Fernanda, um treinamento prévio referente à Fase III – Diretrizes e Proposições.

RESUMO

- Data: 04 de maio de 2010.
- Horário: 14h30min.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: Retorno da leitura da Fase II – ATI e Treinamento Prévio da Fase III - Diretrizes e Proposições.

Participantes: Arquiteta e Urbanista Fernanda Lima Lanziani da DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda., o coordenador da ETM Cleber A. Torres e alguns membros da ETM.

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

 MUNICÍPIO DE CAMBIRA Plano Diretor Municipal					 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO PROCESSO DE GESTÃO
Reunião Técnica com ETM Fase II - Avaliação Temática Integrada					
Data: 04 de maio de 2010 Local: Prefeitura Municipal de Cambira Horário: 10h					
Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura	
01	Guilherme S. Carlotto	Contabilidade	gcarlotto@gmail.com 9932-4181		
02	Adriana Cristina da Silva	Agropecuária	Adriana C. Silva - alainessambira@hotmail.com		
03	Leandro Aparecido Araújo	Agropecuária	leandroaraujo@hotmail.com		
04	Maurício das Neves	Indústria	Maurício - Silva@hotmail.com		
05	CLEBER TORRES	INDUSTRIA LOM	CLORTORRES@HOTMAIL.COM		
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					


**DRZ**
Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda.

Figura 1.61 – Lista de Participação da Sexta Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 31 de agosto, às 9 horas, foi realizada reunião para a execução do Terceiro Treinamento Técnico das Equipes Municipais do PDM de Cambira, referente à Fase III – Diretrizes e Proposições (DP). O Treinamento foi realizado pela Coordenadora Geral do PDM de Cambira a Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda da DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda. Estavam presentes o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres, membros da ETM e da Administração Municipal, representante do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - Valdir Emiliano Mendes e o Analista de Desenvolvimento Municipal do Serviço Social Autônomo PARANAICADE – Rodolfo Purpur Junior. Na parte da tarde, foi continuada a discussão sobre a Fase III e realizados esclarecimento de dúvidas e últimas considerações para as Fases II e III com o Coordenador da ETM e com a Arquiteta Luciana. Finalizada esta reunião, foi realizada uma visita em campo, aos loteamentos que estão sendo implantados na sede urbana do Município. Neste dia de reuniões, foram deixados com a ETM e com o Analista do PARANACIDADE produtos preliminares (impressos e em meio digital) referentes às propostas para a Fase III e para a Fase IV, para realização da leitura e considerações da ETM.

RESUMO

- Data: 31 de agosto de 2010.
- Horário: 9h.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: Terceiro Treinamento Técnico da Fase III – DP.
- Participantes: Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda da DRZ, coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres, membros da ETM e da Administração Municipal, representante do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - Valdir Emiliano Mendes e o Analista de Desenvolvimento Municipal do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE – Rodolfo Purpur Junior.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

FOTOS




Figuras 1.62 a 1.64 – Fotos da Sétima Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

Reunião Técnica PDM
Discussão Fase III – Diretrizes e Proposições

Data: 31 de agosto de 2010
 Local: Prefeitura Municipal de Cambira
 Horário: 10h

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	CLERER ALEXANDRE TORRES	PREF. SIND. COM. CAMBIRA	9156-2689 - LOPO TORRES@HOTMAIL.COM	
02	Alexandre Ricci Netto	Sec. de	9964.5607	
03	Robson Domingos	Sec. de	9156-1438 robson.domingos@ppp.com.br	
04	Maurilio dos Santos	Sec. de	9156-5977 Maurilio2@HOTMAIL.COM	
05	Doris de F. Lucas Maya	Sec. da Educação	9156-7114 dorisluke@hotmail.com	
06	Guilherme Aguiar	Sec. de	9156-7183 guilherme@combira.gov.br	
07	Roberto Campos Junior	Sec. de	3350-3800	
08	Vasilli Emiliairio Neves	Emater	34361529 - combira@emater.com.br	
09	ELANE CRISTINA DA SILVA	Meio Ambiente	3436-1224 RAMAL 23 agnacia@combira.gov.br	
10	ANDRÉSON CAVALOS TORRES	Sec. de	9976-1359 TORRES@HOTMAIL.COM	
11	LUCIANA DEVARO NUNES HONDA	Ger. Plan. Urb. - PRZ	(41) 30264005 LUCIANA@PRZ.COM.BR	
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				


 **DRZ** Gestão de Cidades

Figura 1.65 – Lista de Participação da Sétima Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

MATERIAL DE APOIO

Plano Diretor Municipal

Cambira

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES



Introdução

A Política de Desenvolvimento Municipal baseia-se nos princípios gerais definidos na Constituição Federal como também no Estatuto da Cidade. No Plano Diretor Municipal é composta por cinco eixos de desenvolvimento nos quais serão identificadas medidas prioritárias de ação:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Desenvolvimento Institucional e Gestão Democrática;
- Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoterritorial.

Em cada eixo foram definidas diretrizes e proposições prioritárias que estarão divididas em curto (até 3 anos), médio (até 6 anos) e longo prazo (até 10 anos) atendendo a prioridade de ação de abrangência social, buscando o atendimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal.

O Estatuto da Cidade aponta os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor. São eles:

- Função social da propriedade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Funções sociais da cidade;
- Igualdade e justiça social;
- Participação popular.

Em seguida, temos como base as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e lazer, para presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Figuras 1.66 e 1.67 – Apresentação utilizada no Terceiro Treinamento Técnico – Sétima Reunião Técnica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou usos excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas;

- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Dessa forma o Plano Diretor Municipal deverá contemplar as diretrizes e proposições da seguinte forma:

- DIRETRIZES: são indicações da direção que o desenvolvimento sustentável do Município deve seguir; revelam os objetivos gerais a serem alcançados a fim de promover as funções sociais da cidade e o desenvolvimento tanto urbano quanto rural;

- PROPOSIÇÕES: são as ações que redundarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro; são as realizações (programas, projetos, organizações, obras, etc.) planejadas em curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas.

Proteção e Preservação Ambiental

A garantia do direito de cidades sustentáveis faz referência à formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na agenda 21, sendo neste plano apoiadas em duas estratégias prioritárias: aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território municipal, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população considerando a qualidade ambiental.

Para tanto, deve-se considerar:

- Legislação Ambiental Municipal;
- Arborização Urbana;
- Recuperação Ambiental;
- Preservação Ambiental;
- Educação Ambiental.

Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental

Considerando a proteção e a preservação ambiental, sabe-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas, bem como no ambiente natural e modificado pela ação humana. A falta de infraestrutura, de pavimentação e drenagem em bairros/setores, as áreas degradadas pela destinação incorreta do lixo domiciliar e resíduos de construção civil, a inexistência de esgoto em alguns domicílios são fatores que potencializam a degradação ambiental.

Aspectos a serem considerados nessa vertente:

- Coleta e Destinação de Resíduos;
- Serviços Funerários;
- Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos;
- Energia Elétrica e Iluminação Pública;
- Drenagem e Pavimentação.

Figuras 1.68 e 1.69 – Apresentação utilizada no Terceiro Treinamento Técnico – Sétima Reunião Técnica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

Desenvolvimento Socioeconômico

O Desenvolvimento Socioeconômico do município depende de algumas ações e atitudes que venham ao encontro dos anseios da comunidade no sentido de propiciar um padrão de vida melhor, mais digno e acima de tudo mais humano. Desta forma as diretrizes e proposições deste eixo contemplam as seguintes áreas:

Econômico:

- Agropecuária;
- Indústria e Agroindústria;
- Turismo;
- Geração de Emprego e Renda e Capacitação

Profissional.

Social:

- Saúde;
- Educação;
- Cultura;
- Preservação do Patrimônio Histórico,

Arquitetônico e Cultural do município;

- Esporte e Lazer;
- Assistência Social;
- Habitação de Interesse Social;
- Segurança Pública;
- Defesa Civil.

Desenvolvimento Institucional e Gestão Democrática

Com o intuito de acompanhar e implementar os objetivos e diretrizes elencadas no Plano Diretor, faz-se necessária a organização e promoção do desenvolvimento institucional, fomentada pelos instrumentos de democratização da gestão urbana, baseados nos princípios fundamentais da Constituição Federal e diretrizes do Estatuto da Cidade.

Nesse eixo é importante prever a Sistematização do Planejamento Municipal.

Algumas diretrizes para o desenvolvimento institucional:

- Participação popular através de debates, audiências, consultas públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei, orçamento participativo e a instituição de conselhos;
- Articulação entre o governo, sociedade civil, entidades e outros órgãos governamentais ou não governamentais;

- Reorganização administrativa com implantação e/ou incremento de um setor de planejamento urbano;

- Capacitação e treinamento dos funcionários;
- Implantação do Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG);

- Implantação do Sistema de Planejamento Integrado como um processo permanente, dinâmico e atualizado, para o monitoramento, avaliação e decisões sobre o desenvolvimento municipal;

- Adequação da gestão orçamentária às diretrizes do planejamento municipal;

- Criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal;

- Criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor.

Figuras 1.70 e 1.71 – Apresentação utilizada no Terceiro Treinamento Técnico – Sétima Reunião Técnica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

Sistema de Planejamento Integrado

O sistema de planejamento integrado tem o objetivo de garantir a participação de todos os departamentos municipais; órgãos estaduais que atuam no município e a representação popular nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal.

São objetivos do Sistema de Planejamento Integrado:

- Garantir a eficácia, eficiência e efetividade da gestão, na melhoria da qualidade de vida dos municípios;
- Garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação dos programas e projetos para a implementação e na indicação das necessidades de detalhamento, atualização e revisão do mesmo;
- Garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política urbana, de forma continuada, permanente e dinâmica.

O sistema de planejamento integrado será gerenciado pelo Departamento de Planejamento Municipal ou Urbano, sendo composto do Conselho de Desenvolvimento Municipal e demais conselhos existentes no município.

Conselho de Desenvolvimento Municipal

O Conselho de Desenvolvimento Municipal será responsável pelo acompanhamento, controle da implantação e gestão do Plano Diretor Municipal, sendo composto um número mínimo de 10 membros, distribuídos entre representantes da administração pública e da sociedade civil.

O conselho terá como principais atribuições:

- Examinar a viabilidade dos projetos;
- Estabelecer prioridades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento;
- Acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor Municipal;
- Analisar e aprovar projetos de empreendimentos de impactos significativos, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação;

- Promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município;

- Criar Departamentos ou Divisões necessárias para o incremento dos sistemas e processos de desenvolvimento municipal, tais como de Indústria e Comércio.

Sistema de Informação Municipal

O Sistema de Informação Municipal tem como objetivo fornecer informações, para todos os setores da administração pública, para facilitar o planejamento, monitoramento, implementação e avaliação das políticas urbanas, subsidiando a tomada de decisões na gestão do Plano Diretor.

Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoterritorial

O Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoterritorial dependem de instrumentos de ordenação e indução territorial, levando em conta a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, a infraestrutura ofertada, os equipamentos urbanos, os equipamentos comunitários e o controle do ambiente natural e modificado pela ação humana, considerando todas as regiões e suas características particulares para o processo de planejamento territorial. Sendo assim, cada região ou área possui uma diretriz dentro do planejamento territorial estando definida através de:

Macrozoneamento Municipal – envolve as regiões do território municipal como um todo, tanto a área urbana como a rural, e é caracterizado pela prevalência do patrimônio ambiental do município e da humanidade, pelos núcleos de agrupamentos rurais estruturados ou em estruturação e pelas atividades predominantemente ligadas à produção primária. O Macrozoneamento Municipal poderá ser composto das seguintes macrozonas:

Figuras 1.72 e 1.73 – Apresentação utilizada no Terceiro Treinamento Técnico – Sétima Reunião Técnica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

- I. Macrozona de produção rural;
- II. Macrozona de recuperação e preservação ambiental ao longo dos cursos d'água;
- III. Macrozona urbana;
- IV. Eixo de produção industrial;
- V. Macrozona de controle ambiental (Aterro Sanitário, dos Cemitérios Municipais, das cascalheiras, portos de areia e extração de argila para fabricação de tijolos, etc.);
- VI. Macrozona de interesse ambiental;
- VII. Macrozona de interesse turístico.

Macrozoneamento Urbano – restrito às regiões contidas no perímetro urbano. Corresponde às áreas caracterizadas pelo acelerado processo de urbanização e transformação das características naturais do território, onde deve ser implantado um modelo de ordenamento que promova a reestruturação e qualificação dos setores ou bairros, periferias e agrupamentos urbanos, viabilizando a otimização do uso da infraestrutura e dos investimentos públicos e privados, através de melhor densificação da cidade. O macrozoneamento urbano poderá ser composto das seguintes macrozonas:

- I. Macrozona preservação, proteção ambiental e lazer;
- II. Macrozona de recuperação ambiental;
- III. Macrozona de densificação urbana;

- IV. Macrozona de ocupação prioritária;
- V. Macrozona produtiva;
- VI. Macrozona especial de interesse social;
- VII. Macrozona de expansão urbana.

Perímetro Urbano – A definição do perímetro urbano pretende ordenar a expansão da malha urbana no interior dos seus limites de modo a otimizar o fornecimento de infraestrutura e orientar o desenvolvimento do uso e da ocupação da cidade. Cabe destacar que nem sempre o município apresentará a necessidade de ampliar o perímetro urbano, em função de possuir áreas suficientes para a expansão urbana, considerados os índices de crescimento populacional e a densificação, dentro do horizonte do Plano Diretor.

Ordenamento do Sistema Viário

As propostas para o ordenamento do sistema viário definem eixos de circulação contínua dentro da malha urbana atual sendo projetados além do perímetro urbano como diretrizes para futuros loteamentos com intuito de garantir acesso e circulação aos diversos pontos da malha urbana e evitar desapropriações no futuro.

Deve-se considerar no ordenamento do sistema viário:

- I. Rodovias;
- II. Vias de Estruturação Municipal;
- III. Vias Arteriais;
- IV. Vias Coletoras;
- V. Vias Locais;
- VI. Vias Verdes;
- VII. Vias Marginais de Rodovia;
- VIII. Ciclovias;
- IX. Passeios Públicos.

Figuras 1.74 e 1.75 – Apresentação utilizada no Terceiro Treinamento Técnico – Sétima Reunião Técnica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

OITAVA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 20 de setembro, às 9h30min, a reunião foi realizada para a discussão sobre a Fase III – Diretrizes e Proposições (DP) relacionando-a com a Fase IV, juntamente com as Equipes Municipais do PDM de Cambira. A reunião foi conduzida pela Coordenadora Geral do PDM de Cambira a Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda da DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda. Estavam presentes na Reunião a Prefeita Municipal – Neusa Rodrigues Bellini, o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres, membros da ETM e da Administração Municipal e representante do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - Valdir Emiliano Mendes.

RESUMO

- Data: 20 de setembro de 2010.
- Horário: 9h30min.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: discussão da Fase III – DP.
- Participantes: Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda da DRZ, coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres e membros da ETM e da Administração Municipal.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS




Figuras 1.76 a 1.79 – Fotos da Oitava Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

Reunião Técnica PDM
Discussão e fechamento Fase III – Diretrizes e Proposições

Data: 20 de setembro de 2010
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 9h30min

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	LUCIANA QUEVEDO NUNES HONON	DRZ - Ger. Plan. Urb.	(41) 30264065 - luciana@drz.com.br	
02	VAGNER EMILIANO NEVES	EMATER	4334361529 camara@emater.pr.gov.br	
03	Saulo Ginaldelli	APMIF	34361241	
04	Alain Brito da Silva	Sec. de Agricultura	3436-1224 - alain@camara.gov.br	
05	Antonio Raimundo Tanni	Vice-Pref.	9156-5773	
06	Grizorena Prodigio Bellini	Prefeitura	91563157 - grizorena@lucimail.com	
07	Cleber Praxedes Torres	PRER. TUR	91562689 - clebertorres@hotmail.com	
08	Suslei Pirelli	Pontabuldade	9156-7183 - suslei@lucimail.com	
09	Maurilio dos Santos	Sec. de Obras	91565977 - maurilio22@hotmail.com	
10	João Carlos de Mello	S. M. de Saúde	3436135	
11	Alexandre de Nth	Saúde	34361112	
12	Luiz Henrique de Castro	BMSaúde	91566845 - luizhenriquecastro@lucimail.com	
13	Ednei Tullini	Sec. Admin	91561246 - ednei@lucimail.com	
14				
15				
16				
17				
18				


 **DRZ** Gestão de Cidades

Figura 1.80 – Lista de Participação da Oitava Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

NONA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 20 de setembro, às 14 horas, foi realizado o Quarto Treinamento do PDM de Cambira referente à Fase IV – Legislação Municipal (LM). Estavam presentes no Treinamento a Prefeita Municipal – Neusa Rodrigues Bellini, o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres, membros da ETM e da Administração Municipal e o representante do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - Valdir Emiliano Mendes. Finalizada esta reunião, foi realizada uma visita em campo, aos loteamentos que estão sendo implantados na sede urbana do Município com o auxílio do Servidor Público Maurílio dos Santos. Ficou previamente agendada, para dia 27 de setembro de 2010, reunião para discussão final da ETM sobre a Fase III. As considerações provenientes dessa reunião serão encaminhadas à DRZ para complementação da Fase em questão. Conforme o andamento desta reunião será agendado dia para realização da próxima Reunião Técnica para as últimas considerações da Fase III - DP e para discussão da Fase IV – LM, bem como para a realização da 2ª Audiência Pública.

RESUMO

- Data: 20 de setembro de 2010.
- Horário: 14h.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: Quarto Treinamento Técnico da Fase IV – Legislação.
- Participantes: Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda da DRZ, coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres e membros da ETM e da Administração Municipal.

FOTOS




Figuras 1.81 e 1.82 – Fotos da Nona Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

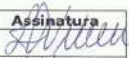


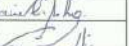

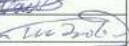

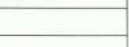

LISTA DE PARTICIPAÇÃO




MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

Reunião Técnica PDM
Treinamento Fase IV – Legislação Municipal

Data: 20 de setembro de 2010
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 14h

Nº	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	WILIANA OLIVEIRA NUNES HONDA	DRZ-GRE, PLAN. URB	(41) 3026 4065 - WILIANA@DRZ.COM.BR	
02	Ana Luiza P. de Costa	AMSC-Saúde	91566895 - ana_cambira@hotmail.com	
03	Guilherme S. Caldeira	Contabilidade	9156.7183 guilherme@contabilidade.com.br	
04	Robson P. Domingos	Turidico	9156-1428 robson.domingos@pop.com.br	
05	Adriana Martins Lima	Agropecuária e M.A	3436 4224 agpecambira@uol.com.br	
06	Vitor Emiciliano Mendes	EMATER	43 34361520 vitor@emater.mt.com.br	
07	Roberto P. Torres	FINJES. com	COXP TORRES@hotmail.com	
08	Maurício dos Santos	Ser. de Obras	91565977 Mauricio S. Santos@hotmail.com	
09	Mªª Glória Rodrigues Bellini	Beneficência	91563153 mauriciabellini@hotmail.com	
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				



DRZ Gestão de Cidades

Figura 1.83 – Lista de Participação da Nona Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo


MATERIAL DE APOIO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

4º TREINAMENTO TÉCNICO

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

O que é uma CIDADE?




É fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Sua existência ao longo do tempo é determinada pela necessidade humana de se agregar, inter-relacionar, organizar-se em torno do bem-estar comum, de produzir e trocar bens e serviços, criar cultura e arte, manifestar sentimentos e anseios que se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona.

REDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI INSERINDO INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

- Regulamenta os instrumentos urbanísticos para normatizar o processo de construção e o mercado imobiliário;
- Organiza o crescimento e transformação da cidade;
- Identificar o melhor local para os equipamentos públicos;
- Consolidar o eixos de rede e a rede de ocupação humana;
- Delimita e preserva as áreas verdes e áreas de abastecimento público;
- Define zonas específicas para as atividades deserviçáveis ao município;
- Define o bom convívio entre os municípios definindo a nível municipal os limites, as facilidades e as obrigações envolvendo a propriedade urbana.

ESSA É A HORA DE DECIDIR O QUE ENTRA OU NÃO NO PLANO DIRETOR.



Quando o anteprojeto de lei for encaminhado à Câmara, os vereadores terão que avaliar seu conteúdo:


- LEI DO PLANO DIRETOR;
- LEI DO PERÍMETRO URBANO;
- LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO;
- LEI DO SISTEMA VIÁRIO;
- CÓDIGO DE OBRAS;
- CÓDIGO DE POSTURAS.

LEI DO PLANO DIRETOR

É o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento. É o ato legal que define em nível municipal os limites, as facilidades e as obrigações envolvendo a propriedade urbana. Contém os objetivos, as diretrizes, os instrumentos e as estratégias da política de desenvolvimento municipal. Trata no seu conteúdo o **MACROZONEAMENTO MUNICIPAL E O URBANO**, que são unidades territoriais que expressem o destino que o município pretende dar às diferentes áreas.

CONSIDERAÇÃO:

- Finalidade, abrangência e objetivos gerais do plano diretor municipal;
- Política de desenvolvimento municipal;
- Instrumentos de desenvolvimento territorial;
- Sistema de planejamento, controle e gestão democrática;
- Disposições finais e transitórias.




LEI DO PERÍMETRO URBANO

Estabelece o perímetro urbano da cidade, para onde ela vai crescer e qual é o limite para novos loteamentos.

CONSIDERAÇÃO:

- Anexo I - mapa do novo perímetro.



LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Disciplina como será ocupado o solo urbano da cidade: as zonas residenciais, comerciais e prestadoras de serviços, industriais e outras. Harmoniza o aproveitamento das atividades e usos diferenciados, mas complementares entre si. Disciplina os índices urbanísticos: altura máxima do pavimento, área mínima do lote, recuos mínimos fronteiras laterais, taxa de ocupação máxima, taxa de permeabilidade mínima e taxa mínima de lote.

CONSIDERAÇÕES:


- Uso do solo urbano;
- Definição e classificação dos usos;
- Usos permitidos, permitíveis e proibidos;
- Zoneamento;
- Ocupação do solo urbano;
- Índices urbanísticos;
- Coeficiente de aproveitamento;
- Taxa de ocupação;
- Taxa de permeabilidade;
- Aproveitamento;

→ Anexo - mapa do zoneamento

→ Anexo - tabela dos usos subequívocos, permissíveis e proibidos;

→ Anexo - índices urbanísticos: tamanho do lote, recuo mínimo, taxa de ocupação, etc.

→ Anexo - recuos obrigatórios.

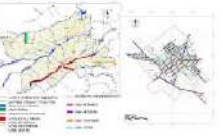


LEI DO SISTEMA VIÁRIO

Classifica e hierarquiza as vias municipais (rurais e urbanas). Determina as dimensões mínimas das vias e das faixas de domínio. Projeta as novas vias para os futuros loteamentos e seus padrões, de forma a manter a continuidade do sistema viário e suas dimensões.

CONSIDERAÇÃO:

- Hierarquia do Sistema Viário;
- Dimensionamento;
- Condição e Dimensionamento;
- Projeto e Arborização.



LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO

Disciplina o parcelamento do solo para fins urbanos. Faz as exigências que o loteamento deve conter em termos de equipamentos e como esta execução será garantida ao adquirente do lote. Determina condições a serem cumpridas pelo loteador.

CONSIDERAÇÃO:

- Parcelamento do solo por loteamento;
- Projeto de loteamento;
- Infra-estrutura que o loteador deve apresentar no loteamento;
- Aprovação do plano de loteamento;
- Caução para garantir a execução das obras;
- Do loteamento fechado;
- Do loteamento em zona de urbanização espontânea;
- Do parcelamento do solo por desmembramento ou subdivisão;
- Subdivisão de pequenas faixas e áreas;
- Do remembramento;

CÓDIGO DE OBRAS

Estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, como: segurança, recuos, acessibilidade, passeios e calçadas, áreas de estacionamento, etc.

CONSIDERAÇÃO:

- Direitos e responsabilidades do município, proprietário e responsável técnico;
- Alteração de construção e demolição, certificado de alteração de uso, habitação, normas técnicas de apresentação do projeto;
- Execução e segurança das obras;
- Edificações em geral, escavações, aterros, fundações, estruturas parciais, pisos, coberturas, portas, passagens, portões, escadas, rampas, muros, recuos, estacionamento, áreas de recreação, passeios, muros, iluminação e ventilação;

Figuras 1.84 a 1.89 – Apresentação utilizada no Quarto Treinamento Técnico – Nona Reunião Técnica.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

- Instalação de água pluvial, implantação dos mecanismos de contenção de cheias, instalações hidráulico-sanitárias, elétricas, gás, antenas, para-raios, proteção contra incêndio, telefônicas, elevadores, duplicação de luz;
- Edificações residenciais, geminadas, em série, condomínio horizontal;
- Das edificações comerciais e serviços;
- Das edificações industriais;
- Das edificações especiais;
- Portos de combustíveis e serviços para veículos, as edificações de antena de transmissão de rádio, televisão, telefonia e antenas de transmissão de radiação eletromagnética;
- Fiscalização, infrações e sanções.

CÓDIGO DE POSTURAS

Contém as medidas de polícia administrativa para assegurar o bem estar público, a ordem, o sossego, a proteção e a conservação do meio ambiente e o disciplinamento das atividades comerciais, industriais e prestadoras de serviços.

CONSIDERAÇÕES:

- Higiene pública das vias e logradouros, habitações, terrenos, estabelecimentos, esgoto;
- Polícia de costumes, segurança e ordem pública;
- Costumes de moralidade, sossego, divertimento e trânsito público;
- Marcos, cercas, posseiros e numeração de edificações;
- Construções abandonadas em imóveis urbanos;
- Estradas municipais;
- Proteção e conservação do meio ambiente;
- Funcionamento do comércio, serviços e indústrias;
- Alvará de localização e funcionamento;
- Comércio ambulante, feiras livres;
- Horário de funcionamento;
- Propriedade em geral;
- Condições;
- Funcionamento das lojas de culto;
- Autos administrativos, notificações, infrações e sanções.

7

ESTATUTO DA CIDADE

Lei Federal que regulamentou e desenvolveu o capítulo de Política Urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 183), estabelecendo como deve ser elaborada a Política Urbana em todo o país.

Objetivos:

- Possibilitar o crescimento ordenado das cidades;
- Proteger o meio ambiente;
- Garantir os direitos urbanos fundamentais (moradia, água, transporte, desenvolvimento sustentável, etc.);
- Garantir que o planejamento seja feito de acordo com as necessidades do município.

O estatuto da cidade estabelece que a propriedade precisa cumprir uma função social ou seja, a terra deve servir para o benefício da coletividade e não apenas aos interesses de seu proprietário.

Para isso, o estatuto estabelece um conjunto de regras com o objetivo de organizar o território do município e que devem ser aplicadas de acordo com a realidade local.

O Estatuto da Cidade:

- Garante a função social da propriedade e do cidadão;
- Combate à retenção especulativa de terras e imóveis ociosos;
- Prevê limites para a expansão da zona urbana;
- Prevê áreas para instalação de equipamentos públicos;
- Estabelece a ocupação das áreas estrategicamente localizadas;
- Prevê o planejamento territorial da zona rural;

8



- Protege os territórios ocupados por comunidades tradicionais;
- Preserva as áreas de interesse histórico e cultural referentes para a identidade da cidade;



- Protege áreas ambientalmente frágeis, de interesse paisagístico e ecológico e cria um sistema de áreas verdes;
- Reserva espaços para a moradia digna;

9

- Possibilita e regulamentação de ocupações irregulares e garante a permanência dos moradores;
- Trata do transporte e mobilidade urbana;
- Cria um sistema de gestão democrática;

Artigo 2º (algumas diretrizes gerais do Estatuto)

- I - GARANTIA DO DIREITO À CIDADES SUSTENTÁVEIS, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II - CIDADANIA DEMOCRÁTICA por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- III - COOPERAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS, INICIATIVA PRIVADA E OS DEMAIS SETORES DA SOCIEDADE NA promoção da urbanização, em atendimento ao interesse social;
- IV - PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES, da distribuição espacial da

população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - OCUPAÇÃO E CONTROLE DO USO DO SOLO, DE FORMA A EVITAR:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade do uso incompatível ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental;

VI - INTEGRAÇÃO E COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS ATIVIDADES URBANAS E RURAIS, tendo em vista o desenvolvimento

10

socioeconômico do município e do território sob sua área de influência;

VII - JUSTA DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS E ÔNUS DECORRENTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO;

VIII - ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA ECONÔMICA, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar para a a função das bens pelos diferentes segmentos sociais;

IX - PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

X - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS OCUPADAS POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

As principais inovações que o estatuto da cidade traz são os instrumentos de política

urbana, que podem ser divididos, em três grupos:

1º. Instrumentos de indução do desenvolvimento urbano

- voltados para o controle do processo de expansão e desenvolvimento urbano;
- Art. 5º e 6º: Parcelamento, edificação ou utilização compulsória;
- Art. 7º: IPTU progressivo no tempo;
- Art. 8º: Desapropriação com pagamento em título;
- Art. 44: Condição imobiliar;
- Art. 23 e 3º: Outorga onerosa do direito de construção;
- Art. 21 e 2º: Direito de superfície;
- Art. 35: Transferência do direito de construir;
- Art. 22 e 2º: Operação urbana com consórcio;
- Art. 25 e 2º: Direito de preempção;

11

2º. Instrumentos de regularização fundiária

- voltados para a regularização das áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda;
- Zonas especiais de interesse social (ZEIS);
- Usucapião especial de imóvel urbano;
- Concessão do direito real de uso (CDRU);

3º. Instrumentos de gestão democrática

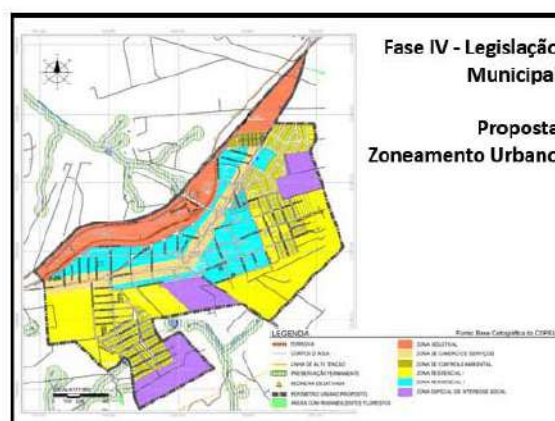
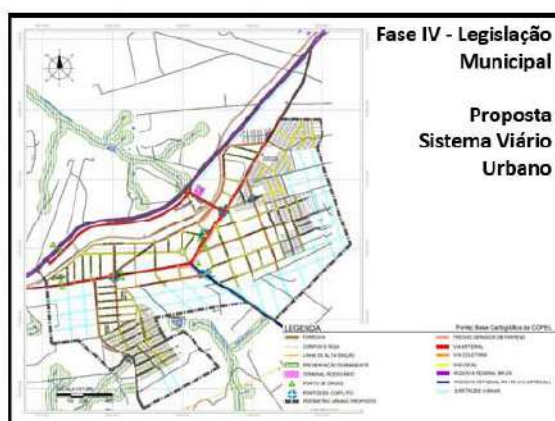
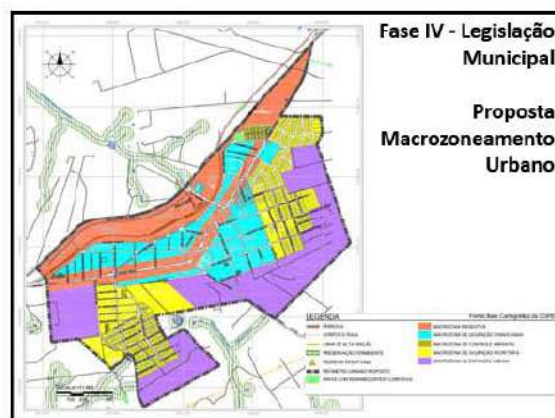
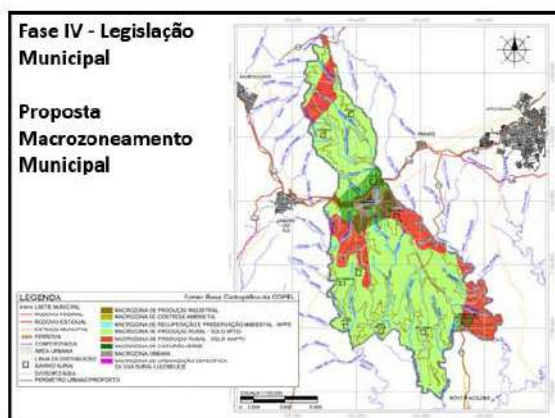
- voltados a garantir o controle social na gestão das cidades;
- Orgão colegiado de política urbana;
- Debates, audiências, consulta pública;
- Art. 43 e 45: Conferências sobre assuntos de interesse urbano;
- Art. 36 e 38: Estudo de impacto de vizinhança;



"A FOTOGRAFIA DE UMA CIDADE É A FOTOGRAFIA DE UMA SOCIEDADE"

12

Figuras 1.90 a 1.95 – Apresentação utilizada no Quarto Treinamento Técnico – Nona Reunião Técnica.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



Figuras 1.96 a 1.101 – Apresentação utilizada no Quarto Treinamento Técnico – Nona Reunião Técnica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

DÉCIMA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 09 de novembro, às 9h30min, a reunião foi realizada para retorno das informações e últimas considerações sobre a Fase III – Diretrizes e Proposições (DP), juntamente com as Equipes Municipais do PDM de Cambira. A reunião foi conduzida pelos Técnicos da DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda., o Analista Ambiental e Geógrafo – Marcelo Gonçalves e o Arquiteto e Urbanista Osmani Vicente Junior. Estavam presentes na Reunião o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres, membros da ETM e da Administração Municipal e o Analista de Desenvolvimento Municipal do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE – Rodolfo Purpur Junior. Os presentes na reunião repassaram todas as alterações que consideraram necessárias e discutiram as questões sobre a redução da Macrozona do Cinturão Verde de 1000 para 500 metros, e sobre a ampliação do Perímetro Urbano para a inclusão de zonas industriais junto à rodovia e abrangendo o abatedouro de suínos da cidade. Ficou previamente agendada, para dia 30 de novembro de 2010, Reunião Técnica para discussão final da ETM sobre a Fase IV e treinamento da Fase V, bem como para a realização da 2ª Audiência Pública.

RESUMO

- Data: 09 de novembro de 2010.
- Horário: 9h30min.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: fechamento da Fase III – DP.
- Participantes: Analista Ambiental e Geógrafo – Marcelo Gonçalves e o Arquiteto e Urbanista Osmani Vicente Junior, ambos Técnicos da DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda., o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres e o Analista de Desenvolvimento Municipal do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE – Rodolfo Purpur Junior.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS




Figuras 1.102 a 1.105 – Fotos da Décima Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



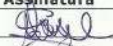

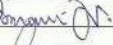




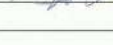
MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

 **MUNICÍPIO DE CAMBIRA**
Plano Diretor Municipal

Reunião Técnica PDM
Fechamento Fase III – Diretrizes e Proposições – Retorno Considerações ETM

Data: 09 de novembro de 2010
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 9h30min

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	Marcelo Gonçalves	DRZ	(41) 3086 - 4065 - marcelo@drz.org.br	
02	CLEBER ALGOMAR TORRES	S.M. CONCEPÇÃO	43-9156-2689 (CLEBER TORRES NOTAR)	
03	OSMANI ACENTE JUNIOR	DRZ	43-3026-4065 osmaniacente@hotmail.com	
04	Alexandre Lima N. Ha	Saúde	43-91231688	
05	Rafaelito TORRES	Informática	43-9156-9234	
06	Silva Genari Barbosa	Educação	43-9156-5427	
07	Cláudio Cristina da Silva	agr, Meio Amb Tur	43-99315747 claudia@camibia.org.br	
08	Roberto Vargas Junior	Sede/Assessoria	43-3322-3322	
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				


 **DRZ** Gestão de Cidades

Figura 1.106 – Lista de Participação da Décima Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 30 de novembro, às 13h30min, na Prefeitura Municipal de Cambira, foi realizada a reunião para a discussão sobre a Fase IV – Legislação Municipal e últimas considerações sobre os mapeamentos relacionados às minutas de leis, juntamente com as Equipes Municipais do PDM de Cambira. A Reunião iniciou-se efetivamente às 14 horas e foi conduzida pela Gerente de Planejamento Urbano da DRZ Geotecnologia e Consultoria e Coordenadora Geral do PDM de Cambira a Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda, e pelo Auxiliar Arquiteto e Urbanista Osmani Vicente Junior. Estavam presentes na Reunião, o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres, o Secretário de Obras Maurílio dos Santos, membro da ETM e o Analista de Desenvolvimento Municipal do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE – Rodolfo Purpur Junior. Foram discutidos os ajustes finais no Perímetro Urbano da Sede e do Patrimônio 7 de Maio, bem como do seu Macrozoneamento. Ficou previamente agendada para dia 09 de dezembro de 2010 às 9 horas, Reunião Técnica para o treinamento da ETM sobre a Fase V – Plano de Ações e Investimentos (PAI), e para o dia 14 de dezembro de 2010 às 14 horas, Reunião Técnica para o retorno das considerações e discussão final da Fase V e 3ª Audiência Pública às 19 horas.

RESUMO

- Data: 30 de novembro de 2010.
- Horário: 13h30min.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: fechamento da Fase IV – Legislação Municipal.
- Participantes: Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda, Auxiliar Arquiteto e Urbanista Osmani Vicente Junior, ambos da DRZ Geotecnologia e Consultoria, o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres, o Secretário de Obras Maurílio dos Santos, membro da ETM e o Analista de Desenvolvimento Municipal do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE – Rodolfo Purpur Junior.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

FOTOS




Figuras 1.107 a 1.110 – Fotos da Décima Primeira Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

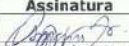



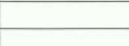
LISTA DE PARTICIPAÇÃO




MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

Reunião Técnica PDM
Discussão Fase IV – Legislação Municipal

Data: 30 de novembro de 2010
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 14h

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	OSMANI VICENTE JUNIOR	DRZ	(41) 30264065 OSMANI@DRZ.COM.BR	
02	WILIANA DUEVEDO NUNES HONDA	DRZ-Ger POr	(41) 30264065 WILIANA@DRZ.COM.BR	
03	CLÍSSE R. TORRES	Subsídio Cidadão	41-34361229 CLISSE@HOTMAIL.COM	
04	Roberto Rangel Jr.	Sec. Planejamento	327272390	
05	Maurício dos Santos	Zec. do Urban	34361224 Mauricio2.Santos@Hotmail.com	
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				



Gestão de Cidades

Figura 1.111 – Lista de Participação da Décima Primeira Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 09 de dezembro, às 9 horas, na Prefeitura Municipal de Cambira, foi realizada a reunião para o treinamento sobre a Fase V – Plano de Ação e Investimentos (PAI), juntamente com a Equipe Municipal do PDM de Cambira. A Reunião foi conduzida pela Gerente de Planejamento Urbano da DRZ Geotecnologia e Consultoria e Coordenadora Geral do PDM de Cambira a Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda, e pelo Auxiliar Arquiteto e Urbanista Osmani Vicente Junior. Estavam presentes na Reunião, o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres e alguns membros da ETM. Nesta Reunião a ETM foi treinada pela Arquiteta Luciana para o desenvolvimento da Fase V. Foi entregue à ETM em forma digital o volume em versão preliminar da Fase V. Ficou agendado para o dia 14 de dezembro de 2010 às 14 horas, Reunião Técnica para o retorno das considerações e discussão final da Fase V e 3ª Audiência Pública às 19 horas.

RESUMO

- Data: 09 de dezembro de 2010.
- Horário: 9h.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: Quinto Treinamento Técnico para a Fase V – Plano de Ação e Investimentos.
- Participantes: Luciana Quevedo Nunes Honda – Arquiteta e Urbanista, Osmani Vicente Junior – Arquiteto e Urbanista, ambos da DRZ Geotecnologia e Consultoria, o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres e alguns membros da ETM.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS



Figuras 1.112 a 1.115 – Fotos da Décima Segunda Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

Reunião Técnica PDM – Cambira
Treinamento da Fase V – Plano de Ação e Investimentos

Data: 09 de dezembro de 2010
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 9h

Nº	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	OSMANI VICENTE JUNIOR	DRZ	(43) 30264065 osmani@drz.com.br	
02	WICIANA QUEIROZ NUNES HONDA	DRZ GER. PUBL	(43) 30264065 WICIANA@DRZ.COM.BR	
03	ELAINE CRISTINA DA SILVA	AGRICULTURA	(43) 3436-1224 agricambira@uol.com.br	
04	LEANDRO APARECIDO ARAUJO	SEC. AGRICULTURA	(43) 3436-1224 agricambira@uol.com.br	
05	ANGÉLICA APARECIDA DAMAS	SEC. ASSISTENCIA GR	(43) 3436-2452 angelicadamas@gmail.com	
06	Maurício dos Santos	SEC. de Urban	3436-1224 Mauricio2-santos@hotmail.com	
07	Doris de Fátima Moya	SEC. Educação	(43) 3436-1224 dorisluke@hotmail.com	
08	CECEL ROQUE TORRES	SUBSECRETARIA	CECELTORRES@HOTMAIL.COM	
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				

DRZ Gestão de Cidades

Figura 1.116 – Lista de Participação da Décima Segunda Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

MATERIAL DE APOIO

5º Treinamento Técnico



Plano Diretor Municipal

CAMBIRA

Equipe Técnica Municipal

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL
Cleber Alexandre Torres
Secretário da Indústria Comércio e Serviços – Coordenador da Equipe Técnica Municipal
Valdir Emeliano Neve
Técnico da EMATER
Fabiano Marcos Sapatini
Secretário de Obras e Serviços Urbanos
Roger Nakad Maroz
Secretária da Agricultura Meio Ambiente e Turismo
Alexandre Rioli Neto
Diretor do Departamento de Assistência à Saúde
Paulo Henrique de Oliveira
Secretário de Obras Urbanismo Transporte e Serviços Públicos
Doris de Jesus Luoa Moya
Diretora do Departamento de Ensino



Comissão de Acompanhamento

Jose Sebastião Maia Neto
Representante de Bairro Urbano Sandro Marezi Capeloto
Ivo Aparecido Lenartoviz
Representante do Comércio – materiais de construção
Omeire Anelli
Representante dos professores
Devanil Bengozi
Representante do Bairro Rural Palmeirinhas
Gulherme Cazini
Representante do Bairro Rural Cruzeiro
Sidney Bellini
Representante do Comércio – grãos/insumos
Leonilda Jerônimo Sapatini
Representante do Legislativo
Roberto de Campos
Representante dos Trabalhadores



Equipe Técnica DRZ

Luciana Quevedo Nunes
Arquiteta e Urbanista - CREA RS 104464/D visto 064462
Coordenadora Geral do PDM
Fabrizio Vergara Neto
Arquiteto e Urbanista - CREA RS 113429/D visto 086464
Daniel D'Inazio Correa
Assistente em Arquitetura e Urbanismo
Leandro Daudt Conaullin
Engenheiro Civil - CREA PR 103045/D
Mayla Motta Campos Liboa
Engenheira Sanitarista e Ambiental - CREA SC 90377-1/D V/PR 110861
Carla Maria do Prado Machado
Educadora Ambiental
Marcelo Gonçalves
Analista Ambiental
Paulo Roberto Santana Borges
Economista - CORECON 3192-S
Rubens Menelli
Bacharel em Direito
Solange Passos Genaro
Assistente Social - CRESS PR 6676
Agostinho de Rezende
Administrador de Empresa - CRA PR 6459



FASE V DO PDM

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI)

Introdução ao PAI

O **Plano de Ação e Investimentos (PAI)** trata do indicativo das ações e projetos que terão prioridade na implementação do Plano Diretor Municipal (PDM), com a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários, ações ambientais, administrativas e institucionais.

Nele são apresentadas as estimativas de custos de instalação e implantação dos programas e projetos para os próximos **5 (cinco) anos** e a **compatibilidade** destes custos com a **projeção orçamentária**, analisando a futura capacidade de investimento e de endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido, convênios, etc.



Figuras 1.117 a 1.122 – Apresentação utilizada no Quinto Treinamento Técnico – Décima Segunda Reunião Técnica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo



Figuras 1.123 a 1.128 – Apresentação utilizada no Quinto Treinamento Técnico – Décima Segunda Reunião Técnica.







Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

<p>Desenvolvimento Institucional e Gestão Democrática</p> <p>Com o intuito de acompanhar e implementar os objetivos e diretrizes elencadas no PDM faz-se necessária a organização e promoção do desenvolvimento institucional, fomentada pelos instrumentos de democratização da gestão urbana, baseados nos princípios fundamentais da Constituição Federal e diretrizes do Estatuto da Cidade.</p> <p>Nesse eixo é importante prever a Sistematização do Planejamento Municipal.</p> <p>Algumas diretrizes para o desenvolvimento institucional:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação popular através de debates, audiências, consultas públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei, orçamento participativo e a instituição de conselhos;• Articulação entre o governo, sociedade civil, entidades e outros órgãos governamentais ou não governamentais; 	<p>Desenvolvimento Institucional e Gestão Democrática</p> <ul style="list-style-type: none">• Reorganização administrativa com implantação e/ou incremento de um setor de planejamento urbano;• Criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal;• Criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo setor responsável pela implantação do PDM, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor;• Capacitação e treinamento dos funcionários;• Implantação do Sistema de Planejamento Integrado como um processo permanente, dinâmico e atualizado, para o monitoramento, avaliação e decisões sobre o desenvolvimento municipal;• Implantação do Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG);• Adequação da gestão orçamentária às diretrizes do planejamento municipal. 
<p>Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoteritorial</p> <p>O Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoteritorial dependem de instrumentos de ordenação e indução territorial, levando em conta a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, a infraestrutura ofertada, os equipamentos urbanos, os equipamentos comunitários e o controle do ambiente natural e modificado pela ação humana, considerando todas as regiões e suas características particulares para o processo de planejamento territorial. Sendo assim, cada região ou área possui uma diretriz dentro do planejamento territorial.</p> 	<p>Propostas, Programas e Ações - PAI</p> <p>Para definição do número de projetos prioritários, adota-se o critério de estabelecer as principais ações para cada eixo de intervenção, respeitando, para tanto, o período dos próximos cinco anos, levando-se em consideração os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none">• Construção e consolidação da estrutura urbana proposta pelo PDM;• Melhoria nos índices sociais e econômicos;• Modernização da administração, com redução de custos;• Melhoria na qualificação e produtividade;• Agilidade no atendimento à população local, entre outros. 
<p>Prazos - PAI</p> <p>Em relação ao prazo de execução das ações, devem ser classificadas em:</p> <p>Curto (até dois anos) Médio (de dois a quatro anos) Longo (de quatro a cinco anos)</p> <p>Dentro do horizonte dos cinco primeiros anos do PDM</p> <p>Serão estimados valores para a execução das medidas urbanísticas e políticas a serem realizadas, bem como apontadas possíveis fontes de recursos a quem a administração pública poderá recorrer, tanto para financiamento quanto para desenvolver projetos a fundo perdido.</p> <p>A análise da capacidade de investimento envolve o ocorrido nos exercícios de 2005 a 2009 e a projeção do que poderá ocorrer nos anos de 2010 a 2014, demonstra-se a provável evolução das receitas e despesas e o que poderá ser gasto em termos de dispêndio, com investimentos, encargos e amortizações.</p> 	<p>Plano de Ação e Investimentos</p> <p>Várias medidas apontadas na construção do PDM poderão ser tomadas sem custos adicionais para o Município, bastando apenas adotar medidas administrativas de forma a racionalizar e aperfeiçoar procedimentos, especialmente na área institucional. Isso dará mais agilidade e eficiência à máquina administrativa.</p> 

Figuras 1.129 a 1.134 – Apresentação utilizada no Quinto Treinamento Técnico – Décima Segunda Reunião Técnica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



Muito obrigado
e até o próximo encontro!



www.drz.com.br
luclane@drz.com.br
osmani@drz.com.br
(43) 3026 4065
Londrina - Paraná



DRZI Gestão de Cidades



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 14 de dezembro, às 14 horas, na Prefeitura Municipal de Cambira, foi realizada a reunião para a discussão final sobre a Fase V – Plano de Ação e Investimentos (PAI), juntamente com a Equipe Técnica Municipal do PDM de Cambira. A Reunião foi conduzida pela Gerente de Planejamento Urbano da DRZ Geotecnologia e Consultoria e Coordenadora Geral do PDM de Cambira a Arquiteta e Urbanista - Luciana Quevedo Nunes Honda, e pelo Auxiliar Arquiteto e Urbanista Osmani Vicente Junior. Estavam presentes na Reunião, o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres, e alguns membros da equipe. Foram discutidas as ações propostas, a inclusão de novas ações de acordo com as necessidades do Município, bem como suas prioridades em curto, médio e longo prazo.

RESUMO

- Data: 14 de dezembro de 2010.
- Horário: 14h.
- Local: Prefeitura Municipal de Cambira.
- Pauta: discussão final da Fase V – Plano de Ação e Investimentos.
- Participantes: Luciana Quevedo Nunes Honda – Arquiteta e Urbanista, Osmani Vicente Junior – Arquiteto e Urbanista, ambos da DRZ Geotecnologia e Consultoria, o Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM) Cleber Alexandre Torres e alguns membros da ETM.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

FOTOS



Figuras 1.137 a 1.140 – Fotos da Décima Terceira Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

Reunião Técnica PDM – Cambira
Discussão Final da Fase V – Plano de Ação e Investimentos

Data: 14 de dezembro de 2010
Local: Prefeitura Municipal de Cambira
Horário: 14 horas

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	OSMANI VICENTE JUNIOR	DRZ	(43) 30264065 osmani@drz.com.br	
02	LEANDRO AP. ARAUJO	PRGE CAMBIRA	(43) 34361224/leandro@prge.com.br	
03	LUCIANA QUEIROZ NUNES HONDA	DRZ GEN. P. URB	(43) 30264065 luciana@drz.com.br	
04	CLEBER ALEX P. DRZ TORRES	DRZ GEN. P. URB	43- 34361224 CORDTORRES@HOTMAIL	
05	Giselle Fialto	DRZ GEN. P. URB	34361224 g.fialto@gmail.com	
06	Murilo dos Santos	DRZ GEN. P. URB	34361224 Murilo2Santos@Gmail.com	
07	Denis de J. Lucas Mayn	Sec. Educação	(43) 34361224 / denis.lucas@hotmail	
08	Valdeir A.R. Borges	DRZ	43-91561851	
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				

Gestão de Cidades

Figura 1.141 – Lista de Participação da Décima Terceira Reunião Técnica.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 06 de novembro de 2008, no período da noite, foi realizada a 1ª Audiência Pública do PDM de Cambira, com apresentação da equipe da consultoria, explanação das fases do Plano Diretor Municipal à população presente, apresentação da ETM e eleição dos membros da Comissão de Acompanhamento.

RESUMO

- Data: 06 de novembro de 2008
- Horário: 19h.
- Local: Auditório da Casa de Cultura de Cambira
- Pauta: plano de trabalho, mobilização e participação comunitária.
- Participantes: Equipe Técnica da Consultoria DRZ Geotecnologia e Consultoria, Equipe Técnica Municipal, funcionários da administração municipal, representantes da sociedade civil organizada e cidadãos de Cambira.



CONVOCAÇÃO OFICIAL

VAMOS AJUDAR NOSSA CIDADE?



1º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DE CAMBIRA

LOCAL: ANFITEATRO MUNICIPAL

HORARIO: 19h00

DATA: 06/11/08

VENHA PARTICIPAR!!



Figuras 2.1 – Convocação Oficial 1ª Audiência Pública.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS



Figura 2.2 e 2.3 – Explicação na 1ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.





MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

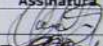
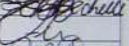

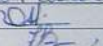
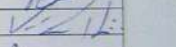
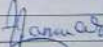
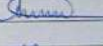
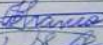









LISTA DE PARTICIPAÇÃO

 **MUNICÍPIO DE CAMBIRA**
Plano Diretor Municipal

 **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**
Cidade de Cambira

Primeira Audiência Pública
Plano Diretor Municipal de Cambira

Data: 06 de novembro de 2008
Local: Anfiteatro Municipal de Cambira
Horário: 19h00min

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	Donna Anacleto Roca	PRO-MUNC	43-3436-1224 donna.aneleto@red.com.br	
02	Carolina Buzzo Bechelli	DRE - Londrina	43-3026-4065 CAROLINA@DRE.COM.BR	
03	Jamanda Katia Karamyami	DRE - Curitiba	" " " " FERNANDA@DRE.COM.BR	
04	Adriano José Magalhães	Cambira	99 00 21 94	
05	Camila Calvane Martins	Amigos do Meio Ambiente	51 3136-1243 camilamartins@atual.com.br	
06	Dioneire Ameli	Est. Bela Vista	8815 9055 dioneire.ameli@red.com.br	
07	José Carlos de A. Prado	PREFEITURA	99 28 44 15	
08	Václav Emílio Mendes	ENRA-FER	43 99 55 68 96	
09	Devanil Bengazi	Bl. Palmerinha	99 74 06 95	
10	P. Flomais Patrício Adams	Parque	34 36 - 12 88	
11	Adriana da Costa	CMEI Paraisópolis	34 36 12 66	
12	Regina Agostinho			
13	Wânia Jacqueline Franco			
14	Leandro de Bengazi		99 73 52 28	
15	Wilson de Bengazi	Prefeitura	9600 5170 wolgata@red.com.br	
16	José A. Paulin	Autônomo		
17	Rafael Domingos	Advogado		




 **DRZ**
Gestão de Cidades

Figura 2.4 – Lista de Participação da 1ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo


 **MUNICÍPIO DE CAMBIRA**
Plano Diretor Municipal


 **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**


Primeira Audiência Pública
Plano Diretor Municipal de Cambira

Data: 06 de novembro de 2008
Local: Anfiteatro Municipal de Cambira
Horário: 19h00min

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
18	Paulo Henrique de Oliveira	Autônomo	9137-3403	[Assinatura]
19	Paulo Henrique de Oliveira	ASSOCIAÇÃO	99556518	[Assinatura]
20	Quirina Aparecida Ferreira	Município	99593402	[Assinatura]
21	Joana D'Arcy Frias	S.N. Saúde	3436-1222 - ppresidente@pd.cambira.pr.gov.br	[Assinatura]
22	Patrícia Lameira Jardim	Creche	3436-1266	[Assinatura]
23	Edson S. S. de Almeida	Religião		[Assinatura]
24	Antônia R. Torni	Parceiros	9901-1438	[Assinatura]
25	Adriana Bellini	Empresário	99740513	[Assinatura]
26	Dr. Marcus R. Bellini	Prof. Eleita	99190748	[Assinatura]
27	Leonilda Feregnus Popolini	Camara	91062195	[Assinatura]
28	Enzo B. L. de Almeida	Parceiros	99234286	[Assinatura]
29	João Filadelfo Gomes	Rep. Bairro	99657702	[Assinatura]
30	Parceiros Capelato	Ex-func. Mun.	99128812 ou 3436-1132	[Assinatura]
31	João B. Tamborini	EMPRESÁRIO	3436 0818	[Assinatura]
32	Roberto de Almeida	Educador		[Assinatura]
33	Marina Nunes de Almeida	Procurador	3436 1189 - 99 284415	[Assinatura]
34	Roberto de Almeida	Autônomo	94062221	[Assinatura]
35				

 **DRZ**
Gestão de Cidades


 **MUNICÍPIO DE CAMBIRA**
Plano Diretor Municipal

 **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**

Primeira Audiência Pública
Plano Diretor Municipal de Cambira

Data: 06 de novembro de 2008
Local: Anfiteatro Municipal de Cambira
Horário: 19h00min

Nº.	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
36	Luana S. de Almeida	Estudante	94143881	
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				
51				
52				
53				

 **DRZ**
Gestão de Cidades

Figuras 2.5 e 2.6 – Lista de Participação da 1ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.

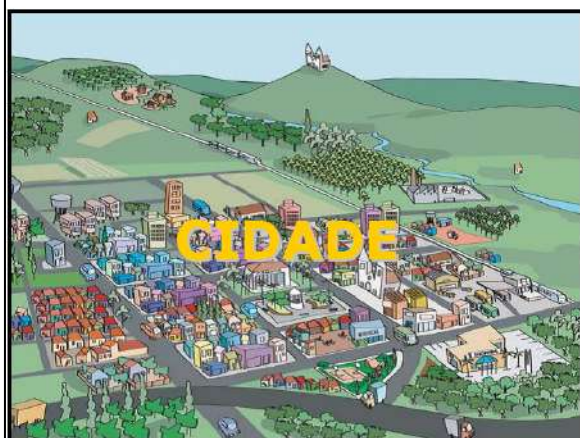
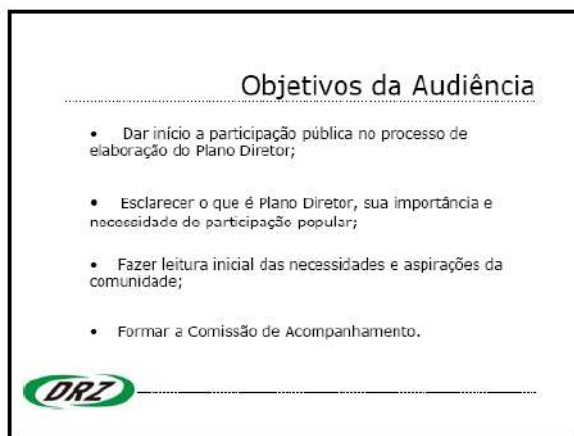


MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

MATERIAL DE APOIO



Figuras 2.7 a 2.12 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 1ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

OBRIGATORIEDADE

CONFORME O ESTATUTO DA CIDADE, A MUNICÍPIOS:

- Com mais de 20.000 habitantes;
- De regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- De áreas de interesse histórico-turístico;
- Inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com impacto regional ou nacional.



LEGISLAÇÃO

- Constituição Federal – Art. 182 e 183;
- Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade);
- Constituição do Estado do Paraná – Art. 152;
- Decreto Estadual nº 2.581/04;
- Lei Estadual nº 15.229/06.



Por que Elaborar um Plano Diretor?!

1. Construir uma cidade melhor para todos;
2. Identificar o melhor local para os equipamentos públicos;
3. Captar recursos para o Município;
4. Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos;
5. Compatibilizar a ocupação humana com o ambiente natural;
6. Delimitar para preservar as áreas verdes e corpos d'água;
7. Definir ações para áreas com ocupações irregulares;
8. Fazer o planejamento territorial para os próximos 10 anos;
9. Definir potencialidades econômicas do Município;
10. Definir áreas com potencial turístico.

E assim, superar os problemas existentes.



Riscos de NÃO Planejar:

1. Paralisação do desenvolvimento da cidade;
2. Ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental;
3. Depredação dos recursos naturais;
4. Enchentes, deslizamentos e erosões;
5. Pressão sobre atividades agrícolas próximas das cidades;
6. Sobrecarga na infra-estrutura urbana;
7. Desperdício de infra-estrutura, equipamentos e serviços;
8. Mal aproveitamento dos recursos do Município;
9. Crescimento desorganizado da cidade.



PLANO DIRETOR

Vale para todo o Município,
ÁREAS URBANAS E RURAIS.

Indica qual é o destino de cada parte,
lembrando que as partes formam um todo.

Regulamenta
INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS
previstos no Estatuto da Cidade para garantir a
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE
E ORDENAR O CRESCIMENTO.



FASES



1ª Fase – Plano de Trabalho



2ª Fase – Avaliação Temática Integrada



3ª Fase – Diretrizes e Proposições



4ª Fase – Legislação



5ª Fase – Plano de Ação e Investimento



Figuras 2.13 a 2.18 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 1ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

O **PLANO DIRETOR** como um dos mais importantes **INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL**, deve ser resultado de um **PROCESSO PARTICIPATIVO**! Pois irá orientar a administração de sua cidade.



PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

O PLANO DIRETOR SÓ VALE SE A POPULAÇÃO PARTICIPAR!

O Estatuto da Cidade obriga a Prefeitura e a Câmara Municipal a dar espaço para que todos participem das decisões sobre a cidade. O plano Diretor só tem valor quando é feito ou colocado em prática com a participação de toda a sociedade.



O Plano Diretor precisa ser bem divulgado e estar disponível para que todos o consultem. Só assim as pessoas podem fiscalizar se a prefeitura está cumprindo o que foi decidido junto com a população.



PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

A população precisa participar das decisões para que o direito da Cidade seja de todos. O Estatuto obriga a prefeitura a realizar audiências e consultas públicas quando for tomar alguma decisão importante sobre a Cidade.

O Plano Diretor é de todos!!!!

Lembre-se de que Plano Diretor é o resultado de um processo coletivo, não é exclusivamente do prefeito que o propôs, nem do partido político que está no governo. É da sociedade e deve valer durante várias gestões. Por isso, deve ser pactuado por todos e implementado com o apoio da Câmara Municipal e da sociedade.



ORGANIZAÇÃO

- Equipe Técnica Consultoria
- Equipe Técnica Municipal
- Comissão de Acompanhamento



Responsabilidade de cada um...

• **Consultoria** - apoiar tecnicamente o processo de elaboração do Plano Diretor; definir a metodologia de trabalho e capacitar a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento.

• **Equipe Técnica Municipal** - terá o objetivo de fornecer dados, acompanhar e analisar os estudos, a pertinência e a viabilidade das proposições apresentadas pela consultoria contratada, nas diversas fases do processo.



Responsabilidade de cada um...

• **Comissão de Acompanhamento** - acompanhar, opinar e deliberar nas diferentes fases do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM), representando as aspirações da comunidade.

Posteriormente, opinará sobre a criação, atribuições, composição e funcionamento do **Conselho de Desenvolvimento Municipal**, que acompanhará a implementação, controle e atualização do PDM.



Figuras 2.19 a 2.24 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 1ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

<p>A CIDADE QUE NÓS TEMOS...</p>  <p>A CIDADE QUE QUEREMOS...</p> 	<p>"a fotografia de uma cidade é a fotografia de uma sociedade"</p>  
<p>VAMOS AJUDAR NOSSA CIDADE!</p> 	<p>Agradecemos sua presença! Até o próximo encontro!</p>  <p>Visite: www.drz.com.br contato: carolina@drz.com.br (43) 3026 4065 Londrina - Paraná</p>

Figuras 2.25 a 2.28 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 1ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 30 de novembro de 2010, na parte da noite (início às 19 horas) no Auditório da Casa de Cultura de Cambira, foi realizada a 2ª Audiência Pública do PDM. A Audiência iniciou efetivamente às 19h30min e foi aberta pelo Coordenador da ETM – Cleber Alexandre Torres. Na sequência, a palavra foi passada a Arquiteta Luciana, que comentou inicialmente sobre o que é e qual a importância do PDM para o Município. Em seguida, apresentou slides com a síntese das Fases II e III do PDM, explicando todo o processo de elaboração das mesmas. Ainda falou sobre a sequência dos trabalhos e sobre as fases já em desenvolvimento. Finalizada a apresentação, foi aberto espaço para questionamentos da plateia. Os questionamentos foram respondidos pela Arquiteta e em seguida deu-se por encerrados os trabalhos da noite. Estiveram presentes na Audiência, além dos Técnicos da DRZ (Luciana e Osmani), o Analista de Desenvolvimento Municipal do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE – Rodolfo Purpur Junior, membros das Equipes Municipais do PDM, a Prefeita Municipal Neusa Rodrigues Bellini, e pessoas da comunidade em geral.

RESUMO

- Data: 30 de novembro de 2010.
- Horário: 19h30min.
- Local: Auditório da Casa de Cultura de Cambira
- Pauta: síntese das Fases II e III do PDM de Cambira.
- Participantes: Equipe Técnica da Consultoria DRZ Geotecnologia e Consultoria, Equipe Técnica Municipal, funcionários da administração municipal, representantes da sociedade civil organizada e cidadãos de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS



Figuras 2.29 a 2.34 – Explicação na 2ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMBIRA Plano Diretor Municipal				
2ª Audiência Pública PDM – Município de Cambira				
Data: 30 de novembro de 2010 Local: Prefeitura Municipal de Cambira Horário: 19h				
Nº	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	LUIZANA QUEIROZ NUNES HONDA	DRZ-Gest. Pm. Urb.	(41) 3026 4065	Luizana@DRZ.cam.br
02	OSMANI VICENTE JUNIOR	DRZ	(41) 3026 4065	osmani@DRZ.cam.br
03	Mrs. Melissa Boechingues Bellini	Prefeitura	(41) 91563/53	melissabellini@hotmail.com
04	Roberto José Tassinari	Advogado	(41) 3420-1070	
05	Paulo Roberto Soares	Empresário	99 65 2 2 0 2	
06	Georgio Roberto Soares	Empresário	9981-9570	
07	Robson P. Domingos	Advogado	9156-1428	
08	Edson Luiz Bongoni	Advogado	9156 3853	
09	BRUNO BELLI	Prefeitura	9156 1296 - CIDBEL-LTD@HOT.COM	
10	Daniel dos Santos Guadalupe	APMIF	(41) 3436 1241	apmifcambira@hotmail.com
11	Daniel dos Santos Guadalupe	Soc. Munic. Educ.	(41) 9136-1654	danielguadalupe@hotmail.com
12	Genilton Hamirich Costa	APMIF	99 65 4 1 1 2	
13	Carmen Lucia Miliute Fortes	APMIF	(41) 114.9886	carmenmiliute89@hotmail.com
14	Leonardo Gorbilim	Rotary	043-9635-02-38 e 43436-21-27	
15	Roberto Augusto da Silva	Paranápolis	3372-3300	paranapolis@camara-cidade.org.br
16	Vitor Hugo Epifânio Mendes	EMA-TEL	43 3436 15 74	vitorhugomendes@hotmail.com
17	Maurilio dos Santos	Sec. de Urban.	3436 1224	Maurilio2.Santos@hotmail.com
18	LEONAR TORRES	INDUSTRIAL	34 361224	COOP.TORRES@HOTMAIL

Figura 2.35 – Lista de Participação da 2ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

MATERIAL DE APOIO

2ª Audiência Pública



Plano Diretor Municipal

CAMBIRA

Equipe Técnica Municipal

Cleber Alexandre Torres
Secretário de Indústria Comércio e Serviços
Coordenador da Equipe Técnica Municipal

Valdir Emílio Nave
Técnico de EMATER

Alexandre Ricci Neto
Diretor do Departamento de Assistência e Saúde

Maurício dos Santos
Secretário de Obras Urbanismo Transporte e Serviços Públicos

Doris de Jesus Lucas Moya
Diretora do Departamento de Ensino

Comissão de Acompanhamento

José Sebastião Maia Neto
Representante do Bairro Urbano Santo Marcos Capelo

Ivo Aparecido Lemarctica
Representante do Comércio – material de construção

Omeire Anelli
Representante dos professores

Devanil Baggio
Representante do Bairro Rural Palmeirópolis

Guilherme Coxini
Representante do Bairro Rural Cruzino

Sidney Bellini
Representante do Comércio – grãos/maquias

Leocádia Jerônimo Sepatini
Representante do Legislativo

Roberto de Campos
Representante dos Trabalhadores

Equipe Técnica da Consultoria

Laciara Quevedo Nunes
Arquiteta e Urbanista - CREA/RS 054640/2010-06/06/02
Coordenadora Geral do Plano Diretor

Osmani Vicente Junior
Arquiteto - Arquiteto e Urbanista

Fabíola Vargas Mota
Arquiteta e Urbanista - CREA/RS 119420/2010-06/06/02

Daniel D'Agostini Cordeiro
Arquiteto em Arquitetura e Urbanismo

Leonardo Savelli Cordeiro
Engenheiro Civil - CREA/RS 30045/0

Rayla Motta Caspary Libré
Arquiteta e Urbanista e Geógrafa - CREA/RS 30327/2010-06/06/02

Carla Maria do Prado Machado
Educativa Ambiental

Marcelo Gonçalves
Arquiteto Ambiental

Paulo Roberto Santana Borges
Engenheiro - CREA/RS 3110/0

Rubens Masoli
Engenheiro em Obras

Salgado Franco Gerardo
Arquiteto Civil - CREA/RS 3676

Agência de Pesquisa
Administração de Empresas - CREA/RS 6400

O que é Plano Diretor?

O QUE É?

- Lei municipal;
- Instrumento básico de política territorial;
- Planejamento do futuro do Município.

QUEM FAZ?

- TODOS!

O QUE FAZ?

- Regulamenta os instrumentos urbanísticos para normalizar o processo de construção e o mercado imobiliário;
- Organiza o crescimento e a transformação da cidade;
- Define investimentos e ações prioritárias;
- Dimensiona as metas a serem buscadas e cumpridas;
- Estabelece o sistema de gestão democrática.



Objetivos da 2ª Audiência Pública

Apresentação da síntese do diagnóstico da realidade municipal, baseando-se no produto da Fase II - Avaliação Temática Integrada

Apresentação dos cenários construídos com base nas diretrizes e proposições do PDM, de acordo com o produto da Fase III - Diretrizes e Proposições

Manifestação da Sociedade Civil com sugestões para o aprimoramento das sínteses apresentadas

Figuras 2.36 a 2.41 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 2ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



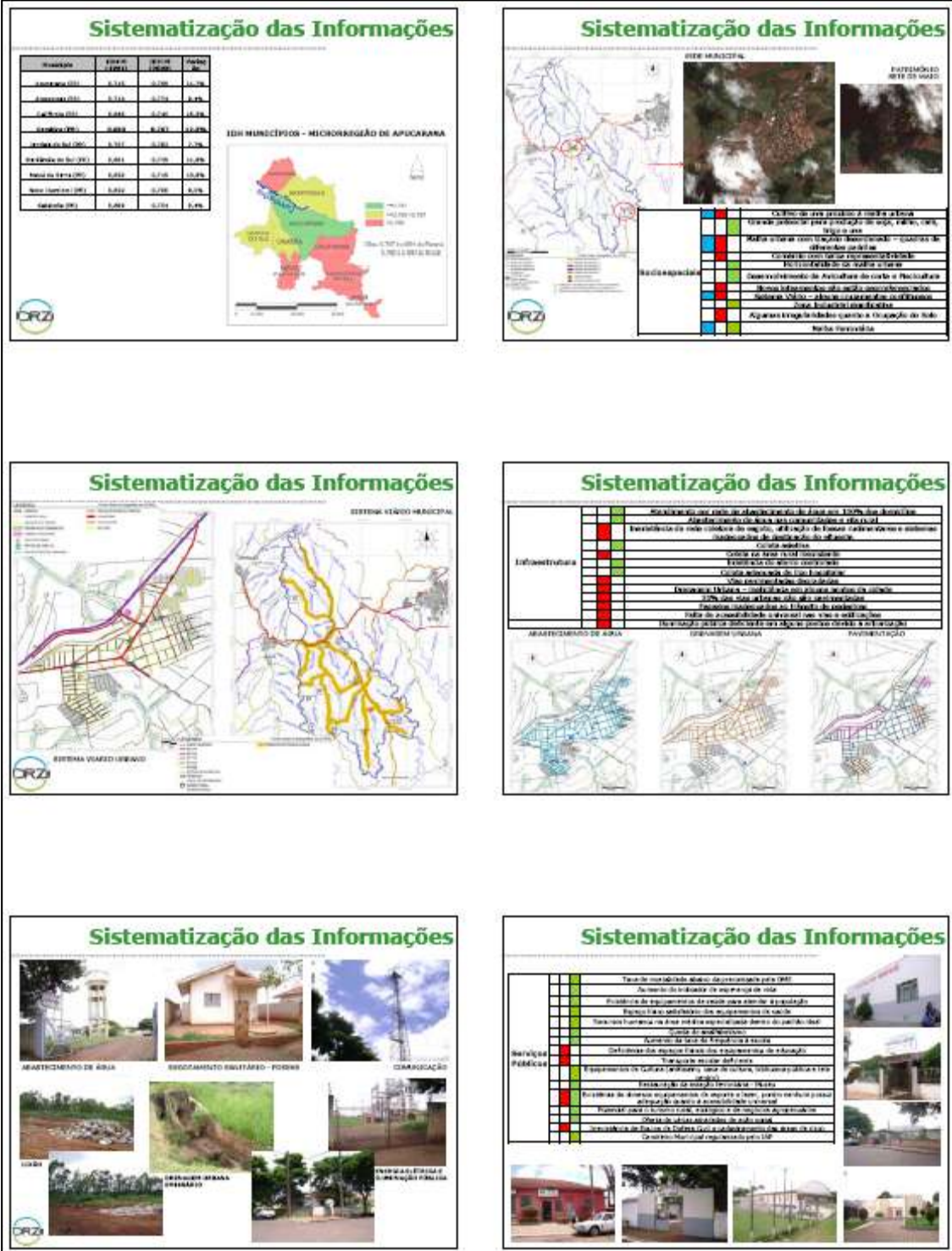
Figuras 2.42 a 2.47 – Cópia da apresentação em *PowerPoint* utilizada na 2ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo



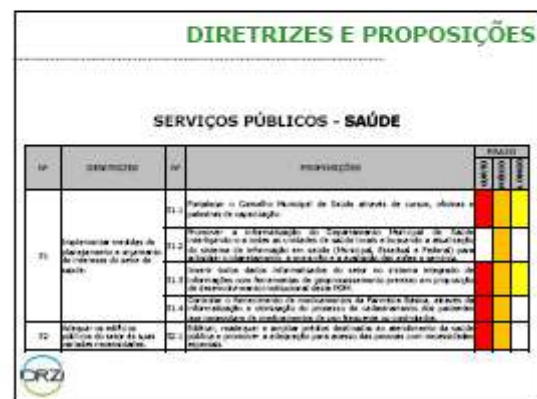
Figuras 2.48 a 2.53 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 2ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo



Figuras 2.54 a 2.59 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 2ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES					
SERVIÇOS PÚBLICOS - EDUCAÇÃO					
NP	DIRETRIZES	NP	PROPOSIÇÕES	PRAZO	
				CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
30	Promover e apoiar iniciativas e programas que estimulem o desenvolvimento e a participação da comunidade escolar na educação.	30.1	Implementar programa de incentivo à alfabetização de jovens e adultos, incluindo na área urbana e rural (atendimento de atendimento).		
		30.2	Promover a manutenção do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), em nível de Ensino Fundamental e Médio.		
		30.3	Apoiar projetos em parceria com a Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal, visando a implementação de ações educativas em escolas, com o objetivo de garantir o ingresso das crianças na escola, considerando o contexto social, econômico e programático, que visem ao melhoramento e melhoria da qualidade da educação na escola em atendimento às necessidades da comunidade escolar.		
SERVIÇOS PÚBLICOS - CULTURA					
NP	DIRETRIZES	NP	PROPOSIÇÕES	PRAZO	
				CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
40	Promover a cultura e a participação da comunidade na cultura, incluindo a preservação e o desenvolvimento das atividades culturais locais.	40.1	Criar o Conselho e Fundo Municipal de Cultura.		
		40.2	Apoiar as atividades culturais do setor do uso de pessoas com necessidades especiais.		

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES					
SERVIÇOS PÚBLICOS – ESPORTE/LAZER/TURISMO					
NP	DIRETRIZES	NP	PROPOSIÇÕES	PRAZO	
				CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
50	Promover o desenvolvimento do esporte e lazer, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	50.1	Implementar programa de incentivo ao esporte e lazer, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		50.2	Implementar programa de incentivo ao esporte e lazer, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		50.3	Implementar o Clube de Esportes.		
		50.4	Implementar o Salão Municipal.		
		50.5	Realizar o Anjo de Áreas Institucionais, de modo a permitir a implantação de projetos e programas de áreas institucionais.		
ASSISTÊNCIA SOCIAL					
NP	DIRETRIZES	NP	PROPOSIÇÕES	PRAZO	
				CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
60	Promover a assistência social, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	60.1	Manter o funcionamento do Serviço Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal do Direito da Idade e da Melhor Idade do PMB, LDB, LOP.		
		60.2	Manter em funcionamento o Conselho Municipal de Assistência Social, LDB, LOP, LOP.		
		60.3	Aplicar o plano de assistência social, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES					
SERVIÇOS PÚBLICOS – SEGURANÇA PÚBLICA					
NP	DIRETRIZ	NP	PROPOSIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
65	Promover a segurança pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	65.1	Promover a segurança pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		65.2	Promover a segurança pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		65.3	Promover a segurança pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
SERVIÇOS FUNERÁRIOS E CEMITÉRIOS					
NP	DIRETRIZ	NP	PROPOSIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
73	Promover a melhoria dos serviços funerários e cemitérios, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	73.1	Promover a melhoria dos serviços funerários e cemitérios, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		73.2	Promover a melhoria dos serviços funerários e cemitérios, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		73.3	Promover a melhoria dos serviços funerários e cemitérios, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES					
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO					
NP	DIRETRIZ	NP	PROPOSIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
80	Promover o desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	80.1	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		80.2	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		80.3	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		80.4	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES					
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO					
NP	DIRETRIZ	NP	PROPOSIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
21	Promover o desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	21.1	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		21.2	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		21.3	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		21.4	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
22	Promover a melhoria dos serviços públicos, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	22.1	Implementar programa de melhoria dos serviços públicos, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		22.2	Implementar programa de melhoria dos serviços públicos, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		22.3	Implementar programa de melhoria dos serviços públicos, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES					
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA					
NP	DIRETRIZ	NP	PROPOSIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
76	Promover o desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	76.1	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		76.2	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
77	Promover o desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	77.1	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		77.2	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
78	Promover o desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	78.1	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		78.2	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
		78.3	Implementar programa de incentivo ao desenvolvimento institucional e a gestão democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.		

Figuras 2.60 a 2.65 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 2ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.





MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo



Figuras 2.72 e 2.73 – Cópia da apresentação em *PowerPoint* utilizada na 2ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 14 de dezembro de 2010, na parte da noite (início às 19 horas) no Auditório da Casa de Cultura de Cambira, foi realizada a 3ª Audiência Pública do PDM. A Audiência iniciou efetivamente às 19h40min e foi aberta pela Arquiteta Luciana, que comentou inicialmente sobre o que é e qual a importância do PDM para o Município. Em seguida, apresentou slides com a síntese das Fases IV e V do PDM, explicando todo o processo de elaboração das mesmas. Finalizada a apresentação, foi aberto espaço para questionamentos da plateia. Os questionamentos foram respondidos pela Arquiteta. O Coordenador da ETM - Cleber Alexandre Torres fez algumas considerações finais sobre a Legislação e sua importância para Cambira e em seguida deu-se por encerrada a Audiência. Estiveram presentes no evento, além dos Técnicos da DRZ (Luciana e Osmani), membros das Equipes Municipais do PDM, e pessoas da comunidade em geral.

RESUMO

- Data: 14 de dezembro de 2010.
- Horário: 19h.
- Local: Auditório da Casa de Cultura de Cambira.
- Pauta: síntese das Fases IV e V do PDM de Cambira.
- Participantes: Equipe Técnica da Consultoria DRZ Geotecnologia e Consultoria, Equipe Técnica Municipal, funcionários da administração municipal, representantes da sociedade civil organizada e cidadãos de Cambira.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

FOTOS




Figuras 2.75 a 2.78 – Fotos da 3ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

LISTA DE PARTICIPAÇÃO




MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

3ª Audiência Pública PDM – Cambira

Data: 14 de dezembro de 2010
 Local: Prefeitura Municipal de Cambira
 Horário: 19 horas

Nº	Nome	Entidade	Telefone e E-mail	Assinatura
01	Wladimir Naves Horta	DRZ Gestão de Cidades	(43) 30264065 Wladimir@DRZ.com.br	
02	OSMAN VILCENTE JUNIOR	DRZ	(43) 30264065 osman@DRZ.com.br	
03	CLERSON PLEPIN DE TORRES	DRZ	13-54561224 COOPTORRESA@hotmail.com	
04	Maria do Carmo Ribeiro	Associação de Moradores	643199778348	
05	Imeneia Aneli	Professora	(043) 99863302/99403844	
06	Leandro Azeiteiro	Secretaria	(43) 34361224/34361364	
07	JOÃO APARECIDO LEONARDO	ACEC	43-34361307 / 84310495	
08	Marcelo Toledo Vixes	Sec. de Saúde	43 34361307 91561893	
09	Maurício dos Santos	Sec. Obras	34361224 Mauricio2-Santos@hotmail.com	
10	Luiz Pontes	Rádio Cidade	3436-1972 - cidadecanalix	
11	Mônica Regina C. Pontes	"	"	
12	João Hilmar Zan	Prof. Turm.	34361280-91566197	
13	João Sebastião do Carmo	Prof. Turm.	99652702	
14	João André B. Lourenço	Prof. Turm.	(43) 34361458	
15				
16				
17				
18				



Gestão de Cidades

Figuras 2.79 – Lista de Participação da 3ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

MATERIAL DE APOIO

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA



Plano Diretor Municipal

CAMBIRA

Equipe Técnica Consultoria

Luciana Quevedo Nunes
Arquiteta e Urbanista - CREA RS 104464/D visto 064462
Coordenadora Geral do Plano Diretor

Osmari Vicente Junior
Auxiliar - Arquiteto e Urbanista

Fabrizio Vergara Mota
Arquiteto e Urbanista - CREA RS 11.3429/D visto 006464

Daniel D'Ignazio Corrêa
Assistente em Arquitetura e Urbanismo

Leandro Daudt Consulin
Engenheiro Civil - CREA PR 103045/D

Nayla Motta Campos Libos
Engenheira Sanitária e Ambiental - CREA SC 90377-1/D V/P/R 110561

Carla Maria do Prado Machado
Educação Ambiental

Marcelo Gonçalves
Analista Ambiental

Paulo Roberto Santana Borges
Economista - CORECON 3192-B

Rubens Menoll
Bacharel em Direito

Solange Passos Genaro
Assistente Social - CRESS PR 6678

Agostinho de Rezende
Administrador de Empresa - CRA PR 6439

Equipe Técnica Municipal

Cleber Alexandre Torres
Secretário da Indústria Comércio e Serviços
Coordenador da Equipe Técnica Municipal

Valdir Emeliano Neve
Técnico da EMATER

Alexandre Ricci Neto
Diretor do Departamento de Assistência à Saúde

Maurílio dos Santos
Secretário de Obras Urbanismo Transporte e Serviços Públicos

Doris de Jesus Lucas Moya
Diretora do Departamento de Ensino

Elaine Cristina dos Santos
Departamento de Agricultura

Comissão de Acompanhamento

José Sebastião Maia Neto
Representante do Bairro Urbano Sandro Marezzi Capeloto

Ivo Aparecido Lenartovicz
Representante do Comércio – materiais de construção

Omeire Anelli
Representante dos professores

Devanil Bengozi
Representante do Bairro Rural Palmeirinhas

Guilherme Cazine
Representante do Bairro Rural Cruzeiro

Sidney Bellini
Representante do Comércio – grãos/insumos

Leonilda Jerônimo Sapatini
Representante do Legislativo

Roberto de Campos
Representante dos Trabalhadores

Legislação Municipal

Anteprojeto de Lei:

- ⇒ Plano Diretor Municipal;
- ⇒ Perímetro Urbano;
- ⇒ Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- ⇒ Parcelamento do Solo;
- ⇒ Sistema Viário;
- ⇒ Código de Obras;
- ⇒ Código de Posturas.

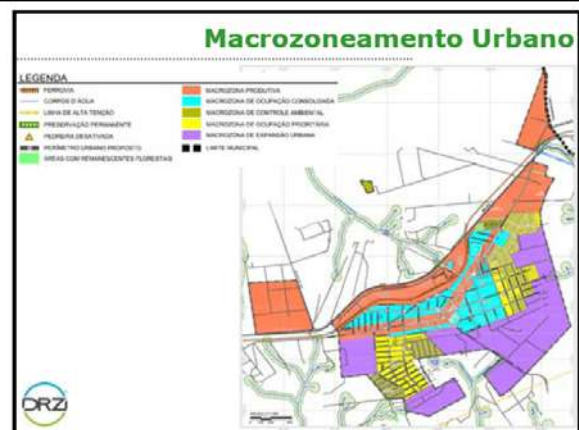


Anteprojeto de Lei do Plano Diretor

É o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento, que define, no nível municipal, os limites, as faculdades e as obrigações que envolvem a propriedade urbana.

Contém os objetivos, as diretrizes, os instrumentos e as estratégias da política de desenvolvimento sustentável e contém o macrozoneamento municipal e urbano, que são unidades territoriais que expressam o destino que o Município pretende dar às diferentes áreas.

Figuras 2.80 a 2.85 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 3ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



Estabelece o novo perímetro urbano da cidade, para onde ela vai crescer e qual é o limite para implantação de Novos loteamentos.



Disciplina como será ocupado o solo urbano da cidade: as zonas residenciais, comerciais e prestadoras de serviços, industriais e outras. Harmoniza a implantação de atividades e usos diferenciados, mas complementares entre si.

- ≡ altura máxima de pavimentos;
- ≡ área mínima do lote;
- ≡ recuos mínimos frontais e laterais;
- ≡ coeficiente de aproveitamento;
- ≡ taxa de ocupação máxima;
- ≡ taxa de permeabilidade mínima;
- ≡ testada mínima do lote.

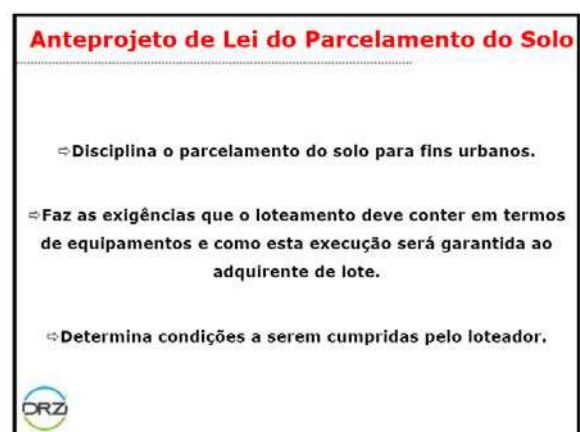
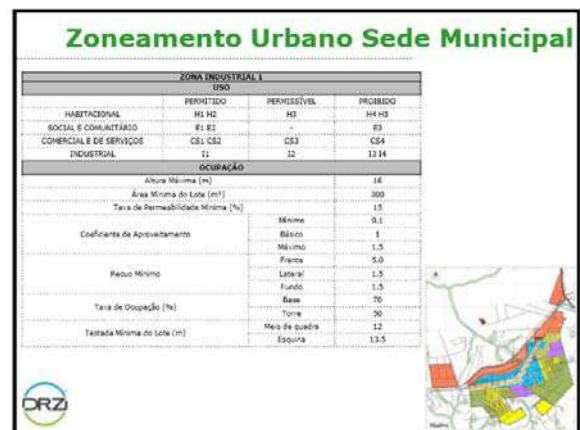
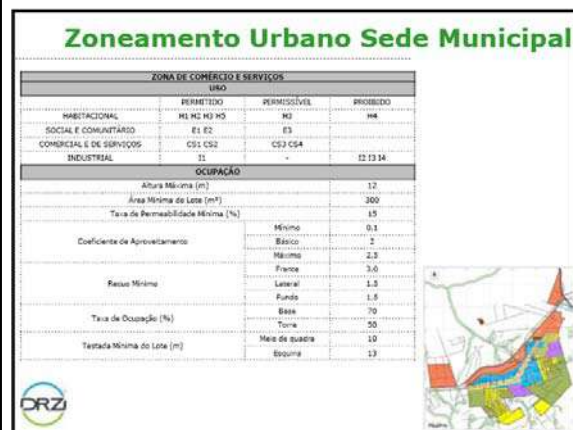
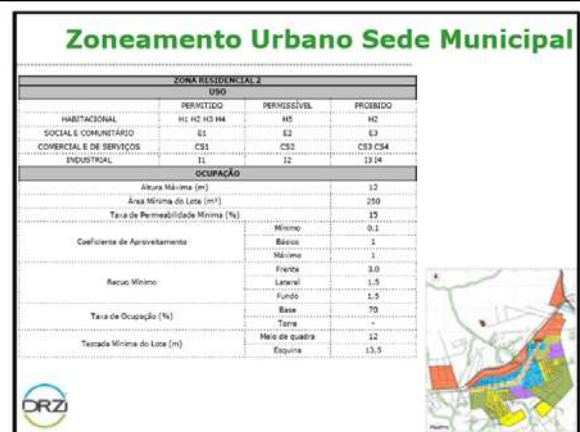
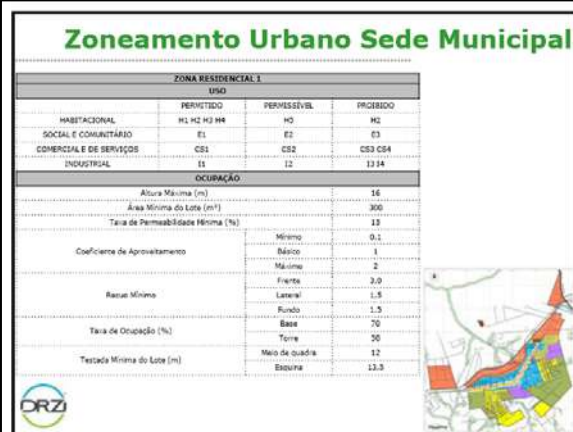




MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo



Figuras 2.92 a 2.97 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 3ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

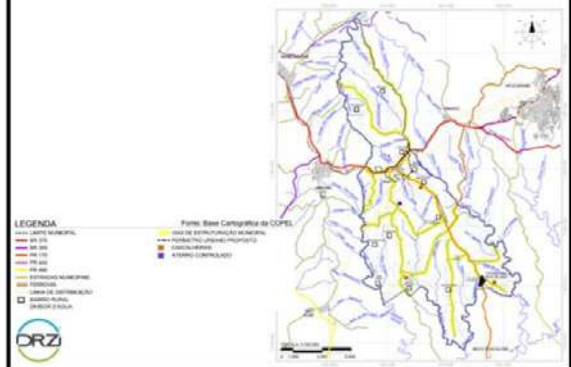
Processo Participativo

Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

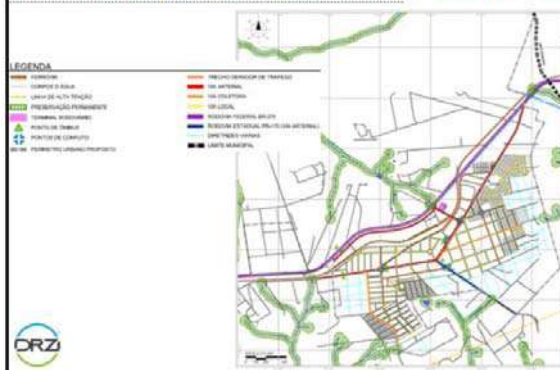
- ⇒ Classifica e hierarquiza as vias municipais (rurais e urbanas).
- ⇒ Determina as dimensões mínimas das vias e das faixas de domínio.
- ⇒ Projeta as novas vias para os futuros loteamentos e seus padrões, de forma a manter a continuidade do sistema viário e suas dimensões.



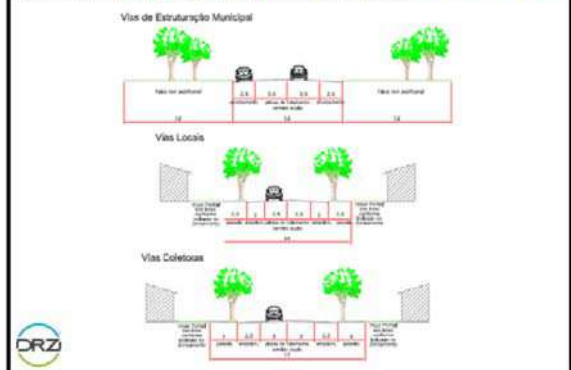
Sistema Viário Municipal



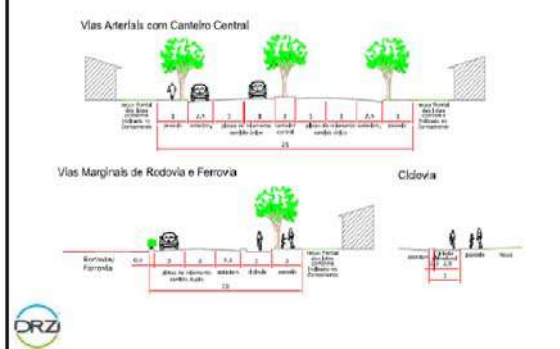
Sistema Viário Urbano Sede Municipal



Sistema Viário - Perfis das Vias



Sistema Viário - Perfis das Vias



Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, tais como segurança das edificações, recuos, acessibilidade, passeios e calçadas, áreas de estacionamento, etc.

Figuras 2.98 a 2.103 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 3ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Contém as medidas de polícia e administrativas para assegurar o bem-estar público, a ordem, o sossego, a proteção e a conservação do meio ambiente e o disciplinamento das atividades comerciais, industriais e prestadoras de serviços.



Plano de Ação e Investimentos (PAI)

Abordagem das Ações Prioritárias do PAI

- ⇒ Abrangência social e ambiental;
- ⇒ Efeito multiplicador nos diferentes seguimentos;
- ⇒ Incremento no aproveitamento dos recursos públicos e infraestrutura;
- ⇒ Aumento da produtividade nos serviços públicos;
- ⇒ Desenvolvimento econômico sustentável.

Prazos para a Implantação do PAI

- ⇒ Curto prazo – até 2 anos;
- ⇒ Médio prazo – de 2 a 4 anos;
- ⇒ Longo prazo – de 4 a 5 anos.



Eixos de Desenvolvimento do PAI

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

Proteção e Preservação Ambiental;

Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;

Desenvolvimento Socioeconômico;

Desenvolvimento Institucional;

Desenvolvimento e Ordenamento Fisioterritorial.



Ações Prioritárias do PAI

Serão estimados valores para a execução das medidas urbanísticas e políticas a serem realizadas, bem como apontadas possíveis fontes de recursos a quem a administração pública poderá recorrer, tanto para financiamento quanto para desenvolver projetos a fundo perdido.

A análise da capacidade de investimento envolve o ocorrido nos exercícios de 2005 a 2009 e a projeção do que poderá ocorrer nos anos de 2011 a 2015, demonstra-se a provável evolução das receitas e despesas e o que poderá ser gasto em termos de dispêndio, com investimentos, encargos e amortizações.



Modelo de Tabela Resumo das Ações Prioritárias do PAI

Ações e seus respectivos investimentos	CURTO PRAZO (PAI)	CURTO	MÉDIO	LONGO	Pontos de Atuação
PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL					
1.1					
1.2					
1.3					
1.4					
1.5					
SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1					
2.2					
2.3					
2.4					
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.1					
3.2					
3.3					
3.4					
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1					
4.2					
4.3					
4.4					
DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FISIOTERRITORIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.1					
5.2					
5.3					
5.4					
TOTAL DO INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	

Ações Prioritárias do PAI

PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

- Realizar mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do Macrozoneamento e do Zoneamento;
- Elaborar e implantar Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos urbanos;
- Poda, erradicação, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração), com o devido treinamento das equipes municipais e profissionais que executarão esse tipo de serviço com o apoio do IAP (cursos de aperfeiçoamento);
- Definição de espécies apropriadas, que se adaptem aos equipamentos urbanos (fiação elétrica e telefônica, redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e pluvial) com a orientação de profissional habilitado da Prefeitura Municipal de Cambira;
- Definição de largura de passeios com posição e dimensionamento das covas, distanciamento da árvore dos cruzamentos, do estacionamento, da sinalização de trânsito, de abrigos ou pontos de ônibus e de telefones, mobiliário e equipamentos públicos;
- Previsão de utilização da calçada ecológica (com faixa de grama intercalada com o pavimento);
- Manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas);
- Definição de sistema de penalidades, punição e cobrança de multas no caso de infrações e de reincidência.




Figuras 2.104 a 2.109 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 3ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

Processo Participativo

<p>Ações Prioritárias do PAI</p> <p>SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Ambiental em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007, composto pelos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana de águas Pluviais e Resíduos sólidos;• Realizar levantamento de todas as fossas na área urbana, indicando aos proprietários a forma correta de construção de fossas sépticas, penalizando aqueles que não se adequem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal;• Implantar sistema de esgotamento sanitário no Município;• Atualizar a taxa de lixo;• Readequar e cascalhar estradas vicinais municipais, visando à garantia do acesso às propriedades e o escoamento da produção agrícola;• Elaborar e executar projeto específico para as áreas onde não exista sistema de drenagem da água pluvial (aproximadamente 30% das vias); 	<p>Ações Prioritárias do PAI</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para Cambira levando em consideração a vocação agrícola do Município, privilegiando:<ul style="list-style-type: none">- Fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização;- Exploração sustentável dos recursos naturais da região;- Aproveitamento do potencial produtivo local, tanto no que se refere aos recursos humanos quanto à produção agropecuária e agroindustrial existente no Município;- Articulação entre os agentes econômicos do Município;• Adquirir tratores e implementos agrícolas, visando à melhoria e atualização da frota municipal;• Edificar, readequar e ampliar prédios destinados ao atendimento da saúde pública e promover a adequação para acesso das pessoas com necessidades especiais;• Adquirir veículos para o setor de saúde;• Adquirir veículo para a Secretaria de Educação; 
<p>Ações Prioritárias do PAI</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</p> <ul style="list-style-type: none">• Adquirir área visando pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para construção de escola municipal;• Elaborar o inventário e calendário turístico do Município de Cambira, identificando:<ul style="list-style-type: none">- As festas tradicionais, típicas, folclóricas e culturais realizadas no Município, elaborando um calendário destas atividades;- Espaços Culturais (parques, praças, igrejas, escolas etc.) como base para o reconhecimento do potencial objeto de incentivo;- marcos/monumentos referenciais para a comunidade, inclusive o patrimônio natural, explicitando as estratégias de abordagem e relações estabelecidas pela comunidade;- áreas que contêm elementos históricos e paisagísticos e se configuram como oportunidades de desenvolvimento cultural;• Instalar equipamentos de ginástica nas praças, para atender à demanda de todas as faixas etárias;• Reestruturar o Ginásio de Esportes;• Reestruturar o Estádio Municipal;• Adquirir veículo para a Secretaria de Assistência Social; 	<p>Ações Prioritárias do PAI</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</p> <ul style="list-style-type: none">• Construir sede própria para a Secretaria de Assistência Social;• Elaborar Plano Municipal de Habitação;• Intervir junto ao Governo Estadual com o objetivo de ampliar o efetivo policial e o número de viaturas para o patrulhamento no Município;• Elaborar Plano Diretor de Defesa Civil visando implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente à prevenção de desastres;• Construir nova Capela Mortuária para substituição da existente;• Elaborar programas específicos para realização de obras e serviços, visando à ampliação, conservação, manutenção e melhoria do cemitério municipal, garantindo a boa conservação atual, priorizando: portal de entrada, muro, cruzeiro, rede de iluminação, pavimentação das vias internas (readequação), sistema de escoamento e drenagem das águas pluviais, sistema de destinação e tratamento de esgotos e do chorume, rede de distribuição de água, instalação de lixeiras, substituição de árvores, ajardinamento e ossário; 
<p>Ações Prioritárias do PAI</p> <p>DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA</p> <ul style="list-style-type: none">• Construir Portal Temático, na entrada da cidade, representando as vocações e os aspectos culturais locais;• Criar base de dados acessível por meio eletrônico a toda população;• Criar Núcleo de Planejamento, com arquiteto urbanista, engenheiro civil e geógrafo no quadro técnico, para implementação e monitoramento da aplicação do Plano Diretor;• Realizar revisão organizacional da administração pública;• Readequar Plano de Cargos e Carreiras para todos os servidores;• Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal elencando três representantes da administração pública e sete representantes da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal;• Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor;• Executar recadastramento imobiliário;• Atualizar a planta genérica de valores; 	<p>Ações Prioritárias do PAI</p> <p>ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FISCOTERRITORIAL</p> <ul style="list-style-type: none">• Promover a regulamentação das ZEIS e outras áreas propícias à ocupação, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM;• Adquirir áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social em ZEIS definidas no PDM;• Contratar empresa especializada para a realização do levantamento georreferenciado dos loteamentos inseridos no novo perímetro da Sede Municipal; 

Figuras 2.110 a 2.115 – Cópia da apresentação em PowerPoint utilizada na 3ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal
Processo Participativo

Muito Obrigado!!!



www.drz.com.br
luciana@drz.com.br
osmani@drz.com.br
(43) 3026 4065
Londrina - Paraná

Figuras 2.116 – Cópia da apresentação em *PowerPoint* utilizada na 3ª Audiência Pública.
Fonte: DRZ Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Plano Diretor Municipal

BIBLIOGRAFIA

- Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2000.
- Atlas de Necessidade Habitacional. IPARDES, 2000.
- Estatuto da Cidade: Guia para a implantação pelos municípios e cidades. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicação, 2001.
- FERRARI, Celso. Dicionário de Urbanismo. São Paulo: Dial, 2004.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2000.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004.
- MASCARÓ, Juan. Infra - estrutura urbana. Porto Alegre: +4, 2005.
- MASCARÓ, Juan. Loteamentos urbanos. Porto Alegre: +4, 2005.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Lista vermelha de animais ameaçados de extinção no Paraná. Curitiba, 1995.
- PERACCHI, L. A.; ROCHA, V. J; LIMA, I. P. Mamíferos não voadores da Bacia do Rio Tibagi. In: MEDRI, M. E. et al. (Ed.). A Bacia do Rio Tibagi. Londrina: Editora do Autor, 2002. p.225-249.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. Municípios paranaenses : origens e significados de seus nomes. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./urbano/index.html&conteudo=./urbano/arborizacao.html
- www.estatutodacidade.org.br/
- www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php
- www.ipardes.gov.br
- www.ipm.org.br/an.php
- www.inep.gov.br/
- www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm
- www.genco.com.br
- www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsafamilia01.asp
- www.pr.gov.br/cohapar/
- www4.pr.gov.br/escolas/dadosEscola.jsp
- www.saude.pr.gov.br/Estatisticas/indicador/index.html
- www.sidra.ibge.gov.br
- www.portal.saude.gov.br/portal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA

CNPJ 75.771.287/0001-520
Av. Canadá, nº. 320, CEP 86890-000
Cambira/PR - Tel. (43) 3436-1224
Gestão 2009-2012

Maria Neusa Rodrigues Bellini
Prefeita Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Cleber Alexandre Torres

Secretário da Indústria Comércio e Serviços– Coordenador da Equipe Técnica Municipal

Valdir Emeliano Neve

Técnico da Emater

Alexandre Ricci Neto

Diretor do Departamento de Assistência a Saúde

Maurilio dos Santos

Secretário de Obras Urbanismo Transporte e Serviços Públicos

Doris de Jesus Lucas Moya

Diretora do Departamento de Ensino



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

José Sebastião Maia Neto

Representante de Bairro Urbano Sandro Marezzi Capeloto

Ivo Aparecido Lenartovicz

Representante do Comércio – materiais de construção

Omeire Anelli

Representante dos professores

Devanil Bengozi

Representante do Bairro Rural Palmeirinhas

Guilherme Cazini

Representante do Bairro Rural Cruzeiro

Sidney Bellini

Representante do Comércio – grãos/insumos

Leonilda Jerônimo Sapatini

Representante do Legislativo

Roberto de Campos

Representante dos Trabalhadores



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal

CONSULTORIA CONTRATADA



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA S/S. LTDA.

CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA Nº 41972
Avenida Higienópolis, 32 Sala 403, Centro
Tel.: 43 3026 4065 - CEP 86020-080 - Londrina-PR
Home: www.drz.com.br • e-mail: drz@drz.com.br

EQUIPE TÉCNICA

Luciana Quevedo Nunes

Arquiteta e Urbanista - CREA RS 104464/D visto 064462
Coordenadora Geral do Plano Diretor

Fabício Vergara Mota

Arquiteto e Urbanista - CREA RS 113429/D visto 086464

Osmani Vicente Junior

Auxiliar – Arquiteto e Urbanista

Daniel D’Ignazio Corrêa

Assistente em Arquitetura e Urbanismo

Leandro Daudt Consulin

Engenheiro Civil - CREA PR 103045/D

Nayla Motta Campos Libos

Engenheira Sanitarista e Ambiental - CREA SC 90377-1/D V/PR 110861

Carla Maria do Prado Machado

Educadora Ambiental

Marcelo Gonçalves

Analista Ambiental

Paulo Roberto Santana Borges

Economista - CORECON 3192-5

Rubens Menoli

Bacharel em Direito

Solange Passos Genaro

Assistente Social - CRESS PR 6676

Agostinho de Rezende

Administrador de Empresa - CRA PR 6459



MUNICÍPIO DE CAMBIRA
Plano Diretor Municipal



Rodolfo Purpur Junior
Economista
Analista de Desenvolvimento Municipal

Luiz Maurílio Garcia Freire
Arquiteto e Urbanista
Analista de Desenvolvimento Municipal